



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1572

Terça-feira - 16 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	2
Alto Bela Vista	3
Anchieta	3
Antônio Carlos	34
Balneário Rincão	35
Benedito Novo	36
Biguaçu	36
Braço do Trombudo	38
Brusque	48
Caçador	51
Camboriú	53
Campo Alegre	57
Campos Novos	146
Canoinhas	146
Capinzal	151
Catanduvas	152
Cocal do Sul	153
Concórdia	153
Cordilheira Alta	162
Coronel Freitas	163
Coronel Martins	166
Curitibanos	172
Dionísio Cerqueira	179
Ermo	180
Faxinal dos Guedes	183
Forquilha	209
Fraiburgo	212
Galvão	271
Garopaba	271
Gaspar	272
Guaramirim	278
Guarujá do Sul	280
Herval d'Oeste	281
Ibiam	282
Imbituba	283
Iomerê	284
Ipumirim	312
Itaiópolis	320
Itapiranga	320
Itapoá	321
Ituporanga	322
Jacinto Machado	331
Joaçaba	332
Lages	335
Lauro Muller	336
Leoberto Leal	345
Luzerna	346
Mafrá	384

Maracajá	384
Maravilha	385
Meleiro	386
Monte Carlo	388
Morro da Fumaça	389
Navegantes	390
Orleans	392
Ouro	401
Ouro Verde	404
Palhoça	432
Palmitos	444
Papanduva	456
Paulo Lopes	457
Penha	458
Pinheiro Preto	460
Ponte Serrada	461
Porto Belo	484
Porto União	485
Rio do Sul	486
Salto Veloso	489
Santa Rosa do Sul	490
Santiago do Sul	490
São Bento do Sul	491
São Domingos	505
São José	528
São José do Cedro	592
São Lourenço do Oeste	592
São Pedro de Alcântara	595
Schroeder	595
Serra Alta	616
Timbé do Sul	617
Timbó	618
Treze Tílias	620
Tunápolis	645
Turvo	645
Vargeão	649
Vargem Bonita	682
Vidal Ramos	710
Videira	710
Vitor Meireles	720
Xavantina	720
Xaxim	737

Consórcios

CIM-AMAVI	737
CIMCATARINA	738
CIMVI	738
IBERE	738

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****2 Prorrogação PP 108/2014**

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 108/2014), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto AQUISIÇÃO DE KITS PARA PROFESSORES E MONTAGEM DE UMA SALA INTELIGENTE CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I DESTE EDITAL. conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 25 de setembro de 2014, para a entrega dos envelopes até às 13:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 14:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 14 de setembro de 2014.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANO HERMES
PREGOEIRO

2 Prorrogação PP 106/2014

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 106/2014), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIGILANCIA, SEGURANÇA E SOM AMBIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL. conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 25 de setembro de 2014, para a entrega dos envelopes até às 09:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 10:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 14 de setembro de 2014.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANO HERMES
PREGOEIRO

Água Doce**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº. 7/2014 - FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO 7/2014
PREGÃO PRESENCIAL 7/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 7/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 7/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de móveis, equipamentos de informática e materiais diversos para utilização no setor social do Município, o qual será processado e julgado no dia 26 de setembro de 2014 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 15 de setembro de 2014

ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMAS

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 049/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 049/2014

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 036/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de consumo, higiene e limpeza destinados as unidades administrativas do Município, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h50 horas, do dia 01 de outubro de 2014, em sessão pública, com abertura para as 09h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 15 de setembro de 2014.

Décio Gratner

Prefeito Municipal.

Processo de Licitação Nº 050/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2014

Modalidade: PREGÃO Presencial nº 037/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h50, do dia 02 de outubro de 2014, em sessão pública, com abertura para as 09h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 15 de setembro de 2014.

Décio Grätner

Prefeito Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

Edital Concurso Público Nº 001/2014

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. ARI PRESTES DE OLIVEIRA e a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense, Sra. RITA BRESSAN DE LIMA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para contratar servidores destinado a prover funções, no quadro geral de servidores do Município de Anchieta e do Hospital Municipal Anchietaense, vinculados ao Regime de Trabalho Estatutário e Regime Geral de Previdência Social - RGPS, constantes do quadro a seguir relacionado, qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Municipais, em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010.

1.1.2. O CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO do Município de Anchieta - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao CONCURSO PÚBLICO serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no CONCURSO PÚBLICO implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao CONCURSO PÚBLICO para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.anchieta.sc.gov.br

1.1.6. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir carteira de habilitação CATEGORIA "C" ou "D" para os cargos de MOTORISTAS, OPERADOR I e OPERADOR II conforme solicitado na habilitação de cada cargo.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e PRÁTICA.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de combate à endemia	40h	01	753,52	Ensino fundamental.
Auxiliar de Serviços Gerais (Posto de Saúde Linha Café Filho)	40h	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 4) Área Abrangência: Bairro Cantú, Bairro Xavantes, Linha Gaúcha, Linha Taquaruçu Alto e Linha Taquaruçu Baixo.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 8) Área Abrangência: Linha Santo Inácio, Linha São Judas, Linha Prateleira, Linha Nova Seara e Parte da Linha São Domingos.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 13) Área Abrangência: Av. Anchieta, Av. Brasil, Ruas Olívio Ernesto Garlet, Olímpio Dal Magro, Mato Grosso, Iguaçu, Guilherme Wildner, Vereador Geraldo Garlet, Travessa José Picolli, Paulino Buratti, Caçador e Rua Élio Wassun.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Motorista da Saúde	40h	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Fiscal de vigilância sanitária	40h	01	1.237,13	Ensino Médio.
Psicólogo	40h	01	2.249,32	Curso superior em Psicologia e Registro no CRP.

Fisioterapeuta	40h	01	2.249,32	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta, com registro no CREFITO.
Enfermeiro	40h	*03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

* Nota: De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	02	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Manutenção e Conservação	40hrs	01	899,73	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista	40hrs	01	1.012,19	*Ensino fundamental incompleto e CNH categoria "C" para veículo em geral e "D" para veículos de transporte escolar e carga
Operador I	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Operador II	40hrs	01	1.180,89	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Mecânico	40hrs	02	1.237,13	Ensino Fundamental Incompleto e CNH categoria "C"
Engenheiro civil	20hrs	01	2.332,00	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA

*(Alterado conforme 2ª retificação de 11 de Setembro de 2014).

QUADRO 03 - SECRETARIA FAZENDA

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Fiscal de Tributos e Obras	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Auditor de Tributos	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.

QUADRO 04 - GABINETE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimen- to (R\$)	Habilitação
Agente de Defesa Civil	40hrs	01	1.012,19	Ensino Médio e CNH da categoria "C".
Técnico em Administração	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio.
*Auditor de Controle Interno	40hrs	01	2.249,32	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito com registro no órgão de fiscalização da profissão

*(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

QUADRO 06 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimen- to (R\$)	Habilitação
Monitor Social	20hrs	02	506,10	Ensino Médio

QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimen- to (R\$)	Habilitação
Atendente de Biblioteca	20hrs	01	376,76	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Creche	40hrs	01	753,52	Ensino Médio
Motorista	40hrs	*03	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Series Iniciais	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ensino Infantil	20hrs	*04	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ed. Física	20hrs	02	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

Professor Matemática	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
----------------------	-------	----	---------------	---

*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

QUADRO 08 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de finanças	40hrs	01	1.147,27	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	40hrs	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

2. DAS INSCRIÇÕES

* 2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 10/10/2014.

*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los, via internet seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

*e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 13/10/2014. *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na Prefeitura de Anchieta - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Anchieta - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação

bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fax-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	VALOR R\$
Ensino Superior	R\$ 120,00
Ensino Médio	R\$ 80,00
Ensino Fundamental	R\$ 50,00

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Em face do número limitado de vagas oferecidas neste Concurso Público não haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra

condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 22/11/2014, às 09hrs, nas dependências da E.E.B PROFESSOR OSNI PAULINO DA SILVA, sito na Avenida Brasil s/n - Centro, Município de Anchieta (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão- resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.3. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões inéditas.

*5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de Agente de Combate a Endemia, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Psicólogo, Fisioterapeuta, Enfermeiro, Agente de Manutenção e Conservação, Mecânico, Engenheiro Civil, Fiscal de Tributos, Auditor de Tributos, Auditor de Controle Interno, Agente de Defesa Civil, Técnico em Administrativo, Monitor de Creche, Monitor Social, Atendente de Biblioteca e Agente de Finanças,, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II): *(Incluído e alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

Provas	Nº. Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conj. Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,32	8,00	5,00
2. Português	05	0,20	1,00	
3. Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas

1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para o cargo de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,26	6,50	4,00
2. Português	05	0,20	1,00	
3. Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	8,50	-

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.4. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade C) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática para o cargo de Motorista da Saúde, Motorista, Operador I e Operador II, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,16	4,00	2,50
2. Português	5	0,10	0,50	
3. Matemática	5	0,10	0,50	
TOTAL	35	-	5,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	5,00	2,50
TOTAL	5,00	2,50

5.4.1. Para o cargo acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 2,50 (dois vírgula cinquenta) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática) e nota mínima de 2,50 (dois vírgula cinquenta) pontos na prova prática, conforme tabelas acima.

5.5. DA PROVA DE TÍTULOS (Modalidade D) - A prova de título será para o cargo de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, valendo 1,50 (um vírgula cinquenta) pontos, sendo considerado título para efeito deste Concurso Público os títulos abaixo relacionados:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01	1,00	1,00

Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação, com carga horária mínima de 360 horas.	01	0,50	0,50
TOTAL DE TÍTULOS	02		1,50

5.5.1 - A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas provas escritas, somente para efeitos de classificação.

a) Os pontos destinados as especializações Mestrado e Pós-Graduação para os cargo de professor, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino, por tanto não serão validos atestados ou declarações de conclusão.

b) As cópias dos documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta, nº 838, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

b.1) A entrega dos documentos para a Prova de Títulos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta nº 838, centro do Município de Anchieta, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem do dia 07/10/2014. Em caso de encaminhamento por via postal o Formulário de Títulos deverá ser encaminhado devidamente preenchido e assinado pelo candidato juntamente com os demais documentos.

c) Os Títulos serão relacionados em formulário próprio no momento da entrega dos mesmos com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.

5.6. Normas para a realização da PROVA OBJETIVA:

5.6.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetivas no horário e data estabelecidos pelo Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia) e do Comprovante de Inscrição, o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.6.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.6.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizados de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.6.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do CONCURSO PÚBLICO.

5.6.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.6.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta e um cartão identificação.

5.6.4.1. O candidato deverá apor no Cartão De Identificação, em

local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.6.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, **PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA**, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.6.4.2. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital na parte de traz do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.6.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.6.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. **AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 e 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.**

5.6.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.6.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.6.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO.

5.6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.6.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.6.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.6.13. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em **SESSÃO PÚBLICA** a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, sito na Vereador Geraldo Garlet, nº 01, Centro, Anchieta - SC, às 09hrs do dia 25/11/2014, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão de Identificação).

5.6.13.1. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

5.6.14. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.6.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.6.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.6.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.6.18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão

entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.6.18.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.6.18.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.6.18.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.6.18.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em brancos, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.6.18.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.6.19. No dia de realização das prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.6.20. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados até as 18 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5.6.21. O Município de Anchieta e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.7. Normas para a realização da PROVA PRÁTICA:

5.7.1. Esta prova será aplicada aos candidatos às Funções/Cargos de MOTORISTAS Categoria "C" e "D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C".

5.7.2. A prova prática será realizada no dia 22/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC).

5.7.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado Neste edital para realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do CONCURSO PÚBLICO, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.7.4. Na prova prática, para as funções/cargos de MOTORISTAS Categoria "C" e "D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C" o candidato será avaliado em 10 (Dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução do veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios); postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem); manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada); câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor); retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,50 pontos), Muito Bom (0,40 pontos), Bom (0,30 pontos), Satisfatório (0,20 pontos), Regular (0,10 pontos) e Péssimo (0,00 pontos).

5.7.5. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 5,00 (cinco).

5.7.6. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 2,50 pontos no total da prova prática.

5.7.7. Para a função que se exigir o emprego de veículos ou máquinas, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.7.8. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Comprovante que originou a inscrição;
- b) Documento de Identificação original (conforme Item 5.4.3 deste edital);
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria "C" ou "D", na qual é habilitado devidamente em vigência.

5.6.9. O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

5.6.10. A Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova.

5.8. Materiais permitidos no local de prova:

5.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.8.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.8.3. O Município de Anchieta e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.9. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.10. Poderá ser excluído do certame o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.10.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DO EMPATE NA NOTA FINAL

6.1 - Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

6.2 - Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste CONCURSO PÚBLICO na forma do dispositivo no parágrafo único de art.27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

6.3 - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

6.4 - Maior nota Prova Prática; (Cargos de Motoristas, Operador I e Operador II)

6.5 - Maior número de acertos na prova de Português;

6.6 - Maior número de acertos na prova de Matemática;

6.7 - Maior Idade;

6.8 - Sorteio Público.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito preliminar será divulgado até as 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do CONCURSO PÚBLICO, para cada cargo/função.

8.2 - Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

8.3 - Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

8.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Acessar a "Área do Candidato".

c) Clicar em "recursos e requerimentos".

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.4.2. - Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.5 Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do CONCURSO PÚBLICO.

8.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

8.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos

dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

8.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecurável na esfera administrativa.

8.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

9 - DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

9.1. Os Candidatos do cargo de Agente Comunitário de Saúde que forem aprovados, quando do seu chamamento para assumir a vaga, deverão comprovar residência na área de atuação a qual se inscreveram. *De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

9.2. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.3. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;
- f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

9.4. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

9.5. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

9.6. O CONCURSO PÚBLICO terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação e homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período nos termos da Constituição Federal.

9.7. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente reposicionado ao final da lista dos candidatos aprovados.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A aprovação no CONCURSO PÚBLICO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

10.2. As publicações sobre o CONCURSO PÚBLICO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Anchieta - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

10.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao CONCURSO PÚBLICO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, conforme a legislação vigente.

10.5. O Prefeito do Município de Anchieta - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o CONCURSO PÚBLICO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de Anchieta (SC).

10.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Cronograma.

ANEXO II - Conteúdo Programático;

ANEXO III - Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV - Formulário de Títulos;

ANEXO V - Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VI - Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

ANEXO VII - Decreto Regulamenta as Provas Práticas.

Anchieta (SC), 02 de Setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito

Rita Bressan de Lima

Diretora Administrativa

Vistado na Forma de Lei

Edina G. T. Spironello

OAB/SC 21448

Assessora Jurídica Ameosc

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	02/09/2014	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Anchieta - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.
*Inscrições	*08/09 a 10/10 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos	08/09 a 07/10	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta, 838, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min
*Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	*15/10/2014 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
*Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	*16 e 17/10/2014 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
*Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	*23/10/2014 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas

Publicação das Notas da Prova de Títulos	24/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos	25 a 28/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova de Títulos	05/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação do ensalamento	17/11/2014	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	22/11/2014	- A prova objetiva será realizada na E.E.B Professor Osni Paulino da Silva sito a rua Avenida Brasil - Centro, Município de Anchieta (SC) - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 9hrs e término às 12horas.
Prova Prática	22/11/2014	- A prova prática dos cargos de Motoristas, Operador I e Operador II terá início às 13 horas. - O local de aplicação da Prova Prática será o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) - A partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	24/11/2014	Até as 18 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	25 e 26/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	25/11/2014	Às 09hrs, na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, sito na Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01, Centro, Anchieta - SC
Publicação das Notas da Prova Prática.	25/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas

Publicação do Resultado Preliminar	27/11/2014	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.
Prazo de recurso referente a classificação preliminar	28 a 30/11 e 01/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	10/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial / Final	11/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da classificação/resultados final	12/12/2014	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

ANEXO II

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL SUPERIOR

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto frase ou palavra. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Probabilidades. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

*AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

I CONTABILIDADE GERAL. Fatos contábeis: conceito e classificação. Estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais. Gestão: fluxo dos recursos, origem e aplicação: receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real. Registro contábil das operações típicas de uma sociedade comercial. Operações com mercadorias. Inventário: periódico e permanente. Operações financeiras. Demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Provisões, participações, reservas e dividendos de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações. Princípios e convenções contábeis. II CONTABILIDADE

PÚBLICA. Plano de contas único para os órgãos da Administração Direta. Registros contábeis de operações típicas em Unidades Orçamentárias ou Administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). Inventário: material permanente e de consumo. Balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e alterações. **III AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO.** Princípios, normas técnicas, procedimentos. Controle Interno e Externo: definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade. Ambiente de Controle: integridade, ética e governança corporativa. Avaliação de controles internos; papéis de trabalho. Relatórios e Pareceres. Supervisão ministerial e controle interno. Tipos e formas de atuação do Sistema de Controle: legislação básica, tomadas e prestações de contas. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, objetivos, efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para a dívida; e mecanismos de transparência fiscal. **IV ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS.** Orçamento Público: elaboração, acompanhamento e fiscalização. Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual. Projeto de Lei Orçamentária Anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios, Suprimento de fundos, Restos a Pagar, Despesas de exercícios anteriores. A conta única do Tesouro. Ética profissional. *(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

PSICÓLOGO:

Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento e psicopatologia; clínica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua prática: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética. Ética profissional. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde, CRAS e CREAS.

FISIOTERAPEUTA

Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS); Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termoterapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e

Legislação Profissional.

ENFERMEIRO

Conceitos fundamentais das diversas especialidades clínicas. Noções básicas de urgência/ emergência na prática da enfermagem. Teoria e prática ambulatorial. Vigilância Sanitária e epidemiológica. Educação em saúde. Políticas de saúde/ Princípios e diretrizes do SUS. Fundamentos de Enfermagem - técnicas básicas; Enfermagem médico-cirúrgica; Assistência de enfermagem à pacientes com doenças crônico-degenerativas: diabetes, hipertensão arterial, doenças reumáticas, doenças renais e respiratórias; Assistência de enfermagem a pacientes com doenças transmissíveis, Enfermagem materno- Infantil; Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente; Assistência de enfermagem pré-natal, parto e puerpério e climatério; Aleitamento materno. Lei do exercício profissional; Infecção hospitalar e comunitária; Saúde ocupacional; Educação em Saúde. Lei Federal nº 8.080 e 8.142/90.

ENGENHEIRO CIVIL

Resolução RDC nº. 50/2002 - ANVISA. Perícias. Avaliações. Vistorias de Bens Móveis e Imóveis: Conceitos Básicos; Finalidade de Cada Ato; Metodologias Empregadas; Perícias em Processos Judiciais. Projeto de Obras de Edificação: Arquitetônico; Estrutural; Instalações Elétricas e Hidrossanitárias. Interpretação de Plantas. Documentos Descritivos: Discriminações Técnicas; Cadernos de Encargos; Especificações Técnicas. Legislação e Normas Técnicas. Orçamento de Obras - Aproximados: Por Área; Por Unidade. Discriminados: Composições Unitárias de Custo; Levantamento de Quantitativos; Cálculo de Custo: Custos Diretos, Leis Sociais, BDI. Programação de Obra. Programação Temporal: Gráfico de Gantt; Redes Pert/Com; Linha de Balanço. Programação Físico-Financeira. Materiais de Construção - Aglomerantes: Gesso, Cal, Cimento Portland. Agregados. Argamassa: Dosagem; Traços Para Aplicação. Concreto: Moldado no Local - Dosagem, Tecnologia de Concretos; Peças Pré-Moldadas - Componentes Estruturais; Blocos. Aço: Para Concreto Armado; Perfis Estruturais. Madeira. Materiais Cerâmicos: Tijolos e Blocos para Revestimento de Pisos e Paredes. Vidros. Tintas e Vernizes. Execução da Obra - Sondagens. Locação da Obra. Canteiro de Obras: Instalações Provisórias; Instalações e Equipamentos de Proteção e Segurança; Depósitos e Armazenamento de Materiais; Equipamentos e Ferramentas. Fundações. Escavações. Escoramentos. Estruturas em Concreto Armado. Alvenarias. Esquadrias. Coberturas. Impermeabilização. Revestimento e Acabamento de Pisos e Paredes. Fiscalização de Obras: Acompanhamento de Cronograma Físico-Financeiro; Controle da Execução de Serviços; Medições de Serviços e Emissão de Faturas. Patologia das Edificações: Estruturas em Concreto Armado; Revestimentos; Instalações. Coberturas: Telhados e Terraços. Impacto Ambiental de Projetos Contratos - Tipos. Licitações e Contratos Administrativos. Índices de Atualização de Custos na Construção Civil. Noções de Código de Obras. Lei de Zoneamento e Código de Posturas do Município.

AUDITOR DE TRIBUTOS

Tipos de tributos. Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais; A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes; Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração; Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais; Bens públicos: cálculos e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos. Código Tributário Municipal (lei complementar 001/2005), CF 88, código tributário nacional.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino

da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: matemática e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotsky. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade gímnica e atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade e atividades psicomotoras. Pedagogia do movimento na escola da primeira e da segunda infância. Práticas desportivas, modalidades e regramentos. FUNDEB.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS:

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. FUNDEB.

PROFESSOR ENSINO INFANTIL

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. Fundeb.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RDC 306/04. Portaria 2914/2011. Lei Estadual 6.320/83. Medida provisória 2.190-34 de 23 de agosto de 2001. Lei 8.080/90. Lei 9.782/99. Legislação Sanitária do Estado de Santa Catarina: Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias Alimentação: manipulação, armazenamento, transporte, saúde do trabalhador e edificações. Legislação municipal. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Constituição brasileira de 1988; Título I; Título II; Título III; Cap. VII, Seção I e II; Título VIII; Cap. II, Seção II e Cap. VI.

FISCAL DE TRIBUTOS

Tipos de tributos. Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais; A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes; Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração; Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais; Bens públicos: cálculos e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos. Código Tributário Municipal: Noções básicas.

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária. Doenças Transmissíveis; Visita Domiciliar; Trabalho de Grupo. Orientação a Clientela com relação aos objetivos e serviços prestados pela Defesa Civil. Noções sobre Intoxicação. (Imobilização, Hemorragia, Queimaduras). Higiene. Alimentação. Meio Ambiente. Combate a epidemias. Primeiros Socorros. Constituição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa Civil. Situações que são caracterizadas como situações de Emergência e/ou calamidade Pública. Resolução nº 03, de 2 de julho de 1999 (Conselho Nacional de Defesa Civil). Definição e redação NOPRED e AVADAN. Das Normas de Segurança Contra Incêndios: Sistemas de Segurança previstos pela Norma, Vistorias técnicas realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar. Portaria nº 518/04. Constituição Federal. Decreto 3.179/99. Lei Federal 6.938/1981. Lei Federal nº 9.605/1998. Lei nº 9.795/1999. Resolução nº 357/2005. Resolução Conama nº 237/1997.

TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e

objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

MONITOR SOCIAL

Política Nacional de Assistência Social -PNAS/2004; Matricialidade sociofamiliar e territorialização; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes (Resolução CNAS nº 109/2009); Juventude, adolescências; Políticas Públicas, adolescências e juventudes: a concretização do direito; O socio-educativo em questão: formas de potencializar a convivência e a participação; Constituição Federal de 1988: arts. 229 e 230; Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994): da finalidade, dos princípios e das diretrizes das ações governamentais; Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003); Conselho Nacional do Idoso (Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004): da finalidade e da competência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (Resolução CNAS nº 109/2009); Plano de Ação para o Enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa; Reinserção da terceira idade no mercado de trabalho; Saúde do idoso; Sexualidade. Legislação Específica do Município: Lei Orgânica do Município.

ATENDENTE DE BIBLIOTECA

ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO: Objetivos e funções da biblioteca pública como centro de informação e lazer. Estrutura organizacional da biblioteca pública. Planejamento e administração de unidades de informação. Ação cooperativa em bibliotecas públicas: importância e critério de execução. CONTROLE BIBLIOGRÁFICO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO: Representação descritiva dos registros do conhecimento. Representação temática dos registros do conhecimento. Controle bibliográfico local, nacional e internacional: o papel da biblioteca pública. Desenvolvimento de coleções; ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL; Redes de informação, Internet, noções de informática, Lei Orgânica do Município. Meio ambiente.

MONITOR DE CRECHE

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

AGENTE DE FINANÇAS

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização

administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

I - PORTUGUÊS:

Gramática: encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Classificação das sílabas. Sinais de pontuação. Sílabas tônicas. Divisão silábica. Acentuação. Frases. Substantivo (número, gênero e grau). Artigos. Adjetivos. Pronomes. Numeral e verbo. Preposição. Crase. Sujeito e predicado. Ortografia: grafia correta das palavras. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

MECÂNICO

Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Noções básicas de mecânica de veículos e máquinas. Funcionamento dos principais componentes de um motor à combustão. Montagem e desmontagem das principais peças que compõem um motor à combustão. Parte elétrica de veículos. Sistema de suspensão e frenagem de veículos leves e pesados. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção;

MOTORISTA e OPERADOR I e II

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Legislação e Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Poluição.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA

Preservação do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Ambiental, Combate a doenças, doenças epidêmicas, cuidados com a saúde, hábitos alimentares, higiene. Conhecimentos inerentes ao Programa Saúde da Família. Fatores relacionados a qualidade de vida e Relações Humanas, atendimento ao público. Atendimento às

famílias. Práticas relacionadas ao cargo de Agente Comunitário. Saúde preventiva. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Programas preventivos. Doenças transmissíveis. Lei Federal 10.507/02, Lei Federal 11.350/06. Cadernos de Atenção básica do Ministério da Saúde.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Preservação do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Ambiental, Combate a doenças, doenças epidêmicas, cuidados com a saúde, hábitos alimentares, higiene. Conhecimentos inerentes ao Programa Saúde da Família. Fatores relacionados a qualidade de vida e Relações Humanas, atendimento ao público. Atendimento às famílias. Práticas relacionadas ao cargo de vigilância Comunitário. Saúde preventiva. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal. Programas preventivos. Doenças transmissíveis. Lei Federal 11.350/06. Cadernos de Atenção básica do Ministério da Saúde.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Questões que simulam as atividades de rotina diária; Conservação e manutenção dos órgãos municipais e logradouros públicos; Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); Hierarquia; Princípios básicos da Administração Pública; Servidores públicos; Deveres e Responsabilidades do servidor; Varrição de superfícies diversas; Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros; Carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; Conservação de ferramentas diversas; Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; Uso de carriolas e similares; Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais; Limpeza de veículos e máquinas; Carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários; Conhecimentos básicos de encanador, pedreiro, operador de bomba; Código de Postura do Município.

ANEXO III

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS DA PREFEITURA

*AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

O sistema de Controle Interno tem como objetivo básico assegurar a boa gestão dos recursos financeiros e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração interna do Poder Legislativo, relacionados à execução contábil, financeira, patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, especialmente: Exercer o controle interno de forma prévia, com verificação de sua legalidade, concomitantemente com a elaboração e divulgação dos relatórios e subsequente com apresentação e divulgação das prestações de contas; Exercer o controle interno sobre o gerenciamento e administração de bens e valores sobre os quais o Poder Legislativo responda; Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; Avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras; Comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos; Avaliar os custos das obras e serviços realizados pela administração do Legislativo e apurado em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária; Controle e inscrição de restos a pagar; Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; Acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos; Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos, inclusive de pessoal do Poder Legislativo Municipal; Cumprir todas as metas

e responsabilidades atinentes ao seu cargo, inclusive as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo município e de outras entidades e instituições que sejam necessárias. *(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços auxiliares de limpeza, conservação, zeladoria, revisão e acondicionamento de peças e lubrificação das máquinas; efetuar limpeza nas dependências internas e externas das garagens e seus veículos; manter condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; requisitar material necessário aos serviços; efetuar pequenos consertos necessários a conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso a sua execução; receber e transmitir mensagens; executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista; executar serviços de jardinagem, compreendendo: sementeira, transplante de mudas, podas, preparação e conservação do solo, de praças e jardins públicos; irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para a produção de mudas do viveiro municipal; coletar sementes e mudas de plantas nativas; distribuir, mediante autorização superior, as mudas do viveiro municipal; zelar pelas instalações dos viveiros de mudas do município; capinar todas as áreas pertencentes ao cemitério; executar serviços de limpeza nas mais diversas repartições e setores da municipalidade; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão público; executar serviços de copa e cozinha; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão público; encarregar-se da limpeza e polimento dos móveis, máquinas de escritório; solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico; proceder ao atendimento da distribuição dos serviços da copa e cozinha, solicitando o fornecimento do material necessário ao preparo dos ingredientes; desempenhar tarefas afins.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Realizar mapeamento de sua área; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Vistoriar residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos; Inspeccionar cuidadosamente as caixas d'água, calhas e telhados. Aplicar larvicidas e inseticidas; Orientar quanto à prevenção e tratamento de doenças infecciosas; recensear animais; prevenir e controlar doenças como dengue, chagas, leishmaniose e malária; envolver a comunidade no controle das pragas transmissoras; trabalhar de forma integrada com as equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o Agente Comunitário de Saúde.

ATENDENTE DE BIBLIOTECA

selecionar, organizar e atualizar arquivos, cadastros e fichas; classificar, codificar, catalogar e dispor sobre a tramitação de papéis

e documentos; cumprir os princípios e técnicas de atendimento ao público; conhecer e manter técnicas de relações humanas no trabalho; expedir de relatórios; possuir habilidades em informática; manter postura profissional e apresentação pessoal; atuar na recepção telefônica; atuar na recepção e transmissão de mensagens; requisitar os materiais de consumo; possuir habilidade de comunicação e técnicas de comunicação; atuar nas orientações em pesquisas; manter a ordem interna da biblioteca; executar outras tarefas afins.

AGENTE DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, máquinas agrícolas, borracharia e outras; ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharias em geral; executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros; executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquina de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna; desmontar, montar e lubrificar ferramentas; executar serviços de eletricidade em geral; montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção; executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação; executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria a vistas de instruções; executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes; executar trabalho simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas; executar trabalhos simples e complementares gráfico, mecânico, e gráfico eletrônicos; executar serviços de serralheria compreendendo trabalhos simples e complementares como confecção de peças e reparos; executar trabalho simples ou complementares de solda; executar simples de hidráulica; executar serviços de pedreiro e carpinteiro, enfim serviços manutenção e conservação e manutenção de todas as edificações pertencentes ao Município; desempenhar outras tarefas semelhantes;

MECÂNICO

Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários; orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto a técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento; executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparos e ajustagem de motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros; desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamento, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões; desmontar, reparar e montar distribuidores; desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; retificar cilindros, eixos e válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas; trocar óleo de veículo, lavagem e lubrificação de máquinas; executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc; executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relés, instalação de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos; executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros; executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores outros que exijam mão de obra mais especializada;

MOTORISTA

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins; Dirigir veículos carga pesada, transportando materiais e equipamentos; zelar pelo abastecimento conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo, sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder o controle contínuo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificação de usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; manter atualizada a documentação da habilitação profissional;

MOTORISTA DA SAÚDE

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; transportar pacientes e/ ou servidores do município; auxiliar nos primeiros socorros a pacientes dentro da ambulância, bem como locomovê-los nas macas para o interior de hospitais; dirigir automóvel, ônibus, caminhão, camioneta, ambulância, dentro ou fora do perímetro urbano ou suburbano; cuidar da manutenção do veículo e fazer-lhe pequenos reparos; executar outras tarefas afins.

OPERADOR I

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz e equipamento até 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento dos serviços executados identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

OPERADOR II

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; operar máquina como: motoniveladora, trator de esteira, retro escavadeira e equipamentos acima de 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os

serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

MONITOR DE CRECHE

Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere a higiene pessoal; auxiliar as crianças na alimentação; servir refeições e auxiliar crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência diária e mensal dos menores; auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; executar tarefas afins;

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Executar, de acordo com a programação da Coordenadoria da Defesa Civil, serviços internos e externos, objetivando promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, no que diz respeito à avaliação e à redução de riscos, através da diminuição de suas ocorrências e intensidades, compreendendo ainda a prevenção, preparação para situações emergenciais e respostas aos desastres; agir em resposta aos desastres, prevenindo ou minimizando danos, socorrendo a população atingida e ameaçada, reabilitando e recuperando áreas deterioradas, bem como auxiliando em atividades de reconstrução; contribuir no desenvolvimento de projetos de mudança cultural, monitoração, alerta e alarme, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento institucional, bem como programas de prevenção e preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução, visando o atendimento, a segurança e o bem estar da população; atuar na iminência ou em situação de desastres, bem como participar da escala de plantão, estando disponível para atender aos pedidos emergenciais, quando for acionado, independente do horário, visando primar pela segurança da população; contribuir com a segurança da população em hipóteses de riscos de desastres, atuando nas operações de resposta aos desastres e definindo suas atribuições, e cadastrando, organizando e mantendo permanentemente atualizado em banco de dados e mapas temáticos a disponibilidade e localização dos recursos, equipamentos, instalações de apoio, entre outros; contribuir no desenvolvimento de projetos de aparelhamento e apoio logístico, socorro e assistências às populações, reabilitação dos cenários de desastre; cumprir e fazer cumprir a legislação do Município e demais normas pertinentes ao cargo; efetuar relatórios de suas atividades, visando gerar informações pertinentes; executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior hierárquico; participar da formação de Núcleos de Defesa Civil e outras atividades correlatas.

MONITOR SOCIAL

Prestar atendimento sócio educacional às Crianças/Adolescentes abrigados; orientar a alimentação das Crianças/Adolescentes abrigados; orientar a higiene pessoal das Crianças/Adolescentes, afim de evitar a propagação e o surgimento de doenças e piolhos, dentre outros; acompanhar as Crianças até a Instituição de Ensino, quando necessário; participar de reuniões escolares ou de cursos que por ventura os abrigados estejam frequentando, orientar as Crianças / Adolescentes na efetivação dos seus deveres de casa; acompanhar as Crianças/Adolescentes aos serviços de saúde - médico, quando solicitado pelo Profissional de Saúde, e em casos específicos solicitar a presença do técnico social,; elaborar

relatórios diversos; orientar na confecção de peças de artesanato em madeira, tais como brinquedos, objetos de decoração, utilidades domésticas, dentre outros; dar assistência e orientação em trabalhos de macramê; acompanhamento em trabalho de bordado e crochê; orientação no artesanato de flores e pintura em tecido; executar outras atribuições.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Desenvolver ações de inspeção, promoção e prevenção para evitar e/ou diminuir riscos à saúde da população e do meio ambiente; identificar os agentes causais e condicionantes do processo saúde/doença, do processo de produção e consumo de bens e serviços e da ocupação dos espaços e da organização da sociedade; realizar estudos, supervisão, controle e execução de fiscalização de alta complexidade; fazer levantamentos estatísticos das ações sanitárias e de saúde pública; desenvolver atividades de fiscalização e orientação dos estabelecimentos de atividades econômicas em geral, de ambulantes, de feirantes, e de pessoas sujeitas às ações da Vigilância Sanitária de baixa e média complexidade, emitir relatórios, laudos, termos, pareceres, lavra peças fiscais próprias do ato fiscalizador; realizar serviços internos e externos, inclusive informatizados, relacionados com a Administração Sanitária em geral; executar atividades de natureza fiscal, policial e operacional, envolvendo serviços relativos à inspeção em vigilância em saúde; elaborar planos de ação, pareceres, recursos e outros esclarecimentos quando solicitado pelos superiores; executar outras atribuições afins.

FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Plano Diretor, Código de Posturas, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais regulamentares pertinentes; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviço, apuração de denúncias, concessão de inscrições municipais e informações em processo fiscal; notificar e aplicar as penalidades previstas em Leis e Regulamentos Municipais; localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; atender consultas de caráter tributário, fiscal, de postura, edificações e zoneamento; cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano; executar inspeção em livros, documentos, registro de imóveis para constatar a satisfação plena do crédito Tributário Municipal; fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo município; fiscalizar obras, estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e patrimoniais; efetuar diligências examinando documentos legais das empresas; examinar processos emitindo pareceres; realizar levantamentos internos preenchendo fichas e outros documentos; atender o público em geral prestando informações; realizar cálculos de multas e correções; emitir autos de infração/intimação de acordo com as irregularidades encontradas; desincumbir-se de outras atribuições e outras tarefas semelhantes;

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; redigir instruções, ordem de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; realizar trabalhos administrativos da Instituição nas áreas de recursos humanos, finanças, acadêmicas, logística e de administração geral; atender ao público interno e externo; fazer e atender chamadas telefônicas obtendo e fornecendo informações; preparar relatórios e planilhas de cálculos diversos; elaborar documentos administrativos, tais como ofício, informação ou parecer técnico, memorandos, atas dentre outros; secretariar as unidades; orientar, instruir e proceder a tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos; elaborar levantamentos de dados e informações; participar de projetos na área administrativa; participar de comissões e grupos de trabalhos, quando designado; efetuar registro, preenchimento

de fichas, cadastro, formulários, requisições de materiais, quadros e outros similares; elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas, roteiros manuais de serviços, boletins e formulários; elaborar estudos objetivando o aprimoramento de normas e métodos de trabalho; proceder as operações micrográficas, seguindo normas técnicas; arquivar sistematicamente documentos; manter organizado e ou atualizar arquivos, fichários e outros, promovendo medidas de preservação do patrimônio documental; auxiliar na organização de promoções culturais e outras; receber, conferir, armazenar, controlar e entregar produtos, materiais e equipamentos no almoxarifado ou em outro local; participar de programa de treinamento, quando convocado; zelar pela conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos e ambiente de trabalho; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; desenvolver outras atividades afins.

PSICÓLOGO

Realizar psicodiagnósticos para fins de seleção, orientação vital e pré-profissional; proceder a análise de funções sob o ponto de vista psicológico; proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao tratamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos; fazer psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico; fazer exames de seleção em crianças, para fins de ingresso em instituições assistenciais; prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos; atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial, ou portadoras de desajustes familiares e escolares, encaminhando-as para escolas ou classes especiais; formular com base em elementos colhidos, hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos; realizar perícias e elaborar pareceres; prestar atendimento psicológico à crianças e adolescentes em instituições comunitárias do Município, bem como os encaminhamentos do Conselho Tutelar; manter atualizado o prontuário de casos estudados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ENGENHEIRO CIVIL

Desenvolver, coordenar, projetar, planejar, especificar, implantar, orientar, executar, monitorar e avaliar os processos de arquitetura e urbanismo, inclusive de obras complementares e de reforma de edificações, de acordo com as normas e procedimentos em vigor na categoria profissional. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativo a rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, pavimentação urbana, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos; Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos; Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos; Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas; Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico; Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal; Acompanhar e fiscalizar o andamento das obras públicas; Supervisionar e auxiliar na análise, fiscalização e aprovação de projetos, de acordo com as normas vigentes de projetos residenciais, industriais e comerciais, bem como projetos de parcelamento de solos urbanos, dentre outros; Assinar documentos referentes às atividades e às competências profissionais; Gerenciar a emissão de vistorias técnicas, memoriais descritivos das obras, elaboração

de relatórios das diligências efetuadas, e orientações técnicas, encaminhando-as aos responsáveis. Bem como, desincumbir-se de outras atividades determinadas pela chefia imediata.

AUDITOR DE TRIBUTOS

Coordenar o planejamento das atividades internas e externas do departamento de tributação, fiscalizando a realização; auditar e fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais e outras fontes de tributo; orientar, coordenar e controlar atividades relativas a tributação, arrecadação, fiscalização e aplicação da legislação tributária; instruir processos tributários e de cobrança da dívida ativa; lavrar notificações por infração às leis tributárias e fazer a apreensão de mercadorias nos casos exigidos; fazer avaliação para efeito de tributação; manter e atualizar fichas de cadastro de contribuintes; elaborar boletins de atividades de produção e relatórios sobre ocorrências fiscais; atender e orientar contribuintes sobre incidência tributária; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais e proceder a fiscalização tributária; executar atividades inerentes à tributação e fiscalização, a fim de contribuir para que a política tributária - fiscal se compatibilize com medidas de interesse do desenvolvimento econômico do município; executar tarefas de fiscalização de tributos da municipalidade; analisar a escrituração fiscal de prestadores de serviços e de mapas de valores imobiliários; realizar buscas e apreensões de documentos fiscais; autuar contribuintes em infração; auditar os processos da área de administração tributário-financeira; participar de programas de planejamento e de programação fiscal; atender e prestar informações ao contribuinte; realizar vistorias técnicas e diligências fiscais.

FISIOTERAPEUTA

Desenvolver trabalho de planejamento, programação, ordenação, coordenação, execução e a supervisão de métodos e técnicas fisioterápicas que visem atender a saúde nos níveis de prevenção primária, secundária e terciária; participar da elaboração de diagnóstico, prescrever, ministrar e supervisionar terapia física, que objetive preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgão, sistema ou função do corpo humano; utilizar-se, isolada ou concomitante, de agente termoterápico ou crioterápico, hidroterápico, fototerápico, aeroterápico, eletroterápico ou sonidoterápico; utilizar-se, com o emprego ou não de aparelho, de exercício respiratório, cárdio-respiratório, cárdio-vascular, de educação ou reeducação neuromuscular, de regeneração muscular, de relaxamento muscular, de locomoção, de regeneração osteo-articular, de correção de vício postural, de adaptação ao uso de órtese ou prótese e de adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais para, o desempenho físico do cliente; avaliar, reavaliar e determinar as condições de alta do cliente submetido à fisioterapia; dar parecer fisioterápico na área cinético-funcional do aparelho motor e respiratório; realizar outras atividades inerentes a sua formação curricular universitária; participar da equipe multidisciplinar na recuperação e reabilitação do cliente; desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

ENFERMEIRO

Dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde; organizar e dirigir os serviços e de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; prestar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; realizar consulta de enfermagem; prescrever a assistência de enfermagem; cuidar diretamente de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; cuidar de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; participar no planejamento, execução e avaliação dos programas; participar na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina estabelecida pela instituição; participar em projetos de construção ou reforma de unidade de internação; prevenir e controlar as infecções

hospitalares (policlínicas); participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puerperal e ao recém-nascido; participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; acompanhar a evolução e o trabalho de parto; executar a assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem destorcia; participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde; participar em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo e contratação de enfermeiro ou pessoal técnico e auxiliar de enfermagem; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

PROFESSOR

Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96; possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministras aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar. Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa; Manter com os colegas o espírito de colaboração; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executar serviços de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas do Hospital, bem como o atendimento,

utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral para mantê-los em condições de uso; Auxiliar na remoção de móveis e equipamentos; Separar os materiais para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais e resíduos hospitalar, contaminados ou não); Reabastecer os banheiros com papel higiênico, com papel toalha e sabonete; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do seu setor; Solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico superior; Proceder ao atendimento dos serviços de copa e cozinha, com atendimento aos servidores e pacientes de acordo com suas dietas, solicitando o fornecimento do material necessário para o preparo das refeições; Zelar pela guarda e conservação, manutenção dos equipamentos utilizados no trabalho; Executar outras atividades de apoio operacionais ou correlatas.

AGENTE DE FINANÇAS

Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; Redigir instruções, ordens de serviços, cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, e atividades correlatas; Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; Realizar registros em geral; Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; Secretariar autoridades de hierarquia superior, redigindo expedientes relacionados com as suas atividades; Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação; Fazer acompanhamento sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos; Executar programas relacionados à arrecadação de recursos provenientes de convênios.

ENFERMEIRO

O enfermeiro responde administrativamente e tecnicamente nas 24 horas pela assistência prestada aos pacientes e pelos servidores atuantes, gerencia e coordena a equipe e o posto de enfermagem, assim como presta serviços assistenciais; Conhecer todos os pacientes internados na unidade; Fazer o histórico de enfermagem na admissão do paciente; Fazer as prescrições de enfermagem diárias; Fazer as evoluções de enfermagem diárias; Prestar assistência de enfermagem direta aos pacientes mais graves; Identificar e tomar condutas rápidas diante das situações fora da rotina da unidade; Orientar diariamente os profissionais de enfermagem na realização dos procedimentos; Garantir o bom funcionamento dos equipamentos.

ANEXO IV

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

FORMULÁRIO TÍTULOS

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS

NOME: _____

INSCRIÇÃO: _____

FUNÇÃO: _____

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 01/2014.

TÍTULOS	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Mes- trado na área de Educação.	01	1,00 ponto
Curso completo de Pós- Graduação na Área de Educação com carga horária mínima de 360 horas.	01	0,50 ponto
TOTAL DE TÍTULOS	02

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referên-
cia, foram avaliados em _____ pontos.

Anchieta dede 2014.

Assinatura do Candidato	Assinatura Resp. pelo Recebimento dos Títulos
-------------------------	--

ANEXO V

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE ANCHIETA

DECRETO Nº. 112/2014, de 29 de Agosto de 2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usan-
do das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos
da Lei Orgânica;

DECRETA:

*Art. 1º - Designar: Vanusa Cantú, Dario Signor e Fabiane Gar-
let Bertolin, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes
e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para
comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CONCUR-
SO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Adminis-
tração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos,
instaurados através do Edital nº. 001/2014. *(Alterado conforme
Decreto nº. 118/2014, de 10 de setembro de 2014).

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos,
verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar
a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de
acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão
poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais,
equipamentos e instalações necessárias para a concretização do
objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato,
correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

DECRETO Nº. 113/2014, de 29 de Agosto de 2014

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CA-
TARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vi-
gente;

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zan-
chettin e Edina Tremea Spironello, brasileiros, representantes da
AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa
Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MU-
NICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e fina-
lidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº.
001/2014.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração
do programa de provas, assessorar quando da realização das ins-
crições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las,
efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, co-
ordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos can-
didatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito
Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido
no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requi-
sitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e
instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a
autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das
comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração
das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha
reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato
cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato,
correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANCHIETA/SC, 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DE PROVA PRÁTICA

*DECRETO Nº. 115/2014, de 29 de Agosto de 2014

Regulamenta as provas práticas para as funções de MOTORISTAS
Categoria " C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e
OPERADOR II Categoria "C", do Edital de CONCURSO PÚBLICO
001/2014, para contratação de servidores para provimento efeti-
vo, de acordo com o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CA-
TARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vi-
gente;

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do CONCURSO PÚBLICO Edital 001/2014
para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para às

Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", a que se refere o CONCURSO PÚBLICO do Edital 001/2014 que serão aplicadas pelo pela Ameosc, no dia 22/11/2014, com início às 13 horas, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I - Operador I e II "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

Operador de Máquinas I - CNH C: Trator de Pneus TL 75 acoplado de rolo compactador;

Operador de Máquinas II - CNH C: Retro Escavadeira Caterpillar.

Operador de Máquinas II - CNH C: Motoniveladora Caterpillar 120.

II - Motorista Categoria "C e D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

*Motorista - CNH C e D Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Ford Cargo Placas MHF 9193; *(Alterado conforme 2ª retificação de 11 de Setembro de 2014).

Motorista - CNH C Secretaria de Saúde: Ambulância - Placas MKZ 4422.

Motorista - CNH D Secretaria de Educação: Ônibus Escolar - Placas MLK 2784.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

Art. 2º Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, Vilson Luiz Rossato, Secretário de Infraestrutura e Obras, Neri Gaspar Diretor de Infraestrutura e Obras e Guiomar Antonio Prevedello Motorista da Educação, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta/SC,
em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

Extrato Edital Concurso Público Nº 001/2014

EXTRATO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. ARI PRESTES DE OLIVEIRA e a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense, Sra. RITA BRESSAN DE LIMA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para contratar servidores destinado a prover funções, no quadro geral de servidores do Município de Anchieta e do Hospital Municipal Anchietaense, vinculados ao Regime de Trabalho Estatutário e Regime Geral de Previdência Social - RGPS, constantes do quadro a seguir relacionado, qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.2. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e PRÁTICA.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01 - SEC. DE SAÚDE

Cargo / Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de combate a endemia	40hrs	01	753,52	Ensino fundamental
Auxiliar de Serviços Gerais (Posto de Saúde Linha Café Filho)	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
*Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 4) Área Abrangência: Bairro Cantú, Bairro Xavantes, Linha Gaúcha, Linha Taquaruçu Alto e Linha Taquaruçu Baixo.	40hrs	01	901,85	Ensino fundamental
*Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 8) Área Abrangência: Linha Santo Inácio, Linha São Judas, Linha Prateleira, Linha Nova Seara e Parte da Linha São Domingos.	40hrs	01	901,85	Ensino fundamental
*Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 13) Área Abrangência: Av. Anchieta, Av. Brasil, Ruas Olívio Ernesto Garlet, Olímpio Dal Magro, Mato Grosso, Iguaçu, Guilherme Wildner, Vereador Geraldo Garlet, Travessa José Picolli, Paulino Burratti, Caçador e Rua Élio Wassun.	40hrs	01	901,85	Ensino fundamental

Motorista da Saúde	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Fiscal de vigilância sanitária	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Psicólogo	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Psicologia e Registro no CRP
Fisioterapeuta	40hrs	01	2.249,32	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta, com registro no CREFITO.
Enfermeiro	40hrs	*03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

* Nota: De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

QUADRO 02 - SEC. INFRAESTRUTURA

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	02	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Manutenção e Conservação	40hrs	01	899,73	Ensino Fundamental Incompleto
*Motorista	40hrs	01	1.012,19	*Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte escolares e de carga
Operador I	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Operador II	40hrs	01	1.180,89	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Mecânico	40hrs	02	1.237,13	Ensino Fundamental Incompleto e CNH categoria "C"
Engenheiro civil	20hrs	01	2.332,00	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA

*(Alterado conforme 2ª retificação de 11 de Setembro de 2014).

QUADRO 03 - SEC. FAZENDA

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Fiscal de Tributos	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Auditor de Tributos	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.

QUADRO 04 - GABINETE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de Defesa Civil	40hrs	01	1.012,19	Ensino Médio e CNH da categoria "C".
Técnico em Administração	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio.
*Auditor de Controle Interno	40hrs	01	2.249,32	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito com registro no órgão de fiscalização da profissão

*(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

QUADRO 06 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Monitor Social	20hrs	02	506,10	Ensino Médio

QUADRO 07 - SEC. EDUCAÇÃO

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Atendente de Biblioteca	20hrs	01	376,76	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Creche	40hrs	01	753,52	Ensino Médio
Motorista	40hrs	*03	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Series Iniciais	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

Professor Ensino Infantil	20hrs	*04	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ed. Física	20hrs	02	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Matemática	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

QUADRO 08 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE				
Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de finanças	40hrs	01	1.147,27	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	40hrs	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

2. DAS INSCRIÇÕES

*2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 10/10/2014.

*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

3. DAS PROVAS

3.1. A prova objetiva será aplicada no dia 22/11/2014, às 09hrs, nas dependências da E.E.B PROFESSOR OSNI PAULINO DA SILVA, sito na Avenida Brasil s/n - Centro, Município de Anchieta (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

3.2. A prova prática será realizada no dia 22/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC).

A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Anchieta e nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

Anchieta (SC), 02 de Setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito

Rita Bressan de Lima
Diretora Administrativa

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

2ª Retificação do Edital de Concurso Público Nº 001/2014

2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Através da presente RETIFICAÇÃO, o Edital do Concurso Público nº 001/2014 sofre alteração, a saber: alteração da Habilitação exigida para o cargo de Motorista da Secretaria de Infraestrutura e o número do decreto de regulamentação da prova prática, conforme descrito abaixo:

ONDE LIA-SE:

QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA				
Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte escolares e de carga

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA				
Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino fundamental incompleto e CNH categoria "C" para veículo em geral e "D" para veículos de transporte escolar e carga

ONDE LIA-SE:

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DE PROVA PRÁTICA

DECRETO Nº. 114/2014, de 29 de Agosto de 2014

Motorista - CNH C Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Ford Cargo Placas MHF 9193;

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DE PROVA PRÁTICA

DECRETO Nº. 115/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Motorista - CNH C e D Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Ford Cargo Placas MHF 9193;

Todas as demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Anchieta, 11 de Setembro de 2014.

2ª Retificação do Extrato do Edital de Concurso Público Nº 001/2014

2ª RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Através da presente RETIFICAÇÃO, o Extrato do Edital do Concurso Público nº 001/2014 sofre alteração, a saber: alteração da Habilitação exigida para o cargo de Motorista da Secretária de Infraestrutura, conforme descrito abaixo:

ONDE LIA-SE:

QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA				
Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte escolares e de carga

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA				
Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino fundamental incompleto e CNH categoria "C" para veículo em geral e "D" para veículos de transporte escolar e carga

Todas as demais informações constantes no referido extrato de edital permanecem inalteradas.

Anchieta, 11 de Setembro de 2014.

Decreto Nº. 109/2014, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 109/2014, de 29 de Agosto de 2014

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.107, de 29 de agosto de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, na Secretaria de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em conformidade com os prescritos neste Decreto, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 10.01.08.244.0488.2.215 - Manutenção da Proteção Social Básica, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 - Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotação orçamentária

suficiente para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0488.2.215 - Manutenção do Programa Proteção Social Básica
() 3.3.90.00.00.00.00.0716 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 716 (00.01.0716), Transferência de Recursos do FEAS Programa Proteção Social Básica.

Art. 3º. Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 2º deste Ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para a implementação do Programa Proteção Social Básica, de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito introduzido neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 29 de agosto de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicado nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 110/2014, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 110/2014, de 29 de Agosto de 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 470.650,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.108, de 29 de agosto de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, concernente ao PPA - Plano Plurianual, para a execução do exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais).

§ 1º Ficam instituídas as Fontes de Recursos abaixo discriminadas conforme segue:

AÇÃO	UNIDADE	VALOR R\$	CONVÊNIO RECURSO
Equipamentos e Material Permanente para os serviços Agropecuários	UN	100.000,00	Recurso SDR/FUNDO SOCIAL Recurso 0083
	UN	17.650,00	Recurso Contrapartida Recurso 0131
Iluminação e Revitalização da Avenida Anchieta	UN	300.000,00	Recurso SDR/FUNDO SOCIAL Recurso 0078
	UN	53.000,00	Recurso Contrapartida Recurso 2279
TOTAL		470.650,00	

Quadro 1: Projeto para inclusão no PPA, destinados a implementação de novas ações através de Convênios junto à SDR/FUNDO SOCIAL.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013 LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, através da constituição de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais), instituindo-se para tal matéria orçamentária para a aplicação junto à Secretaria de Agricultura e Secretaria de Infraestrutura, deste Ente Federado.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013 LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais), instituindo-se para tal matéria orçamentária para a aplicação junto à Secretaria de Agricultura e Secretaria de Infraestrutura, deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais), em conformidade com o disposto a seguir:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 01 - Agricultura

06.01.20.601.0111.1.116 - Aquis. Equip. Mater. Perman. p/ Serviços Agropecuários

(155) 4.4.90.00.00.00.00.00 0083 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00(156) 4.4.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 17.650,00

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01 - Planejamento e Serviços Urbanos

07.01.15.451.0575.1.117 - Iluminação e Revitalização da Avenida Anchieta

(157) 4.4.90.00.00.00.00.00 0078 - Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00(158) 4.4.90.00.00.00.00.00 2279 - Aplicações Diretas
..... R\$ 53.000,00

Parágrafo Primeiro: fica instituída a Fonte de Recursos (083) intitulada como Outras Transferências do Estado - 30ª SDR/Fundo Social - Agricultura.

Parágrafo Segundo: fica instituída a Fonte de Recursos (078) intitulada como Outras Transferências do Estado - 30ª SDR/Fundo Social - Infra Estrutura.

Art. 5º Para as coberturas parciais dos Créditos ora permitidas fica autorizado à abertura e utilização do provável excesso de arrecadação, provenientes dos Convênios firmados com a 30ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, através do FUNDO SOCIAL, cujas fontes de recursos estão discriminadas no Art. 4º §1º e § 2º.

Art. 6º Para o atendimento do crédito de recursos ordinários (0131) fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução das dotações orçamentária abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 01 Agricultura

06.01.20.606.0145.2.034 - CONSAD

(86) 3.1.71.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 17.650,00

Art. 7º Para dar atendimento ao crédito de recursos (2279) Superávit - Fundo Especial do Petróleo fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior o código (2279), no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), conforme preceitua o Art. 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais pertinentes.

Art. 8º Fica revogada em especial a Lei Ordinária nº 2.070/14 de 24 de abril de 2014, que trata em síntese do mesmo texto legal, para adequação nas fontes de recursos em atividades deste Ente Federado.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta-SC,
em 29 de agosto de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 111/2014, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 111/2014, de 29 de Agosto de 2014

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.109, de 29 de agosto de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina em conformidade com a Adesão ao Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, objetivando Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.123 - Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/ PAR/FNDE.

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0828-Aplicações Diretas

R\$ 489.000,00

Total R\$ 489.000,00

Parágrafo Único: Fica instituído a Fonte de Recursos (0828) intitulada como Outros Recursos Fundo Nac. Desenv. Educação-FNDE.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a

utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes de Recurso extra orçamentário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através do Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC no valor de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Leais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei nº 2.085/2014 de 23 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 29 de agosto de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicada nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 112/2014, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 112/2014, de 29 de Agosto de 2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Vanusa Cantú, Dario Signor e Marcos Eduardo Pretto, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital nº. 001/2014.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na

Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 113/2014, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 113/2014, de 29 de Agosto de 2014

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Edina Tremea Spironello, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através dos Edital nº. 001/2014.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANCHIETA/SC, 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 114/2014, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº. 114/2014, de 29 de agosto de 2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 100 DE PROPRIEDADE DE ANTENOR PEROZZO E ZIRLIETE DA GRAÇA PEROZZO, SITO NAS ESQUINAS DA RUA MINAS GERAIS COM ARUA TIRADENTES, NA CIDADE DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento do LOTE URBANO Nº 100 (cem), com área de 1012,00m² (um mil e doze metros quadrados), de propriedade de ANTENOR PEROZZO E ZIRLIETE

DA GRAÇA PEROZZO, sob matrícula nº5.277, do CRI da Comarca de Anchieta/SC, aprovado pela área técnica do município;

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do LOTE URBANO Nº 100 (cem), com área de 1012,00m² (um mil e doze metros quadrados), com UM PRÉDIO EM ALVENARIA, com área de 229,55m², situados na esquina das ruas Minas Gerais e Tiradentes, no Município de Anchieta, Santa Catarina, de propriedade de ANTE-NOR PEROZZO E ZIRLIETE DA GRAÇA PEROZZO, sob matrícula nº5.277, do CRI da Comarca de Anchieta/SC, aprovado pela área técnica do município;

§1º Esta área será dividida em duas novas áreas, uma com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), outra com 345,00 m² (trezentos e quarenta e cinco metros quadrados) ficando com uma área remanescente de com 367,02 m² (Trezentos e sessenta e sete metros com zero virgula dois centímetros quadrados).

I - ANTES DO DESDOBRAMENTO

LOTE URBANO Nº 100 (cem), com área de 1012,00m² (um mil e doze metros quadrados), com UM PRÉDIO EM ALVENARIA, com área de 225,50m², situados na esquina das ruas Minas Gerais e Tiradentes, no Município de Anchieta, Santa Catarina, com as seguintes dimensões e confrontações:

NORTE: Com a Rua Tiradentes, numa extensão de 23,00 metros.

SUL: Com parte do lote urbano nº99, por linha seca, de 23,00 metros.

LESTE: Com parte do lote urbano nº101, por linha seca, de 44,00 metros.

OESTE: Com a Rua Minas Gerais, numa extensão de 44,00 metros.

II - ÁREA DESMEMBRADA 01:

PARTE DO LOTE URBANO Nº 100 (cem), com área de 345,00m² (trezentos e quarenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua Minas Gerais, no Município de Anchieta, Santa Catarina, com as seguintes dimensões e confrontações:

NORTE: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 23,00 metros.

SUL: Com parte do lote urbano nº99, por linha seca, de 23,00 metros.

LESTE: Com parte do lote urbano nº101, por linha seca, de 15,00 metros.

OESTE: Com a Rua Minas Gerais, numa extensão de 15,00 metros.

III - ÁREA DESMEMBRADA 02:

PARTE DO LOTE URBANO Nº 100 (cem), com área de 367,00m² (trezentos e sessenta metros e setenta e cinco centímetros quadrados), com área construída de 217,50m² (duzentos e dezessete virgula cinquenta metros quadrados), situados na Rua Tiradentes, no Município de Anchieta, Santa Catarina, com as seguintes dimensões e confrontações:

NORTE: Com a Rua Tiradentes, numa extensão de 14,00 metros.

SUL: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 15,50 metros.

LESTE: Com parte do lote urbano nº101, por linha seca, de 23,92 metros.

OESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 2,50 metros.

Novamente ao NORTE: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 1,50 metros.

Novamente OESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por

linha seca, de 21,42 metros.

IV - ÁREA REMANESCENTE:

LOTE URBANO Nº 100 (cem), com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), com UM PRÉDIO EM ALVENARIA, com área de 229,55m², situados na esquina das ruas Minas Gerais e Tiradentes, no Município de Anchieta, Santa Catarina, com as seguintes dimensões e confrontações:

NORTE: Com a Rua Tiradentes, numa extensão de 9,00 metros.

SUL: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 23,00 metros.

LESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 21,42 metros.

Novamente ao SUL: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 1,50 metros.

Novamente ao LESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº100, por linha seca, de 2,50 metros.

OESTE: Com a Rua Minas Gerais, numa extensão de 29,00 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se parcialmente o decreto 192/2013 de 16 de dezembro de 2013.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 29 de agosto de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 115/2014, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 115/2014, de 29 de Agosto de 2014

Regulamenta as provas práticas para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", do Edital de CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para contratação de servidores para provimento efetivo, de acordo com o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do CONCURSO PÚBLICO Edital 001/2014 para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", a que se refere o CONCURSO PÚBLICO do Edital 001/2014 que serão aplicadas pelo pela Ameosc, no dia 22/11/2014, com início às 13 horas, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I - Operador I e II "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito,

de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

Operador de Máquinas I - CNH C: Trator de Pneus TL 75 acoplado de rolo compactador;

Operador de Máquinas II - CNH C: Retro Escavadeira Caterpillar.

Operador de Máquinas II - CNH C: Motoniveladora Caterpillar 120.

II - Motorista Categoria "C e D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista - CNH C Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Ford Cargo Placas MHF 9193;

Motorista - CNH C Secretaria de Saúde: Ambulância - Placas MKZ 4422.

Motorista - CNH D Secretaria de Educação: Ônibus Escolar - Placas MLK 2784.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

Art. 2º Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, Vilson Luiz Rossato, Secretário de Infraestrutura e Obras, Neri Gaspar Diretor de Infraestrutura e Obras e Guiomar Antonio Prevedello Motorista da Educação, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta/SC,
em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 116/2014, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº. 116/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e

legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº 2.035/2013, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DE CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Rodoviário Municipal

(103)-3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Rodoviário Municipal

(101)-3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2034/2013, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
29 de agosto 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato Foi registrado e publicado nesta Mesma data e na forma da Lei.

Anchieta-(SC), 29/08/2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 117/2014, de 03 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 117/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA DECRETO Nº 065/2014 QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CMMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº. 1.614/08, de 28 de Abril de 2.008 e Lei Municipal nº 1.886 de 28 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a mudança de representantes dos Órgãos Governamentais devido à exoneração ou afastamento;

CONSIDERANDO a nova estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal conforme Lei Complementar Municipal nº 032/2011;

DECRETA:

Art. 1º. - Os membros titulares e os respectivos suplentes do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) para o mandato de dois anos, compreendendo o período de dezembro de 2014 a dezembro de 2016 passam a ser os seguintes:

I - Órgãos governamentais:

a) Secretaria de Agricultura: George Teixeira (Titular) e Ricardo Perin (Suplente);

b) Secretaria de Saúde Pública: Rosângela Teixeira (Titular) e Fabiane Bertolin (Suplente);

c) Secretaria de Infraestrutura: Vilson Luiz Rossato (Titular) e Othar Rostirolla (Suplente);

d) Secretaria de Educação, Cultura e Esporte: Leonita de Souza (Titular) e Camila Signori (Suplente);

e) Secretaria de Desenvolvimento Local: Nelson Claudiomiro Duarte (Titular) e Eduardo Scholtze (Suplente);

f) Poder Legislativo Municipal: Gilmar de Souza (Titular) e Edegar Griebler (Suplente);

I - Entidades não governamentais:

a) SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar: Leucir Antonio Carpegiani (Titular) e Ventura Wolff (Suplente);

b) Associação Comercial, Industrial e Serviços Anchieta - ACISA: Renan Luiz Locatelli (Titular) e Gilmar Heineck (Suplente);

c) Pastoral da Juventude: Elio Cristófoli (Titular) e Delço Radavelli (Suplente);

d) Movimento de Mulheres Camponesas: Onorabile Mapeli Klein (Titular) e Cleusa Ludwig Facco (Suplente);

e) Cooperativa Regional ALFA: Flávio Carniel (Titular) e Tiago Garlet (Suplente);

f) Associação Anchietaense de Universitários - ASANUN: Raquel Cavalli (Titular) e Marilise Heberli (Suplente);

g) Associação de Pais e Professores do Colégio Municipal do Bairro Xavantes: Laércio de Macedo (Titular) e Clarisse Ana Foschiera (Suplente);

h) Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Professor Osni Paulino da Silva: Ernani Grabin (Titular) e Maria Roseli Lucas (Suplente);

i) Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual João Café Filho: Juliana P. Dala Rosa (Titular) e Cledi Benatti (Suplente);

j) Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Pe. Reinaldo Stein: Juliane Chirstoff (Titular) e Ildo Vieira (Suplente);

l) Associação dos Catadores e Amigos do Meio Ambiente - ACAA-MA: Jairo Ribeiro (Titular) e Benício Wildner (Suplente);

I - Órgãos e Entidades Estaduais:

a) Polícia Militar: Diego Hanauer (Titular) e Valnei Carlos Stanga (Suplente);

b) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI: Ivan José Canci (Titular) e Tania Maria Moscon (Suplente);

c) Companhia de Água e Saneamento - CASAN: Oscar Rizzotto (Titular) e Analine Scatanburlo (Suplente).

Art. 2º. - A participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), é considerado serviço relevante, não sendo remunerado.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Fica revogado na íntegra o Decreto nº. 065 de 25 de Abril de 2012.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 03 de Setembro de 2014.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato foi registrado e publicado nesta Mesma data e na forma da Lei.

Anchieta-(SC), 03/09/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 119/2014, de 11 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 119/2014, de 11 de setembro de 2014.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº 2.035/2013, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da

abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DE CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0021.2.035 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Planej. E Serviços Urbanos

(93)-3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0021.2.035 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Planej. E Serviços Urbanos

(92)-3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2034/2013, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
11 de setembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato Foi registrado e publicado nesta Mesma data e na forma da Lei.

Anchieta-(SC), 11/09/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Lei Nº. 2.107/2014.

LEI Nº. 2.107/2014.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e contém outras providências.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, na Secretaria de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em conformidade com os prescritos nesta Lei, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 10.01.08.244.0488.2.215 - Manutenção da Proteção Social Básica, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 - Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0488.2.215 - Manutenção do Programa Proteção Social Básica
() 3.3.90.00.00.00.00.0716 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 716 (00.01.0716), Transferência de Recursos do FEAS Programa Proteção Social Básica.

Art. 3º. Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 2º deste Ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para a implementação do Programa Proteção Social Básica, de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito introduzido nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 29 de agosto de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº 2.108/2014.

LEI Nº 2.108/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 470.650,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, concernente ao PPA - Plano Plurianual, para a execução do exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais).

§ 1º Ficam instituídas as Fontes de Recursos abaixo discriminadas conforme segue:

AÇÃO	UNIDADE	VALOR R\$	CONVÊNIO RECURSO
Equipamentos e Material Permanente para os serviços Agropecuários	UN	100.000,00	Recurso SDR/FUNDO SOCIAL Recurso 0083
	UN	17.650,00	Recurso Contrapartida Recurso 0131
Iluminação e Revitalização da Avenida Anchieta	UN	300.000,00	Recurso SDR/FUNDO SOCIAL Recurso 0078
	UN	53.000,00	Recurso Contrapartida Recurso 2279
TOTAL		470.650,00	

Quadro 1: Projeto para inclusão no PPA, destinados a implementação de novas ações através de Convênios junto à SDR/FUNDO SOCIAL.

CAPÍTULO II
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013 LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, através da constituição de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais), instituindo-se para tal matéria orçamentaria para a aplicação junto à Secretaria de Agricultura e Secretaria de Infraestrutura,

deste Ente Federado.

CAPITULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013 LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais), instituindo-se para tal matéria orçamentaria para a aplicação junto à Secretaria de Agricultura e Secretaria de Infraestrutura, deste Ente Federado.

CAPITULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o disposto neste ato, Art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº. 4.320/64 e Portaria Interministerial nº. 163/2001, Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999 e demais disposições constitucionais e legais vigentes, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até 470.650,00 (Quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta reais), em conformidade com o disposto a seguir:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 01 - Agricultura

06.01.20.601.0111.1.116 - Aquis. Equip. Mater. Perman. p/ Serviços Agropecuários

(155) 4.4.90.00.00.00.00.00 0083 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

(156) 4.4.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 17.650,00

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE 01 - Planejamento e Serviços Urbanos

07.01.15.451.0575.1.117 - Iluminação e Revitalização da Avenida Anchieta

(157) 4.4.90.00.00.00.00.00 0078 - Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

(158) 4.4.90.00.00.00.00.00 2279 - Aplicações Diretas
..... R\$ 53.000,00

Parágrafo Primeiro: fica instituída a Fonte de Recursos (083) intitulada como Outras Transferências do Estado - 30ª SDR/Fundo Social - Agricultura.

Parágrafo Segundo: fica instituída a Fonte de Recursos (078) intitulada como Outras Transferências do Estado - 30ª SDR/Fundo Social - Infra Estrutura.

Art. 5º Para as coberturas parciais dos Créditos ora permitidas fica autorizado à abertura e utilização do provável excesso de arrecadação, provenientes dos Convênios firmados com a 30ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, através do FUNDO SOCIAL, cujas fontes de recursos estão discriminadas no Art. 4º §1º e § 2º.

Art. 6º Para o atendimento do crédito de recursos ordinários (0131) fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução das dotações orçamentária abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 01 Agricultura

06.01.20.606.0145.2.034 - CONSAD

(86) 3.1.71.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 17.650,00

Art. 7º Para dar atendimento ao crédito de recursos (2279) Superávit - Fundo Especial do Petróleo fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior o código (2279), no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), conforme preceitua o Art. 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais pertinentes.

Art. 8º Fica revogada em especial a Lei Ordinária nº 2.070/14 de 24 de abril de 2014, que trata em síntese do mesmo texto legal,

para adequação nas fontes de recursos em atividades deste Ente Federado.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta-SC,
em 29 de agosto de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.109/2014.

LEI Nº. 2.109/2014.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), e contém outras providências.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina em conformidade com a Adesão ao Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), objetivando a Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, objetivando Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/PAR/FNDE, para o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na

importância de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.1.123 - Aquisição de Veículos do Transporte Escolar/
PAR/FNDE.
(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0828-Aplicações Diretas
R\$ 489.000,00
Total R\$ 489.000,00

Parágrafo Único: Fica instituído a Fonte de Recursos (0828) intitulada como Outros Recursos Fundo Nac.Desenv.Educação-FNDE.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes de Recurso extra orçamentário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através do Pregão Eletrônico nº 63/2013/FNDE/MEC no valor de até R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei nº 2.085/2014 de 23 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 29 de agosto de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 29 de agosto de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Extrato Aviso Pregão Pref - 041_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 041/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de material de construção para adequações da Creche Pro Infância Tipo C, lotada na Educação Infantil. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 29/09/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 15 de setembro de 2014.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Extrato Aviso Pregão Pref - 042_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 042/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Concreto Betuminoso usinado a quente e pintura de ligação para viabilizar a recomposição da pavimentação que foi removida em decorrência de obras de manutenção de redes de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários realizados pela CASAN em ruas da cidade conforme os convênios nº 663/2014 e 671/2014 celebrados entre a CASAN e o Município de Anchieta, pagos com recursos da CASAN. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 29/09/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 15 de setembro de 2014.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 411/2014

PORTARIA Nº 411/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a ROSENO SCHMITT, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 15 de setembro de 2014, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2013 a 06/01/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Chamamento Publico N 011/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 11/2014
Contratação Temporária de Professor Graduação e Licenciatura Plena

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Professor Graduação e Licenciatura Plena - 20H; (2) Professor Graduação e Licenciatura Plena - 40H; tudo conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretaria de Educação e Cultura desta municipalidade, sito a Rua VI de Novembro, nº. 120, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 18/09/2014, quinta - feira, das 07:30h às 11:30h ou 13:00h às 17:00h, aos cuidados do Secretário Municipal Altamiro Kretzer, munidos dos seguintes documentos: carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vagas	Formação/Exigência	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Professor Graduação e licenciatura Plena	01	Habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena, na área específica, e/ou graduando cursando 5ª fase de Pedagogia.	20h	Rede Municipal	R\$ 1.018,42 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	03 meses	Contrato temporário

Professor Graduação e licenciatura Plena	01	Habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena, na área específica, e/ou graduando cursando 5ª fase de Pedagogia.	40h	Rede Municipal	R\$ 2.036,84 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	03 meses	Contrato temporário
--	----	---	-----	----------------	--	----------	---------------------

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função: Professor Graduação e Licenciatura Plena:

- 1) Títulos; Critério para apuração dos pontos:

a) Doutorado - 4 Pontos

b) Mestrado - 3 Pontos

c) Pós-Graduação - 2 Pontos

d) Conclusão Curso Superior - 1 Ponto

- 2) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;

- 3) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 15 de setembro de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Portaria N 412/2014

PORTARIA Nº 412/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a LEANDRO CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de outubro de 2014, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Decreto Nº 092/2014

DECRETO Nº 092/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 4.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 15 de Setembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****Extrato de Aditivo - Silva&Silva**

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 080/PMBR/2014; SILVA & SILVA ESTRUTURA METALICA LTDA (COMPLEXO 1001)OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a ALTERAÇÃO DA CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, que passa a ter a seguinte redação: Contratação de empresa do ramo pertinente para locações, montagens e desmontagens de estruturas e sanitários portáteis, para os eventos Surf Treino e para o Desfile Cívico de Sete de Setembro, que serão realizados no Município de Balneário Rincão/SC., de acordo com as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis.ASSINATURA: 29/08/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Diomário da Silva

Extrato de Aditivo - Della Bruna

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 108/PMBR/2014; DELLA-BRUNA CONSTRUÇÕES LTDA ME. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO, das obras do Lote 1 - obra de arte especial - ponte, para fazer a transposição do Arroio do Balneário Rincão, localizado na Rua Araranguá, necessários e imprescindíveis para a perfeita e completa conclusão dos serviços pertinentes ao Contrato Nº. 108/PMBR/2014, objeto do Edital de Tomada de Preços Nº. 056/PMBR/2014, Homologado em 25/07/2014, dentro dos limites e na forma do artigo 65, parágrafo 1º. da Lei Nº. 8.666/93, e Artigo 57, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 10/09/2014; VIGENCIA: 09/11/2014SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Fabio Della Bruna Vieira

Benedito Novo

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 57/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL nº. 57/2014

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 30 de setembro de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 30 de setembro de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de setembro de 2014.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

Ata de Sessão de Julgamento do CMC

ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO

AOS OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUATORZE, REUNIU-SE O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO 01/2014, CUJA PAUTA DE JULGAMENTO DESSA SESSÃO É O PRECESSO Nº 9887/2012 SENDO O RECORRENTE A EMPRESA SALÉSIO COELHO EPP, AQUI REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR GABRIEL FABRICIO RODRIGUES E O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU A PARTE RECORRIDA.

CONSIDERANDO O REQUERIMENTO PROTOCOLADO NA DATA DE HOJE, QUE REQUER A SUSPENSÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO Nº 9887/2012, TENDO EM VISTA A APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS, DEFIRO O PEDIDO DE SUSPENSÃO, DETERMINO NOVA DATA PARA SESSÃO DE JULGAMENTO EM 29 DE SETEMBRO DE 2014 ÀS 15:30, POR FIM, DETERMINO A REMESSA DOS PRESENTES AUTOS AO FISCAL COMPETENTE PARA A DEVIDA ANÁLISE.

CONSIDERA-SE INTIMADOS TODOS OS PRESENTES INCLUSIVE A EMPRESA RECORRENTE DA DATA DA NOVA SESSÃO.

BIGUAÇU, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

MARCELO KUHNEN
Presidente

ISOLETE SCHLEMPER WALTER
Relatora

LEANDRO TORQUATO
Conselheiro

DIEGO GARCIA CRISTOFOLINI
Conselheiro

DIEGO DOS SANTOS MACEDO
Conselheiro

GABRIEL FABRICIO RODRIGUE
Representante do Recorrente

KARINA GISELLY FONSECA
Representante da Fazenda

ANDRÉ SCHWEITZER
Secretário

Decreto Nº 131/2014

DECRETO Nº 131/2014 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
REGULAMENTA O ART. 5º, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR 67/2013, QUE DISPÕES SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PROBIGUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, DECRETA:

Considerando a necessidade de atribuir e atender os preceitos da Lei Complementar nº 67/2013, que criou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Biguaçu - PROBIGUÁ;

Considerando a necessidade de dispensar tratamento diferenciado como forma de atrair empreendimentos ao município de Biguaçu, conforme previsto na Lei Complementar nº 67/2013, que permite maior agilidade e objetividade ao registro de formalização e legalização desses empreendimentos, bem como a unificação de procedimentos e processos de registros das micro e pequenas empresas;

Considerando a carência de incentivo ao desenvolvimento empresarial no Município de Biguaçu, se faz necessário a implementação de dispositivos legais que visam fomentar o desenvolvimento econômico e consequentemente social do município;

Considerando o exposto no art. 5º, §2º, da Lei Complementar nº 67/2013, que determina a necessidade de disposição em norma regulamentadora que preveja a documentação necessária para o recebimento, conhecimento do pedido, concessão e manutenção dos incentivos fiscais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido o procedimento para protocolização e apreciação do pedido de concessão ou manutenção de benefícios fiscais previstos na Lei Complementar 67/2013, e estabelece a documentação necessária para conhecimento do pedido, conforme determina o art. 5º, §2º, da Lei Complementar nº 67/2013, que institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Biguaçu.

Art. 2º. O pedido de quaisquer benefícios previstos na Lei Complementar nº 67/2013, deverá ser dirigido à Comissão de Análise de Benefícios Fiscais, mediante protocolo realizado no Pró-Cidadão e deverá ser instruído preliminarmente com os seguintes documentos:

- I- requerimento escrito, legível e em que conste as razões de fato e de direito que justifiquem o pedido;
- II- demonstração dos benefícios advindos ao Município e/ ou seus munícipes com a implantação da empresa beneficiária no território de Biguaçu;
- III- ato Constitutivo completo da Pessoa Jurídica beneficiária;
- IV- documento comprobatório dos poderes de representação da pessoa que firmar o requerimento;
- V- projeto e Estudo de Viabilidade Econômico/Financeiro do empreendimento;
- VI- Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- VII- declaração do titular da Empresa beneficiária manifestando o pleno conhecimento do conteúdo da presente Lei, aceitando-a em todos os seus termos;
- VIII- Quaisquer outros documentos que se fizerem necessário no decorrer da análise do requerimento.

§ 1º - Do projeto aludido no inciso V deverá constar:

- I- o objetivo do empreendimento que busca a instalação neste Município;
- II- o estudo de viabilidade que deverá conter o tamanho do empreendimento, ou seja, a estrutura-física e demais características;
- III- o estudo de mercado, de custos e das receitas previstas;
- IV- cronograma físico e financeiro de implantação;
- V- cópia do último balanço da Empresa a ser beneficiada e da última DIF em caso de Empresa já existente;
- VI- o número de vagas diretas de empregos disponíveis ou a serem disponibilizadas pelo empreendimento.

Art. 3º. Após a protocolização, o processo será encaminhado para parecer prévio da Fiscalização de Tributos, Sanitária, Ambiental, Obras e Posturas, e em seguida será remetido à Comissão de Análise de Benefício Fiscal para apreciação:

§1º - O parecer prévio deverá versar sobre a regularidade do projeto de instalação ou ampliação do empreendimento em face da respectiva legislação municipal e deverá ser emitido em prazo não superior a 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento.

Art.4º. A Comissão de Análise de Benefícios Fiscais apreciará o seguintes requisitos para concessão do benefício:

- I- o numero de novos empregos diretos;
- II- pareceres técnicos prévios emitidos pelas fiscalizações de tributos, obras, ambiental e sanitária;
- III- previsão de arrecadação de tributos;
- IV- utilização de matéria-prima produzida no local ou região, ou insumos fornecidos por empresas locais;
- V- impacto causado ao meio ambiente;
- VI- Outros aspectos relevantes.

§ 1º - considerar-se-ão prioritariamente os projetos protocolados por ordem cronológica de entrada.

Art. 5º. Os membros da Comissão de Análise de Benefício Fiscal serão nomeados por decreto do Prefeito Municipal, de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 67/2013.

Art. 6º. O funcionamento da Comissão de Análise de Benefício Fiscal será definido por regulamento específico, que entende-se por decreto municipal, conforme determina o parágrafo 2º do art. 7 da Lei 67/2013.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 10 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Portaria Nº 2155/2014

PORTARIA nº 2155 de 15 de setembro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Wilmar José Martins Junior, ocupante do cargo temporário de Pintor, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Wilmar José Martins Junior, detentor do cargo de provimento temporário de Pintor, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 15/09/2014.

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2154/2014

PORTARIA nº 2154 de 15 de setembro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Gilson Reis de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Carpinteiro, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilson Reis de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Carpinteiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 15/09/2014.

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2153/2014

PORTARIA nº 2153 de 15 de setembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Carmelinda Rodrigues, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Carmelinda Rodrigues, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2014.

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2152/2014

PORTARIA nº 2152 de 15 de setembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Juselio Mattos do Amaral, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Especial), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Juselio Mattos do Amaral, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Especial), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2014.

Biguaçu, 15 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Portaria 0145/2014**

PORTARIA 0145/2014.

Designa servidores do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo e disponibilidade de veículos no recinto da segunda Festa da Integração, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a realização da Segunda Festa da Integração, evento de grande porte;

Considerando a necessária adoção de medidas de segurança;

Considerando o interesse público no que tange a tranquilidade, segurança, integridade e saúde de todos que desta participarem;

Considerando o direito do cidadão ao acesso a saúde básica em eventos desta natureza;

Considerando que é de responsabilidade pública a disponibilização de estrutura mínima para este evento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada escala de trabalho de servidores do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo e disponibilidade de veículos no recinto da segunda Festa da Integração, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, conforme segue:

João Batista do Nascimento dia 26/09/2014, das 16h00min até término da festa - Fone 9721-6952 - Veículo Placa MIV1035.

Eloir Constante dia 26/09/2014, das 16h00min até às 22h00min.

Arnaldo Teske dia 27/09/2014, das 14h00min até término da festa - Fone 9633-5999 - Veículo Placa MIV0885.

Maria Joaquina Gustmann dia 27/09/2014, das 14h00min até às 22h00min.

Moacir do Nascimento dia 28/09/2014, das 11h00min, até término da festa - Fone 9601-9873.

Veículo Placa MLM.

Márcia Vermoehlen Felipe dia 28/09/2014, das 11h00min até às 22h00min.

Parágrafo Primeiro - A escala poderá sofrer alteração por casos fortuitos ou de força maior.

Parágrafo Segundo - Ficará disponibilizada no recinto da festa, nos dias 26, 27 e 28 de setembro uma viatura tipo "Ambulância" placa MIX 5291, nos horários de atividades programadas, sito à rua Tiradentes, junto a Sociedade Esportiva Recreativa Tiradentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 15 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Concorrência Pública Nº 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 33/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo torna público resultado do julgamento da Concorrência Pública nº 01/2014, que tinha por objeto EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ETAPA 02 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E CAMARA DE VEREADORES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, na qual declara vencedora a empresa CONSTRUTORA F & F LTDA ME, CNPJ: 12.595.052/0001-37, para o item de valor global, R\$ 507.465,94, (quinhentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos). Data: 15/09/14. ASS Juliana do Nascimento - CAR Presidente da Comissão de Licitação.

Extrato de Contrato 61/2014

EXTRATO DE CONTRATO 61/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora F & F Ltda - ME
CNPJ 12.595.052/0001-37, sito a Marquês do Herval, 638
Cidade de IBIRAMA -SC

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ETAPA 02 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E CAMARA DE VEREADORES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

Valor: R\$ 507.465,94 (quinhentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 15.09.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0100/2014

DECRETO Nº 0100/2014

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo 003/2014.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 097/2011 de 08/11/2011, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo, integrada pelas Sras. Loni Arndt de Souza, Mônica Dalila Sell Dalmarco, Joice Muniz da Costa Marangoni, Deiziane de Souza Probst e Mara Eliza Schaade para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº 003/2014, destinado ao preenchimento de vagas para Professor ACT no quadro da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, para o ano letivo de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 15 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0101/2014

DECRETO Nº 0101/2014

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo 002/2014.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1º Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo, integrada pelas Sras. Marina Solange Georg Erbs, Renata Carlon, Denise Schussler Werter, Mara Eliza Schaade e Marilei Medeiros Domingues de Souza, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº 002/2014, destinado ao preenchimento de vaga para Farmacêutico no quadro da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 15 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 45/2013 Pmbt
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carreta agrícola hidráulica 4.000 Kg. rodado tandem com carroceria de madeira 3,20x1,85x0,60+0,40 com sobre caixa e freio pneus novos 650x16,8 lonas. (12458)	UND	VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	MetalFreitas	0	7.900,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TADEU	0	7.950,0000	2
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TADEU	0	9.990,0000	3
2	Arado fixo 3 x 28" modelo AFL (12459)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	5.630,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	KOHLER	0	5.640,0000	2
3	Grade niveladora modelo SP 28 disco 20" recortados mancais rolamento espaçamento 200 mm. (12460)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	8.900,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	CERVO	0	8.930,0000	2
4	Distribuidor de calcário e semeadeira modelo Sembra 400 de polietileno capacidade 600 Kg. (12461)	UND	Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TRITON	0	2.279,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	INCOMAGRI	0	2.400,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	Cremasco	0	2.540.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2013
PROCESSO Nº 84/2013

- (7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS
- (9162) - Fatima Representações Comerciais Ltda
- (9212) - VANDERLEI DE FREITAS EPP

Braço do Trombudo, 11 de Dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº 212014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 21/2014			Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco prestação de serviço particular 50x3, formato 14x20, numerado, papel copiativo (14568)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	7,8000	1
2	Bloco receituário Medico veterinário, 14x20, 50x2 vias, pap copiativo (14569)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9,7000	2
3	Bloco 100x1 de cupons ref. contri. de impostos e taxas, 10x7, 4x0, numerado, 75g, (14570)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	8,0500	1
4	Bloco Inseminação 50x3, formato 10x14, numerado, papel copiativo (14571)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	8,1000	2
5	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 sanfonada (14572)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,0500	1
6	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2,1000	2
7	Capa de carne de Tributos, 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14574)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,4500	1
					0	0,3200	2
					0	0,7000	1
					0	0,4200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
8	Ficha de hora maquina, folha 20x30, impr. 1x1, sulf, 75 g (14575)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,9000	2	
		UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1400	1	
9	Envelope branco 11x22, 90gr, impressão 4x0. (14576)		GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,1500	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,2600	1	
10	Envelope branco 16x22, 90gr, impressão 4x0. (14577)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,4100	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,3900	1	
11	Envelope branco 24x34, 90gr, impressão 4x0. (14578)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,6600	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,5900	1	
12	Folhas timbradas, formato A4, Papel sulfite 90 gr impressão. (14579)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,6800	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,0900	1	
13	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 com encarte (14580)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	1,5200	1	
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,3000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 21/2014 Data do Registro: 15/09/2014 Válido até: 15/09/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
14	Blocos de requisição 50x3, formato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14581)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	5,3000
15	Blocos de Patrimônio 50x3, formato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14582)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	8,9600
16	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 10x14, impressão 1x0,colado, papel sulfite 56 gr (14583)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	5,9000
17	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 14x20, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (14584)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9,7500
18	Folhas Picotadas, 20x30, 3 picotes (6 partes) 75g, sem impressão (14585)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	1,3000
19	Folhas Picotadas, 20x30, 3 picotes (3 partes) 75g, sem impressão (14586)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,9500
20	Bloco 100x1 de cupons Notas Fiscais. Produtor rural , 10x7, 4x0, numerado, 75g (14587)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	NORTE	0	1,7500
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,0400
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,0500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2014
PROCESSO Nº 40/2014

(8832) - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA
(9315) - NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Setembro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

Portaria Nº 2013/2014, de 16 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 2013/2014, de 16 de setembro de 2014.

(Processo sigiloso)

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 919/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 20/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o grande número de pessoas a ser ouvidos e dificuldade de localização de algumas das testemunhas.

Considerando, a doença de membro da Comissão Processante.

Considerando, os feriados e pontos facultativos ocorridos em: 04/08/14 (aniversário do Município);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor de C. L. dos S., ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 724041, admitido em 29/03/2010, e M. A. M., ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula 372420, admitido em 01/04/2010, ambos vinculados ao regime administrativo, para apurar em tese a prática de assédio moral e assédio sexual, conforme descrito nos autos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 9.344, de 11 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.344, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 26 de junho de 2014, para provimento dos cargos efetivos de MONITOR ESCOLAR e PROFESSOR DE ANOS INICIAIS conforme abaixo nominados:

MONITOR ESCOLAR

NOME
MARIA JUREMA IMHOF
SHIRLENE PAVESI
ANELISE VENTURELLI SANTANA
TANIA ADRIANA DE GODOY DUARTE

ELENICE NORFINA RIBEIRO
SANDRA ELISA MINELLA
LIGIA DOS SANTOS MAIDANA
MAIARA KLANN
VERA LUCIA DA CRUZ
JULIANA SOARES
ARTUR LUIS DORFEY

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

NOME
CRISTIANE DOS SANTOS STRAPASSON

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.345, de 11 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.345, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de EDUCADOR SOCIAL, conforme abaixo nominados:

EDUCADOR SOCIAL

Nome
GUILHERME MADEIRA SCHAMBECK
KETLYN LAIS BONFIM

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.346, de 11 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.346, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 005/2014, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, conforme abaixo nominados:

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Nome
MARCELO VARGAS
JONNY POFFO
RAFAEL LUIZ PINTO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.347, de 12 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.347, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, conforme abaixo nominados:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

DEBORA MORAS PARIZ

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resultado - Processos Seletivos 044/2014

RESULTADO - PROCESSOS SELETIVOS 044/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO DEFINITIVO do Processo Seletivo para os cargos de AGENTE DE SERVICOS ESPECIAIS e AGENTE DE OBRAS, conforme segue:

AGENTE DE SERVICOS ESPECIAIS (masculino)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
002	Mario Seberino	10
001	Leandro Rios	10
003	Robson Garcia de Souza	10
004	Alex Sandro Nascimento da Silva 74	9,5
005	Adbielson Dutra Barbosa 88	9,5
006	Ruan Carlos Wortmeyer 92	9,5
007	Josivan Soares de Oliveira 93	9,5
008	José Silvanae da Costa Ferreira 95	9,5
009	Osvaldo Goedert	9,0
010	Djalma Vieira	8,5
011	Francisco Francelino Delsoquio	8,0

012	Sebastião Dantas Neto	7,5
013	Roberto Santos Reis 88	7,5
014	Fabio Oliveira	7,0

AGENTE DE SERVICOS ESPECIAIS (feminino)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	Francisca Aguiar da Silva	10
002	Janete da Silva Dias Homem	10
003	Maria Berns Ventura	9,5
004	Arlete Anacleto	9,5
006	Katia Cristina Ferreira Nardes Eloi	7,0

AGENTE DE OBRAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	Vilmar Lazaro Booz	8
002	Daniel Lino Martins	8
003	Izidoro Custodio Teixeira	8
004	Arnaldo dos Santos	8
005	Joao Carlos dos Santos	7,5
006	Zaqueu Baptista Ricardo	7,5
007	Joao Henrique Martins	7,5
008	Solenir de Brito da Rosa	7
009	Marciano da Costa	7
010	Vilson Pereira Lima	6,5
011	Aldo Flores 64	6
012	Daniel Wurtz79	6
013	Emerson Jucicleiton de Melo	6
014	Leandro Martins Reginaldo	5,5
015	Jaison Mendes	5,5
016	Nelson Antonio Santos de Jesus	5
-	Eliomar Paulo Gomes das Neves	4,5
-	Vilson Junior da Silva Santos	4,5
-	Antonio Gabriel de Oliveira	4
-	Joao Carlos Medina	Não compareceu
-	Kleverton Matos da Silva	Não compareceu
-	Roberto Alves dos Santos	Não compareceu

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Resultado - Processos Seletivos 045/2014

RESULTADO - PROCESSOS SELETIVOS 045/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO DEFINITIVO do Processo Seletivo para os cargos de OPERADOR DE MAQUINAS, conforme segue:

OPERADOR DE MAQUINAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	Ildo Silvestrin	7
-	Nilberto Goedert	2

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Concorrência Pública Nº 006/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

CONVOCAÇÃO: ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA COMERCIAL (Envelope n. 02)

Com referência a Concorrência Pública nº 006/2014 (Outorga de permissão de uso para exploração comercial de espaço público, para instalação de parque de diversões, durante a "29ª Festa Nacional do Marreco", que ocorrerá entre 09 a 19 de outubro do corrente ano, no Centro de Promoções Maria Celina Vidotto Imhof, Município de Brusque), CONVOCO as Empresas: JOSE ROBERTO MELO DO AMARAL (04.235.212/0001-09); POINT PARK DIVERSOES EVENTOS (13.759.053/0001-32) e ROBSON CAMARA DOS SANTOS ME (64.786.320/0001-00), para a abertura dos envelopes de propostas de preços (nº 02) apresentados para o processo licitatório supracitado, a realizar-se no dia 17 de setembro de 2014, às 14h00min, junto ao Departamento de Licitações, com endereço na Rua Eduardo Von Buettner, 77, Centro, na cidade de Brusque. Dê ciência as Empresas Licitantes.

Brusque/SC, 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Processo Licitatório Nº 146/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 146/2014

PREGÃO nº 087/2014

OBJETO: Prestação de serviços de locação de contêineres (tipo lojas) e sanitários químicos para a 29ª Festa Nacional do Marreco, de 09 a 19 de outubro de 2014.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. 15/09/2014.

JOSEANA PAES LOPES

Pregoeira da Administração Pública Municipal

Portaria nº 8.938/2014

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 6.115/2014

DECRETO nº 6.115, de 11 de setembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei nº 3.155, de 10 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

3.3.50.00.00.00.00.0019 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativosR\$ 331.000,00

12.365.0011.2.056 - Manutenção do Convênio com a ACEIAS

3.3.50.00.00.00.00.0001 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 429.000,00

Total R\$ 810.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.017 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 331.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas..... R\$ 429.000,00

Total R\$ 810.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Resolução Nº 41/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 41/2014 de 15 de setembro de 2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, , no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o Termo de Aceite 2014- Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.

CONSIDERANDO as Resoluções nº 15/2013 e 17/2013 da Comissão Intergestores Tripartite- CIT e as Resoluções nº 23/2013 e 31/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

CONSIDERANDO os serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, ofertados nas modalidades abrigo, casa-lar, república e família acolhedora, os quais, de acordo com a Resolução 109/2009 do CNAS (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), integram os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

CONSIDERANDO as Atas da Comissão para elaboração do Plano Municipal de Acolhimento Institucional nº 01, 02 e 03.

CONSIDERANDO o Fórum realizado em 11 de setembro de 2014 nas dependências da Secretaria Municipal de Educação- Salão Nobre.

CONSIDERANDO a apresentação e discussão do Plano Municipal de Acolhimento da rede de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens em Reunião Ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2014, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, Ata nº 234.

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 15 de setembro de 2014.

ANDREIA TERESINHA DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 42/2014 CMAS

Resolução 42/2014 de 15 de setembro de 2014

Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão Permanente de Legislação do CMAS, Gestão 2013/2015 nomeado pela Resolução 13/2013 de 13 de agosto de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a substituição membro do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - CMAS (CREAS- Centro Especializado de Referência de Assistência Social).

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 15 de setembro de 2014, Ata nº 234.

Resolve:

Art. 1º Substituir um membro da Comissão de legislação do CMAS, conforme segue:

I. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO:

Governamental: Arlete Torrezan

Governamental: ...

Não- Governamental: ...

Não Governamental:...

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 15 de setembro de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aviso de Dispensa de Licitação 07-2014 - FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA Nº 07/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, torna público a DISPENSA de licitação nº 07/2014 para Aquisição de Móveis e Eletrodomésticos para mobiliar moradias para os profissionais, MÉDICOS DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, do Governo Federal que estão atuando nas unidades básicas de saúde do Município de Caçador, Empresa - Lojas Quero-Quero SA, CNPJ - 96.418.264/0238-56, com sede nesta cidade de Caçador, para o período de 12 (doze) meses, pelo valor Total de R\$ 8.417,60 (oito mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos), nos termos do Artigo 24, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador, 12 de setembro de 2014.

ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO

Secretaria de Saúde

Aviso de Licitação CV 02-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CONVITE Nº 02/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO, A FIM DE DESENVOLVER COM BASES NAS DIRETRIZES DO PLANO DE SANEAMENTO MUNICIPAL, TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CERTAME LICITATÓRIO DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 22/08/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 22/08/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 15 de setembro de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski

Presidente FUNDEMA

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços PR 16/14 - FME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2014 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2014 - FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA RECREAÇÃO NOS PÁTIOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/09/2015

1ª Publicação.PR 18/14 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA O JECAM - JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, OS JOGOS ACONTECERÃO NO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 19/14 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DIVULGAÇÃO PARA ABERTURA, ENCERRAMENTO E COBERTURA DURANTE O EVENTO JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, OS JOGOS ACONTECERÃO NO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 11:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 20/14 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE 03 ONIBUS PARA O TRANSPORTE DOS ATLETAS DURANTE OS JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, PELO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 21/14 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS E EDIÇÃO PARA ABERTURA, ENCERRAMENTO E COBERTURA DURANTE O EVENTO JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, OS JOGOS ACONTECERÃO NO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:30 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1264/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1264/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDD1019	54948323E	5010/0	19/07/2014	162 * I
MDD1019	54948324E	5169/1	19/07/2014	165
MDD1019	54948326E	6599/2	19/07/2014	230 * V
MDD1019	54948327E	6556/5	19/07/2014	230 * I
MEX0772	54950294E	6599/2	25/07/2014	230 * V
MEX0772	54950295E	6912/0	25/07/2014	232
MEX0772	54950296E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MEX0772	54950297E	5061/0	25/07/2014	163 c/c 162 * I
MFI0341	54950408E	6599/2	12/07/2014	230 * V
MFI0341	54950409E	5010/0	12/07/2014	162 * I
MFI0341	54950410E	5061/0	12/07/2014	163 c/c 162 * I
MIG5259	54945976E	5010/0	03/08/2014	162 * I
MIH9733	54948498E	6599/2	02/08/2014	230 * V
MIH9733	54948499E	6912/0	02/08/2014	232
MJN3434	55726860E	5010/0	08/08/2014	162 * I
MJN3434	55726861E	6599/2	08/08/2014	230 * V
MJU0947	55726964E	7340/0	10/08/2014	252 * IV
MLH0343	54950438E	6599/2	09/08/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1265/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1265/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJM4169	54949198E	5185/1	14/07/2014	167
MFD4647	54950325E	5460/0	10/08/2014	181 * IX
MIH9733	54948496E	5738/0	02/08/2014	186 * II
MKO3531	54950319E	5541/5	06/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ratificação Processo 64/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação nº 64/2014, tendo a escolha recaído sobre a empresa YMAKE TERRAPLANAGEM LTDA - ME, com o valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para locação de máquina retroescavadeira para realização de serviços emergenciais, conforme Decreto 8.400/2014.

Publique-se,

Campo Alegre, 10 de junho de 2014.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Ata Tomada de Preços 56/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório TP nº 56/2014)

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskowski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 56/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de poço artesiano para auxiliar no abastecimento de água na ETA - Estação de Tratamento da unidade do centro (Reservatório C2, localizado no início da Rodovia Municipal 040). Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA - CNPJ 13.250.019/0001-38 E PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA - CNPJ 02.765.312/0001-11. A empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA credenciou o Sr. Adori Batista Correa como representante na sessão. A licitante PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA não credenciou representantes na sessão. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo consideradas HABILITADAS. Apenas a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA apresentou declaração de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação apresentado por todas as licitantes, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço POR LOTE, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e demais participantes da sessão. Para o LOTE 01 a empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA apresentou proposta com valor de R\$ 31.613,20 e a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 31.623,87. Para o LOTE 02 a empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA apresentou proposta com valor de R\$ 9.750,82 a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA não apresentou proposta para o lote

02. Considerando que a empresa segunda colocada no LOTE 01, PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA apresentou Certidão Simplificada de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte e que sua proposta está dentro do limite estabelecido na Lei 123/2006, entrou-se em contato com a empresa para verificar seu interesse em cobrir a proposta da empresa primeira colocada. A comissão fica no aguardo da manifestação da empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA para apresentação de nova proposta para o LOTE 01, se for o caso e a empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA foi considerada vencedora do Lote 02 com valor de R\$ 9.750,82. Todas as empresas serão intimadas da sessão final. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ratificação Processo 62/2014

A Ilustríssima Senhora,
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ,

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Dispensa de Licitação nº 62/2014, tendo a escolha recaído sobre a empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, com o valor total de R\$ 67.998,20 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos) para execução emergencial de 2 (duas) cabeceiras para ponte interditada na RM 440, localidade de Bateias de Cima, conforme Decreto 8.400/2014. Solicito a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação nº 62/2014, tendo a escolha recaído sobre a empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, com o valor total de R\$ 67.998,20 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos) para execução emergencial de 2 (duas) cabeceiras para ponte interditada na RM 440, localidade de Bateias de Cima, conforme Decreto 8.400/2014.

Publique-se,

Campo Alegre, 30 de junho de 2014.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Ratificação Processo 63/2014

A Ilustríssima Senhora,
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ,

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Dispensa de Licitação nº 63/2014, tendo a escolha recaído sobre a empresa MINERAÇÃO LM LTDA - EPP, com o valor total de R\$ 15.860,00 (quinze mil, oitocentos e sessenta reais) para aquisição de saibro em caráter emergencial, conforme Decreto 8.400/2014, para reconstrução das vias do município.

Solicito a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação nº 63/2014, tendo a escolha recaído sobre a empresa MINERAÇÃO LM LTDA - EPP, com o valor total de R\$ 15.860,00 (quinze mil, oitocentos e sessenta reais) para aquisição de saibro em caráter emergencial, conforme Decreto 8.400/2014, para reconstrução das vias do município.

Publique-se,

Campo Alegre, 10 de junho de 2014.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Ata Pregão 88/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 88/2014 - modalidade Pregão (presencial)

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniac Munhoz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 88/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto aquisição de sementes de milho para distribuição gratuita aos produtores rurais deste município, cadastrados no "Programa de Distribuição de Sementes de Milho", criado através da Lei Municipal nº 2733/2003. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia, Sempre Sementes Eireli. As empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Nenhuma empresa apresentou Certidão Simplificada com enquadramento como Microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo: Sr. Jonas Thiago Bahr, representante da empresa Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia, Sr. Claudismar Fabiane representante da empresa Sempre Sementes Eireli. O critério de julgamento é o requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO, com fixação de valor máximo, o preço máximo fixado é de R\$ 110,00. Passou-se a abertura do envelope da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, obtendo o seguinte resultado:

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Sempre Sementes Eireli	110,00	91,00	1ª	HABILITADA
Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia	107,00	92,00	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e habilitação da empresa Sempre Sementes Eireli, a Pregoeira Adjudica sua proposta declarando-a vencedora, com o valor unitário de R\$ 91,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Lei Nº 2.293 de 26 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.293 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manuel Rodriguez Del Olmo, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DOS TRIBUTOS EM GERAL

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Este Código estabelece o Sistema Tributário Municipal que dispõe sobre fato gerador, incidência, contribuintes, responsáveis, base de cálculos, alíquota, lançamento, cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas gerais de direito fiscal a eles pertinentes.

Art. 2º. Integram o Sistema Tributário do Município:

I - Os impostos

- a) Sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- b) Sobre serviços de qualquer natureza;
- c) Sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis;

II - As taxas, decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município e da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais, específicos e divisíveis:

- d) de fiscalização de localização, instalação e funcionamento;
 - e) de fiscalização sanitária;
 - f) de fiscalização de anúncio;
 - g) de fiscalização de veículo de transporte de passageiro;
 - h) de fiscalização de funcionamento de estabelecimento em horário extraordinário;
 - i) de fiscalização de exercício de atividade ambulante, eventual e feirante;
 - j) de fiscalização de obra particular;
 - k) de limpeza pública;
 - l) de iluminação pública;
 - m) de conservação de via e logradouro público;
 - n) de fiscalização de utilização de vias e logradouros públicos;
- III - Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

CAPÍTULO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 3º. Considera-se domicílio tributário do contribuinte ou responsável:

I - Em relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

- a) Tratando-se de terreno, o lugar do endereço indicado pelo contribuinte;
- b) Tratando-se de prédio, o lugar de situação do bem imóvel objeto do lançamento, ou do domicílio reconhecido do proprietário.

II - Em relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; o lugar de cada estabelecimento do contribuinte, ou na falta de

estabelecimento, de cada domicílio civil do prestador de serviço.

§ 1º - Na impossibilidade de aplicação das normas fixadas neste artigo, considerar-se-á, como domicílio tributário, o lugar de situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem à tributação ou à imposição de penalidade ou na impossibilidade de determinação, o próprio domicílio civil do contribuinte.

§ 2º - O disposto no inciso I deste artigo aplica-se a Contribuição de Melhoria e as Taxas de Limpeza Pública, Conservação de Via e Logradouro Público e Iluminação Pública.

§ 3º - O disposto no inciso I e II deste artigo aplica-se no que couber, a Taxa Fiscalização de Obra Particular.

Art. 4º. A Administração poderá facultar a eleição de domicílio tributário diverso dos mencionados no artigo anterior, desde que não impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização, dos respectivos tributos.

Art. 5º. O domicílio do contribuinte deverá ser considerado nos documentos fiscais e nos pedidos ou informações dirigidos à Administração.

Art. 6º. Toda a mudança de domicílio tributário deverá ser comunicada à Administração, através de declaração, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato.

Parágrafo Único. Sem prejuízo de outras comunicações ou penalidades, enquanto o contribuinte não tenha comunicado a mudança, prevalece, para todos os efeitos, a última comunicação de domicílio tributário, sendo válidas todas as notificações feitas no respectivo local.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Art. 7º. Os contribuintes ou responsáveis facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigado a:

- I - apresentar declarações e guias, e a escriturar, em livros próprios, atos ou fatos tributários, seguindo as normas da legislação tributária;
- II - comunicar a Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da ocorrência, qualquer dado ou elemento que altere os dados de inscrição cadastral;
- III - conservar e apresentar, à Administração, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operação ou situação que constitua elemento de fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
- IV - prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que a juízo da Administração sejam de seu interesse na apuração do crédito tributário.

Parágrafo Único. Mesmo no caso de isenção ficam os contribuintes sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 8º. A Administração poderá requisitar de terceiros informações e dados referentes a atos ou fatos tributários para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando por força da lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§ 1º- As informações obtidas tem caráter sigiloso e só poderão ser utilizados em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º- Constitui falta grave a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

CAPÍTULO IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO FISCAL

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 9º. A cobrança amigável ou judicial dos créditos tributários, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação Tributária, far-se-á :
I - diretamente pela Fazenda Municipal;
II - através de estabelecimento bancários quando autorizados.

Art. 10 O crédito tributário não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de:

- I- multa de mora correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor;
- II- juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do vencimento, considerando-se mês completo qualquer fração deste.
- III- correção monetária, mediante a aplicação de coeficientes de atualização, aprovados pela Administração Federal, devida a partir do mês em que o recolhimento do tributo deveria ter sido efetuado.

Art. 11. Desde que o pagamento total do Imposto Predial e Territorial Urbano, ocorra até o vencimento da 1ª parcela, será concedido o desconto de 15% (quinze por cento), sobre o valor do referido tributo.

Art. 12. O pagamento total da Taxa de Conservação de Via e Logradouro Público e da Contribuição de Melhoria à vista, gozará do desconto de 15% (quinze por cento), sobre o valor dos referidos tributos.

Seção II Do Parcelamento

Art. 13. Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte, o crédito tributário e fiscal, não quitado até o seu vencimento, que:

- I - inscrito ou não em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado;
- II - tenha sido objeto de notificação ou autuação;
- III - denunciado espontaneamente pelo contribuinte.

Art.14. O parcelamento de crédito tributário e fiscal, quando ajuizado, deverá ser precedido do pagamento das custas e honorários advocatícios, podendo estas ser dispensadas pelo Secretário Municipal de Finanças.

Parágrafo Único. Deferido o parcelamento, o Procurador Geral do Município autorizará a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.

Art. 15. Fica atribuída, ao Secretário de Finanças, a competência para despachar os pedidos de parcelamento.

Art. 16. O parcelamento poderá ser concedido, a critério da autoridade competente, em até 18 (dezoito) parcelas mensais, atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outro índice que venha a substituí-la.

§ 1º - O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:

- I - 30 (trinta) Unidades Fiscal de Referência - UFIR, em se tratando de contribuinte pessoa física;
- II - 100 (cem) Unidades Fiscal de Referência - UFIR, em se

tratando de contribuinte pessoa jurídica.

§ 2º - Poderá o parcelamento exceder o número de parcelas do caput deste artigo, desde que haja autorização legislativa

Art. 17. O valor de cada parcela, expresso em moeda corrente, corresponderá ao valor total do crédito, dividido pelo número de parcelas concedidas, sujeitando-se, ainda, à atualização, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Art. 18. A primeira parcela vencerá 5 (cinco) dias após a concessão do parcelamento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, sendo facultado ao devedor a opção do dia da concessão do parcelamento.

Art. 19. Vencidas e não quitadas 3 (três) parcelas consecutivas, perderá o contribuinte os benefícios desta lei, sendo procedida, no caso de crédito não inscrito em Dívida Ativa, a inscrição do remanescente para cobrança judicial.

§ 1º. Em se tratando de crédito já inscrito em dívida ativa, proceder-se-á a imediata cobrança judicial do remanescente.

§ 2º. Em se tratando de crédito cuja cobrança esteja ajuizada e suspensa, dar-se-á prosseguimento imediato à ação de execução fiscal.

§ 3º. Os efeitos deste artigo cessarão por ato fundamentado do Secretário de Finanças quando houver justificativa plausível por parte do devedor.

Art. 20. O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

Parágrafo Único. A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.

Art. 21. Tratando-se de parcelamento de crédito denunciado espontaneamente, referente a impostos cuja forma de lançamento seja por homologação ou declaração, esta deverá ser promovida pelo órgão competente após a quitação da última parcela.

Seção III Das Restituições

Art. 22. O Contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de crédito tributário e fiscal indevido ou maior que o devido em face desta Lei, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do crédito tributário e fiscal, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação, ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 23. A restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal da lugar a restituição, na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal, que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Parágrafo Único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 24. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses previstas nos itens I e II do artigo 23, da data do recolhimento indevido;

II - nas hipóteses previstas no item III do artigo 23, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindindo a decisão condenatória.

Art. 25. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, começando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública Municipal.

Art. 26. Quando se tratar de crédito tributário e fiscal indevidamente arrecadado, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, e apurado pela autoridade competente, a restituição será feita de ofício, mediante determinação do Secretário Municipal de Finanças, em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Art. 27. A restituição de crédito tributário e fiscal, mediante requerimento do contribuinte ou apurada pelo órgão competente, ficará sujeita à atualização monetária, calculada a partir da data do recolhimento indevido.

Art. 28. O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos, quando isso se torne necessário a verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 29. Atendendo à natureza e ao montante do crédito tributário e fiscal a ser restituído, poderá o Secretário Municipal de Finanças determinar que a restituição se processe através da compensação de crédito.

Seção IV Da Compensação e da Transação

Art. 30. O Secretário Municipal de Finanças poderá:

I - autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal;

II - propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e consequente extinção de créditos tributários e fiscais.

Seção V Da Remissão

Art. 31. O Secretário Municipal de Finanças, por despacho fundamentado, poderá:

I - cancelar administrativamente, de ofício, o crédito tributário e fiscal, quando:

a) estiver prescrito;

b) o sujeito passivo houver falecido, deixando unicamente bens que, por força de lei, não sejam suscetíveis de execução;

c) inscrito em dívida ativa, for de até 1 (uma) UFIR, tornando a cobrança ou execução antieconômica.

d) constatação de erro ou ignorância escusáveis do sujeito, quanto à matéria de prova.

Art. 32. A remissão não se aplica aos casos em que o sujeito passivo tenha agido com dolo, fraude ou simulação.

Seção VI Da Decadência

Art. 33. O direito da Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:

- I - da data da ocorrência do fato gerador, quando se tratar de lançamento por homologação ou declaração; salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação;
- II - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- III - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Seção VII Da Prescrição

Art. 34. A ação para a cobrança de crédito tributário e fiscal prescreve em 5 (cinco) anos, contados:

- I - da data da sua constituição definitiva;
- II - do término do exercício dentro do qual aqueles se tornarem devidos, no caso de lançamento direto.

Art. 35. Interrompe-se a prescrição da Dívida Fiscal:

- I - pela confissão e parcelamento do débito, por parte do devedor;
- II - por qualquer intimação ou notificação feita a contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;
- III - pela concessão de prazos especiais para esse fim;
- IV - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;
- V - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

§ 1º. O prazo da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da dívida ativa fiscal recomeça a fluir no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado.

§ 2º. Enquanto não for localizado o devedor ou encontra do bens sobre os quais possa recair a penhora, não correrá o prazo de prescrição.

Art. 36. A inscrição, de créditos tributários e não-tributários, na Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

TÍTULO II PROCESSO FISCAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O processo tributário administrativo organiza-se à semelhança dos autos forenses em folhas numeradas e rubricadas, desenvolvendo-se em duas instâncias, assegurando-se ao contribuinte ampla defesa.

§ 1º - A primeira instância administrativa é constituída pelo Secretário Municipal da Fazenda, que apreciará e julgará os processos em grau de recurso.

§ 2º - Antes de decidir, poderá o Secretário Municipal de fazenda converter o processo em deligência, requisitar elementos e informações que julgar necessário à instrução e inclusive ouvir a

Consultoria Jurídica, da Prefeitura.

§ 3º - A segunda instância em grau de recurso dirigido ao Prefeito Municipal só poderá ser admitido, quando o infrator depositar aos cofres do município a quantia igual a 50% (cinquenta por cento) do valor em questão.

Art. 38. O ingresso em juízo, por parte do autuado, inclusive com mandato de segurança, suspende o processo administrativo.

Art. 39. O processo tributário administrativo não poderá ser arquivado antes de proferida decisão final.

Art. 40. As incorreções ou omissões em autos ou peças de processo tributário administrativo não acarretarão a sua nulidade, podendo ser corrigidas ou saneadas em qualquer fase, devolvendo-se os prazos de defesa, se for o caso.

Art. 41. A inobservância dos prazos destinados a instrução, movimentação e julgamento de processos, responsabilizará disciplinarmente o servidor culpado.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRELIMINARES

Seção I Dos Termos de Fiscalização

Art. 42. A autoridade fiscal que presidir ou proceder a exames e deligências, fará lavrar termo circunstanciado do que se apurar, mencionando nele tudo que possa interessar à administração fazendária, as datas inicial e final do período de fiscalização e ainda a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - Do termo lavrado será entregue, mediante recibo no original, cópia ao fiscalizado.

§ 2º - A recusa do recibo será declarada pela autoridade e não aproveita ao fiscalizador ou infrator, nem o prejudica.

Seção II Dos Autos de Apreensão

Art. 43. Em caso de dolo ou de flagrante infração de Lei Municipal poderão ser apreendidos coisas móveis inclusive documentos, existentes em poder do infrator, de seus propostos ou terceiros, ou em trânsito que constituam prova material de infração tributária.

Art. 44. Da apreensão lavrar-se-á auto, com descrição das coisas apreendidas, indicação do lugar onde ficaram depositadas a assinatura do depositário, o qual será designado pela autoridade, podendo a designação recair no próprio detentor se for idôneo, o juízo da autuante.

Art. 45. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do seu inteiro teor ou da parte que dava ser prova, caso o original não indispensável a esse fim.

Art. 46. As coisas apreendidas serão restituídas a requerimento, mediante depósito de importância pela competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 47. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar da data de apreensão, poderão ser os bens levados à hasta pública.

§ 1º - quando se tratar de bens de fácil deterioração, a hasta

pública, ou o leilão, poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao do tributo e multa devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias vir receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

§ 3º - Decorrido o prazo de prescrição previsto nesta lei, o saldo será convertido em renda eventual.

Art. 48. Não havendo licitantes ou sendo os bens apreendidos de fácil deterioração ou de pequeno valor, poderão os mesmos, ser destinados pelo Prefeito, a instituições beneficentes; aos demais, após 60 (sessenta) dias, a Administração dará o destino que julgar conveniente.

Art. 49. Nos casos de apreensão de semoventes, mercadorias, veículos, materiais, por motivo de posturas, serão observadas também, no que couber, as normas estabelecidas em outras leis municipais.

Art. 50. O auto de apreensão deverá atender, no que couber, ao disposto no artigo desta lei.

Seção III Da Notificação de Recolhimento

Art. 51. Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que resultar evasão de receitas, será expedida contra o infrator, notificação de recolhimento para que no prazo de 30 (trinta) dias, regularize a situação.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, a administração inscreverá o débito em dívida ativa, a fim de que possa processar a execução judicial do débito.

Art. 52. A notificação do recolhimento que será feita em formulário destacado do talonário, com cópia a carbono, ou outro meio mecanizado, receberá o ciente do notificado e além de outros elementos necessários, os artigos infringidos pelo contribuinte perante a lei municipal.

Art. 53. Não caberá notificação de recolhimento, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado, quando ocorrer o descumprimento de uma das obrigações acessórias previstas nesta lei.

Seção IV Da Representação

Art. 54. Quando incompetente para notificar, ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve representar ao Secretário de Finanças, contra toda ação ou omissão contrária às disposições desta Lei ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Parágrafo único. Igual providência pode ser adotada por qualquer pessoa que constate tais ações ou omissões.

Art. 55. A representação, far-se-á em petição assinada e conterá legivelmente, nome, profissão e endereço do seu autor, devendo ser acompanhada de prova ou indicação dos elementos desta, mencionado ainda, os meios e as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Art. 56. Recebida a representação, a autoridade competente promoverá, imediatamente, diligências para apurar sua veracidade e conforme o caso, notificará o infrator, atuá-lo-á ou mandará

arquivar a representação.

CAPÍTULO III DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 57. O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

- I - mencionar o local, dia e hora da lavratura;
 - II - referir o nome do infrator e das testemunhas se houver;
 - III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias em que se deu;
 - IV - indicar a disposição legal ou regulamentar violada;
 - V - fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;
 - VI - conter a intimação ao infrator para pagar as multas devidas, ou apresentar defesa e provar nos prazos previstos.
- § 1º - A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 2º - Se o infrator ou que o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 58. O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão mas, neste caso conterá, também os elementos deste.

Art. 59. Na lavratura do auto, o infrator será intimado:

- I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto do infrator, seu representante ou proposto, contra recibo datado no original;
- II - por carta acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.
- III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Art. 60. A intimação presume-se feita:

- I - quando pessoal, na data do recebimento;
- II - quando por carta, na data do recebimento de volta e se for emitida, 30 (trinta) dias após a entrega da carta na repartição de correios;
- III - quando por edital, no termo do prazo, contado este da data de sua afixação ou publicação.

Art. 61. As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificados no processo, ou conforme as circunstâncias, por carta ou edital, observando o disposto nesta lei.

CAPÍTULO IV DA DEFESA

Art. 62. O autuado apresentará defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação, entregando-as, mediante protocolo ou recibo, à repartição fazendária competente.

Art. 63. Na defesa o autuado alegará toda a matéria que entender útil, requererá as provas que pretenda produzir e juntará logo as que constarem de documentos.

CAPÍTULO V DAS PROVAS

Art. 64. Findo os prazos previstos nesta Lei, o chefe de repartição responsável pelo lançamento, deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção de provas que não sejam manifestamente inúteis ou

protelatórias, ordenará a produção de outras que achar necessárias e fixará o prazo não superior a 30 (trinta) dias em que uma e outra devem ser produzidas.

Art. 65. As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, quando requeridas pelo autuante, ou, quando ordenadas de ofício, serão atribuídas a funcionários do órgão fazendário.

Parágrafo único. É facultado ao autuado apresentar assistente técnico para acompanhar as diligências.

Art. 66. Não se admitirá provas fundada em exame de livros e arquivos das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

TÍTULO III DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67. Sem prejuízo das disposições relativas as demais penalidades constantes na legislação tributária, as infrações às normas deste código serão punidos com as seguintes penas:

- I - multas;
- II - regime especial de fiscalização;
- III - suspensão ou cancelamento de isenção fiscal.

Art. 68. A aplicação de penalidades de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido, multas, juros moratórios e correção monetária.

Art. 69. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 70. A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação ou auto de infração sem prejuízo da responsabilidade penal constante da legislação federal competente.

Art. 71. A co-autoria ou a cumplicidade nas infrações aos dispositivos deste Código, implica-se aos que a praticarem e aos seus autores, em responder solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando todos sujeitos às mesmas penas fiscais.

Art. 72. Apurando-se no mesmo processo, infração de mais de uma disposição deste Código pela mesma pessoa, será aplicada somente a pena correspondente à infração de penalidade mais grave.

Art. 73. Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas pela co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á cada uma delas a pena que houver cometido.

Art. 74. A sanção as infrações das normas estabelecidas neste Código será, no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento) de seu valor.

Parágrafo Único. Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada e julgada, administrativa ou judicialmente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 75. A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

CAPÍTULO II AS MULTAS

Art. 76. São passíveis de multa de 15 (quinze) UFIR da Unidade Padrão Municipal, os contribuintes ou responsáveis que:

- I - deixarem de apresentar à Prefeitura, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação;
- II - deixarem de remeter à prefeitura em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei.

Art. 77. São passíveis de multa de 15 (quinze) UFIR, os contribuintes ou responsáveis que:

- I - deixarem de fazer a inscrição no Cadastro Mobiliário;
- II - deixarem de comunicar dentro dos prazos previstos, as alterações de baixas que causem modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
- III - inscreverem-se no cadastro mobiliário, fora do prazo legal ou regularmente.

Art. 78. São passíveis de multa de 34 (trinta e quatro) UFIR, os contribuintes ou responsáveis que:

- I - apresentarem ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissão ou dados inverídicos;
- II - negarem-se a exibir livros e documentos que sirvam de interesses do Fisco ou apuração do fato gerador;
- III - negarem-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentarem dificultar ou impedir a ação fiscal, e serviço dos interesses da Fazenda Municipal.

Art. 79. Ressalvada a omissão não dolosa de pagamento de tributo, serão punidos com:

- I - multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a 7 (sete) UFIR, aos que cometerem infração capaz de ilidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraudes;
- II - multa de importância igual a 2 (duas) vezes o valor do tributo, mas nunca inferior a 35 (trinta e cinco) UFIR, os que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício ou intuito de fraudes;
- III - multa de 75 (setenta e cinco) UFIR, aos que:

- a) viciarem ou falsificarem documento ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais para ilidir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;
- b) instruírem pedidos de isenção ou redução de impostos ou taxa, com documentos falsos ou que contenham falsidade.

§ 1º - As penalidades a que se refere o inciso III serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos incisos I e II;

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do inciso III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou outras análogas.

- a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e dos elementos das declarações e guias apresentadas à repartições municipais;
- b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;
- c) remessa de informe e comunicações falsas ao fisco com respeito aos fatos geradores e a base de cálculo de obrigações tributárias;
- d) omissão de lançamento nos livros, fichas declarações ou guias, de bens e atividades que constituem fatos geradores de obrigações tributárias.

Art. 80. O pagamento da multa decorrente de processo fiscal só se tornará exigível depois de prescrito o prazo de recurso de última instância.

CAPÍTULO III DA SUJEIÇÃO E REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 81. O contribuinte que houver cometido infração em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas nesta lei e em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 82. O regime especial de fiscalização de que trata esta seção será definido em regulamento.

CAPÍTULO IV DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DA ISENÇÃO

Art. 83. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e venham a infringir disposição desta lei, ficarão privados, dela definitivamente.

Parágrafo Único. A pena prevista neste artigo será aplicada através do processo regular, previsto em regulamento próprio, garantida, ao interessado, o direito de defesa.

TÍTULO IV DO CADASTRO FISCAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84. O cadastro fiscal da Prefeitura compreende:

- I - O cadastro imobiliário
- II - O cadastro mobiliário

§ 1º - Serão registradas no cadastro imobiliário:

- a) os lotes de terreno existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ; destinadas à urbanização ou a sítios de recreio, cuja eventual produção não se destine ao comércio;
- b) as edificações existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas; destinadas à urbanização ou a sítios de recreio, cuja eventual produção não se destine ao comércio.

§ 2º - O cadastro mobiliário compreende as atividades de pessoa física ou jurídicas, de indústria, de comércio e de prestação de serviços habituais e lucrativas, ocorridas no âmbito do município.

Art. 85. Todos os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título de imóveis mencionados no parágrafo primeiro do artigo anterior e aqueles que indevidamente ou sob razão social de qualquer espécie exercem atividades lucrativas no Município, estão sujeitos a inscrição obrigatória no cadastro fiscal.

Art. 86. O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União, o Estado ou Municípios, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 87. A Prefeitura, poderá quando necessário instituir outras modalidades acessórias de cadastro a fim de atender a organização dos tributos de sua competência.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 88. A inscrição dos bens imóveis descritos no parágrafo primeiro do art. 60, no Cadastro Imobiliário será promovida, de ofício pelo órgão competente.

Art. 89. São obrigados ao fornecimento de informações e demais dados ou elementos para complementação da inscrição:

- I - o proprietário, o titular de domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel;
- II - qualquer dos condôminos, o síndico ou administrador, em se tratando de condomínio;
- III - o compromissário comprador, nos casos de compromissos de compra e venda;
- IV - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

§ 1º - As informações solicitadas serão fornecidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação, sob pena de multa.

§ 2º - não sendo prestadas informações no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá ficha de inscrição.

Art. 90. Em caso de litígios sobre propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como as normas dos litigiados e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o Cartório por onde tramitar a ação judicial.

Parágrafo Único. Incluem-se também, na situação prevista neste artigo, os casos de espólio, de massa falida e de sociedade em liquidação.

Art. 91. Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro dos prazos de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar o lançamento de tributos.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO

Art. 92. A inscrição no cadastro mobiliário será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará, na repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela administração, segundo o disposto em regulamento.

Art. 93. A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita antes do início de suas atividades.

Art. 94. A inscrição deverá ser permanentemente atualizada ficando o responsável, obrigado a comunicar, à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrem, as alterações que se verificarem em qualquer das características estabelecidas pelo órgão competente.

Parágrafo Único. No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observação do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte vendedor ou antecessor.

Art. 95. A cessação das atividades será comunicada à Prefeitura Municipal dentro o prazo de 30 (trinta) dias, afim de ser anotada no cadastro.

Parágrafo Único. A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo da cobrança de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria, comércio, prestação de serviços, social ou recreativo.

Art. 96. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I - os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
II - os que embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de atividade, estejam localizados em prédios distintos ou em locais diversos.

Parágrafo Único. Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem vários pavimentos de uma edificação, pertencente à mesma pessoa jurídica.

TÍTULO V

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 97. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU - incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de um bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana do município ou em áreas a ela equiparadas.

Parágrafo Único. Considera-se ocorrido o fato gerador da respectiva obrigação tributária, a 1º de janeiro de cada exercício.

Art. 98. Entende-se por zona urbana a área onde existem pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - sistema de esgotos sanitários;
- III - abastecimento de água;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola de 1º grau ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

Parágrafo Único. Ainda que localizados fora da zona urbana, são considerados urbanas as áreas utilizadas como sítios de recreio, cuja eventual produção não se destine ao comércio.

Art. 99. O imposto sobre a propriedade urbana constitua ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ela relativos.

Art. 100. Será exigida a apresentação de certidão negativa de tributos respectivos, para a realização de transferência de imóvel, ou de ativos e passivos, licenciamentos de projetos, aprovação de arruamento ou loteamento já executados, concessão de serviço público e em licitação e liberação de créditos.

Parágrafo Único. Nos atos previstos neste artigo, será obrigatória a averbação de número da certidão mencionados os principais dados, inclusive a data de sua expedição e a repartição expedidora.

CAPÍTULO II DO CONTRIBUINTE

Art. 101. Contribuinte do imposto é o proprietário do bem imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

CAPÍTULO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 102. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel.

Art. 103. O valor venal do imóvel será apurado com base nos dados existentes no Cadastro Fiscal do Município e conforme o disposto nesta Lei e reajustado anualmente, através da Planta

Genérica de Valores, que será objeto de Projeto Lei de competência exclusiva do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Para determinação dos valores venais dos terrenos, a Planta Genérica de Valores considerará a divisão da zona urbana do Município em 4 (quatro) classes distintas, constantes do Anexo I, parte integrante da presente Lei.

Art. 104. Para apuração do valor a que se refere o artigo anterior, serão considerados o valor do terreno e, sendo caso, cumulativamente, o da edificação, levando-se em conta:

- I - A área da propriedade territorial;
- II - O valor básico do m2 do terreno no município, fixado na PGV-Planta Genérica de Valores, conforme o artigo 103;
- III - A área construída da edificação;
- IV - O valor básico do m2 de construção, segundo o tipo de edificação, conforme tabela a seguir:

Tipo de Edificação	Valor em UFIR/m2
Apartamento, sala, loja e especial	80.00
Demais Tipos	65.00

V - Os coeficientes de valorização e/ou desvalorização do imóvel, de acordo com as tabelas e fatores de correção do terreno e da edificação abaixo especificados:

a) Correção quanto a situação do terreno na quadra:

Situação	Índice
Esquina / mais uma frente	1,1
Meio de quadra / Gleba	1,0
Aglomerado	1,0
Conjunto popular / Vila	0,8
Condomínio horizontal	1,2
Encravado	0,6

b) Correção quanto a topografia do terreno:

Topografia	Índice
Plano	1,0
Active	0,9
Declive	0,7
Irregular	0,8

c) Correção quanto a pedologia do terreno:

Pedologia	Índice
Inundável	0,8
Firme	1,0
Alagado	0,7
Rochoso	0,8
Arenoso	0,9
Variável	0,9

d) Correção quanto a estrutura da edificação:

Estrutura	Índice
Madeira	0,4
Metálica	1,0
Alvenaria/concreto	1,0
Mista	0,6

Fibrocimento	0,8
Pré-fabricadas madeira	1,0

Estado	Índice
Nova	1,2
Bom / Normal	1,0
Regular	0,9
Ruim / Mau estado	0,7

VI - a forma, situação topográfica, aproveitamento e outras características que possam contribuir para a diminuição do valor do imóvel;

VII - a exploração econômica agrícola e/ou pecuária.

§1º O terreno para fins de cálculo, que se limitar com mais de um logradouro será considerado como situado naquele em que a testada apresentar maior valor.

§2º A ocorrência de qualquer dos fatores a que se refere o item VI, devidamente justificadas pelo sujeito passivo, em requerimento interposto à Prefeitura, permitirá uma redução de até 30% (trinta por cento) no valor venal do imóvel.

§ 3º - Quando o possuidor do imóvel utilizá-lo parte no exercício de atividade econômica e parte como moradia, será aplicada para cada porção ideal, o valor básico do metro quadrado do inciso IV deste artigo, segundo a respectiva utilização.

Art. 105. Para efeito de tributação, os terrenos com até 300,00 m2 (trezentos metros quadrados) de área territorial, serão considerados integralmente.

Art. 106. Na determinação da base de cálculo não se considera o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 107. Na apuração do valor venal do imóvel levar-se-á em conta a sua condição de terreno ou prédio.

§ 1º - Denomina-se de terreno, o solo com a sua superfície, sem edificação alguma, considerando-se, também, como tal, o bem imóvel que contenha:

- I - construção paralisada ou em andamento;
- II - construção interdita, condenada, em ruína ou em demolição;
- III - construção de natureza temporária ou provisória, que possa ser removida sem sua destruição.
- IV - edificação considerada inadequada à sua situação, dimensão ou destino;
- V - pavimento assentado diretamente sobre o solo, destinado a estacionamento de veículos, sem edificação específica.

§ 2º - Denomina-se prédio a edificação incorporada e permanentemente, que possa ser utilizada para habitação ou para o exercício de quaisquer atividade, seja qual for a sua denominação, estrutura, forma de destino, desde que não se configure nenhuma das situações previstas no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 108. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor venal do imóvel:

- I - Imóvel edificado:
 - a) Ocupação exclusivamente residencial: 0,5%
 - b) Demais ocupações: 1%

II - Imóveis não-edificados: 2,0% a 5%

§ 1º - No caso de imóvel não possuir muro e passeio a alíquota será acrescido de:

- a) 10% se tratando de imóvel em rua não pavimentada;
- b) 20% se tratando de imóvel em rua pavimentada.

§ 2º - A alíquota progressiva do inciso II partirá de 2.0% no primeiro ano do lançamento do IPTU e aumentará meio ponto percentual a cada ano, até alcançar a alíquota-limite de 5%.

§ 3º - Quando o possuidor do imóvel utilizá-lo parte no exercício de atividade econômica e parte como moradia, será aplicada para cada porção ideal, a alíquota correspondente à respectiva utilização.

Art. 109. No cálculo do imposto serão aplicados os seguintes acréscimos:

I - de 30% (trinta por cento) na hipótese de prédio, construído ou reformado sem ou em desacordo com o habite-se, auto de vistoria, auto de conclusão ou alvará de construção de obras, para todo ou parte da edificação, ressaltando o disposto nos incisos V e VI deste artigo;

II - de 50% (cincoenta por cento), na hipótese de terreno integrante de loteamento ou arruamento, não aprovado ou não oficializado;

III - de 50% (cincoenta por cento), na hipótese de terreno cuja declaração o contribuinte deixou de promover na forma e no prazo determinados, ou, tendo-a promovido, o fez com erro, omissão ou falsidade que implique em alteração no valor do imposto ou em dificuldades na localização do contribuinte;

IV - de 50% (cincoenta por cento), na hipótese de prédio cujo contribuinte deixou de promover a declaração, na forma e no prazo determinado ou, a tendo promovido, o fez com erro, omissão ou falsidade que implique em alteração no valor do imposto ou em dificuldade na localização do contribuinte.

V - de 20% (vinte por cento), no caso de reforma□ sem ou em desacordo com o habite-se, auto de vistoria, auto de conclusão ou alvará de construção de obras.

§ 1º - O valor dos acréscimos será calculado sobre o produto do valor do bem imóvel pela menor alíquota fixada para a zona fiscal onde esteja localizada a sua condição de terreno ou prédio.

§ 2º - Nenhum acréscimo será aplicado por inexistência de habite-se, auto de vistoria, auto de conclusão ou alvará de construção de obras, desde que estes tenham sido requeridos no prazo legal e sua expedição tenha sido transferida sem que, para tanto, tenha concorrido o contribuinte ou interessado.

§ 3º - Para os efeitos de aplicação dos acréscimos previstos nos incisos I, V e VI deste artigo, a edificação será considerada irregular no seu todo.

§ 4º - As sanções previstas neste artigo são aplicadas com base nas infrações cometidas a partir do exercício de 1998 e incidirão no cálculo do IPTU somente a partir do exercício de 1999.

CAPÍTULO IV DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 110. O lançamento do imposto predial e territorial urbano será anual, um para cada bem imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se exercício anterior.

Art. 111. Far-se-á o lançamento em nome do contribuinte no cadastro fiscal:

§ 1º - No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de um ou de todos os condôminos, respondendo, solidariamente, todos pelo ônus do tributo.

§ 2º - Os apartamentos, unidades, ou dependências com economias autônomas, lançados um a um, em nome dos respectivos proprietários condôminos.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário far-se-á o lançamento em nome do espólio, e, feita a partilha, será transferida para o nome dos sucessores, para esse fim, os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que julgado o inventário, se façam as modificações.

§ 5º - O lançamento do imóvel pertencente a massa falida ou sociedade em liquidação, será feito em nome das mesmas, mas os respectivos avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito em nome do promitente, vendedor ou do compromissário comprador, ou de ambos.

§ 7º - O imposto predial e territorial urbano - IPTU, não poderá ser por unidade, inferior a 7 (sete) UFIR, qualquer que seja a base de cálculo, incluindo Tarifa de Expediente.

Art. 112. O lançamento do imposto será feito anualmente, em moeda corrente nacional ou em UFIR - Unidade Fiscal de Referência, com base na situação factícia e jurídica existente ao se encerrar o exercício anterior.

Parágrafo único. O lançamento em moeda corrente nacional ou indexado à UFIR será sempre definido pelo Prefeito Municipal, que publicará a decisão em decreto, antes da data da ocorrência do fato gerador:

Art. 113. O imposto será pago na forma e nos prazos regulamentados.

TÍTULO VI DO IMPOSTO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 114. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço não compreendido na competência da União ou dos Estados e, especificamente, a prestação de serviço constante do Anexo II, parte integrante da presente Lei.

§ 1º. A Lista de Serviços do Anexo II, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla e análoga na sua horizontalidade.

§ 2º. A interpretação ampla e análoga é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

Art. 115. Para efeitos da incidência do imposto considera-se local

de prestação do Serviço:

I - o local do estabelecimento prestador

II - na falta do estabelecimento prestador o local do domicílio tributário do prestador;

III - o local da execução da obra, no caso de serviço de construção civil.

Art. 116. Entende-se por estabelecimento prestador, o utilizado, de alguma forma, para prestação do serviço, sendo irrelevante a sua denominação ou a sua categoria, bem como a circunstância de o serviço ser prestado, materialmente ou eventualmente em outro local.

Art. 117. A incidência do imposto independente:

I - da existência do estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação de serviço;

III - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviço.

Art. 118. Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - a 1º de janeiro de cada exercício, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedade de profissionais, desde que o imposto seja calculado mediante fatores que independam do respectivo preço.

II - no momento da chancela de ingressos, nos casos de serviços de diversões públicas ou de outra atividade que utilize tal sistema.

III - no momento da prestação de serviço, da localização do bem imóvel ou da cessão dos direitos, nos demais casos.

CAPÍTULO II DO CONTRIBUINTE

Art. 119. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Art. 120. É responsável pelo imposto, o profissional ou a empresa tomadora de serviço, que deixar de reter e recolher o ser montante, nos casos de:

I - o prestador deixar de emitir nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração.

II - o prestador, não estando obrigado a emitir os documentos a que se refere o inciso anterior, deixar de apresentar recibo contendo no máximo, o nome e endereço do prestador, a especificação do serviço prestado, a data e o preço do serviço, além do número de inscrição no cadastro mobiliário.

Parágrafo Único. Ao efetuar a retenção do imposto, que será calculado com base no preço do serviço, mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento), para os demais casos o tomador de serviço deverá fornecer comprovante dessa retenção ao prestador.

Art. 121. Será solidariamente responsável pelo imposto, conjuntamente com o dono da obra e o empreiteiro, o proprietário de bem imóvel, quanto aos serviços previstos no item 31, forem prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem prova do pagamento do imposto.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SOB FORMA DE TRABALHO PESSOAL DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE

Art. 122. A base de cálculo do imposto sobre os serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada, mensalmente, aplicando-se, ao valor da Unidade Fiscal de Referência UFIR, a alíquota de:

- I - profissional autônomo de nível elementar: 0, 00
II - profissional autônomo de nível médio: 0, 10
III - profissional autônomo de nível superior: 0, 25

§ 1º. A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

§ 2º. Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

- I - por firmas individuais;
II - em caráter permanente, sujeito a normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.

Art. 123. A base de cálculo do imposto de profissionais autônomos, levando-se em conta a importância recebida a título de remuneração do próprio trabalho, a critério do fisco, poderá ser determinada por estimativa ou arbitramento.

CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE SOCIEDADE DE PROFISSIONAL LIBERAL

Art.124. A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado sob a forma de sociedade de profissional liberal será determinada, mensalmente, aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota de 5% (cinco por cento).

Art. 125. Sociedade de profissional liberal é a reunião de pessoas físicas do mesmo grupo ocupacional, habilitadas para o exercício das atividades profissionais acima especificadas.

Art.126. Deixa de ser de profissional liberal, a sociedade em que se verifique qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) sócio não habilitado para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;
b) sócio pessoa jurídica;
c) mais de 5 (cinco) empregados profissionalmente não habilitados para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;
d) quando a sociedade exercer, também, atividade não prevista nas acima especificadas.

CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DA PESSOA JURÍDICA

Art. 127. A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado sob a forma de pessoa jurídica será determinada, mensalmente, aplicando-se, ao preço do serviço, alíquota de:

- I - diversões públicas: 10 %
II - demais serviços: 5 %

§ 1º. o preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

§ 2º. na falta deste preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será ele fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Art. 128. O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Art. 129. Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 130. Quando a prestação do serviço for subdividida em partes,

considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 131. A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 132. As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art.133. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

Parágrafo Único. Considera-se, também, compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens, serviços ou direitos adquiridos inclusive terrenos.

Art. 134. Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terreno e das cotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Art. 135. Nas incorporações imobiliárias, os financiamentos obtidos junto aos agentes financeiros compõem a apuração da base de cálculo, salvo nos casos em que todos os contratantes dos serviços ou adquirentes sejam financiados diretamente pelo incorporador.

Art. 136. Na hipótese de prestação de serviços enquadráveis em mais de uma das atividades previstas no artigo 90, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas.

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo o contribuinte deverá manter escrituração que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades sob pena de o imposto ser calculado a aplicação, para os diversos, da alíquota mais elevada.

Art. 137. A Administração poderá estabelecer critérios simplificados de cálculo do imposto, para grupo de contribuinte, quando a organização rudimentar, o caráter provisório, ou intermediante, o número de tomadores ou o tempo de duração do serviço o recomendarem.

Parágrafo Único. A avaliação se fará através de processo documentado com demonstrativos estatísticos e econômicos, que a ampam.

CAPÍTULO VI DO LANÇAMENTO, PAGAMENTO E INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Art. 138. A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela Autoridade Fiscal.

§ 1º. Quanto ao profissional autônomo, o lançamento será feito com base nos dados cadastrais.

§ 2º. Quanto à sociedade de profissional liberal, o lançamento será

feito sob a responsabilidade do contribuinte, com base no registro de empregados, contrato social, estatutos, atas, alterações e contratos de prestação de serviços no tocante a terceiros.

§ 3º. Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, a nível de subtítulo interno, padronizados quanto à nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central e constantes da Declaração de Serviços.

Art. 139. O imposto, devidamente calculado, deverá ser recolhido até o dia 15 (quinze) do mês imediatamente posterior ao exercício.

§ 1º. Para o recolhimento do imposto, não calculado sobre o preço do serviço, tomar-se-á como base o valor mensal da Unidade Fiscal de Referência UFIR, vigente na data do vencimento.

§ 2º. Para a quitação antecipada do imposto, tomar-se-á como base o valor mensal da Unidade Fiscal de Referência UFIR, vigente na data do pagamento.

Art. 140. O imposto será recolhido:

I - pelo prestador de serviço, através de carnê;
II - Pelo tomador de serviço, através de guia de arrecadação para o ISSQN retido na fonte.

§ 1º. Quando não quitada no prazo tempestivo, a guia ou carnê deverão ser apresentados na Prefeitura para o necessário "VISTO" e conferência dos cálculos pertinentes à multa, juros de mora e correção, se cabíveis.

§ 2º. No mês em que não houver movimento, a guia respectiva será anulada com a expressão "não houve movimento" e, até a data prevista para vencimento no mês, deverá ser apresentada na Prefeitura para atualização de crédito.

Art. 141. Os contribuintes, ainda que inumes ou isentos, serão inscritos no cadastro mobiliário.

§ 1º - No interesse da administração a obrigatoriedade do cadastramento poderá atingir a empresa ou profissionais tomadores de serviços.

§ 2º - Para os efeitos deste imposto, relativamente a cada estabelecimento ou local de atividade, o contribuinte será identificado pelo respectivo número no cadastro mobiliário, que deverá constar de todos os seus documentos fiscais, inclusive recibos.

Art. 142. O cadastro mobiliário, será constituído e atualizado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 143. A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte em formulário próprio mencionado os dados necessários à sua identificação, localização e caracterização dos serviços prestados.

§ 1º - A inscrição será efetuada na forma e nos prazos regulamentares.

§ 2º - O contribuinte deverá promover tantas inscrições, quanto forem os estabelecimentos ou locais de atividades, mesmo se prestar serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou no caso de sociedade de profissionais, conforme definidos nos artigos 122 e 124, hipótese em que ficam sujeitos a tributação única.

§ 3º - Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será

única pelo local do domicílio do prestador do serviço.

Art. 144. Os dados apresentados na inscrição, deverão ser atualizados, pelos contribuintes, na forma e nos prazos regulamentares, sempre que ocorrem fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação.

§ 1º - Os prazos estipulados deverão ser observados também na hipótese de venda ou transferência de estabelecimento ou de encerramento da atividade.

§ 2º - A administração poderá promover, de ofício, inscrições, alterações cadastrais, cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação de cominações ou penalidades cabíveis.

§ 3º - É facultativo à administração periodicamente convocar os contribuintes, por edital, para a atualização dos dados cadastrais.

Art. 145. O contribuinte do imposto, em relação a cada um de seus estabelecimentos ou locais de atividade, fica obrigado a:

I - manter em uso, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados ainda que isentos ou não tributáveis;
II - emitir notas fiscais de serviços ou outro documento, exigido pela Administração, no momento da prestação de serviço;
III - comunicar à Administração, o extravio, a perda ou a inutilização de livros e documentos fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias, da ocorrência do fato.

Art. 146. Compete à Administração estabelecer normas relativas:
I - à obrigatoriedade ou dispensa de livros e documentos fiscais;
II - à emissão de notas fiscais;
III - ao conteúdo e forma de utilização de livros e documentos fiscais;
IV - à emissão de livros e documentos fiscais.

Art. 147. A administração determinará os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um de seus estabelecimentos, ou na falta destes, em seu domicílio.

§ 1º - Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e nos prazos regulamentares.

§ 2º - A impressão de notas fiscais e de outros documentos relativos ao imposto, só poderá ser efetuada mediante prévia autorização da administração.

§ 3º - Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, sob pretexto algum, salvo para serem levados a repartição fiscal ou escritório do profissional contabilista da empresa na forma e nas condições regulamentares.

§ 4º - Presume-se retirado do estabelecimento o livro que, estando em poder do profissional contabilista, não for colocado a disposição da fiscalização, na empresa ou, na repartição, dentro de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação.

Art. 148. A autoridade administrativa, por despacho fundamentado poderá:

I - permitir a adoção de regime especial para a emissão dos documentos e escrituração de livros fiscais, quando vise facilitar o cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações fiscais;
II - dispensar o uso de livros e documentos especiais, tendo em vista a peculiaridade ou a complexidade do serviço prestado.

Art. 149. A administração, com a concordância do contribuinte, poderá determinar o lançamento do imposto pelo processo de

estimativa.

§ 1º - Na hipótese prevista neste artigo, o preço global do serviço será estimado, devendo o contribuinte recolher as parcelas do imposto durante o prazo de aplicação do regime.

§ 2º - O pagamento do imposto, lançado por estimativa, implica no recolhimento da exatidão da base de cálculo do imposto vedada, ao contribuinte, posterior impugnação.

§ 3º - Os valores estimados poderão ser revistos, sendo reajustados as parcelas anualmente.

§ 4º - A administração poderá, a qualquer tempo, mesmo quando não findo o período, suspender o regime de estimativa, desde que os interesses do fisco exijam.

Art. 150. A administração por processo normal, com despacho específico, poderá dispensar os contribuintes de uma ou mais obrigações secundárias.

Parágrafo Único. Salvo o previsto neste artigo, a isenção ou regime de estimativa fiscal, não dispensam o contribuinte das exigências dos livros e notas fiscais.

Art. 151. Sendo insatisfatórios os meios, normais de controle, a Administração poderá exigir, do contribuinte, a adoção de outros instrumentos especiais necessários, a perfeita apuração dos serviços prestados da receita auferida e do imposto devido.

Art. 152. O contribuinte enquadrado pelo regime de estimativa fiscal, previsto no artigo 115, poderá no período de 30 (trinta) dias, contestar, comprovadamente, o valor do imposto fixado.

Art. 153. O imposto será pago na forma e nos prazos regulamentares.

Art. 154. Sempre que o volume ou a modalidade do serviço aconselhar tratamento fiscal diferente, ou a pedido do contribuinte, a Administração poderá exigir ou autorizar o recolhimento do imposto por regime especial.

CAPÍTULO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 155. As infrações as normas relativas ao imposto sujeitam o infrator as penalidades previstas neste artigo.

§ 1º - Nas infrações relativas ao recolhimento do imposto, apuradas através de procedimentos fiscais ou sanadas após o seu início, aplicar-se-ão as seguintes multas:

- a) não recolhimento, ou recolhimento de importância menor do que a efetivamente devida, multa de valor igual a 50% (cinquenta por cento) do imposto;
- b) não retenção do imposto devido, multa de valor igual a 50% (cinquenta por cento) do imposto;
- c) não recolhimento do imposto retido na fonte, multa de valor igual a 50% (cinquenta por cento) do imposto.

§ 2º - Nas infrações relativas à apresentação de declaração de dados, nas condições e nos prazos regulamentares, aplicar-se-á multa de valor igual a 20 (vinte) UFIR nas seguintes hipóteses:

- a) Falta de apresentação de qualquer declaração de dados;
- b) omissão de elementos indispensáveis a apuração de imposto;

§ 3º - Nas infrações relativas à inscrição e as alterações cadastrais aplicar-se-ão as seguintes multas:

a) deixar de promover, no cadastro mobiliário, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou o encerramento de atividades, no prazo regulamentar, multa de valor igual a 8 (oito) UFIR.

§ 4º - Nas infrações relativas a livros fiscais aplicar-se-ão multa de valor igual a 20 (vinte) UFIR nas seguintes hipóteses:

- a) retirada, do estabelecimento ou domicílio do prestador do serviço de livros fiscais, exceto quanto aos casos autorizados;
- b) apresentação de dados incorretos na escrituração fiscal;
- c) utilização de livros fiscais em desacordo com os modelos aprovados, pela administração, para a respectiva atividade.

§ 5º - Nas infrações relativas a livros fiscais, aplicados uma multa no valor igual a 35 (trinta e cinco) UFIR nas seguintes hipóteses:

- a) falta de escrituração de livros fiscais exigidos ou escrituração incompleta;
- b) extravio ou inutilização de livros fiscais não comunicados a Administração no prazo legal.

§ 6º - Nas infrações relativas a livros fiscais, aplicar-se-á multa de valor igual a 130 (cento e trinta) UFIR nas seguintes hipóteses:

- a) falta de livros fiscais ou sua utilização sem prévia autenticação da repartição comitente;
- b) adulteração de livros fiscais;
- c) utilização de documentos fiscais em desacordo com modelos aprovados pela administração, para a respectiva atividade.

§ 7º - Nas infrações relativas a documentos fiscais aplicar-se-á multa de valor igual a 35 (trinta e cinco) UFIR na hipótese de extravio ou inutilização destes, não comunicados, à Administração, no prazo legal.

§ 8º - Nas infrações relativas a documentos fiscais, aplicar-se-á multa de valor igual a 65 (sessenta e cinco) UFIR nas seguintes hipóteses:

- a) falta de emissão de nota fiscal ou de outros documentos exigidos pela administração;
- b) emissão de nota fiscal de serviços não tributados ou isentos, em operação tributável;
- c) emissão de documentos fiscais em desacordo com o valor real do serviço;
- d) adulteração de documentos fiscais;

§ 9º - Nas infrações relativas ao procedimento fiscal aplicar-se-á multa de valor igual a 65 (sessenta e cinco) UFIR, nas seguintes hipóteses:

- a) recusa de exibição de livros e documentos fiscais;
- b) sonegação de documentos para apuração do preço ou da estimativa;
- c) embarcação à ação fiscal;
- d) não atendimento à intimação.

§ 10 - Nas infrações relativas aos documentos de arrecadação aplicar-se-á multa de valor igual a 7 (sete) UFIR nas seguintes hipóteses:

- a) falta de número de inscrição no Cadastro Mobiliário;
- b) apresentação incorreta ou incompleta do número de inscrição no cadastro mobiliário.

§ 11 - As infrações para as quais não haja penalidades específicas prevista em lei, aplicar-se-á a multa de valor igual a 5 (cinco) UFIR.

Art. 156. A imposição de multa a determinada infração não exclui

a aplicação de penalidade fixadas para outras infrações, porventura verificadas, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 157. O infrator reincidente poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

TÍTULO VII DAS TAXAS

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 158. Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pela Prefeitura, serão cobrados pelo Município, Taxas de Licença e Taxas de Serviços Urbanos.

Art. 159. As taxas de licença tem como fato gerador o poder de polícia do município na outorga de permissão para o exercício de atividades e permanência no local, ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização das autoridades Municipais.

Art. 160. Considera-se exercício regular do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, ao meio ambiente, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao uso e ocupação do solo, ao exercício de atividades econômicas, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos no âmbito municipal.

Art. 161. Os serviços públicos consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título; potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam colocados à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II - específicos, quando passam a ser destacados, em utilidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidade pública;

III - divisíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.

Parágrafo Único. É irrelevante para a incidência das taxas que os serviços públicos sejam prestados diretamente, ou por meio de concessionários ou através de terceiros contratantes.

Art. 162. O fato gerador, a incidência, o lançamento e o pagamento das taxas, fundadas no poder de polícia do município, independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município.

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI - do recolhimento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

CAPÍTULO II DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E PRESTADOR DE SERVIÇO

Art. 163. Estabelecimento;

I - é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades econômicas ou sociais, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II - é, também, o local onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante;

III - é, ainda, a residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício da atividade profissional;

IV - a sua existência é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

a) manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;

b) estrutura organizacional ou administrativa;

c) inscrição nos órgãos previdenciários;

d) indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos;

e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

Parágrafo Único. A circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento.

Art. 164. Para efeito de incidência das taxas, consideram-se como estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

Art. 165. O lançamento e o pagamento das taxas não importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

CAPÍTULO III DAS TAXAS DE LICENÇA DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 166. A taxa de licença é devida para:

I - fiscalização de localização, instalação e funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município - TFLF;

II - fiscalização de exercício, dentro do território do Município, de atividade eventual, ambulante e feirante - TFAM;

III - fiscalização de obras particulares - TFOP;

IV - fiscalização de anúncios - TFA;

V - fiscalização sanitária - TFS;

VI - fiscalização de veículos de transporte de passageiros - TFVP;

VII - fiscalização de funcionamento de estabelecimento em horário extraordinário - TFHE;

VIII - fiscalização de utilização de vias e logradouros públicos.

Seção I

Da Taxa de Fiscalização, Instalação e Funcionamento

Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 167. A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às normas municipais de posturas relativas à ordem pública.

Art. 168. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

I - na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;

II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes;

III - na data de alteração da razão social e/ou do endereço e/ou da atividade, em qualquer exercício.

Art. 169. A taxa não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas.

Parágrafo Único. Consideram-se não estabelecidas as pessoas físicas que exerçam suas atividades em suas próprias residências, desde que não abertas ao público em geral, bem como aqueles que prestam serviços no estabelecimento ou residência dos respectivos tomadores.

Subseção II Do Sujeito Passivo

Art. 170. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

Subseção III Da Solidariedade Tributária

Art. 171. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa, o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos.

Subseção IV Da Base de Cálculo

Art. 172. A base de cálculo da taxa será determinado em função da natureza da atividade e do número de empregados:

I - Serviços de saúde, de beleza, higiene pessoal, e destreza física, de alojamento, alimentação e turismo, de ensino, de reparação, manutenção, instalação, conservação, beneficiamento e confecção de bens, de composição, impressão e reprodução de imagens, sons, matrizes e textos, de transportes (exclusive ferroviário, metroviário e aéreo), de planejamento, organização, assessoria, consultoria e informática, de publicidade e propaganda, administração e intermediação, arrendamento e locação de bens, direitos e mão-de-obra, guarda, vigilância e segurança, engenharia e serviços técnicos afins, de decoração, paisagismo, jardinagem e congêneres e profissionais autônomos, por ano:

- a) de 0 a 5 empregados: 60 UFIR;
- b) de 6 a 10 empregados: 70 UFIR;
- c) de 11 a 15 empregados: 90 UFIR;
- d) de 16 a 20 empregados: 100 UFIRs;

- e) de 21 a 50 empregados: 110 UFIRs;
- f) acima de 50 empregados: 120 UFIRs;

II - extração e indústria, por ano:

- a) de 0 a 5 empregados: 60 UFIR;
- b) de 6 a 10 empregados: 80 UFIR;
- c) de 11 a 15 empregados: 100 UFIRs;
- d) de 16 a 20 empregados: 120 UFIRs;
- e) de 21 a 50 empregados: 140 UFIRs;
- f) de 51 a 100 empregados: 160 UFIRs;
- g) de 101 a 200 empregados: 180 UFIRs;
- h) de 201 a 300 empregados: 200 UFIRs;
- i) acima de 300 empregados: 220 UFIRs;

III - comércio de bens de consumo de uso doméstico, comercial, industrial, construção e demais atividades econômicas, por ano:

- a) de 0 a 5 empregados: 40 UFIR;
- b) de 6 a 10 empregados: 60 UFIRs;
- c) de 11 a 15 empregados: 80 UFIRs;
- d) de 16 a 20 empregados: 100 UFIRs;
- e) acima de 20 empregados: 120 UFIRs;

IV - Outras, por ano:

a) Diversões Públicas:

- a.1) Jogos : 100 UFIR;
- a.2) espetáculos, "ballet", recitais, bailes, festivais, "shows", dançeteria, discoteca, bar dançante, execução e transmissão de música por qualquer processo e "taxi-dancing": 140 UFIR;
- a.3) cinema, espetáculos, esportivas ou de competição, exposição com cobrança de ingresso, museus e teatro, públicos com cobrança de ingressos não especificados: 100 UFIRs;
- b) cultura vegetal e criação animal: 20 UFIRs;
- c) comunicação: 80 UFIRs;
- d) transporte ferroviário, metroviário e aéreo de passageiros; instituições financeiras e securitárias; comércio de veículos, peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes, lojas de departamento, supermercados e hipermercados, comércio atacadista de mercadorias diversas e importação e exportação: 200 UFIRs;

Art. 173. Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Parágrafo Único. Não havendo especificação precisa da atividade, a taxa será calculada pelo código que contiver maior identidade de característica com o ramo considerado.

Subseção V Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 174. A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Art. 175. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no mês de maio, com vencimento no dia 10 (dez) de maio, nos anos subsequentes;
- III - no ato da alteração da razão social e/ou do endereço e/ou da atividade, em qualquer exercício.

Seção II

Da Taxa de Fiscalização e Exercício de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante.

Subseção I**Do Fato Gerador e da Incidência**

Art. 176. A Taxa de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, instalação e funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade e a segurança pública.

Art. 177. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o exercício da atividade ambulante, eventual e feirante.

Subseção II**Do Sujeito Passivo**

Art. 178. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização municipal em razão do exercício da atividade ambulante, eventual e feirante.

Subseção III**Da Solidariedade Tributária**

Art. 179. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa:

I - o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses lançamentos;

II - o promotor de feiras, exposições e congêneres;

III - o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, aos veículos, aos "trailers" e aos "stands" ou assemelhados.

Subseção IV**Da Atividade Ambulante, Eventual e Feirante.**

Art. 180. Considera-se atividade:

I - ambulante a exercida, individualmente, de modo habitual, com instalação ou localização fixas ou não;

II - eventual a exercida, individualmente ou não, em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos;

III - feirante a exercida, individualmente ou não, de modo habitual, nas feiras livres, em locais previamente determinados.

Parágrafo Único. A atividade ambulante, eventual e feirante é exercida, sem estabelecimento, em instalações removíveis, colocadas nas vias, logradouros ou locais de acesso ao público, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros, e assemelhados.

Subseção V**Da Base de Cálculo**

Art. 181. A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza da atividade e da modalidade do exercício:

I - atividade ambulante:

a) artigos de alimentação:

a.1) sem veículo motorizado: 2 UFIR por dia, 15 UFIR por mês, 80 UFIR por ano;

a.2) com veículo motorizado: 15 UFIR por dia; 40 UFIR por mês, 150 UFIR por ano;

a.3) "trailer": 25 UFIR por dia, 60 UFIR por mês, 200 UFIRs por ano;

b) outros artigos:

b.1) sem veículo motorizado: 3 UFIR por dia, 25 UFIR por mês, 100 UFIR por ano;

b.2) com veículo motorizado: 15 UFIR por dia, 40 UFIR por mês, 150 UFIRs por ano;

b.3) "trailer": 25 UFIR por dia, 60 UFIR por mês, 200 UFIR por ano;

II - atividade feirante:

a) artigo de alimentação:

a.1) sem veículo motorizado: 2 UFIR por dia, 15 UFIR por mês, 80 UFIR por ano;

a.2) com veículo motorizado: 5 UFIR por dia, 30 UFIR por mês, 100 UFIR por ano;

a.3) "trailer": 6 UFIR por dia, 35 UFIR por mês, 110 UFIRs por ano;

b) outros artigos:

b) sem veículo motorizado: 100 UFIR por dia, 300 UFIR por mês, 900 UFIR por ano;

b.2) com veículo motorizado: 100 UFIR por dia, 300 UFIR por mês, 900 UFIR por ano;

b.3) "trailer": 100 UFIR por dia, 300 UFIR por mês, 900 UFIR por ano;

III - atividade eventual:

a) artigos de alimentação:

a.1) sem veículo motorizado: 10 UFIR por dia, 30 UFIR por mês, 90 UFIR por ano;

a.2) com veículo motorizado: 20 UFIR por dia, 50 UFIR por mês, 150 UFIR por ano;

a.3) "trailer": 20 UFIR por dia, 50 UFIR por mês, 150 UFIR por ano;

b) outros artigos:

b.1) sem veículo motorizado: 12 UFIR por dia, 35 UFIR por mês, 110 UFIR por ano;

b.2) com veículo motorizado: 25 UFIR por dia, 45 UFIR por mês, 130 UFIR por ano;

b.3) "trailer": 25 UFIR por dia, 45 UFIR por mês, 130 UFIRs por ano;

c) circo e parque de diversão: 50 UFIR por dia, 300 UFIRs por mês, 900 UFIRs por ano.

Subseção VI**Do Lançamento e do Recolhimento**

Art. 182. A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 183. Sendo diária, mensal ou anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo.

II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

Seção III**Da Taxa de Fiscalização de Obra Particular****Subseção I****Do Fato Gerador e da Incidência**

Art. 184. Taxa de Fiscalização de Obra Particular fundada no poder de polícia do Município, concernente à tranquilidade e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e reforma de prédio e execução de loteamento de terreno, em observância às normas municipais relativas à disciplina do uso do solo urbano.

Art. 185. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a construção e reforma de prédio, e execução de loteamento de terreno.

Subseção II Do Sujeito Passivo

Art. 186. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do imóvel, sujeito à fiscalização municipal em razão da construção e reforma do prédio ou execução de loteamento do terreno.

Art. 187. A taxa não incide sobre:

- I - a limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e grades;
- II - a construção de passeios e logradouros públicos providos de meio-fio;
- III - a construção de muros de contenção de encostas.

Subseção III Da Solidariedade Tributária

Art. 188. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa:

- I - as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos projetos ou por sua execução;
- II - o responsável pela locação e o locatário do imóvel onde esteja sendo executada a obra.

Subseção IV Da Base de Cálculo

Art. 189. A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza e da dimensão da obra:

I - Arruamento, loteamento, desmembramento e remembramento:

- a) até 3.000 m² - 100 UFIR;
- b) de 3.000 m² a 10.000 m² - 200 UFIR;
- c) acima de 10.000 m² - 300 UFIR;

II - Construção, reconstrução, reforma e demolição:

- a) até 100 m² - 10 UFIR;
- b) de 101 m² a 250 m² - 30 UFIR;
- c) de 251 m² a 500 m² - 60 UFIR;
- d) acima de 500 m² - 100 UFIR

III - Alinhamento, nivelamento, construções de marquises, mura-lhas, fachadas, tapumes, paredes, drenos, sarjetas, canalizações, escavações:

- a) até 10 m - 7 UFIR
- b) de 10 m a 50 m - 15 UFIR
- c) de 51 m a 100 m - 30 UFIR
- d) acima de 100 m - 60 UFIR

IV - demais obras:

- a) por metro quadrado ou fração: 0,1 UFIR
- b) por metro linear ou fração: 0,5 UFIR

Art. 190. Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das especificações, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Subseção V Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 191. A taxa será devida por execução de obra, conforme comunicação do sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 192. Sendo por execução de obra a forma de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

I - no ato do licenciamento da obra, quando comunicada pelo sujeito passivo;

II - no ato da informação, quando constatada pela fiscalização.

Seção IV Da Taxa de Fiscalização de Anúncio

Subseção I Do Fato gerador e da Incidência

Art. 193. A Taxa de Fiscalização de Anúncio, fundada no poder de polícia do Município, concernente à utilização de seus bens públicos de uso comum, à estética urbana, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a utilização e a exploração de anúncio, em observância às normas municipais de posturas relativas ao controle do espaço visual urbano.

Art. 194. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - na data de instalação do anúncio, relativamente ao primeiro ano de veiculação;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes;
- III - na data de alteração do tipo de veículo e/ou do local da instalação e/ou da natureza e da modalidade da mensagem transmitida.

Art. 195. A taxa não incide sobre os anúncios, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário:

- I - destinados a fins patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;
- II - no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;
- III - em emblemas de entidades públicas, cartórios, tabeliães, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
- IV - em emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
- V - colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;
- VI - e, as placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;
- VII - que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa;
- VIII - e, as placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público;
- IX - que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;
- X - e, às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador;
- XI - e, às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão-somente, o nome e a profissão;
- XII - de locação ou venda de imóveis, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário;
- XIII - e painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha, tão-somente, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;
- XIV - de afixação obrigatória decorrentes de disposição legal ou regulamentar;
- XV - que sejam afixados no interior da propriedade do anunciante mesmo que possuam um prolongamento necessário em direção

ao logradouro público

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 196. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da propriedade do veículo de divulgação.

Subseção III
Da Solidariedade Tributária

Art. 197. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa:

- I - aquele a quem o anúncio aproveitar, quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;
- II - o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

Subseção IV
Da Base de Cálculo

Art. 198. A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza e da modalidade da mensagem transmitida e da área do veículo de divulgação:

- I - anúncio inanimado (por m2, por ano):
 - a) não-luminoso: 20 UFIR;
 - b) luminoso: 25 UFIR;
- II - anúncio animado (por m2, por ano):
 - a) não-luminoso: 30 UFIR;
 - b) luminoso: 35 UFIR;
- III - "Out-door": 50 UFIRs por unidade, por ano.

Subseção V
Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 199. A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de instalação, transferência de local ou qualquer alteração no tipo e na característica do veículo de divulgação e na natureza e na modalidade da mensagem transmitida.

Art. 200. Sendo anual o período de incidência, lançamento da taxa ocorrerá:

- I - no ato da inscrição do anúncio, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no mês de setembro, com vencimento no dia 10 (dez) de setembro, nos anos subsequentes;
- III - no ato da alteração do endereço e/ou, quando for o caso, da atividade, em qualquer exercício.

Seção VI
Da Taxa de Fiscalização Sanitária

Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 201. A Taxa de Fiscalização Sanitária, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e do bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre os locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à higiene pública, em observância às normas municipais sanitárias.

Art. 202. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes;
- III - na data de alteração do endereço e/ou, quando for o caso, da atividade, em qualquer exercício.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 203. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da atividade exercida estar relacionada com alimentos, saúde e higiene pública e às normas sanitárias.

Subseção III
Da Solidariedade Tributária

Art. 204. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa, o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, aos veículos, aos "trailers", aos "stands" ou assemelhados que comercializem gêneros alimentícios.

Subseção IV
Da Base de Cálculo

Art. 205. A base de cálculo será determinada em função da natureza da atividade e seu risco epidemiológico:

- I - Grupo I
 - a) maior risco epidemiológico: 120 UFIR
 - b) menor risco epidemiológico: 80 UFIR

- II - Grupo II
 - a) maior risco epidemiológico... de 8 UFIR a 48 UFIR conforme Anexo IV;
 - b) menor risco epidemiológico de 8 UFIR a 24 UFIR conforme Anexo IV.

- III - Grupo III
 - a) maior risco epidemiológico: 120 UFIR
 - b) menor risco epidemiológico: 80 UFIR

- IV - Grupo IV
 - a) maior risco epidemiológico: 40 UFIR
 - b) menor risco epidemiológico: 32 UFIR

- V - Grupo V
 - a) maior risco epidemiológico: 16 UFIR a 80 UFIR, conforme Anexo IV;
 - b) menor risco epidemiológico: 8 UFIR a 40 UFIR, conforme Anexo IV.

Parágrafo Único. Constam do Anexo IV da presente lei a descrição das atividades de cada grupo e seus valores, que complementam o inciso II, alíneas a, b e c o inciso V alínea a e b deste artigo.

Art. 206. Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Parágrafo Único. Não havendo especificação precisa da atividade, a taxa será calculada pelo código que contiver maior identidade de características com o ramo considerado.

Subseção V
Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 207. A Taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Art. 208. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no mês de julho, com vencimento no dia 10 (dez) de julho, nos anos subseqüentes;
- III - no ato da alteração do endereço e/ou, quando for o caso da atividade, em qualquer exercício.

Seção VII
Da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro

Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 209. A Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiro, fundada no poder de polícia do município, concernente à preservação da segurança pública e ao bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o utilitário motorizado, em observância às normas municipais de autorização, permissão e concessão ou outorga para exploração do serviço de transporte de passageiro.

Art. 210. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - na data de início da efetiva circulação do utilitário motorizado, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subseqüentes;
- III - na data de alteração das características do utilitário motorizado, em qualquer exercício.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 211. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular de domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do utilitário motorizado, sujeita à fiscalização municipal em razão do veículo de transporte de passageiro.

Subseção III
Da Solidariedade Tributária

Art. 212. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa:
I - o responsável pela locação do utilitário motorizado;
II - o profissional que exerce atividades econômica no veículo de transporte de passageiro.

Subseção IV
Da Base de Cálculo

Art. 213. A base de cálculo da taxa será determinada em função do tipo de veículo e da modalidade de transporte:

- I - transporte coletivo de passageiro, por veículo, por ano:
 - a) ônibus: 40 UFIR;
 - b) microônibus: 30 UFIR;
 - c) furgão: 25 UFIR;
 - d) kombi: 20 UFIR;
 - e) outros: 20 UFIR;

II - transporte individual de passageiro

- a) táxi: 25 UFIR;
- b) outros: 25 UFIR;

Subseção V
Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 214. A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de início da efetiva circulação ou de qualquer alteração nas características do utilitário motorizado.

Art. 215. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - na data da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no mês de dezembro, com vencimento no dia 10 (dez) de dezembro, nos anos subseqüentes;
- III - no ato da alteração das características dos utilitários motorizados, em qualquer exercício.

Seção VIII
Da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário

Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 216. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário, fundada no poder da polícia do Município, concernente ao ordenamento do exercício de atividades econômicas, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o funcionamento em horário extraordinário de estabelecimentos comerciais, em observância às posturas municipais relativas à ordem, aos costumes e à tranquilidade pública.

Art. 217. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o funcionamento do estabelecimento comercial, fora do horário normal de abertura e fechamento do comércio.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 218. O sujeito passivo da taxa é a pessoa jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão do funcionamento, em horário extraordinário, do estabelecimento comercial.

Subseção III
Da Solidariedade Tributária

Art. 219. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa:

- I - o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde esteja em funcionamento a atividade de comércio;
- II - o condomínio e o síndico do edifício onde esteja em atividade o estabelecimento comercial.

Subseção IV
Da Base de Cálculo

Art. 220. A base de cálculo da taxa será determinada em função do número de empregados do estabelecimento comercial:

- I) de 0 a 5 empregados: 5 UFIR por dia, 20 UFIR por mês, 80 UFIRs por ano;
- II) de 6 a 10 empregados: 7 UFIR por dia, 28 UFIR por mês, 110 UFIRs por ano;
- III) de 11 a 15 empregado: 10 UFIR por dia, 40 UFIR por mês, 120 UFIRs por ano;

IV) de 16 a 20 empregado: 12 UFIR por dia, 48 UFIRs por mês, 190 UFIRs por ano;
V) acima de 20 empregados: 15 UFIR por dia, 60 UFIRs por mês, 200 UFIRs por ano;

Subseção V

Do lançamento e do Recolhimento

Art. 221. A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 222. Sendo diária, mensal ou anual o período de incidência, o lançamento da taxa correrá:

- I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo;
- II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

Seção IX

Da Taxa de Fiscalização de Utilização de Vias Públicas e Logradouros Públicos

Subseção I

Do fato Gerador e da Incidência

Art. 223. A Taxa de Fiscalização de Utilização de Vias e Logradouros Públicos, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização e instalação de móveis, equipamentos veículos, utensílios e objetos, em conservância às normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade e a segurança pública.

Art. 224. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a instalação de móvel, equipamento, veículo, utensílio e objeto em vias e logradouros públicos.

Subseção II

Do Sujeito Passivo

Art. 225. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da instalação do móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.

Subseção III

Da Solidariedade Tributária

Art. 226. São solidariamente responsável pelo pagamento da taxa a pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente estiver envolvida na instalação do móvel equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.

Subseção IV

Da Base de Cálculo

Art. 227. A base de cálculo da taxa será determinado em função da natureza, da atividade e da finalidade de utilização do móvel, equipamento utensílio, veículo e objeto:

- I - em atividade ambulante: 5 UFIR por banca, por exercício;
- II - em atividade feirante: 7.5UFIR por barraca, por exercício;
- III - em atividade eventual: 10 UFIR por banca, por exercício;
- IV - atividade circense, parques de diversão e de exposição: 10 UFIR por evento, por mês ou fração;
- V - mesa e cadeira: 0.5 UFIR por unidade, por exercício;
- VI - caçamba: 10 UFIR por caçamba, por exercício;
- VII - banca de jornais e revistas: 10 UFIR por banca, por exercício;

VIII - poste e "orelhão": 5 UFIR por unidade, por exercício;
IX - demais móveis, equipamentos, utensílios, veículos e objetos acima não-especificados: 10 UFIR por unidade, por exercício.

Art. 228. Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das especificações, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Subseção V

Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 229. A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de utilização de vias e logradouros públicos.

Art. 230. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - na data da utilização de vias e logradouros públicos, relativamente ao primeiro ao de exercício;
- II - no mês de novembro, com vencimento no dia 15 (quinze) de dezembro, nos anos subsequentes.

CAPÍTULO IV

DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 231. As taxas de serviços urbanos serão exigidas, em razão da utilização, efetiva ou potencial de serviço público municipal específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Art. 232. São taxas de serviços urbanos:

- I - a taxa de limpeza pública;
- II - a taxa de conservação de via e logradouro público;
- III - a taxa de iluminação pública.

Seção I

Da Taxa de Limpeza Pública e Coleta de Lixo

Subseção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 233. A Taxa de Limpeza Pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de limpeza pública e de coleta de lixo domiciliar, conforme o disposto no Código de Posturas e prestados pelo Município, diretamente ou através de concessionários.

Art. 234. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido, no dia primeiro de janeiro de cada exercício, com o serviço prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição.

Subseção II

Do Sujeito Passivo

Art. 235. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel, edificado ou não, localizado em logradouro beneficiado pelo respectivo serviço.

Art. 236. A base de cálculo da taxa será determinada segundo a área de cobertura do serviço que será dividida em 3 Sub-áreas constantes do Anexo III, parte integrante desta lei.

- I - Sub-Área A: 33 UFIR
- II - Sub-Área B: 25 UFIR
- III - Sub-Área C: 12 UFIR

Subseção III
Da Base de Cálculo

Subseção IV
Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 237. A taxa será devida integral e anualmente.

Art. 238. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá juntamente com o do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, levando-se em conta a situação fática do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.

Seção II
Da Taxa de Iluminação Pública

Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art.239. A Taxa de Iluminação Pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de iluminação pública, prestados pelo Município, diretamente ou através de concessionários.

Art. 240. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido, no dia primeiro de janeiro de cada exercício, com o serviço de iluminação pública prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 241. O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel, edificado ou não, localizado em logradouro beneficiado pelo serviço de iluminação pública.

Subseção III
Da Base de Cálculo

Art. 242. Para os imóveis edificados, a base de cálculo será determinada em função da faixa de consumo de energia elétrica, constante de tabela a ser baixada por decreto com valores não superiores a 15% (quinze por cento) dos valores atualmente cobrados nas contas de energia elétrica mediante convênio com a CELESC S/A.

Parágrafo Único - Para os imóveis não edificados a taxa fica fixada em 15 UFIR ao ano.

Subseção IV
Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 243. A taxa será devida integral e:
a) mensalmente em se tratando de imóvel edificado;
b) anualmente em se tratando de imóvel não edificado

Art. 244. Sendo anual o período de incidência para os imóveis não edificados, o lançamento da taxa ocorrerá juntamente com o do IPTU, levando-se em conta a situação fática do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.

§ Único - O lançamento da taxa dos imóveis edificados ocorrerá mensalmente e poderá ser cobrado, mediante convênio, pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC juntamente com a conta de energia elétrica.

Seção III
Da Taxa de Conservação de Via e Logradouro Público

Subseção I
Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 245. A Taxa de Conservação de Via e Logradouro Público tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de conservação de via e logradouro público, prestados pelo Município, diretamente ou através de concessionários.

Art. 246. O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subseqüentes;
- III - na data de alteração da razão social e/ou do endereço e/ou da atividade, em qualquer exercício.

Subseção II
Do Sujeito Passivo

Art. 247 O sujeito passivo da taxa é toda pessoa física ou jurídica que exerça atividade industrial, atividade extrativa mineral ou vegetal, prestação de serviços de transporte de carga ou coletivo de passageiros, com ou sem estabelecimento fixo dentro dos limites municipais.

Subseção III
Da Base de Cálculo

Art. 248 A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza da atividade e do número de empregados quando for o caso:

- I - Atividade Industrial
 - a) até 05 empregados: 30 UFIR
 - b) de 6 a 25 empregados: 45 UFIR
 - c) de 25 até 50 empregados: 60 UFIR
 - d) acima de 50 empregados: 75 UFIR
- II - Atividade Extrativa Mineral
 - a) até 05 empregados: 80 UFIR
 - b) de 06 a 10 empregados: 120 UFIR
 - c) acima de 10 empregados: 150 UFIR
- III - Atividade Extrativa Vegetal
 - a) até 05 empregados: 100 UFIR
 - b) de 06 a 25 empregados: 150 UFIR
 - c) de 26 a 50 empregados: 250 UFIR
 - d) acima de 50 empregados: 400 UFIR

- IV - Atividade de transporte de carga, cada veículo por eixo: 30 UFIR.
- V - Atividade de transporte coletivo de passageiros, cada veículo por eixo: 20 UFIR.

Subseção IV
Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 249. A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Art. 250. Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá juntamente com a Taxa de Fiscalização de Instalação e Funcionamento.

Parágrafo Único. Aplica-se a Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, no que couber, o disposto na seção I, capítulo II, Título VII deste Código.

TÍTULO VIII CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 251. A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que de corra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada.

CAPÍTULO II DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 252. Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalação de redes elétricas e telefônicas e outras instalações de comodidade pública, quando realizados pelos municípios;

V - proteção contra inundações e erosão, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação, saneamento e drenagem em geral;

VI - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo Único. Não ocorrerá a incidência da Contribuição de Melhoria relativamente aos imóveis integrantes do patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal, de outros Municípios e respectivas autarquias.

Art. 253. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo Único. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento, executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis.

Seção II Do Sujeito Passivo

Art. 254. Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, o possuidor a qualquer título, de imóvel valorizado em razão de obra pública, ao tempo do lançamento.

§ 1º. A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.

§ 2º. Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não-edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.

§ 3º. Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos

condôminos as parcelas que lhes couberem.

§ 4º. No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de Melhoria o enfiteuta.

Seção III Da Base de Cálculo

Art. 255. A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

§ 1º. Serão incluídos, nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas concorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º. A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 256. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência e levará em conta a situação do imóvel, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo Único. A Municipalidade responderá pelas quotas relativas aos imóveis sobre os quais não haja a incidência da Contribuição de Melhoria.

Seção IV Do Lançamento

Art. 257. Verificada a ocorrência do fato gerador, a Secretaria Municipal de Finanças procederá ao lançamento, escriturando, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o contribuinte diretamente ou por edital, do:

- I - valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- II - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- III - prazo para impugnação, não inferior a 30 (trinta) dias;
- IV - local do pagamento.

Parágrafo Único. O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar desconto para o pagamento à vista, ou em prazos menores do que o lançado.

Art. 258. O contribuinte poderá reclamar, ao órgão lançador, contra:

- I - o erro na localização e dimensões do imóvel;
- II - o cálculo dos índices atribuídos;
- III - o valor da contribuição;
- IV - o número de prestações.

§ 1º. A reclamação, dirigida à Procuradoria Geral do Município, mencionará, obrigatoriamente, a situação ou o "quantum" que o reclamante reputar justo, assim como os elementos para sua aferição.

§ 2º. A Procuradoria Geral do Município proferirá a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da

reclamação.

§ 3º. Julgada procedente a reclamação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.

§ 4º. Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a diferença a ser aproveitada ou restituída será corrigida monetariamente.

Seção V Da Cobrança

Art. 259. Para cobrança da Contribuição de Melhoria, o Departamento de Finanças deverá:

I - publicar, previamente, edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:

- a) delimitação das áreas, direta ou indiretamente, beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
- b) memorial descritivo do projeto;
- c) orçamento total ou parcial das obras;
- d) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

II - fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º. A impugnação será dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal.

§ 2º. A Procuradoria Geral do Município proferirá decisão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de interposição do recurso, concluindo, com simplicidade e clareza, pela procedência ou não do objeto da impugnação, definindo expressamente os seus efeitos.

Seção VI Do Recolhimento

Art. 260. A Contribuição de Melhoria será arrecadada em parcelas anuais, de tal forma que nenhuma exceda a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no exercício da cobrança de cada uma dessas parcelas, desprezados os descontos eventualmente concedidos sobre esse valor em legislação específica.

§ 1º. Cada parcela anual será dividida em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, observado o valor mínimo, por prestação, de 50% (cinquenta por cento) da UFIR vigente no mês da notificação do lançamento.

§ 2º. As prestações da Contribuição de Melhoria serão corrigidas monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

Art. 261. É lícito ao contribuinte liquidar a contribuição de Melhoria com títulos da dívida pública municipal, emitidos especialmente para o financiamento da obra.

Parágrafo Único. Na hipótese deste artigo, o pagamento será feito pelo valor nominal do título, se o preço do mercado for inferior.

Art. 262. Caberá ao Município, através do Departamento de Finanças, lançar e arrecadar a Contribuição de Melhoria, no caso de serviço público concedido.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 263. Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do município, firmar Convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública, federal ou estadual, cabendo ao município percentagem na receita arrecadada.

Parágrafo Único. Ao órgão delegante caberá a fixação dos índices e critérios para o lançamento.

Art. 264. Os requerimentos de impugnação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar à administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 265. Aos requerimentos de impugnação julgados, procedentes ou improcedentes, pela Procuradoria Geral do Município, caberá recurso, de ofício ou voluntário, ao Conselho Municipal de Contribuintes, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ciência da decisão pelo reclamante.

TÍTULO IX DAS IMUNIDADES

Art. 266. São imunes de imposto municipais:

I - O patrimônio, a renda e os serviços públicos do Governo Federal e Estadual, incluindo-se para tanto as autarquias e empresas públicas;

II - os templos de qualquer culto;

III - o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, as entidades esportivas ou beneficentes ou as instituições de educação, necessitando para tanto:

IV - o livro, o jornal e os periódicos assim como o papel destinado a sua impressão.

V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

Artigo 267. A imunidade tributária, prevista no artigo anterior:

I - no item I:

a) aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios e inerentes aos objetivos essenciais das pessoas jurídicas de direito público relacionadas;

b) não se aplica aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente, no que se refere aos tributos de sua competência;

c) é extensiva às autarquias e às fundações, tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes:

c.1) o imóvel transcrito em nome da autarquia ou da fundação, embora objeto de promessa de venda a particulares, continua imune;

c.2) sendo vendedora uma autarquia ou uma fundação, a sua imunidade não compreende o imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, que é encargo do comprador;

c.3) a imunidade da autarquia ou da fundação financiadora, quanto ao contrato de financiamento, não se estende à compra e venda entre particulares, embora constantes os dois atos de um só instrumento;

II - no item II, no que respeita aos bens imóveis, restringindo-se àqueles destinados ao exercício do culto, compreendidas as dependências destinadas à administração e aos serviços indispensáveis ao mesmo culto, não alcançando os utilizados na exploração

de atividades econômicas;

III - no item III, está subordinada à observância, pelas entidades nele referidas, dos seguintes requisitos:

- a) fim público;
- b) ausência de finalidade de lucro, em caráter absoluto, não admitindo condições, ou seja, os resultados financeiros, por exercício, devem ser empregados, integralmente, em nome da própria entidade, para a consecução de seus objetivos institucionais;
- c) ausência de remuneração para seus dirigentes ou conselheiros, ou seja, nenhum de seus membros devem ter cargo de direção com recebimento pecuniário pela instituição;
- d) prestação de seus serviços sem qualquer discriminação, ou seja, prestados em caráter de generalidade ou universalidade, sem restrições, preferências ou condições a quantos deles necessitem e estejam no caso de merecê-los, em paridade de situação com outros beneficiários contemplados;
- e) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- f) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- g) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- h) os serviços são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Parágrafo Único. A imunidade prevista no inciso I do artigo 7º e no inciso I do artigo 8º, não se aplica ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativo ao bem imóvel.

Art. 268. O Secretário Municipal de Finanças suspenderá a aplicação do benefício da imunidade tributária concedida aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação ou de assistência social, se houver descumprimento dos dispostos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso III do artigo anterior.

Art. 269 Os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores e as instituições de educação ou de assistência social somente gozarão da imunidade mencionada no item III do artigo 7º, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

TÍTULO X DAS ISENÇÕES

CAPÍTULO I DE IMPOSTOS

Seção I Predial e Territorial Urbano

Art. 270. São isentos de imposto predial o território urbano;

- I - o imóvel cedido gratuitamente à União, Estado e o Município, entidade beneficentes, sociais, educativas culturais e esportivas;
- II - o imóvel pertencente a órfãos de pais, recebido por doação ou por herança, quando menores ou incapazes e cujos rendimentos não ultrapassem a 2 salários mínimos regionais;

III - os aposentados que tenham uma renda bruta mensal de até 1,75 (um, vírgula setenta e cinco) salário mínimo, que possuam somente 1 (um) imóvel e que residam no mesmo.

Seção II Do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

Art. 271. São isentos do imposto sobre serviços de qualquer natureza os casos dispostos no Decreto-Lei 406 de 31 de dezembro de 1968.

Seção III Das Taxas

Art. 272. São isentos de Taxas de Licença:

- I - os cegos e mutilados que exercem comércio ou outras atividades em escala ínfima;
- II - os engraxates;
- III - os vendedores de livros, jornais e periódicos.
- IV - os prédios Federais e Estaduais quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- V - os templos de qualquer culto.

Art. 273. São isentos das Taxas de Serviços Públicos:

- I - os prédios Federais e Estaduais quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- II - os templos de qualquer culto.

Art. 274. São isentos da taxa de licença para aprovação e execução de obras e urbanização de terrenos particulares, aqueles que forem, dispensados de licença, pela legislação específica.

Art. 275. São isentos da Taxa de fiscalização de Anúncio:

- I - os cartazes ou letreiros, destinados a fins particulares, religiosos, eleitorais, beneficentes ou desportivos;
- II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo de direção de estradas;
- III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais ou industriais expostos nas paredes e vitrines internas;
- IV - as tabuletas ou luminosos indicativos de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

TÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 276. Serão arredondados para menos ou mais conforme sejam até R\$ 0,50 (cinquenta centavos) ou superior a R\$ 0,50 (cinquenta centavos), as frações de reais na apuração do valor do tributo.

Art. 277. A Unidade Fiscal de Referência - UFIR terá seu valor unitário corrigido monetariamente, segundo o índice da correção vigente, ou outro índice que venha a substituí-lo, verificado no mês anterior ao que proceder ao reajuste.

Art. 278. A Prefeitura Municipal de Campo Alegre, visando a otimizar o processo de arrecadação de receitas municipais, poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado.

Art. 279. O valor venal dos terrenos na zona urbana do Município, para o ano de 1998, deverão obedecer os seguintes valores:

- I - Classe 1: 6 UFIR
- II - Classe 2: 5 UFIR
- III - Classe 3: 2 UFIR
- IV - Classe 4: 1 UFIR

Parágrafo Único. Fica dispensado, para o ano de 1998, a elaboração da Planta Genérica de Valores, pela comissão, de que trata o artigo 103.

Art. 280. A Prefeitura Municipal de Campo Alegre regulamentará este Código e, em especial, no que se refere à Receita Tributável, Micro-Empresa, Substituição, Responsabilidade e Administração

Tributária, Livro e Documentos Fiscais e Gerenciais, Sanções Penais, Processo e Cadastro Fiscal, Serviços Públicos Não-Compulsórios e Código de Atividades Econômicas e Sociais.

Art. 281. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1998, revogando-se todas as disposições em contrário e especialmente as Leis 2.025 de 29 de dezembro de 1994, Lei 2.134 de 19 de dezembro de 1995, Lei 2.202 de 03 de dezembro de 1996 e Lei 2.208 de 10 de dezembro de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de dezembro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO I

CLASSE 1 - Pertencem a esta classe todos os imóveis territoriais localizados nas seguintes ruas:

1. Rua Carlos Brandes, início Rodovia SC- 301, final Rua Coronel Bento D'Amorim;
2. Rua 18 de Março, início Rua Padre Luiz Gilg, final Rua Karl Henrich Willy Dudda;
3. Rua Karl Henrich Willy Dudda, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final da Rua Carlos Brandes;
4. Rua Adolfo Konder, início Rua Pe. Luiz Gilg, final Rua Cel. Bento D'Amorim;
5. Rua Pe. Lino Jacob Vier início Rua Pe. Luiz Gilg, final Benjamin Constant;
6. Rua Pe. Luiz Gilg, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Carlos Brandes;
7. Rua Nereu Ramos, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rio Lageadinho (Próximo a Delegacia);
8. Rua Paulo Schroeder, início Rua Getúlio Vargas, final Rua 7 de Setembro;
9. Rua 7 de Setembro, início Rua Nereu Ramos, final Rua Paulo Schroeder;
10. Rua Getúlio Vargas, início Rio Turvo, final Rua Paulo Schroeder;
11. Rua Cel. Bento D'Amorim, início Rua Carlos Brandes, final Rua Getúlio Vargas;
12. Rua Benjamin Constant, início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final Rua Pe. Lino Jacob Vier;
13. Rua Cel. Bueno Franco, início Rua Getúlio Vargas, final Rua da Cascata;
14. Rua Cel. Raymundo Munhoz, início Rua Cel. Bueno Franco, final Rua das Palmeiras (entrada Mutirão - Bela Vista);
15. Rodovia SC 301, início Estrada Bateias de Baixa, final Travessa Brüske (próximo a propriedade de Erich Brüske);

CLASSE 2 - Pertencem a esta classe todos os imóveis territoriais localizados nas ruas centrais pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo e ainda as seguintes ruas e localidades:

1. Rua Maria Dorinha Amorim, início Rodovia SC 301, final Rua Pe. Lino Jacob Vier;
2. Rua 18 de Março, início Rua Maria Dorinha Amorim, final Rua Karl Henrich Willy Dudda;

3. Rua Jorge Lacerda, início Rodovia SC 301, final Rua Getúlio Vargas;
4. Rua Irmã Amália Gheller, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Getúlio Vargas;
5. Rua Getúlio Vargas, início Rua Paulo Schroeder, final Travessa Brüske;
6. Rua Jorge Cardoso, início Rua Maria Dorinha Amorim, final Rua Projetada;
7. Rua Altamiro Lobo Guimarães, início Rua Getúlio Vargas, final Rua Cel. Raymundo Munhoz;
8. Rua Cel. Veríssimo de Souza, início Rua Raymundo Munhoz, final Travessa Caulim;
9. Rua Paulo Schroeder, início Rua 7 de Setembro, final Rua Oscar Schwarz;
10. Rua Emília Cardoso Correia, início Rua Paulo Schroeder, final Rio Lageadinho;
11. Rua Oscar Schwarz, início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rua Paulo Schroeder;
12. Rua Irmã Bonavita, início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final Rio Lageadinho.
13. Rua Cel. Raymundo Munhoz, início Rua das Palmeiras, final Rio Lageadinho;
14. Rua Eugênio Duvoisin, início Rua Veríssimo de Souza, final residência de Faustino Cardoso de Aguiar (Tonico);
15. Rua Raymundo Gomes Munhoz, início Cel. Raymundo Munhoz, final Cooperativa;
16. Rua Cel. Bueno Franco, início Prefeitura, final Travessa Caulim;
17. Rua da Cascata, início Rua Cel. Bueno Franco, final J.H.J. Empreendimentos e Participações;
18. Rua Waldomiro Machado Schroeder, início Rua Cel. Bueno Franco, final Rio Turvo;
19. Rua Nereu Ramos, início Rio Lageadinho, final Rua Cel. Raymundo Munhoz;
20. Rua Cel. Bento D'Amorim, início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rua Cel. Raymundo Munhoz;
21. Rua Pe. Lino Jacob Vier, início Rua Maria Dorinha Amorim, final Rua Luiz Gilg;
22. Rua Benjamin Constant, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rod. SC 301;
23. Rua Adolfo Konder, início Rua Cel. Bento D'Amorim, final Rua Bento D'Amorim;
24. Rua Carlos Brandes, início rua Cel. Bento D'Amorim, final entrada da Indústria de Móveis Cascata;
25. Rua Pe. Lino Jacob Vier, início Rua Benjamin Constant, final Rio Lageadinho;
26. Rua Sebastião Leeck, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua projetada;
27. Rua Carolina Kotovicz, início Rodovia SC 301, final Rua Santo Antônio;
28. Rua Eugênio Duarte, início Rua Santo Antônio, final Rua Projetada;
29. Rua Leoberto Leal, início Rodovia SC 301, final Rua Santo Antônio;
30. Rua Santo Antônio, início Rodovia SC 301, final Rua Floriano Telma;
31. Rua Floriano Telma, início Rua Santo Antônio, final Indústria de Móveis Ipanema;
32. Rua José Gomes Munhoz, início Rua Waldomiro M. Schroeder, final Rua Getúlio Vargas;
33. Rua Ernesto Afonso Scheide, início Rio Turvo, final Rodovia SC 301;
34. Rua Oldemar Duvoisin, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rodovia SC 301;
35. Rua Santa Catarina, início Rua Oldemar Duvoisin, final Rua Eliza Piske;
36. Rua Aluizo Guilherme A Buchmann, início Rua Eliza Piske, final Rua Projetada;
37. Rua Odorico Gomes Munhoz, início Rua Eliza Piske, final Rua

Projetada;

38. Rua Paulo Narloch, início Rua Eliza Piske, final Rua projetada;
39. Travessa das Américas, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Projetada;
40. Rua Rudolfo Barstch. Início Rua Nereu Ramos, final Rua Projetada;
41. Rua Sebastião Inglês, início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rio Lageadinho;
42. Rua Adele Schulz, início Rua Athanagildo Schmidt, final Rua Projetada;
43. Rua Athanagildo Schmidt, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Adele Schulz;
44. Rua Vicente Pereira Neto, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rodovia SC 301;
45. Rua Miguel Kotovicz, início Rua Vicente Pereira Neto, final Rua Adolfo Paulo Herbst;
46. Rua Adolfo Paulo Herbst, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rodovia SC 301;
47. Rua Horst Walter, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Dona Francisca;
48. Rua Rodolfo Stutzer, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Dona Francisca;
49. Rua Dona Francisca, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Rodolfo Stutzer;
50. Rua Joinville, início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer;
51. Rua Eurípides Farias Munhoz, início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer;
52. Rua Alfredo Friedrich, início Dona Francisca, final Rua Rodolfo Stutzer;
53. Incluídas as ruas centrais pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo.

CLASSE 3 - Pertencem a esta classe todos os imóveis territoriais localizados nas ruas centrais não pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo e ainda as seguintes localidades:

1. Vila Cedro;
2. Conjunto Habitacional Vila Scheide;
3. Bairro Bela Vista.
4. Parque Recreativo Campestre
5. Áreas de Sítios Recreativos
6. As Ruas centrais não pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo;

CLASSE 4 - Pertencem a esta classe todos os imóveis territoriais localizados nas seguintes localidades:

1. Lageado;
2. São Miguel;
3. Demais áreas urbanas, ou a elas equiparadas, não citadas.

ANEXO II

- 1 - médicos, inclusive análise clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;
- 2 - hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres;
- 3 - bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres;
- 4 - enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos, (prótese dentária);
- 5 - assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta Tabela, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados;
- 6 - planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Tabela e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano;
- 7 - médicos veterinários;

- 8 - hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres;
- 9 - guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais;
- 10 - barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres;
- 11 - banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres;
- 12 - varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;
- 13 - limpeza e drenagem de portos, rios e canais;
- 14 - limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins;
- 15 - desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres;
- 16 - controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos;
- 17 - incineração de resíduos quaisquer;
- 18 - limpeza de chaminés;
- 19 - saneamento ambiental e congêneres;
- 20 - assistência técnica (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação, da energia elétrica e do transporte ferroviário);
- 21 - assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Tabela, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras e por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação, da energia elétrica e do transporte ferroviário);
- 22 - planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;
- 23 - análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras e por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação, da energia elétrica, do transporte ferroviário e do correio e telégrafo);
- 24 - contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;
- 25 - perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras e por empresas estatais - privatizadas ou não que operam na área da telecomunicação, da energia elétrica e do transporte ferroviário);
- 26 - traduções e interpretações;
- 27 - avaliação de bens (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);
- 28 - datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);
- 29 - projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação e da energia elétrica);
- 30 - aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;
- 31 - execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação e da energia elétrica);
- 32 - demolição;
- 33 - reparação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres;
- 34 - pesquisas, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo e gás natural;
- 35 - florestamento e reflorestamento;
- 36 - escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;
- 37 - paisagismo, jardinagem e decoração;
- 38 - raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes

e divisórias;

39 - ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza;

40 - planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

41 - organização de festas e recepções, "buffet";

42 - administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

43 - administração de fundos mútuos (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

44 - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

45 - agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

46 - agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária;

47 - agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia - "franchise" - e de faturação - "factoring" (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

48 - agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres;

49 - agenciamento ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47 (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

50 - despachantes;

51 - agentes da propriedade industrial;

52 - agente da propriedade Artística ou Literária;

53 - leilão;

54 - regulação de sinistros cobertos por contratos de seguro: inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro;

55 - armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

56 - guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;

57 - vigilância ou segurança de pessoas e bens;

58 - transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município (inclusive os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e telégrafos);

59 - diversões Públicas:

a) cinemas, "taxi-dancing" e congêneres; b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;

c) exposições com cobrança de ingressos;

d) bailes, "shows", festivais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio;

e) jogos eletrônicos;

f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão por rádio ou por televisão;

g) execução de música, individualmente ou por conjuntos: h) concertos e recitais de música erudita, espetáculos de "ballet" e espetáculos folclóricos;

60 - distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios (inclusive os serviços prestados pela Caixa Econômica Federal);

61 - fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão);

62 - gravação e distribuição de filmes e "video-tape";

63 - fonografia, ou gravação de sons ou ruídos, inclusive gravação, dublagem e mixagem sonora;

64 - fotografia, cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem;

65 - produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda

prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;

66 - colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço;

67 - lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos;

68 - conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação e da energia elétrica);

69 - recondicionamento de motores;

70 - recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final;

71 - recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização;

72 - lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado;

73 - instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação e da energia elétrica);

74 - montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação e da energia elétrica);

75 - cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras);

76 - composição gráfica, fotolitografia;

77 - colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;

78 - arrendamento mercantil e locação de bens móveis (inclusive os serviços prestados por instituições financeiras e por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação, da energia elétrica e do transporte ferroviário);

79 - funerárias;

80 - alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento;

81 - tinturaria e lavanderia;

82 - taxidermia;

83 - fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados, recrutamento, agenciamento, seleção, colocação de mão-de-obra;

84 - propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação);

85 - veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (inclusive os serviços prestados por empresas estatais - privatizadas ou não - que operam na área da telecomunicação);

86 - serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais;

87 - advogados;

88 - engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;

89 - dentistas;

90 - economistas;

91 - psicólogos;

92 - assistentes sociais;

93 - relações públicas;

94 - cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos,

fornecimento de posição de cobrança ou recebimento ou outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

95 - instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas; emissão de carnês (neste item está abrangido o ressarcimento, às instituições financeiras, de gastos com portes do correio, telegramas, telex, teleprocessamento e outros, necessários à prestação dos serviços);

96 - transporte de natureza estritamente municipal;

97 - hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviços);

98 - distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza;

ANEXO III

ÁREA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

Sub-Área A:

Pertencem a esta sub-área todos os imóveis localizados nas seguintes ruas:

1. Rua Carlos Brandes, início Rodovia SC- 301, final Rua Coronel Bento D'Amorim;
2. Rua 18 de Março, início Rua Padre Luiz Gilg, final Rua Karl Henrich Willy Dudda;
3. Rua Karl Henrich Willy Dudda, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final da Rua Carlos Brandes;
4. Rua Adolfo Konder, início Rua Pe. Luiz Gilg, final Rua Cel. Bento D'Amorim;
5. Rua Pe. Lino Jacob Vier, início Rua Pe. Luiz Gilg, final Benjamin Constant;
6. Rua Pe. Luiz Gilg, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Carlos Brandes;
7. Rua Nereu Ramos, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rio Lageadinho (Próximo a Delegacia);
8. Rua Paulo Schroeder, início Rua Getúlio Vargas, final Rua 7 de Setembro;
9. Rua 7 de Setembro, início Rua Nereu Ramos, final Rua Paulo Schroeder;
10. Rua Getúlio Vargas, início Rio Turvo, final Rua Paulo Schroeder;
11. Rua Cel. Bento D'Amorim, início Rua Carlos Brandes, final Rua Getúlio Vargas;
12. Rua Benjamin Constant, início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final Rua Pe. Lino Jacob Vier;
13. Rua Cel. Bueno Franco, início Rua Getúlio Vargas, final Rua da Cascata;
14. Rua Cel. Raymundo Munhoz, início Rua Cel. Bueno Franco, final Rua das Palmeiras (entrada Mutirão - Bela Vista);
15. Rodovia SC 301, início Estrada Bateias de Baixo, final Travessa Brüske (próximo a propriedade de Erich Brüske);

Sub-Área B:

Pertencem a esta sub-área todos os imóveis localizados nas ruas centrais pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo e ainda as

seguintes ruas e localidades:

1. Rua Maria Dorinha Amorim, início Rodovia SC 301, final Rua Pe. Lino Jacob Vier;
2. Rua 18 de Março, início Rua Maria Dorinha Amorim, final Rua Karl Henrich Willy Dudda;
3. Rua Jorge Lacerda, início Rodovia SC 301, final Rua Getúlio Vargas;
4. Rua Irmã Amália Gheller, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Getúlio Vargas;
5. Rua Getúlio Vargas, início Rua Paulo Schroeder, final Travessa Brüske;
6. Rua Jorge Cardoso, início Rua Maria Dorinha Amorim, final Rua Projetada;
7. Rua Altamiro Lobo Guimarães, início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rua Cel. Raymundo Munhoz;
8. Rua Cel. Veríssimo de Souza, início Rua Raymundo Munhoz, final Travessa Caulim;
9. Rua Paulo Schroeder, início Rua 7 de Setembro, final Rua Oscar Schwarz;
10. Rua Emília Cardoso Correia, início Rua Paulo Schroeder, final Rio Lageadinho;
11. Rua Oscar Schwarz, início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rua Paulo Schroeder;
12. Rua Irmã Bonavita, início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final Rio Lageadinho.
13. Rua Cel. Raymundo Munhoz, início Rua das Palmeiras, final Rio Lageadinho;
14. Rua Eugênio Duvoisin, início Rua Veríssimo de Souza, final residência de Faustino Cardoso de Aguiar (Tonico);
15. Rua Raymundo Gomes Munhoz, início Cel. Raymundo Munhoz, final Cooperativa;
16. Rua Cel. Bueno Franco, início Prefeitura, final Travessa Caulim;
17. Rua da Cascata, início Rua Cel. Bueno Franco, final J.H.J. Empreendimentos e Participações;
18. Rua Waldomiro Machado Schroeder, início Rua Cel. Bueno Franco, final Rio Turvo;
19. Rua Nereu Ramos, início Rio Lageadinho, final Rua Cel. Raymundo Munhoz;
20. Rua Cel. Bento D'Amorim, início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rua Cel. Raymundo Munhoz;
21. Rua Pe. Lino Jacob Vier, início Rua Maria Dorinha Amorim, final Rua Luiz Gilg;
22. Rua Benjamin Constant, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rod. SC 301;
23. Rua Adolfo Konder, início Rua Cel. Bento D'Amorim, final Rua Bento D'Amorim;
24. Rua Carlos Brandes, início rua Cel. Bento D'Amorim, final entrada da Indústria de Móveis Cascata;
25. Rua Pe. Lino Jacob Vier, início Rua Benjamin Constant, final Rio Lageadinho;
26. Rua Sebastião Leeck, início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua projetada;
27. Rua Carolina Kotovicz, início Rodovia SC 301, final Rua Santo Antônio;
28. Rua Eugênio Duarte, início Rua Santo Antônio, final Rua Projetada;
29. Rua Leoberto Leal, início Rodovia SC 301, final Rua Santo Antônio;
30. Rua Santo Antônio, início Rodovia SC 301, final Rua Floriano Telma;
31. Rua Floriano Telma, início Rua Santo Antônio, final Indústria de Móveis Ipanema;
32. Rua José Gomes Munhoz, início Rua Waldomiro M. Schroeder, final Rua Getúlio Vargas;
33. Rua Ernesto Afonso Scheide, início Rio Turvo, final Rodovia SC 301;
34. Rua Oldemar Duvoisin, início Rua Ernesto Afonso Scheide,

final Rodovia SC 301;

35. Rua Santa Catarina, início Rua Oldemar Duvoisin, final Rua Eliza Piske;

36. Rua Aluizo Guilherme A Buchmann, início Rua Eliza Piske, final Rua Projetada;

37. Rua Odorico Gomes Munhoz, início Rua Eliza Piske, final Rua Projetada;

38. Rua Paulo Narloch, início Rua Eliza Piske, final Rua projetada;

39. Travessa das Américas, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Projetada;

40. Rua Rudolfo Barstch. Início Rua Nereu Ramos, final Rua Projetada;

41. Rua Sebastião Inglês, início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rio Lageadinho;

42. Rua Adele Schulz, início Rua Athanagildo Schmidt, final Rua Projetada;

43. Rua Athanagildo Schmidt, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Adele Schulz;

44. Rua Vicente Pereira Neto, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rodovia SC 301;

45. Rua Miguel Kotovicz, início Rua Vicente Pereira Neto, final Rua Adolfo Paulo Herbst;

46. Rua Adolfo Paulo Herbst, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rodovia SC 301;

47. Rua Horst Walter, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Dona Francisca;

48. Rua Rodolfo Stutzer, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Dona Francisca;

49. Rua Dona Francisca, início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Rodolfo Stutzer;

50. Rua Joinville, início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer;

51. Rua Eurípides Farias Munhoz, início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer;

52. Rua Alfredo Friedrich, início Dona Francisca, final Rua Rodolfo Stutzer;

53. Incluídas as ruas centrais pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo.

Sub-Área C:

Pertencem a esta sub-área todos os imóveis localizados nas ruas centrais não pavimentadas de Fragosos e Bateias de Baixo e ainda as seguintes localidades:

1. Vila Cedro;
2. Conjunto Habitacional Vila Scheide;
3. Bairro Bela Vista.
4. Lageado;
5. São Miguel;

ANEXO IV

GRUPO I

INDUSTRIAIS DE INTERESSE DA SAÚDE

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

CONSERVA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	120,0
DOCES/ PRODUTOS CONFEITARIA (C/ CREME)	120,0
MASSAS FRESCAS	120,0
PANIFICAÇÃO (FAB./DISTRIB.)	120,0
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS INFANTIS	120,0
PRODUTOS CONGELADOS	120,0
PRODUTOS DIETÉTICOS	120,0
REFEIÇÕES INDUSTRIAIS	120,0
SORVETES E SIMILARES	120,0

CONGÊNERES (ACIMA) GRUPO - I -	120,0
ADITIVOS	80,0
ÁGUA MINERAL	80,0
AMIDO DE DERIVADOS	80,0
BEBIDAS ANLCOOLICAS, SUCOS E OUTRAS	80,0
BISCOITOS E BOLACHAS	80,0
CACAU, CHOCOLATE E SUCEDÂNEOS	80,0
CEREALISTA, DEPÓSITO E BENEFICIAMENTOS DE GRÃOS	80,0
CONDIMENTOS, MOLHOS E ESPECIARIAS	80,0
CONFEITOS, CARAMELOS, BOMBOMS E SIMILARES	80,0
DESIDRATADORA DE FRUTAS (UVA, PASSAS, BANANA, MAÇÃ ETC.)	80,0
DESIDRATADORA DE VEGETAIS E ERVATEIRAS	80,0
FARINHAS (,OINHOS) E SIMILARES	80,0
GELATINAS, PUDINS, PÓ PARA SOBREMESAS E SORVETES	80,0
GELO	80,0
GORDURAS, ÓLEOS, AZEITES, CREMES (FAB/REF/ ENVASADORAS)	80,0
MARMELADAS, DOCES E XAROPES	80,0
MASSAS SECAS	80,0
REFINADORA E ENVASADORA DE AÇÚCAR	80,0
REFINADORA E ENVASADORA DE SAL	80,0
SALGADINHOS/BATATA FRITA (EMPACOTADO)	80,0
SALGADINHOS E FRITURAS	80,0
SUPLEMENTOS ALIMENTARES ENRIQUECIDOS	80,0
TEMPERO A BASE DE SAL	80,0
TORREFADORA DE CAFÉ	80,0
CONGÊNERES (ACIMA) I -	80,0
A CADA GRUPO DE PRODUTOS SECUNDÁRIO (ACIMA), INDUSTRIALIZADOS PELA EMPRESA, SERÁ ACRESCIDO O VALOR DE	8,0

GRUPO II

LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA ALIMENTOS

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

AÇOUGUE	40,0
ASSADORA DE AVES E OUTROS TIPOS DE CARNE	8,0
CANTINA ESCOLAR	8,0
CASA DE CARNES	24,0
CASA DE FRIOS (LACTÍNIOS E EMBUTIDOS)	16,0
CASA DE SUCOS/CALDO DE CANA E SIMILARES	8,0
COMÉRCIO ATACADISTA/DEPÓSITO DE PRODUTOR PERECÍVEIS	48,0
CONFEITARIA	32,0
COZINHA DE ESCOLAS	24,0
COZINHA DE CLUBE/HOTEL/MOTEL/CRECHE/BOITE/SIMILARES	24,0
COZINHA DE LACTÁRIOS/HOSP./MATERN./ CASAS SAÚDE	24,0
FEIRA LIVRE/ COMERC. AMB. (COM VENDA DE CARNE, PESCADOS, OUTROS)	16,0
LANCOHETES E PESTISCARIAS	24,0

MERCADO SUPER/ MINI (SOMATÓRIO DAS ATIVIDADES)	*
PADARIA/ PANIFICADORA	32,0
PASTELARIA	16,0
PAIXARIA (PECADOS E FRUTOS DO MAR)	32,0
PIZZARIA	32,0
PRODUTOS CONGELADOS	40,0
RESTAURANTES/ BUFFET / CHURRASCARIAS	40,0
ROTISSERIE	40,0
SERV. CARRO/ DRIVE-IN/ QUIOSQUE/ TREILER E SIMILARES	16,0
SORVETERIA E OU POSTO DE VENDA	16,0
ESTABELECIDOS COM MAIS DE UMA ATIVIDADE (ACIMA), VALOR DA TAXA SERÁ EM UFIR DAS ATIVIDADES EXERCIDAS	

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

BAR/BOITE/ WISKERIA	16,0
BOMBONIERE	16,0
CAFÉ	16,0
DEPÓSITO DE BEBIDAS	16,0
DEPÓSITO DE FRUTAS E VERDURAS	16,0
DEPÓSITO DE PRODUTOS NÃO PERECÍVEIS	16,0
ENVASADORA DE CHÁS/CAFÉS/CONDIMENTOS/ESPECIARIAS	16,0
FEIRA-LIVRE/COMÉRCIO AMBULANTE ALIMENTOS NÃO PRERECÍVEIS	8,0
QUITANDO FRUTAS E VERDURAS	8,0
VENDA AMBULANTE (CARRINHO-PIPOCA/ MILHO/SANDUÍCHE, ETC.)	8,0
CMÉRCIO ATACADISTA PRODUTOS NÃO PRERECÍVEIS	24,0
CONGENERES (ACIMA) GRUPO II	16,0

ESTABELECIDOS COM MAIS UMA ATIVIDADE (ACIMA), VALOR DA TAXA SERÁ A SOMA EM UFIR DAS ATIVIDADES EXERCIDAS

GRUPO III

INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

MAIOR RISO EPIDEMIOLÓGICO

AGROTÓXICOS	120,0
COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIÊNE	120,0
INSUMOS FARMACÊUTICOS	120,0
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	120,0
PRODUTOS BIOLÓGICOS	120,0
PRODUTOS DE USO LABORATORIAL	120,0
PRODUTOS DE USO MÉDICO/ HOSPITALAR	120,0
PRODUTOS DE USO ODONTOLÓGICO	120,0
PRÓTESES HORTO/ESTÉTICA/AUDITIVA, ETC	120,0
SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	120,0
CONGÊNERES ACIMA	120,0
PARA CADA ATIVIDADE SECUNDÁRIA (ACIMA) EXERCIDA PELO ESTABELECIMENTO SERÁ ACRESCIDO O VALOR DE	12,0

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

EMBALAGENS	80,0
EQUIP/INSTRUMENTOS LABORATOTIAL	80,0
EQUIP/INSTRUMENTOS MEDICO/HOSPITALAR	80,0
EQUIP/INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICO	80,0
CONGÊNERES (ACIMA) GRUPO III	80,0
PARA CADA ATIVIDADE SECUNDÁRIA (ACIMA) EXERCIDA PELO ESTABELECIMENTO SERÁ ACRESCIDO O VALOR DE	8,0

GRUPO IV

COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

AGROTÓXICOS	40,0
COM/DISTRIB. DE MEDICAMENTOS	40,0
COM/DISTRIB. DE PRODUTOS LABORATORIAL	40,0
COM/ DISTRIB. DE PRODUTOS MEDICO/ HOSPITALAR	40,0
COM. DISTRIB. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICO	40,0
COM/DISTRIB. DE PRODUTOS VETERINÁRIO	40,0
COM. DISTRIB. DE SANEANTES/DOMISSANITÁRIOS	40,0
PRODUTOS QUÍMICOS	40,0
CONGÊNERES (ACIMA) GRUPO IV	40,0
ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE UMA ATIVIDADE (ACIMA), VALOR DA TAXA SERÁ A SOMA EM UFIR DAS ATIVIDADES EXERCIDAS	

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

ALIMENTAÇÃO ANIMAL (RAZÃO/SUPLETIVOS)	32,0
COM/DISTRIB. DE COSMÉTICOS, PERFUMES, PRODUTOS HIGIENIE	32,0
EMBALAGENS	32,0
EQUIP/INSTRUMENTOS AGRÍCOLA, FERRAGENS, ETC	32,0
EQUIP/INSTRUMENTOS LABORATORIAL	32,0
EQUIP/INSTRUMENTOS MEDICO/HOSPITALAR	32,0
EQUIP/INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICO	32,0
FERTILIZANTES/CORRETIVOS	32,0
PROTESE (ESTÉTICA/AUDITIVA,ETC)	32,0
SEMENTES /SELECIONADAS/MUDAS	32,0
CONGÊNERES (ACIMA) GRUPO - IV	32,0
ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE UMA ATIVIDADE (ACIMA), VALOR DA TAXA SERÁ A SOMA EM UFIR DAS ATIVIDADES EXECUTADAS	

GRUPO V

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

ASILO	40,0
BOITE	40,0
DESINSETIZADORA	64,0
DES RATIZADORA	64,0

ESTAÇÃO HIDROMINERAL/ TERMAL/ CLIMATERIO	40,0
ESTAB. ENSINO PRÉ-ESCOLAR MATERNAL	64,0
ESTAB. ENSINO PRÉ-ESCOLAR/ CRECHE	64,0
ESTAB. ENSINO PRÉ-ESCOLAR JARDIM DE INFÂNCIA	64,0
ESTAB. ENSINO 1º, 2º E 3º GRAUS E SMILARES	40,0
ESTAB. ENSINO (TODOS GRAUS) REGIME INTERATIVO	40,0
RADIOLOGIA INDUSTRIAL	80,0
SAUNA	40,0
ZOOLOGICO	16,0
CONGÊNERES (ACIMA) GRUPO - V	16,0

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

AVIÁRIOS PEQUENOS ANIMAIS	24,0
ACADEMIA DE GINÁSTICA	24,0
AGÊNCIA BANCÁRIA E SIMILARES	8,0
BARBEARIA	8,0
CAMPING	16,0
CARCERE	16,0
CASA DE ESPETÁCULO (DSICOTEC/BAILE, SIMILARES)	16,0
CEMITÉRIO/NECROTÉRIO	40,0
CINEMA/AUDITÓRIO/TEATRO	8,0
CIRCO RODEIO	8,0
COMÉRCIO GERAL (ELETRODOM, CALÇADO, TECIDO, DISCO, VEST, ETC)	16,0
DORMITÓRIO (POR CÔMODO)	16,0
ESCRITÓRIO EM GERAL	8,0
ESTAÇÃO TRATAMENTO ÁGUA P/ ABASTECIMENTO PÚBLICO	16,0
ESTAÇÃO TRATAMENTO ESGOTO	16,0
ESTÉTICA FACIAL	16,0
FLORICULTURA	16,0
GARAGEM/ESTACIONAMENTO COBERTO	16,0
HOTEL (HOSPEDAGEM) (POR CÔMODO)	4,0
IGREJAS SIMILARES	8,0
LAVANDERIA	16,0
MOTEL (HOSPEDAGEM) (POR CÔMODO)	4,0
OFICINA/CONCERTOS	8,0
ORFANATO/PATRONATO	8,0
PARQUE	8,0
PENSÃO (POR CÔMODO)	2,4
PISCINA COLETIVA	16,0
POSTO COMBUSTÍVEL/ LUBRIFICANTE	16,0
SALÃO DE BELEZA/ MANICURE/ CABELEIREIRO	16,0
SERVIÇO VEÍCULO TRANSPORTE E ALIMENTOS	16,0
SERVIÇO DE COLETA, TRANSP. E DESTINO DO LIXO	16,0
SERVIÇO LAVAGEM DE VEÍCULO	8,0
SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA	16,0
SERVIÇO DE LIMPEZA/DESINF. DE CAIXA/POÇO DE ÁGUA	16,0
TRANSPORTADORA PRODUTOS PERECÍVEIS (POR VEÍCULO)	16,0
TRANSPORTE COLETIVO (TERRESTRE, MARINHO E AEREO)	16,0

CONGÊNERES ACIMA - GRUPO - V	16,0
ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE UMA ATIVIDADE (GRUPO V) VALOR DA TAXA SERÁ A SOMA EM UFIR DAS ATIVIDADES EXERCIDAS	

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.292 de 26 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.292 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria de Educação
0503- Departamento de Pré-Escolar
08.41.190.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3230.00 - Transferências Instituições Privadas
3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 2.000,00
0600 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
0602 - Departamento de Assistências Social
15.81.487.2026 - APOIO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 1.000,00

TOTAL: R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores
0100 - Câmara de Vereadores
01.01.001.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 3.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de dezembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente

desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.291 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.291 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

AUTORIZA CONTRATAR A TÍTULO DE COMODATO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em comodato um Imóvel de propriedade do Banco do Brasil S/A, situado à Rua: Pe. Luiz Gilg, 138 Centro antiga residência do Gerente do Banco do Brasil S/A.

Art.2º) O imóvel acima descrito destina-se para o fim específico de instalação do Destacamento da Polícia Militar de Santa Catarina em nosso Município.

Art.3º) Do prazo do comodato apartir da vigência desta Lei, até a data de 31 de dezembro de 2000.

Art.4º) As despesas decorrentes a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.290 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.290 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

AUTORIZA PAGAMENTO DE ALUGUEL

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear as despesas de aluguel residencial do Gerente da Agência do Banco do Brasil S/A, neste Município.

Art.2º) O valor do aluguel mensal será de até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), devendo ser atualizado conforme a Legislação Federal que regula as locações urbanas.

Art.3º) O prazo de locação será pelo período de 3 (três) anos a

partir da vigência desta Lei.

Art.4º) As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.289 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.289 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, afim de ceder em uso a esta, imóvel por aquela locado ou de sua propriedade para instalação do Destacamento da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina neste Município.

Art.2º) As despesas decorrentes para execução da presente Lei correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.3º) O prazo do Convênio objeto da presente Lei expira em data de 31 de Dezembro de 2000.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de dezembro de 1997.
JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.288 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.288 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS

O Prefeito Municipal em exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar as ruas conforme relação anexa.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Anexo da Lei nº 2.288 de 23 de dezembro de 1997

Rua Nomes Bairro

Rua Rua das Petúnias Bela Vista

Rua Das Nações Próximo Augustinho Machado

Rua São Paulo Hugo Elhke

Rua João Hansen Júnior Condomínio Córdula

Rua Eduardo Duvoisin Condomínio Córdula

Rua Ricardo Fuckner Inalda Mülbauer

Travessa Do Mate Eurides Cordeiro

Travessa Brasil Mário Luiz Franke

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.287 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.287 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

CONCEDE AJUDA FINANCEIRA

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar ao Atleta EDENIR DOS SANTOS o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para custear as despesas de equipamentos desportivos - promocional, passagens e estadia por ocasião da corrida de São Silvestre - Edição 1997.

Art.2º) As despesas decorrentes para execução da presente Lei, correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.286 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.286 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir mensalmente a Fundação Municipal de Desporto e Cultura, o valor mensal de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais); AMU-NESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina o valor mensal de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art.2º) Para pagamento das contribuições correntes do exercício de 1998, serão utilizados Recursos das seguintes Dotações Orçamentárias:

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

Art.3º) O Valor das Contribuições correntes serão nos meses de Janeiro à Dezembro de 1998.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º (primeiro) de Janeiro de 1998.

Art.5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.285 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.285 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
15.15 - Fundo Municipal de Assistência Social
15.81.487.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial de dotação do Orçamento Vigente.

15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social
15.15 - Fundo Municipal de Assistência Social
15.81.487.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS
3000.00 - Despesas Correntes
3110.00 - Pessoal
3110.00 - Pessoal Cível R\$ 4.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.284 de 23 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.284 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

REFORMA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA REORGANIZA OS QUADROS DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta lei reforma a estrutura administrativa da Prefeitura

Municipal, reorganiza os quadros de pessoal segundo o regime jurídico único dos servidores municipais e dá outras providências, necessárias à sua execução.

Art. 2º - O regime jurídico único dos servidores municipais de Campo Alegre, incluídos aqueles pertencentes à sua administração direta, autárquica e fundacional pública, é o estatutário, disciplinado e regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre, objeto de lei própria.

Art. 3º - Para efeito de aplicação desta lei, consideram-se:

I - estrutura administrativa da Prefeitura aquela dada no Capítulo II, e Anexos VII a X desta lei, obtida pela disposição das unidades maiores e menores na ordem hierárquica ali estabelecida, revogando-se a organização anterior;

II - quadros de pessoal aqueles descritos no Capítulo III desta lei e organizados segundo Anexos XI a XV desta lei, revogando-se qualquer disposição anterior em contrário;

III - plano de carreiras aquele conjunto das possibilidades de evolução funcional dos servidores permanentes, através de promoção dentro das carreiras, observadas as regras e condições, estabelecidas em lei própria.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal se organiza por unidades administrativas executivas e de assessoria, segundo a disposição prevista nos artigos seguintes, identificadas por siglas oficiais e constantes do organograma geral da Prefeitura conforme Anexos I a VI desta lei.

Art. 5º - As unidades administrativas do Poder Executivo centralizado se organizam nos seguintes níveis hierárquicos decrescentes:

I - Órgãos de Assessoria e Secretarias;

II - Departamentos;

III - Divisões;

IV - Serviços.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá criar Comissões com atribuições específicas, sem ônus para o Município.

CAPÍTULO II**DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS****ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR DO GABINETE DO PREFEITO**

Art. 6º - São as seguintes as unidades administrativas de assessoria do Executivo Municipal, constantes do Anexo I:

I - Gabinete do Prefeito;

II - Assessoria de Projetos Especiais;

III - Assessoria Jurídica;

IV - Divisão de Imprensa.

Art. 7º - Compete ao Gabinete do Prefeito, estruturado na forma do Anexo I, sob a titularidade da Chefia de Gabinete:

I - promover a integração das diversas unidades administrativas do Poder Executivo;

II - coordenar a representação político-social do Prefeito;

III - assistir o Chefe do Executivo nas suas relações com os municípios;

IV - agendar os compromissos do Prefeito;

V - representar o Prefeito em solenidades e perante outros órgãos

oficiais;
 VI - preparar o expediente do Gabinete;
 VII - responsabilizar-se pelo cerimonial e pelas relações públicas do Executivo;
 VIII - promover o acompanhamento dos atos expedidos pelo Poder Legislativo;
 IX - elaborar plano de ação e coordenação das atividades de defesa civil.

Art. 8º - Compete à Assessoria de Projetos Especiais:

I - promover as ações destinadas à obtenção de recursos de natureza intergovernamental;
 II - desenvolver estudos referentes a projetos, convênios e acompanhamentos no controle de programas habitacionais.

Art. 9º - Compete à Assessoria Jurídica:

I - representar judicialmente o Município nas causas em que este for interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente, através de procuração outorgada pelo Chefe do Executivo Municipal;
 II - exercer as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo;
 III - promover a apuração, inscrição e cobrança, por via amigável ou judicial, da dívida ativa do Município;
 IV - responder pela regularidade jurídica de todas as situações negociais, políticas e administrativas do Município;
 V - receber e apurar a procedência das reclamações e denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e determinar a instauração das medidas legais cabíveis;
 VI - elaborar e minutar os projetos de leis, decretos, contratos e outros atos municipais.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das atribuições conferidas à Assessoria Jurídica, para realização das atividades descritas no inciso III, poderá o Executivo Municipal credenciar advogados, mediante procedimento administrativo próprio.

Art. 10 - Compete à Divisão de Imprensa:

I - divulgar os atos e atividades da administração municipal;
 II - prestar os serviços de comunicação e relações públicas do Município, por todos os meios.

DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES — MEIO

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, constante do Anexo II, conta com as seguintes unidades subordinadas:

I - Departamento de Administração, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- a) Divisão de Pessoal;
- b) Divisão de Patrimônio;
- c) Divisão de Compras;

II - Departamento de Finanças, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- a) Divisão de Tesouro;
- b) Divisão de Controle Fazendário;
- c) Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal:
 - Serviço de Fiscalização Tributária;
 - Serviço de Cadastro Técnico;
- d) Divisão de Cobrança.

Art. 12 - Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

I - executar as atividades relativas a recrutamento e seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e demais atividades de pessoal;

II - padronizar, adquirir, guardar e distribuir o material;
 III - tomba, registrar, inventariar, proteger e concentrar bens móveis, imóveis e semoventes;
 IV - administrar e controlar a frota de veículos do Poder Executivo;
 V - executar os serviços de manutenção de iluminação pública;
 VI - assessorar os demais órgãos quanto a assuntos de administração geral, promover licitações para obras e serviços;
 VII - firmar contratos que não sejam de competência exclusiva do Prefeito e administrar a sede do edifício da Prefeitura;
 VIII - executar a política financeira e fiscal do Município;
 IX - elaborar, acompanhar e executar o orçamento municipal;
 X - fiscalizar e arrecadar os tributos e rendas municipais;
 XI - a guarda e a movimentação de numerário e demais valores municipais;
 XII - a escrituração contábil;
 XIII - manter estreito intercâmbio de informações com as demais Secretarias;
 XIV - informar permanentemente ao Gabinete do Prefeito sobre matérias financeiras e econômicas de interesse do Executivo;
 XV - acompanhar a aplicação das receitas provenientes do Fundo de Participação do Município, repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de convênios, contratos e outras transferências de que seja parte o Município e as demais entidades federativas;
 XVI - controlar a execução do orçamento municipal.

DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES — FIM

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, constante do Anexo III, conta com as seguintes unidades subordinadas:

- I - Departamento da Frota Municipal;
- II - Departamento de Transportes;
- III - Departamento de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.

Art. 14 - Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

I - realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do governo municipal;
 II - elaborar e manter atualizado o sistema estatístico;
 III - prestar assessoria aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento, controle, organização, métodos e informatização;

IV - fiscalizar o cumprimento das normas referentes a obras particulares e posturas;
 V - estudar, examinar e despachar processos de obras particulares e públicas, inclusive loteamentos, parcelamentos e desmembramentos de terrenos, expedindo os competentes alvarás;
 VI - elaborar, acompanhar e executar o Plano Diretor;
 VII - executar as atividades relativas à limpeza urbana;
 VIII - conceder e fiscalizar os serviços de utilidade pública;
 IX - construir e conservar as estradas municipais;
 X - construir as vias e logradouros públicos;
 XI - informar ao Gabinete do Prefeito sobre o desenvolvimento das obras.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Educação, constante do Anexo IV, conta com as seguintes unidades subordinadas:

I - Departamento de Ensino, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- a) Divisão de Apoio Administrativo;
- b) Divisão de Ensino Fundamental;
- c) Divisão de Ensino Infantil;
- d) Divisão de Ensino Itinerante e Merenda Escolar.

Art. 16 - Compete à Secretaria Municipal de Educação, planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar a política municipal de ensino, em consonância com as diretrizes e bases de educação nacional e segundo as diretrizes pertinentes ao Executivo.

Art. 17 - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, constante do Anexo V, conta com as seguintes unidades subordinadas:

- a) Divisão de Assistência à Saúde;
- b) Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiologia;

II - Departamento de Bem Estar Social, que conta com a unidade subordinada da Divisão de Assistência Social à Comunidade.

Art. 18 - Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

- I - planejar e formular as políticas municipais de saúde e bem estar social, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e das Conferências Municipais de Saúde;
- II - organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos de saúde, sejam eles de prestação direta ou indireta, públicos ou privados;
- III - a gestão e execução dos serviços públicos de saúde, com vistas à universalidade, à equidade e à integralidade do atendimento à saúde;
- IV - a articulação da esfera municipal às esferas estadual e federal de gestão do Sistema Único de Saúde;
- V - contribuir ao controle social e à participação da comunidade na gestão do sistema local de saúde, através da garantias de acesso às informações e comunicação em saúde;
- VI - prestar apoio às organizações comunitárias;
- VII - manter convênios com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de assistência social governamentais e não-governamentais, para execução de programas de assistência social;
- VIII - promover o atendimento de pessoas carentes de recursos e relacionar-se com as entidades assistenciais conveniadas.

Art. 19 - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, constante do Anexo VI, conta com as seguintes unidades subordinadas:

- I - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente;
- II - Departamento de Turismo;
- III - Departamento de Comércio e Indústria.

Art. 20 - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

- I - coordenar a elaboração e implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- II - desenvolver programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda;
- III - desenvolver ações que promovam um desenvolvimento econômico sustentável e solidário;
- IV - promover a organização do setor informal da economia do Município;
- V - produzir, sistematizar e disponibilizar informações sócio-econômicas do Município, principalmente questões de emprego, qualidade de vida, qualidade de mão-de-obra, infra-estrutura, logística e incentivos;
- VI - manter convênios referentes à sua área de atuação;
- VII - difundir, estimular e promover o turismo em todos os seus aspectos;
- VIII - captar recursos para a realização de projetos turísticos e culturais;
- IX - coordenar e incrementar a infra-estrutura turística do Município e incentivar feiras, congressos e convenções;
- X - difundir e estimular a cultura em todos os aspectos, bem como

- manter as unidades de difusão cultural;
- XI - executar programas recreativos e folclóricos, promovendo ainda projetos artísticos e culturais;
- XII - promover o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias no Município;
- XIII - promover a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros;
- XIV - manter cadastros no setor agropecuário;
- XV - prestar assistência com técnicos próprios ou através de convênios para o desempenho agropecuário.

Art. 21 - Compõe a Administração Pública descentralizada a Fundação de Desportos e Cultura de Campo Alegre.

Parágrafo Único - O órgão descrito neste artigo tem sua competência e funcionamento regulados por legislação específica, estatutos e regimentos próprios.

Art. 22 - Até a estruturação da Fundação de Cultura ficam as atribuições inerentes à área de esporte, patrimônio histórico e cultura do Município ao encargo da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DE PESSOAL

Art. 23 - Passa a ser o constante do Anexo VII o quadro dos cargos de provimento em comissão da Prefeitura Municipal, nas quantidades, denominações, vencimentos e cargas horárias ali especificadas.

Art. 24 - Passa a ser o constante do Anexo XI o quadro dos cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal, nas quantidades, denominações, vencimentos e cargas horárias semanais ali especificadas, a serem providos na forma especificada no art. 32 desta lei.

CAPÍTULO IV DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Art. 25 - A reforma administrativa estabelecida na presente lei será efetivada através da adoção das seguintes medidas:

- I - elaboração e aprovação dos regimentos internos dos órgãos;
- II - provimento dos respectivos cargos;
- III - dotação de elementos humanos e materiais indispensáveis ao funcionamento dos órgãos.

Art. 26 - Constarão do regimento interno, baixado por ato do Executivo Municipal:

- I - competência e atribuições gerais das diferentes unidades administrativas do Poder Executivo;
- II - atribuições comuns e específicas dos servidores investidos nas funções diretivas, localizando o poder de decisão o mais próximo possível daqueles que executam as operações, de modo que se evitem despachos meramente interlocutórios;
- III - normas de trabalho que por sua natureza devam constituir disposições em separado;
- IV - outras disposições julgadas necessárias pelo Prefeito.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 - Ficam extintos os órgãos componentes da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal prevista pela Lei Complementar nº 1.651/92, bem como os cargos em comissão e funções gratificadas correspondentes.

Art. 28 - A implantação da estrutura de classificação de cargos estabelecidos nesta lei será sistemática e gradativa.

Art. 29 - Os cargos de provimento em comissão passam a ser os constantes do Anexo VII da presente lei, classificados por símbolos, de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

Parágrafo Único - Os cargos de confiança serão preenchidos preferencialmente, por servidores de carreira, na forma do artigo 18, inciso II da Lei Orgânica do Município.

Art. 30 - O provimento dos cargos constantes do Anexo XI se dará:
I - por concurso público de provas ou provas e títulos, de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
II - por promoção, na forma da lei do Plano de Carreiras dos Servidores Públicos Municipais;
III - por enquadramento dos servidores, após aprovação em concurso interno, na forma da lei do Plano de Carreiras.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder no orçamento do Município, os ajustes que se fizerem necessários decorrentes desta lei.

Art. 32 - As despesas oriundas da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento corrente, suplementadas se necessário.

Art. 33 - Fica o Executivo autorizado a conceder Gratificação de Representação aos ocupantes de cargo em comissão, para fazer face as despesas individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, até o máximo de 100% sobre o vencimento do cargo, a critério do Chefe de Poder.

Art. 34 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a lei nº 1.651, de 30 de novembro de 1992.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de dezembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.283 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 1998 .

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 1998, estima a receita e fixa a despesa da Administração Direta em R\$ 2.970.000,00 (dois milhões e novecentos e sete mil reais).

Art.2º) A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

RECEITAS

1 -Receitas Correntes R\$ 2.963.135,50
Receitas Tributárias R\$ 415.355,97
Receita Patrimonial R\$ 11.791,25
Receita Agropecuária R\$ 2.451,00
Transferência Correntes R\$ 2.456.257,32
Outras Receitas Correntes R\$ 77.279,96

2 -Receitas de Capital R\$ 6.864,50

Total R\$ 2.970.000,00

Art.3º) A despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação, por unidade orçamentária:

DESPESAS

Câmara de VereadoresR\$ 150.000,00
Gabinete do Prefeito R\$ 74.670,00
Secretaria Municipal de Administração e FinançasR\$ 582.790,00
Secretaria Municipal de Educação R\$ 1.047.033,56
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar socialR\$ 312.024,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento EconômicoR\$ 61.515,00
Secret. Municipal de Planej. Urbano, Obras, Transp. e Serv. Públicos R\$ 444.967,44
Reserva de Contingência R\$ 297.000,00

TOTAL R\$ 2.970.000,00

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15% (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei.

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Art.7º, inciso I da Lei 4.320/64, por conta:

a - da anulação parcial de dotação da reserva de contingência.

b - de recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de recursos alocados.

Art.5º) O orçamento fiscal do Município de Campo Alegre para o exercício de 1998 que estima a receita e fixa a despesa da Administração Indireta será proposto em Lei específica.

Art.6º) Os órgãos e unidades da Administração Direta, dispostos na discriminação da despesa do Art.3º da presente Lei, incorporam a nova estrutura administrativa que é objeto de Lei específica.
Art.7º) O Município poderá conceder Auxílio Financeiro a Entidades Privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, mediante autorização Legislativa, até o limite de 3% (três por cento) das Receitas Correntes.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 1998.

Art.9º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.282 de 16 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.282 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de 108.539,19 (cento e oito mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

02.00 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Gabinete do Prefeito
03.07.020.2002 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 851,78
03.00 - Secretaria de Administração
03.01 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio
03.07.021.2003 - COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.484,10
03.08.033.2005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3260.00 - Encargos da Dívida Interna
3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 3.000,00
4000.00 - Despesas de Capital
4300.00 - Transferências de Capital
4350.00 - Amortização da Dívida Interna
4351.00 - Amortização da Dívida Pública R\$ 3.061,91
16.91.033.2010 - AMORTIZAÇÃO BADESC CALÇAMENTO
4000.00 - Despesas de Capital
4300.00 - Transferências de Capital
4350.00 - Amortização da Dívida Interna
4351.00 - Amortização da Dívida Pública R\$ 4.897,72
05.00 - Secretaria de Educação
05.01 - Departamento de Ensino de 1º Grau
08.42.188.2013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 40.921,60

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.072,20
05.02 - Departamento da Criança de 0 à 6 anos
08.41.185.2015 - MANUTENÇÃO DE CRECHES
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.153,00
05.03 - Departamento Pré - Escolar
08.41.190.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 972,00
05.05 - Departamento de Cultura
08.48.246.2018 - MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 479,25
05.06 - Ensino de 2º grau
08.43.197.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 6.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 300,00
05.07 - Ensino Superior
08.44.205.2005 - APOIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 970,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 1.000,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
06.01 - Departamento de Saúde
13.75.428.2023 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 13.637,24
06.02 - Departamento de Assistência Social
15.81.486.2025 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 360,00
3132.00 - Outros Serviços de Encargos R\$ 500,00
07.00 - Secretaria de Viação e Obras
07.01 - Departamento de Serviços Municipais
10.60.325.2027 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 8.175,39
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos
3253.00 - Salário Família R\$ 200,00
07.02 - Departamento de Estradas de Rodagem
16.88.534.2031 - MANUTENÇÃO DO DMER
3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.503,00
 TOTAL: R\$ 108.539,19

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.01 - Departamento de Ensino de 1º grau
 08.81.483.2014 - Merenda Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 4.612,17
 08.47.235.2033 - Apoio Financeiro a Estudantes
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 3.990,00
 05.02 - Departamento da Criança de 0 à 6 anos
 08.41.185.2015 - MANUTENÇÃO DE CRECHES
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.301,09
 05.03 - Departamento Pré - Escolar
 08.41.190.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições
 3233.00 - Contribuições Correntes
 3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 18.000,00
 05.04 - Erradicação Analfabetismo
 05.04 - Erradicação Analfabetismo
 08.42. 187.2017 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Cível R\$ 2.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 200,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços R\$ 1.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 100,00
 05.05 - Departamento de Cultura
 08.48.246.2018 - Manutenção do Patrimônio Histórico
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material R\$ 958,00
 05.06 - Ensino de 2º Grau
 08.43.197.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 1.000,00
 05.07 - Ensino Superior
 08.44.205.2020 - APOIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições
 3233.00 - Contribuições Correntes
 3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 1.000,00
 06.00 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
 06.01 - Departamento de Saúde
 13.75.428.2023 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR
 3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos
 3214.01 - Transferências a Fundos R\$ 5.000,00
 06.02 - Departamento de Assistência Social
 15.81.485.2024 - Amparo ao Idoso
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes
 3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 2.500,00
 15.81.486.2025 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos
 3214.01 - Transferências a Fundo R\$ 2.000,00
 15.81.487.2026 - Apoio a Associação de Moradores
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes
 3233.01 - Contribuições Correntes..... R\$ 2.000,00
 07.00 - Secretaria de Viação e Obras
 07.01 - Departamento de Serviços Municipais
 10.60.325.2027 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.825,92
 4120.00 - Equipamento e Material R\$ 6.996,71
 16.91.571.2030 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS ÔNIBUS
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00
 07.02 - Departamento de Estradas de Rodagem
 16.88.534.2031 - MANUTENÇÃO DO DMER
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 44.955,30
 08.00 - Secretaria de Agricultura
 08.01 - Departamento de Agricultura
 04.18.111.2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3253.00 - Salário Família R\$ 100,00

TOTAL R\$ 108.539,19

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de dezembro de 1997.
 EVALDO TABBERT
 Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.281 de 16 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.281 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal da Administração Indireta do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 1998, estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 1.030.000,00 (Hum milhão e trinta mil reais).

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação; preços, rendas e outras fontes, receitas estas correntes e de capital.

Art.3º) A Despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:

Fundação Municipal de Desporto e Cultura R\$ 110.000,00
 Fundo Municipal da Agricultura R\$ 120.000,00
 Fundo Municipal da Habitação R\$ 100.000,00
 Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 150.000,00
 Fundo Municipal de Saúde R\$ 200.000,00
 Fundo Municipal de Desenvolvimento R\$ 350.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.030.000,00

Art.4º) Fica o Ordenador da despesa da respectiva Unidade Orçamentária autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15 % (quinze por cento) da receita estimada nos termos desta Lei;

II - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Artigo 7º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, por conta:

Parágrafo Único - De recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

III - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de Recursos alocados:

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 1998.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 1998.

1210.00 - Contribuições Sociais R\$ 15.000,00

1321.00 - Juros e Títulos de RendaR\$ 1.000,00

1331.00 - Rendimentos de aplicações FinanceirasR\$ 1.000,00

1713.00 - Transferências do Município R\$ 10.000,00

1722.00 - Outras Transferências do Estado R\$ 58.000,00

1990.00 - Outras Receitas CorrentesR\$ 25.000,00

TOTAL: R\$ 110.000,00

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

ORÇAMENTO - PROGRAMA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Educação Física e Desportos	46
SUBPROGRAMA	Desporto Amador	224
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Desportivas	2001
CÓDIGO		

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	Pessoal Cível	500,00
3113.00	Obrigações Patronais	50,00
3120.00	Material de Consumo	10.000,00
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	1.000,00
3132.00	Outros Serviços e Encargos	20.000,00
4110.00	Obras e Instalações	15.000,00
4120.00	Equipamento e Material Permanente	13.450,00
TOTAL		60.000,00

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

ORÇAMENTO - PROGRAMA

ÓRGÃO	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
UNIDADE	Fundação Municipal de Desporto e Cultura	08
FUNÇÃO	Educação e Cultura	08
PROGRAMA	Cultura	48
SUBPROGRAMA	Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	246
PROJETO/ATIVIDADE	Manutenção das atividades Culturais	2002
CÓDIGO		

DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	Pessoal Cível	1.000,00
3113.00	Obrigações Patronais	100,00
3120.00	Material de Consumo	10.000,00
3131.00	Remuneração Serviços Pessoais	900,00
3132.00	Outros Serviços e Encargos	18.000,00
4110.00	Obras e Instalações	10.000,00
4120.00	Equipamento e Material Permanente	10.000,00
TOTAL		50.000,00

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 2.280 de 05 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.280 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1997.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO DESTA MUNICIPALIDADE PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DO CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE.

DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação de uma área de terras com 1.175,00 m² (um mil, cento e setenta e cinco metros quadrados), de propriedade deste Município, avaliada em R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais) situada à Rua Paulo Schroeder, para o Clube Bolão Campo Alegre, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CGC sob nº 86.738.143 /0001-10.

Art.2º) O imóvel urbano no artigo primeiro desta Lei possui as seguintes confrontações: faz frente para a Rua Paulo Schroeder, por 25,00 (vinte e cinco) metros. Aos fundos confronta com Beatriz Silveira Monich por 18,00 (dezoito) metros. Do lado direito confronta com terras do Município de Campo Alegre por 53,00 (cinquenta e três) metros. Do lado esquerdo confronta com Orlando Baltazar Cubas por 29,00 (vinte e nove) metros e com Odir Schwarz por 3 (três) linhas quebradas, uma de 18,00 (dezoito) metros, uma de 1,10 (um metro e dez centímetros) e outra de 5,30 (cinco metros e trinta centímetros) em comum com a área total de 8.348,00 m² (oito mil trezentos e quarenta e oito metros quadrados), matriculado sob nº 08.863m do Livro nº 02 do Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas do 1º Ofício de São Bento do Sul-SC.

Art.3º) O donatário deverá dar início à construção da sede no prazo de 6 (seis) meses, concluí-la em 24 meses e mantê-lo funcionando pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data da promulgação desta Lei, sob pena de reversão do imóvel ao Patrimônio Municipal, também ficando revertidas as benfeitorias no caso de dissolução do Clube, sem ônus a esta Prefeitura.

Art.4º) A escritura pública de doação definitiva somente será efetivada após o quinto ano de funcionamento da sede do donatário, sendo que o ônus e encargos decorrentes desta correrão por conta exclusiva do próprio donatário.

Art.5º) Fica proibido o uso das Instalações do Clube Bolão Campo Alegre, para fins de moradia.

Art. 6º) O donatário se obriga a conceder horário gratuito, a ser definido pelo doador através da Secretaria Municipal de Educação, aos alunos matriculados na rede municipal de ensino, CME ou outro órgão que a substina.

Art.7º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
05 de Dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.279 de 05 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.279 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1997.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE REMISSÃO TOTAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, especialmente as concedidas no Artigo 71, inc. III, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o previsto no Artigo 172 do Código Tributário Nacional, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a remissão total dos créditos tributários relacionados no anexo I desta Lei, decorrentes de Impostos Predial e Territorial Urbano - IPTU e Impostos Sobre Serviços - ISS.

Art.2º) Somente poderão ser remidos, mediante despacho fundamentado do Secretário Municipal de Finanças ou do Diretor do Departamento de Arrecadação, os créditos mencionados no artigo primeiro desta Lei, que referem-se aos exercícios de 1992 à 1997 e que atendam os requisitos previstos no artigo 172 do Código Tributário Nacional.

Art.3º) Os devedores que forem alcançados pelo benefício desta Lei terão seus nomes excluídos da dívida ativa Municipal, no que refere ao período remido.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
05 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de Dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.279 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1997

CONTRIBUINTE: VALOR

* Antônio Silvestre da Maia	138,30
* Carlos Bayerl	190,10
* Claudio Ferreira Cardos	172,57
* Hanelore Pfeiffer	451,10
* Hilário Machado	58,81
* João Augustinho Fernandes	1,17
* José Pereira dos Santos	45,30
* Lurdes Ossovsky	105,17
* Osmar Unisesky	131,58
* Paulo Lader Sobrinho	190,10
* Reni Maria Mielke da Cruz	172,57
* Reni Liebl	646,92
* Sérgio V. Martins	70,71
* Valfrido Kobs	190,11
* Adolar Jung	689,12
* Jorge Zoellner	72,29
* Floriano Woiciekowsky	41,24
* Silvério Belisário Habeck	58,52
* Valmir Gomes de Freitas	55,94

TOTAL R\$ 3.481,62

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal**Lei Nº 2.278 de 02 de Dezembro de 1997**

LEI N.º 2.278 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997.

Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Manuel Rodriguez Del Olmo, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte lei:

Título I
Das Disposições Gerais

Art. 1º) Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º) O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Campo Alegre será feito através das Políticas Sociais. Básicas da Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º) Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo Único - É vedado a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º) Fica criado no Município o serviço Especial de Providência e Atendimento Médico e Psicossocial às Vítimas de Negligências, Maus Tratos, Exploração, Abuso, Crueldade e Opressão.

Art. 5º) Fica criado pela municipalidade o serviço de Identificação e Localização de Pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º) O Município propiciará a proteção jurídica-social aos que dela necessitarem por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º) Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente expedir normas para a organização e funcionamento

dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º, bem como para a criação do serviço a que se refere o artigo anterior.

Título II
Da Política de Atendimento
Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 8º) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Fundo da Infância e da Adolescência - FIA;

III - Conselho Tutelar;

Capítulo II
Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.Seção I
Da competência do CMDCA

Art. 9º) Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente CMDCA:

I - Formular a política municipal dos Direitos da criança e do adolescente, fixando prioridade para a realização das ações, a captação e a aplicação de recursos;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

III - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar suas deliberações;

V - Registrar as entidades não-governamentais de direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em aberto;

c) colocação familiar;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semiliberdade;

g) integração

VI - Fazer cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

VII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto; mantendo registro das inscrições e de suas alterações e fazendo a comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridades judiciária.

VIII - Realizar o processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar conforme estabelecido em lei municipal, solicitando a fiscalização do ministério público.

IX- Empossar os membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda de mandato, na hipóteses previstas nesta lei, devendo em qualquer destes caso informar ao poder executivo municipal.

Seção II
Dos membros do CMDCA

Art. 10) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto, paritariamente de 18 (dezoito) membros sendo:

I - 9 (nove) representantes do Município indicados, pelos seguintes

órgãos:
Secretaria de Educação
Depto Bem Estar Social
Depto Saúde
Depto. Administração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Colégio Estadual "Lebon Régis"
BESC
Polícia Militar
Polícia Civil
II - 9 (nove) membros indicados pelas seguintes entidades representativas da comunidade:
Comunidade de Fragosos
Fecampo - Fundação Educacional de Campo Alegre
Pastoral da Saúde e da criança
Assoc. de Moradores Bela Vista
Rotary Club
Lions Club
Jucri
Casa da Amizade
APAE
Art. 11) A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerado.

Capítulo III Do Fundo da Criança e da Adolescência. Seção I

Da criação e natureza jurídica do FIA

Art. 12) Fica criado o Fundo da Infância e da Adolescência, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do CMDCA, ao qual é órgão vinculado.

Seção II Da competência do FIA

Art. 13) Compete ao FIA :
I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estatuto ou pela União;
II - Registrar os recursos captados pelo município através de convênios ou por doações ao Fundo.
III - Manter, sob suas expensas o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeitos do município, nos termos das resoluções do CMDCA;
IV - Responsabilizar-se pela prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de acordo com as disposições normativas daquele órgão.
V - Liberar os recursos a serem aplicados em benefícios de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do CMDCA;
VI - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do CMDCA;
Art. 14) O FIA será regulamentado por resoluções expedida pelo CMDCA.

Capítulo IV Do Conselho Tutelar

Seção I Da Criação, Natureza Jurídica e Competência do CT.

Art. 15) Fica criado 01 (um) Conselho Tutelar dos direitos da criança e do adolescente, órgão permanente e autônomo, a ser instalado, funcional e geograficamente nos termos da resolução a serem expedidas pelo Conselho dos direitos da criança e do adolescente.
Parágrafo Primeiro - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros com mandato de três anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Segundo - Para cada Conselho haverá 5 (cinco) suplentes, não remunerados.
Art. 16) Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção II Do Funcionamento do CT

Art. 17) O Conselho Tutelar exercerá suas atividades ininterruptamente todos os dias do ano, 24 horas ao dia .
Parágrafo Único - Os membros do Conselho Tutelar trabalharão em sistema rotativo de plantão residencial ou na sede que será disponibilizada pelo executivo municipal.

Seção III Dos Membros do CT

Art. 18) Na qualidade de membros, os conselheiros serão agentes públicos com vinculação administrativa ao poder executivo municipal sem subordinação a este órgão ou a qualquer outro.
Art. 19) Não haverá vínculo empregatício entre o poder público municipal e o Conselheiro, não tendo o mesmo, direitos trabalhistas ou previdenciários quanto ao exercício de sua função.
Art. 20) As atividades e rotinas do Conselho Tutelar deverão ser enunciadas em seu regimento interno que deverá ser baixado pelo Conselho 30 dias após a posse de membros.
Parágrafo Único - Do regimento interno deverão constar as seguintes exigências :

I - Escala de plantão rotativa de 6 (seis) horas;
II - Carga horária de 30 horas semanais para cada conselheiro;
III - Uma reunião ordinária semanal.
Art. 21) Os conselheiros serão remunerados, sendo a sua remuneração mensal composta de uma parte fixa e outra variável.
Art. 22) A parte fixa e variável, de que trata o artigo anterior, ficam limitadas em R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), respectivamente, sendo que:
I - O valor da remuneração por Conselheiro não poderá exceder a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);
II - A soma da remuneração mensal de todos os conselheiros não poderá exceder R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Parágrafo Único - A parte variável da remuneração será concedida na forma de regimento interno, ao Conselheiro que realizar diligências ou outra atividade eventual.
Art. 23) É assegurado ao Conselheiro, seguro de vida e acidentes pessoais. As expensas dos cofres municipais.

Seção IV Da Escolha dos Membros do CT

Art. 24) O exercício na função de Conselheiro Tutelar depende de prévia aprovação em exame seletivo público, que avaliará os conhecimentos do candidato quanto ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 25) O exame a que se refere o artigo anterior será elaborada em sessão única, por uma Comissão Especial, composta pelos seguintes membros:
a) Prefeito Municipal;
b) Presidente da Câmara de Vereadores;
c) Presidente do CMDCA;
d) Diretora de Assistência Social do Município;
e) Diretora Casa Bethânia
Parágrafo Único - Os referidos membros, na impossibilidade de comparecer a sessão única, poderão indicar substituto de sua confiança.
Art. 26) A Comissão a que se refere o artigo anterior aplicará o exame aos candidatos, dando-lhe a nota conforme o aproveitamento obtido.
Parágrafo Único - A análise dos curriculum dos candidatos servirá como critério de desempate.

Art. 27) A Comissão Especial repassará ao CMDCA os nomes dos 5 (cinco) candidatos de melhor colocação no exame seletivo para que sejam empossados como Conselheiros Tutelares.

Parágrafo Único - Os candidatos que obtiverem do sexto ao décimo lugar no referido exame, serão os suplentes de que trata o artigo 15 parágrafo segundo.

Art. 28) São requisitos para candidatar-se e exercer funções de Conselheiro Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos;

III - Residir no Município;

IV - Reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes.

Art. 29) Caberá ao CMDCA baixar normas para realização do exame seletivo público, prazos e formas para impugnação, dia e hora do exame seletivo, posse dos aprovados e solicitação da fiscalização do Ministério Público quanto ao processo de escolha.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Art. 30) As despesas da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentaria própria.

Art. 31) A regulamentação da presente lei ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias da publicação.

Art. 32) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
02 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

SUGESTÃO DE ESCALA DE PLANTÃO

	S	T	Q	Q	S	S	D	
00:00								CASA
	5	1	3	1	3	5	1	
6:00								NA
	1	3	5	2	4	1	3	SEDE
12:00								
	2	4	1	3	5	2	4	
18:00								
	4	2	4	5	2	4	2	
24:00								CASA

TOTAL DE HORAS TRABALHADAS

CONSELHEIRO 1 - 36 HORAS

CONSELHEIRO 2 - 36 HORAS

CONSELHEIRO 3 - 30 HORAS

CONSELHEIRO 4 - 36 HORAS

CONSELHEIRO 5 - 30 HORAS

PLANTÕES

	NA SEDE	C/ RÁDIO TRANSM.
1	2 plantões	4 plantões
2	2 plantões	4 plantões
3	2 plantões	3 plantões
4	2 plantões	4 plantões
5	2 plantões	3 plantões

Lei Nº 2.277 de 02 de Dezembro de 1997

LEI Nº 2.277 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997.

AUTORIZA DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar 50 (cinquenta) Cesta Básicas de alimentos, no valor total de R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) à famílias carentes do Município de Campo Alegre.

Art.2º) As Famílias serão escolhidas pelo Departamento Assistência Social da Prefeitura Municipal, dentre as mais carentes do Município.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.4º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.276 de 28 de Novembro de 1997

LEI Nº 2.276 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO DE 1998 À 2001.

DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Plano Plurianual do Município de Campo Alegre para o período de 1998 à 2001 será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual de cada período respectivamente.

Art.2º) Fica autorizado o Poder Executivo introduzir modificações

no presente Plano Plurianual no que tange aos objetivos, ações e metas programadas, dentro do período por ele abrangido.

Art.3º) O Plano Plurianual é detalhado nos Anexos I, II, III, IV e V que são parte integrante da presente Lei e é elaborado segundo uma Estrutura Administrativa que é o objeto de Lei específica.

Art.4º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
28 de Novembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de novembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.275 de 18 de Novembro de 1997

LEI Nº 2.275/97 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1997.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO

MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. Manuel Rodriguez Del Olmo, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e em conformidade com o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir na forma de Fundação pública, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA DE CAMPO ALEGRE que terá personalidade jurídica própria e será sediada neste município.

Art.2.º) A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA, tem por finalidade projetar e executar as políticas esportivas e culturais do Município de Campo Alegre, fazendo cumprir ainda:

I - o fomento de práticas desportivas como direito de todos os cidadãos;

II - a promoção de ações e medidas que tenham por objetivo a difusão do esporte amador do Município;

III - a colaboração com as unidades da Administração Municipal para a consecução do planejamento integrado ao Município;

IV - o incentivo às competições desportivas regionais e locais;

V - a prática de atividades desportivas pelos Municípes, facilitando o acesso às áreas públicas destinadas à prática do esporte;

VI - desenvolver as práticas desportivas para as pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais;

VII - o fomento da prática de atividades culturais em geral;

VIII - o incentivo do desenvolvimento cultural dos cidadãos desde a infância;

IX - promover eventos, concursos, feiras e correlatos que consagrem os artistas do município;

Art. 3.º) A estrutura, competência, atribuições e funcionamento da Fundação de que trata essa Lei, serão definidos em Estatuto próprio aprovado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4.º) Os servidores e os bens da Secretaria de Educação, que estejam ligados à área de Desporto e cultura, bem como todo o seu acervo esportivo e cultural serão transferidos automaticamente para a Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

Parágrafo 1º) Os bens e direitos da Fundação serão administrados exclusivamente para a execução dos seus objetivos.

Parágrafo 2º) Em caso de extinção todo o patrimônio da Fundação Municipal de Desporto e Cultura do Município de Campo Alegre, será incorporado ao patrimônio municipal e os funcionários transferidos retornarão à origem.

Parágrafo 3º) Os bens transferidos Fundação Municipal de Desporto e Cultura pelo município de Campo Alegre somente serão alienados ou transferidos com expressa e prévia anuência do Chefe do Poder Executivo após aprovação do Legislativo Municipal.

Parágrafo 4º) A Fundação será obrigada a tomar todos os seus bens permanentes e a registra-los em livro próprio.

Art. 5.º) A estrutura organizacional básica da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Diretoria;

II - Conselho Deliberativo.

Art. 6º) A Diretoria constituir-se-á de um Diretor-Presidente, nomeado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - A remuneração do Diretor-Presidente será equivalente do cargo de Diretor.

Art. 7.º) Compete à Diretoria:

I - Elaborar e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo para aprovação:

a) O plano de Trabalho referente à política de esportes e cultura a ser praticado pela Fundação.

b) O Orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos.

c) O relatório anual de atividades administrativas, a prestação de contas e o balanço anual.

II - Propor a composição do quadro de pessoal e suas alterações posteriores submetendo-o à apreciação do chefe do Poder Executivo Municipal.

III - Autorizar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de crédito adicional.

IV - Apreciar as operações de crédito a serem realizadas;

V - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Estatuto e no Regimento Interno, bem como sugerir e apresentar as alterações estatutárias que se fizerem necessárias.

VI - Elaborar o Regimento Interno da Fundação.

Art. 8.º) Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Examinar e aprovar:

a) O plano de trabalho referente à política de esportes a ser praticado pela Fundação;

b) O Orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos;

c) O Plano de Contas;

d) O Regimento Interno da Fundação.

II - Lavrar nos livros de atas de sua reuniões, os resultados dos exames a que proceder, transcrevendo os pareceres que emitir.

III - Aprovar a composição do Quadro de Pessoal, bem como suas alterações, submetendo-o à aprovação do Prefeito Municipal;

IV - Estabelecer a política de prioridades nas atividades do esporte

Municipal.

V - Propor reformas ao Estatuto, submetendo-as a apresentação do Chefe do Poder Executivo.

VI - Aprovar convênios, contratos ou acordos em nome da Fundação.

VII - Analisar e decidir sobre outras matérias de interesse da entidade, que lhe forem submetidos à apreciação, por qualquer dos órgãos da Fundação.

Art 9º) O Conselho deliberativo será constituído de 05 (cinco) membros, que não receberão qualquer remuneração por esta função.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal de Campo Alegre será membro nato do Conselho Deliberativo, como presidente e os demais membros serão o Secretário Municipal de Educação, o Secretário Municipal de Administração e dois representantes do Poder Legislativo.

Art. 10.º) O Patrimônio da Fundação constituir-se-á de:

I - Bens e direitos transferidos em decorrência do disposto no art. 4º desta Lei.

II - Doações, legados e contribuições.

III - Bens e direitos que adquirir.

IV - Rendas de qualquer natureza derivadas de seus próprios bens e serviços.

Art. 11) Os recursos financeiros da Fundação serão provenientes de:

I - Dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município.

II - Auxílios e Subvenções da União do Estado, ou de quaisquer entidades públicas ou privadas.

III - Receitas eventuais.

Art. 12) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 18 de novembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de novembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.274 de 18 de Novembro de 1997

LEI Nº 2.274 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1997.

CONCEDE REMISSÃO TOTAL DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO À SOCIEDADE AMIGOS DE CAMPO ALEGRE - SACA - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a remissão total do débito tributário da SOCIEDADE AMIGOS DE

CAMPO ALEGRE - SACA, relativo ao exercício de 1997, decorrentes de tributos Municipais.

Art.2º) A remissão de que esta Lei formalizar-se-á através de despacho fundamentado, a ser exarado pelo chefe do poder executivo municipal, desde que a beneficiária atenda ao registro disposto no artigo 172, inciso IV do Código Tributário Nacional.

Art.3º) A renovação de extinção do crédito tributário se fará a cada exercício, devendo a beneficiária requerer expressamente o alcance do presente benefício, através de requerimento encaminhado ao Prefeito Municipal, que submeterá o pedido à respectiva análise de atendimento aos requisitos previstos no dispositivo legal mencionado no artigo anterior.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 18 de novembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de novembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.273 de 31 de Outubro de 1997

LEI N.º 2.273 DE 31 DE OUTUBRO DE 1997.

Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Manuel Rodriguez Del Olmo, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte lei:

Título I
Das Disposições Gerais

ART. 1º) Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

ART. 2º) O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Campo Alegre será feito através das Políticas Sociais. Básicas da Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

ART. 3º) Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo Único - É vedado a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ART. 4º) Fica criado no Município o serviço Especial de Providência e Atendimento Médico e Psicossocial às Vítimas de Negligências, Maus Tratos, Exploração, Abuso, Crueldade e Opressão.

ART. 5º) Fica criado pela municipalidade o serviço de Identificação e Localização de Pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

ART. 6º) O Município propiciará a proteção jurídica-social aos que dela necessitarem por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

ART. 7º) Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º, bem como para a criação do serviço a que se refere o artigo anterior.

Título II

Da Política de Atendimento

Capítulo I

Das Disposições Gerais

ART. 8º) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Fundo da Infância e da Adolescência - FMCA;

III - Conselho Tutelar;

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ART 9º) - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente - CMDCA, como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único - O CMDCA, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado ao Departamento do bem estar social.

ART 10º) - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente compreende todo um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais do Município, integradas as ações governamentais e não-governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos quando for o caso.

ART 11º) - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - é composto de 18 (dezoito) membros efetivos, os quais representam, paritariamente, instituições governamentais e não-governamentais.

ART 12º) - Os Conselheiros efetivos, em número de 09 (nove), com igual número de suplentes, serão indicados pelas seguintes entidades e órgãos governamentais:

- a) Secretaria de Educação
- b) Depto Bem estar Social
- c) Depto Saúde
- d) Depto Administração
- e) Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- f) Colégio Estadual "Lebon Régis"
- g) BESC
- h) Polícia Militar
- i) Polícia Civil

ART 13º) - Os conselheiros efetivos e suplentes, não governamentais em número de 09 (nove), serão escolhidos bianualmente em fórum próprio, convocado pelo Prefeito Municipal, obedecidos os seguintes princípios gerais de escolha, que deverão incorporar

o Regimento:

I - nomeação dos eleitos pelo Poder Executivo;

II - credenciamento das entidades interessadas não-governamentais, junto ao CMDCA, até o dia da realização do fórum;

III - direito de cada entidade credenciada a um delegado com direito de voz e voto;

IV - composição de uma Mesa Eleitoral;

V - eleição por maioria simples;

VI - eleição tanto quanto possível, representativos das entidades concorrentes, com objetivo de garantir ao Conselho a presença heterogênea de entidades não-governamentais.

Parágrafo 1o. - O CMDCA, como instituição voltada exclusivamente para a política de promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, é de relevante interesse social, cuja colaboração prestada pelos Conselheiros considera-se de caráter meritório relevante, não-remunerada, com exercício prioritário em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo.. 2o. - Consideram-se justificadas as ausências ao serviço, determinadas pelo comparecimento dos Conselheiros a sessões do Conselho e participação em diligências.

Art 14) - O mandato dos Conselheiros é de dois anos, facultada a recondução ou reeleição.

Parágrafo. 1o. - O representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

Parágrafo. 2o. - Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros assumirão os seus suplentes quando se tratar de entidades ou órgãos governamentais e pela ordem numérica da suplência quando representantes de entidades não-governamentais.

ART 15) - Perderá o mandato e será vedada a sua recondução para o mesmo período, o Conselheiro que no exercício da titularidade faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, salvo justificação por escrito aprovada pelo Plenário do Conselho.

Parágrafo. 1o.- Na perda do mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental assumirá o seu suplente, ou quem for indicado pelo órgão ou entidade representado para substituí-lo.

Parágrafo. 2o. - Na perda de mandato de Conselheiro representante das entidades não-governamentais, a substituição se processa na forma do parag. 2o. do artigo 14 desta Lei.

ART 16) - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente compete:

I - formular a política municipal de promoção, defesa, orientação e proteção integral da criança e do adolescente, por intermédio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados e dos Municípios;

II - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica do Município;

III - propiciar apoio técnico aos Conselhos Tutelares, bem como

órgãos Municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - acompanhar e controlar a execução da política estadual da criança e do adolescente;

V - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas, no campo da Promoção, orientação, proteção integral e defesa da criança e do adolescente;

VI - estipular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não-governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa, contemplada na Constituição Federal;

VII - difundir as políticas sociais básicas, assistenciais em caráter supletivo e de proteção integral;

VIII - dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente, que lhe forem formuladas, controlando a execução das medidas necessárias à sua apuração;

IX - propor, incentivar e acompanhar programas de prevenção de atendimento biopsicossocial às crianças e adolescentes, nos casos de vítimas de negligências, maus tratos, exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito entorpecentes drogas afins;

X - oferecer subsídios para elaboração de legislação atinente aos interesses da criança e do adolescente;

XI - definir com os poderes Executivo e Legislativo o percentual e a dotação orçamentária a ser destinada a execução das políticas sociais básicas de saúde, da educação, da cultura, do lazer, da justiça, do saneamento básico, da habitação, do trabalho e das políticas assistenciais destinadas à criança e ao adolescente e acompanhar a sua aplicação;

XII - definir a política de captação, administração, controle a aplicação de recursos financeiros que venham a constituir no Município do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, em cada exercício;

XIII - registrar todos os programas e projetos governamentais e não-governamentais, no âmbito do Município, mantendo atualizado o cadastro;

XIV - manter comunicação com os demais conselhos de outros municípios congêneres, com o Conselho Nacional e Estadual, os Conselhos Tutelares bem como com organismos nacionais e internacionais que tenham atuação na proteção, defesa e promoção dos direitos e interesses da criança e do adolescente, propondo ao município convênio de mútua cooperação, na forma da lei;

XV - zelar pela execução da política dos direitos da criança e do adolescente, atendidas suas particularidades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;

XVI - fixar propriedades para a consecução das ações; para a captação de recursos;

XVII - elaborar e alterar seu Regimento Interno, com a aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de seus membros;

XVIII - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabível para a eleição e posse do Conselho Fiscal;

XIX - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto, por perda de mandato, nos cargos previstos em Lei;

XX - Propor modificações nas estruturas organizacionais nas Secretarias e órgãos da Administração Pública direta, indireta e funcional, ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XXI - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno.

ART 17) - Empossados os membros do Conselho pelo Prefeito Municipal, imediatamente reunir-se-ão sob a presidência do conselheiro mais idoso, com finalidade da eleição de uma Diretoria, dentre seus membros, composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral para dirigir os trabalhos do órgão.

Parágrafo. 1o.) - A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente, em todos os atos inerentes a seu exercício.

Parágrafo. 2o) - A Diretoria elaborará o quadro do pessoal auxiliar mediante exposição de motivos ao Prefeito Municipal, apresentará necessidade de recursos humanos, a serem requisitados sob seleção e comprovada experiência na área.

Capítulo III Do Fundo da Criança e da Adolescência.

Seção I Da criação e natureza jurídica do FIA

ART. 18) Fica criado o Fundo da Infância e da Adolescência, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do CMDCA, ao qual é órgão vinculado.

Seção II Da competência do FIA

ART. 19) Compete ao FIA :

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo município através de convênios ou por doações ao Fundo.

III - Manter, sob suas expensas o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeitos do município, nos termos das resoluções do CMDCA;

IV - Responsabilizar-se pela prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de acordo com as disposições normativas daquele órgão.

V - Liberar os recursos a serem aplicados em benefícios de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do CMDCA;

VI - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do CMDCA;

ART. 20) O FIA será regulamentado por resoluções expedidas pelo CMDCA.

Art 21) - Os recursos do FIA serão constituídos de:

I - doações de contribuintes do Imposto de Renda ou outros incentivos governamentais;

II - dotação consignada anualmente no orçamento do Município e as verbas adicionais que a Lei estabelece no decurso de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e das verbas de materiais, publicações e eventos realizados;

V - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VI - receitas advindas de convênios, acordos e contratos realizados com entidades governamentais e/ou não governamentais.

VII - outros legalmente constituídos.

Capítulo IV Do Conselho Tutelar

Seção I Da Criação, Natureza Jurídica e Competência do CT.

ART. 22) Fica criado 01 (um) Conselho Tutelar dos direitos da criança e do adolescente, órgão permanente e autônomo, a ser instalado, funcional e geograficamente nos termos da resolução a serem expedidas pelo Conselho dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros com mandato de três anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Segundo - Para cada conselheiro tutelar haverá, no mínimo, um suplente.

ART. 23) Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção II Do Funcionamento do CT

ART. 24) O Conselho Tutelar exercerá suas atividades ininterruptamente todos os dias do ano, 24 horas ao dia .

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Tutelar trabalharão em sistema rotativo de plantão residencial ou na sede que será disponibilizada pelo executivo municipal.

Seção III Dos Membros do CT

ART. 25) Na qualidade de membros, os conselheiros serão agentes públicos com vinculação administrativa ao poder executivo municipal sem subordinação a este órgão ou a qualquer outro.

ART. 26) Tratando-se de agentes públicos, eleitos para mandato temporário, os conselheiros tutelares não adquirem, ao término do seu mandato, qualquer direito a indenizações, nem a efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

ART. 27) As atividades e rotinas do Conselho Tutelar deverão ser enunciadas em seu regimento interno que deverá ser baixado pelo Conselho 30 dias após a posse de membros.

Parágrafo Único - Do regimento interno deverão constar as seguintes exigências :

- I - Escala de plantão rotativa de 6 (seis) horas;
- II - Carga horária de 30 horas semanais para cada conselheiro;
- III - Uma reunião ordinária semanal.

ART. 28) Os conselheiros serão remunerados, sendo a sua remuneração mensal composta de uma parte fixa e outra variável.

ART. 29) A parte fixa e variável, de que trata o artigo anterior, ficam limitadas em R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), respectivamente, sendo que:

I - O valor da remuneração por Conselheiro não poderá exceder a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

II - A soma da remuneração mensal de todos os conselheiros não poderá exceder R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo Único - A parte variável da remuneração será concedida na forma de regimento interno, ao Conselheiro que realizar diligências ou outra atividade eventual.

ART. 30) É assegurado ao Conselheiro, seguro de vida e acidentes pessoais. As despesas dos cofres municipais.

ART. 31) Elegendo-se algum funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada em qualquer hipótese, a acumulação de remuneração das duas funções.

SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

ART 32) - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no município de Campo Alegre

IV - reconhecida experiência no trato com a defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

ART 33) - Todo o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do CMDCA e a fiscalização do Ministério Público.

ART 34) - Atendido o disposto nesta Lei, o CMDCA definirá, por resolução, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas, por chapas ou avulsas, forma e prazo para impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação do eleitos e a posse dos mesmos.

Parágrafo 1º - O CMDCA elegerá, respeitada a paridade, a Comissão de Escolha dos candidatos à membros do conselho Tutelar, composta de 04 (quatro) integrantes, que fará afixar edital na portaria do prédio da prefeitura e fará publicá-lo em pelo menos um jornal de grande circulação no município, até 90 (noventa) dias antes do pleito, abrindo prazo para a inscrição das candidaturas, fixando a data do pleito e o local da votação.

Parágrafo 2º - Cabe à Comissão de Escolha organizar e coordenar todos os trabalhos, na forma desta Lei e das Resoluções do CMDCA.

Parágrafo 3º - O Presidente da Comissão de Escolha comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital e a relação dos inscritos para fiscalização.

Parágrafo 4º - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão de Escolha deverá examinar a idoneidade do candidato não só em declarações, atestados ou certidões formais,

mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

Parágrafo 5o - Das decisões da Comissão nos casos de impugnação de candidaturas ou de votos cabe recursos ao Plenário do CMDCA.

Seção V

Da Perda Do Mandato e dos Impedimentos dos Conselheiros

ART 35) - Perderá automaticamente o mandato o conselheiro tutelar que for condenado por sentença irrecurável pela prática de crime ou contravenção, ou que deixar de residir no município de Campo Alegre.

ART 36) - Poderá ainda ser cassado o mandato do conselheiro tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres do seu cargo, apurando-se o fato através de inquérito administrativo cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA, e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de dois terços (2/3) do colegiado pleno, facultada ampla defesa.

ART 37) - Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o CMDCA deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente, no caso de chapas, ou o suplente mais votado, no caso de candidaturas avulsas.

ART 38) - São impedidos de servir o mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes ou descendentes, sogro e genro, nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo Único: Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Capítulo V

Das Disposições Finais

ART. 39) As despesas da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentaria própria.

ART. 40) A regulamentação da presente lei ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias da publicação.

ART. 41) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 1.399/90 a Lei 2.089/95 e a Lei 1.803/93.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
31 de outubro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei, na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de outubro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

SUGESTÃO DE ESCALA DE PLANTÃO

	S	T	Q	Q	S	S	D	
00:00								CASA
	5	1	3	1	3	5	1	
6:00								NA
	1	3	5	2	4	1	3	SEDE
12:00								
	2	4	1	3	5	2	4	
18:00								
	4	2	4	5	2	4	2	
24:00								CASA

TOTAL DE HORAS TRABALHADAS

CONSELHEIRO 1 - 36 HORAS

CONSELHEIRO 2 - 36 HORAS

CONSELHEIRO 3 - 30 HORAS

CONSELHEIRO 4 - 36 HORAS

CONSELHEIRO 5 - 30 HORAS

PLANTÕES

	NA SEDE	C/ RÁDIO TRANSM.
1	2 plantões	4 plantões
2	2 plantões	4 plantões
3	2 plantões	3 plantões
4	2 plantões	4 plantões
5	2 plantões	3 plantões

LEI Nº 2.272 DE 31 DE OUTUBRO DE 1997

LEI Nº 2.272 DE 31 DE OUTUBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria de Administração
0301 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio
03.07.021.2003 - Coordenação da Direção da Administração
3000.00 - Despesas correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 16.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria de Administração
0301 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio
03.07.021.2003 - Coordenação da Direção da Administração
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3210.00 - Transferências Intragovernamentais
3214.00 - Contribuições Fundos
3214.01 - Transferências a Fundos R\$ 3.000,00

0600 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
 0602 - Departamento de Assistência Social
 15.81.486.2025 - Manutenção da Assistência Comunitária
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos
 3214.01 - Transferências a Fundos R\$ 3.000,00
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3259.00 - Assistência a Indigentes ... R\$ 2.000,00
 0700 - Secretaria de Viação e Obras
 0701 - Departamento de Serviços Municipais
 10.60.325.2027 - Manutenção dos serviços Urbanos
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos
 3214.01 - Transferências a FundosR\$ 5.000,00
 0800 - Secretaria de Agricultura
 0801 - Departamento de Agricultura
 04.18.111.2032 - Manutenção das atividades Agropecuárias
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais
 3214.00 - Contribuições a Fundos
 3214.01 - Transferências a FundosR\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 16.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 31 de outubro de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de outubro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.271 DE 31 DE OUTUBRO DE 1997

LEI Nº 2.271 DE 28 DE OUTUBRO DE 1997.
 AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina e com intervenção da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art.2º) O Convênio descrito no art. 1º desta Lei, destina-se a construção de Ponte sobre o Rio Tijucume na localidade de Bateias de Cima neste Município.

Art.3º) As verbas oriundas do presente Convênio deverão ser aplicadas em conformidade com o Projeto de Construção e Plano de aplicação do Recurso.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 28 de outubro de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de outubro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.270 de 21 de Outubro de 1997

LEI Nº 2.270/1997 DE 21 DE OUTUBRO DE 1997.
 CRIA COMISSÃO MUNICIPAL
 DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS
 PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ART 1º) Fica criada a "COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO", vinculada ao Gabinete do Prefeito e que funcionará como órgão de assessoramento, que passa a integrar a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal e terá como função:

- a) Sugerir normas que venham aperfeiçoar a legislação que regula a área no que diz respeito ao trânsito no município de Campo Alegre (SC).
- b) Orientar e decidir juntamente com o Executivo Municipal sobre normas e projetos que visem a racionalização do tráfego de veículos leves e pesados na área urbana da cidade;
- c) Assessorar o Prefeito e o Serviço Municipal de trânsito sempre que isto se fizer necessário.

Art 2º) A Comissão Municipal de Trânsito de que trata o artigo 1º desta Lei, será formado por:

- a) Dois representantes do Poder Legislativo;
- b) dois representantes do Poder Executivo Municipal;
- c) dois representantes da Polícia Militar e Civil;
- d) dois representantes Rotary Club;
- e) dois representantes Lions Club;
- f) dois representantes ACIACA
- g) dois representantes Associação de Moradores;

Parágrafo Único - Os representantes da Entidades previstas neste Artigo, serão indicadas por escrito ao Prefeito Municipal pelos órgãos, tão logo haja a solicitação do Executivo, e a não indicação no prazo de 30 (trinta) dias, a nomeação ficará a critério do Prefeito Municipal, que poderá nomear outro membro da entidade que deverá se fazer representar.

Art 3º) O mandato dos membros da Comissão Municipal de trânsito terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos, desde que o representante tenha o seu nome indicado pelo órgão.

Art 4º) A Comissão Municipal de Trânsito, reunir-se-á uma vez por

mês em caráter ordinário e extraordinariamente, tantas vezes forem necessárias e terá um Presidente, um Secretário e respectivos Suplentes, eleitos por maioria dos membros, por voto secreto ou por aclamação.

Art 5º) As decisões da Comissão Municipal de Trânsito serão tomadas por maioria simples dos membros presentes na reunião e seus atos serão submetidos a apreciação do Executivo Municipal para deliberação final, que dará ciência à Câmara de Vereadores em caso de não aceitação.

Art 6º) O Mandato dos Membros da Comissão Municipal de Trânsito, será gratuito e se constituirá em serviço público de caráter relevante.

Art 7º) A Comissão Municipal de Trânsito funcionará nas dependências da Casa da Cultura e poderá requisitar daquele, material necessário ao seu perfeito funcionamento organizacional.

Art 8º) A Comissão Municipal de trânsito, terá seus membros nomeados por Decreto do Executivo Municipal, observado o disposto no artigo 2º e seu parágrafo único desta lei e terá 30 (trinta) dias para elaborar o Regimento Interno.

Art 9º) A Comissão Municipal de trânsito adaptar-se-á às normas da Legislação Federal no que for necessário ao seu perfeito funcionamento.

Art 10º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre em,
21 de Outubro de 1997
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 21 dias do mês de outubro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.269 de 23 de Setembro de 1997

LEI Nº 2.269 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PAGAR AS DESPESAS DE MULTAS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a pagar as despesas de multas de veículos da frota municipal no valor de 1,076 UFIR.

Art.2º) Todo e qualquer auto de infração que pesar sobre veículos da frota municipal e que tenha se originado em excesso de velocidade ou qualquer outra imprudência do motorista, será de inteira responsabilidade deste.

Parágrafo Único - Excetuam-se os autos de infração que sejam lançados por falta de licenciamento, falta de equipamento obrigatório indisponível e qualquer outra infração provocada por motivo alheio a vontade do motorista.

Art.3º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de setembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de setembro de 1997.

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.268 de 16 de Setembro de 1997

LEI Nº 2.268 DE 16 DE SETEMBRO DE 1997.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto nos artigos 16, XIX e 17, XI da Lei Federal 8.080 de 19 de setembro de 1990, no artigo 6º da Lei Federal 8.689 de 27 de julho de 1993, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Sistema Municipal de Auditoria (SMA/SUS), que obedecerá às normas gerais fixadas pela União e ao disposto nesta Legislação.

Art.2º) Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - AUDITORIA: ato pelo qual o servidor, no exercício da atividade de controle das ações e serviços de saúde do SUS, fiscaliza a contabilidade das pessoas físicas e das pessoas jurídicas que integram ou participam do SUS, visando à verificação da exatidão e regularidade das contas apresentadas, e realiza auditorias técnicas em relação às informações constantes de documentos técnicos e contábeis do SUS.

II - CONTROLE: Ato pelo qual o servidor analisa as atividades e serviços de saúde, prestados pelas unidades públicas e privadas vinculadas ao SUS, em relação aos planos, programas, metas e normas estabelecidas, considerando a produção, o desempenho, as mudanças ocorridas e o grau de resolutividade das ações e dos serviços executados no âmbito do SUS.

III - AVALIAÇÃO: Ato pelo qual o servidor determina a qualidade e a pertinência das atividades e serviços, através da análise da veracidade das informações em saúde prestadas pelos gestores do SUS e pelas pessoas físicas ou jurídicas que participam do SUS de forma complementar, comparando o desempenho e os seus resultados com os respectivos parâmetros tecnicamente definidos.

Art.3º) O Sistema Municipal de Auditoria do SUS, coordenado pelo Fundo Municipal de Saúde, compreende o conjunto de órgãos da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social que exercem a fiscalização e o controle técnico-científico e a avaliação do desempenho, da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de Saúde do SUS, em âmbito municipal.

§ 1º - A execução da auditoria do SUS será realizada por servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, designados pelo Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º - A auditoria prevista no CAPUT e no § 1º se fará sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos órgãos de controle interno do Estado, na forma do disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

§ 3º - A fim de preservar a liberdade do exercício das funções de auditor do SUS, o Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social encaminhará ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) o nome dos servidores designados para o exercício da função de auditor, obrigando-se a comunicar ao CMS a cessação da designação, em ato fundamentado.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, fixará no prazo de trinta dias, os critérios e as condições para a habilitação do servidor na função de auditor do SUS, observadas as orientações da Secretaria de Estado da Saúde.

Art.4º) As atividades de auditoria contábil, financeira e patrimonial e de auditoria e de avaliação de desempenho, qualidade e resolutividade das entidades públicas e privadas que integram o SUS do Municípios compreendem:

I - a validade dos serviços de saúde sob gestão do Município (os próprios, os transferidos e os contratados e conveniados com o setor privado);

II - a avaliação da execução do Plano Municipal de Saúde;

§ 1º - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social obriga-se a encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde, anualmente, após aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, o relatório de gestão, visando a verificação da conformidade, à programação aprovada, da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e União ao município.

§ 2º - A fiscalização contábil, financeira e patrimonial das entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, contratadas ou conveniadas pelo Estado, será executada mediante análise dos documentos de atendimento ambulatorial, das guias de autorização de internação hospitalar - AIH'S, e fiscalização operacional in loco.

§ 3º - A avaliação de desempenho, qualidade e resolutividade das entidades públicas e das entidades privadas, contratadas e conveniadas será feita mediante análise dos prontuários de atendimento individual do usuário, instrumentos próprios dos sistemas de informação ambulatorial e hospitalar, supervisão in loco e outros meios que se fizerem necessários.

Art.5º) O relatório de gestão é composto dos seguintes documentos:

I - programação e execução orçamentária dos projetos, planos e atividades previstos nos planos de saúde;

II - resultados alcançados quanto à execução e prestação de serviços de saúde, e aos investimentos;

III - demonstração do quantitativo de recursos financeiros próprios alocados ao setor saúde, bem como dos recursos recebidos de outras instâncias do SUS; e

IV - outros documentos que venham a ser julgados prioritários pelos órgãos colegiados do SUS.

Art.6º) É vedado ao servidor designado para o exercício da função de auditor:

I - Manter vínculo empregatício com a entidade contratada ou conveniada objeto de auditoria.

II - auditar e avaliar entidade onde preste serviço na qualidade de profissional autônomo;

III - ser proprietário, dirigente, acionista, sócio quotista ou particular, de qualquer forma, de entidade objeto da auditoria ou avaliação.

IV - o disposto no sub-ítem anterior se aplica ao servidor que tiver relação de parentesco com as pessoas ali mencionadas, na condição de pai, filho ou cônjuge.

Art.7º) Comprovada irregularidade na aplicação dos recursos do SUS a Secretaria Municipal de Saúde mandará apurar os fatos, através de sindicância administrativa, a qual encaminhada no prazo máximo de sessenta dias à Secretaria de Estado da Saúde.

Art.8º) O Conselho Municipal de Saúde poderá solicitar a realização de auditoria especial quando houver motivo que a justifique.

Art.9º) O Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social apresentará, semestralmente, ao Conselho Municipal de Saúde e, sempre que necessário, em audiência pública na Câmara Municipal, para análise e ampla divulgação, relatório contendo, dentre outros, os dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção dos serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.

Art.10º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de setembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 1997.

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.267 de 16 de Setembro de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.267 DE 16 DE SETEMBRO DE 1997.
DECLARA DE UTILIDADE
CLUBE DO BAGAÇO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal a declarar de utilidade Pública o Clube do Bagaço, Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade congregar pessoas, orientando-as e organizando-as nos movimentos sociais comunitários e Públicos em geral.

Art.2º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de setembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de

1997.

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.266 de 16 de Setembro de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.266 DE 16 DE SETEMBRO DE 1997.
"HOMOLOGA PRIMEIRO TÊRMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 06266/1997-0, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica homologado o Termo de Convênio nº 06266/1997-0, celebrando entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, e o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O Objeto do presente Convênio Consiste em estabelecer um sistema de Cooperação Técnico - administrativa, entre o Estado e o Município, para execução dos serviços concernentes ao Ensino do primeiro grau dos grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas, através da aplicação e do uso de Recursos Humanos, materiais e Financeiros, Estaduais e Municipais, de forma integrada e racional.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotações do Orçamento Vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de setembro de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de setembro de 1997.

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.265 de 29 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.265 DE 29 DE AGOSTO DE 1997.
CRIA, DENOMINA E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA BANDA MUSICAL CAMPO ALEGRE - BAMUCA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar a BANDA MUSICAL CAMPO ALEGRE "BAMUCA", entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade congregar os seus componentes, orientando-os e organizando-os nas apresentações Culturais e Artísticas do Município.

Art.2º) Fica também autorizado a declarar de Utilidade Pública a BANDA MUSICAL CAMPO ALEGRE "BAMUCA".

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de agosto de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.264 de 29 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.264 DE 29 DE AGOSTO DE 1997.
AUTORIZA O RECEBIMENTOS DE EQUIPAMENTO, POR DOAÇÃO DE ENTIDADE INTERNACIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Receber em doação, equipamento para uso na Rede Municipal de Ensino, com as seguintes características:

Parágrafo Único - Um ônibus escolar ano 87-88, motor a diesel, transmissão hidramática, direção Hidráulica, ar quente, capacidade para 72 passageiros.

Art.2º) O presente Equipamento será doado pela INCORPORATED MISSION OF SAINT FRANCIS, Fundação Filantrópica de Utilidade Pública, sediada em Fort Lauderdale, FL. USA.

Art.3º) O Ben recebido em doação, será incorporado ao patrimônio, tornando-se intransferível e inalienável.

Art.4º) Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a custear as despesas de Transporte e Nacionalização do referido ben, como também as despesas com Serviços de Terceiros e Encargos delas decorrentes.

Art.5º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Vigente do Município.

Art.6º) Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de Agosto de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.263 de 26 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.263 DE 26 DE AGOSTO DE 1997.

AUTORIZA ALIENAR AÇÕES DA TELESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado alienar a participação acionária do Município de Campo Alegre/SC no capital da TELESC Telecomunicações - de Santa Catarina -SA.

Art.2º) A alienação será através de procedimento licitatório, em obediência a Lei Federal 8.666/93 em valor não inferior a R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
26 de agosto de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUÍS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.262 de 26 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.262 DE 26 DE AGOSTO DE 1997.

ALTERA O ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.216

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 15 da Lei Municipal nº 2.216 de 11 de março de 1997, passa a ter a seguinte redação: Ficam criadas junto aos Órgãos da Administração Pública Municipal 20 vagas de Estagiário a serem preenchidas conforme esta Lei e o que dispõe a Lei nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977 e o Decreto 87.497 de 18 de agosto de 1982.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
26 de agosto de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

JUSTIFICATIVA

(REF. PROJETO DE LEI Nº ____/1997 DE 11 DE AGOSTO DE 1997).

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

A presente Lei é de relevante importância para gestão administrativa do Poder Executivo, pois regulamenta a situação dos Estagiários Bolsistas, admitidos como excedente do limite já fixado na Lei 2.216.

Portanto, não se trata de abrir mais vagas para estagiários, e sim regulamentar a situação dos Bolsistas que ora se encontram no exercício de suas atividades.

Na certeza de poder contar com a compreensão e colaboração de Vossas Excelências, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

AO
EXMO. SR. RAUL JOHANSON
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NESTA.

Lei Nº 2.261 de 26 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.261 DE 26 DE AGOSTO DE 1997.

CRIA A COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA CÍVEL (COMDEC) DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC do Município de Campo Alegre, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, a nível municipal, os meios para atendimento a situação de emergência ou calamidade pública.

Art.2º) Para as finalidades desta Lei denomina-se Defesa Cível o conjunto de medidas que tenham por finalidade prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeita as populações, em decorrência de calamidade pública e situação de emergência.

Art.3º) A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Cível.

Art.4º) A Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Estadual de Defesa Cível

Art.5º) Constarão, obrigatoriamente, nos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Cível.

Art.6º) A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art.7º) Até o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após sua instalação, a COMDEC elaborará Regimento Interno que deverá ser homologado por Decreto Municipal.

Art.8º) A COMDEC compor-se-á de:

I - Presidência
 II - Secretaria
 III - Conselho Técnico
 IV - Conselho Comunitário

Art.9º) A Presidência da Comissão Municipal de Defesa Civil será indicada pelo Chefe do Executivo Municipal e compete a presidência organizar as atividades da mesma.

Art.10º) O Conselho Técnico será composto pelo Secretário de Administração e Finanças e Secretário de Viação e Obras.

Art.11º) A Secretaria será dirigida por Secretário designado pelo Presidente.

Art.12º) O Conselho Comunitário será composto pelo Secretário de Saúde e Bem Estar Social e Diretor de Assistência Social. .

Art.13º) Os servidores públicos designados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art.14º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 26 de agosto de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUÍS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.260 de 19 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.260 DE 19 DE AGOSTO DE 1997.
 CONCEDE AJUDA FINANCEIRA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda financeira a Ginasta ROSEMERI DA CUNHA, portadora do CPF - nº 824648129-00, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art.2º) A despesa com a execução da presente Lei correrá por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 19 de agosto de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.259 de 19 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.259 DE 19 DE AGOSTO DE 1997.
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 424.878,71 (quatrocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais, setenta e um centavos).

0200 - Gabinete do Prefeito
 0201 - Gabinete do Prefeito
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 6.000,00
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00
 0300 - Secretaria de Administração
 0301 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio
 03.07.021.2003 - Coordenação da Direção da Administração
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3111.00 - Pessoal Civil R\$ 15.000,00
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.500,00
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 24.000,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3250.00 - Transferências a Pessoas
 3251.00 - Inativos R\$ 215,85
 03.08.033.2005 - Amortização da Dívida INSS e IPESC.
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 10.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4300.00 - Transferências de Capital
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 2.000,00

16.88.033.2009 - Amortização BADESC, CAMINHÕES
 4000.00 - Despesas de Capital
 4300.00 - Transferências de Capital
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna
 4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 2.200,00

16.91.033.2010 - Amortização BADESC CALÇAMENTO
 3000.00 - Despesas Correntes
 3200.00 - Transferências Correntes
 3260.00 - Encargos da Dívida Interna
 3261.00 - Encargos da Dívida Pública R\$ 2.500,00
 0400 - Secretaria de Finanças

0401 - Departamento Contabilidade Tributação e Tesouraria
03.08.030.2011 - Coordenação Diretoria de Finanças.
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal CívelR\$ 26.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos R\$ 8.884,81
0500 - Secretaria de Educação
0501 - Departamento de Ensino do 1º grau
08.42.188.2013 - Manutenção do Ensino de 1º grau
3000.00 - Despesas Correntes
3110.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 28.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 6.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos R\$ 3.603,41
0502 - Departamento da Criança de 0 à 6 anos.
08.41.190.2015 - Manutenção de Creches
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.260,00
0503 - Departamento Pré-Escolar
08.41.190.2016 - Manutenção da Educação Pré-Escolar
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 12.000,00
0505 - Departamento de Cultura

08.48.246.20.18 - Manutenção do Patrimônio Histórico
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 1.900,00
0506 - Ensino de 2º grau
08.43.197.2019 - Manutenção do Ensino Médio
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 12.600,00
0507 - Ensino Superior
08.44.205.2020 - Apoio a Estudantes Universitário
3000.00 - Despesas Correntes
3200.00 - Despesas de Custeio
3250.00 - Transferências a Pessoas
3254.00 - Apoio Financeiro à Estudantes R\$ 500,00
0508 - Departamento Educação Física e Desportos
08.46.224.2021 - Manutenção do Desporto Amador
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 3.450,00
0600 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
0601 - Departamento de Saúde
13.75.428.2023 - Manutenção da Assistência Médico Hospitalar
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 30.000,00
3120.00 - Material de Consumo R\$ 20.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 8.000,00
0602 - Departamento de Assistência Social
15.81.486.2025 - Manutenção Assistência Comunitária
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 14.500,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.500,00
0700 - Secretaria de Viação e Obras
0701 - Departamento de Serviços Municipais
10.60.325.2027 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3000.00 - Despesas Correntes
3110.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 26.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 300,00
3120.00 - Material do Consumo R\$ 12.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e EncargosR\$ 8.000,00
0702 - Departamento de Estradas de Rodagem
16.88.534.2031 - Manutenção do DMER.
3000.00 - Despesas Correntes
3110.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 15.000,00
3120.00 - Material de ConsumoR\$ 21.912,58
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3250.00 - Transferências a Pessoas
3251.00 - Inativos R\$ 352,06
4000.00 - Despesas de Capital
4100.00 - Investimentos
4110.00 - Obras e Instalações R\$ 40.000,00
0800 - Secretaria de Agricultura
0801 - Departamento de Agricultura
04.18.111.2032 - Manutenção das Atividades Agropecuárias
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3110.00 - Pessoal
3111.00 - Pessoal Cível R\$ 9.700,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 6.000,00

TOTAL GERAL R\$ 424.878,71

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Gabinete do Prefeito
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito
3000.00 - Despesas Correntes
3100.00 - Despesas de Custeio
3120.00 - Material de Consumo R\$ 6.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 9.000,00
3200.00 - Transferências Correntes
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
3233.00 - Contribuições Correntes
3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 5.000,00
0300 - Secretaria de Administração
0301 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio

03.07.021.2003 - Coordenação da Direção da Administração

3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 4.851,83
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes
 3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 2.300,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.760,93
 03.07.021.2004 - Eventos Comemorativo Centenário - Outras da-
 tas
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 287,22
 3130.00 - Serviços Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 1.195,50
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.277,01
 0400 - Secretaria de Finanças
 0401 - Departamento Contabilidade Tributação Tesouraria
 03.08.030.2011 - Coordenação Diretoria de Finanças
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 760,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 14.938,00
 0500 - Secretaria de Educação
 0501 - Departamento de Ensino de 1º grau
 08.42.188.2013 - Manutenção do Ensino de 1º grau
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 19.479,15
 4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 19.776,00
 0502 - Departamento da Educação da Criança de 0 à 6 anos
 08.41.185.2015 - Manutenção de Creches
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 5.231,50
 4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 11.967,26
 0503 - Departamento Pré Escolar
 08.41.190.2016 - Manutenção da Educação Pré-Escolar
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 2.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 5.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.000,00
 0505 - Departamento de Cultura
 08.48.246.2018 - Manutenção do Patrimônio Histórico
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.980,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 2.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.000,00
 0508 - Departamento de Educação Física e Desportos
 08.46.224.2021 - Manutenção do Desporto Amador
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 1.322,00
 3200.00 - Transferências Correntes
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas
 3233.00 - Contribuições Correntes
 3233.01 - Contribuições Correntes R\$ 2.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 10.000,00
 0509 - Departamento de Turismo
 11.65.363.2022 - Incentivo ao Turismo
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais
 4000.00 - Despesas de Capital
 4200.00 - Inversões Financeiras
 4210.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 5.000,00
 0600 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
 0601 - Departamento de Saúde
 13.75.428.2023 - Manutenção da Assistência Médico Hospitalar
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 12.628,30
 13.76.447.1001 - Implantação Rede Água Centro/ Bat. Baixo/ Bat.
 Cima/ Parque Industr.
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 5.000,00
 0602 - Departamento de Assistência Social
 15.81.486.2025 - Manutenção Assistência Comunitária
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 2.288,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 1.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 2.000,00
 15.81.487.2026 - Apoio a Associações de Moradores
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3132.00 - Outros Serviços e EncargosR\$ 3.000,00
 0700 - Secretaria de Viação e Obras
 0701 - Departamento de Serviços Municipais
 03.07.025.1003 - Construções Monumentos
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 4.803,86
 10.60.325.2027 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços PessoaisR\$ 4.518,25
 16.88.532.2029 - Conclusão do Terminal Rodoviário
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 5.000,00
 16.91.575.2028 - Pavimentação de Vias Urbanas

4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e InstalaçõesR\$ 200.000,00
 0702 - Departamento de Estradas de Rodagem
 16.88.534.2031 - Manutenção do DMER
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3110.00 - Pessoal
 3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.098,50
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .R\$ 2.820.60
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4120.00 - Equipamento e Material PermanenteR\$ 20.000,00
 0800 - Secretaria de Agricultura
 0801 - Departamento de Agricultura
 04.18.111.2032 - Manutenção das Atividades Agropecuárias
 3000.00 - Despesas Correntes
 3100.00 - Despesas de Custeio
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 4000.00 - Despesas de Capital
 4100.00 - Investimentos
 4110.00 - Obras e Instalações R\$ 3.000,00
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.595,40

TOTAL R\$ 424.878,71

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 19 de agosto de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.258 DE 19 DE AGOSTO DE 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.258 DE 19 DE AGOSTO DE 1997.
 "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR, de Campo Alegre, com a finalidade de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do turismo no Município.

Art.2º) O Conselho Municipal de Turismo terá as seguintes atribuições:

- I - Coordenar, incentivar e promover o turismo no Município de Campo Alegre;
- II - Estudar e propor à Administração Municipal, medidas de difusão e amparo ao turismo, no Município de Campo Alegre, em colaboração com os órgãos e entidades especializados;
- III - Orientar o Governo Municipal na administração, dos pontos

turísticos do Município;
 IV - Aprovar as diretrizes e normas para a gestão do FUNDETUR;
 V - Aprovar a aplicação e liberação de recursos do FUNDETUR;
 VI - Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do FUNDETUR.

Art.3º) O Conselho Municipal de Turismo, compor-se-á de membros representantes de órgãos da comunidade com vínculo e interesses no desenvolvimento turístico do Município, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo representados pelas seguintes entidades:

- Um representante da Assessoria de Turismo do Município;
- Um representante das Agências de Turismo
- Um representante da Associação Comercial e Industrial;
- Um representante dos Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares;
- Dois representantes do Turismo Ecológico e Rural;
- Um representante da Secretaria de Viação e Obras de Campo Alegre;
- Um representante da Secretaria de Agricultura
- Um representante da FECAMPO - CASA DA CULTURA;
- Um representante do Rotary Club de Campo Alegre;
- Um representante do Lions Club de Campo Alegre;
- Um representante dos Recantos de Lazer de Campo Alegre;
- Um representante da Atividade de Paisagismo de Campo Alegre.

Parágrafo Único - Para cada membro titular será indicado um suplente.

Art.4º) Os membros do Conselho Municipal de Turismo não receberão remuneração, sendo considerado relevante serviço ao Município.

Art.5º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo será de 02 (dois) anos.

Art.6º) O Conselho Municipal de Turismo será presidido pelo Assessor Municipal de Turismo.

Art.7º) O Poder Executivo regulamentará o funcionamento do Conselho, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 19 de agosto de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.257 DE 19 DE AGOSTO DE 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.257 DE 19 DE AGOSTO DE 1997.
 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DE CONSÓRCIO COM OUTROS MUNICÍPIOS.

DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a participar, juntamente com os Municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho, ambos no Estado de Santa Catarina, do Consórcio Intermunicipal para recuperação da bacia hidrográfica do Alto Vale do Rio Negro, que possui as seguintes finalidades:

a) planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região compreendida no território dos Municípios consorciados;

b) promover programas ou medidas destinadas a recuperação, conservação e preservação do meio ambiente na região compreendida no território dos Municípios consorciados;

c) promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho;

d) representar o conjunto dos Municípios associados em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art.2º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
19 de agosto de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.256 de 19 de Agosto de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.256 DE 19 DE AGOSTO DE 1997.
INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
O PROJETO FALA - CIDADÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica instituído, no âmbito do Município de Campo Alegre, o Projeto Fala-Cidadão.

Parágrafo Único - O Projeto de que trata este artigo tem por objetivo o estabelecimento de sistema de comunicação direta entre a população e a Administração Pública Municipal, com a finalidade de obter a melhoria do atendimento aos usuários de serviços públicos.

Art. 2º) O Projeto instituído em caráter permanente, compreende: I - Inscrição, de fácil leitura, a ser afixada em local viável de todas as repartições públicas do Município, indicado:

a) nome do projeto, com a indicação do seu objetivo e do número desta Lei;

b) nome da repartição pública e o respectivo horário de funcionamento;

c) número de telefone para sugestões e reclamações;

II - Colocação de caixa de sugestões em todas as respectivas

repartições públicas e localidades interioranas, acompanhadas de impressos para críticas e sugestões acerca do desempenho dos serviços públicos municipais;

III - Designação de servidor, com locação no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, para receber e dar o encaminhamento devido às críticas e sugestões dos usuários;

IV - Identificação, por crachá, de todos os servidores que desempenhem função de atendimento.

Parágrafo Único - Nas unidades de atendimento direto ao público, da inscrição a que se refere o Inciso I deste artigo, constará, também, o nome e a função dos servidores com o respectivo horário de expediente.

Art. 3º) Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 4º) Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
19 de agosto de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
PREFEITO MUNICIPAL

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.255 de 05 de Agosto de 1997

LEI Nº 2.255 DE 05 DE AGOSTO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FORNECER CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer mensalmente cesta básica de alimentos aos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único - Os alimentos que integram a cesta básica serão objeto de lista relaciona em ato baixado pelo Poder Executivo Municipal.

Art.2º) As disposições desta Lei aplicam-se a todos os servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art.3º) Os encargos decorrentes desta Lei correrão por conta de verba própria consignadas nos respectivos Orçamentos.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.331, de 20 de junho de 1.991.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
05 de agosto de 1.997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 5 dias do mês de agosto de 1.997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.254 DE 05 DE AGOSTO DE 1997

LEI Nº 2.254 DE 05 DE AGOSTO DE 1997.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS:

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam denominadas as seguintes Ruas, no Parque Industrial neste Município, conforme croqui anexo, parte integrante desta Lei.

- FRANCISCO BUENO FRANCO.

- SALVADOR DE LIMA CUBAS.

- BENTO MARTINIANO D' AMORIM.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de agosto de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 5 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.253 DE 01 DE JULHO DE 1997

LEI Nº 2.253 DE 01 DE JULHO DE 1997.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, Prefeito do Município de Campo Alegre-SC, no uso da atribuição que lhe confere o Art.71, inc. III da Lei Orgânica Municipal e na conformidade do Decreto Federal nº 1.946, de 28/06/96, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, de caráter consultivo e orientador e de funcionamento permanente.

Art.2º) Ficam atribuídas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural as seguintes competências:

I - Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do Município;

II - Apreçar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução;

III - Exercer vigilância sobre a execução das ações previstas no CMDR;

IV - Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural;

V - Sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que se refere à produção, à preservação do meio-ambiente, ao fomento agropecuário e à organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do Município;

VI - Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no Município;

VII - Administrar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FUNDERURAL, na forma da Lei.

Art.3º) O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR tem foro e sede no Município de Campo Alegre-SC.

Art.4º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante ao Município.

Art.5º) Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, os seguinte membros:

a) Prefeito Municipal em exercício;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

f) 01 (um) representante do Sindicato Rural de Campo Alegre;

g) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre;

h) 01 (um) representante da Cooperativa Regional Agrícola Norte Catarinense - Coopernorte;

i) 01 (um) representante da Cooperativa dos Produtores de Mate de Campo Alegre;

j) 01 (um) representante da Associação dos Agricultores do Município de Campo Alegre;

k) 01 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA;

l) 01 (um) representante da CIDASC;

m) 01 (um) representante da EPAGRI;

n) 01 (um) representante da Souza Cruz;

o) 01 (um) representante do Jovens Rurais

p) 15 (quinze) representantes dos agricultores.

Parágrafo Primeiro - Os membros do CMDR serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

Parágrafo Segundo - O Presidente do CMDR será o titular da pasta da Agricultura.

Parágrafo Terceiro - Cada entidade representada indicará um suplente, que substituirá o titular em qualquer eventualidade.

Art.6º) O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir as suas atribuições.

Art.7º) O CMDR elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
01 de julho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de julho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.252 DE 01 DE JULHO DE 1997

LEI Nº 2.252 DE 01 DE JULHO DE 1997.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDERURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FUNDERURAL, com o objetivo de dar suporte aos programas de estímulo às atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.2º) O estímulo às atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais, será consubstanciado no fornecimento de bens e serviços de bens e serviços, os quais serão financiados através de contrato firmado ente o FUNDERURAL e o beneficiário.

Art.3º) Constituem recursos financeiros do FUNDERURAL:

- I - As dotações constantes do orçamento do Município;
- II - Os recursos oriundos de Convênios, acordos e contratos;
- III- Doações e contribuições;
- IV - A remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V - Pagamento dos empréstimos concedidos com recursos do FUNDERURAL e dos serviços prestados pelo Município destinados a executar melhoramentos na atividade agropecuária no Município.
- VI - Recursos decorrentes da alienação de material, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do FUNDERURAL.
- VII- Outros recursos, de qualquer origem, que lhe forem transferidos.

Parágrafo Único - Fica o FUNDERURAL autorizado a efetuar aplicações financeiras no sistema financeiro oficial, dos recursos que trata este artigo desde que não venha a interferir ou prejudicar as atividades do FUNDERURAL.

Art.4º) Os recursos do FUNDERURAL destinam-se a:

- I - Financiar os produtores rurais e piscicultores, á aquisição de bens de produção.
- II - Financiar a realização de serviços de infraestrutura em propriedades ou comunidades rurais ou piscicultivas.
- III- Cobrir despesas de custeio realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo Primeiro - As definições a respeito dos financiamentos concedidos pelo FUNDERURAL, envolvendo itens a serem financiados, caracterização dos beneficiários, prazos de carência, encargos financeiros de amortização, serão estabelecidas anualmente pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Parágrafo Segundo - Fica estabelecido um limite de até 30 %

(trinta por cento) dos recursos do FUNDERURAL para pagamento das despesas de custeio realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.5º) O FUNDERURAL será administrado por um Conselho Executivo composto pelos seguintes membros:

I - Presidente - Prefeito Municipal.

II - Vice Presidente - Secretário Municipal de Agricultura.

III- Tesoureiro - Secretário Municipal de Finanças.

IV- 02 (dois) Produtores Rurais indicados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será um órgão deliberativo do Conselho Executivo do FUNDERURAL.

Art.6º) A supervisão superior do FUNDERURAL será exercida pelo Conselho Executivo, a quem cabe:

I - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo em consonância com a programação estabelecida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

II - Baixar normas e instruções complementares, disciplinando a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

III- Aprovar os planos de aplicação dos recursos;

IV - Executar as atividades referentes ao FUNDERURAL, nos seguintes aspectos técnicos, administrativos e financeiros;

V - Aprovar e contratar os financiamentos concedidos pelo Fundo;

VI - Elaborar a proposta orçamentária;

VII - Prestar contas da gestão financeira do Fundo;

VIII- Desenvolver outras atividades indispensáveis à execução das finalidades do Fundo.

Art.7º) Ao Presidente do Conselho Executivo do FUNDERURAL compete:

I - Presidir as reuniões do Conselho;

II - Fixar o calendário anual de reuniões e convocar os membros do Conselho;

III - Assinar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FUNDERURAL;

IV - Aprovar Cheques, autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do FUNDERURAL;

V - Representar o FUNDERURAL em todos os atos jurídicos em que o mesmo seja parte interessada.

Art.8º) Ao Vice-Presidente do Conselho Executivo do FUNDERURAL compete:

I - Substituir o Presidente, por ocasião de suas ausências ou impedimentos;

II - Assessorar o Presidente em matéria de sua especialidade;

III- Executar os planos de aplicação do FUNDERURAL, aprovados pelo Conselho;

IV- Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas;

Art.9º) Ao Tesoureiro do Conselho Executivo do FUNDERURAL, compete:

I - Autorizar o depósito em conta bancária, do total da receita arrecadada;

II - Assinar, juntamente com o Presidente ou Vice- Presidente, os Cheques sacados contra a conta bancária, depois de processadas as despesas e autorizado seu pagamento, pelo Presidente;

III - Elaborar, anualmente, a prestação de contas relativa a receita e despesa do FUNDERURAL, na forma de legislação vigente;

IV - Manter, sob sua guarda todos os documentos da receita e despesa do FUNDERURAL;

V - Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas;

Art.10º) A prestação de contas da gestão financeira do Fundo, cabe ao Conselho Executivo, e será feita em cada exercício, por meio de balancetes, demonstrativos e balanços, na forma que

dispõe a Lei 4.320/64, e nas normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.11º) Os recursos do FUNDERURAL, serão depositados em conta bancária própria, ressalvados os recursos estaduais ou federais, quando a legislação própria estabeleça modo diverso.

Art.12º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
01 de julho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de julho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.251 DE 01 DE JULHO DE 1997

LEI 2.251 DE 01 DE JULHO DE 1997

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam estabelecidas, para a elaboração do orçamento deste Município, para o exercício de 1998, as diretrizes de que trata esta Lei.

Art.2º) As metas e as prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 1998, serão aquelas constantes do Anexo I, II e III desta Lei, indicadas a nível setorial, com as alternativas a serem desenvolvidas para atingir objetivos específicos.

Art.3º) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Art.4º) O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - Adequar o Código Tributário Municipal ao sistema tributário nacional e estadual;

II - Atualizar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

III - Rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

IV - Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

V - Aperfeiçoar os instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa, bem como, a correção de seus créditos.

Art.5º) Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-à o seguinte:

I - A despesa não será superior à receita estimada;

II - Na estimativa da receita, considerar-se-à a tendência do presente exercício e efeitos das modificações na legislação tributária, as quais serão objeto de Projeto de Lei, a ser encaminhado ao

Legislativo, até 30 dias antes do encerramento do exercício;
III - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

IV - O pagamento do serviço da dívida, de pessoal, encargos sociais e a manutenção de atividades, terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art.6º) Na programação de investimentos da administração pública direta e indireta, serão observadas as seguintes regras:

I - Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos; das receitas correntes.

II - Não poderão ser programados novos Projetos;

a) À contar de redução ou anulação de dotações de projetos em efetivo andamento;

b) Que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art.7º) O Orçamento anual poderá consignar recursos destinados à concessão de auxílios financeiros a entidades privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, até o limite de 5 % das receitas correntes.

Parágrafo único - Não poderá ser concedida ajuda à entidade que esteja em débito com prestações de contas, decorrentes de sua responsabilidade.

Art.8º) O Município aplicará, no mínimo:

I - 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo:

a) 15% da receita da QP-ICMS transferida ao município e 15% do FPM e QP-IPI, aplicados segundo a Lei Federal 9.424 de 24 de dezembro de 1.996 e segundo esta Lei.

b) 10% das fontes d alínea anterior destinadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

c) 60% das receitas de impostos, não compreendidas as transferências, aplicadas no ensino fundamental.

d) Até 40% das receitas da alínea anterior na manutenção e desenvolvimento do ensino.

II - 60% dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na remuneração de profissionais do magistério do ensino fundamental e os 40% restantes, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

III - 10% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no setor da saúde.

IV - 8% das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no desenvolvimento e fomento do setor produtivo, assim entendido como agricultura, comércio, indústria e turismo.

Art.9º) A sistemática de elaboração do orçamento Anual, obedecerá a estrutura organizacional dos Poderes Executivo e Legislativo, dos Fundos criados por lei, das Autarquias e Fundações que recebam Recursos do Tesouro nacional, prevendo Recursos destinados ao Poder Legislativo não Superior a 10% (dez por cento) e nem inferior a 5% (cinco por cento), não podendo o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, excluídas:

I - A Receita de contribuição de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência Social, mantidos pelo Município;

II - A Receita proveniente de operações de crédito;

III - A Receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;
 IV - Os recursos vinculados oriundos de transferência da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;
 V - As indenizações e restituições;
 VI - As contribuições de melhoria;

Art.10º) As despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderão exceder a sessenta por cento das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único - No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, proventos de aposentadorias e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art.11º) Ficam estabelecidos os seguintes limites de créditos orçamentários, sobre as Receitas Correntes, para despesas com:

I- Publicidade, propaganda e condecorações: 1,5 %

II - Locação de mão-de-obra: 2 %

At.12º) A abertura de créditos suplementares será assegurada pela Lei Orçamentária, até o limite de 50 % da despesa fixada.

Art.13º) O Orçamento assegurará recursos destinados à Reserva de Contingência, não superior a 15 % e não inferior a 10 % do total da despesa fixada.

Parágrafo único - Não serão admitidas emendas ao orçamento, que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nela indicadas for a Reserva de Contingência.

Art.14º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

CAMPO ALEGRE "SC" EM, 01 DE JULHO DE 1997

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário Administração e Finanças.

Registrada e publicada a presente Lei, na divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, ao primeiro dia do mês de Julho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

CHEFE DE GABINETE

ANEXO I

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 1998.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ITEM	METAS
Informatização	- Aquisição de máquinas; - Atualização dos sistemas; - implantação em setores ainda não informatizados
Capacitação de Recursos humanos	- Treinamento dos servidores públicos, através de cursos, seminários, simpósios etc - Melhoria da eficiência funcional; - Implantar a visão do "Contribuinte em 1º lugar".

Material Permanente	- Aquisição de material permanente.
Patrimônio	- Dar início a quantificação da valorização e desvalorização do patrimônio municipal; - Regularizar a situação jurídica dos imóveis do poder público municipal.
Controle de Pessoal	- Automação do cartão ponto dos servidores públicos; - Início das avaliações funcionais periódicas dos servidores;
Fundo Previdenciário	- Criação e funcionamento do Fundo Previdenciário dos servidores municipais; - Criação da Associação dos Servidores Públicos de Campo Alegre.
Fiscalização	- Implantação da fiscalização no horário de serviço dos servidores; - Contratação de fiscais para Obras, Posturas e Tributos e operacionalização destas fiscalizações de forma periódica; - Aquisição de um automóvel para a fiscalização.
PRONAM	-Continuidade do Programa Nacional de Maximização das Receitas Municipais.
Cobrança	- Continuidade do Dpto . de Cobrança da Municipalidade.
DIEF	-Contratação de serviços para auditar as DIEF do município.
Convênio	-Firmar convênios com o Estado e com a União, para melhorias nas áreas de infra-estrutura, transportes, educação, cultura, saúde, agricultura e turismo.

GABINETE DO PREFEITO

Revindicações, realizações e convênios	- Implantação da telefonia celular em Campo Alegre; - Implantação do Posto Policial de Fragosos; - Implantação do Posto Policial de Bateias; - Implantação da Rádio-Patrolha no Município, - Solicitação de novos veículos para as Polícias Civil e Militar
Subvenções	- Criação e funcionamento da ACOS - Associação Campoalegrense de Obras Sociais;
Publicidade	- Divulgação das realizações do governo municipal nas áreas fundamentais; - Divulgação das Campanhas Comunitárias.
Informatização	- Compra de um microcomputador multi-mídia; - Aquisição de um software de gerenciamento de atos oficiais; - Inscrição na Internet, com Home Page Campoalegrense.
Automóvel	- Adquirir carro para uso do Prefeito Municipal, com a troca do carro atual.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE

Informatização	- Compra de máquinas; - Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação
Aquisição de Material Permanente	- TV e Vídeos-cassete para as escolas; - Retro-projetor; - Projetor de slides; - Equipamentos desportivos
Escolas	- Construção da Unidade Escolar (E.R.Mª. José da Silva Bernardes, Escola no Pirizal, Papanduvinha e Alto São Miguel) - Aquisição de material permanente; - Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas.

Escola Etinerante	- Aquisição de material didático para escola etinerante; - Aquisição de micro-ônibus para escola etinerante; - Reforma nos locais onde funcionam as escolas etinerantes.
Creches	- Aquisição de parques infantis para as creches;
Merenda Escolar	- Municipalização da Merenda Escolar; - Local para armazenamento da merenda escolar;

Casa da Cultura	- Aquisição de um automóvel para a educação; - Aquisição de um mimeógrafo para as escolas; - Aquisição de enciclopédias para a Biblioteca Pública; - Aquisição de laboratório móvel para as escolas; - Reforma do prédio da Casa da Cultura. - Compra de instrumentos musicais para Escolas de Música.
Esportes	- Construção de quadras de esportes - canchas polivalentes Vila Sheide e Bela Vista; - Construção Alameda Estádio João Cavalheiro - Fragosos; - Construção Estádio localidade de Bateias de Baixo; - Contratar professor habilitado em Educação física; - Promoção de eventos desportivos; - Reforma da Praça Maurício Foitte e do campo de futebol, vestiários, iluminação, galpão, etc.; - Apoio Financeiro para os JASC E JESC; - Apoio Financeiro para cursos técnicos na área de esportes.
Outros	- Irradicação do analfabetismo; - Recuperação do arquivo histórico do município; - Cursos de capacitação para professores leigos ou não.

SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGEM

Conservação de Estradas	- Contratos de fornecimento de saibro com fornecedores locais devidamente credenciados; - Aprendizagem de novas técnicas de manutenção de estradas vizinhas;
Aquisição de máquinas	- Aquisição de uma escavadeira hidráulica; - Aquisição de 2 caminhões caçamba (truque); - Aquisição Trator de Esteira; - Aquisição de um compactador de estradas; - Reforma da máquinas e caminhões;
Capacitação	- Capacitação do trabalhadores em serviços como calcearia e afins; - Capacitação dos operadores de máquinas;
Logradouros públicos	- Conservação de logradouros públicos; - Construção de passeios e meio-fios; - Recuperação de pontes e bueiros; - Sinalização das vias urbanas e rurais; - Recuperação do Asfalto na localidade de Fragosos; - Recuperação do calçamento na localidade de Bateias de Baixo.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indústria	- Aquisição de terrenos para programas de incentivo a industrialização; - Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município; - Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa; - Criação de um condomínio empresarial no município; - Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município; - Parceria com a Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre; - Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.
Comércio	- Programas que visem o fortalecimento do comércio local; - Combate a evasão de divisas; - Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo); - Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio.
Turismo	- Aquisição de uma filmadora e máquina fotográfica; - Montagem do acervo visual do município; - Parceria com projetos da iniciativa privada; - Programas de desenvolvimento do Ecoturismo; - Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico; - Investimento no embelezamento do município.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Inseminação Artificial	- Melhorar padrão genético; - Aumento da produtividade do rebanho.
Conscientização e Capacitação do Produtor	- Treinamento do produtor via palestras, cursos, etc; - Extensão Rural.
Atendimento Clínico Veterinário	- Continuar com atendimento clínico; - Aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho.
Fomento	- Criar e ampliar as fontes de renda do produtor.
Patrulha mecanizada agrícola	- Comprar máquinas agrícolas; - Terceirizar serviços; - Realizar Convênios Sindicatos e Cooperativas.

Parque de eventos	- Aquisição de uma área.
Horto Municipal	- Realização de um projeto para doação de recursos para a instalação do horto.
Dragagem de Rios	- Incorporação de novas áreas agrícolas; - Aumento da produção; - Evitar enchentes.
Estruturação dos serviços Agropecuários	- Aumento do quadro técnico; - Aquisição de materiais e veículo para melhorar o trabalho de assistência técnica; - Agrupar todas as instituições de agricultura em um lugar apenas.
Desenvolvimento do Município	- Criação da Microbacia do Vale do Rio Negro; - PRESTO Turismo Rural; - Criar novas alternativas de renda ao produtor.
Combate do Borrachudo	- Auxílio do Plano Municipal de Combate ao Borrachudo.
Programa Hortas Escolares	- Aquisição de calcário; - Curso para merendeiras e acompanhamento pela S.M.E; - Colaboração da comunidade na organização da horta.

Projeto-Piloto: Artesanato em lã de Ovelha, nas Escolas Rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar plano de trabalho para execução do Programa com acompanhamento da S.M.R; - Reposição de materiais e equipamentos; - Evidenciar o programa como mais uma alternativa de renda; - Realização de treinamento para professores; - Promover exposição para venda de trabalhos artesanais.
---	---

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Informatização	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de Microcomputador; - Compra de impressora; - Compra de fax.
Aquisição	<ul style="list-style-type: none"> - Uma linha telefônica; - Um telefone celular.

Reformas e Construções	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da Unidade sanitária (sede). - Construção de um posto de saúde que atenda as comunidades de Cubatão, Tijucume, Campinas, Ribeirão do Meio, Papanduvinha e Bateias de Cima; - Reforma da planta física interna e externa dos postos de saúde de Santana, Fragosos e Bateias de Baixo. - Desenvolvimento do projeto de Rede de Esgoto para o centro e bairros.
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Uma cadeira de dentista para a Unidade Sanitária (sede); - Um automóvel equipado; - 05 incineradores de lixo; - Um automóvel com 05 lugares (1.8); - Uma ambulância equipada.
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - 01 motorista - 40 horas/semana - 01 fonoaudiólogo - 10 horas/semana - 01 nutricionista - 10 horas/semana - 01 odontólogo - 20 horas/semana - 04 técnicos ou auxiliar de enfermagem - 40 horas/semana - 02 agentes administrativos - 40 horas/sem. - 01 servente para serviços limpeza - 40 horas/semana - 01 médico pediatra - 10 horas/semana - 01 Enfermeira - 40 horas/semana.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Construções e Reformas	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação de ruas no centro e bairros; - Construção de abrigos para passageiros de ônibus; - Conclusão do terminal rodoviário; - Conclusão de reforma da Praça Sofia Rudnick Baptista, na localidade de Fragosos; - Reforma da Praça EUGÊNIO TABBERT; - Reforma da Praça MAURÍCIO FOITTE; - Construção de novas praças e áreas verdes na sede e bairros; - Construção de uma ponte sobre o Rio São Miguel na localidade de São Miguel; - Construção de uma ponte sobre o Rio Bateias na localidade de Bateias de Baixo, rodovia 303; - Benfeitorias no cemitérios municipais; - Implantação do aterro sanitário; - Implantação de redes de águas pluviais e esgotos; - Reforma e ampliação do Paço Municipal; - Abertura de novas vias e acessos; - Implantação de novas unidades habitacionais; - Pesquisa e implantação de novas modalidades de construção de casas populares.
------------------------	--

Aquisição	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de áreas de terra para praça e outros; - Aquisição de área para implantação de aterro sanitário; - Aquisição de área para aumento do cemitério municipal; - Aquisição de áreas para implantação de lagoas de tratamento de esgoto.
Implantação	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de linha de ônibus coletivo; - Consórcio com municípios vizinhos para a implantação do sistema de reciclagem do lixo urbano; - Dragagem de rios; - Expansão da rede de energia elétrica, iluminação pública no perímetro urbano e rural.

Convênios	<ul style="list-style-type: none"> - Convênios para elaboração de projetos de unidades habitacionais; - Celebração de convênios estaduais e federais.
Contratação	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de serviços de aerofotogrametria; - Contratação de serviços de recadastramento urbano predial e territorial.
Melhorias	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias do sistema de coleta de lixo; - Urbanização dos projetos habitacionais existentes; - Incentivo a criação de novos loteamentos urbanizados.

ANEXO II - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1998
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ITEM	METAS
Informatização	- Continuidade do Processo de Informatização
Aquisições	Aquisição de veículo leve Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Construção e Reforma	Continuação da Restauração e Reforma do Prédio
Secretaria	Aprimorar Recursos Humanos

ANEXO III - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1998
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
FUNDOS MUNICIPAIS
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

- Celebração de Convênios - Organismos Internacionais, Órgão federal e estadual, celebração de Contratos com órgão de Desenvolvimento geral do Município.	
- Desenvolver Projetos para Desenvolvimento Geral do Município.	
- Recebimento de Doações Públicas e Privadas.	
- Operações de Crédito.	
- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	
- Celebração de Contratos com Entidades de Fomento, Públicas e Privadas.	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênio com o Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Automóvel - Ambulância.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Utensílios, Médico e Odontológico)	
- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Desenvolver projetos na Área Social, (Amparo ao Idoso, Criança carente).	
- Aquisição de equipamentos e Material Permanente.	

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Imóvel (área de Terra).	
- Desenvolver Projetos Habitacionais.	

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual	
- Aquisição de Imóvel.	
- Aquisição de equipamento e Material Permanente, (Tratores e Implementos Agrícolas).	
- Desenvolver Projetos de Desenvolvimento Técnico Agropecuários.	
- Aquisição de Automóvel.	

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Celebração Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	
- Desenvolver Projetos na Área de Educação.	
- Aquisição de Automóvel.	
- Implantação - Informática.	
Melhoria na Eficiência Funcional.	
Aprimoramento Recursos Humanos.	

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

-Celebração de Convênio com Governo Federal, Estadual, Órgãos Internacionais e com outras Entidades e Instituições Públicas e Privadas.	
- Incentivo - Apoio ao Desenvolvimento Turismo.	
- Turismo Urbano e Rural.	
- PRESTO : Turismo Rural, Ecoturismo.	

Campo Alegre "SC", 01 de Julho de 1997.

Lei Nº 2.250 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.250 DE 30 DE JUNHO DE 1997.
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS:

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam denominadas as seguintes Ruas, no centro e localidade de Faxinal neste Município.

JOÃO DE DEUS CUBAS - Entre a Estrada do Salto e Estrada da Mangueira Velha.

JOÃO MACHADO PEREIRA- Lateral da Rua: Cel Raymundo Munhoz.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.249 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.249 DE 30 DE JUNHO DE 1997.
AUTORIZA PAGAMENTO MATERIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar pagamento de 350 m.L de mangueira plástica 3/4", para posterior doação ao Sr. GILBERTO LINZMEYER.

Art.2º) A despesa decorrente da presente Lei correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária.
13.76.448.1002 - ESGOTOS PLUVIAIS E SANITÁRIOS DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.248 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.248 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio entre o Município de Campo Alegre/SC, com a Cooperativa - Escola dos alunos do Colégio Agrícola "VIDAL RAMOS LTDA" - COOPESA, com a finalidade de estimular e desenvolver o Ensino médio profissionalizante na área Agropecuária.

Art.2º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.247 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.247 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio entre o Município de Campo Alegre/SC, com a COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, parceria para a manutenção e a operação do sistema de abastecimento de água nas localidades de Bateias de Baixo e Fragosos, deste Município

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.246 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.246 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio entre o Município de Campo Alegre/SC, através da EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI, para execução dos trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, integrante deste instrumento Planilha de Ações para o Plano de Trabalho.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.245 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.245 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.º) Fica Homologado o Termo de Convênio firmado entre o Município de Campo Alegre/SC através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto do Estado de Santa Catarina, para a execução de serviços concernentes ao Ensino do primeiro grau aos Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas, através da ampliação e uso dos Recursos humanos, materiais e Financeiros, Estaduais e Municipais, de forma integrada e racional.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.244 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.244 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio firmado entre o Município de Campo Alegre/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, do Estado de Santa Catarina, para execução de forma descentralizada dos Programas de atendimento à Pessoa Idosa, e a pessoa Portadora de Deficiência e Manutenção de Creches observando o estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante do Convênio.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.243 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.243 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, visando distribuir fiscalizar e controlar a emissão de notas fiscais de Produtor para distribuir o Documento de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC" em, 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.242 de 30 de Junho de 1997

LEI Nº 2.242 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

AUTORIZA CONTABILIZAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contabilizar por conta de Dotação de Despesas do Exercício Anterior no Projeto Atividade - 03.08.030.2011 - 04.01. COORDENAÇÃO DA DIRETORIA DE FINANÇAS: Elemento da Despesa 3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores, a seguinte Despesa no valor de R\$ 491,96 (Quatrocentos e noventa e hum reais, noventa e seis centavos), à favor do SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.241 de 24 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.241/1997 DE 24 DE JUNHO DE 1997.

AUTORIZA REALIZAÇÃO DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar e pagar despesa até o valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), referente 350 (trezentos e cinquenta) refeições "almoços", para alunos das APAES, quando da realização da 8ª Gincana , a qual realizar-se-á em data de 22 de Agosto do corrente ano, em nosso Município.

Art.2º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 24 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.240 de 24 de Junho de 1997

LEI Nº 2.240 DE 24 DE JUNHO DE 1997.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO PARA INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.230.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar Imóvel de sua propriedade, constituído de terreno com área de 3.104,19 m2 (três mil, cento e quatro vírgula dezenove metros quadrados), do lote nº 8, localizado no Parque Industrial de Campo Alegre/SC - à Rodovia SC 301 para a "SOMIL LATICÍNIOS IND. E COMÉRCIO LTDA".

Art.2º) A doação será efetuada nos termos da Lei Municipal nº 2.230.

Art.3º) O Termo objetivo da doação será posteriormente, delimitado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.4º) Os documentos apresentados pelo Donatário, nos termos da Lei Municipal nº 2.230, ficarão arquivados junto a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 24 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.239 de 24 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.239/1997 DE 24 DE JUNHO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde.

Art.2º) O Convênio autorizado por esta Lei consiste na Municipalização dos serviços de Vigilância Sanitária, consoante minuta anexa, que faz parte integrante desta.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 24 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.238 de 24 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.238/1997 DE 24 DE JUNHO DE 1997.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL COM VISTAS A CRIAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º) Fica aberto na Secretaria de Educação o crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na seguinte dotação:

050.00 Secretaria de Educação
050.01 Departamento do Ensino Fundamental
050.01-08 Educação e Cultura
050.01-08042 Ensino Fundamental
050.01-08042188 Ensino Regular
050.01-080411882-034 Manutenção do Ensino
050.01-080421882-034-3111 Pessoal CívelR\$ 100.000,00

Art.2º) O crédito aberto no artigo anterior, correrá por conta dos recursos provenientes de transferências a conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art.3º) A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 24 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.237 de 24 de Junho de 1997

LEI Nº 2.237/1997 DE 24 DE JUNHO DE 1997.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art.2º) O Conselho será constituído por 4 (quatro) membros, sendo:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Educação (ou órgão equivalente);
- b) um representante dos professores e dos diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- c) um representante de pais de alunos; e
- d) um representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental. (*)

1º- Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

2º)- O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

3º)- As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art.3º) Compete ao Conselho:

- I- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II- supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;
- III- examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo.

Art.4º) As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, através de comunicação escrita, por qualquer de seus membros, ou pelo Prefeito.

Art.5º) O Conselho terá autonomia em suas decisões.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre "SC" em, 24 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.236 de 17 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº2236 DE 17 DE JUNHO DE 1997.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do poder executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro para tratamento de saúde ao cidadão carente JULIANO SCHULZE.

Art.2º) O cidadão beneficiado é portador de doença denominada DEFORMIDADE ESQUELÉTICA necessitando de tratamento odontológico e dentário pelo período de 30 meses.

Art.3º) Para a consecução desta Lei, o Município contribuirá com a importância mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) pelo período de 30 (trinta) meses.

Art.4º) As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação Orçamentária - 13.75.428.2023 - 3131.00- Manutenção da Assistência Médico Hospitalar.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de junho de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

JUSTIFICATIVA

(REF. PROJETO DE LEI Nº___/1997. DE 03 DE 03 DE JUNHO DE 1997).

SENHOR PRESIDENTE
SENHORES VEREADORES

Encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei que visa autorizar o Chefe do poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente para o tratamento de saúde de cidadão carente.

A necessidade do beneficiário está comprovada através do parecer sócio-econômico, emitido pela assistente social do Município, em anexo.

Certos de contarmos com a especial atenção dos nobres edis, desde já agradecemos,

MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

AO
EXMO. SR. RAUL JONHANSON.
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.
NESTA.

Lei Nº 2.235 de 17 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2235 DE 17 DE JUNHO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00- Secretaria de Administração.

03.01- Departamento Pessoal Compras e Patrimônio.

03.07.021.2003- COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.

3000.00- Despesas Correntes.

3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 5.000,00
 3113.00- Obrigações Patronais R\$ 3.000,00
 3120.00- Material de Consumo R\$ 2.000,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3132.00- Outros Serviços e Encargos R\$ 6.000,00
 03.08.033.2005- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3200.00- Transferências Correntes.
 3260.00- Encargos da Dívida Interna.
 3261.00- Encargos da Dívida Pública.... R\$10.100,00
 04.78.033.2006- AMORTIZAÇÃO BADESC ESPALHADOR ADUBO.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3200.00- Transferências Correntes.
 3260.00- Encargos da Dívida Interna.
 3261.00- Encargos da Dívida Pública R\$ 400,00
 4000.00- Despesas de Capital.
 4300.00- Transferências de Capital.
 4350.00- Amortização da Dívida Interna.
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada ... R\$ 200,00
 08.46.033.2007- AMORTIZAÇÃO BADESC GINÁSIO QUADRA DE ESPORTES.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3200.00- Transferências Correntes.
 3260.00- Encargos da Dívida Interna.
 3261.00- Encargos da Dívida Pública R\$ 200,00
 4000.00- Despesas de Capital.
 4300.00- Transferências de Capital.
 4350.00- Amortização da Dívida Interna.
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada ... R\$ 300,00
 10.58.033.2008- AMORTIZAÇÃO BADESC MATERIAL HIDRÁULICO.

4000.00- Despesas de Capital.
 4300.00- Transferências de Capital.
 4350.00- Amortização da Dívida Interna.
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada ... R\$ 300,00
 16.88.033.2009- AMORTIZAÇÃO BADESC CAMINHÕES.
 4000.00- Despesas de Capital.
 4300.00- Transferências de Capital.
 4350.00- Amortização da Dívida Interna.
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada R\$ 3.000,00
 16.91.033.2010- AMORTIZAÇÃO BADESC CALÇAMENTO.
 3200.00- Transferências Correntes.
 3260.00- Encargos da Dívida Interna.
 3261.00- Encargos da Dívida Pública R\$ 5.000,00
 4000.00- Despesas de Capital.
 4300.00- Transferências de Capital.
 4350.00- Amortização da Dívida Interna.
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada R\$ 5.000,00
 04.00- Secretaria de Finanças.
 04.01- Departamento de Contabilidade Tributação e Tesouraria.
 03.08.030.2011- COORDENAÇÃO DIRETORIA DE FINANÇAS.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 5.000,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais ..R\$ 500,00
 3132.00- Outros Serviços e Encargos R\$ 5.000,00
 3200.00- Transferências Correntes.
 3250.00- Transferências a Pessoas.
 3251.00- Inativos R\$ 3.000,00
 15.84.492.2012- CONTRIBUIÇÃO AO PASEP.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3200.00- Transferências Correntes.
 3280.00- Contribuição para formação do PASEP R\$ 1.500,00
 0500- Secretaria de Educação.

0501- Departamento de Ensino do 1º grau.
 08.42.188.2013- MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 18.100,00
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 2.000,00
 3200.00- Transferências Correntes.
 3250.00- Transferências a Pessoas.
 3251.00- Inativos R\$ 4.000,00
 0502- Departamento da Criança de 0 à 6 anos.

08.41.185.2015- MANUTENÇÃO DE CRECHES.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 5.000,00
 3120.00- Material de Consumo R\$ 10.000,00
 3200.00- Transferências Correntes.
 3250.00- Transferências a Pessoas.
 3253.00- Salário Família R\$ 700,00
 0503- Departamento Pré Escolar.
 08.41.190.2016- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 5.000,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 700,00
 0505- Departamento de Cultura.
 08.48.246.2018- MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 4.000,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00
 3132.00- Outros Serviços e EncargosR\$ 4.000,00
 0506- Ensino de 2º grau.
 08.43.197.2019- MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais ...R\$ 4.000,00
 3132.00- Outros Serviços e EncargosR\$ 1.000,00
 0508- Departamento Educação Física e Desportos.
 08.46.224.2021- MANUTENÇÃO ESPORTE AMADOR
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 1.200,00
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 4.000,00
 0509- Departamento de Turismo.
 11.65.363.2022- Incentivo ao Turismo.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 1.000,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3132.00- Outros Serviços e Encargos R\$ 6.000,00
 0600- Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.
 0601- Departamento de Saúde.
 13.75.428.2023- Manutenção da Assistência Médico Hospitalar.

3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal Cível R\$ 5.000,00
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 5.000,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.

3132.00- Outros Serviços e EncargosR\$ 10.000,00
 0602- Departamento de Assistência Social.
 15.81.486.2025- MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA.
 3000.00-Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal CívelR\$ 4.000,00
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 300,00
 0700- Secretaria de Viação e Obras.
 0701- Departamento de Serviços Municipais.
 10.60.325.2027- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal CívelR\$ 4.000,00
 3113.00- Obrigações PatronaisR\$ 500,00
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.
 3132.00- Outros Serviços e Encargos ...R\$ 25.000,00
 0702- Departamento de Estradas e Rodagem.
 16.88.534.2031- Manutenção do DMER.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal CívelR\$ 15.000,00
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 20.000,00
 0800- Secretaria de Agricultura.
 0801- Departamento de Agricultura.
 04.18.111.2032- Manutenção das Atividades Agropecuárias.
 3000.00- Despesas Correntes.
 3100.00- Despesas de Custeio.
 3110.00- Pessoal.
 3111.00- Pessoal CívelR\$ 8.000,00
 3120.00- Material de ConsumoR\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

9000- Reserva de Contingência.
 9099- Reserva de Contingência.
 99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES.
 9000.00- Reserva de Contingência.
 9900.00- Reserva de Contingência.
 9990.00- Reserva de Contingência R\$ 225.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 17 de junho de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de junho de 1997

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.234 de 17 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2234 DE 17 DE JUNHO DE 1997.

AUTORIZA A ASSINATURA DE CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER -SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através do DER/SC - Departamento de Estradas e Rodagens de Santa Catarina, com o objetivo de estabelecer entre as partes, compromisso para a execução da manutenção das obras e serviços executados em estradas e acessos, bem como construção das mesmas, através do Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo de Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas - PROJETO MICROBACIAS/BIRD - Componente "CONTROLE DE EROSÃO AO LONGO DAS ESTRADAS RURAIS".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
 17 de junho de 1997.
 DR. MANUEL R. DEL OLMO
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.233 de 10 de Junho de 1997

LEI Nº 2.333 DE 02 DE JULHO DE 1998

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento deste Município, para o exercício de 1999, as Diretrizes de que trata esta Lei.

Art.2º) As metas e as prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 1999, serão aquelas constantes do Anexo I, II e III desta Lei, indicadas a nível setorial, com as alternativas a serem desenvolvidas para atingir objetivos específicos.

Art.3º) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, órgãos e entidades da administração Direta e Indireta.

Art.4º) O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - Atualizar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos

e cobrança dos impostos municipais;

II - Rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

IV - Aperfeiçoar os instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa, bem como, a correção de seus créditos.

Art.5º) Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-à o seguinte:

I - A despesa não será superior à receita estimada;

II - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

III - O pagamento do serviço da dívida, de pessoal, encargos sociais e a manutenção de atividades, terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art.6º) Na programação de investimentos da administração pública direta e indireta, serão observadas as seguintes regras:

I - Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos; das receitas correntes.

II - Não poderão ser programados novos Projetos;

a) À contar a redução ou anulação de dotações de projetos em efetivo andamento;

b) Que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art.7º) O Orçamento anual poderá consignar recursos destinados à concessão de auxílios financeiros a entidades privadas, sem fins lucrativos, em pleno funcionamento, até o limite de 1% das receitas correntes.

Parágrafo único - Não poderá ser concedida ajuda à entidade que esteja em débito com prestações de contas, decorrentes de sua responsabilidade.

Art.8º) O Município aplicará, no mínimo:

I - 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo:

a) 15% da receita da QP-ICMS transferida ao município e 15% do FPM e QP-IP, aplicados segundo a Lei Federal 9.424 de 24 de dezembro de 1.996 e segundo esta Lei.

b) 10% das fontes da alínea anterior destinadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

c) 60% das receitas de impostos, não compreendidas as transferências, aplicadas no ensino fundamental.

d) Até 40% das receitas da alínea anterior na manutenção e desenvolvimento do ensino.

II - 60% dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na remuneração de profissionais do magistério do ensino fundamental e os 40% restantes, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

III - 10% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no setor da saúde.

IV - 5% das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no desenvolvimento e fomento do setor produtivo, assim entendido como agricultura, comércio, indústria e turismo.

Art.9º) A sistemática de elaboração do orçamento Anual, obedecerá a estrutura organizacional dos Poderes Executivo e Legislativo, dos Fundos criados por lei, das Autarquias e Fundações que recebam Recursos do Tesouro nacional, prevendo Recursos destinados ao Poder Legislativo não Superior a 10% (dez por cento) e nem inferior a 5% (cinco por cento), não podendo o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, excluídas:

I - A Receita de contribuição de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência Social, mantidos pelo Município;

II - A Receita proveniente de operações de crédito;

III - A Receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - Os recursos vinculados oriundos de transferência da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;

V - As indenizações e restituições;

VI - As contribuições de melhoria;

Art.10º) As despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderão exceder a sessenta por cento das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único - No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, proventos de aposentadorias, e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art.11º) Ficam estabelecidos os seguintes limites de créditos Orçamentários, sobre as Receitas Correntes, para despesas com:

I- Publicidade, propaganda e condecorações: 1,5 %

II - Locação de mão-de-obra: 2 %

Art.12º) A abertura de créditos suplementares será assegurada pela Lei Orçamentária, até o limite de 50 % da despesa fixada.

Art.13º) O Orçamento assegurará recursos destinados à Reserva de Contingência, não superior a 20 % e não inferior a 15 % do total da despesa fixada.

Parágrafo Único - Não serão admitidas emendas ao Orçamento, que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nela indicadas for a Reserva de Contingência.

Art.14º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de julho de 1998.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO I
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 1999.

GABINETE DO PREFEITO

Reivindicações, realizações e convênios.	- Implantação do Posto Policial de Fragosos; - Implantação do Posto Policial de Bateias de Baixo; - Implantação da Rádio-Patrolha no Município, - Solicitação de novos veículos para as Polícias Civil e Militar
Subvenções	- Fundação Municipal de Desporto e Cultura - AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste Catarinense - E a outras Entidades através de autorização Legislativa
Publicidade	- Divulgação das realizações do Governo Municipal nas áreas fundamentais; - Divulgação das Campanhas Comunitárias.
Informatização	- Compra de um microcomputador multi-mídia; - Aquisição de um software de gerenciamento de atos oficiais; - Inscrição na Internet, com Home Page Campoalegrense.
Automóvel	- Adquirir carro para uso do Prefeito Municipal, com a troca do carro atual.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ITEM	METAS
Informatização	- Atualização dos sistemas;
Capacitação de Recursos humanos	- Treinamento dos servidores públicos, através de cursos, seminários, simpósios etc - Melhoria da eficiência funcional; - Implantar a visão do "Contribuinte em 1º lugar".
Material Permanente	- Aquisição de equipamento material permanente.
Patrimônio	- Quantificar a valorização e desvalorização do Patrimônio municipal; - Regularizar a situação jurídica dos bens imóveis do poder Público Municipal.
Controle de Pessoal	- Automação do cartão ponto dos servidores públicos; - Início das avaliações funcionais periódicas dos servidores;
Fundo Previdenciário	- Criação e funcionamento do Fundo Previdenciário dos servidores municipais; - Criação da Associação dos Servidores Públicos de Campo Alegre.
PRONAM	- Continuidade do Programa Nacional de Maximização das Receitas Municipais.
DIEF	- Contratação de serviços para auditar as DIFES do município.
Convênio	- Firmar convênios com o Estado e com a União, para melhorias nas áreas de infra-estrutura, transportes, educação, cultura, saúde, agricultura e turismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Informatização	- Compra de máquinas; - Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação
Aquisição de Material Permanente	- TV e Vídeos-cassete para as escolas; - Retro-projetor; - Projetor de slides;
Escolas	- Construção da Unidade Escolar (E.R.Mª. José da Silva Bernardes, - Ampliação de Escolas Estaduais Municipalizadas: Avenquinha e São Miguel; - Aquisição de equipamento e material permanente em geral; - Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas; - Irradicação do Analfabetismo - Aquisição de mimeógrafo para as Escolas; - Aquisição de Laboratório Móvel para as Escolas.
Creches	- Aquisição de parques infantis para as creches; - Equipamento e material Permanente em geral.
Secretaria Educação	- Construção da SEDE
Merenda Escolar	- Municipalização da Merenda Escolar; - Local para armazenamento da merenda escolar;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Reformas e Construções	- Ampliação da Unidade sanitária (sede). - Construção de um posto de saúde que atenda as comunidades de Cubatão, Tijucume, Campinas, Ribeirão do Meio, Papanduvinha e Bateias de Cima; - Reforma da planta física interna e externa dos postos de saúde de Santana, Fragosos e Bateias de Baixo. - Desenvolvimento do projeto de Rede de Esgoto para o centro e bairros. - Implantação de sistema de água nas localidades de Bateias de Cima, Lageado e São Miguel (alto São Miguel).
Equipamentos	- Uma cadeira de dentista para a Unidade Sanitária (sede); - 05 incineradores de lixo; - Um automóvel com 05 lugares (1.8); - Uma ambulância equipada.
Recursos Humanos	- 01 motorista - 40 horas/semana - 01 fonoaudiólogo - 10 horas/semana - 01 odontólogo - 20 horas/semana - 04 técnicos ou auxiliar de enfermagem - 40 horas/semana - 02 agentes administrativos - 40 horas/sem. - 01 servente para serviços limpeza - 40 horas/semana - 01 médico pediatra - 10 horas/semana

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indústria	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de terrenos para programas de incentivo a indústria; - Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município; - Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa; - Criação de um condomínio empresarial no município; - Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município; - Parceria com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre; - Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> - Programas que visem o fortalecimento do comércio local; - Combate a evasão de divisas; - Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo); - Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio. - Agilização para instalação do PROCON
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de uma filmadora e máquina fotográfica; - Montagem do acervo visual do município; - Parceria com projetos da iniciativa privada; - Programas de desenvolvimento do Ecoturismo; - Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico; - Investimento no embelezamento do município, incluindo trevo rotativo no centro e trevo na entrada de Bateias de Baixo.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Inseminação Artificial	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar padrão genético; - Aumento da produtividade do rebanho.
Conscientização e Capacitação do Produtor	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento do produtor via palestras, cursos, etc; - Extensão Rural.
Atendimento Clínico Veterinário	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar com atendimento clínico; - Aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do trabalho.
Fomento	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e ampliar as fontes de renda do produtor.
Patrulha mecanizada agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Comprar máquinas agrícolas; - Tercerizar serviços; - Realizar Convênios Sindicatos e Cooperativas.
Parque de eventos	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de uma área.
Horto Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um projeto para doação de recursos para a instalação do horto.
Dragagem de Rios	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação de novas áreas agrícolas; - Aumento da produção; - Evitar enchentes.
Estruturação dos serviços Agropecuários	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do quadro técnico; - Aquisição de materiais e veículo para melhorar o trabalho de assistência técnica; - Agrupar todas as instituições de agricultura em um lugar apenas.
Desenvolvimento do Município	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Microbacia do Vale do Rio Negro; - PRESTO Turismo Rural; - Criar novas alternativas de renda ao produtor rural.
Combate do Borrachudo	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio do Plano Municipal de Combate ao Borrachudo.
Programa Hortas Escolares	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de calcário; - Curso para merendeiras e acompanhamento pela S.M.E; - Colaboração da comunidade na organização da horta.

Projeto-Piloto: Artesanato em lã de Ovelha, nas Escolas Rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar plano de trabalho para execução do Programa com acompanhamento da S.M.R; - Reposição de materiais e equipamentos; - Evidenciar o programa como mais uma alternativa de renda; - Realização de treinamento para instrutores; - Promover exposição para venda de trabalhos artesanais.
--	---

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação do trabalhadores em serviços como calceteria e afins; - Capacitação dos operadores de máquinas;
Logradouros públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de logradouros públicos; - Construção de passeios e meio-fios; - Recuperação de pontes e bueiros; - Sinalização das vias urbanas e rurais; - Recuperação do Asfalto na localidade de Fragosos; - Recuperação do calçamento na localidade de Bateias de Baixo.
Conservação de Estradas	<ul style="list-style-type: none"> - Contratos de fornecimento de saibro com fornecedores locais devidamente credenciados; - Aprendizagem de novas técnicas de manutenção de estradas vicinais; - Estradas.
Aquisição de Máquinas	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de uma escavadeira hidráulica; - Aquisição de 2 caminhões caçamba (truque); - Aquisição de 1 Trator de Esteira; - Aquisição de 1 compactador de estradas; - Reforma de máquinas e caminhões.
Construções e Reformas	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação de ruas no centro e bairros; - Construção de abrigos para passageiros de ônibus; - Conclusão do terminal rodoviário; - Conclusão de reforma da Praça Sofia Rudnick Baptista, na localidade de Fragosos; - Reforma da Praça EUGÊNIO TABBERT; - Construção de novas praças e áreas verdes na sede e bairros; - Construção de uma ponte sobre o Rio São Miguel na localidade de São Miguel; - Construção de uma ponte sobre o Rio Tijucume na localidade de Bateias de Cima, rodovia 303 e demais pontes; - Benfeitorias no cemitérios municipais; - Implantação do aterro sanitário; - Implantação de redes de águas pluviais e esgotos no centro e bairros; - Reforma e ampliação do Paço Municipal; - Abertura de novas vias e acessos; - Implantação de novas unidades habitacionais; - Pesquisa e implantação de novas modalidades de construção de casas populares; - Construção de banheiros públicos na sede do município.
Aquisição	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de áreas de terra para praça e outros; - Aquisição de área para implantação de aterro sanitário; - Aquisição de área para ampliação do Cemitério Municipal; - Aquisição de áreas para implantação de lagoas de tratamento de esgoto.
Implantação	<ul style="list-style-type: none"> - Dragagem de rios; - Expansão da rede de energia elétrica, iluminação pública no perímetro urbano e rural.
Convênios	<ul style="list-style-type: none"> - Convênios para elaboração de projetos de unidades habitacionais; - Celebração de convênios estaduais e federais.
Contratação	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação de serviços de cadastramento urbano predial e territorial.

Melhorias	- Melhorias do sistema de coleta de lixo; - Urbanização dos projetos habitacionais existentes; - Incentivo a criação de novos loteamentos urbanizados.
-----------	--

ANEXO II - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1999
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ITEM	METAS
Informatização	- Continuidade do Processo de Informatização
Aquisições	- Aquisição de veículo leve - Aquisição de Equipamento e Material Permanente
Construção e Reforma	- Continuação da Restauração e Reforma do Prédio
	- Aprimorar Recursos Humanos

ANEXO III - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 1999
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
FUNDAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

Esportes	- Construção de quadras de esportes - canchas polivalentes Vila Scheide e Bela Vista; - Construção Alameda Estádio João Cavalheiro - Fragosos; - Construção Estádio localidade de Bateias de Baixo; - Contratar professor habilitado em Educação física; - Promoção de eventos desportivos; - Apoio Financeiro para os JASC E JESC; - Apoio Financeiro para cursos técnicos na área de esportes; - Aquisição de Mobiliários em Geral; - Aquisição de Material Desportivo em Geral.
Cultura	- Recuperação do arquivo histórico do Município; - Aquisição de livros e Enciclopédias para a Biblioteca Pública Municipal; - Aquisição de Instrumentos Musicais, para Escola de Música; - Aquisição de Mobiliários em geral; - Aquisição de Equipamento de Informática; - Implantação do Museu Municipal; - Construção do Anfiteatro Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênio com o Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Automóvel - Ambulância.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Utensílios, Médico, Odontológico e Laboratorial).	
- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Desenvolver projetos na Área Social, (Amparo ao Idoso, Criança carente).	
- Aquisição de equipamento e Material Permanente.	

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Celebração Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.	
- Desenvolver Projetos na Área de Educação.	
- Aquisição de Automóvel.	
- Implantação - Informática.	
- Melhoria na Eficiência Funcional.	
- Aprimoramento Recursos Humanos.	

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

-Celebração de Convênio com Governo Federal, Estadual, Órgãos Internacionais e com outras Entidades e Instituições Públicas e Privadas.	
- Incentivo - Apoio ao Desenvolvimento Turismo.	
- Turismo Urbano e Rural.	
- PRESTO : Turismo Rural, Ecoturismo.	

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual	
- Aquisição de Imóvel.	
- Aquisição de equipamento e Material Permanente, (Tratores e Implementos Agrícolas).	
- Desenvolver Projetos de Desenvolvimento Técnico Agropecuários.	
- Aquisição de Automóvel.	

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

- Celebração de Convênios - Organismos Internacionais, Órgão federal e estadual, celebração de Contratos com órgão de Desenvolvimento geral do Município.	
- Desenvolver Projetos para Desenvolvimento Geral do Município.	
- Recebimento de Doações Públicas e Privadas.	
- Operações de Crédito.	
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente.	
- Celebração de Contratos com Entidades de Fomento, Públicas e Privadas.	

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

- Celebração de Convênio com Governo Federal e Estadual.	
- Aquisição de Imóvel (área de Terra).	
- Desenvolver Projetos Habitacionais.	

Campo Alegre/SC, 02 de julho de 1998.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 2.232 de 03 de Junho de 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.232 DE 03 DE JUNHO DE 1997.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I- Elaborar o seu Regimento Interno;
- II- Colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na Organização e Direção do Ensino;
- III- Analisar Leis, Decretos e Regulamentos relacionados com o Ensino com vistas a sua eficiente aplicação;
- IV- Zelar pelo cumprimento da Legislação aplicável a Educação e ao Ensino;
- V- Sugestionar nos casos em que haja divergência os pareceres dos órgãos Técnicos ou administrativos da Secretaria de Educação ou naquele em que o secretário julgue aconselhável um amplo debate.
- VI- Fiscalizar a aplicação dos Recursos Financeiros, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal;
- VII- Conscientizar a população em idade escolar no que se refere ao direito e dever ao acesso escolar;
- VIII- Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art.3º) Compete ainda ao Conselho Municipal de Educação:

- I- Fiscalizar aplicação dos Recursos Financeiros oriundos do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
- II- Tornar a LDB- Lei Diretrizes e Bases da Educação conhecida na comunidade

Art.4º) O Conselho Municipal de Educação será Vinculado a Secretaria Municipal de Educação; compostos dos seguintes membros:

- Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- Um representante da Rede Estadual de Educação;
- Dois representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino:
 - A- Um do Ensino Fundamental.
 - B- Um da Educação Infantil.
- Um representante das APPS Municipal;
- Um representante das Entidades Assistenciais;
- Um representante do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único- A cada membro Titular caberá um Suplente.

Art.5º) Os Conselheiros serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo, apartir da indicação das entidades e categorias, com domicílio em Campo Alegre/SC.

Art.6º) O Conselho Municipal de Educação será presidido por um de seus membros, e designado pelo próprio órgão e homologado pelo Chefe de Poder Executivo.

Art.7º) O mandato dos conselheiros será de dois anos, podendo ser reconduzido a critério das entidades que os representam por igual período.

Parágrafo Único - O desempenho do membro do Conselho Municipal de Educação não será remunerado, sendo considerados relevantes os serviços prestados.

Art.8º) O Conselho Municipal de Educação reger-se-á por esta Lei e pelo Regimento Interno a ser elaborado pelo mesmo, até 30 de Junho de 1997, e homologado através de Ato do Poder Executivo.

Art.9º) Caberá a Prefeitura Municipal a Infra Estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Art.10º) Os Recursos Orçamentários e Financeiros, serão oriundos de Dotação própria e consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art.11º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente todas as disposições da Lei Municipal nº 1613/92 de 08 de Setembro de 1992.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
03 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal e no Órgão Oficial de Publicação, aos 03 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.231 DE 03 DE JUNHO DE 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2231 DE 03 DE JUNHO DE 1997.

DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO E FISCAL NÃO QUITADO ATÉ O VENCIMENTO.

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a parcelar a requerimento do contribuinte, o crédito tributário e fiscal, não quitado até o seu vencimento, que:

I- inscrito ou não em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado,

II- tenha sido objeto de notificação ou autuação,

III- denunciado espontaneamente pelo contribuinte,

Art.2º) O parcelamento de crédito tributário e fiscal, quando ajuizado, deverá ser precedido do pagamento das custas e honorários advocatícios.

Parágrafo Único- Deferido o parcelamento, o Procurador Geral do Município autorizará a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.

Art.3º) Fica atribuída, ao Secretário Municipal de Finanças, a competência para despachar os pedidos de parcelamento.

Art.4º) O parcelamento poderá ser concedido, a critério da autoridade competente, em até 18 (dezoito) parcelas mensais, atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR ou outro índice que venha a substituí-la.

Parágrafo Único- O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:

I- 30 (trinta) Unidades Fiscal de Referência - UFIR em se tratando de contribuinte pessoa física.

II- 100 (cem) Unidades Fiscal de Referência- UFIR em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Art.5º) O valor de cada parcela expressa em moeda corrente, corresponderá ao valor total do crédito, dividido pelo número de parcelas concedidas, sujeitando-se, ainda, à atualização, segundo a Unidade Fiscal de Referência-UFIR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Art.6º) A primeira parcela vencerá 5 (cinco) dias após o parcelamento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Art.7º) Vencidas e não quitadas 3 (três) parcelas consecutivas, perderá o contribuinte os benefícios desta Lei, sendo procedida no caso de crédito não inscrito em dívida ativa, a inscrição do remanescente para cobrança judicial.

Parágrafo Primeiro- Em se tratando de crédito já inscrito em dívida ativa, proceder-se-á a imediata cobrança judicial do remanescente.

Parágrafo Segundo- Em se tratando de crédito cuja cobrança esteja ajuizada e suspensa, dar-se-á prosseguimento imediato a ação de execução fiscal.

Art.8º) O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal, após assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

Parágrafo Único- A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.

Art.9º) Tratando-se de parcelamento de crédito denunciado espontaneamente, referente a impostos cuja forma de lançamento seja por homologação ou declaração, esta deverá ser promovida pelo órgão competente após a quitação da última parcela.

Art.10º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
03 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal e no Órgão Oficial de Publicação, aos 03 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.230 DE 27 DE MAIO DE 1997

LEI MUNICIPAL Nº 2.230 DE 27 DE MAIO DE 1997.

ESTABELECE NORMAS PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso III do artigo 71 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Programa de Incentivo a Instalação de Indústrias no Município passa a ser regulado conforme o disposto desta Lei revogando-se toda norma em contrário.

Art.2º) O Programa tem por objetivo colocar a disposição do investidor em potencial, nos termos desta Lei, incentivos que tornem atrativo o investimento na área industrial no Município.

Art.3º) Os incentivos de que trata o artigo anterior são:

I- A doação de um terreno onde a indústria possa ser instalada pelo donatário;

II- A realização de obras de terraplanagem e ou abertura de acesso no terreno doado, um prazo de até 30 (trinta) dias após a doação.

III- A isenção de tributos municipais por um período de até 5 (cinco) anos contados do início das atividades ficando a critério do órgão competente do poder executivo decidir pela isenção segundo o disposto nesta Lei.

Parágrafo Primeiro - A metragem do terreno a ser doado será definido caso a caso pelo Chefe do Poder Executivo que vinculará sua decisão necessariamente a análise do retorno fisco-econômico-social do investimento a ser feito pelo donatário.

Parágrafo Segundo - A decisão quanto a isenção total ou parcial e quanto a vigência da mesma será feita com base na mesma análise citada no artigo anterior.

Art.4º) Para que um investidor em potencial seja beneficiado com os incentivos do Programa, deverá o mesmo enviar pedido ao Prefeito Municipal assinado pelo seu representante legal anexando os seguintes documentos:

I- Cadastro completo onde deverão estar transcritos a razão social, CGC, inscrição estadual, endereço, data de fundação, ramo de atividade, 3 (três) referências comerciais, 2 (duas) referências bancárias, o nome e o CPF dos sócios e o número de filiais.

II- Cópia autenticada do Contrato Social e/ou atos constitutivos e última alteração.

III- Cópia do cartão do CGC.

IV- As certidões negativas ou positivas federal, estadual, municipal do INSS e do FGTS.

V- Declaração de submissão aos termos da Lei Municipal nº 2.230.

VI- O projeto de instalação da unidade industrial e o esboço das pretensões da empresa quanto faturamento bruto anual, número de funcionários e produção anual.

Parágrafo Único - De posse do requerimento e de todos os documentos supracitados o Poder Executivo, enviará a Câmara de Vereadores, Projeto de Lei que autoriza a concessão dos incentivos a empresa requerente.

Art.5º) A empresa beneficiada pelo Programa deverá iniciar a construção de sua unidade industrial no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contados da data da doação do terreno, e deverá concluí-la no prazo que lhe for possível, sendo vedada a paralisação das obras por um período maior do que 6 (seis) meses sob pena de revogação da doação.

Art.6º) É vedado a empresa, beneficiada pelo programa, intentar atividade diferente da já declarada e sabida sem prévia comunicação ao Poder Público, sendo facultado a este, e no interesse público, rever as condições da doação e das isenções e revogá-las se necessário.

Art.7º) É vedado o uso do terreno doado, em qualquer hipótese, para fins residenciais.

Art.8º) A doação do terreno de que trata o artigo 3º, Inciso I será gravado por cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade por um período de 6 (seis) anos quando tal condição deixará automaticamente de vigorar.

Art.9º) As despesas decorrentes da doação do terreno correrão por parte do donatário.

Art.10º) O não cumprimento pela empresa beneficiada pelo programa de incentivo de qualquer dos preceitos desta Lei enseja a ação por parte do Poder Público no sentido de revogar a doação

do terreno e a isenção.

Art.11º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
27 de maio de 1997.
DR. MANUEL R. DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal e no órgão oficial de Publicação aos 27 dias do mês de maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2.229 DE 27 DE MAIO DE 1997

LEI Nº 2.229 DE 27 DE MAIO DE 1997.
INSTITUI PREÇO PÚBLICO PRESTAÇÃO SERVIÇOS PELO MUNICÍPIO AO PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o preço público Prestação de Serviços Particulares, cujo o fato gerador é a prestação pelo Município de serviços de terraplanagem, abertura de valas, serviços de trator agrícola, entre outros.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o serviço a particular consistir em interesse econômico ou social a municipalidade ou quando a falta do serviço acarretar prejuízo a mesma, fica facultado ao Poder Executivo conceder a gratuidade do serviço ao particular.

Art.2º) O preço definido no artigo anterior será calculado de acordo com a remuneração por hora de operador de máquina, combustível gasto no serviço e depreciação do bem Público em uso.

Art.3º) Os valores dos preços para prestação dos referidos serviços serão regulamentados através de Decreto do Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da Publicação desta Lei.

Art.4º) A cobrança do preço será formalizada junto a Tesouraria da Secretaria de Finanças do Município, perante a qual o beneficiário dos serviços requererá a sua prestação.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
27 de Maio de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal e no Órgão Oficial de Publicação, aos 27 dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.228 de 20 de Maio de 1997

LEI Nº 2.228 DE 20 DE MAIO DE 1997.

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS,
DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 7,15% (sete vírgula quinze por cento), os vencimentos dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O referido reajuste será calculado sobre os vencimentos do mês de Abril/1997, e terá efeito retroativo à 1º (primeiro) de Maio do corrente ano.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de maio de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos vinte dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.227 de 20 de Maio de 1997

LEI Nº 2.227 DE 20 DE MAIO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
OUTORGAR A CONCESSÃO DE USO DE BEM
PÚBLICO A INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS LTDA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições em conformidade com o Art.99 parágrafo primeiro da Lei Orgânica Municipal, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o poder Público Executivo Municipal autorizado a conceder o uso das instalações do Posto de Saúde localizado em Fragosos a Indústria de Móveis 3 Irmãos Ltda.

Art.2º) O objeto da concessão mencionado no artigo anterior compreende a utilização para prestação de serviços médicos aos funcionários e seus dependentes, da referida empresa.

Art.3º) Correrão por conta exclusiva da empresa concessionária a contratação de profissional, pagamento de honorários e fornecimento dos aparelhos de pressão e estetoscópio.

Art.4º) O atendimento médico objeto da presente concessão de uso será realizada simultaneamente ao atendimento médico oferecido pelo Município, nas mesmas dependências e sem qualquer prejuízo deste.

Art.5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de maio de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos vinte dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.226 de 30 de Abril de 1997

LEI Nº 2.226 DE 30 DE ABRIL DE 1997.

AUTORIZA CANCELAR DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Ar.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Cancelar Dívida Ativa de Tributos Municipal, no valor de R\$ 400,86 (Quatrocentos reais e oitenta e seis centavos), em nome do Sr. Donaldo Ohde.

Art.2º- A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 30 de abril de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.225 de 30 de Abril de 1997

LEI Nº 2.225 DE 30 DE ABRIL DE 1997.

REVOGA LEIS MUNICIPAIS, 2.164 E 2.188:

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Ficam revogadas as Leis Municipais de nº 2.164 de 26 de Junho de 1996 e Lei nº 2.188 de 22 de outubro de 1996, e todas as suas disposições.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 30 de abril de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.224 de 30 de Abril de 1997

LEI Nº 2.224 DE 30 DE ABRIL DE 1997.

AUTORIZA PAGAMENTO FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de Fatura de Energia Elétrica, em favor da Igreja Santo Antônio, na localidade de Ximbuva neste Município, por se encontrar no local instalada a Escola Itinerante ESICAMPO.

Art.2º- A autorização do pagamento de fatura de energia elétrica mensal, citada no Art.1º desta Lei, terá validade enquanto a ESI-CAMPO ali estiver instalada no atual mandato.

Art.3º- As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 30 de abril de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.223 de 01 de Abril de 1997

LEI Nº 2.223 DE 01 DE ABRIL DE 1997.

AUTORIZA DOAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SCHEIDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Associação de Moradores da Vila Scheide o imóvel urbano situado na antiga Estrada Dona Francisca, nesta cidade de Campo Alegre/SC, com área de 14.280,75 m2 (quatorze mil, duzentos e oitenta vírgula setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes características e confrontações; um terreno situado na antiga Estrada Dona Francisca, na cidade de Campo Alegre, desta Comarca, fazendo frente a leste, por 155,71 metros, para a antiga Estrada Dona Francisca; ao Norte, lado direito de quem da estrada olha em três linhas de 8,02 metros, 25,10 metros e 14,84 metros, confronta com o Rio dos Queimados ao sul, lado esquerdo de quem

da estrada olha, em 6 linhas de 40,07 metros, 17,07 metros 13,61 metros, 69,83 metros, 25,35 metros e 27,86 metros, confronta com uma rua projetada e já aberta, que parte da antiga Estrada Dona Francisca até encontrar a Rua Ernesto Afonso Scheide, fundos a oeste, numa extensão de 247,27 metros, confronta com as terras de Edgar Cubas; conforme Registro Geral no Cartório de Registro de imóveis e Hipotecas do 1º Ofício de São Bento do Sul-SC, Livro 02, fls. 01, matrícula nº 10.163.

Art.2º) A área descrita no artigo primeiro será destinada ao projeto de mutirão para construção de casas populares.

Art.3º) A donatária deverá concluir as obras no prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da publicação desta Lei, sob pena de reversão do bem ao patrimônio do Município.

Art.4º) A Escritura Pública de doação do imóvel será transferida a donatária no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 01 de abril de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal ao primeiro dia do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.222 de 01 de Abril de 1997

LEI Nº 2.222 DE 01 DE ABRIL DE 1997.

AUTORIZA DOAÇÃO DE TERRENO PARA INDÚSTRIA
NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.677/93.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Doar Imóvel de sua propriedade, constituído de terreno com área de 3.500 m2 (três mil e quinhentos metros quadrados), do lote nº 6, localizado no Parque Industrial de Campo Alegre/SC - à Rodovia SC 301 para a "MÓVEIS E TORNEADOS ARBEIT LTDA".

Art.2º) A doação será efetuada nos termos da Lei Municipal nº 1.677/93.

Art.3º) O Termo objetivo da doação será posteriormente, delimitado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.4º) Os documentos apresentados pelo Donatário, nos termos da Lei Municipal nº 1.677/93, ficarão arquivados junto à Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 01 de abril de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal ao primeiro dia do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.221 de 25 de Março de 1997

LEI Nº 2.221 DE 25 DE MARÇO DE 1997.

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido auxílio escolar ao servidor público Municipal na ativa ocupante de cargos de provimento efetivo estável ou não e ocupante de cargo comissionado, para custeio de graduação em curso superior, Pós-graduação e mestrado, através de bolsa de estudo, das mensalidades e matrícula e sem prejuízo ao horário de trabalho:

I - Aos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, será concedido auxílio de 75 % (setenta e cinco por cento) do valor.

II - Aos servidores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, será concedido o auxílio de 50 % (cinquenta por cento) do valor.

III - Aos servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, será concedido auxílio de 30 % (trinta por cento) do valor.

Parágrafo Único - Ficam executados dos benefícios, desta Lei os servidores com carga horária inferior a 20 (vinte) horas semanais.

Art.2º) O auxílio escolar será fornecido somente para cursos atinentes as funções típicas do Poder Público Municipal.

Art.3º) O servidor receberá auxílio escolar mensalmente, através de folha de pagamento.

Art.4º) Ficam estabelecidos para efeitos do concessão dos auxílios escolares, os seguintes prazos:

I - Quanto ao primeiro semestre de cada ano e cursos com matrícula anual.

a) 01 a 15 de dezembro para apresentação de requerimento;

b) 15 de janeiro a 25 de fevereiro para entrega do atestado de matrícula e histórico escolar do último semestre cursado.

II - Quanto ao segundo semestre cursado.

a) 15 a 30 de junho para apresentação de requerimento;

b) 15 de julho a 10 de agosto para entrega do atestado de matrícula e histórico escolar de último semestre cursado.

Art.5º) O requerimento de que trata o artigo anterior deverá ser feito ao Secretário de Administração, entregue ao Protocolo da Prefeitura, em ambos os semestres, e os demais documentos entregues no Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo Primeiro - O servidor aprovado em concurso vestibular deverá protocolar o requerimento e o atestado de matrícula no prazo estabelecido pelo artigo anterior, sob pena de indeferimento do pleito, por intempestividade.

Parágrafo Segundo - Com relação ao exercício em curso, haverá retroatividade em virtude da inexistência da Lei anterior.

Art.6º) O Servidor que, no transcorrer do semestre, trancar a matrícula, ou desistir do curso, ressarcirá aos cofres públicos municipais os valores recebidos a títulos de auxílio escolar, salvo motivo plenamente justificável, cujo julgamento pertence ao órgão competente da Administração Municipal.

Parágrafo Único - O ressarcimento se dará através de descontos em folha de pagamento ou em recibo de quitação, no caso de exoneração.

Art.7º) As despesas decorrentes das aplicações desta Lei correrão por conta de dotação específica segundo a Lei nº 4.320/64.

Art.8º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.220 de 25 de Março de 1997

LEI Nº 2.220 DE 25 DE MARÇO DE 1997.

AUTORIZA E REGULAMENTA O APOIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar auxílio transporte a estudante domiciliado e residente no Município, que freqüente as aulas de ensino de 1º e 2º grau, superior e profissionalizante, que comprovem a falta de recursos nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - Equiparam-se, para os efeitos desta Lei, aos alunos citados, os alunos das Creches Municipais e os alunos da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Art.2º) O auxílio transporte será concedido ao estudante na proporção direta de sua falta de recursos que será enquadradas em quatro níveis.

I - Nível I - Auxílio transporte de 100 %
II - Nível II - Auxílio transporte de 75 %
III - Nível III - Auxílio transporte de 50 %
IV - Nível IV - Auxílio transporte de 25 %

Art.3º) O auxílio será pago ao estudante ou seu responsável legal, contra apresentação do recibo.

Art.4º) A comprovação da falta de recursos de que trata o Artigo 1º, será feito pelo aluno ou seu responsável legal junto ao Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal que emitirá parecer a Secretaria de Administração segundo os termos de decreto regulamentador desta Lei.

Art.5º) O estudante que pretender receber auxílio deverá protocolar requerimento na Secretaria de Administração e apresentar-se ao Departamento de Assistência Social munido do Comprovante de protocolo para avaliação com a Assistente Social, que decidirá, o percentual do auxílio concedido.

Parágrafo Único - O prazo para o preenchimento supra citado, será em cada ano de 15 de janeiro a 01 de março.

Art.6º) As despesas da aplicação da presente Lei far-se-ão por conta do elemento 3254.00 - Apoio financeiro ao Estudante do Anexo X da Lei 4.320/64.

Art.7º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.219 de 21 de Março de 1997

LEI Nº 2.219 DE 21 DE MARÇO DE 1997.

HOMOLOGA TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÍVIDA JUNTO AO IPESC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida junto ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPESC.

Art.2º) O valor da Dívida parcelada importa em R\$ 73.485,86 (setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais, oitenta e seis centavos) acrescida da UFR/SC, Unidade Fiscal de Referência do Estado de Santa Catarina, ou por outro indexador que venha permitir a atualização monetária autorizada pelo Governo Federal.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.4º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.218 de 11 de Março de 1997

LEI Nº 2.218 DE 11 DE MARÇO DE 1997.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ORT - ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE TURISMO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a ORT - Organização Regional que extrapolam e esfera Municipal.

Art.2º) Fica igualmente autorizado o Executivo Municipal a promover as despesas necessárias à implantação do presente convênio que correrão por conta do Orçamento em vigor.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de março de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos onze dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.217 de 11 de Março de 1997

LEI Nº 2.217 DE 11 DE MARÇO DE 1997.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal declarar de Utilidade Pública o Centro Educacional "Irã. VERÔNICA REMBOLD".

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de março de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos onze dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.216 de 11 de Março de 1997

LEI Nº 2.216 DE 11 DE MARÇO DE 1997.

REGULAMENTA OS ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO INSTITUI A BOLSA AUXÍLIO CRIA VAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Ficam os Órgãos da Administração Pública Municipal aptos a aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino Público e particular, nos níveis Superior, 2º grau regular e supletivo e 2º grau profissionalizante nos termos da Lei 6.494 de 7 de dezembro de 1977 e Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982.

Art. 2º) Os estagiários devem propiciar a complementação do ensino e serão executados, acompanhados e avaliados conforme os currículos, programas e calendários escolares a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 3º) O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico é atividade de competência da instituição de ensino e dele participam os Órgãos da Administração Pública, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda e colaborando no processo educativo.

Art. 4º) O estágio, independente do aspecto profissionalizante, poderá assumir a forma e atividade de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

Art. 5º) O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário receberá bolsa ou outra forma de contraprestação que se destina a cobrir, ainda que em parte, suas despesas com mensalidades, transportes, material escolar e demais despesas assemelhadas conforme o disposto nesta lei; devendo no entanto, estar o estagiário segurado contra acidentes pessoais.

Art. 6º) A jornada de estágio deverá compatibilizar-se com seu horário escolar.

DA FORMA

Art. 7º) Para a caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e a Unidade Concedente de estágio, a existência de instrumento jurídico próprio, onde estarão acordadas todas as condições de realização daquele estágio. Tal instrumento deverá ser feito em conformidade com o Anexo I que é parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único. O Termo de Compromisso e Acordo de Cooperação (Anexo I) será celebrado entre o estudante e a parte concedente da oportunidade de estágio curricular, com interveniência obrigatória da instituição de ensino e será comprovante da inexistência de vínculo empregatício.

Art. 8º) Os estágios realizados sob forma de ação comunitária estão isentos de celebração de termo de compromisso.

Art. 9º) A Unidade Concedente de estágio poderá recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados, entre o sistema de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

DO PRAZO

Art. 10) Os Termos de Compromisso firmados entre o estagiário, a unidade concedente e a instituição de ensino terão de vigência de 1 (um) ano prorrogável por igual período.

Art. 11) Poderá ser interrompida a vigência do Termo de Compromisso no caso de abandono ou conclusão do curso e o trancamento da matrícula.

DA BOLSA AUXÍLIO

Art. 12) Ficam instituídas as bolsas-auxílio que se destinam a custear, ainda que em parte, as despesas do estagiário referentes a atividades curriculares e de aprendizado nos seguintes valores:

- a) estagiários cursando 2º grau regular e profissionalizante, R\$ 112,00 (cento e doze reais).
- b) estagiários cursando curso superior, R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais).

Parágrafo Único. Fica, portanto, autorizado o Poder Executivo municipal a pagar aos estagiários a bolsa-auxílio segundo a dotação específica, nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 13) Os valores de bolsa-auxílio serão depositados em conta corrente do estagiário, diretamente sem intervenção do agente de integração, quando houver.

Art. 14) A bolsa-auxílio será suspensa no caso de:

- a) não confirmação da matrícula pela instituição de ensino;
- b) conclusão ou abandono do curso ou trancamento da matrícula;
- c) desistência do estágio ou término da vigência do Termo de Compromisso;
- d) rescisão do Termo de Compromisso de estágio.

DAS VAGAS

Art. 15) Ficam criadas junto aos Órgãos da Administração Pública Municipal 15 vagas de Estagiário a serem preenchidas conforme esta Lei e o que dispõe a Lei 6.494 de 7 de dezembro de 1977 e o Decreto 87.497 de 18 de agosto de 1982.

Art. 16) As vagas serão preenchidas segundo o número de oportunidades que a Unidade Concedente colocar à disposição da instituição de ensino ou de agente de integração, atendendo sempre para obrigatoriedade de se vincular a atividades de estágio à experiência prática na linha de formação do estagiário.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17) As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das Dotações Orçamentárias específicas.

Art. 18) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 1.424 de 15 de março de 1991.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos onze dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.216**TERMO DE COMPROMISSO E ACORDO DE COOPARTICIPAÇÃO**

Pelo presente instrumento que firmam as partes a seguir nomeadas: (instituição de ensino), razão social, endereço, bairro, CEP, cidade, UF, representada por, cargo doravante denominada simplesmente instituição de ensino - unidade concedente), razão social, endereço, CEP, cidade, UF, CGC, representada por, cargo doravante denominada simplesmente Unidade Concedente - celebram entre si este Acordo de Cooparticipação, concordando nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - Em decorrência do presente acordo celebram-se um TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, entre o estudante e a UNIDADE CONCEDENTE, com interveniência e assinatura da, INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do §1º. do Artigo 6º do Decreto 87.497/82, o qual constituirá comprovante da inexistência de vínculo empregatício.

CLÁUSULA 2ª - As condições básicas para a realização de ESTÁGIO DE ESTUDANTE estão explicitadas no TERMO DE COMPROMISSOS DE ESTÁGIO que se vincula ao presente acordo a UNIDADE CONCEDENTE com interveniência e assinatura da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, e de outro lado, o Estagiário, nome, endereço, bairro, CEP, cidade, UF, Regularmente matriculado no curso de nível, CPF ou CGC/MF celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, convencionado as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 3ª - O TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO - TCE, que decorre do ACORDO DE COOPARTICIPAÇÃO, tem por finalidade particular a relação jurídica existente entre o ESTAGIÁRIO e a UNIDADE CONCEDENTE, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 4ª - Na vigência do presente termo, o estagiário estará incluído na cobertura do, Seguro Contra Acidentes Pessoais, proporcionado pela apólice nº ____ sob a responsabilidade da UNIDADE CONCEDENTE conforme Certificado Individual de Seguro fornecido ao Estagiário.

CLÁUSULA 5ª - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do ESTÁGIO:

- a) Este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO terá vigência de um ano, podendo ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através de emissão de um TERMO ADITIVO.
- b) As atividades de ESTÁGIO a serem cumpridas pelo ESTÁGIO serão desenvolvidas no horário das ____ às ____ e das ____ às ____ horas, totalizando ____ horas por mês.
- c) As atividades principais a serem desenvolvidas pelo ESTAGIÁRIO, em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o Contexto Básico da Profissão ao qual o curso se refere são:
- d) As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas, de acordo com a progressividade do ESTÁGIO e do Currículo.

CLÁUSULA 6ª - No desenvolvimento do ESTAGIO ora comprometido, caberá à UNIDADE CONCEDENTE:

- a) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, ao qual seu Curso se refere;
- b) Proporcionar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO sempre que necessário, que possibilitem o acompanhamento, e avaliação do Estágio.

CLÁUSULA 7ª - No desenvolvimento do ESTÁGIO ora comprometidas, caberá ao ESTAGIÁRIO:

- a) Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda programação estabelecida para seu estágio;
b) Observar e obedecer as normas internas da UNIDADE CONCEDENTE;

CLÁUSULA 8º - Constitui motivos para a Interrupção Automática da Vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO;
I - a conclusão ou abandono do curso e o trancamento da matrícula;

II - o não cumprimento do convencionado neste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, bem como, no ACORDO DE COOPARTICIPAÇÃO, do qual decorre.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres do ACORDO DE COOPARTICIPAÇÃO e do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, as partes assinam-nos em 03 (três) vias de igual teor.

ESTAGIÁRIO DIRETOR DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.215 de 04 de Março de 1997

LEI Nº 2.215 DE 04 DE MARÇO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contrair no Banco do Estado de Santa Catarina S/A, empréstimo para antecipação de Receita gerada pelo Fundo de Participação dos Municípios do ICMS até o limite de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Parágrafo Único. Para os fins constantes neste artigo fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a oferecer como garantia de pagamento ao mutuante as quotas do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos quatro dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.214 de 04 de Março de 1997

LEI Nº 2.214 DE 04 DE MARÇO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRESTAR AUXÍLIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar auxílio em favor da Srtª Nicemara Amorim Cunha para aquisição de um aparelho Auditivo, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Art.2º) O valor será pago diretamente a Empresa Centro Auditivo TELEX mediante faturamento contra a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.4º) a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos quatro dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.213 de 04 de Março de 1997

LEI Nº 2.213 DE 04 DE MARÇO DE 1997.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRESTAR AUXÍLIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar auxílio em favor da Srtª. NICEMARA AMORIM CUNHA para aquisição de um aparelho Auditivo, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Art.2º) O valor será pago diretamente a Empresa Centro Auditivo TELEX, mediante faturamento contra a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação Orçamentária específica.

Art.4º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de março de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos quatro dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.212 de 25 de Fevereiro de 1997

LEI Nº 2.212 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1997.
ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 498.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O artigo 4º da Lei Municipal nº 498 de 23 de fevereiro de 1979 passará a ter a seguinte redação: A Bandeira do Município de Campo Alegre, de forma retangular é desenhada na proporção de 14 (quatorze) módulos de altura por 20 (vinte) módulos de comprimento. O campo retangular da Bandeira é cortado em duas faixas horizontais, desiguais, sendo a superior mais larga de cor branca, na qual se representa uma estrela de cinco pontas com a de cima em pala, de cor azul, centrada e ladeada por dois ramos de loureiro, em sua cor, e em disposição circular, um à destra e outro à sinistra, e atados por um laço de fita de cor vermelho, a faixa inferior, mais estreita, é inteiramente de cor verde. A faixa verde representa 40% (quarenta por cento) da largura total da Bandeira, e constará o nome do Município de Campo Alegre, em letras legíveis de forma em cor branca, localizada entre duas linhas imaginárias descidas tangenciando os ramos da porção branca, tal leteiro deverá ter concavidade superior, em arco de círculo.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 25 de fevereiro de 1997.
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 8.565 de 12 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 8.565 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
---------	--	--

11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.		
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas Científicas Desportivas e Outras	R\$ 1.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de Setembro de 2014.
SEBASWTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.566 de 15 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.566 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MARISTELI KUSS, Matrícula Funcional nº 000783, Registro no Sistema sob o nº 955407, ao Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Enfermagem, Categoria Funcional de Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou a sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, no valor de R\$ 1.466,69 (um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais, sessenta e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. MARISTELI KUSS, aprovada em 7º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado através do Decreto nº 8.356 de 14 de maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC,
15 de Setembro de 2014.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.567 de 15 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.567 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA, Registro no Sistema sob o nº 955408, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Turismo, Código 10, com dedicação em Tempo Integral, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para exercer as atribuições definidas no Anexo II-A da Lei Complementar Municipal nº 006, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007, a partir desta data.

Art.2º) A Coordenadora de Turismo, perceberá a remuneração fixada em Lei, em conformidade com o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC,
15 de Setembro de 2014.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso TP 06-2014 Muros E Grades Posto Saúde Barra Leão

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/09/2014 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, tendo como objeto EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) PARA MUROS EM BLOCO DE CONCRETO COM GRADE DE FERRO COM PERFIS CANTONIEIRA PARA FECHAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DA BARRA DO LEÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 16 de setembro de 2.014.
Nelson Luiz de Paula
Secretário Municipal de Saúde

Pregão Nº 63/2013 - Anulação de Licitação

DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013

Considerando a supremacia da administração pública na condução dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância; Considerando a Decisão nº 3143/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo nº ELC-13/00792784; DETERMINO:

A ANULAÇÃO do Processo Licitatório nº 174/2013 - PREGÃO Nº 63/2013, cujo objeto é a contratação de serviço de consultoria para realização de estudos sobre a folha de pagamento do Município de Campos Novos com a finalidade de identificar contribuições que foram e/ou estão sendo recolhidas indevidamente.

Encaminhe-se a Comissão Permanente de Pregão para publicação e providências.

Ao fim, archive-se.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 97/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/14

CONTRATADO: G R SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA. - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DO VALOR EM METRO CÚBICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA E SUMIDOUROS, DESTINADOS A PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.650,00 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta reais)

DATA: 15/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 91/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/14

CONTRATADO: ESCOBRINQ LTDA. - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS DESTINADOS À E.B.M DR. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO. VALOR DA DESPESA: R\$ 147.090,00 (cento e quarenta e sete mil e noventa reais)

DATA: 15/09/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/14

CONTRATADO: DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS DESTINADOS À E.B.M DR. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO. VALOR DA DESPESA: R\$ 203.550,00 (duzentos e três mil quinhentos e cinquenta reais)

DATA: 15/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 95/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/14

CONTRATADO: AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DA VTR MMA 4659 PM 3304.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

DATA: 15/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº FMAS 04/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/13

HOMOLOGAÇÃO: 03/12/13

CONTRATADO: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA READEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DAS CASAS DE PASSAGEM CANAÃ E SANTA CLARA E DO LAR DO IDOSO. VALOR DA DESPESA: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

DATA: 15/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 50/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/13

HOMOLOGAÇÃO: 08/08/13

CONTRATADO: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.160,00 (oito mil cento e sessenta reais)

DATA: 15/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

Publicação da Homologação da Inexigibilidade de Licitação Nº 08/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/13

HOMOLOGAÇÃO: 01/11/13

CONTRATADO: FABIO CASATTI CORREA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, NA MÉDIA COMPLEXIDADE, DE ACORDO COM OS VALORES DA TABELA SUS, CONFORME PREVISTO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

DATA: 15/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação da Homologação da Inexigibilidade de Licitação Nº 07/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/13

HOMOLOGAÇÃO: 16/10/13

CONTRATADO: PENIINHA SOCIEDADE CIVIL LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, NA MÉDIA COMPLEXIDADE, DE ACORDO COM OS VALORES DA TABELA SUS, CONFORME PREVISTO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

DATA: 12/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação da Homologação da Inexigibilidade de Licitação Nº 06/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/13

HOMOLOGAÇÃO: 16/10/13

CONTRATADO: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SC LTDA. LABCENTER

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, NA MÉDIA COMPLEXIDADE, DE ACORDO COM OS VALORES DA TABELA SUS, CONFORME PREVISTO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

DATA: 12/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Termo de Adesão A Ata de Registro de Preços Nº004/2014

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2014

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2014, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº96/2012/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº22572/2014 - CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de Utensílios para Cozinhas e Refeitórios Escolares visando reequipar/modernizar as escolas de educação básica, bem como as unidades do Programa Proinfância das redes públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme normas estabelecidas pelo FNDE e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no respectivo Edital e seus Anexos, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Casa e Bar Nordeste Comércio de Utilidades do Lar Ltda - ME, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº06.865.579/0001-31, para aquisição de 14 (quatorze) Kits de Colheres de Mesa em Inox (60 unid.), ao valor unitário de R\$139,00 (cento e trinta e nove reais); 14 (quatorze) Kits de Facas de Mesa em Inox (60 unid.), ao valor unitário de R\$290,00 (duzentos e noventa reais); 14 (quatorze) Kits de Garfos de Mesa em Inox (60 unid.), ao valor unitário de R\$139,00 (cento e trinta e nove reais); e 14 (quatorze) Kits de Pratos Fundos para Refeições (60 unid.), ao valor unitário de R\$259,80 (duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), destinados aos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 15 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Termo de Adesão A Ata de Registro de Preços Nº005/2014

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº005/2014

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2014, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº96/2012/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº22571/2014 - CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de Utensílios para Cozinhas e Refeitórios Escolares visando reequipar/modernizar as escolas de educação básica, bem como as unidades do Programa Proinfância das redes públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme normas estabelecidas pelo FNDE e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no respectivo Edital e seus Anexos, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Casa e Bar Nordeste Comércio de Utilidades do Lar Ltda - ME, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº06.865.579/0001-31, para aquisição de 26 (vinte e seis) Kits de Colheres de Mesa em Inox (60 unid.), ao valor unitário de R\$139,00 (cento e trinta e nove reais); 26 (vinte e seis) Kits de Facas de Mesa em Inox (60 unid.), ao valor unitário de R\$290,00 (duzentos e noventa reais); 26 (vinte e seis) Kits de Garfos de Mesa em Inox (60 unid.), ao valor unitário de R\$139,00 (cento e trinta e nove reais); e 26 (vinte e seis) Kits de Pratos Fundos para Refeições (60 unid.), ao valor unitário de R\$259,80 (duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 15 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº 95/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 142/2014 Processo Administrativo: **Total dos Itens Vencedores: 7.200,00**
Licitação.....: 95/2014 - PR
Modalidade...: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DA VTR MMA 4659 PM 3304.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 9205	- MÁO DE OBRA - Unidade: SER						
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	LEO	1,000	0,0000	2.827,7662	2.827,77	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 42600	- PEÇAS - Unidade: UN						
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	GENUINAS	1,000	0,0000	4.372,2338	4.372,23	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE	
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0	

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 94/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	140/2014	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 39.200,00			
Licitação.....:	94/2014 - PR					
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE ESPAÇOS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO CANOINHAS PARA PUBLICAÇÕES REFERENTES ÀS AÇÕES SOCIAIS, EDUCATIVAS E CAMPANHAS DA PREFEITURA, FUNDO E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	111040777	- ANÚNCIO EM RODAPÉ DE JORNAL - COLORIDO E CONTRACAPA 5X26/130 - Unidade: UN					
6342	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	DIARIO DO PLANAL	30,000	0,0000	310,0000	9.300,00	Venceu	1 *****

Item.....: 2	-	111040778	- ANÚNCIO EM PAGINA INTEIRA - COLORIDO E CONTRACAPA 34X26/884 - Unidade: UN					
6342	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	DIARIO DO PLANAL	15,000	0,0000	933,3333	14.000,00	Venceu	1 *****

Item.....: 3	-	111040779	- ANÚNCIO EM MEIA PAGINA COLORIDO E CONTRACAPA 17X26CM/442CM² - Unidade: UN					
6342	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	DIARIO DO PLANAL	34,000	0,0000	467,6471	15.900,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMS Processo Licitatório Nº 0043/2014 - Pregão Presencial Nº 0027/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0043/2014

Pregão Presencial Nº 0027/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos genéricos, constantes na tabela da Revista ABC Farma, para distribuição gratuita à população do Município de Capinzal/SC

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 26/09/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Desconto - Tabela/Catálogo

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 16 de setembro de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Decreto 139/2014

DECRETO No 139, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 26.069,00 (vinte e seis mil, sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal - FUNREBOM, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 26.069,00 (vinte e seis mil, sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificada:

1101.06.182.0190.2121	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-016	Outros serviços de terceiros - pessoa física	0300	00	R\$	5.000,00
1101.06.182.0190.1100	AMPL. DAS INSTAL. DA SEDE DOS BOMBEIROS	FTE	DR	R\$	0,00

44905100-012	Obras e instalações	0300	00	R\$	21.069,72
	Total	0300	00	R\$	26.069,72

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013, do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal - FUNREBOM, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 26.069,00 (vinte e seis mil, sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro - Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0300	00	R\$	26.069,72
Total	0300	00	R\$	26.069,72

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 09 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0078/2014 - Tomada de Preços Nº 0014/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0014/2014

Objeto: Contratação de empresa para Execução de Projeto de Praça, em regime de empreitada global, conforme projeto, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo, anexos a este processo.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 01 de outubro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de setembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 15 de setembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0076/2014 - Tomada de Preço Nº 0013/2014

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0013/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando que o Edital de Tomada de Preço nº 0013/2014 tem por objeto a contratação de empresa para mão de obra e fornecimento de calhas na Creche Pato Donald por meio da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que tais objetos não exigem o registro e/ou visto e quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU das empresas licitantes, uma vez que não se trata de obra, mas de fornecimento de calhas e prestação de serviço para colocação destas;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Tomada de Preço nº 0013/2014, conforme segue:

Onde se lê:

“6.3.4. Quanto a Qualificação Técnica:

- a) Prova de registro e/ou visto e quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas;
- b) Apresentar DECLARAÇÃO de conhecimento de todos os termos do edital.”

Leia-se:

“6.3.4. Quanto a Qualificação Técnica:

- a) Apresentar DECLARAÇÃO de conhecimento de todos os termos do edital.”

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas/SC, 15 de setembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial Nº 47/Pmcs/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 95/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 47/PMCS/2014, que objetiva a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos da frota oficial do município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 30 de setembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 15 de setembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial SRP Nº 09/2014 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material esportivo em atendimento às atividades nos Centros de Convivência, CRAS e CREAS e Abrigo Provisório Lar Anjo Gabriel, com recursos do FEAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/09/2014.

Abertura: dia 01/10/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 15 de setembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Convocação Sessão Pública Concorrência Nº 6/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 6/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO SESSÃO PÚBLICA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico e memorial descritivo, constante no anexo "D" do Edital.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa aos participantes e demais interessados na licitação, que no dia 24 (vinte e quatro) de setembro de 2014, às 15:30(quinze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a abertura do Envelope nº 02 - Proposta de Preços conforme determina o item 7.6 do edital.

Concórdia, SC, 15 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da CPL

**Extrato do Resultado da Segunda Sessão Pública
Concorrência Nº 01/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMC

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

EXTRATO DO RESULTADO DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado da segunda sessão pública da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Após cotejamento entre os Envelopes nº 1 e nº2 foi apurada a seguinte identificação: Campanha "Concórdia é demais" de autoria da licitante FOCO PROPAGANDA LTDA e Campanha "Concórdia investe em você" de autoria da licitante AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME. Depois de identificadas as respectivas autorias a Comissão Permanente de Licitações efetuou a abertura e leitura das atas elaboradas pela Subcomissão Técnica, relativas aos Envelopes nº 1 e nº 3. Em seguida procedeu-se à elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica, apurando o seguinte resultado: AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME., pontuação técnica de 65,74(sessenta e cinco vírgula setenta e quatro) pontos; FOCO PROPAGANDA LTDA, pontuação técnica de 94,97 (noventa e quatro vírgula noventa e sete) pontos; estando desta forma as empresas AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME e FOCO PROPAGANDA LTDA classificadas. Pronunciado o julgamento da fase de habilitação os representantes presentes não renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação, bem como ao respectivo prazo recursal, sendo assim o Presidente da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, os proponentes habilitados ficam desde já convocados, a comparecer neste mesmo local, às 14:00(quatorze horas) do próximo dia 24(vinte e quatro) de setembro de 2014, para participar da terceira sessão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais presentes.

Concórdia, SC, 15 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

Balancete Financeiro Fundacao Mun de Cultura 08.2014**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	135.551,18	ORÇAMENTÁRIA	88.983,07
Receitas Orçamentárias	135.551,18	Despesas Correntes	82.676,49
Receitas Correntes	88.010,66	Pessoal e Encargos Sociais	49.324,38
Receita Patrimonial	7.964,86	Outras Despesas Correntes	33.352,11
Receita de Serviços	33,80	Despesas de Capital	159,00
Transferências Correntes	80.000,00	Investimentos	159,00
Outras Receitas Correntes	12,00	Despesas IntraOrçamentárias	6.147,58
Receitas de Capital	47.540,52	Despesas Intraorçamentárias Correntes	6.147,58
Transferências de Capital	47.540,52		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	115.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	115.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	14.918,43	EXTRAORÇAMENTÁRIA	156.227,23
Depósitos	19.911,09	Depósitos	19.911,09
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.911,09	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.911,09
Obrigações em Circulação	(4.992,66)	Obrigações em Circulação	136.316,14
Obrigações a Pagar	(4.926,76)	Obrigações a Pagar	136.316,14
Fornecedores	(4.926,76)	Fornecedores	136.316,14
Encargos Sociais a Recolher	(65,90)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.560.376,91	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.580.636,22
Bancos Conta Movimento	1.560.376,91	Bancos Conta Movimento	1.453.095,70
		Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	127.540,52
TOTAL	1.825.846,52	TOTAL	1.825.846,52

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
 Ordenador de Despesa
 CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
 Contador
 CRC/SC 090502/O-4

Balancete Financeiro Fundação Mun de Esportes 08.2014**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	6.690,97	ORÇAMENTÁRIA	246.977,86
Receitas Orçamentárias	6.690,97	Despesas Correntes	234.488,47
Receitas Correntes	6.690,97	Pessoal e Encargos Sociais	77.870,59
Receita Patrimonial	503,12	Outras Despesas Correntes	156.617,88
Receita de Serviços	6.027,00	Despesas de Capital	3.125,00
Outras Receitas Correntes	160,85	Investimentos	3.125,00
		Despesas IntraOrçamentárias	9.364,39
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	9.364,39
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	281.500,00		
Transferências Financeiras Recebidas	281.500,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(77.884,91)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	19.118,39
Depósitos	17.895,89	Depósitos	17.895,89
Consignações	82,41	Consignações	82,41
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	17.813,48	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	17.813,48
Obrigações em Circulação	(97.003,30)	Obrigações em Circulação	1.222,50
Obrigações a Pagar	(97.003,30)	Obrigações a Pagar	1.222,50
Fornecedores	(97.003,30)	Fornecedores	1.222,50
Acréscimos Patrimoniais	1.222,50		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	134.637,65	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	78.847,46
Bancos Conta Movimento	134.637,65	Bancos Conta Movimento	78.847,46
TOTAL	344.943,71	TOTAL	344.943,71

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Balancete Financeiro Fundacao Mun de Defesa do Meio Ambiente 08.2014**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	1.999,61	ORÇAMENTÁRIA	51.964,21
Receitas Orçamentárias	1.999,61	Despesas Correntes	37.800,92
Receitas Correntes	1.999,61	Pessoal e Encargos Sociais	22.615,40
Receita Patrimonial	1.999,61	Outras Despesas Correntes	15.185,52
		Despesas de Capital	12.500,00
		Investimentos	12.500,00
		Despesas IntraOrçamentárias	1.663,29
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.663,29
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(2.521,56)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.737,17
Depósitos	7.737,17	Depósitos	7.737,17
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.737,17	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.737,17
Obrigações em Circulação	(10.258,73)		
Obrigações a Pagar	(10.258,73)		
Fornecedores	(10.258,73)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	373.410,22	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	383.186,89
Bancos Conta Movimento	50,00	Bancos Conta Movimento	50,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	281.880,81	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	307.589,69
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	91.479,41	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	75.547,20
TOTAL	442.888,27	TOTAL	442.888,27

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
DIRETOR / SUPERINTENDENTE

Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistencia Social 08.2014**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	225.211,36	ORÇAMENTÁRIA	55.128,35
Receitas Orçamentárias	225.211,36	Despesas Correntes	47.828,47
Receitas Correntes	136.032,16	Pessoal e Encargos Sociais	12.638,96
Receita Patrimonial	2.415,74	Outras Despesas Correntes	35.189,51
Transferencias Correntes	133.616,42	Despesas de Capital	5.975,30
Receitas de Capital	89.179,20	Investimentos	5.975,30
Transferencias de Capital	89.179,20	Despesas IntraOrçamentárias	1.324,58
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.324,58
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(99.311,45)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.833,76
Depósitos	2.833,76	Depósitos	2.833,76
Consignações	506,82	Consignações	506,82
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.326,94	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.326,94
Obrigações em Circulação	(102.145,21)		
Obrigações a Pagar	(102.145,21)		
Fornecedores	(102.145,21)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	459.802,06	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	597.739,86
Bancos Conta Movimento	130.072,46	Bancos Conta Movimento	120.250,51
Bancos Conta Vinculada	329.721,80	Bancos Conta Vinculada	477.489,35
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	7,80		
TOTAL	655.701,97	TOTAL	655.701,97

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

Balancete Financeiro Fundo Mun de Saúde 08.2014**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.431.346,37	ORÇAMENTÁRIA	2.290.418,57
Receitas Orçamentárias	2.431.346,37	Despesas Correntes	2.144.986,16
Receitas Correntes	2.431.346,37	Pessoal e Encargos Sociais	1.200.778,20
Receita Tributária	27.371,22	Outras Despesas Correntes	944.207,96
Receita Patrimonial	28.123,83	Despesas de Capital	527,00
Transferências Correntes	2.375.137,13	Investimentos	527,00
Outras Receitas Correntes	714,19	Despesas IntraOrçamentárias	144.905,41
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	144.905,41
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.979.335,80		
Transferências Financeiras Recebidas	1.979.335,80		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(1.400.909,54)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	275.236,47
Realizável	5.656,76	Realizável	5.656,76
Créditos em Circulação	5.656,76	Créditos em Circulação	5.656,76
Depósitos	268.301,71	Depósitos	268.301,71
Consignações	714,19	Consignações	714,19
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	267.587,52	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	267.587,52
Obrigações em Circulação	(1.674.868,01)	Obrigações em Circulação	1.278,00
Obrigações a Pagar	(1.649.648,49)	Obrigações a Pagar	1.278,00
Fornecedores	(1.649.648,49)	Consórcios a Pagar	1.278,00
Encargos Sociais a Recolher	654,20		
Obrigações Tributárias	(27.073,72)		
Débitos Diversos a Pagar	1.200,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.130.926,41	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.575.044,00
Bancos Conta Movimento	819.685,12	Bancos Conta Movimento	1.253.448,71
Bancos Conta Vinculada	3.311.241,29	Bancos Conta Vinculada	3.321.595,29
TOTAL	7.140.699,04	TOTAL	7.140.699,04

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Balancete Financeiro Prefeitura 08.2014**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	12.182.134,60	ORÇAMENTÁRIA	9.294.599,12
Receitas Orçamentárias	12.182.134,60	Despesas Correntes	5.033.289,54
Receitas Correntes	11.633.747,46	Pessoal e Encargos Sociais	3.728.591,01
Receita Tributária	1.895.290,80	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00
Receita de Contribuições	364.301,93	Outras Despesas Correntes	1.301.698,53
Receita Patrimonial	372.403,39	Despesas de Capital	3.627.411,78
Receita Agropecuária	1.870,79	Investimentos	3.627.411,78
Receita de Serviços	244.359,60	Despesas IntraOrçamentárias	633.897,80
Transferências Correntes	9.505.163,11	Despesas Intraorçamentárias Correntes	633.897,80
Outras Receitas Correntes	504.374,69		
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.254.016,85		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	155.698,54		
Receitas de Capital	392.688,60		
Operações de Crédito	390.828,19		
Alienação de Bens	1.860,41		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.799.835,80
		Transferências Financeiras Concedidas	2.799.835,80
EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.226.375,58	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.159.691,28
Realizável	17.850,28	Realizável	17.850,28
Créditos em Circulação	17.850,28	Créditos em Circulação	17.850,28
Depósitos	1.140.529,62	Depósitos	1.140.521,00
Consignações	82.600,91	Consignações	82.600,91
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.057.928,71	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.057.920,09
Obrigações em Circulação	67.995,68	Obrigações em Circulação	1.320,00
Obrigações a Pagar	207.057,46	Obrigações a Pagar	1.320,00
Fornecedores	207.057,46	Consórcios a Pagar	1.320,00
Encargos Sociais a Recolher	(8.189,51)		
Obrigações Tributárias	(117.274,23)		
Precatórios de Pessoal a Pagar	(13.598,04)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	27.137.196,99	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	27.291.580,97
Bancos Conta Movimento	2.199.550,78	Bancos Conta Movimento	970.256,98
Bancos Conta Vinculada	48.999,04	Bancos Conta Vinculada	1.961.505,32
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	13.381.532,95	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	11.590.430,85
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	11.507.114,22	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	12.769.387,82
TOTAL	40.545.707,17	TOTAL	40.545.707,17

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal - Em exercício

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Balancete Financeiro Fundo Mun de Infancia E Adolescencia 08.2014**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA****Balanco Financeiro**

Período de Referência: Agosto / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	414,78	ORÇAMENTÁRIA	37.240,43
Receitas Orçamentárias	414,78	Despesas Correntes	2.240,43
Receitas Correntes	414,78	Outras Despesas Correntes	2.240,43
Receita Patrimonial	414,78	Despesas de Capital	35.000,00
		Investimentos	35.000,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	17.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	17.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	31.320,56	EXTRAORÇAMENTÁRIA	69,51
Depósitos	69,51	Depósitos	69,51
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	69,51	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	69,51
Obrigações em Circulação	31.251,05		
Obrigações a Pagar	31.251,05		
Fornecedores	31.251,05		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	76.030,03	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	87.455,43
Bancos Conta Movimento	76.030,03	Bancos Conta Movimento	87.455,43
TOTAL	124.765,37	TOTAL	124.765,37

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 419/2014

DECRETO Nº419 /2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. LIGIA CARLA PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de setembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 420/2014

DECRETO Nº420 /2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ANDRE ANTONIO MOSENA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de setembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 421/2014

DECRETO Nº421 /2014, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
"INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE DE CORDILHEIRA ALTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e, em especial da Lei 11.947/2009.

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos e nomeados para comporem o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, os seguintes conselheiros:

I - Um representante do Poder Executivo Municipal;

Titular: Kátia Ana Di Domenico

Suplente: Mauro Arlindo Moresco

II - Dois representantes das Entidades Docentes, Discentes ou Trabalhadores da Área de Educação;

Titular: Luana Paula Morescho

Suplente: Daiane dos Reis

Titular: Ivete Atuatti Piaia

Suplente: Arlete Dal Santo Grolli

III - Dois representantes dos Pais de Alunos;

Titular: Silvana Favero

Suplente: Pedro Divino Batista

Titular: Cristiane Farezin

Suplente: Érica Soares Variani

IV - Dois representantes das Entidades Cívicas Organizadas;

Titular: Beloni Marconi

Suplente: Lenecir Sachet

Titular: Vilma Moresco

Suplente: Márcia Vilani

Art. 2º Cada membro do CAE, terá mandato de 04 (quatro) anos, inclusive o Presidente eleito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 12 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

CÂMARA MUNICIPAL

Homologação das Inscrições Para Concurso Público

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - B

Art. 1º - A Câmara Municipal de Coronel Freitas - SC, através do Presidente da Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA as inscrições do Concurso Público aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2014, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
104922	ASSESSOR JURÍDICO	ADILSON NARCISO	3081062956
104968	ASSESSOR JURÍDICO	AGNELO FABIANO PRADO DA SILVA	7078992521
101362	ASSESSOR JURÍDICO	ALDAIR ROSSETO JUNIOR	4842009
103317	ASSESSOR JURÍDICO	ALDO LUIZ POZZEBON	48432296
105005	ASSESSOR JURÍDICO	ALESSANDRO MENEZES	3767127
101652	ASSESSOR JURÍDICO	ALINE CHIODI	51436620
104646	ASSESSOR JURÍDICO	ALINE ELIS DOS SANTOS	5116271
104685	ASSESSOR JURÍDICO	ALTINO JOSUÉ GONÇALVES JUNIOR	52455963
104822	ASSESSOR JURÍDICO	ANA CLÁUDIA ARENHART	4363339
103093	ASSESSOR JURÍDICO	ANA CRISTINA JORGE KLAINPAUL	47904677
104701	ASSESSOR JURÍDICO	ANA PAULA VALENTE CARVALHO	51164604
104761	ASSESSOR JURÍDICO	ANDERSON HENRIQUE BIONDO	106096988
102497	ASSESSOR JURÍDICO	ANDERSON MARTINS PEREIRA	133120576
101344	ASSESSOR JURÍDICO	ANDRE RICARDO BROGLIO	3065955522
101334	ASSESSOR JURÍDICO	ANGELITA BACH	4283593
104842	ASSESSOR JURÍDICO	ANTONIO LUIZ PAZIN	39484501
104616	ASSESSOR JURÍDICO	CARLA ROBERTA SCHWANTES HACHMANN	2632105
104632	ASSESSOR JURÍDICO	CAROLINE HOFFMANN	3261528
104974	ASSESSOR JURÍDICO	CRISTIANO STONOGA	3475475
104671	ASSESSOR JURÍDICO	DANIELA FERRARIN	51162245
104893	ASSESSOR JURÍDICO	DANIELLI MAYER CASSOL	35058501
104649	ASSESSOR JURÍDICO	ELISABETH ENDERLE	4734932
101331	ASSESSOR JURÍDICO	ENIVALDO BARROS	4291351
104619	ASSESSOR JURÍDICO	EVERTON JOSÉ DA MAIA	5021502
104815	ASSESSOR JURÍDICO	FABIA CRISTINA ASOLINI	74070558
104927	ASSESSOR JURÍDICO	FERNANDA APARECIDA ALEXANDRETTI	6864339
102946	ASSESSOR JURÍDICO	FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA	4879899
104947	ASSESSOR JURÍDICO	FERNANDO HCK	3089041796
104697	ASSESSOR JURÍDICO	FERNANDO HENRIQUE PANSERA	26444232
104889	ASSESSOR JURÍDICO	FLAVIO PINO GOMES	3921462
104695	ASSESSOR JURÍDICO	FRANCIELLY CARLA DE PONTES CAUDURO	5791092
101845	ASSESSOR JURÍDICO	GABRIELA LIDIA DA LUZ	4790195
104901	ASSESSOR JURÍDICO	GESSICA DAROLD	54293847
104839	ASSESSOR JURÍDICO	GICELI CRISTIANI MORANDI	2858616
104780	ASSESSOR JURÍDICO	GICÉLIA MICHALTCHUK	42568170
104742	ASSESSOR JURÍDICO	GUSTAVO PEROSSO	4363150
101139	ASSESSOR JURÍDICO	HENRIQUE FAVARETTO	423870
104874	ASSESSOR JURÍDICO	JACKSON AGAZZI	3935225
104699	ASSESSOR JURÍDICO	JANAINA BRISOT	4891760
104626	ASSESSOR JURÍDICO	JANIO SADI KULBA JUNIOR	42381665
103612	ASSESSOR JURÍDICO	JEBERTON DALMORA	6109513215
104710	ASSESSOR JURÍDICO	JORDANA DA SILVA	5413538
104724	ASSESSOR JURÍDICO	JOSIANE PAULA CORRÊA CATTANI	82394893
104687	ASSESSOR JURÍDICO	JULIANE TEODORO	4936203
104688	ASSESSOR JURÍDICO	KAROLINE BUSS GESSER	97353743
104662	ASSESSOR JURÍDICO	KATIANA BERGHAIN	48641863
104971	ASSESSOR JURÍDICO	LAIS LOPES MARTINS	83053860
104811	ASSESSOR JURÍDICO	LAURA CRISTINA DE QUADROS CARVALHAL	64733524
103918	ASSESSOR JURÍDICO	LUCIANO BELTRAME	3299493

104645	ASSESSOR JURÍDICO	LUIZ AUGUSTO WAGNER	36972347
104864	ASSESSOR JURÍDICO	MAIDI MERLY WOLF DOS REIS	5175693
102890	ASSESSOR JURÍDICO	MARLÔ CRISTINA RIBEIRO POMPEO	4134052
104706	ASSESSOR JURÍDICO	MAURICIO CONCI DALEASTE	51164590
104622	ASSESSOR JURÍDICO	MAURO DO CARMO	16125010
104740	ASSESSOR JURÍDICO	MAYCO JOSÉ MAZETTO	3125367
104696	ASSESSOR JURÍDICO	NATANA DE CAMARGO	4960412
104973	ASSESSOR JURÍDICO	PATRÍCIA DO ROCIO MATTOS	62230380
102897	ASSESSOR JURÍDICO	PAULA IZCAK	46858270
102544	ASSESSOR JURÍDICO	PEDRO FELIPE SORDI FIGUEIREDO	4840402
104563	ASSESSOR JURÍDICO	PEDRO GIRARDI MODESTI	1097050271
102107	ASSESSOR JURÍDICO	PRISCILA DO AMARAL	46379010
104633	ASSESSOR JURÍDICO	PRISCILA ELÍS SIGNOR	4611568
104690	ASSESSOR JURÍDICO	PRISCILA MARTINI BAIRROS	3085316622
104931	ASSESSOR JURÍDICO	PRISCILLA MATANA ARALDI	4842897
104689	ASSESSOR JURÍDICO	RAFAEL ALFREDO WEBER HOSS	5245310
102651	ASSESSOR JURÍDICO	RAQUEL RUBERT DE VARGAS	1098996992
104638	ASSESSOR JURÍDICO	RICARDO RIBEIRO FUKUCHIMA	2072471069
102952	ASSESSOR JURÍDICO	RODRIGO FERRI PONTES	4842688
101509	ASSESSOR JURÍDICO	ROGÉRIO DALLA RIVA	5133985
104642	ASSESSOR JURÍDICO	ROSIANE LAURA ISOTON	4402784
101368	ASSESSOR JURÍDICO	SANDRA APARECIDA ALMEIDA DE ALVES	2075664
104673	ASSESSOR JURÍDICO	SIMONE VALÊNCIO CAVALLET	5851805
104423	ASSESSOR JURÍDICO	SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT	2653296
102159	ASSESSOR JURÍDICO	THAIS FERNANDA LIMA	5422518
104702	ASSESSOR JURÍDICO	THIAGO DA SILVA	3805172
104863	ASSESSOR JURÍDICO	THIAGO NERY RETORE	4555705
104722	ASSESSOR JURÍDICO	THIAGO ZAGO DANGUI	92730344
104684	ASSESSOR JURÍDICO	VLADEMIR ANTONIO SONDA	1383782
104860	ASSESSOR JURÍDICO	VOLNEI ALBERTO DA SILVEIRA	1078440045
104698	ASSESSOR JURÍDICO	WILKER AUGUSTO GLANERT MAZETTO	4378574
104650	ASSESSOR JURÍDICO	WILLIAN SONDA	5957260
105000	ASSESSOR JURÍDICO	WINICIUS PERTILE	4525217
102822	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ALINE BRUNETTO	5177822
105004	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DEISI APARECIDA VIEIRA DA ROCHA	54382734
102655	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EDIVANA APARECIDA CARVALHO MOURA	37887858
104624	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUANA FERRARI	6888428
104926	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	PRISCILA JAQUELINE BOITA	4307672
104892	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROSELITO STIEVENS DE ARRUDA	4558136
104903	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEDINÉIA APARECIDA CELLA HILLESHEIM	4181523
104660	CONTADOR	DEBORA BIASUS	55197035
103621	CONTADOR	EDIVAN GUTH BACH	5268652
103082	CONTADOR	EDSON LUIS REGOSO	2036532
104694	CONTADOR	EVANILDE GOLLO CORDAZZO	4791928
104950	CONTADOR	FABIANE DAL CHIAVON TRESSOLDI	4257772
104618	CONTADOR	FABRICIO ZANCHETTIN	4653120
104955	CONTADOR	JOSE ARNALDO FAVRETTO	6015755501
103554	CONTADOR	MARCELO JOSE RITTER	4523868
105012	CONTADOR	MARCOS ROBERTO LARA	4615286
104959	CONTADOR	RODRIGO FERRONATTO	4748547
104693	CONTADOR	SIDIANE PANISSON	3373042
104643	CONTADOR	SILVANO CIRO PIASESKI	34519475
104651	CONTADOR	SIMONE COZER	3474243
104997	CONTADOR	VANDERLEI GOLLO	4402063
103520	MOTORISTA	AIRTON CARLOS RAMPANELLI	2039007
102262	MOTORISTA	ANDERSON DIAS DA ROSA	76907161
104652	MOTORISTA	ANDERSON FAVARETTO	4734324
104836	MOTORISTA	CARLOS ALBERTO FERNANDES	914485
103534	MOTORISTA	CÉLIO OLIVEIRA FRANCO JUNIOR	47387718
104617	MOTORISTA	CHARLES RONOÉVERSON BACHINSKI	80813708
102597	MOTORISTA	CLAUDIO ROBERTO ZAMARCHI	4402480
104715	MOTORISTA	CLEITON GALVAGNI	4466282
104705	MOTORISTA	DANIEL DUS	187914862
104675	MOTORISTA	FABIANO SALVADOR	49109502
104763	MOTORISTA	FERNANDO RICARDO OGLIARI	52861880
104245	MOTORISTA	FLAVIO NARDON	3659606
104784	MOTORISTA	IRENIR DOMINGOS ZANETTE	1611980
104935	MOTORISTA	ITAMAR SARTORI	5789200
104938	MOTORISTA	JAIME ANTONIO FAVARETO	48631485

103370	MOTORISTA	JEAN DE MORAES FARIAS	6674567
104674	MOTORISTA	JUNIOR TIAGO RIGON	4389099
104707	MOTORISTA	MARCELO GONÇALVES DO NASCIMENTO	5852120
104713	MOTORISTA	MÁRCIO ANTÔNIO PRESSI	4589617
104708	MOTORISTA	MARCOS TREVISAN	47343796
104983	MOTORISTA	MARIANE ALVES MORAIS	2974500
102769	MOTORISTA	OLACIR MASCARELLO	122436615
104777	MOTORISTA	PAULO ROBERTO BERNARDI	4042094
105027	MOTORISTA	RAFAEL VIEIRA DA ROCHA	5652422
104700	MOTORISTA	ROGERIO DOS SANTOS	4558423
104679	MOTORISTA	SILVANA ROLIM DE MOURA	3818116
102080	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	ADRIANE BERNARDI	4500051
104647	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	ANA PAULA TONIOLO	5889904
104640	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	ANGÉLICA KUNZLER	52860531
101826	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	BEATRIZ CANDATEN	5116655
104906	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	CAMILA REGINA VELASCO	51982340
104657	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	CASSIANE ANDREIA BALEN BATISTI	5957690
104670	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	CLAUDIA ELENA VEDOVATTO	53729170
104867	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	CLEIVAN PERETTI	5789137
104877	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	DANIELA CORIOLETTI	52456536
104996	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	EDILVO LUIS BAGIO	3619502
101841	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	EDINEIA GALVAGNI	3927628
104939	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	EDUARDO PETROLI	5543204
104978	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	ELOI LUIZ GERELLI	1109736
104776	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	EMANUELA CRISTINA GRANDO	3420320
104746	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	FABIANE BALSAN	5543337
104957	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	FLAVIA ROLIM DE MOURA	49716972
104668	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	GUSTAVO MARCELO VARGAS CAVASOTTO	5543600
104703	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	JANES RUTH BOLLIS	45892393
103243	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	JÉSSICA MAILA MILANI	5839284
104623	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	LILIAN DOS SANTOS	6053218
104665	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	LUCIANA APARECIDA FORTI MENDES	21681899
104897	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	MAIKELE BORSOI	5691602
101832	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	MARCOS BERNARDI	4453537
104951	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	MICHELE FORESTI	5438026
103388	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	NARA CRISTINA MORAES FARIAS	95924875
102216	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	NEOMAR RODRIGUES	48637564
104709	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	PATRICIA SALETE BALBINOT	4704554
104883	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	PRISCILA STANGA	45896798
104834	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	RAPHAEL LANFREDI FERNANDES	6864366
104692	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	ROSANE ZARDO	48912077
104714	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	SIDIANE TODESCATTO	4652825
105021	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	SILVANA SIMONETTI	50967401
105025	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	SIONARA BERTOGLIO	4615760
103175	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	TATIANE MILKIEVICZ	3927853
104631	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	TATIUSSE ANGÉLICA SARTORI	48435570
104731	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	VANESA BÓS	4036645

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a Prova Escrita Objetiva será realizada dia 21 de setembro de 2014, com início às 08h00min, na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Clube do Bolinha, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 40, em Coronel Freitas - SC.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Coronel Freitas - SC, 05 de setembro de 2014.
Diovani Pagnocelli
Presidente da Câmara Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 208, de 04 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 208, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

CONTRATA FUNCIONÁRIA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 612, de 19/11/2013, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o Aviso publico nº. 001, de 10/02/2014, que Dispõe sobre admissão de servidor público em caráter temporário - Estagiaria - com carga horária de 30 horas semanais e conforme edital de chamamento nº. 006 de 03/09/2014 resolve:

CONTRATA:

Art. 1º A Pessoa abaixo relacionada para exercer o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descrita, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 04 de setembro de 2014 ate final do Ano Letivo de 2014, podendo ocorrer a rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Josielli Trento	Estagiaria	30:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 04 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 209 de 01 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 209 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um e quatrocentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 - Manutenção do Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	41.400,00

3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	41.400,00
-----------------	--------------------	----	---------	-----------

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 41.400,00 (quarenta e um e quatrocentos reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 - Manutenção do Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Aplicações Diretas	03	01.0002	41.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 01 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 210 de 10 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 210 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº.614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	88	03.0052	57.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 03.0052 - Transferência do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 211 de 10 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 211 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.301.0009.2.060 - Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0064	48.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.301.0009.2.060 - Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	01.0064	48.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 212, de 15 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 212, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. RAQUEL SBABO FABRIS, para exercer o Cargo de PSICÓLOGA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 5 - Técnico Científico - TEC, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 15 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 214, de 15 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 214, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO AVISO PÚBLICO Nº 002/2014 - ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO-, ESTAGIARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 038/2013 de 03/12/2013 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Aviso Público, para preenchimento das necessidades de pessoal, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelo Aviso Público nº 002/2014, para o preenchimento de vagas de Estagiária, em caráter temporário, os servidores a seguir relacionados:

- I - Gilson Eduardo Pahl;
- II - Laís Cristina Scarioto;
- III - Marcos Antonio Marmentini;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do processo de Aviso Público.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os trabalhos relativos ao Aviso Público e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no edital de Aviso Público.

Art. 4º Compete, ainda, à Comissão realizar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no edital do Aviso Público.

Art. 5º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 15 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 213, de 15 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 213, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - NUTRICIONISTA - COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS, CONFORME AVISO PÚBLICO Nº. 001, DE 07 DE MAIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Aviso Público nº. 001, de 29 de agosto de 2014 para contratação em caráter temporário de nutricionista, conforme tabela a seguir:

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Flavia Carboni Beber	1º
Vanessa Caroline Ecker	2º
Vanessa Meneguetti	3º
Quelis Mara Mariani	4º
Adriana Savio	5º
Vissandra Pagno	6º

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Coronel Martins - SC
em 15 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 157, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 157, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso a, do Artigo nº 120 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Afastamento a Servidora Pública Municipal, Sra. GENOEVA LURDES MACULAR, ocupante do Cargo de PROFESSOR IV - GEOGRAFIA, ÁREA III por um período de 08 (oito) dias, a partir do dia 25 de agosto de 2014 a 01 de setembro de 2014, pelo motivo do falecimento de seu pai Sr. Ernesto Maculan, ocorrido no dia 25/08/2014, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 25 agosto de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de gabinete

Portaria Nº. 158, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 158, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Neuza de Oliveira, ocupante do Cargo de Servente, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 01 de setembro 10 de setembro de 2014, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 159 de 01 Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 159 DE 01 SETEMBRO DE 2014.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Neimar Cassol, ocupante do Cargo efetivo de Efetivo de PCE 02 Assistente Administrativo, a partir do dia 02 de setembro de 2014, em virtude da falta de profissional junto a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo da Férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 161 de 12 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 161 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora Sra. Geneci da Costa Pertussatti, ocupante do cargo de Secretária de Administração, Planejamento e Finanças, a partir do dia 15 de setembro de 2014, em virtude da portaria nº. 042 de 20 de fevereiro de 2014, a qual requisitou o retorno ao serviço da servidora no dia 20 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Lei Complementar Nº 041 de 11 de Setembro de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 041 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 34, DE 27 DE AGOSTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate à Endemias, constantes no grupo 3 do Anexo I, da Lei Complementar 34, de 27 de agosto de 2013, passam a ser de R\$ 1.014,00.

Art. 2º. Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Coordenador do CRAS e Professor do CRAS, constantes do Grupo 5 do Anexo I, Anexo VII, Anexo VIII, todos da Lei Complementar 34, de 27 de agosto de 2013, os quais, consolidados, passam a vigorar com a seguinte redação:

Grupo 5 - TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CARGO	CÓD.	C.H	VAG.	OCUP.	LIVR.	VEN. R\$
Enfermeiro	51001	40	02	01	01	3.516,00
Engenheiro Agrônomo	51002	40	01	01	00	4.078,00
Engenheiro Civil	51080	10	01	00	01	1.019,00
Engenheiro Florestal	51079	40	01	00	01	3.845,00
Cirurgião Dentista	51003	40	02	00	02	4.050,00
Assistente Social	51004	30	02	01	01	3.316,08
Médico	51005	40	01	00	01	6.700,00
Fisioterapeuta	51006	20	02	00	02	1.758,00
Médico Veterinário	51007	40	01	00	01	4.078,00
Fonoaudiólogo	51008	20	01	00	01	1.758,00
Psicólogo	51009	40	01	00	01	3.516,00
Contador	51010	40	01	00	01	4.200,00

Nutricionista	51058	40	02	01	01	3.516,00
Farmacêutico	51077	40	01	00	01	3.516,00
Monitor Desportivo	51078	20	01	00	01	1.150,00
Coordenador do CRAS	51081	40	01	00	01	3.700,00
Professor do CRAS	51082	20	02	00	02	1.375,00

ANEXO VII TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS

CARGO	CÓDIGO	VENCIMENTO
Auxiliar de Serviços Gerais	11001	776,00
Servente	11000	776,00
Agente de Combate a Endemias	31003	776,00
Auxiliar de Manutenção e Conservação	1003	776,00
Telefonista	21002	776,00
Vigia	11002	870,00
Agente Comunitário de Saúde	31001	870,00
Auxiliar de Saúde Bucal	31005	870,00
Assistente	21003	968,00
Engenheiro Civil	51080	1.019,00
Auxiliar Administrativo	21004	1.039,00
Motorista	21005	1.141,00
Agente de Vigilância Sanitária	31002	1.141,00
Monitor Desportivo	51078	1.150,00
Pedreiro	11005	1.195,00
Operador de Máquina	21009	1.433,00
Fiscal de Tributos	36	1.689,00
Técnico em Agropecuária	41002	1.689,00
Técnico em Enfermagem	41003	1.689,00
Técnico em Informática	41004	1.689,00
Técnico em Farmácia	41005	1.689,00
Auxiliar em Enfermagem	35	1.689,00
Técnico em Contabilidade	41001	1.689,00
Mecânico Geral	21008	1.715,00
Fonoaudiólogo	51008	1.758,00
Fisioterapeuta	51006	1.758,00
Tesoureiro	31006	1.800,00
Agente Administrativo	32	2.356,00
Assistente Social	51004	3.316,08
Enfermeiro	51001	3.516,00
Nutricionista	51058	3.516,00
Farmacêutico	51077	3.516,00
Psicólogo	51009	3.516,00

Engenheiro Florestal	51079	3.845,00
Cirurgião Dentista	51003	4.050,00
Médico Veterinário	51007	4.078,00
Engenheiro Agrônomo	51002	4.078,00
Contador	51010	4.200,00
Médico	51005	6.700,00
Coordenador do CRAS	51081	3.700,00
Professor do CRAS	51082	1.375,00

Os vencimentos referidos correspondem à carga horária máxima de quarenta e vinte horas semanais e, quando permitida a carga horária variável será aplicada a proporcionalidade.

ANEXO VIII HABILITAÇÃO NECESSÁRIA AO INGRESSO

	CARGO	HABILITAÇÃO
1	Auxiliar de serviços gerais	Ensino Fundamental
2	Vigia	Ensino Fundamental e curso de vigilante
3	Servente	Ensino Fundamental
4	Pedreiro	Séries iniciais do Ensino Fundamental
5	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio
6	Motorista	Séries iniciais do Ensino Fundamental e CNH conforme categoria definida no Edital
7	Mecânico Geral	Ensino médio e curso técnico específico
8	Operador de Máquinas	Ensino Fundamental
09	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental
10	Agente de Combate a Endemias	Ensino Fundamental
11	Agente de Vigilância Sanitária	Ensino Médio
12	Fiscal de Tributos	Ensino médio
13	Agente Administrativo	Ensino médio
14	Auxiliar de Saúde Bucal	Ensino médio e curso específico
15	Tesoureiro	Ensino médio
16	Técnico em Farmácia	Ensino médio e curso Técnico em Farmácia
17	Técnico em Agropecuária	Ensino médio específico
18	Técnico em Enfermagem	Ensino médio específico
19	Técnico em Informática	Ensino médio e curso técnico específico
20	Enfermeiro	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
21	Engenheiro Agrônomo	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
22	Engenheiro Civil	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
23	Engenheiro Florestal	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão

24	Cirurgião Dentista	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
25	Assistente Social	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
26	Médico	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
27	Fisioterapeuta	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
28	Médico Veterinário	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
29	Fonoaudiólogo	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
30	Psicólogo	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
31	Nutricionista	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
32	Farmacêutico	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
33	Contador	Ensino superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
34	Monitor Desportivo	Licenciatura em Educação Física ou Bacharelado em Educação Física e registro no órgão fiscalizador da profissão
35	Coordenador do CRAS	Licenciatura Plena em Pedagogia Educação Infantil e Anos Iniciais ou Complementação/Aprofundamento Pedagógico, ou; Ensino superior em psicologia e registro no órgão fiscalizador da profissão, ou; Ensino superior em assistência social e registro no órgão fiscalizador da profissão.
36	Professor do CRAS	Licenciatura Plena em Pedagogia Educação Infantil e Anos Iniciais ou Complementação/Aprofundamento Pedagógico.

Art. 3º. Ficam acrescentados os itens 5.1.16 e 5.1.17 ao Anexo IX, da Lei Complementar 34, de 27 de agosto de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

5.1.16 COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços

e benefícios; participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contra-referências; coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS; coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS; promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS; definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência; contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede; efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro, entre outros); coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Assistência Social; participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS; averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social do Município; planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social do Município; participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social do Município, contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados; participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS (quando for o caso) e de coordenador(es) do CREAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial).

5.1.17 PROFESSOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos nas oficinas dentro do CRAS; coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; participar da definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede sócio assistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS; definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência; contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida das famílias; efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro); realizar o informe de participações dos beneficiários para o Coordenador do CRAS para alimentação do sistema dentro do prazo regular; executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes conceitos quando solicitados nos prazos

fixados; manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficácia da ação educativa; promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar/programas; zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; participar dos processos de articulação inter setorial no território do CRAS; averiguar as necessidades de capacitação da equipe e informar para a Secretaria de Assistência Social do município; planejar junto com a equipe do CRAS o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social do município; participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social do município, contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados; participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenador CRAS e demais profissionais.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor no 1º dia do mês seguinte ao da publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em,
11 de Setembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi publicada e registrada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

Decreto Nº 4.479/2014

DECRETO Nº 4.479/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0002.2006 MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMINIST. E FINANÇAS
31900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.600,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0002.2006 MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMINIST. E FINANÇAS
31710000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
R\$ 1.100,00
33710000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
R\$ 1.500,00
33900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

Art. 2º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
33930000000.00.123 APLIC. DIRETA DEC. OP. ÓRG. CONS
R\$ 36.000,00
44710000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
R\$ 43.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
31710000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
R\$ 500,00
33710000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
R\$ 78.500,00

Art. 3º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
22.661.0025.2065 MANUTENÇÃO DA SECRET. IND. COM. E TURISMO
33900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 18.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
22.661.0025.2065 MANUTENÇÃO DA SECRET. IND. COM. E TURISMO
31900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 18.000,00

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de agosto de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de agosto ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.480/2014

DECRETO Nº 4.480/2014
REGULAMENTA A LEI N. 5.131/2014 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.269/2014 PARA FIXAR O VALOR DO AUXÍLIO MORADIA E ALIMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º Fica fixado em 19 (dezenove) UFM's por profissional o valor mensal da "Bolsa Auxílio Alimentação" para o programa Mais Médicos instituído pela Lei n. 5.131/2013, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.269/2014.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 01 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto ao primeiro dia do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4.481/2014

DECRETO Nº 4.481/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL AUTORIZADA PELA LEI N. 5.277/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.277/2014 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 105.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 105.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.277/2014 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - CÂMARA DE VEREADORES
4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0006.2002 RGPS - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 105.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 03 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos tres dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carlos Roberto Vezaro
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 4.482/2014

DECRETO Nº 4.482/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento 2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 144.996,03 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, três centavos):

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.813.0029.1012 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS
4490000000.00.499 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 144.996,03

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 144.996,03

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte recursos provenientes do CONVÊNIO No. 2014TR 002496 firmado com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR - Curitiba, no valor de R\$ 154.539.49 (Cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de setembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos tres dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.483/2014

DECRETO Nº 4.483/2014

LIBERA GARANTIA DE EXECUÇÃO - CAUÇÃO DO LOTEAMENTO VISTA DO PARQUE II

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do que determina o §2º do art. 3º do Decreto n. 4.225/2012

DECRETA

Art. 1º. Fica liberada a caução com garantia hipotecária incidente sobre os lotes abaixo relacionados todos da quadra "A" do Loteamento Vista do Parque II no Bairro Água Santa, na forma do § 2º do art. 3º do Decreto n. 4.225/2012 em razão da execução das obras de infraestrutura do loteamento, tudo conforme consta do requerimento n. 3278/2014:

a) Lote 03 com área de 432,90 m² da quadra A, objeto da matrícula imobiliária n. 22.622 do Cartório de Registro de Imóveis desta

comarca;

b) Lote 04 com área de 432,90 m² da quadra A, objeto da matrícula imobiliária n. 22.623 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca;

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de setembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

Decreto Nº 4.484/2014

DECRETO Nº 4.484/2014

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N. 4.350/2013 QUE REGULAMENTA ESTACIONAMENTO ROTATIVO CRIADO PELA LEI Nº 5.050/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 5.050/2013,

DECRETA

Art. 1º. O Decreto n. 4.350/2013 que regulamenta o estacionamento rotativo criado pela Lei n. 5.050/2013 passa a vigorar com as alterações previstas neste decreto:

" Art. 15. Os usuários que deixarem de pagar a tarifa do estacionamento, desde que tenham respeitado o período máximo de permanência do veículo na vaga, serão notificados através do Aviso de Irregularidade e poderão proceder a regularização da situação, de acordo com o art. 12 deste Decreto, até as 23h59min pagando o preço público correspondente a 5 (cinco) horas de estacionamento.

(...)

§4º. O pagamento do preço público a que se refere o caput deste artigo poderá ser feita diretamente com os monitores até as 19:00 horas ou pela internet até as 23h59m, e do valor total serão deduzidas duas horas de estacionamento permanecendo para o usuário um crédito de 3 horas. "

" Art. 19. É assegurada a reserva, para idosos a partir dos 60 (sessenta) anos de idade, nos termos da presente lei, de 5% (cinco por cento) das vagas no Estacionamento Rotativo de Curitiba.

Art. 2º. Fica revogado o inciso III do art. 17 do Decreto n. 4.350/2013.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de setembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

Lei Complementar N. 117/2014

LEI COMPLEMENTAR N. 117/2014

ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 049/2006 QUE DISPOE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO - ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Ficam alterados os anexos da Lei Complementar nº 049/2006 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano - Zoneamento do Município de Curitiba, no item ZUE2 - Zona de Uso Especial 2 - HOSPITAIS que passa a vigorar com as alterações desta lei.

Art. 2º. Por ocasião da consulta de viabilidade os interessados deverão apresentar a aprovação do V COMAR - Comando Aéreo Regionais da ANAC para construções erigidas no entorno ou rampa de aproximação do aeroporto.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de agosto de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos seis dias do mês de agosto do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

Lei Complementar N. 118/2014

LEI COMPLEMENTAR N. 118/2014

ALTERA DENOMINAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Aldo Dolberh, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, e.e. no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. A partir da publicação da presente lei complementar o Fundo Municipal de Assistência Social para todos os fins passa a denominar-se de FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS - FMAS.

Art. 2º. A secretaria Municipal de Ação Social e Habitação passa a denominar-se de Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2014.

Aldo Dolberh
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de agosto do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Complementar Nº 119/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2014

CRIA E EXTINGUE VAGAS EM CARGOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Ficam criadas na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar n. 023/2002 as vagas de cargo público, em caráter efetivo, provido por concurso público e sob o regime estatutário:

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
02	Operador de Motoniveladora	3.3.24	R\$ 1.508,53

Art. 2º. Ficam extintas na estrutura administrativa do Município de Curitiba, as vagas de cargos públicos, de provimento efetivo, alterando os anexos da Lei Complementar n. 023/2002 e Lei Complementar n. 108/2013:

Quantidade	Cargo	Código	Lotação
04	Auxiliar de Serviços Gerais (masculino)	3.3.03	Grupo III - Transportes e Serviços Gerais

Art. 3º. Ficam alterados os anexos IX da Lei Complementar n. 023/2002 que passam a vigorar de acordo com as alterações desta lei.

Art. 4º. O cargo de Coordenador de Defesa Civil criado pela Lei Complementar n. 116/2014 passa a denominar-se Coordenador Técnico da Defesa Civil.

Art. 5º. Fica revogado o art. 160 da Lei Complementar n. 026/2002.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.275/2014

LEI Nº 5.275/2014

REVOGA DISPOSITIVO DA LEI Nº 5.050/2013 DE 08 DE AGOSTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica revogado o inciso III do art. 5º da Lei n. 5.050/2013 de 08 de agosto de 2013 que cria as áreas de estacionamento rotativo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de agosto de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.276/2014

LEI Nº 5.276/2014

INSTITUI O PROGRAMA DA VITICULTURA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído no Município o Programa da Viticultura 2014 no Município de Curitiba, pelo qual o Poder Executivo promoverá ações tendentes a incentivar o plantio e a produção de uvas.

Art. 2º. Pelo programa fica o Município autorizado a adquirir 11.000 (onze mil) mudas de uvas e proceder a doação a agricultores através da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, cabendo-lhe ainda fornecer a devida assistência técnica.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei através de decreto Municipal.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de agosto de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Neide Terezinha Furlan
Secretaria da Agricultura, Abastecimento,
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Lei Nº 5.277/2014

LEI Nº 5.277/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS
... R\$ 105.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
R\$ 105.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - CÂMARA DE VEREADORES
4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS
... R\$ 15.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS
... R\$ 60.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0006.2002 RGPS - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS
... R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 105.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2014.
Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

18 de agosto de 2014.

OF/PROJUR/ 205/2014

Assunto: Projeto de Lei nº 112/2014

Senhor Presidente

Por meio deste encaminhamos à vossa apreciação o Projeto de Lei n. 112/2014 que visa anular e suplementar dotações próprias da Câmara de Vereadores.

Atenciosamente

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Exmo. Sr.
João Flaris Camargo
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Curitibanos - SC

Lei Nº 5.278/2014

LEI Nº 5.278/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura pública, através do programa de regularização imobiliária denominado Lar Legal, Lei Municipal n. 5.053/2013, aos possuidores dos lotes situados na área descrita, conforme mapa da quadra 116, de forma individual e discriminada pelo rol anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitibanos, 4 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal
João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LISTA DE NOMES - PEDIDO DE OUTORGA BAIRRO SÃO LUIZ

QUADRA 116

Nome	Lote	Área
Vagner Gomes	02	530,11m²
Osni de Jesus Dias	05	256,55m²
Edilson de Lima Barbosa	07	193,68m²
Lurdes Barbosa	11	197,66m²
Edson Farias dos Santos	15	270,53m²
Almir Nascimento de Brito	17	178,30m²
Rosemari de Fátima Silva	18	276,14m²
Sonia Cordeiro	19	205,55m²
Nidival Guetten	20	270,54m²
Neide Salles	22	277,26m²
Fabiano Moreira Goetten	23	217,08m²

Agenor Antonio Padilha	24	277,14m²
Erinaldo Pires	25	242,72m²
Claudemir Pires	26	280,38m²
Maria Roseli Joil	27	266,49m²
Marilva Aparecida de Oliveira	28	283,62m²
Davi Silveira Pinto	29	275,94m²
Cirineu Silveira Pinto	31	406,56m²

Lei Nº 5.279/2014

LEI Nº 5.279/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Ednéia Moraes, inscrito no CPF sob n. 063.234.469-52, do lote 06 da quadra 07-A (antiga da quadra 22), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 437,50 m² (Quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados), localizado ao lado leste da Rua José Rogério de Jesus distando 67,00 metros ao sul da Rua Juvenal José Rodrigues, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 17,50 metros confronta com Gaboardi Empreendimentos Imobiliários;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 17,50 com a Rua José Rogério de Jesus.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 4 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

,

Lei Nº 5.280/2014

LEI Nº 5.280/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.160 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 5.160, de 18 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominado de "Bernardo Von Müller Berneck" o Pronto Acolhimento de Saúde situado na Rua Cornélio de Haro Varela, neste município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 5.281/2014

LEI Nº 5.281/2014

REVOGA LEI MUNICIPAL N. 4.855/2012 DE 21 DE JUNHO DE 2012.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica revogada integralmente a Lei Municipal n. 4.855/2012 de 21 de junho de 2012.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.282/2014

LEI Nº 5.282/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR VEÍCULO E DESAFETAR DO USO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar o veículo e sucata abaixo relacionados, autorizando ainda a sua desafetação pública.

I - o FIAT/DUCATO - Ambulância, ano 2007/2008 RENAVAL 953057658, placas MEC 9193 cor branca do patrimônio Municipal;

II - Sucata de motoniveladora Caterpillar 120 B4, ano 1989.

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda do veículo descrito no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa do veículo descrito nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.283/2014

LEI Nº 5.283/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a José de Lourdes Couto, inscrito no CPF sob n. 196.268.279-04, do lote 18 da quadra 05-A (antiga da quadra 20), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado norte da Rua Auracélia A. Lemos distando 60,00 metros ao leste da Rua Lino Moraes da Silva, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 06 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Auracélia A. Lemos;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 17 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com o lote 19 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº44/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais informativos/educativos para campanhas de promoção à saúde desenvolvidas pelo Dpto. de Vigilância Epidemiológica. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 30/09/2014, às 09h30, e início da sessão do Pregão no dia 30/09/2014, às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitiba.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 10 de setembro de 2014.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Licitação 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 106/2014. Objeto: Aquisição de trator agrícola para o Município conforme contrato de repasse 1.019.130-26/2014 MDA/CAIXA - Convenio 804781/2014. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 26/09/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. -

Dionísio Cerqueira, 15/09/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 045/2014. Objeto: Aquisição de Equipamentos de informática, projetor moveis de escritório para o Fundo Municipal de Saúde. equipe do NASF. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 30/09/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 15/09/2014.

Gestor do FMS

João Stahl.

Resultados Licitações 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que a Licitação Pregão nº 044/2014. Objeto: Aquisição de equipamento de informática para o Fundo Municipal de Saúde (sala de vacina) Vencedor: Potencia Son. e Informática Ltda - Valor R\$ 6.280,00

Dionísio Cerqueira SC 15/09/2014

João Stahl

Gestor do FMS

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº. 114, de 09 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 114, de 09 de setembro de 2014.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Saúde e Promoção Social;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ELIZABETE SILVA GUIMARÃES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais II.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 09 de setembro de 2014 e encerrando-se no dia 30 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 09 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 111, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 111, de 01 de setembro de 2014.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MIRIAN MATEUS ZUCHINALI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de setembro de 2014 encerrando-se em 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Fica Revogada a Portaria nº 104, de 06 de agosto de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 01 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 112, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 112, de 01 de setembro de 2014.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Monitor de Transporte Escolar Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ANDRÉIA MATEUS CAETANO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de setembro de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 113, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº. 113, de 01 de setembro de 2014.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Monitor de Transporte Escolar Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALINE ADRIANO FREDERICO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 05 de setembro de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 365, de 08 de Setembro de 2014.

LEI Nº 365, de 08 de setembro de 2014.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Ermo, para o exercício financeiro de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do PPA 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), são as identificadas no Anexo I desta Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas no anexo II-A desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 definidos no anexo III-A serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II-A desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. Quando da elaboração do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, serão destinados pelo Município, recursos no montante de 7% (sete por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 6º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas

de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita (anexo III-B) dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, previsão para, 2014 e 2015 e projeção para 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos.

Art. 9º Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11 O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,1% (um milésimo) e 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, mediante autorização do Legislativo, conforme Anexo VII (LRF).

§ 1º Constitui outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados até a elaboração da lei orçamentária, aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público, aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública, e aqueles oriundos de despesas não orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais - art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001).

§ 2º O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro, não ocorrer passivos contingentes, poderá ser remanejado por ato do Poder Executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso, exceto os valores destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, que poderão ser remanejados a qualquer momento, nos termos deste parágrafo.

Art. 12 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no PPA.

Art. 13 Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14 As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2015 (anexo VII-A) serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18 O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 20 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21 Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24 O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28 O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei

Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33 A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35 O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, 08 de setembro de 2014.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato Contrato 01442014 - Trelissa - Calçamento Barra Grande

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0144/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Materiais de Construção Trelissa Ltda Me

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para serviços de pavimentação de calçamento, com pedras irregulares no distrito da Barra Grande e linha Florestal - Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 69.920,00 (sessenta e nove mil novecentos e vinte reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0080/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0018/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de setembro de 2014

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_1aquisição de Livros Educação

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0085/2014

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0046/2014

Objeto: Aquisição de forma parcelada de livros para escolas da rede municipal de ensino e suas bibliotecas, a serem utilizados em atividades pedagógicas e escolares da secretaria municipal de educação.

Data do Recebimento: 01/10/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 01/10/2014 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_1material Hig. Limp. Alimentos E Outros Educação

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0084/2014
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0045/2014
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene, limpeza, alimentos e outros a serem destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.
Data do Recebimento: 30/09/2014 as 09h00 min.
Data da abertura: 30/09/2014 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de setembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_1microcomputadores Social

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório nº: 0086/2014
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0047/2014
Objeto: Aquisição de forma parcelada de microcomputadores para assistência social de Faxinal dos Guedes.
Data do Recebimento: 02/10/2014 as 09h00 min.
Data da abertura: 02/10/2014 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de setembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

RGF Segundo Quadrimestre 2014 Anexo 02 Dcl

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.248.800,74	1.096.485,10	904.754,46	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.248.800,74	1.096.485,10	904.754,46	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.936.383,90	4.840.442,40	3.484.128,51	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.965.355,72	4.840.442,40	3.484.128,51	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	28.971,82	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-687.583,16	-3.743.957,30	-2.579.374,05	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.925.598,90	28.420.815,47	29.205.849,31	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,64%	3,86%	3,10%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,55%	-13,17%	-8,83%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	32.310.718,68	34.104.978,56	35.047.019,17	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	29.079.646,81	30.694.480,71	31.542.317,25	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	326,75	108.019,00	239.724,17	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.099.560,59	937.405,88	924.006,27	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

RGF Segundo Quadrimestre 2014 Anexo 03 Garantias

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.925.598,90	28.420.815,47	29.205.849,31	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.923.631,76	6.252.579,40	6.425.286,85	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.331.268,58	5.627.321,46	5.782.758,16	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

RGF Segundo Quadrimestre 2014 Anexo 04 Operacoes Credito

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	39.415,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	39.415,00
Interna	0,00	39.415,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	39.415,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	29.205.849,31	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	39.415,00	0,13
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.672.935,89	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.205.642,30	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.044.409,45	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	39.415,00	0,13

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

RGF Segundo Quadrimestre 2014 Anexo 01 Pessoal

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.631.796,53	0,00
Pessoal Ativo	12.631.796,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.141,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	10.141,63	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.621.654,90	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	12.621.654,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		29.205.849,31
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		43,22
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		15.771.158,63
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		14.982.600,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		14.194.042,76
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 01 Balanco Orcamentario

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.178.600,00	28.178.600,00	6.012.253,59	21,34	23.810.731,98	84,50	4.367.868,02
RECEITAS CORRENTES	28.178.600,00	28.178.600,00	4.838.520,26	17,17	19.486.819,92	69,15	8.691.780,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.145.000,00	2.145.000,00	340.609,39	15,88	1.533.364,92	71,49	611.635,08
IMPOSTOS	1.963.000,00	1.963.000,00	305.628,32	15,57	1.200.423,81	61,15	762.576,19
TAXAS	170.000,00	170.000,00	34.981,07	20,58	332.941,11	195,85	-162.941,11
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	380.000,00	380.000,00	46.380,86	12,21	183.102,04	48,18	196.897,96
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	380.000,00	380.000,00	46.380,86	12,21	183.102,04	48,18	196.897,96
RECEITA PATRIMONIAL	50.400,00	50.400,00	59.673,43	118,40	233.635,30	463,56	-183.235,30
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	14.270,09	0,00	16.451,69	0,00	-16.451,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.400,00	50.400,00	45.403,34	90,09	217.183,61	430,92	-166.783,61
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00	30.000,00	3.552,71	11,84	28.833,42	96,11	1.166,58
Outras Receitas Agropecuárias	30.000,00	30.000,00	3.552,71	11,84	28.833,42	96,11	1.166,58
RECEITA DE SERVIÇOS	32.000,00	32.000,00	3.370,06	10,53	14.394,69	44,98	17.605,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.177.200,00	25.177.200,00	4.117.339,46	16,35	17.033.247,86	67,65	8.143.952,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.025.200,00	25.025.200,00	4.087.005,23	16,33	16.962.574,95	67,74	8.072.625,05
Transf. de Conv.	152.000,00	152.000,00	30.334,23	19,96	80.672,91	53,07	71.327,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.000,00	364.000,00	267.594,35	73,51	460.241,69	126,44	-96.241,69
Multas e Juros de Mora	129.000,00	129.000,00	24.686,35	19,14	88.661,57	68,73	40.338,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	209.742,66	097,43	282.344,02	823,44	-272.344,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	65.000,00	65.000,00	8.891,34	13,68	46.204,85	71,08	18.795,15
RECEITAS DIVERSAS	160.000,00	160.000,00	24.274,00	15,17	43.031,25	26,89	116.968,75
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.173.733,33	0,00	4.323.912,06	0,00	-4.323.912,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	39.415,00	0,00	-39.415,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	39.415,00	0,00	-39.415,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	23.100,00	0,00	62.700,00	0,00	-62.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	23.100,00	0,00	62.700,00	0,00	-62.700,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.150.633,33	0,00	4.221.797,06	0,00	-4.221.797,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	244.800,00	0,00	396.800,00	0,00	-396.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	905.833,33	0,00	3.824.997,06	0,00	-3.824.997,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.178.600,00	28.178.600,00	6.012.253,59	21,34	23.810.731,98	84,50	4.367.868,02

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.178.600,00	28.178.600,00	6.012.253,59	21,34	23.810.731,98	84,50	4.367.868,02
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.178.600,00	28.178.600,00	6.012.253,59	21,34	23.810.731,98	84,50	4.367.868,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	562.930,61	—	—	558.541,59	—	—
Superávit Financeiro	—	562.930,61	—	—	558.541,59	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)								
DESPESAS CORRENTES	28.178.600,00	4.538.073,90	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	22.918.137,30	70,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.455.100,00	715.052,22	26.170.152,22	3.577.763,49	20.596.716,35	4.584.395,24	18.429.661,86	70,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.778.000,00	-192.000,00	12.586.000,00	2.147.433,39	8.657.261,00	2.148.180,67	8.655.605,50	68,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00	-68.155,44	231.844,56	0,00	197.800,00	32.688,06	138.419,05	59,70
DESPESAS DE CAPITAL	12.377.100,00	975.207,66	13.352.307,66	1.430.330,10	11.741.655,35	2.403.525,51	9.635.637,31	72,16
INVESTIMENTOS	2.703.500,00	3.823.021,68	6.526.521,68	1.509.354,11	5.401.651,34	2.161.038,68	4.488.475,44	68,77
INVERSOES FINANCEIRAS	2.093.500,00	3.764.866,24	5.858.366,24	1.509.354,11	4.801.651,34	2.043.558,36	3.996.939,16	68,23
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	68.155,44	668.155,44	0,00	600.000,00	117.480,32	491.536,28	73,57
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.178.600,00	4.538.073,90	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	22.918.137,30	70,05

Continua 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	28.178.600,00	4.538.073,90	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	22.918.137,30	9.798.536,60
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	892.594,68	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.178.600,00	4.538.073,90	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	23.810.731,98	9.798.536,60

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI	FLARI RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 02

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.178.600,00	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	22.918.137,30	100,00	70,05
Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	120.260,06	486.000,71	120.260,06	486.080,31	2,12	43,31
Ação Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	120.260,06	486.000,71	120.260,06	486.080,31	2,12	43,31
Administração	3.141.000,00	3.141.000,00	463.184,53	2.508.231,31	525.974,91	2.233.820,03	9,75	71,12
Administração Geral	3.141.000,00	3.141.000,00	463.184,53	2.508.231,31	525.974,91	2.233.820,03	9,75	71,12
Defesa Nacional	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	110.000,00	146.000,00	16.893,79	103.682,63	13.865,68	89.741,29	0,39	61,47
Policimento	110.000,00	146.000,00	16.893,79	103.682,63	13.865,68	89.741,29	0,39	61,47
Assistência Social	1.571.000,00	1.579.141,14	225.801,92	1.037.047,48	224.078,84	940.610,02	4,10	59,56
Assistência à Criança e ao Adolescente	75.000,00	75.000,00	14.103,56	46.230,28	14.103,56	46.230,28	0,20	61,64
Assistência Comunitária	1.496.000,00	1.504.141,14	211.698,36	990.817,20	209.975,28	894.379,74	3,90	59,46
Saúde	6.252.400,00	7.772.785,02	1.417.518,94	6.662.911,83	1.673.203,91	6.350.304,74	27,71	81,70
Atenção Básica	5.903.200,00	7.357.221,93	1.406.547,76	6.290.358,71	1.598.871,21	6.007.776,64	26,21	81,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	296.600,00	333.063,09	1.359,00	322.834,44	65.764,52	293.853,42	1,28	88,23
Vigilância Epidemiológica	52.600,00	82.500,00	9.612,18	49.718,68	8.568,18	48.674,68	0,21	59,00
Educação	7.697.200,00	7.747.404,64	1.073.347,15	5.181.710,09	1.276.611,55	4.834.503,72	21,09	62,40
Alimentação e Nutrição	187.000,00	187.000,00	28.078,13	173.487,19	35.479,15	136.643,74	0,60	73,07
Ensino Fundamental	5.785.200,00	5.856.404,64	893.278,66	4.274.452,34	1.039.746,80	3.993.217,42	17,42	68,19
Ensino Médio	25.000,00	11.000,00	0,00	10.290,00	1.890,00	6.230,00	0,03	56,64
Ensino Superior	50.000,00	43.000,00	0,00	42.900,00	8.800,00	25.300,00	0,11	58,84
Educação Infantil	1.610.000,00	1.610.000,00	151.990,36	640.580,56	180.695,60	638.112,56	2,78	39,63
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	10.000,00	35.000,00	0,15	87,50
Cultura	114.000,00	109.000,00	5.000,00	100.000,00	13.850,00	33.250,00	0,15	30,50
Difusão Cultural	114.000,00	109.000,00	5.000,00	100.000,00	13.850,00	33.250,00	0,15	30,50
Urbanismo	220.000,00	3.142.181,22	833.333,33	3.136.614,38	1.357.157,98	2.379.451,20	10,38	75,73
Infra-Estrutura Urbana	160.000,00	3.142.181,22	833.333,33	3.136.614,38	1.357.157,98	2.379.451,20	10,38	75,73
Saneamento Básico Urbano	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	160.000,00	135.219,00	70.689,88	103.408,88	70.376,23	103.095,23	0,45	76,24
Habituação Urbana	160.000,00	135.219,00	70.689,88	103.408,88	70.376,23	103.095,23	0,45	76,24

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.178.600,00	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	22.918.137,30	100,00	70,05
Agricultura	1.150.000,00	1.203.942,88	168.128,98	997.791,17	309.007,00	766.470,34	3,34	63,66
Extensão Rural	1.150.000,00	1.203.942,88	168.128,98	997.791,17	309.007,00	766.470,34	3,34	63,66
Indústria	40.000,00	10.000,00	0,00	4.600,00	0,00	4.600,00	0,02	46,00
Promoção Industrial	40.000,00	10.000,00	0,00	4.600,00	0,00	4.600,00	0,02	46,00
Energia	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	5.063.000,00	5.135.000,00	666.504,37	4.408.253,67	924.715,22	3.723.788,55	16,25	72,52
Transporte Rodoviário	5.063.000,00	5.135.000,00	666.504,37	4.408.253,67	924.715,22	3.723.788,55	16,25	72,52
Desporto e Lazer	205.000,00	205.000,00	26.454,65	120.315,54	29.121,92	110.559,57	0,48	53,93
Desporto Comunitário	205.000,00	205.000,00	26.454,65	120.315,54	29.121,92	110.559,57	0,48	53,93
Encargos Especiais	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.147.800,00	207.210,62	862.862,30	3,76	69,03
Outros Encargos Especiais	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.147.800,00	207.210,62	862.862,30	3,76	69,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.178.600,00	32.716.673,90	5.087.117,60	25.998.367,69	6.745.433,92	22.918.137,30	100,00	70,05

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI	FLAIR RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por consar no orçamento.

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 03 Rcl

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (Jul. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.408.341,12	2.409.974,49	3.148.698,47	3.038.862,13	2.918.353,60	2.888.728,27	2.440.783,03	2.738.838,33	3.120.017,91	2.615.161,74	2.708.467,51	2.761.818,61	33.198.955,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	92.389,19	118.016,68	467.009,65	178.759,04	125.795,56	208.068,82	113.674,83	182.575,55	425.506,44	167.130,64	182.777,99	193.052,40	2.145.000,00
IPTU	7.086,12	0,00	2.064,38	47.801,93	0,00	0,00	0,00	7.795,76	154.588,97	7.661,81	34.666,09	4.967,38	239.401,08
IRRF	25,76	2.785,39	356.751,89	37.389,30	33.886,63	34.203,36	37.214,72	33.344,03	34.783,15	33.469,91	34.666,09	2.092,07	640.614,60
ISSL	75.911,77	100.723,17	71.824,71	82.662,40	56.295,38	62.859,63	62.404,56	84.305,08	94.010,54	87.528,28	94.636,07	102.167,79	975.296,39
ITBI	4.288,33	6.383,34	23.500,75	4.754,42	12.670,00	29.257,00	19.000,00	5.300,00	12.553,25	8.800,00	25.082,11	34.576,00	189.229,20
Outras Receitas Tributárias	5.197,21	8.124,98	1.100,69	22.961,94	22.961,94	81.746,83	12.155,65	21.638,67	128.592,53	29.672,42	20.731,91	14.249,16	170.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.398,03	4.872,04	189.500,10	22.249,68	23.768,97	21.934,23	22.966,75	22.695,32	22.757,88	22.670,03	22.830,52	23.550,34	380.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.296,95	20.057,94	27.698,41	19.045,82	42.023,14	19.743,02	24.314,45	20.695,90	22.494,76	42.490,56	37.152,76	21.628,47	50.400,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.000,00	6.200,00	0,00	5.485,20	2.578,17	4.371,17	6.248,00	10.665,65	0,00	1.226,72	0,00	3.562,71	30.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	695,00	1.029,62	10.593,03	64,00	705,55	147,69	99,24	239,10	7.282,40	2.552,65	3.259,66	111,40	32.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.275.800,85	2.230.101,99	2.428.452,18	2.746.780,49	2.708.145,81	2.616.644,51	2.254.910,05	2.507.067,70	2.613.775,59	2.201.938,00	2.305.024,98	2.445.751,54	29.427.963,69
Cota-Parte do FPM	470.237,72	470.244,94	654.101,18	985.788,53	793.108,49	946.923,86	502.931,05	573.394,90	764.119,07	573.039,99	492.163,85	597.901,41	7.724.419,89
Cota-Parte do ICMS	917.742,96	892.655,81	994.161,24	989.945,57	989.039,01	948.070,61	961.792,43	937.447,85	995.906,64	995.749,09	898.385,31	962.930,55	8.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	86.313,50	85.395,10	56.134,58	27.797,37	49.172,84	70.071,25	78.972,88	108.797,98	116.727,31	104.567,47	120.525,69	96.555,10	1.140.829,07
Cota-Parte do ITR	11.688,59	12.228,22	831,20	795,04	439,18	571,94	57,81	113,63	75,84	198,51	153,86	143,03	27.300,85
Outras Transferências Correntes	360.806,09	341.804,46	242.219,28	299.099,35	342.294,20	274.754,38	275.377,93	442.635,93	294.189,17	187.394,12	366.335,62	341.746,00	3.230.000,00
Transferências da LC 61/1989	13.061,31	13.962,63	15.468,17	16.593,51	15.931,30	10.790,27	10.543,48	11.473,90	12.479,75	11.886,30	12.210,94	12.585,77	156.968,33
Transferências da LC 87/1996	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.209,90	4.209,90	0,00	4.209,90	4.209,90	4.209,90	4.209,90	4.209,90	45.929,10
Transferências do FUNDEC	421.823,73	409.894,66	461.401,58	424.686,17	506.990,89	461.252,30	425.774,47	428.995,71	469.055,91	443.892,62	411.039,81	439.677,78	5.180.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.801,10	27.896,02	25.294,10	63.395,90	15.234,01	17.816,63	16.942,61	25.570,11	28.196,84	87.282,94	193.422,90	109.171,75	596.629,81
DEDUÇÕES (II)	300.633,57	295.720,29	344.995,08	342.805,64	371.777,90	373.989,35	306.642,62	324.792,61	367.607,98	329.752,80	303.089,08	330.347,98	3.994.105,90
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	300.633,57	295.720,29	344.995,08	342.805,64	371.777,90	373.989,35	306.642,62	324.792,61	367.607,98	329.752,80	303.089,08	330.347,98	3.994.105,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.107.707,55	2.114.254,20	2.803.642,39	2.696.056,49	2.546.475,70	2.514.738,92	2.132.140,41	2.415.045,72	2.752.409,93	2.285.408,94	2.405.378,43	2.431.470,63	28.178.800,00

FONTE:
Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLAIR RAFAEL TRICHES CONTADOR GROSSO 16.312/046	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
--------------------------------------	--	--

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 05 Resultado Nominal

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.248.800,74	1.000.619,78	904.754,46
DEDUÇÕES (II)	1.936.383,90	4.463.232,78	3.484.128,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.965.355,72	4.463.232,78	3.484.128,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	28.971,82	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-687.583,16	-3.462.613,00	-2.579.374,05
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-687.583,16	-3.462.613,00	-2.579.374,05

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	883.238,95	-1.891.790,89

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	666.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 06 Resultado Primario

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	28.128.200,00	4.793.116,92	19.269.636,31	17.092.898,13
Receita Tributária	2.145.000,00	340.609,39	1.533.364,92	1.023.607,72
I.P.T.U.	320.000,00	12.408,19	182.257,15	319.917,00
I.S.S.	1.030.000,00	196.803,86	644.176,34	457.971,48
I.T.B.I.	170.000,00	59.668,11	130.328,36	116.392,20
I.R.R.F.	443.000,00	36.748,16	243.661,96	69,56
Outras Receitas Tributárias	182.000,00	34.981,07	332.941,11	129.257,48
Receita de Contribuição	380.000,00	46.380,86	183.102,04	57.098,96
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	380.000,00	46.380,86	183.102,04	57.098,96
Receita Patrimonial Líquida	0,00	14.270,09	16.451,69	1.021,77
Receita Patrimonial	50.400,00	59.673,43	233.635,30	111.970,12
(-) Aplicações Financeiras	50.400,00	45.403,34	217.183,61	110.948,35
Transferências Correntes	25.177.200,00	4.117.339,46	17.033.247,86	15.841.587,02
F.P.M.	6.800.000,00	872.056,25	4.114.438,20	3.808.777,31
I.C.M.S.	9.040.000,00	1.481.052,88	6.091.459,51	5.356.085,88
Convênios	152.000,00	30.334,23	80.672,91	745.580,30
Outras Transferências Correntes	9.185.200,00	1.733.896,10	6.746.677,24	5.931.143,53
Demais Receitas Correntes	426.000,00	274.517,12	503.469,80	169.582,66
Dívida Ativa	65.000,00	8.891,34	46.204,85	25.650,96
Diversas Receitas Correntes	361.000,00	265.625,78	457.264,95	143.931,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	1.173.733,33	4.323.912,06	762.943,68
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	39.415,00	126.603,44
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	23.100,00	62.700,00	17.500,00
Transferências de Capital	0,00	1.150.633,33	4.221.797,06	618.840,24
Convênios	0,00	905.833,33	3.824.997,06	338.976,27
Outras Transferências de Capital	0,00	244.800,00	396.800,00	279.863,97
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.150.633,33	4.221.797,06	618.840,24
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.128.200,00	5.943.750,25	23.491.433,37	17.711.738,37

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	26.170.152,22	4.584.395,24	18.429.661,86	14.562.084,35
Pessoal e Encargos Sociais	12.586.000,00	2.148.180,67	8.655.605,50	7.252.424,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	231.844,56	32.689,06	138.419,05	146.471,62
Outras Despesas Correntes	13.352.307,66	2.403.525,51	9.635.637,31	7.163.188,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.938.307,66	4.551.706,18	18.291.242,81	14.415.612,73
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.526.521,68	2.161.038,68	4.488.475,44	1.527.893,43
Investimentos	5.858.366,24	2.043.558,36	3.996.939,16	1.222.276,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	668.155,44	117.480,32	491.536,28	305.616,85
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.858.366,24	2.043.558,36	3.996.939,16	1.222.276,58

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	31.816.673,90	6.595.264,54	22.288.181,97	15.637.889,31
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.688.473,90	-651.514,29	1.203.251,40	2.073.849,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	558.541,59	0,00
Superávit Financeiro	-	-	558.541,59	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				849.600,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

 EDEGAR GIORDANI
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLARI RAFAEL TRICHES
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

 JONAS MANOEL SIRINO
 COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 07 Restos A Pagar

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	28.971,82	28.971,82	-	-	187.572,31	911.988,28	175.554,32	175.554,32	-
EXECUTIVO		0,00	28.971,82	28.971,82	0,00	0,00	187.572,31	911.988,28	175.554,32	175.554,32	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	28.971,82	28.971,82	0,00	0,00	187.572,31	911.988,28	175.554,32	175.554,32	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.624,19	0,00	61.035,00	61.035,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.892,22	0,00	16.463,42	16.463,42	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.055,90	911.988,28	98.055,90	98.055,90	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	28.971,82	28.971,82	0,00	0,00	187.572,31	911.988,28	175.554,32	175.554,32	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GORDANI	FLAIR RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR ORÇ/SC 16.312/0-6	COORDENADOR DE CONTROLE IN

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 08 MDE

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.065.000,00	2.065.000,00	320.689,92	1.268.278,07	61,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	404.000,00	404.000,00	24.243,53	238.159,07	58,95
1.1.1- IPTU	320.000,00	320.000,00	12.629,19	182.478,15	57,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.000,00	4.000,00	458,88	625,91	15,65
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	6.133,29	31.427,42	62,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	5.022,17	23.627,59	78,76
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	59.668,11	130.328,36	76,66
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	59.668,11	130.328,36	76,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.048.000,00	1.048.000,00	200.030,12	656.128,68	62,61
1.3.1- ISS	1.030.000,00	1.030.000,00	196.803,86	644.412,26	62,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	1.884,65	6.267,46	52,40
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	597,90	3.484,10	116,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	743,71	1.944,86	64,83
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	443.000,00	443.000,00	36.748,16	243.661,96	55,00
1.4.1- IRRF	443.000,00	443.000,00	36.748,16	243.661,96	55,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.959.000,00	20.959.000,00	3.191.985,31	13.631.881,34	65,04
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	1.090.070,26	5.143.047,52	60,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	1.090.070,26	5.143.047,52	60,51
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.300.000,00	11.300.000,00	1.851.315,86	7.614.323,49	67,38
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	8.419,80	29.469,30	42,10
2.4- Cota-Parte IP-E-Exportação	125.000,00	125.000,00	24.797,71	97.902,71	78,32
2.5- Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	299,89	1.746,80	43,67
2.6- Cota-Parte IPVA	960.000,00	960.000,00	217.081,79	745.391,52	77,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.024.000,00	23.024.000,00	3.512.675,23	14.900.159,41	64,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	606.000,00	606.000,00	135.781,94	518.925,67	85,63
5.1- Transferências do Salário-Educação	400.000,00	400.000,00	90.632,22	388.554,38	97,14
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	116.000,00	116.000,00	26.332,00	78.996,00	68,10
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.000,00	82.000,00	14.561,36	36.403,40	44,39
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.000,00	8.000,00	4.056,36	14.971,89	187,15
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	152.000,00	152.000,00	30.334,23	308.669,98	203,07
6.1- Transferências de Convênios	152.000,00	152.000,00	30.334,23	308.669,98	203,07
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	57.000,00	57.000,00	3.936,91	171.501,02	300,88
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	815.000,00	815.000,00	170.053,08	999.096,67	122,59
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.191.800,00	4.191.800,00	633.437,06	2.709.980,32	64,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	218.014,01	1.028.609,32	60,51
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.260.000,00	2.260.000,00	370.262,98	1.522.863,98	67,38
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	1.683,96	5.893,86	42,10
10.4- Cota-Parte IP-E-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	25.000,00	25.000,00	0,00	3.186,25	12,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	59,95	349,29	43,66
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	192.000,00	192.000,00	43.416,16	149.077,62	77,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.190.000,00	5.190.000,00	854.932,62	3.603.672,45	69,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.180.000,00	5.180.000,00	850.706,59	3.586.678,49	69,24
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	4.224,03	16.993,96	169,94
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	988.200,00	988.200,00	217.271,53	876.698,17	88,72
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.114.000,00	3.114.000,00	704.579,29	2.256.738,51	72,47
13.1- Com Educação Infantil	720.000,00	720.000,00	125.520,36	483.207,52	67,11
13.2- Com Ensino Fundamental	2.394.000,00	2.394.000,00	579.058,93	1.773.530,99	74,08
14- OUTRAS DESPESAS	2.076.000,00	2.118.039,74	94.028,89	1.171.489,48	55,31
14.1- Com Educação Infantil	520.000,00	520.000,00	19.158,14	115.293,44	22,17
14.2- Com Ensino Fundamental	1.556.000,00	1.598.039,74	74.870,75	1.056.196,04	68,09
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.190.000,00	5.232.039,74	798.608,18	3.428.227,99	65,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.428.227,99
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					62,62
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					32,51
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					4,87
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	5.756.000,00	5.756.000,00	878.168,81	3.725.039,85	64,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.610.000,00	1.610.000,00	180.695,60	638.112,56	39,63
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.144.200,00	5.186.239,74	949.727,09	3.484.641,01	67,19
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.950.000,00	3.992.039,74	653.929,68	2.829.727,03	70,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.194.200,00	1.194.200,00	295.797,41	654.913,98	54,84
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.754.200,00	6.796.239,74	1.130.422,69	4.122.753,57	60,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					876.698,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					16.993,96
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					42.039,74
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					935.731,87
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.187.021,70
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					21,39
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	406.000,00	406.000,00	44.233,07	259.362,14	63,88
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200.000,00	229.164,90	28.732,66	170.134,01	74,24
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	606.000,00	635.164,90	72.965,73	429.496,15	67,62
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.360.200,00	7.431.404,64	1.203.388,42	4.552.249,72	61,26

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.586.678,49	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		16.993,96	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		3.603.672,45	0,00

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORIANI	FLÁRI RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 42.039,74, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 12 Saude

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.065.000,00	2.065.000,00	1.268.278,07	61,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	320.000,00	320.000,00	182.478,15	57,02
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	130.328,36	76,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.030.000,00	1.030.000,00	644.412,26	62,56
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	443.000,00	443.000,00	243.661,96	55,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	16.000,00	16.000,00	6.913,37	43,21
Dívida Ativa dos Impostos	53.000,00	53.000,00	34.911,52	65,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	33.000,00	33.000,00	25.572,45	77,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.959.000,00	20.959.000,00	13.631.881,34	65,04
Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	5.143.047,52	60,51
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	1.746,80	43,67
Cota-Parte IPVA	960.000,00	960.000,00	745.391,52	77,64
Cota-Parte ICMS	11.300.000,00	11.300.000,00	7.614.323,49	67,38
Cota-Parte IPH-Exportação	125.000,00	125.000,00	97.902,71	78,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	29.469,30	42,10
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	29.469,30	42,10
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	23.024.000,00	23.024.000,00	14.900.159,41	64,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.113.400,00	2.113.400,00	1.897.562,36	89,79
Provenientes da União	1.925.400,00	1.925.400,00	1.813.163,02	94,17
Provenientes dos Estados	188.000,00	188.000,00	84.399,34	44,89
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	3.119,82	155,99
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.115.400,00	2.115.400,00	1.900.682,18	89,85
DESPESAS COM SAÚDE				
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.132.900,00	6.972.617,64	5.876.591,96	84,28
Pessoal e Encargos Sociais	3.231.000,00	3.079.000,00	2.198.836,92	71,41
Outras Despesas Correntes	2.901.900,00	3.893.617,64	3.677.755,04	94,46
			5.563.984,87	79,80
			2.197.181,42	71,36
			3.366.803,45	86,47

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	119.500,00	800.167,38	786.319,87	98,27	786.319,87	98,27
	119.500,00	800.167,38	786.319,87	98,27	786.319,87	98,27
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.252.400,00	7.772.785,02	6.662.911,83	85,72	6.350.304,74	81,70
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% (h/Vf)x100	DESPESAS LIQUIDADAS	% (i/Vg)x100
			Até o Bimestre (h)		Até o Bimestre (i)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.113.400,00	2.698.821,93	2.397.215,61	35,98	2.222.748,64	35,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.113.400,00	2.698.821,93	2.397.215,61	35,98	2.222.748,64	35,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.113.400,00	2.698.821,93	2.397.215,61	35,98	2.222.748,64	35,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.139.000,00	5.073.963,09	4.265.696,22	49,74	4.127.556,10	46,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						27,70
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIb)/100]						1.892.532,19

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	TOTAL (VIII)	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)					
		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)					
		-	-			-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS % (m/Total m)*100
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	5.903.200,00	7.357.221,93	6.290.358,71	94,41	94,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	296.600,00	333.063,09	322.834,44	4,85	4,63
Vigilância Epidemiológica	52.600,00	82.500,00	49.718,68	0,75	0,77
TOTAL	6.252.400,00	7.772.785,02	6.662.911,83	100,00	100,00

FONTE:

¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
²O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

EDEGAR GIORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLAIR RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	--	--

RREO Quarto Bimestre 2014 Anexo 14 Simplificado

Município de Faxinal dos Guedes - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	28.178.600,00	
Previsão Atualizada		—	28.178.600,00	
Receitas Realizadas		6.012.253,59	23.810.731,98	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	558.541,59	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	28.178.600,00	
Créditos Adicionais		—	4.538.073,90	
Dotação Atualizada		—	32.716.673,90	
Despesas Empenhadas		5.087.117,60	25.998.367,69	
Despesas Liquidadas		6.745.433,92	22.918.137,30	
Superavit Orçamentário		—	892.594,68	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.087.117,60	25.998.367,69	
Despesas Liquidadas		6.745.433,92	22.918.137,30	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			29.205.849,31	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		666.000,00	-1.891.790,89	-284,05
Resultado Primário		849.600,00	1.203.251,40	141,63
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.099.560,59	0,00	175.554,32	924.006,27
EXECUTIVO	1.099.560,59	0,00	175.554,32	924.006,27
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	28.971,82	0,00	28.971,82	0,00
EXECUTIVO	28.971,82	0,00	28.971,82	0,00
TOTAL:	1.128.532,41	0,00	204.526,14	924.006,27
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.187.021,70	25%	21,39
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.256.738,51	60%	62,62
Liquidadas		2.256.738,51		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		39.415,00	-39.415,00	
Despesa de Capital Líquida		4.488.475,44	2.038.046,24	

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			62.700,00	-62.700,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.127.556,10		15,00	27,70
Liquidadas	4.127.556,10			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 15/09/2014

 EDEGAR GIORDANI
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLÁRI RAFAEL TRICHES
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

 JONAS MANOEL SIRINO
 COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 112, de 04 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº. 112, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

DELEGA COMPETÊNCIA AOS SERVIDORES EDELA ARNS BACK E FÁBIO VIEIRA LEANDRO OU KARINA LOURENÇO DA SILVA A COMPETÊNCIA PARA EMITIR OS ALVARÁS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, e da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado aos servidores EDELA ARNS BACK, ocupante do cargo de Gerente de Tributação, e FÁBIO VIEIRA LEANDRO ou KARINA LOURENÇO DA SILVA, ocupantes do cargo de Fiscal de Posturas, a competência para emitir os Alvarás de Localização e Funcionamento, nos termos da Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Forquilha e da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Ata de Registro de Preços Nº. 03/Fma/2014 - Referente Pregão Presencial Nº. 13/Fma/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/FMA/2014
(Referente Pregão Presencial nº. 13/FMA/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, através do FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1.KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ/MF nº. 78.885.548/0001-53, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 4350, Cidade de Forquilha/SC, neste ato representada pela Sra. Isabel Buss, brasileira, CI 2578034, CPF 562.629.499-68;

2.TECMOLD IND. E COMÉRCIL LTDA, CNPJ/MF nº.

00.821.296/0001-01 estabelecida na Rua Nissin Castiel, em Gravataí, neste ato representada pelo Sr. Leonel Domingos Bortoncello, brasileiro, CI 1005593627, CPF 005.103.780-72;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 13/FMA/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para uso junto a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. A Prefeitura Municipal de Forquilha, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, poderá a qualquer tempo (durante a vigência do contrato), determinar novos relatórios de ensaio de todas as bitolas dos tubos (itens 1 a 9), referente a resistência e a compressão diametral, conforme NBR 8890/2003.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão

previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se

como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias,

facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 13/FMA/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 16 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Isabel Buss

CPF: 562.629.499-68

TECMOLD IND. E COMÉRCIL LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Leonel Domingos Bortoncello

CPF: 005.103.780-72;

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 181/PMF/2014AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 181/PMF/2014.

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de outubro de 2014 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou pelo site www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 15 de setembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Nota de Revogação Nº. 20/PMF/2014

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 20/PMF/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 175/PMF/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de "sementes de flores e sementes nativas", a serem utilizadas no Horto Florestal do município de Forquilha/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, pelo período de 12 meses.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela Pregoeira, Sra. Erika De Luca Tiscoski Back, no dia doze do mês de setembro de dois mil e quatorze, às nove horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar do referido pregão. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Pregão presencial nº. 175/2014 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 12 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0244/2014**

DECRETO Nº 0244, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

ACRESCENTA PARÁGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 15, DO DECRETO N.º 090, DE 25 DE JULHO DE 2005, DEFININDO A TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA DO SERVIÇO DE TÁXI AOS SUCESSORES LEGÍTIMOS DO OUTORGADO EM CASO DE FALECIMENTO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 61, incisos III, VI e XXVI da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º. Este Decreto acrescenta parágrafo primeiro e segundo ao artigo 15, do Decreto-Lei nº. 0014, de 09 de Janeiro de 2013, autorizando a concessão do direito à exploração do serviço a sucessores legítimos, em caso de falecimento do outorgado.

Art. 2º. O art. 15, do Decreto-Lei nº 090, de 25 de Julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 15

Parágrafo Primeiro. Em caso de falecimento do outorgado, o direito à exploração do serviço será transferido a seus sucessores legítimos, nos termos dos artigos 1.829 e seguintes do Título II do Livro V da Parte Especial da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo. Transferência de que trata o §1º dar-se-á pelo prazo da outorga e é condicionada à prévia anuência do poder público municipal e ao atendimento dos requisitos fixados para a outorga.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 15 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1816/2014

PORTARIA Nº 1.816, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ANDY KAREN DE LEMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 070.797.219-11, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1817/2014

PORTARIA Nº 1.817, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ALINE OLIVO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 068.147.499-80, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1818/2014

PORTARIA Nº 1.818, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Redução de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria n.º 1.808, de 11 de setembro de 2014, que reduziu de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais a carga horária da servidora FRANCIELE REGINA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.774.519-60, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, a partir de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1819/2014

PORTARIA N.º 1.819, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045 de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0141/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE REGINA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.774.519-60, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1820/2014

PORTARIA Nº 1.820, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria n.º 1.600, de 05 de junho de 2013, que ampliou de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ALESSANDRA DEVENS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 007.693.309-16, contrata em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, a partir de 16 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1821/2014

PORTARIA Nº 1.821, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora DRIELI SCHONS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 083.017.749-32, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1822/2014

PORTARIA Nº 1.822, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora PATRICIA APARECIDA VACARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 100.936.469-33, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1823/2014

PORTARIA Nº 1.823, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027, de 09 de maio de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NORACI DE MAIA VANZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 904.808.059-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2014 até 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1824/2014

PORTARIA Nº 1.824, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028, de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINE GATTI ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 079.423.949-80, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de setembro de 2014 até 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

4 Bimestre

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.146.056,70	17,85	54.140.647,95	73,53
RECEITAS CORRENTES	69.102.000,00	69.102.000,00	12.230.104,40	17,70	51.135.342,52	74,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.570.100,00	9.570.100,00	1.460.279,19	15,26	7.527.742,11	78,66
IMPOSTOS	6.280.000,00	6.280.000,00	1.066.850,95	16,99	5.171.266,42	82,35
TAXAS	2.628.400,00	2.628.400,00	325.671,70	12,39	2.072.026,86	78,83
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	661.700,00	661.700,00	67.756,54	10,24	284.448,83	42,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00	920.000,00	147.534,01	16,04	605.304,43	65,79
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	920.000,00	920.000,00	147.534,01	16,04	605.304,43	65,79
RECEITA PATRIMONIAL	645.900,00	645.900,00	191.589,75	29,66	638.447,05	98,85
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	6.373,00	63,73	21.935,22	219,35
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	625.900,00	625.900,00	183.842,37	29,37	611.126,72	97,64
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000,00	10.000,00	1.374,38	13,74	5.385,11	53,85
RECEITA DE SERVIÇOS	4.638.500,00	4.638.500,00	769.353,65	16,59	3.037.907,61	65,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.541.500,00	51.541.500,00	9.432.455,64	18,30	38.381.377,37	74,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	51.358.500,00	51.358.500,00	9.160.304,77	17,84	37.428.655,40	72,88
Transf de Instituições Privadas	158.000,00	158.000,00	22.150,95	14,02	92.310,23	58,42
Transf de Pessoas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	10.430,00	41,72
Transf de Conv.	0,00	0,00	249.999,92	0,00	849.981,74	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.786.000,00	1.786.000,00	228.892,16	12,82	944.563,95	52,89
Multas e Juros de Mora	824.000,00	824.000,00	113.526,70	13,78	438.877,62	53,26
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	92.000,00	92.000,00	13.416,83	14,58	117.932,07	128,19
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	854.000,00	854.000,00	96.330,67	11,28	372.378,76	43,60
RECEITAS DIVERSAS	16.000,00	16.000,00	5.617,96	35,11	15.375,50	96,10
RECEITAS DE CAPITAL	4.528.000,00	4.528.000,00	915.952,30	20,23	3.005.305,43	66,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	103.000,00	103.000,00	64.930,10	63,04	168.566,02	163,66
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	75.000,00	107,14
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.000,00	33.000,00	64.930,10	196,76	93.566,02	283,53
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	425.000,00	425.000,00	851.022,20	200,24	2.836.739,41	667,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	425.000,00	425.000,00	8.316,00	1,96	1.128.316,00	265,49

Continua 1/4

admin

Continuação 2/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	73.630.000,00 0,00	73.630.000,00 0,00	13.146.056,70 842.706,20	17,85 0,00	54.140.647,95 1.708.423,41	73,53 0,00	19.489.352,05 -1.708.423,41
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.146.056,70	17,85	54.140.647,95	73,53	19.489.352,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.146.056,70	17,85	54.140.647,95	73,53	19.489.352,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.146.056,70	17,85	54.140.647,95	73,53	19.489.352,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.877.189,89	—	—	2.643.902,18	—	—
Superávit Financeiro	—	4.877.189,89	—	—	2.643.902,18	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

admin

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.630.000,00	13.456.707,55	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.099,68	56,67
DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00	7.670.199,95	68.034.129,95	9.405.619,02	50.736.453,97	11.424.501,74	44.384.546,61	65,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.556.300,00	1.214.220,03	37.770.520,03	5.975.696,51	23.947.643,14	6.235.001,36	23.571.353,73	62,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	-146.000,00	454.000,00	0,00	383.675,00	50.821,74	251.417,50	55,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.207.630,00	6.601.979,92	29.809.609,92	3.429.922,51	26.405.135,83	5.138.678,64	20.561.775,38	68,98
DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00	5.786.507,60	18.852.577,60	1.827.062,20	9.332.776,03	1.569.768,69	4.964.553,07	26,33
INVESTIMENTOS	10.666.070,00	5.740.507,60	16.406.577,60	1.781.062,20	6.886.776,03	1.171.559,44	3.336.671,71	20,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00	46.000,00	2.446.000,00	46.000,00	2.446.000,00	398.209,25	1.627.881,36	66,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.630.000,00	13.456.707,55	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.099,68	56,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.630.000,00	13.456.707,55	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.099,68	56,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.791.548,27	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.630.000,00	13.456.707,55	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	54.140.647,95	62,17

Continua 3/4

admin

FONTE:

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.093,68	100,00	37.737.607,87
Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	44.961,72	1.582.326,64	295.350,26	1.136.250,66	2,30	1.163.749,34
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	44.961,72	1.582.326,64	295.350,26	1.136.250,66	2,30	1.163.749,34
Administração	6.217.000,00	7.258.764,68	723.952,66	5.234.026,53	1.037.386,46	4.480.047,29	9,08	2.778.717,39
Administração Geral	4.837.000,00	5.229.690,42	527.770,42	3.658.184,06	727.589,63	3.237.879,97	6,56	1.991.810,45
Administração Financeira	1.230.000,00	1.914.074,26	181.472,80	1.516.443,33	294.743,08	1.184.108,74	2,40	729.965,52
Controle Interno	150.000,00	115.000,00	14.709,44	59.399,14	15.053,75	58.058,58	0,12	56.941,42
Segurança Pública	792.000,00	1.220.938,79	90.505,09	413.947,99	104.120,25	328.763,89	0,67	892.174,90
Policimento	461.000,00	602.038,91	66.592,74	320.335,97	89.822,76	258.003,53	0,52	344.035,38
Defesa Civil	331.000,00	618.899,88	23.912,35	93.612,02	14.297,49	70.760,36	0,14	548.139,52
Assistência Social	1.760.120,00	2.642.774,07	294.650,86	1.646.872,58	398.595,43	1.363.922,19	2,76	1.278.851,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	67.200,00	64.270,10	8.687,08	35.556,29	6.825,64	31.239,08	0,06	33.031,02
Assistência Comunitária	1.692.920,00	2.578.503,97	285.963,78	1.611.316,29	391.769,79	1.332.683,11	2,70	1.245.820,86
Saúde	12.126.240,00	17.429.554,49	2.125.395,11	13.796.720,70	3.046.279,71	11.485.690,50	23,27	5.943.863,99
Atenção Básica	8.919.240,00	13.379.409,81	1.758.462,58	10.445.391,20	2.266.899,74	8.740.158,05	17,71	4.639.251,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.201.000,00	2.913.746,13	203.889,70	2.648.890,94	611.524,18	2.084.991,41	4,22	828.754,72
Suporte Profilático e Terapêutico	694.500,00	602.042,46	68.817,26	364.297,66	87.161,99	356.427,81	0,72	245.614,65
Vigilância Sanitária	132.000,00	136.411,96	38.813,77	98.862,59	40.469,54	93.433,52	0,19	42.978,44
Vigilância Epidemiológica	179.500,00	397.944,13	55.411,80	239.278,31	40.224,26	210.679,71	0,43	187.264,42
Educação	26.591.340,00	28.900.690,00	5.169.333,12	20.399.104,31	5.149.750,31	17.794.083,86	36,06	11.106.606,14
Administração Geral	30.000,00	83.000,00	13.209,50	82.500,72	7.105,35	44.884,26	0,09	38.115,74
Alimentação e Nutrição	1.535.800,00	1.513.734,94	258.254,57	1.031.238,36	265.712,53	958.231,57	1,94	555.503,37
Ensino Fundamental	15.472.390,00	17.387.049,89	2.954.616,50	12.107.554,66	2.973.782,66	10.199.455,56	20,67	7.187.594,33
Ensino Médio	350.000,00	504.270,40	209.508,13	504.270,40	112.610,02	367.605,92	0,74	136.664,48
Ensino Superior	500.000,00	400.000,00	100.000,00	400.000,00	63.391,26	300.000,00	0,61	100.000,00
Educação Infantil	8.610.050,00	8.989.169,03	1.632.358,90	6.255.220,07	1.724.011,39	5.910.750,28	11,98	3.078.418,75
Educação de Jovens e Adultos	93.100,00	23.465,74	1.385,52	18.320,10	3.137,10	13.156,27	0,03	10.309,47

Continua 1/3

admin

Continuação 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	73.630.000,00	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.099,68	100,00	37.737.607,87
Difusão Cultural	1.145.000,00	1.241.908,93	89.881,90	679.789,94	106.699,37	573.714,70	1,16	668.194,23
Urbanismo	1.145.000,00	1.241.908,93	89.881,90	679.789,94	106.699,37	573.714,70	1,16	668.194,23
Infra-Estrutura Urbana	8.514.200,00	11.925.637,41	1.722.564,57	5.036.075,59	924.853,26	2.975.372,90	6,03	8.950.264,51
Serviços Urbanos	7.350.000,00	10.671.868,02	1.722.564,57	4.122.292,55	724.652,65	2.360.570,98	4,78	8.311.297,04
Transportes Coletivos Urbanos	1.144.000,00	1.058.274,26	0,00	762.000,00	140.093,73	554.695,04	1,12	503.579,22
Habitação	20.200,00	195.495,13	0,00	151.783,04	60.106,88	60.106,88	0,12	135.388,25
Habitação Rural	81.000,00	77.606,29	0,00	44.977,80	0,00	44.977,80	0,09	32.628,49
Habitação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	71.000,00	77.606,29	0,00	44.977,80	0,00	44.977,80	0,09	32.628,49
Saneamento Básico Urbano	5.313.000,00	5.325.000,00	413.835,43	4.272.221,17	858.453,41	3.639.329,21	7,37	1.685.670,79
Gestão Ambiental	5.313.000,00	5.325.000,00	413.835,43	4.272.221,17	858.453,41	3.639.329,21	7,37	1.685.670,79
Preservação e Conservação Ambiental	120.000,00	45.000,00	0,00	40.065,24	2.324,36	25.315,24	0,05	19.684,76
Recursos Hídricos	70.000,00	45.000,00	0,00	40.065,24	2.324,36	25.315,24	0,05	19.684,76
Agricultura	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	2.060.000,00	2.141.175,28	139.824,81	1.761.508,21	192.215,30	1.539.847,81	3,12	601.327,47
Indústria	2.060.000,00	2.141.175,28	139.824,81	1.761.508,21	192.215,30	1.539.847,81	3,12	601.327,47
Promoção Industrial	140.000,00	117.011,50	0,00	98.788,50	7.000,00	77.321,50	0,16	39.690,00
Comércio e Serviços	140.000,00	117.011,50	0,00	98.788,50	7.000,00	77.321,50	0,16	39.690,00
Turismo	230.000,00	203.200,00	30.500,00	198.906,10	43.969,24	153.974,24	0,31	49.225,76
Transporte	230.000,00	203.200,00	30.500,00	198.906,10	43.969,24	153.974,24	0,31	49.225,76
Transporte Rodoviário	440.100,00	1.175.982,35	190.536,29	830.944,82	182.873,87	781.387,35	1,58	394.595,00
Desporto e Lazer	440.100,00	1.175.982,35	190.536,29	830.944,82	182.873,87	781.387,35	1,58	394.595,00
Desporto Comunitário	1.050.000,00	1.231.463,76	119.977,31	726.422,27	164.213,30	596.149,14	1,21	635.314,62
Encargos Especiais	1.050.000,00	1.231.463,76	119.977,31	726.422,27	164.213,30	596.149,14	1,21	635.314,62
Serviço da Dívida Interna	4.550.000,00	3.650.000,00	76.762,35	3.306.531,61	480.185,90	2.352.951,40	4,77	1.297.048,60
Outros Encargos Especiais	3.000.000,00	2.900.000,00	46.000,00	2.829.675,00	449.030,99	1.879.298,86	3,81	1.020.701,14
	1.550.000,00	750.000,00	30.762,35	476.856,61	31.154,91	473.652,54	0,96	276.347,46

Continua 2/3

admin

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.099,68	100,00	56,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	73.630.000,00	87.086.707,55	11.232.681,22	60.069.230,00	12.994.270,43	49.349.099,68	100,00	56,67

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO	MÁRCIO LUÍS MACHADO	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
ESPECIFICAÇÃO		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I) RECEITA TRIBUTÁRIA I.P.T.U. I.R.R.F. I.S.S. I.T.B.I. Outras Receitas Tributárias		6.291.455,84	7.308.138,27	6.530.483,02	7.774.717,35	6.938.778,71	7.168.523,04	6.621.965,92	7.995.336,17	7.129.352,40	6.461.643,20	6.417.886,03	6.849.408,39	83.477.988,34	76.250.000,00
		645.121,51	763.536,75	579.768,96	888.067,27	887.579,54	1.174.551,78	883.946,75	1.778.065,11	878.438,38	665.751,36	728.887,12	731.592,07	10.494.238,60	9.570.100,00
		43.925,19	113.657,62	11.984,55	11.347,54	7.154,86	98.116,49	193.715,63	1.166.950,77	87.208,10	40.252,84	41.009,00	37.750,37	1.853.113,16	1.750.000,00
		82.652,75	64.117,07	68.584,01	142.593,11	86.756,36	108.627,18	92.461,78	79.408,31	75.582,98	77.403,73	81.149,76	108.361,75	1.063.595,79	880.000,00
		248.576,35	227.138,72	244.450,89	270.481,98	265.310,51	287.289,24	287.337,27	290.121,34	273.434,10	253.469,07	348.763,05	292.446,48	3.268.819,00	3.000.000,00
		79.622,17	146.418,23	61.728,60	247.382,07	33.782,24	77.637,81	78.877,76	48.559,23	44.867,67	73.089,00	65.719,64	91.590,90	1.047.275,32	650.000,00
		190.345,05	232.207,11	195.000,91	196.346,57	495.575,57	622.881,06	232.654,11	193.054,46	197.345,53	221.536,72	191.385,67	201.442,57	3.171.435,33	3.290.100,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.309,03	69.512,25	71.916,89	68.614,81	71.216,07	71.435,37	73.925,68	100.837,26	69.012,51	71.341,63	71.461,85	76.072,16	880.657,41	920.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	60.482,70	870.217,02	57.818,39	68.190,48	57.402,28	64.383,43	71.990,12	79.895,10	90.260,40	83.225,97	93.445,52	98.144,23	1.695.165,64	645.900,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	371.575,85	358.488,16	344.636,02	385.946,36	412.079,61	474.960,01	352.731,10	300.506,42	356.368,72	371.906,10	372.081,61	397.272,04	4.498.454,00	4.638.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES Cota-Parte do F.P.M. Cota-Parte do I.C.M.S. Cota-Parte do I.P.V.A. Cota-Parte do ITR. Outras Transferências Correntes		4.966.040,59	5.065.399,72	5.376.311,34	6.199.881,73	5.401.864,17	5.274.671,88	5.108.762,14	5.618.070,87	5.638.961,11	5.106.553,78	5.018.029,16	5.451.316,50	64.414.863,09	57.689.500,00
		940.475,44	940.489,89	1.306.202,33	1.973.577,05	1.586.216,96	1.693.847,71	1.004.782,10	1.146.789,60	1.528.238,15	1.146.079,97	984.337,68	1.195.802,80	15.448.836,68	14.600.000,00
		1.177.772,03	1.145.075,56	1.257.462,16	1.252.120,95	1.308.623,82	1.246.859,42	1.264.903,28	1.232.561,91	1.252.889,84	1.271.087,32	1.181.202,25	1.243.703,49	14.834.271,03	14.000.000,00
		248.671,36	261.141,42	201.247,85	117.516,49	124.723,89	155.037,08	197.651,47	241.266,89	234.727,61	215.910,30	273.877,83	248.219,07	2.519.991,26	2.400.000,00
		5.056,75	36.716,06	3.173,69	6.678,19	2.347,39	799,50	719,36	810,02	682,18	34,53	5.349,14	131,75	62.498,56	60.000,00
		955.831,84	1.088.317,49	812.253,31	1.054.785,32	572.350,41	417.626,02	1.019.766,79	1.356.517,75	1.029.720,50	776.524,94	999.380,40	1.081.266,14	11.164.540,91	8.349.500,00
		16.520,56	17.660,60	19.590,19	20.937,70	20.952,13	17.738,59	17.332,88	18.857,46	20.510,57	19.535,22	20.868,75	20.886,44	230.391,08	220.000,00
		5.204,79	5.204,79	5.204,79	5.204,79	5.366,67	5.366,67	0,00	5.366,67	5.366,67	5.366,67	5.366,67	5.366,67	59.575,85	70.000,00
		1.616.507,82	1.570.793,91	1.768.177,02	1.759.052,24	1.781.112,90	1.737.227,00	1.603.806,26	1.615.730,57	1.766.655,59	1.671.844,83	1.548.076,44	1.655.970,14	20.094.754,72	18.000.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	182.916,16	161.982,37	101.031,42	194.116,70	108.636,04	98.520,47	131.410,13	117.929,41	96.311,28	162.864,46	133.880,77	95.011,39	1.584.610,60	1.786.000,00
	DEDUÇÕES (II)	478.739,94	481.144,93	559.009,36	550.356,51	609.679,92	623.963,60	497.077,63	529.164,28	608.516,80	531.580,09	494.074,18	542.815,94	6.506.103,08	6.148.000,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	478.739,94	481.144,93	559.009,36	550.356,51	609.679,92	623.963,60	497.077,63	529.164,28	608.516,80	531.580,09	494.074,18	542.815,94	6.506.103,08	6.148.000,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.812.715,90	6.827.993,34	5.971.473,66	7.224.360,84	6.329.098,79	6.534.559,44	6.124.488,29	7.466.171,89	6.520.835,60	5.930.083,11	5.923.511,85	6.306.592,55	76.971.886,26	69.102.000,00

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.605.698,24	2.476.026,13	2.077.816,88
DEDUÇÕES (II)	8.300.418,45	11.230.974,49	11.348.016,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.076.026,76	13.523.706,87	13.228.830,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	775.608,31	2.292.732,38	1.880.814,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.694.720,21	-8.754.948,36	-9.270.199,46
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.694.720,21	-8.754.948,36	-9.270.199,46

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-515.251,10	-4.575.479,25

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.695.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	68.476.100,00	12.046.262,03	50.524.215,80	46.265.482,44
Receita Tributária	9.570.100,00	1.460.279,19	7.527.742,11	7.008.473,63
I.P.T.U.	1.750.000,00	78.819,37	1.672.218,26	1.532.691,62
I.S.S.	3.000.000,00	641.209,53	2.278.171,06	1.983.696,68
I.T.B.I.	650.000,00	157.310,54	512.124,25	508.940,89
I.R.R.F.	880.000,00	189.511,51	708.752,85	523.908,47
Outras Receitas Tributárias	3.290.100,00	393.428,24	2.356.475,69	2.459.235,97
Receita de Contribuição	920.000,00	147.534,01	605.304,43	558.475,98
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	920.000,00	147.534,01	605.304,43	558.475,98
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	7.747,38	27.320,33	16.467,37
Receita Patrimonial	645.900,00	191.589,75	638.447,05	400.405,74
(-) Aplicações Financeiras	625.900,00	183.842,37	611.126,72	383.938,37
Transferências Correntes	51.541.500,00	9.432.455,64	38.381.377,37	34.536.303,98
F.P.M.	11.800.000,00	1.744.112,44	8.228.876,20	7.622.164,08
I.C.M.S	11.200.000,00	1.939.924,79	8.001.465,80	6.894.554,99
Convênios	0,00	249.999,92	849.981,74	200.000,00
Outras Transferências Correntes	28.541.500,00	5.498.418,49	21.301.053,63	19.819.584,91
Demais Receitas Correntes	6.424.500,00	998.245,81	3.982.471,56	4.145.761,48
Dívida Ativa	854.000,00	96.330,67	372.378,76	611.874,34
Diversas Receitas Correntes	5.570.500,00	901.915,14	3.610.092,80	3.533.887,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.528.000,00	915.952,30	3.005.305,43	2.799.079,75
Operações de Crédito (III)	4.000.000,00	0,00	0,00	1.245.934,45
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	103.000,00	64.930,10	168.566,02	32.633,22
Transferências de Capital	425.000,00	851.022,20	2.836.739,41	1.520.512,08
Convênios	0,00	842.706,20	1.708.423,41	1.284.668,08
Outras Transferências de Capital	425.000,00	8.316,00	1.128.316,00	235.844,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	425.000,00	851.022,20	2.836.739,41	1.520.512,08
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.901.100,00	12.897.284,23	53.360.955,21	47.785.994,52
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	68.034.129,95	11.424.501,74	44.384.546,61	39.173.893,32
Pessoal e Encargos Sociais	37.770.520,03	6.235.001,36	23.571.353,73	21.784.168,75
Juros e Encargos da Dívida (IX)	454.000,00	50.821,74	251.417,50	437.368,68
Outras Despesas Correntes	29.809.609,92	5.138.678,64	20.561.775,38	16.952.355,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	67.580.129,95	11.373.680,00	44.133.129,11	38.736.524,64
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.852.577,60	1.569.768,69	4.964.553,07	6.611.558,82
Investimentos	16.406.577,60	1.171.559,44	3.336.671,71	5.049.829,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.446.000,00	398.209,25	1.627.881,36	1.561.728,99
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	16.406.577,60	1.171.559,44	3.336.671,71	5.049.829,83

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	84.186.707,55	12.545.239,44	47.469.800,82	43.786.354,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-15.285.607,55	352.044,79	5.891.154,39	3.999.640,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.643.902,18	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.643.902,18	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.728.900,00

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	775.608,31	775.466,29	142,02	-	115.105,05	1.795.147,19	1.793.939,05	1.793.939,05	62.423,66	53.889,53
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	709.287,90	709.145,88	142,02	0,00	115.105,05	1.722.197,21	1.725.888,63	1.725.888,63	57.524,10	53.889,53
GABINETE DO PREFEITO	0,00	499,09	499,09	0,00	0,00	0,00	842,88	725,04	725,04	117,84	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	282,60	282,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	199.014,06	199.014,06	0,00	0,00	0,00	253.043,30	216.232,78	216.232,78	17.347,83	19.462,69
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	22.707,70	22.707,70	0,00	0,00	0,00	4.874,17	3.763,68	3.763,68	1.110,49	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	11.505,74	11.363,72	142,02	0,00	35.568,00	14.135,47	47.135,96	47.135,96	1.183,51	1.384,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	3.922,66	3.922,66	0,00	0,00	0,00	150,00	60,69	60,69	89,31	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIC	0,00	9.089,24	9.089,24	0,00	0,00	0,00	139,37	97,11	97,11	42,26	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	333.052,79	333.052,79	0,00	0,00	73.380,20	123.150,55	147.175,42	147.175,42	16.312,49	33.042,84
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	44.828,14	44.828,14	0,00	0,00	0,00	1.248.623,27	1.248.623,27	1.248.623,27	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	84.385,88	84.385,88	0,00	0,00	6.156,85	77.238,20	62.074,68	62.074,68	21.320,37	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMI	0,00	3.598,86	3.598,86	0,00	0,00	0,00	17.297,68	14.973,62	14.973,62	2.324,06	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - F	0,00	3.598,86	3.598,86	0,00	0,00	0,00	17.297,68	14.973,62	14.973,62	2.324,06	-0,00
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	62.721,55	62.721,55	0,00	0,00	0,00	55.652,30	53.076,80	53.076,80	2.575,50	0,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	0,00	62.721,55	62.721,55	0,00	0,00	0,00	55.652,30	53.076,80	53.076,80	2.575,50	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	775.608,31	775.466,29	142,02	0,00	115.105,05	1.795.147,19	1.793.939,05	1.793.939,05	62.423,66	53.889,53

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIZ MACHADO Contador CRC/SC Nº 031.038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	---	---

admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.925.000,00	6.925.000,00	1.119.749,06	5.400.734,71	77,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.208.000,00	2.208.000,00	113.963,53	1.812.629,94	82,09
1.1.1- IPTU	1.750.000,00	1.750.000,00	78.819,37	1.672.438,48	95,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	1.547,30	2.605,96	32,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	24.369,40	99.672,09	33,22
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	9.227,46	38.133,63	25,42
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(220,22)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	650.000,00	650.000,00	157.310,54	512.124,25	78,79
1.2.1- ITBI	650.000,00	650.000,00	158.668,87	515.919,23	79,37
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(1.358,33)	(3.794,98)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.187.000,00	3.187.000,00	658.963,48	2.367.227,67	74,28
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	641.209,53	2.278.171,06	75,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	22.000,00	22.000,00	4.958,71	17.151,51	77,96
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	140.000,00	140.000,00	9.155,32	50.789,85	36,28
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	3.639,92	21.115,25	84,46
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	880.000,00	880.000,00	189.511,51	708.752,85	80,54
1.4.1- IRRF	880.000,00	880.000,00	189.511,51	708.752,85	80,54
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.340.000,00	31.340.000,00	5.184.452,54	22.184.653,03	70,79
2.1- Cota-Parte FPM	14.600.000,00	14.600.000,00	2.180.140,48	10.286.094,97	70,45
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.600.000,00	14.600.000,00	2.180.140,48	10.286.094,97	70,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.424.905,74	10.001.831,33	71,44
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	11.073,34	38.756,69	55,37
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	40.755,19	155.682,03	70,76
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	5.480,89	10.873,87	21,75
2.6- Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	522.096,90	1.691.414,14	70,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.265.000,00	38.265.000,00	6.304.201,60	27.585.387,74	72,09
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.515.100,00	2.515.100,00	489.285,12	1.713.288,97	68,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.700.000,00	1.700.000,00	327.073,50	1.245.323,04	73,25
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	497.000,00	497.000,00	112.480,00	337.440,00	67,90
5.4- Transferências Diretas - PNATE	242.000,00	242.000,00	42.199,94	105.499,85	43,59
5.5- Outras Transferências do FNDE	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	26.100,00	26.100,00	7.531,68	25.026,08	95,89
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	351.967,21	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	351.967,21	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	374.450,00	374.450,00	108.413,73	324.393,81	86,63
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.889.550,00	2.889.550,00	597.698,85	2.389.649,99	82,70
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.148.000,00	6.148.000,00	1.036.890,02	4.436.852,34	72,17
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.800.000,00	2.800.000,00	436.028,04	2.057.218,77	73,47
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	484.980,95	2.000.365,53	71,44
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.214,66	7.751,31	55,37
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	8.151,02	31.136,40	70,76
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	10.000,00	10.000,00	1.096,16	2.174,72	21,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	104.419,19	338.205,61	70,46
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.100.000,00	18.100.000,00	3.238.788,66	13.504.661,36	74,61
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	18.000.000,00	18.000.000,00	3.204.046,58	13.380.223,73	74,33
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	34.742,08	124.437,63	124,44
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	11.852.000,00	11.852.000,00	2.167.156,56	8.943.371,39	75,46
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.670.000,00	12.670.000,00	2.291.271,57	8.493.383,24	67,04
13.1- Com Educação Infantil	5.420.000,00	5.420.000,00	1.046.369,94	3.943.282,76	72,75
13.2- Com Ensino Fundamental	7.250.000,00	7.250.000,00	1.244.901,63	4.550.100,48	62,76
14- OUTRAS DESPESAS	5.430.000,00	5.897.958,62	1.406.140,45	4.202.624,48	71,26
14.1- Com Educação Infantil	1.830.000,00	2.015.000,00	555.552,10	1.374.547,03	68,22
14.2- Com Ensino Fundamental	3.600.000,00	3.882.958,62	850.588,35	2.828.077,45	72,83
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	18.100.000,00	18.567.958,62	3.697.412,02	12.696.007,72	68,38
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					137.958,62
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					137.958,62
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					137.958,62
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					12.558.049,10
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					62,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					30,10
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					7,01
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					137.958,62
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	9.566.250,00	9.566.250,00	1.576.050,40	6.896.346,94	72,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.390.000,00	8.617.796,00	1.704.067,45	5.616.009,96	65,17
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	13.443.190,00	13.853.352,62	2.557.839,81	8.802.839,93	63,54
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.850.000,00	11.132.958,62	2.095.489,98	7.378.177,93	66,27
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.593.190,00	2.720.394,00	462.349,83	1.424.662,00	52,37
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.833.190,00	22.471.148,62	4.261.907,26	14.418.849,89	64,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					8.943.371,39
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					124.437,63
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					137.958,62
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					9.205.767,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					5.213.082,25
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,9
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.725.000,00	2.098.491,01	274.877,74	1.307.223,80	62,29
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.013.150,00	4.331.050,37	612.965,31	2.068.010,17	47,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.738.150,00	6.429.541,38	887.843,05	3.375.233,97	52,50
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	26.571.340,00	28.900.690,00	5.149.750,31	17.794.083,86	61,57

admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		222.413,21	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.380.223,73	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		12.476.141,39	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		12.404.433,26	0,00
49.2 Restos a Pagar		71.708,13	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		124.437,63	0,00
51- (+) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.250.933,18	0,00

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO	MÁRCIO LUÍS MACHADO	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC N° 031038/O-0	Controlador Interno

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

* Caput do art. 212 da CF/1988

* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 137.958,62, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	4.000.000,00	0,00		4.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	18.852.577,60	4.964.553,07	0,00	13.888.024,53
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	18.852.577,60	4.964.553,07	0,00	13.888.024,53
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.852.577,60	-4.964.553,07		-9.888.024,53

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	103.000,00	168.566,02	-65.566,02
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.000,00	93.566,02	-60.566,02
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	75.000,00	-5.000,00
TOTAL	103.000,00	168.566,02	-65.566,02

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	182.182,03	59.424,70	0,00	122.757,33
Investimentos	182.182,03	59.424,70	0,00	122.757,33
TOTAL	182.182,03	59.424,70	0,00	122.757,33

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	79.182,03	109.141,32	188.323,35

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.925.000,00	6.925.000,00	5.400.734,71	77,99	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.750.000,00	1.750.000,00	1.672.218,26	95,56	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	650.000,00	650.000,00	512.124,25	78,79	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.278.171,06	75,94	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	880.000,00	880.000,00	708.752,85	80,54	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	19.757,47	65,86	
Dívida Ativa dos Impostos	440.000,00	440.000,00	150.461,94	34,20	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	175.000,00	175.000,00	59.248,88	33,86	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.740.000,00	30.740.000,00	22.184.653,03	72,17	
Conta-Parte FPM	14.000.000,00	14.000.000,00	10.286.094,97	73,47	
Conta-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	10.873,87	21,75	
Conta-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	1.691.414,14	70,48	
Conta-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	10.001.831,33	71,44	
Conta-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	155.682,03	70,76	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	38.756,69	55,37	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	38.756,69	55,37	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	37.665.000,00	37.665.000,00	27.585.387,74	73,24	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.081.500,00	5.081.500,00	4.473.899,94	88,04	
Provenientes da União	5.081.500,00	5.081.500,00	4.473.899,07	88,04	
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,87		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	51.000,00	51.000,00	18.322,90	35,93	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.132.500,00	5.132.500,00	4.492.222,84	87,53	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	10.836.940,00	14.855.487,72	11.618.749,51	78,21	
Pessoal e Encargos Sociais	6.665.000,00	7.304.695,82	4.721.700,77	64,64	

Continua 1/4

admin

Continuação 2/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES						
Outras Despesas Correntes	10.836.940,00	14.855.487,72	11.618.749,51	78,21	10.596.540,55	71,33
	4.171.940,00	7.550.791,90	6.897.048,74	91,34	5.874.839,78	77,80
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.289.300,00	2.574.066,77	2.177.971,19	84,61	889.149,95	34,54
	1.289.300,00	2.574.066,77	2.177.971,19	84,61	889.149,95	34,54
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.126.240,00	17.429.554,49	13.796.720,70	79,16	11.485.690,50	65,90
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.161.500,00	7.454.990,85	6.088.662,13	44,13	4.433.695,93	38,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.161.500,00	7.454.990,85	6.088.662,13	44,13	4.433.695,93	38,60
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.161.500,00	7.454.990,85	6.088.662,13	44,13	4.433.695,93	38,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.964.740,00	9.974.563,64	7.708.058,57	35,03	7.051.994,57	27,30
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIB)/100]²						
2.914.186,41						

admin

Continua 2/4

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013		0,00	12.735,39	26.531,69	-26.531,69	0,00
TOTAL		0,00	12.735,39	26.531,69	-26.531,69	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	12.735,39	0,00		12.735,39		
TOTAL (VIII)	12.735,39	0,00		12.735,39		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica	8.919.240,00	13.379.409,81	75,71	8.740.158,05	76,10	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.201.000,00	2.913.746,13	19,20	2.084.991,41	18,15	
Suporte Profilático e Terapêutico	694.500,00	602.042,46	2,64	356.427,81	3,10	
Vigilância Sanitária	132.000,00	136.411,96	0,72	93.433,52	0,81	
Vigilância Epidemiológica	179.500,00	397.944,13	1,73	210.679,71	1,83	
TOTAL	12.126.240,00	17.429.554,49	100,00	11.485.690,50	100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

admin

Continua 3/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100$

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	73.630.000,00
Previsão Atualizada		—	73.630.000,00
Receitas Realizadas		13.146.056,70	54.140.647,95
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.643.902,18
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	73.630.000,00
Créditos Adicionais		—	13.456.707,55
Dotação Atualizada		—	87.086.707,55
Despesas Empenhadas		11.232.681,22	60.069.230,00
Despesas Liquidadas		12.994.270,43	49.349.099,68
Superavit Orçamentário		—	4.791.548,27
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		11.232.681,22	60.069.230,00
Despesas Liquidadas		12.994.270,43	49.349.099,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			76.971.304,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		2.695.000,00	-4.575.479,25
Resultado Primário		-1.728.900,00	5.891.154,39
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.910.252,24	62.423,66
EXECUTIVO		1.910.252,24	62.423,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		775.608,31	142,02
EXECUTIVO		775.608,31	142,02
TOTAL:		2.685.860,55	62.565,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.213.082,25	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.493.383,24	60%
Liquidadas		8.493.383,24	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	4.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		4.964.553,07	13.888.024,53

Continua 1/2

admin

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			168.566,02	-65.566,02
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			59.424,70	122.757,33
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		7.051.994,57	15,00	25,56
Liquidadas		7.051.994,57		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 1/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	381.693.205,77D	50.739.717,27	43.451.773,51	388.981.149,53D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	14.079.175,28D	11.784.554,69	11.982.037,69	13.881.692,28D
1.1.1		DISPONÍVEL	13.390.299,52D	11.784.324,85	11.945.794,01	13.228.830,36D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	13.390.299,52D	11.784.324,85	11.945.794,01	13.228.830,36D
1.1.1.1.2		DISPONIBILIDADES FUNDOS CONSTITUCIONAIS	13.390.299,52D	11.641.139,27	11.945.794,01	13.085.644,78D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	13.390.299,52D	11.641.139,27	11.945.794,01	13.085.644,78D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	10.841.204,81D	9.634.475,94	10.204.820,05	10.270.860,70D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	3.936.015,75D	6.583.979,45	6.575.670,40	3.944.324,80D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (0)	F	B BRASIL - BESC - FME PAGAMENTOS 160.822-3	16.109,40D	85.200,43	85.701,08	15.608,75D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (0)	F	B BRASIL SA PMF CONTA MOVTO - 20.265-7	85.363,63D	77.826,47	0,00	163.190,10D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (0)	F	B BRASIL SA SANEFRAL 12496-6	206.908,32D	557.595,68	388.156,32	396.347,68D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (0)	F	B BRASIL - FMS CONTA PAGAMENTOS - 16.970-6	90.596,45D	926.174,32	807.749,61	209.021,16D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (0)	F	B BRASIL SA PMF FEP 23.609-8	0,00	19.828,16	19.828,16	0,00
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (0)	F	B BRASIL SA PMF FPM - 20.386-6	248.741,90D	1.198.582,22	1.205.978,77	241.345,35D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (0)	F	B BRASIL SA PMF INCRA - 20.914-7	4.104,68D	131,75	4.227,36	9,07D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0005 (0)	F	B BRASIL SA PMF CONTA PGTO - 6.773-3	1.466.505,21D	2.082.024,14	2.465.985,96	1.082.543,39D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0006 (0)	F	B BRASIL SA PMF RECURSOS MINERAIS 31.663-6	0,00	1.103,00	1.103,00	0,00
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0007 (0)	F	B BRASIL SA PMF ICMS DESONERAÇÃO 283.141-4	0,00	5.536,67	5.536,67	0,00
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0012 (0)	F	B BRASIL SNA - SIMPLES NAC. 16.000-8	4.929,63D	93.957,01	96.756,66	2.129,98D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0013 (0)	F	B BRASIL MOVIMENTO - (16.324-4)	1.370.687,22D	11.219,51	0,00	1.381.906,73D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0015 (0)	F	B BRASIL SA COBRANÇA DE TAXAS 16.975-7	13.676,00D	5.927,66	47,70	19.555,96D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0017 (0)	F	B. BRASIL MOVIMENTO(2.682-4)	59.707,23D	1.762,76	1.630,00	59.839,99D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0018 (0)	F	B. BRASIL EXEC. FISCALIS(180.629-7)	5.235,53D	30,25	0,00	5.265,78D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0020 (0)	F	B. BRASIL - P.M.F. - ICMS (17.178-6)	311.971,02D	1.242.739,84	1.239.235,76	315.475,10D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0021 (0)	F	B. BRASIL - P.M.F. - IPVA (17.171-9)	40.039,25D	253.555,61	286.399,98	27.194,88D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0022 (0)	F	B. BRASIL - P.M.F. - I.P.I. (10.214-8)	2.190,98D	20.744,47	4.137,28	18.798,17D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0024 (0)	F	B. BRASIL - FMDCA - FIA (17.922-1)	9.249,30D	39,50	3.196,09	6.092,71D
1.1.1.1.2.99.02.02		BANCO DO BRASIL - VINCULADA	6.905.189,06D	3.050.496,49	3.629.149,65	6.326.535,90D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0002 (0)	F	B BRASIL SA PMF SAL. EDUC. - 12.238-6	380.976,66D	1.568,71	131.824,95	250.720,42D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0004 (0)	F	B BRASIL - FMS SUS PSF - 14.347-2	28.961,66D	66.814,60	81.702,98	14.073,28D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0004 (0)	F	B BRASIL SA PMF CID 12.603-9	159,64D	0,00	0,00	159,64D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0005 (0)	F	B BRASIL - FMS SUS PACS - 14.346-4	344,89D	55.788,66	55.758,14	375,41D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0006 (0)	F	B BRASIL - FMS SAUDE BUCAL 14.348-0	624,51D	6.715,01	7.000,00	339,52D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0008 (0)	F	B BRASIL FMS BLAFB - 16.998-6	35.964,74D	31.236,73	26.344,73	40.856,74D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0009 (0)	F	B BRASIL FMS BLATB - 16.999-4	465,27D	275.098,27	270.994,19	4.569,35D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0010 (0)	F	B BRASIL FMS BLMAC - 17.001-1	59.338,57D	156.046,89	202.154,99	13.230,47D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0011 (0)	F	B BRASIL FMS BLVGS - 17.002-X	31.788,74D	23.103,88	14.729,68	40.162,94D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0012 (0)	F	B. BRASIL - BESC - FARM. BAS. EST. (177.512-X)	20.888,68D	18.044,67	22.732,83	16.200,52D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0013 (0)	F	B. BRASIL - BESC PSF ESTADO(213.659-7)	23.210,04D	15.510,94	10.027,76	28.693,22D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0017 (0)	F	B. BRASIL - PMF - ESPECIFICIDADES(17.512-9)	638,97D	0,00	224,00	414,97D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0027 (0)	F	B BRASIL FMS CAPS I - 18.109-9	26.898,91D	28.535,86	30.326,93	25.107,84D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0028 (0)	F	B BRASIL FMS SAMU - 18.796-8	22.723,92D	44.080,70	20.479,21	46.325,41D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0029 (0)	F	B BRASIL FMS CAPS - 19.175-2	25,17D	0,00	0,00	25,17D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0030 (0)	F	B BRASIL FMS-CAPS/FORUM (19.499-9)	61,71D	0,00	0,00	61,71D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0031 (0)	F	B BRASIL - FMS INODO (19.576-6)	238,36D	0,00	0,00	238,36D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 2/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0032 (0)	F	B. BRASIL FMS - DST/HIV/AIDS (19.603-7)	62.812,59D	318,35	4.200,00	58.930,94D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0033 (0)	F	B. BRASIL SA FUNDEB - 15.577-2	1.442.945,82D	1.671,718,03	1.863.730,67	1.250.933,18D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0035 (0)	F	B. BRASIL FMS - AMPLIAÇÃO UBS SÃO SEBASTIÃO (19.755-6)	20,91D	0,00	0,00	20,91D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0037 (0)	F	B. BRASIL FMS - CONST. UPA (19.756-4)	797.377,78D	3.589,68	170.455,77	630.511,69D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0040 (0)	F	B. BRASIL FMS - REDE CEGONHA (19.934-6)	17.762,90D	80,96	3.495,00	14.348,86D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0041 (0)	F	B. BRASIL FMS - PMAQ (20.395-5)	1.331,65D	70.482,22	29.467,14	42.346,73D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0042 (0)	F	B. BRASIL FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA (20.396-3)	1.215,52D	11.524,11	3.167,43	9.572,20D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0043 (0)	F	B. BRASIL FMS - VIGIL. E PREV. VIOLÊNCIAS E ACIDENTES (20.397-1)	1,71D	2.387,58	2.387,57	1,72D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0043 (0)	F	B. BRASIL - SSP-SC MUL.TAS TRANSITO - 16.983-8	30.101,47D	31.773,24	6.685,40	55.189,31D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0044 (0)	F	B. BRASIL FMS - FNS BLINV (20.450-1)	6.437,13D	11,29	0,00	6.448,42D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0044 (0)	F	B. BRASIL - ORTFRAI - 16.984-6	35.983,27D	182,17	5.453,69	30.711,75D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0045 (0)	F	B. BRASIL - DETRAN - SC - 16.987-0	114.008,03D	588,54	5.100,58	109.495,99D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0045 (0)	F	B. BRASIL FMS - CIES (20.993-7)	78.016,48D	409,26	0,00	78.425,74D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0046 (0)	F	B. BRASIL FMS - AMPLIAÇÃO UBS SÃO JOSÉ (21.228-8)	14.334,77D	75,20	0,00	14.409,97D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0046 (0)	F	B. BRASIL - PMSC - 16.985-4	83.153,97D	415,38	6.605,36	76.963,99D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0047 (0)	F	B. BRASIL FMS - CONSTRUÇÃO UBS NAÇÕES (21.267-9)	94.864,02D	533,63	0,00	95.397,65D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0047 (0)	F	B. BRASIL RENAINF - (210897-6)	5.010,17D	26,28	0,00	5.036,45D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0048 (0)	F	B. BRASIL FMS - MAC ESTADO (21.742-5)	160.026,16D	1.012,49	36.463,58	124.575,07D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0049 (0)	F	B. BRASIL FMS - AQUISIÇÃO VEÍCULO 22.479-0	35.294,12D	149,59	0,00	35.443,71D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0050 (0)	F	B. BRASIL GARANTIA ATERPLAN(207.870-8)	11.654,60D	31,87	11.686,47	0,00D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0053 (0)	F	B. BRASIL FMS CRECHES - EMP(206.849-4)	16.918,92D	10.527,31	16.102,94	11.343,29D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0055 (0)	F	B. BRASIL - FMDCA FORUM(171.727-8)	235,47D	1,24	0,00	236,71D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0057 (0)	F	B. BRASIL ALIEN. BENS(190.446-9)	78,38D	0,42	0,00	78,80D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0061 (0)	F	B. BRASIL - COSIP(207.470-2)	157.576,78D	75.877,34	65.674,70	167.779,42D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0063 (0)	F	B. BRASIL - E.J.A - (190.870-7)	293,86D	329,86	278,60	345,12D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0072 (0)	F	B. BRASIL - TRANSP. ESCOLAR - ESTADO(17.377-0)	102.970,06D	51.529,75	51.414,85	103.084,96D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0080 (0)	F	B. BRASIL - PMF - PNATE (17.748-2)	21.376,12D	21.237,76	21.232,95	21.380,33D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0087 (0)	F	B. BRASIL FNDE MERENDA ESCOLAR(17.947-7)	146.196,64D	57.201,64	13.434,94	189.963,34D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0093 (0)	F	B. BRASIL - FUNREBOM(18.166-8)	153.180,85D	799,97	1.297,54	152.683,28D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0096 (0)	F	B. BRASIL - BOMBEIROS COMUNITÁRIOS(18.487-X)	22.919,45D	120,24	0,00	23.039,69D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0099 (0)	F	B. BRASIL FMS IGDBF - 18.746-1	5.396,42D	4.701,57	0,00	10.097,99D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0100 (0)	F	B. BRASIL FMS PBFI - 18.747-X	8.616,12D	8.468,31	4.754,20	12.330,23D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0101 (0)	F	B. BRASIL FMS PBVII - 18.748-8	275,04D	0,99	179,50	96,53D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0102 (0)	F	B. BRASIL FMS PFM2 - 18.749-6	313,24D	6.509,54	6.352,24	470,54D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0103 (0)	F	B. BRASIL FMS PTMC - 18.750-X	12.876,93D	1.884,42	0,00	14.761,35D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0107 (0)	F	B. BRASIL FMS/ALTA/INVESTIMENTO - 18.777-1	326,88D	8.338,54	0,00	8.665,42D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0109 (0)	F	B. BRASIL FMS/ALTA/CUSTEIO - 18.775-5	123,90D	10.032,43	120,00	10.036,33D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0117 (0)	F	B. BRASIL PMF CONV. ESPAÇO MAIS CULTURA (18.143-9)	301.573,61D	1.786,08	0,00	303.359,69D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0130 (0)	F	B. BRASIL PMF - FMS IGD-SUAS (19.180-9)	1.124,66D	2,83	1.113,60	13,89D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0132 (0)	F	B. BRASIL CONCESSÃO TRANSP. URBANO PASSAGEIROS (19.597-9)	202.256,20D	1.015,92	60.106,88	143.165,24D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0135 (0)	F	B. BRASIL PMF-FEAS BENEFÍCIOS EVENTUAIS (20.074-3)	7.096,29D	15.961,79	5.780,40	17.177,68D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0136 (0)	F	B. BRASIL PMF - FNDE APOIO A CRECHES (20.210-X)	7,91D	0,04	0,00	7,95D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0139 (0)	F	B. BRASIL SA FMS ACESSUAS (21.171-0)	7.512,38D	25.632,01	299,00	32.845,39D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0140 (0)	F	B. BRASIL FMDCA - PROCURADORIA DO TRABALHO (21.642-9)	8.095,53D	2.043,44	0,00	10.138,97D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0141 (0)	F	B. BRASIL PMF - ACADEM. SAUDE CENTRO CONV. MELHOR IDADE	1.195,01D	192,70	1.387,71	0,00

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 3/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0142 (0)	F	B BRASIL PMF - PAVIM. ASFALT. AV. LEBON RÉGIS/AV. RIO DAS ANT.	610.389,38D	3.202,00	0,00	613.591,38D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0143 (0)	F	B.BRASIL FMAS - SCFV (21.172-9)	26.286,77D	135,93	585,43	25.637,27D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0144 (0)	F	B BRASIL PMF - PMSC/FORUM (21.700-X)	419,73D	1,56	323,00	98,29D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0145 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO ESTRADAS VICINAIS (22.017-5)	19.677,89D	22,03	19.243,48	456,44D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0147 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO ANTI-GRANIZO (22.240-2)	28.809,78D	178,56	6.454,45	22.533,89D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0148 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO TABELAS BASQUETE (22.232-1)	3.351,41D	17,58	0,00	3.368,99D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0150 (0)	F	B BRASIL GARANTIA GTA PREST. SERV. LTDA (22.229-1)	3.562,97D	18,69	0,00	3.581,66D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0151 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO PAR-ONIBUS ESCOLAR (21.624-0)	151.578,50D	795,16	0,00	152.373,66D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0152 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO COBERT QUADRA NAÇÕES (21.697-6)	103.040,25D	540,53	0,00	103.580,78D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0153 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO FUNDAM (22.359-X)	858.801,13D	4.390,69	229.439,09	633.752,73D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0154 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO REFORMA PARQUE DA MACÃ (22.391-3)	160,25D	50.016,73	45.494,18	4.682,80D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0155 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO REF. PRÉDIO SEC. EDUCAÇÃO (22.392-1)	118.407,16D	621,14	0,00	119.028,30D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0156 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO ÔNIBUS P/CADEIRANTES (22.411-1)	47.246,46D	247,85	0,00	47.494,31D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0157 (0)	F	B BRASIL PMF - CONVÊNIO ÔNIBUS BIBLIOTECA ITINERANTE (22.410	42.628,38D	223,62	0,00	42.852,00D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0158 (0)	F	B BRASIL PMF - CONV. TR 1525 - 22.467-7	86.628,84D	118.060,53	54.880,92	149.808,45D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0163 (0)	F	B BRASIL FMAS MC CUSTEIO 22.298-4	0,00	7.603,20	0,00	7.603,20D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0164 (0)	F	B BRASIL FMAS CRAS 22.299-2	0,00	2.079,00	0,00	2.079,00D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0165 (0)	F	B BRASIL FMAS Criança e Adolescente 22.455-3	0,00	15.052,31	0,00	15.052,31D
1.1.1.1.2.99.02.02.00.0166 (0)	F	B BRASIL GARANTIA LZK CONSTRUTORA 22.610-6	0,00	25.338,45	0,00	25.338,45D
1.1.1.1.2.99.03	F	BRADESCO	16.595,84D	627.945,21	588.513,77	76.027,28D
1.1.1.1.2.99.03.01	F	BRADESCO - MOVIMENTO	16.595,84D	627.945,21	588.513,77	76.027,28D
1.1.1.1.2.99.03.01.00.0001 (0)	F	BRADESCO CONTA MOVIMENTO - 10.555-4	635,81D	486.022,32	486.022,28	635,85D
1.1.1.1.2.99.03.01.00.0001 (0)	F	BRADESCO MOVIMENTO - 10.556-2	214,89D	54.694,14	54.694,14	214,89D
1.1.1.1.2.99.03.01.00.0001 (0)	F	BRADESCO - MOVIMENTO - 10.557-0	0,00	27.797,35	27.797,35	0,00
1.1.1.1.2.99.03.01.00.0002 (0)	F	BRADESCO COBRANÇA - 10.590-2	15.745,14D	59.431,40	0,00	75.176,54D
1.1.1.1.2.99.04	F	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2.529.822,86D	1.356.553,83	1.160.067,01	2.726.309,68D
1.1.1.1.2.99.04.01	F	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MOVIMENTO	2.119.945,22D	1.115.227,71	1.153.944,31	2.081.228,62D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (0)	F	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	416.474,30D	192.097,70	348.999,65	259.572,35D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (0)	F	CEF PMF CONTA MOVIMENTO - 001-2	1.067.877,30D	526.921,47	282.815,64	1.311.983,13D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0002 (0)	F	CEF SANEFRAI 50-0	465.110,35D	394.843,69	522.129,02	337.825,02D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0006 (0)	F	CEF - INVESTIMENTOS (200-7)	170.483,27D	1.364,85	0,00	171.848,12D
1.1.1.1.2.99.04.02	F	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - VINCULADA	409.877,64D	241.326,12	6.122,70	645.081,06D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0024 (0)	F	CEF - QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO 672.008-4	14.261,63D	165.959,46	0,00	180.221,09D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0029 (0)	F	CEF - FUNREBOM MILITAR (7-1)	307.354,66D	10.103,33	2.274,41	315.183,88D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0048 (0)	F	CEF - Remoção e Guarda Veículos 13-6	1.837,70D	4.154,80	1.837,70	4.154,80D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0078 (0)	F	CEF - 53-5 - Alienação de Bens	34.595,99D	59.812,80	1.988,28	92.420,51D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0079 (0)	F	CEF - 54-3 - FMHIS - Habitação Popular	20.264,23D	1.117,95	22,31	21.359,87D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0081 (0)	F	CEF - GARANTIA TERRAPLAN. E PREST. SERV. EXCEL LTDA	9.329,41D	41,51	0,00	9.370,92D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0090 (0)	F	CEF - Conv União Cr 1009580-44 Equip. Agric. (647.056-8)	9.804,25D	60,09	0,00	9.864,34D
1.1.1.1.2.99.04.02.00.0091 (0)	F	CEF - Conv União Cr 1004084-67 Equip. Agric. (647.054-1)	12.429,77D	76,18	0,00	12.505,95D
1.1.1.1.2.99.16	F	BANCO ITAU	1.129,53D	3.143,47	2.335,00	1.938,00D
1.1.1.1.2.99.16.01	F	BANCO ITAU - MOVIMENTO	1.129,53D	3.143,47	2.335,00	1.938,00D
1.1.1.1.2.99.16.01.00.0001 (0)	F	BANCO ITAU COBRANÇA - 15.920-0	1.129,53D	3.143,47	2.335,00	1.938,00D
1.1.1.1.2.99.99	F	OUTROS BANCOS	1.546,48D	19.020,82	10.058,18	10.509,12D
1.1.1.1.2.99.99.01	F	OUTROS BANCOS - MOVIMENTO	1.546,48D	19.020,82	10.058,18	10.509,12D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 4/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.1.1.1.2.99.99.01.01.0001 (0)	F	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - SICOOB 14.386-3	1.546,48D	19.020,82	10.058,18	10.509,12D
1.1.1.1.3		APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	143.185,58	0,00	143.185,58D
1.1.1.1.3.08		FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	143.185,58	0,00	143.185,58D
1.1.1.1.3.08.00.00.0002 (0)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - POUPANÇA	0,00	143.185,58	0,00	143.185,58D
1.1.2		CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	119.445,61D	229,84	229,84	119.445,61D
1.1.2.2		DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.445,61D	229,84	229,84	119.445,61D
1.1.2.2.2		CRÉDITOS PARCELADOS	4.810,33D	0,00	0,00	4.810,33D
1.1.2.2.2.00.00.00.0001 (0)	P	ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA EPP - CT12SF08	4.810,33D	0,00	0,00	4.810,33D
1.1.2.2.9		DIVERSOS RESPONSÁVEIS - APURADOS	114.635,28D	229,84	229,84	114.635,28D
1.1.2.2.9.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES	114.635,28D	229,84	229,84	114.635,28D
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0001 (0)	P	PREFEITO - EDILUIZ DE LEMOS	19.250,30D	0,00	0,00	19.250,30D
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0001 (0)	P	PEDRO FERRARI	0,00	127,69	127,69	0,00
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0019 (0)	P	JOSE WALDIR DIAS CHECHI	68.446,60D	0,00	0,00	68.446,60D
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0035 (0)	P	WILSON ANTUNES DE LIMA	18.593,29D	0,00	0,00	18.593,29D
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0036 (0)	P	JALSON FRANCISCO WROBLEWSKI	8.045,09D	0,00	0,00	8.045,09D
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0045 (0)	P	OSMAR GONÇALVES DA SILVA	300,00D	0,00	0,00	300,00D
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0046 (0)	P	JOÃO ALVADI DE OLIVEIRA	0,00	102,15	102,15	0,00
1.1.2.2.9.99.00.00.00.0047 (0)	P	BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.913,99D	0,00	0,00	4.913,99D
1.1.3		TÍTULOS E VALORES	4.913,99D	0,00	0,00	4.913,99D
1.1.3.2		OUTROS TÍTULOS E VALORES	4.913,99D	0,00	0,00	4.913,99D
1.1.3.2.9 (0)	P	DÍVIDA ATIVA	564.516,16D	0,00	36.013,84	528.502,32D
1.1.6		CREDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	564.516,16D	0,00	36.013,84	528.502,32D
1.1.6.1		DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	527.815,17D	0,00	35.452,20	492.362,97D
1.1.6.1.0.00.00.00.0002 (0)	P	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	33.534,32D	0,00	559,12	32.975,20D
1.1.6.1.0.00.00.00.0003 (0)	P	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - FUNREBOM	3.166,67D	0,00	2,52	3.164,15D
1.2		ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.816.201,25D	4.144,60	538.692,63	9.281.653,22D
1.2.2		CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	9.816.201,25D	4.144,60	538.692,63	9.281.653,22D
1.2.2.1		CREDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICIPIOS	9.797.647,12D	4.144,60	538.692,63	9.263.099,09D
1.2.2.1.1		DÍVIDA ATIVA	9.797.647,12D	4.144,60	538.692,63	9.263.099,09D
1.2.2.1.1.02		CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	9.797.647,12D	4.144,60	538.692,63	9.263.099,09D
1.2.2.1.1.02.00.01.00.0021	P	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	282.494,83D	414,60	538.692,63	9.263.099,09D
1.2.2.1.1.02.00.01.00.0022 (0)	P	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	9.503.881,33D	3.730,00	538.692,63	8.968.918,70D
1.2.2.1.1.02.00.01.00.0023 (0)	P	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	11.270,96D	0,00	0,00	11.270,96D
1.2.2.1.1.02.00.01.00.0024 (0)	P	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - FUNREBOM	18.554,13D	0,00	0,00	18.554,13D
1.2.2.4		CRÉDITOS A RECEBER	18.554,13D	0,00	0,00	18.554,13D
1.2.2.4.9		CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	18.554,13D	0,00	0,00	18.554,13D
1.2.2.4.9.99		OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	18.554,13D	0,00	0,00	18.554,13D
1.2.2.4.9.99.00.00.00.0004 (0)	P	ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA EPP - CT12SF08	129.234.395,56D	552.190,58	60.343,75	129.726.242,39D
1.4		ATIVO PERMANENTE	129.234.395,56D	552.190,58	60.343,75	129.726.242,39D
1.4.2		IMOBILIZADO	129.234.395,56D	552.190,58	60.343,75	129.726.242,39D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	129.234.395,56D	552.190,58	60.343,75	129.726.242,39D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	113.644.579,33D	438.989,96	60.343,75	114.023.225,54D
1.4.2.1.1.01 (0)	P	EDÍFÍCIOS	27.221.704,72D	0,00	0,00	27.221.704,72D
1.4.2.1.1.03 (0)	P	TERRENOS	64.757.322,86D	0,00	59.342,04	64.697.980,82D
1.4.2.1.1.91		OBRAS EM ANDAMENTO	19.164.009,23D	438.989,96	0,00	19.602.999,19D
admin						

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 5/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0005 (0)	P	REFORMA POSTO DE SAÚDE CENTRAL - VILA SALETE	121.422,48D	0,00	0,00	121.422,48D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0007 (0)	P	ACADEMIA DA SAÚDE - BAIRRO SÃO MIGUEL	117.350,69D	0,00	0,00	117.350,69D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0008 (0)	P	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	598.760,91D	296.752,72	0,00	895.513,63D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0009 (0)	P	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO	71.608,92D	0,00	0,00	71.608,92D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0010 (0)	P	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES	32.006,45D	43.416,39	0,00	75.422,84D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0012 (0)	P	CENTRO DE EVENTOS CULTURAL E POLIESPORTIVO	9.349.144,75D	0,00	0,00	9.349.144,75D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0012 (0)	P	O.A. ESTAÇÃO TRATAMENTO DE ESGOTO - BAIRRO SÃO SEBASTIÃO	11.097,75D	0,00	0,00	11.097,75D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0013 (0)	P	O.A. AMPLIAÇÃO E MELHORIA SISTEMA CAPT. E DISTRIB. ÁGUA	25.649,92D	0,00	0,00	25.649,92D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0014 (0)	P	O.A. RESERVATÓRIO DE ÁGUA - BAIRRO SÃO SEBASTIÃO	65.632,48D	0,00	0,00	65.632,48D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0015 (0)	P	O.A. RESERVATÓRIO DE ÁGUA - DJA AGRICOLA	2.625,00D	0,00	0,00	2.625,00D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0016 (0)	P	O.A. AMPLIAÇÃO ETE JARDIM AMÉRICA	0,00	2.722,38	0,00	2.722,38D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0020 (0)	P	ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - BAIRRO SÃO MIGUEL	950.916,04D	57.897,00	0,00	1.008.813,04D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0027 (0)	P	CENTRO DE CULTURA - BLOCO I	269.520,56D	0,00	0,00	269.520,56D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0029 (0)	P	QUADRA COBERTA - C.E.M. SÃO CRISTÓVÃO	433.677,63D	0,00	0,00	433.677,63D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0031 (0)	P	GINÁSIO DE ESPORTES C.E.M. SÃO MIGUEL	1.492.573,63D	27.100,00	0,00	1.519.673,63D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0032 (0)	P	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BAIRRO DAS NAÇÕES	1.571.031,90D	0,00	0,00	1.571.031,90D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0033 (0)	P	ACESSIBILIDADE PARA C.E.M. ANTONIO PORTO BURDA	7.094,05D	0,00	0,00	7.094,05D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0035 (0)	P	CAMPO FUTEBOL BAIRRO S.SEBASTIÃO BANHEIROS/VESTIARIOS	98.187,93D	0,00	0,00	98.187,93D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0036 (0)	P	C.E.M. BAIRRO DAS NAÇÕES	3.914.060,74D	0,00	0,00	3.914.060,74D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0037 (0)	P	SEDE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	31.125,96D	11.101,47	0,00	42.227,43D
1.4.2.1.1.91.00.00.00.0038 (0)	P	DEPARTAMENTO DE CULTURA - OFICINA DE MARCENARIA	521,44D	0,00	0,00	521,44D
1.4.2.1.1.92 (0)	P	INSTALAÇÕES	803.576,16D	0,00	0,00	803.576,16D
1.4.2.1.1.97	P	BENS IMOVEIS A ALIENAR	769.748,98D	0,00	1.001,71	768.747,27D
1.4.2.1.1.97.00.00.00.0001 (0)	P	CONJUNTO HABITACIONAL - BAIRRO ROLAND MAYER	724.771,18D	0,00	1.001,71	723.769,47D
1.4.2.1.1.97.00.00.00.0002 (0)	P	CONJUNTO HABITACIONAL PROGRAMA MORAR BEM	44.977,80D	0,00	0,00	44.977,80D
1.4.2.1.1.99 (0)	P	OUTROS BENS IMÓVEIS	928.217,38D	0,00	0,00	928.217,38D
1.4.2.12	P	BENS MÓVEIS	15.589.816,23D	113.200,82	0,00	15.703.016,85D
1.4.2.12.04 (0)	P	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	68.931,00D	9.760,00	0,00	78.691,00D
1.4.2.12.06 (0)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	96.404,04D	0,00	0,00	96.404,04D
1.4.2.12.08 (0)	P	APAR.,EQUIP.E UTENS.MED.,ODONT.,LABOR.E HOSP.	347.532,96D	0,00	0,00	347.532,96D
1.4.2.12.10 (0)	P	APARELHOS E EQUIP. P/ESPORTES E DIVERSÕES	112.504,94D	0,00	0,00	112.504,94D
1.4.2.12.12 (0)	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	256.448,87D	5.661,00	0,00	262.109,87D
1.4.2.12.18 (0)	P	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	1.304,00D	0,00	0,00	1.304,00D
1.4.2.12.20 (0)	P	EMBARCAÇÕES	270,00D	0,00	0,00	270,00D
1.4.2.12.24 (0)	P	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	112.424,02D	327,31	0,00	112.751,33D
1.4.2.12.26 (0)	P	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	56.145,64D	0,00	0,00	56.145,64D
1.4.2.12.28 (0)	P	MÁQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL	95.823,00D	0,00	0,00	95.823,00D
1.4.2.12.30 (0)	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	86.869,03D	385,00	0,00	87.254,03D
1.4.2.12.32 (0)	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	4.195,00D	0,00	0,00	4.199,00D
1.4.2.12.33 (0)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	488.176,44D	395,80	0,00	488.572,24D
1.4.2.12.34 (0)	P	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	218.855,38D	7.683,40	0,00	226.538,78D
1.4.2.12.35 (0)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	2.822.035,45D	2.240,00	0,00	2.824.275,45D
1.4.2.12.36 (0)	P	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	5.101,73D	0,00	0,00	5.101,73D
1.4.2.12.38 (0)	P	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	62.358,83D	0,00	0,00	62.358,83D
1.4.2.12.39 (0)	P	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELÉTRICOS	159.401,03D	0,00	0,00	159.401,03D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 6/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.4.2.1.2.40 (0)	P	MAQ.EQUIP.UTENSÍLIOS AGRÍ/AGROP.E RODOVIARIOS	2.692.189,80D	0,00	0,00	2.692.189,80D
1.4.2.1.2.42 (0)	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	2.682.116,10D	314,11	0,00	2.682.430,21D
1.4.2.1.2.44 (0)	P	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	8.000,00D	0,00	0,00	8.000,00D
1.4.2.1.2.48 (0)	P	VEÍCULOS DIVERSOS	229,03D	0,00	0,00	229,03D
1.4.2.1.2.50 (0)	P	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	0,00	3.285,00	0,00	3.285,00D
1.4.2.1.2.52 (0)	P	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	5.178.389,13D	40.149,00	0,00	5.218.538,13D
1.4.2.1.2.53 (0)	P	CARROS DE COMBATE	1.870,00D	0,00	0,00	1.870,00D
1.4.2.1.2.57 (0)	P	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	14.448,00D	0,00	0,00	14.448,00D
1.4.2.1.2.58 (0)	P	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	420,00D	0,00	0,00	420,00D
1.4.2.1.2.99 (0)	P	OUTROS BENS MÓVEIS	17.368,81D	43.000,00	0,00	60.368,81D
1.9		ATIVO COMPENSADO	228.563.433,68D	38.398.827,40	30.870.699,44	236.091.561,64D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	73.630.000,00D	14.945.893,16	14.945.893,16	73.630.000,00D
1.9.1.1		ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	73.630.000,00D	7.472.946,58	7.472.946,58	73.630.000,00D
1.9.1.1.1 (0)	O	RECEITA A REALIZAR	25.664.022,09D	549.138,27	6.923.808,31	19.489.352,05D
1.9.1.1.4 (0)	O	RECEITA REALIZADA	47.765.977,91D	6.923.808,31	549.138,27	54.140.647,95D
1.9.1.2		ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	7.472.946,58	7.472.946,58	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	7.472.946,58	7.472.946,58	0,00
1.9.1.2.1.01 (0)	O	ARRECADAÇÃO REALIZADA POR FONTE	47.765.977,91D	6.923.808,31	549.138,27	54.140.647,95D
1.9.1.2.1.99 (0)	O	(R) OUTRAS ARRECADAÇÕES	47.765.977,91D	549.138,27	6.923.808,31	54.140.647,95C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	86.658.995,64D	647.749,47	220.037,56	87.086.707,55D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	86.658.995,64D	647.749,47	220.037,56	87.086.707,55D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	93.632.617,06D	647.749,47	0,00	94.280.366,53D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	73.630.000,00D	0,00	0,00	73.630.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (0)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	73.630.000,00D	0,00	0,00	73.630.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	20.002.617,06D	647.749,47	0,00	20.650.366,53D
1.9.2.1.1.03.01 (0)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	20.002.617,06D	647.749,47	0,00	20.650.366,53D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	6.973.621,42C	0,00	220.037,56	7.193.658,98C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	6.973.621,42C	0,00	220.037,56	7.193.658,98C
1.9.2.1.9.02.09 (0)	O	(R) REDUÇÃO	6.973.621,42C	0,00	220.037,56	7.193.658,98C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	64.666.136,49D	22.409.291,78	14.794.315,45	72.281.112,82D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	64.666.136,49D	22.409.291,78	14.794.315,45	72.281.112,82D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	64.666.136,49D	22.409.291,78	14.794.315,45	72.281.112,82D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	64.666.136,49D	22.409.291,78	14.794.315,45	72.281.112,82D
1.9.3.2.9.02.01 (0)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	1.612.752,28C	8.316.301,09	6.843.595,49	140.046,68C
1.9.3.2.9.02.02 (0)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	15.032.371,88D	6.305.501,21	7.939.675,97	13.398.197,12D
1.9.3.2.9.02.03 (0)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	51.246.516,89D	7.787.489,48	11.043,99	59.022.962,38D
1.9.7		Controle dos Consórcios	1.268.655,07D	21.133,33	0,00	1.289.788,40D
1.9.7.1		Controle dos Consórcios - Nos Ente Consorciado	1.268.655,07D	21.133,33	0,00	1.289.788,40D
1.9.7.1.1		Contrato de Rateio	613.038,74D	0,00	0,00	613.038,74D
1.9.7.1.1.00.00.00.00.0001 (0)	C	CIGA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL.MUNICIPAL	36.171,00D	0,00	0,00	36.171,00D
1.9.7.1.1.00.00.00.00.0001 (0)	C	CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAÚDE DO ALTO VALE R.P	31.500,00D	0,00	0,00	31.500,00D
1.9.7.1.1.00.00.00.00.0002 (0)	C	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA	545.367,74D	0,00	0,00	545.367,74D
1.9.7.1.2		Prestação de Contas	432.258,44D	21.133,33	0,00	453.391,77D
1.9.7.1.2.00.00.00.00.0001 (0)	C	CIGA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL.MUNICIPAL	28.196,00D	1.595,00	0,00	29.791,00D
1.9.7.1.2.00.00.00.00.0001 (0)	C	CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAÚDE DO ALTO VALE R.P	23.250,00D	2.750,00	0,00	26.000,00D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 7/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.7.1.2.00.00.00.00002 (0)	C	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA	380.812,44D	16.788,33	0,00	397.600,77D
1.9.7.1.3 (0)	C	Consolidação da Execução das despesas do Consórcio	223.357,89D	0,00	0,00	223.357,89D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.339.646,48D	374.759,66	910.453,27	1.803.952,87D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.339.646,48D	374.759,66	910.453,27	1.803.952,87D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.335.416,95D	374.759,66	910.453,27	1.799.723,34D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.335.416,95D	374.759,66	910.453,27	1.799.723,34D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	63.369,55D	35.540,00	39.073,27	59.836,28D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0002 (0)	C	NILCE PINZ	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0005 (0)	C	CLAUDIA INÊS MASIERO CARDOSO	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0007 (0)	C	ELIZETE TERESINHA RISSON	20.000,00D	8.000,00	14.000,00	14.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0007 (0)	C	ELOI REGALIN	4.000,00D	0,00	4.000,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0007 (0)	C	ANTONIO MARCOS DE ALMEIDA	7.200,00D	5.500,00	4.000,00	8.700,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0010 (0)	C	NADIA MARIA FRANZ	3.000,00D	2.000,00	503,72	4.496,28D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0011 (0)	C	NEUSA MICHELON TROMBETTA	1.500,00D	0,00	0,00	1.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0017 (0)	C	ELMA NELI SANTOS FURTADO	3.100,00D	2.500,00	3.100,00	2.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0047 (0)	C	RICARDO SCHIRMER	4.769,55D	500,00	5.269,55	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0061 (0)	C	WILLIAN LEAL NUNES	2.000,00D	2.000,00	2.000,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0107 (0)	C	LUIS HENRIQUE FOGAÇA DE ALMEIDA	4.000,00D	4.000,00	4.000,00	4.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0114 (0)	C	GILCE CRISTINA DE OLIVEIRA PERES	4.300,00D	0,00	0,00	4.300,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0116 (0)	C	MARIA SIRLENE FLORES BONALDO	2.200,00D	1.500,00	1.200,00	2.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0118 (0)	C	ROALVES JORGE POLESE	4.300,00D	4.300,00	0,00	8.600,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0120 (0)	C	LETÍCIA FONTANELLA SOUZA	1.000,00D	0,00	1.000,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0121 (0)	C	RICARDO GASPAR DA SILVA	0,00	1.240,00	0,00	1.240,00D
1.9.9.1.1.99.00.03	C	OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS-AUX. SUBV.	2.272.047,40D	339.219,66	871.380,00	1.739.887,06D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0001 (0)	C	ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO	12.800,00D	6.400,00	6.400,00	12.800,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0001 (0)	C	CLUBE ATLETICO FRAIBURGO - CAF	87.925,00D	0,00	0,00	87.925,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0002 (0)	C	AGÊNCIA REGUL. INTERMUNIC. DE SANEAMENTO - ARIS	51.917,84D	0,00	0,00	51.917,84D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0005 (0)	C	AMARP-ASSOC. MUN. ALTO VALE RIO DO PEIXE	198.850,00D	0,00	0,00	198.850,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0005 (0)	C	CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAÚDE DO ALTO VALE R.P	214.827,28D	15.938,66	0,00	230.765,94D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0006 (0)	C	AÇÃO SOCIAL DIOCESANA - ASDI	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0007 (0)	C	COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO	3.200,00D	6.400,00	3.200,00	6.400,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0010 (0)	C	ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC	840.000,00D	270.000,00	840.000,00	270.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0011 (0)	C	FUND. TURISMO DO CONSTESTADO - CONTTUR.	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0033 (0)	C	POLÍCIA MILITAR	9.686,63D	0,00	0,00	9.686,63D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0034 (0)	C	APAE FRAIBURGO	0,00	16.780,00	16.780,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0035 (0)	C	RADIO PATRULHA	23.180,42D	0,00	0,00	23.180,42D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0036 (0)	C	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	101.825,26D	0,00	0,00	101.825,26D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0051 (0)	C	CLUBE ATLETICO FRAIBURGO - CAF	60.000,00D	0,00	0,00	60.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0055 (0)	C	CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUNICIPIOS - CNM	15.595,00D	866,00	0,00	16.461,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0068 (0)	C	ASSOCIAÇÃO ECOLOGICA MIRIAN VIECELI ZAGO	0,00	3.710,00	0,00	3.710,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0069 (0)	C	FECAM - FEDERACAO CATARINENSE DE MUNICIPIOS	17.573,00D	1.025,00	0,00	18.598,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0075 (0)	C	CCO - 1ª FEMACA - FESTA BRASILEIRA DA MACA-2004	608.166,97D	0,00	0,00	608.166,97D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0078 (0)	C	CENTRO CULTURAL EGON FREY	5.000,00D	0,00	0,00	5.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0083 (0)	C	ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA FRAIBURGO - AAVE	11.500,00D	11.500,00	0,00	23.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0092 (0)	C	GRUPO VOLUNTÁRIO VIDA E CIDADANIA - GVC	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 8/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0097 (0)	C	COMPANHIA DE DANÇAS MILLENNIUM	3.000,00D	3.000,00	3.000,00	3.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.03.00.0098 (0)	C	ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF	2.000,00D	2.000,00	2.000,00	2.000,00D
1.9.9.1.2		RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS		0,00	0,00	4.229,53D
1.9.9.1.2.14		DEPÓSITOS JUDICIAIS	4.229,53D	0,00	0,00	4.229,53D
1.9.9.1.2.14.00.00.00.0001 (0)	C	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA	4.229,53D	0,00	0,00	4.229,53D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 9/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	372.809.841,69C	32.845.302,24	40.429.475,58	380.394.015,03C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	3.371.686,71C	7.441.768,51	7.497.813,89	3.427.732,09C
2.1.1		DEPÓSITOS	719.316,42C	613.281,96	608.008,71	714.043,17C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	633.719,64C	538.039,38	548.766,62	644.446,88C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.824,96C	243.429,71	251.996,27	20.391,52C
2.1.1.1.1.02		INSS	11.824,96C	243.429,71	251.996,27	20.391,52C
2.1.1.1.1.02.00.01		INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	221.404,59	221.404,59	0,00
2.1.1.1.1.02.00.01.00.0001 (0)	F	IN S.S.	0,00	6.404,14	6.404,14	0,00
2.1.1.1.1.02.00.01.00.0001 (0)	F	INSS SFOLHA DE PAGAMENTO	0,00	40.150,33	40.150,33	0,00
2.1.1.1.1.02.00.01.00.0001 (0)	F	IN S.S SOBRE FOLHA	0,00	171.487,94	171.487,94	0,00
2.1.1.1.1.02.00.01.00.0001 (0)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	3.362,18	3.362,18	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02		INSS DE FORNECEDORES	11.824,96C	22.025,12	30.591,68	20.391,52C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0001 (0)	F	INSS - FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA	454,43C	52,37	52,37C	
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0012 (0)	F	INSS - PAZZA TRANSP. DE PASSAGEIROS LTDA - ME	1.364,28C	1.364,28	1.425,64	1.425,64C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0014 (0)	F	INSS - TRANSNATHAN AGÊNCIA VIAGENS E TURISMO LTDA	562,53C	562,53	551,01	551,01C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0015 (0)	F	INSS - ALINE DAINE RUTHES IARENHUK DA SILVA	0,00	6.561,62	13.092,45	6.530,83C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0018 (0)	F	INSS - ADEMIR MARCONDES	0,00	64,88	64,88	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0019 (0)	F	INSS - SANTA TEREZINHA TRANSP. TURISMO S/A	5.470,61C	5.470,61	7.247,47	7.247,47C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0023 (0)	F	INSS - CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS LTDA	0,00	0,00	2.659,52	2.659,52C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0023 (0)	F	INSS - FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA	53,53C	62,17	8,64	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0029 (0)	F	INSS - CF COMERCIO VAREJ. E SIST. DE INFORMATICA - ME	0,00	62,00	62,00	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0030 (0)	F	INSS - TEREZINHA INES ROSSI	0,00	83,60	83,60	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0044 (0)	F	INSS - DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP	0,00	1.652,06	1.652,06	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0107 (0)	F	INSS - ARNO RUBERTO WERLE	0,00	220,00	220,00	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0135 (0)	F	INSS - ALISSON LUIZ SOLIGO	0,00	9,35	9,35	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0136 (0)	F	INSS - CLADI ANA FROZZA VESCOVI	0,00	9,35	9,35	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0137 (0)	F	INSS - TRANSNATHAN AGENCIA DE VIAG.E TUR. LTDA	80,29C	80,29	33,00	33,00C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0140 (0)	F	INSS - FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA	1.093,24C	1.084,94	1.829,92	1.838,22C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0172 (0)	F	INSS - DEON TERRAPLAN. E CONSTRUÇÕES LTDA	231,41C	231,41	0,00	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0191 (0)	F	INSS - ANDRESSA REZADORI BARBOSA	0,00	74,80	74,80	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0192 (0)	F	INSS - LUCAS DALAGNOLI	0,00	9,35	9,35	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0202 (0)	F	INSS - JESSE DA CRUZ	0,00	64,88	64,88	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0206 (0)	F	INSS - LACEDIR THIBES ESTREME	382,18C	382,18	0,00	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0210 (0)	F	INSS - SIDNEI DOS SANTOS	0,00	64,88	64,88	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0211 (0)	F	INSS - ALTINO LUIZ MIGUEL	53,46C	53,46	53,46	53,46C
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0212 (0)	F	INSS - CF COMERCIO VAREJISTA E SISTEMAS DE INFORMATICA LTDI	0,00	109,15	109,15	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0217 (0)	F	INSS - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	2.079,00C	2.079,00	0,00	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0223 (0)	F	INSS - GEORGES DOS REIS SANTOS	0,00	9,35	9,35	0,00
2.1.1.1.1.02.00.02.00.0224 (0)	F	INSS - CONSRBITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	0,00	1.204,55	1.204,55	0,00
2.1.1.1.1.2		PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	9.200,40	9.200,40	0,00
2.1.1.1.2.00.00.00.00.0001 (0)	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	8.056,87	8.056,87	0,00
2.1.1.1.2.00.00.00.00.0001 (0)	F	PENSOES ALIMENTÍCIAS	0,00	1.143,53	1.143,53	0,00
2.1.1.1.3		TESOURO NACIONAL	151,24C	4.717,43	4.566,19	0,00D
2.1.1.1.3.02		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	151,24C	4.717,43	4.566,19	0,00D
2.1.1.1.3.02.00.00.00.0001 (0)	F	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	151,24C	4.717,43	4.566,19	0,00

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 10/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	539,18C	74.597,27	74.592,09	534,00C
2.1.1.1.4.04		IRRF	539,18C	74.597,27	74.592,09	534,00C
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0001 (0)	F	IRRF A RECOLHER	539,18C	74.597,27	74.592,09	534,00C
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0001 (0)	F	IRRF A RECOLHER PREFEITURA	133,33C	45.223,08	133,33C	133,33C
2.1.1.1.8		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	405,85C	29.374,19	29.369,01	400,67C
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0001 (0)	F	DESCONTO EM FOLHA DE PAGTO - PANAMERICANO - 2004	619.366,56C	190.522,11	190.522,11	619.366,56C
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0001 (0)	F	EMPRESTIMO CONSIGNADO - BRADESCO	80.739,59C	0,00	0,00	80.739,59C
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0001 (0)	F	EMPRESTIMO EM CONSIGNAÇÃO - BRADESCO	0,00	23.233,27	23.233,27	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0001 (0)	F	EMPRESTIMOS EM CONSIGNAÇÃO - BRADESCO	0,00	3.836,78	3.836,78	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0002 (0)	F	DESCONTO FOLHA DE PAGAMENTO - SULFINANCEIRA - 2004	538.626,97C	0,00	0,00	538.626,97C
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0002 (0)	F	EMPRESTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	2.331,14	2.331,14	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0002 (0)	F	EMPRESTIMO CONSIGNADO - CEF	0,00	382,47	382,47	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0002 (0)	F	EMPRÉSTIMO EM CONSIGNAÇÃO - CAIXA	0,00	3.194,09	3.194,09	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0003 (0)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNAÇÃO	0,00	17.724,27	17.724,27	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0005 (0)	F	EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BRADESCO	0,00	139.366,17	139.366,17	0,00
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0006 (0)	F	EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO DO BRASIL	0,00	453,92	453,92	0,00
2.1.1.1.9		DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.837,70C	15.572,46	17.889,56	4.154,80C
2.1.1.1.9.01		ASSOCIAÇÕES	0,00	2.960,00	2.960,00	0,00
2.1.1.1.9.01.00.00.00.00.0001 (0)	F	ASSEMBREA	0,00	2.960,00	2.960,00	0,00
2.1.1.1.9.04		SINDICATOS	0,00	2.327,53	2.327,53	0,00
2.1.1.1.9.04.00.00.00.00.0001 (0)	F	SINISER	0,00	120,41	120,41	0,00
2.1.1.1.9.04.00.00.00.00.0002 (0)	F	SINISER	0,00	2.207,12	2.207,12	0,00
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.837,70C	10.284,93	12.602,03	4.154,80C
2.1.1.1.9.99.00.00.00.00.0001 (0)	F	SERGIO WALTRICK MOREIRA (REMOÇÃO/GUARDA VEICULOS)	1.837,70C	1.837,70	4.154,80	4.154,80C
2.1.1.1.9.99.00.00.01.00.0002 (0)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	8.447,23	8.447,23	0,00
2.1.1.4		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	85.596,78C	75.242,58	59.242,09	69.596,29C
2.1.1.4.1		DEPÓSITOS E CAUÇÕES	24.546,98C	11.686,47	25.430,52	38.291,03C
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00.0002 (0)	F	ATERPLAN - GARANTIA - BESC 207.870-8	11.654,60C	11.686,47	31,87	0,00C
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00.0020 (0)	F	GARANTIA - TERRAPLANAGEM E PREST. SERV. EXCEL LTDA	9.329,41C	0,00	41,51	9.370,92C
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00.0024 (0)	F	GARANTIA - GTA PRESTADORA SERVIÇOS LTDA	3.562,97C	0,00	18,69	3.581,66C
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00.0025 (0)	F	GARANTIA - LZK CONSTRUTORA LTDA	0,00	0,00	25.338,45	25.338,45C
2.1.1.4.9		OUTROS DEPÓSITOS	61.049,80C	63.556,11	33.811,57	31.305,26C
2.1.1.4.9.99		IN.S.S.	61.049,80C	63.556,11	33.811,57	31.305,26C
2.1.1.4.9.99.00.00.01.00.0002 (0)	F	IR.R.F.	9.847,83C	19.481,84	10.347,71	713,70C
2.1.1.4.9.99.00.00.01.00.0003 (0)	F	RENDIMENTO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	29.397,72C	33.625,22	4.408,89	181,39C
2.1.1.4.9.99.00.00.02.00.0002 (0)	F	DESCONTO VALE TRANSPORTE	6.166,34C	9.351,92	3.185,58	0,00
2.1.1.4.9.99.00.00.02.00.0003 (0)	F	DIVERSOS CREDORES	1.097,13C	1.097,13	0,00	0,00
2.1.1.4.9.99.00.99.00.00.0001 (0)	F	Contribuição FUNREBOM	14.540,78C	0,00	15.869,39	30.410,17C
2.1.1.4.9.99.00.99.00.00.0002 (0)	F	Contribuição AFSC	0,00	0,00	15.854,39	30.395,17C
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.652.370,29C	6.828.486,55	15,00	15,00C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.693.669,42C	6.399.573,62	6.636.630,69	2.713.688,92C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	1.603.459,86C	3.128.147,86	3.388.304,82	1.863.616,82C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	1.603.459,86C	3.116.463,86	3.376.620,82	1.863.616,82C
2.1.2.1.1.01.00.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	1.603.459,86C	3.116.463,86	3.376.620,82	1.863.616,82C
2.1.2.1.1.07		PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	0,00	11.684,00	11.684,00	0,00

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 11/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2.1.1.07.01		DO EXERCÍCIO	0,00	11.684,00	11.684,00	0,00
2.1.2.1.1.07.01.00.00.0003 (0)	F	TRIBUNAL DE JUSTICA SANTA CATARINA	0,00	11.684,00	11.684,00	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	1.297,89C	2.628.724,45	2.627.426,56	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	1.297,89C	2.628.724,45	2.627.426,56	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	20.374,40C	578.188,04	557.910,84	97,20C
2.1.2.1.3.01		INSS	20.277,20C	576.963,92	556.686,72	0,00D
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	20.277,20C	576.963,92	556.686,72	0,00D
2.1.2.1.3.02		INSS - CONTRIBUIÇÃO S/SERVIÇOS DE TERCEIROS	97,20C	1.224,12	1.224,12	97,20C
2.1.2.1.3.02.00.01		INSS - CONTRIBUIÇÃO S/SERVIÇOS DE TERCEIROS DO EXE	97,20C	1.224,12	1.224,12	97,20C
2.1.2.1.3.02.00.01.00.0003 (0)	F	INSS	0,00	152,00	152,00	0,00
2.1.2.1.5		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	97,20C	1.072,12	1.072,12	97,20C
2.1.2.1.5.09		PIS/PASEP	0,00	60.505,40	60.505,40	0,00
2.1.2.1.5.09.00.01		PIS/PASEP DO EXERCÍCIO	0,00	60.505,40	60.505,40	0,00
2.1.2.1.6		RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	55.414,33C	1.524,80	0,00	53.889,53C
2.1.2.1.6.02		RESTOS A PAGAR	55.414,33C	1.524,80	0,00	53.889,53C
2.1.2.1.6.02.02		NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	55.414,33C	1.524,80	0,00	53.889,53C
2.1.2.1.6.02.02.00.0008 (0)	F	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS-EXECUTIVO/INDIRETAS	55.414,33C	1.524,80	0,00	53.889,53C
2.1.2.1.6.02.02.00.00011 (0)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR NÃO PROC EXEC/IND	28.643,10C	0,00	0,00	28.643,10C
2.1.2.1.6.02.02.00.00018 (0)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR NÃO PROC EXEC/IND - 2013	19.462,89C	0,00	0,00	19.462,89C
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	7.308,54C	1.524,80	0,00	5.783,74C
2.1.2.1.9.08		BENEFÍCIOS A PAGAR	13.122,94C	2.483,07	2.483,07	13.122,94C
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCÍCIO	0,00	2.483,07	2.483,07	0,00
2.1.2.1.9.12		DÍVIDAS RENEGOCIADAS	13.122,94C	0,00	0,00	13.122,94C
2.1.2.1.9.12.00.00.00.00006 (0)	P	INSS PARCELAMENTO INSS MP-2.043	13.122,94C	0,00	0,00	13.122,94C
2.1.2.2		CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.375,00C	237.449,49	253.174,49	17.100,00C
2.1.2.2.1		ENTIDADES CREDORAS	1.375,00C	21.133,33	36.858,33	17.100,00C
2.1.2.2.1.70		FPAS	1.375,00C	21.133,33	36.858,33	17.100,00C
2.1.2.2.1.70.02		CONSORCIOS A PAGAR	1.375,00C	21.133,33	36.858,33	17.100,00C
2.1.2.2.1.70.02.00.00.0001 (0)	F	CIGA - CONSORCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL.MUNICIPAL	0,00	1.595,00	1.595,00	0,00
2.1.2.2.1.70.02.00.00.0001 (0)	F	CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAUDE DO ALTO VALE R.P	1.375,00C	2.750,00	6.875,00	5.500,00C
2.1.2.2.1.70.02.00.00.0002 (0)	F	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA	0,00	16.788,33	28.388,33	11.600,00C
2.1.2.2.2		OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	0,00	216.316,16	216.316,16	0,00
2.1.2.2.2.02		EM CONTRATOS	0,00	216.316,16	216.316,16	0,00
2.1.2.2.2.02.03		CONTRATOS DE EMPREST.-EXERCÍCIO-SERVIÇO DA DÍVIDA	0,00	191.463,44	191.463,44	0,00
2.1.2.2.2.02.03.00.00.0040 (0)	F	BANCO DO BRASIL SA	0,00	26.040,95	26.040,95	0,00
2.1.2.2.2.02.03.00.00.0041 (0)	F	AG. DE FOMENTO DO EST. SANTA CATARINA S.A - BADESC	0,00	165.422,49	165.422,49	0,00
2.1.2.2.2.02.14		ENCARGOS DE CONTR. DE EMPREST. INT. - EXERC.	0,00	24.852,72	24.852,72	0,00
2.1.2.2.2.02.14.00.00.0040 (0)	F	BANCO DO BRASIL SA	0,00	2.328,36	2.328,36	0,00
2.1.2.2.2.02.14.00.00.0041 (0)	F	AG. DE FOMENTO DO EST. SANTA CATARINA S.A - BADESC	0,00	22.524,36	22.524,36	0,00
2.1.2.3		OPERAÇÕES DE CRÉDITO	957.325,87C	191.463,44	0,00	765.862,43C
2.1.2.3.1		INTERNAS	957.325,87C	191.463,44	0,00	765.862,43C
2.1.2.3.1.02		EM CONTRATOS	957.325,87C	191.463,44	0,00	765.862,43C
2.1.2.3.1.02.02		CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS	957.325,87C	191.463,44	0,00	765.862,43C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 12/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2.3.1.02.00.00.0040 (0)	P	BANCO DO BRASIL SA	130.213,46C	26.040,95	0,00	104.172,51C
2.1.2.3.1.02.02.00.00.0041 (0)	P	AG. DE FOMENTO DO EST. SANTA CATARINA S.A - BADESC	827.112,41C	165.422,49	0,00	661.689,92C
2.2		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.298.831,51C	0,00	0,00	1.298.831,51C
2.2.2		OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.298.831,51C	0,00	0,00	1.298.831,51C
2.2.2.1		OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNA	1.298.831,51C	0,00	0,00	1.298.831,51C
2.2.2.1.2		EM CONTRATOS	1.298.831,51C	0,00	0,00	1.298.831,51C
2.2.2.1.2.00.00.01		EM CONTRATOS	1.298.831,51C	0,00	0,00	1.298.831,51C
2.2.2.1.2.00.00.01.00.0075 (0)	P	BANCO DO BRASIL SA	182.291,75C	0,00	0,00	182.291,75C
2.2.2.1.2.00.00.01.00.0076 (0)	P	AG. DE FOMENTO DO EST. SANTA CATARINA S.A - BADESC	1.116.539,76C	0,00	0,00	1.116.539,76C
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	139.575.889,79C	0,00	0,00	139.575.889,79C
2.4.1		PATRIMÔNIO/CAPITAL	139.575.889,79C	0,00	0,00	139.575.889,79C
2.4.1.1 (0)	P	PATRIMÔNIO	139.575.889,79C	0,00	0,00	139.575.889,79C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	228.563.433,68C	25.403.533,73	32.931.661,69	236.091.561,64C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	73.630.000,00C	0,00	0,00	73.630.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	73.630.000,00C	0,00	0,00	73.630.000,00C
2.9.1.1.1 (0)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	73.630.000,00C	0,00	0,00	73.630.000,00C
2.9.1.2.1.01 (0)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	73.630.000,00C	0,00	0,00	73.630.000,00C
2.9.1.2.1.99 (0)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	73.630.000,00C	0,00	0,00	73.630.000,00C
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	86.658.995,64C	23.922.808,86	24.350.520,77	87.086.707,55C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	45.721.575,93C	23.912.196,57	17.809.042,53	39.618.421,89C
2.9.2.1.1 (0)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	14.257.306,69C	6.531.959,61	4.513.295,23	12.238.642,31C
2.9.2.1.2 (0)	O	CRÉDITO INDISPONÍVEL	17.235.948,19C	3.714.884,07	1.257.771,12	14.778.835,24C
2.9.2.1.2.05 (0)	O	CRÉDITO PRE-EMPENHADO LÍQUIDO	17.235.948,19C	3.714.884,07	1.257.771,12	14.778.835,24C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	14.228.321,05C	13.665.352,89	12.037.976,18	12.600.944,34C
2.9.2.1.3.01 (0)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	12.601.813,90C	7.029.854,58	5.148.171,00	10.720.130,32C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	1.626.507,15C	6.635.498,31	6.889.805,18	1.880.814,02C
2.9.2.1.3.02.01 (0)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	1.626.507,15C	6.635.498,31	6.889.805,18	1.880.814,02C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	40.937.419,71C	10.612,29	6.541.478,24	47.468.285,66C
2.9.2.4.1		EMISSÃO DE EMPENHO	40.937.419,71C	10.612,29	6.541.478,24	47.468.285,66C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	40.937.419,71C	10.612,29	6.541.478,24	47.468.285,66C
2.9.2.4.1.04.03 (0)	O	VALORES PAGOS	40.937.419,71C	10.612,29	6.541.478,24	47.468.285,66C
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	64.666.136,49C	549.138,27	8.164.114,60	72.281.112,82C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	64.666.136,49C	549.138,27	8.164.114,60	72.281.112,82C
2.9.3.2.9 (0)	C	CONTROLE DAS DISPONIBILIDADES DE RECURSOS	64.666.136,49C	549.138,27	8.164.114,60	72.281.112,82C
2.9.7		Controle dos Consórcios	1.268.655,07C	21.133,33	42.266,66	1.289.788,40C
2.9.7.1		Controle dos Consórcios - Nos Ente Consorciado	1.268.655,07C	21.133,33	42.266,66	1.289.788,40C
2.9.7.1.1		Contrato de Rateio	613.038,74C	21.133,33	21.133,33	613.038,74C
2.9.7.1.1.01		Contrato de Rateio em Execução	180.780,30C	21.133,33	0,00	159.646,97C
2.9.7.1.1.01.00.00.00.0001 (0)	C	CICA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL MUNICIPAL	7.975,00C	1.595,00	0,00	6.380,00C
2.9.7.1.1.01.00.00.00.0001 (0)	C	CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAUDE DO ALTO VALE R.P	8.250,00C	1.750,00	0,00	5.500,00C
2.9.7.1.1.01.00.00.00.0002 (0)	C	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA	164.555,30C	16.788,33	0,00	147.766,97C
2.9.7.1.1.02 (0)	C	Contrato de Rateio - Executados	432.258,44C	0,00	21.133,33	453.391,77C
2.9.7.1.2		Prestação de Contas	432.258,44C	0,00	21.133,33	453.391,77C
2.9.7.1.2.01 (0)	C	Prestação de Contas - A comprovar	208.900,55C	0,00	21.133,33	230.033,88C
2.9.7.1.2.03 (0)	C	Prestação de Contas - A Aprovar	223.357,89C	0,00	0,00	223.357,89C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 13/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.7.1.3		Consolidação da Execução das despesas do Consórcio	223.357,89C	0,00	0,00	223.357,89C
2.9.7.1.3.03 (0)	C	DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PAGAS	223.357,89C	0,00	0,00	223.357,89C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.339.646,48C	910.453,27	374.759,66	1.803.952,87C
2.9.9.1 (0)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.339.646,48C	910.453,27	374.759,66	1.803.952,87C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 14/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	42.563.926,86D	6.879.192,89	94.020,07	49.349.099,68D
3.3		DESPESAS CORRENTES	38.633.553,78D	5.845.012,90	94.020,07	44.384.546,61D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.453.932,38D	3.202.837,35	85.416,00	23.571.353,73D
3.3.1.7		Transferências a Consórcios Públicos	36.406,00D	16.241,00	0,00	52.647,00D
3.3.1.7.1		Transferências a Consórcios Públicos	36.406,00D	16.241,00	0,00	52.647,00D
3.3.1.7.1.70 (0)	F	Ratelo pela Participação em Consórcio Público	36.406,00D	16.241,00	0,00	52.647,00D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	20.417.526,38D	3.186.596,35	85.416,00	23.518.706,73D
3.3.1.9.0.1		Aposentadorias e Reformas	17.209,36D	2.483,07	0,00	19.692,43D
3.3.1.9.0.1.01 (0)	F	Proventos - Pessoal Civil	17.209,36D	2.483,07	0,00	19.692,43D
3.3.1.9.0.4		Contratacao por Tempo Determinado	4.049.779,18D	700.482,94	0,00	4.750.262,12D
3.3.1.9.0.4.01 (0)	F	Professores Substitutos	1.388.749,10D	229.705,32	0,00	1.618.454,42D
3.3.1.9.0.4.02 (0)	F	Serviços Temporários de Agentes de Saúde	249.297,21D	0,00	0,00	249.297,21D
3.3.1.9.0.4.04 (0)	F	Obrigações Patronais	757.815,46D	142.490,36	0,00	900.305,82D
3.3.1.9.0.4.99 (0)	F	Outros Serviços Temporários	1.653.917,41D	328.287,26	0,00	1.982.204,67D
3.3.1.9.0.5		Outros Benefícios Previdenciários	208.056,62D	28.308,96	0,00	236.365,58D
3.3.1.9.0.5.55 (0)	F	Salário Família dos Segurados	13.240,30D	0,00	0,00	13.240,30D
3.3.1.9.0.5.56 (0)	F	Salário Maternidade	158.320,91D	21.626,36	0,00	179.947,27D
3.3.1.9.0.5.70 (0)	F	Salário Família - Ativo Pessoal civil	27.530,05D	5.203,83	0,00	32.733,88D
3.3.1.9.0.5.70 (0)	F	Salário Família - Ativo Pessoal Civil	8.965,36D	1.478,77	0,00	10.444,13D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	12.690.649,97D	1.976.438,75	85.415,94	14.581.672,78D
3.3.1.9.0.11.01 (0)	F	vencimentos e salários	9.405.708,48D	1.518.698,07	85.415,94	10.838.990,61D
3.3.1.9.0.11.33 (0)	F	gratificação por exercício de funções	305.009,65D	48.365,54	0,00	353.375,19D
3.3.1.9.0.11.37 (0)	F	gratificação por tempo de serviço	650.507,62D	100.089,51	0,00	750.597,13D
3.3.1.9.0.11.42 (0)	F	ferias indenizadas	261.688,20D	35.335,45	0,00	297.023,65D
3.3.1.9.0.11.43 (0)	F	13º salário	81.349,42D	13.546,02	0,00	94.895,44D
3.3.1.9.0.11.45 (0)	F	ferias - abono constitucional	301.747,77D	17.379,51	0,00	319.127,28D
3.3.1.9.0.11.46 (0)	F	ferias - pagamento antecipado	452.106,74D	44.592,22	0,00	496.698,96D
3.3.1.9.0.11.99 (0)	F	outras despesas fixas - pessoal civil	1.232.532,09D	198.432,43	0,00	1.430.964,52D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	3.018.605,42D	414.196,36	0,06	3.432.801,72D
3.3.1.9.0.13.02 (0)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	3.018.605,42D	414.196,36	0,06	3.432.801,72D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	378.645,69D	64.886,27	0,00	443.331,96D
3.3.1.9.0.16.01 (0)	F	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	179.980,88D	36.832,70	0,00	216.813,58D
3.3.1.9.0.16.44 (0)	F	Serviços Extraordinários	198.664,81D	27.853,57	0,00	226.518,38D
3.3.1.9.0.94		Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	54.580,14D	0,00	0,00	54.580,14D
3.3.1.9.0.94.99 (0)	F	Diversas Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	54.580,14D	0,00	0,00	54.580,14D
3.3.2		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	226.564,78D	24.852,72	0,00	251.417,50D
3.3.2.9		Aplicacoes Diretas	226.564,78D	24.852,72	0,00	251.417,50D
3.3.2.9.0.22		Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	226.564,78D	24.852,72	0,00	251.417,50D
3.3.2.9.0.22.99 (0)	F	Outros Encargos da Dívida Contratada	226.564,78D	24.852,72	0,00	251.417,50D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.953.056,62D	2.617.322,83	8.604,07	20.561.775,38D
3.3.3.5		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	2.948.616,26D	353.281,00	28,50	3.301.868,76D
3.3.3.5.0.41		Contribuiçoes	2.948.616,26D	353.281,00	28,50	3.301.868,76D
3.3.3.5.0.41.99 (0)	F	Outras Contribuições	2.948.616,26D	353.281,00	28,50	3.301.868,76D
3.3.3.7		Transf. a Instituições Multigovernament. Nacionais	222.154,01D	35.575,99	0,00	257.730,00D
3.3.3.7.1		Transferências a Consórcios Públicos	132.204,70D	19.637,33	0,00	151.842,03D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 15/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.7.1.70 (0)	F	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	132.204,70D	19.637,33	0,00	151.842,03D
3.3.3.7.2		Transferências a Consórcios Públicos	89.949,31D	15.938,66	0,00	105.887,97D
3.3.3.7.2.39.50 (0)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor.	89.949,31D	15.938,66	0,00	105.887,97D
3.3.3.9		Aplicações Diretas	14.782.286,35D	2.228.465,84	8.575,57	17.002.176,62D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	136.177,38D	14.775,15	27,60	150.924,93D
3.3.3.9.0.14.14 (0)	F	Diárias no País - Civil	136.177,38D	14.775,15	27,60	150.924,93D
3.3.3.9.0.18		Auxílio Financeiro a Estudantes	172.750,86D	30.055,62	0,00	202.806,48D
3.3.3.9.0.18.99 (0)	F	Outros Auxílios Financeiros a Estudantes	172.750,86D	30.055,62	0,00	202.806,48D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	4.085.630,42D	651.606,03	4.600,46	4.732.635,99D
3.3.3.9.0.30.01 (0)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	646.866,59D	78.143,06	0,00	725.009,65D
3.3.3.9.0.30.04 (0)	F	Gás Engarrafado	121.805,71D	2.976,86	0,00	124.782,57D
3.3.3.9.0.30.06 (0)	F	Alimentos para Animais	3.250,00D	0,00	0,00	3.250,00D
3.3.3.9.0.30.07 (0)	F	Gêneros de Alimentação	890.900,16D	171.858,48	0,00	1.062.758,64D
3.3.3.9.0.30.09 (0)	F	Material Farmacológico	14.306,49D	2.096,82	0,00	16.403,31D
3.3.3.9.0.30.10 (0)	F	Material Odontológico	9.583,48D	984,75	0,00	10.568,23D
3.3.3.9.0.30.11 (0)	F	Material Químico	100.962,72D	4.883,29	0,00	105.846,01D
3.3.3.9.0.30.14 (0)	F	Material Educativo e Esportivo	403.543,51D	1.688,70	0,00	405.232,21D
3.3.3.9.0.30.15 (0)	F	Material para Festividades e Homenagens	1.944,00D	350,00	0,00	2.294,00D
3.3.3.9.0.30.16 (0)	F	Material de Expediente	87.494,57D	7.404,40	0,00	94.898,97D
3.3.3.9.0.30.17 (0)	F	Material de Processamento de Dados	41.858,45D	9.050,02	0,00	50.908,47D
3.3.3.9.0.30.18 (0)	F	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	2.974,31D	0,00	0,00	2.974,31D
3.3.3.9.0.30.19 (0)	F	Material de Acondicionamento e Embalagem	625,00D	0,00	0,00	625,00D
3.3.3.9.0.30.20 (0)	F	Material de Cama, Mesa e Banho	5.279,00D	126.720,00	0,00	131.999,00D
3.3.3.9.0.30.21 (0)	F	Material de Copa e Cozinha	11.745,37D	1.774,65	0,00	13.520,02D
3.3.3.9.0.30.22 (0)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	290.516,62D	106.920,09	0,00	397.436,71D
3.3.3.9.0.30.23 (0)	F	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	57.626,21D	3.763,00	0,00	61.389,21D
3.3.3.9.0.30.24 (0)	F	Material para Manutenção de Bens Imóveis	225.240,52D	12.855,42	0,00	238.095,94D
3.3.3.9.0.30.25 (0)	F	Material para Manutenção de Bens Móveis	22.732,06D	5.297,13	0,00	28.029,19D
3.3.3.9.0.30.26 (0)	F	Material Elétrico e Eletrônico	63.838,49D	11.458,35	0,00	75.296,84D
3.3.3.9.0.30.28 (0)	F	Material de Proteção e Segurança	37.721,27D	5.208,11	0,00	42.929,38D
3.3.3.9.0.30.31 (0)	F	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	24.527,11D	140,00	0,00	24.667,11D
3.3.3.9.0.30.35 (0)	F	Material Laboratorial	31.640,96D	1.004,00	0,00	32.644,96D
3.3.3.9.0.30.36 (0)	F	Material Hospitalar	98.431,48D	16.558,78	0,00	114.990,26D
3.3.3.9.0.30.39 (0)	F	Material para Manutenção de Veículos	257.497,08D	22.045,28	0,00	279.542,36D
3.3.3.9.0.30.40 (0)	F	Material Biológico	31.440,60D	0,00	0,00	31.440,60D
3.3.3.9.0.30.42 (0)	F	Ferramentas	2.446,47D	80,96	0,00	2.527,43D
3.3.3.9.0.30.44 (0)	F	Material de Sinalização Visual e Afins	8.847,08D	1.150,00	0,00	9.997,08D
3.3.3.9.0.30.46 (0)	F	Material Bibliográfico não Imobilizável	1.092,70D	0,00	0,00	1.092,70D
3.3.3.9.0.30.48 (0)	F	Bens Móveis não Ativáveis	1.117,15D	0,00	0,00	1.117,15D
3.3.3.9.0.30.50 (0)	F	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.320,00D	0,00	0,00	1.320,00D
3.3.3.9.0.30.51 (0)	F	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	398.052,91D	32.016,46	0,00	430.069,37D
3.3.3.9.0.30.96 (0)	F	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	114.204,48D	15.000,00	4.600,46	124.604,02D
3.3.3.9.0.30.99 (0)	F	Outros Materiais de Consumo	74.197,87D	10.177,42	0,00	84.375,29D
3.3.3.9.0.31		Premiações Culturais,Artist,Cientif,Despor. e Out	9.554,53D	2.511,18	0,00	12.065,71D
3.3.3.9.0.31.04 (0)	F	Premiações Desportivas	9.554,53D	2.511,18	0,00	12.065,71D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 16/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.9.0.32		Material de Distribuição Gratuita	555.997,05D	89.231,88	0,00	645.228,93D
3.3.9.0.32.01 (0)	F	Livros Didáticos	29.083,60D	55.683,00	0,00	84.766,60D
3.3.9.0.32.02 (0)	F	Medicamentos	322.615,08D	23.709,93	0,00	346.325,01D
3.3.9.0.32.03 (0)	F	Gêneros Alimentícios	43.732,26D	112,00	0,00	43.844,26D
3.3.9.0.32.99 (0)	F	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	160.566,11D	9.726,95	0,00	170.293,06D
3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	14.109,68D	988,90	280,84	14.817,74D
3.3.9.0.33.01 (0)	F	Passagens Para o País	5.939,21D	188,90	0,00	6.128,11D
3.3.9.0.33.99 (0)	F	Outras Despesas com Locomoção	8.170,47D	800,00	280,84	8.689,63D
3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	128.186,49D	13.068,83	0,00	141.255,32D
3.3.9.0.36.06 (0)	F	Serviços Técnicos Profissionais	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00D
3.3.9.0.36.07 (0)	F	Estagiários	1.600,00D	0,00	0,00	1.600,00D
3.3.9.0.36.15 (0)	F	Locação de Imóveis	58.762,68D	6.948,25	0,00	65.710,93D
3.3.9.0.36.21 (0)	F	Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat	3.402,00D	486,00	0,00	3.888,00D
3.3.9.0.36.22 (0)	F	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	620,00D	0,00	0,00	620,00D
3.3.9.0.36.27 (0)	F	Serviços de Comunicação em Geral	1.800,00D	0,00	0,00	1.800,00D
3.3.9.0.36.28 (0)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	1.812,00D	0,00	0,00	1.812,00D
3.3.9.0.36.45 (0)	F	Jeitons a Conselheiros	59.319,81D	2.874,58	0,00	62.194,39D
3.3.9.0.36.59 (0)	F	Serviços de Audio, Vídeo e Foto	870,00D	0,00	0,00	870,00D
3.3.9.0.36.99 (0)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	760,00	0,00	760,00D
3.3.9.0.37		Locação de Mão-de-obra	320,00D	0,00	0,00	320,00D
3.3.9.0.37.06 (0)	F	Manutenção e Conservação de Bens Móveis	320,00D	0,00	0,00	320,00D
3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.670.901,83D	1.171.169,14	3.666,67	8.838.404,30D
3.3.9.0.39.01 (0)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	12.052,10D	0,00	0,00	12.052,10D
3.3.9.0.39.05 (0)	F	Serviços Técnicos Profissionais	89.582,23D	4.112,82	0,00	93.695,05D
3.3.9.0.39.08 (0)	F	Manutenção de Software	34.089,40D	4.695,00	0,00	38.784,40D
3.3.9.0.39.10 (0)	F	Locação de Imóveis	154.226,54D	27.500,00	0,00	181.726,54D
3.3.9.0.39.11 (0)	F	Locação de Softwares	149.441,96D	20.101,28	0,30	169.542,94D
3.3.9.0.39.12 (0)	F	Locação de Máquinas e Equipamentos	1.122,44D	286,24	0,00	1.410,68D
3.3.9.0.39.15 (0)	F	Limpeza de Veículos	12.734,59D	1.066,87	0,00	13.801,46D
3.3.9.0.39.16 (0)	F	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	62.118,34D	25.004,50	0,00	87.122,84D
3.3.9.0.39.17 (0)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	19.626,95D	4.628,92	0,00	24.255,87D
3.3.9.0.39.19 (0)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	108.492,68D	13.265,95	0,00	121.758,63D
3.3.9.0.39.20 (0)	F	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	4.448,94D	0,00	0,00	4.448,94D
3.3.9.0.39.22 (0)	F	Exposições, Congressos e Conferências	1.300,00D	0,00	0,00	1.300,00D
3.3.9.0.39.24 (0)	F	Serv de Contec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	3.225,00D	1.000,00	0,00	4.225,00D
3.3.9.0.39.25 (0)	F	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
3.3.9.0.39.26 (0)	F	Serviços de Transporte Escolar	1.621.006,79D	262.821,51	0,00	1.883.828,30D
3.3.9.0.39.28 (0)	F	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	775.275,57D	121.498,24	0,00	896.773,81D
3.3.9.0.39.41 (0)	F	Fornecimento de Alimentação	99.259,05D	16.628,50	0,00	115.887,55D
3.3.9.0.39.43 (0)	F	Serviços de Energia Elétrica	1.000.881,62D	164.041,13	0,00	1.164.922,75D
3.3.9.0.39.44 (0)	F	Serviços de Água e Esgoto	3.261,66D	452,90	0,00	3.714,56D
3.3.9.0.39.46 (0)	F	Serviços Domésticos	1.289,40D	607,60	0,00	1.897,00D
3.3.9.0.39.47 (0)	F	Serviços de Comunicação em Geral	41.569,16D	7.517,15	0,00	49.086,31D
3.3.9.0.39.48 (0)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	126.955,14D	3.125,95	0,00	130.081,09D
3.3.9.0.39.49 (0)	F	Produções Jornalísticas	8.181,00D	0,00	0,00	8.181,00D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 17/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.50 (0)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	950.610,30D	155.750,27	0,00	1.106.360,57D
3.3.3.9.0.39.51 (0)	F	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	29.007,04D	8.850,08	0,00	37.857,12D
3.3.3.9.0.39.53 (0)	F	Serviços de Assistência Social	72.071,17D	0,00	0,00	72.071,17D
3.3.3.9.0.39.57 (0)	F	Serviços de Processamento de Dados	3.997,00D	698,00	0,00	4.695,00D
3.3.3.9.0.39.58 (0)	F	Serviços de Telecomunicações	84.831,49D	14.322,83	0,00	99.154,32D
3.3.3.9.0.39.59 (0)	F	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	18.200,00D	2.168,00	0,00	20.368,00D
3.3.3.9.0.39.63 (0)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	54.827,10D	0,00	0,00	54.827,10D
3.3.3.9.0.39.64 (0)	F	Telefonia Móvel	58.133,56D	8.643,97	0,00	66.777,53D
3.3.3.9.0.39.66 (0)	F	Serviços Judiciários	9.720,95D	6.202,77	0,00	15.923,72D
3.3.3.9.0.39.67 (0)	F	Serviços Funerários	27.155,00D	12.035,00	0,00	39.190,00D
3.3.3.9.0.39.69 (0)	F	seguros em Geral	11.214,69D	4.924,99	0,00	16.139,68D
3.3.3.9.0.39.72 (0)	F	Vale-Transporte	133.987,00D	21.960,00	0,00	155.947,00D
3.3.3.9.0.39.74 (0)	F	Fretes e Transportes de Encomendas	4.295,36D	1.113,60	0,00	5.408,96D
3.3.3.9.0.39.75 (0)	F	Multas e Infrações de Trânsito	2.749,32D	489,47	0,00	3.238,79D
3.3.3.9.0.39.77 (0)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	7.392,00D	665,00	0,00	8.057,00D
3.3.3.9.0.39.78 (0)	F	Limpeza e Conservação	183.100,26D	28.301,52	0,00	211.401,78D
3.3.3.9.0.39.79 (0)	F	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	163.653,84D	17.805,72	0,00	181.459,56D
3.3.3.9.0.39.80 (0)	F	Hospedagens	490,00D	0,00	0,00	490,00D
3.3.3.9.0.39.81 (0)	F	Serviços Bancários	104.425,87D	5.048,89	0,00	109.474,76D
3.3.3.9.0.39.88 (0)	F	Serviços de Publicidade e Propaganda	51.842,12D	10.093,00	0,00	61.935,12D
3.3.3.9.0.39.94 (0)	F	Aquisição de Softwares de Aplicação	8.980,11D	0,00	0,00	8.980,11D
3.3.3.9.0.39.95 (0)	F	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	2.560,00D	385,00	0,00	2.945,00D
3.3.3.9.0.39.96 (0)	F	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	80.790,74D	20.240,00	3.686,37	97.364,37D
3.3.3.9.0.39.97 (0)	F	Despesas de Teleprocessamento	89.220,62D	22.575,73	0,00	111.796,35D
3.3.3.9.0.39.99 (0)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.186.505,73D	150.538,74	0,00	1.337.044,47D
3.3.3.9.0.46	F	Auxílio-Alimentacao	1.104.514,39D	181.645,59	0,00	1.286.159,98D
3.3.3.9.0.47	F	Obrigaçoes Tributarias e Contributivas	408.423,41D	61.729,52	0,00	470.152,93D
3.3.3.9.0.47.10 (0)	F	Taxas	334,74D	0,00	0,00	334,74D
3.3.3.9.0.47.12 (0)	F	Contribuição Para o PIS/PASEP	393.819,98D	60.505,40	0,00	454.325,38D
3.3.3.9.0.47.18 (0)	F	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	14.268,69D	1.224,12	0,00	15.492,81D
3.3.3.9.0.48	F	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Fisicas	12.279,58D	0,00	0,00	12.279,58D
3.3.3.9.0.48.01 (0)	F	Auxílio Financeiro a Pessoas Fisicas	12.279,58D	0,00	0,00	12.279,58D
3.3.3.9.0.67	F	Depositos Compulsorios	4.229,53D	0,00	0,00	4.229,53D
3.3.3.9.0.67.03 (0)	F	Depositos Para Recursos	4.229,53D	0,00	0,00	4.229,53D
3.3.3.9.0.91	F	Sentenças Judiciais	464.089,08D	11.684,00	0,00	475.773,08D
3.3.3.9.0.91.02 (0)	F	Precatórios Incluídos na Lei de Orçamento	406.130,16D	0,00	0,00	406.130,16D
3.3.3.9.0.91.15 (0)	F	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	57.958,92D	11.684,00	0,00	69.642,92D
3.3.3.9.0.93	F	Indenizacoes e Restituiçoes	15.122,14D	0,00	0,00	15.122,14D
3.3.3.9.0.93.02 (0)	F	Restituições	15.122,14D	0,00	0,00	15.122,14D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	3.930.373,08D	1.034.179,99	0,00	4.964.553,07D
3.4.4		INVESTIMENTOS	2.493.955,16D	842.716,55	0,00	3.336.671,71D
3.4.4.7		Transf a Instituições Multigovernament. Nacionais	4.544,00D	980,00	0,00	5.524,00D
3.4.4.7.1		Transferências a Consórcios Públicos	4.544,00D	980,00	0,00	5.524,00D
3.4.4.7.1.70 (0)	F	Rateio pela Participação em Consórcio Público	4.544,00D	980,00	0,00	5.524,00D
admin						

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 18/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.4.4.9		Aplicações Diretas	2,489,411,16D	841,736,55	0,00	3,331,147,71D
3.4.4.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11,726,81D	0,00	0,00	11,726,81D
3.4.4.9.0.39.79 (0)	F	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	11,726,81D	0,00	0,00	11,726,81D
3.4.4.9.0.51		Obras e Instalações	726,949,85D	728,535,93	0,00	1,455,485,78D
3.4.4.9.0.51.07 (0)	F	Reforma	31,125,98D	11,101,47	0,00	42,227,43D
3.4.4.9.0.51.91 (0)	F	Obras em Andamento	527,816,02D	326,575,10	0,00	854,391,12D
3.4.4.9.0.51.98 (0)	F	Obras Contratadas	29,306,45D	390,859,36	0,00	420,165,81D
3.4.4.9.0.51.99 (0)	F	Outras Obras e Instalações	138,701,42D	0,00	0,00	138,701,42D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	1,750,734,50D	113,200,62	0,00	1,863,935,12D
3.4.4.9.0.52.04 (0)	F	Aparelhos de Medição e Orientação	969,00D	9,760,00	0,00	10,729,00D
3.4.4.9.0.52.06 (0)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	908,00D	0,00	0,00	908,00D
3.4.4.9.0.52.08 (0)	F	Aparelhos, Equip. Utens Médico-odont. Labor e Hosp	303,90D	0,00	0,00	303,90D
3.4.4.9.0.52.10 (0)	F	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	25,917,99D	0,00	0,00	25,917,99D
3.4.4.9.0.52.12 (0)	F	Aparelhos e Utensílios Domésticos	40,729,00D	5,661,00	0,00	46,390,00D
3.4.4.9.0.52.24 (0)	F	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	2,711,06D	327,31	0,00	3,038,37D
3.4.4.9.0.52.30 (0)	F	Máquinas e Equipamentos Energéticos	3,992,60D	385,00	0,00	4,377,60D
3.4.4.9.0.52.33 (0)	F	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	194,918,70D	395,80	0,00	195,314,50D
3.4.4.9.0.52.34 (0)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10,791,49D	10,968,40	0,00	21,759,89D
3.4.4.9.0.52.35 (0)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	100,567,88D	2,240,00	0,00	102,807,88D
3.4.4.9.0.52.38 (0)	F	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1,172,60D	0,00	0,00	1,172,60D
3.4.4.9.0.52.39 (0)	F	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	7,310,00D	0,00	0,00	7,310,00D
3.4.4.9.0.52.40 (0)	F	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	776,343,80D	0,00	0,00	776,343,80D
3.4.4.9.0.52.42 (0)	F	Mobiliário em Geral	412,640,48D	314,11	0,00	412,954,59D
3.4.4.9.0.52.52 (0)	F	Veículos de Tração Mecânica	164,596,00D	40,149,00	0,00	204,745,00D
3.4.4.9.0.52.57 (0)	F	Acessórios Para Automóveis	700,00D	0,00	0,00	700,00D
3.4.4.9.0.52.99 (0)	F	Outros Equipamentos e Material Permanente	6,162,00D	43,000,00	0,00	49,162,00D
3.4.6		AMORTIZACAO DA DIVIDA	1,436,417,92D	191,463,44	0,00	1,627,881,36D
3.4.6.9		Aplicações Diretas	1,436,417,92D	191,463,44	0,00	1,627,881,36D
3.4.6.9.0.71		Principal da Dívida Contratual Resgatado	1,436,417,92D	191,463,44	0,00	1,627,881,36D
3.4.6.9.0.71.01 (0)	F	Amortização da Dívida Contr c/ Instituições Financ	182,286,65D	26,040,95	0,00	208,327,60D
3.4.6.9.0.71.99 (0)	F	Outras Amortizações da Dívida Contratada	1,254,131,27D	165,422,49	0,00	1,419,553,76D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 19/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	51.663.779,15C	4.189,14	6.923.808,31	58.583.398,32C
4.1		RECEITAS CORRENTES	48.726.551,21C	4.189,14	6.855.148,56	55.577.510,63C
4.1.1		RECEITA TRIBUTÁRIA	6.799.835,41C	0,00	732.950,40	7.532.785,81C
4.1.1.1		IMPOSTOS	4.643.773,79C	0,00	531.507,83	5.175.281,62C
4.1.1.1.2		Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.658.049,21C	0,00	239.061,35	2.897.110,56C
4.1.1.1.2.02		Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.634.688,11C	0,00	37.750,37	1.672.438,48C
4.1.1.1.2.02.01 (0)	F	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	980.812,32C	0,00	22.650,15	1.003.462,47C
4.1.1.1.2.02.02 (0)	F	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana -	408.671,54C	0,00	9.437,50	418.109,04C
4.1.1.1.2.02.03 (0)	F	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana -	245.204,25C	0,00	5.662,72	250.866,97C
4.1.1.1.2.04		Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	600.391,10C	0,00	108.361,75	708.752,85C
4.1.1.1.2.04.31		IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	545.585,11C	0,00	106.103,35	651.688,46C
4.1.1.1.2.04.31.01 (0)	F	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	327.350,98C	0,00	63.662,00	391.012,98C
4.1.1.1.2.04.31.02 (0)	F	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	136.396,35C	0,00	26.525,84	162.922,19C
4.1.1.1.2.04.31.03 (0)	F	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	81.837,78C	0,00	15.915,51	97.753,29C
4.1.1.1.2.04.34		IRRF s/ Outros Rendimentos	54.805,99C	0,00	2.258,40	57.064,39C
4.1.1.1.2.04.34.01 (0)	F	IRRF s/ Outros Rendimentos	32.883,49C	0,00	1.355,02	34.238,51C
4.1.1.1.2.04.34.02 (0)	F	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	13.701,54C	0,00	564,60	14.266,14C
4.1.1.1.2.04.34.03 (0)	F	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	8.220,96C	0,00	338,78	8.559,74C
4.1.1.1.2.08		Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	422.970,00C	0,00	92.949,23	515.919,23C
4.1.1.1.2.08.01 (0)	F	Imposto Trans.de Bens Imóveis	253.781,46C	0,00	55.769,47	309.550,93C
4.1.1.1.2.08.02 (0)	F	Imposto Trans.de Bens Imóveis - Educação	105.742,02C	0,00	23.237,26	128.979,28C
4.1.1.1.2.08.03 (0)	F	Imposto Trans.de Bens Imóveis - Saúde	63.446,52C	0,00	13.942,50	77.389,02C
4.1.1.1.3		Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.985.724,58C	0,00	292.446,48	2.278.171,06C
4.1.1.1.3.05		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.985.724,58C	0,00	292.446,48	2.278.171,06C
4.1.1.1.3.05.01		Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.985.724,58C	0,00	292.446,48	2.278.171,06C
4.1.1.1.3.05.01.01 (0)	F	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.191.433,66C	0,00	175.467,73	1.366.901,39C
4.1.1.1.3.05.01.02 (0)	F	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	496.430,12C	0,00	73.111,50	569.541,62C
4.1.1.1.3.05.01.03 (0)	F	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	297.860,80C	0,00	43.867,25	341.728,05C
4.1.1.2		TAXAS	1.896.313,26C	0,00	173.742,10	2.073.055,36C
4.1.1.2.1		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.034.310,89C	0,00	27.134,42	1.061.445,31C
4.1.1.2.1.17 (0)	F	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	151.015,08C	0,00	9.206,63	160.221,71C
4.1.1.2.1.22 (0)	F	Taxa de Serviços Administrativos	14.683,23C	0,00	586,69	15.269,92C
4.1.1.2.1.25 (0)	F	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P. Serviços	729.951,86C	0,00	3.063,93	733.015,79C
4.1.1.2.1.27 (0)	F	Taxa de Apreensão e Depósito	79,90C	0,00	0,00	79,90C
4.1.1.2.1.28 (0)	F	Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	459,00C	0,00	0,00	459,00C
4.1.1.2.1.29 (0)	F	Taxa de Licença para Execução de Obras	46.981,26C	0,00	5.086,86	52.068,12C
4.1.1.2.1.32 (0)	F	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	14.510,93C	0,00	1.477,48	15.988,41C
4.1.1.2.1.99 (0)	F	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	76.629,63C	0,00	7.712,83	84.342,46C
4.1.1.2.2		Taxas pela Prestação de Serviços	865.002,37C	0,00	146.607,68	1.011.610,05C
4.1.1.2.2.28 (0)	F	Taxa de Cemitérios	33.739,88C	0,00	6.765,92	40.505,80C
4.1.1.2.2.90		Tx de Limpeza Pública	763.862,64C	0,00	131.294,32	895.156,96C
4.1.1.2.2.90.01 (0)	F	Taxa de Coleta de Lixo	763.862,64C	0,00	131.294,32	895.156,96C
4.1.1.2.2.99		Outras Taxas de Prestação de Serviços	67.399,85C	0,00	8.547,44	75.947,29C
4.1.1.2.2.99.01 (0)	F	Taxa de Expediente	49.898,43C	0,00	6.604,29	56.502,72C
4.1.1.2.2.99.02 (0)	F	Taxa de Embarque	4.675,45C	0,00	332,80	5.008,25C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 20/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.1.2.2.99.03 (0)	F	Outras Taxas de Prestação de Serviços	12.825,97C	0,00	1.610,35	14.436,32C
4.1.1.3		CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	256.748,36C	0,00	27.700,47	284.448,83C
4.1.1.3.0.04 (0)	F	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	256.748,36C	0,00	27.700,47	284.448,83C
4.1.2		RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	529.232,27C	0,00	76.072,16	605.304,43C
4.1.2.3 (0)	F	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	529.232,27C	0,00	76.072,16	605.304,43C
4.1.3		RECEITA PATRIMONIAL	540.302,82C	189,14	98.526,07	638.639,75C
4.1.3.1		RECEITAS IMOBILIÁRIAS	18.927,22C	0,00	3.008,00	21.935,22C
4.1.3.1.5		Taxa de Ocupação de Imóveis	18.927,22C	0,00	3.008,00	21.935,22C
4.1.3.1.5.30 (0)	F	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	18.927,22C	0,00	3.008,00	21.935,22C
4.1.3.2		RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	517.364,87C	189,14	94.143,69	611.319,42C
4.1.3.2.5		Remuneração de Depósitos Bancários	517.364,87C	189,14	94.143,69	611.319,42C
4.1.3.2.5.01		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	273.165,79C	0,01	42.659,51	315.825,29C
4.1.3.2.5.01.02	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	108.689,74C	0,00	15.747,89	124.437,63C
4.1.3.2.5.01.02.02 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 60%	79.585,99C	0,00	15.747,89	95.333,88C
4.1.3.2.5.01.03	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	29.103,75C	0,00	0,00	29.103,75C
4.1.3.2.5.01.03.01 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	61.227,95C	0,01	9.777,13	71.005,07C
4.1.3.2.5.01.03.02 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	4.548,17C	0,00	701,94	5.250,11C
4.1.3.2.5.01.03.03 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.006,91C	0,00	238,07	1.244,98C
4.1.3.2.5.01.03.04 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	852,17C	0,00	469,60	1.321,77C
4.1.3.2.5.01.03.05 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	1.138,97C	0,00	18,66	1.157,63C
4.1.3.2.5.01.03.06 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	2.178,74C	0,00	229,70	2.408,44C
4.1.3.2.5.01.03.07 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	63,08C	0,00	22,91	85,99C
4.1.3.2.5.01.03.10 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	130,20C	0,00	25,01	155,21C
4.1.3.2.5.01.03.12 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - DST/HIV/AIDS	1.066,75C	0,00	116,27	1.183,02C
4.1.3.2.5.01.03.13 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	2.351,00C	0,00	318,35	2.669,35C
4.1.3.2.5.01.03.14 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Especificidades	1.121,25C	0,00	135,94	1.257,19C
4.1.3.2.5.01.03.15 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	128,97C	0,00	0,00	128,97C
4.1.3.2.5.01.03.22 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	3.101,26C	0,00	241,48	3.342,74C
4.1.3.2.5.01.03.26 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.336,99C	0,00	230,86	1.567,85C
4.1.3.2.5.01.03.28 (0)	F	Rec. de Remun. Rec. CAPS Estado	840,11C	0,00	242,70	1.082,81C
4.1.3.2.5.01.03.29 (0)	F	Rec. Remun. Recursos do SUS - Equip. Odontológico	0,87C	0,00	0,00	0,87C
4.1.3.2.5.01.03.35 (0)	F	Rec. Remun. Recursos SUS - UPA	8,20C	0,00	0,00	8,20C
4.1.3.2.5.01.03.36 (0)	F	Rec. de Remun. Recursos SUS - Rede Cegonha	24.728,18C	0,00	3.589,68	28.317,86C
4.1.3.2.5.01.03.37 (0)	F	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	592,51C	0,00	80,96	673,47C
4.1.3.2.5.01.03.38 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. - Vig. Prev. Violenc. Acid	1.460,92C	0,00	282,22	1.743,14C
4.1.3.2.5.01.03.39 (0)	F	Rec. Remun. Recursos SUS - Estrut. Rede de Serviços	474,21C	0,01	0,02	474,22C
4.1.3.2.5.01.03.40 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	408,73C	0,00	11,29	420,02C
4.1.3.2.5.01.03.41 (0)	F	Rec. Remun. Rec. Estado CIES	4.109,19C	0,00	941,30	5.050,49C
4.1.3.2.5.01.03.42 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS S José	3.598,82C	0,00	409,26	4.008,08C
4.1.3.2.5.01.03.43 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS Nações	492,91C	0,00	75,20	568,11C
4.1.3.2.5.01.03.44 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. Transf. FORUM-CAPS	4.085,59C	0,00	533,63	4.619,22C
4.1.3.2.5.01.03.45 (0)	F	Transf. de Recursos do Estado - Cirurgias Oftalmologicas	14,46C	0,00	0,00	14,46C
4.1.3.2.5.01.03.47 (0)	F	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 2097	1.388,79C	0,00	712,49	2.101,28C
4.1.3.2.5.01.05		Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0,00	0,00	149,59	149,59C
			27.781,38C	0,00	5.815,61	33.596,99C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 21/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.3.2.5.01.05.01 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	18.741,96C	0,00	2.296,89	21.038,85C
4.1.3.2.5.01.05.02 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	3.522,41C	0,00	961,64	4.484,05C
4.1.3.2.5.01.05.03 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	752,01C	0,00	137,79	889,80C
4.1.3.2.5.01.05.10 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fun	1.345,45C	0,00	462,42	1.807,87C
4.1.3.2.5.01.05.20 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	7,91C	0,00	0,04	7,95C
4.1.3.2.5.01.05.22 (0)	F	Rec Convênio da União - PAR - Ônibus Escolar	1.578,50C	0,00	795,16	2.373,66C
4.1.3.2.5.01.05.23 (0)	F	Rec. Conv União PAC208662/14 Cobert. Quadra Nações	1.073,04C	0,00	540,53	1.613,57C
4.1.3.2.5.01.05.24 (0)	F	Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educação	760,10C	0,00	621,14	1.381,24C
4.1.3.2.5.01.10		Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	5.902,69C	0,00	1.139,24	7.041,93C
4.1.3.2.5.01.10.01 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PBT	497,41C	0,00	9,54	506,95C
4.1.3.2.5.01.10.03 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PYMC	37,14C	0,00	0,00	37,14C
4.1.3.2.5.01.10.04 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PTMC	216,68C	0,00	149,26	365,94C
4.1.3.2.5.01.10.06 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - IGD-PBF	385,54C	0,00	42,28	427,82C
4.1.3.2.5.01.10.07 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PBF1	709,43C	0,00	68,31	777,74C
4.1.3.2.5.01.10.08 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PBVI1	10,42C	0,00	0,99	11,41C
4.1.3.2.5.01.10.11 (0)	F	Rec.Remun. Dep Banc. Transf Estado FEAS - Investim.	11,24C	0,00	22,54	33,78C
4.1.3.2.5.01.10.12 (0)	F	Rec. Remun Dep Banc FNAS - FEAS Benf. Event	556,19C	0,00	90,63	646,82C
4.1.3.2.5.01.10.13 (0)	F	Rec. Remun Dep Banc - FNAS - IGD SUAS	101,32C	0,00	2,83	104,15C
4.1.3.2.5.01.10.14 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. - FNAS - FEAS Custeio	281,66C	0,00	28,06	309,72C
4.1.3.2.5.01.10.15 (0)	F	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - PRONATEC	741,98C	0,00	96,01	837,99C
4.1.3.2.5.01.10.16 (0)	F	Rec. Remun. Recursos FNAS - SSCFV	2.048,40C	0,00	135,93	2.184,33C
4.1.3.2.5.01.10.17 (0)	F	Rec. Convênio Estado TR 1474 - Ônibus Cadeirantes	305,28C	0,00	247,85	553,13C
4.1.3.2.5.01.10.18 (0)	F	Transf. de Recursos FNAS - Crianças e Adolescentes	0,00	0,00	52,31	52,31C
4.1.3.2.5.01.10.19 (0)	F	Transf. Convênio Estado - Academia Saúde Social	0,00	0,00	192,70	192,70C
4.1.3.2.5.01.99		Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinculados	69.564,03C	0,00	10.179,64	79.743,67C
4.1.3.2.5.01.99.01 (0)	F	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - CO	11.221,07C	0,00	867,62	12.088,69C
4.1.3.2.5.01.99.10 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	1.234,92C	0,00	208,45	1.443,37C
4.1.3.2.5.01.99.12 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Civil	3.780,28C	0,00	588,54	4.368,82C
4.1.3.2.5.01.99.13 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Militar	2.536,17C	0,00	416,94	2.953,11C
4.1.3.2.5.01.99.17 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	13.487,92C	0,00	2.299,75	15.787,67C
4.1.3.2.5.01.99.52 (0)	F	Rec. Rem. Conv. União 744630/10 Mais Cultura	11.402,50C	0,00	1.786,08	13.188,58C
4.1.3.2.5.01.99.66 (0)	F	Rec. Conv Estado - Pavim. Rio das An	20.988,69C	0,00	3.202,00	24.190,69C
4.1.3.2.5.01.99.67 (0)	F	Conv Est TR 0052 Recuperação de Estradas	836,76C	0,00	22,03	858,79C
4.1.3.2.5.01.99.69 (0)	F	Rec. Dep Banc. - Recursos FIMAS - FORUM	134,53C	0,00	43,44	177,97C
4.1.3.2.5.01.99.71 (0)	F	Convênio Estado TR 734 Antigranizo	406,87C	0,00	178,56	585,43C
4.1.3.2.5.01.99.72 (0)	F	Rec. Convênio Estado TR 1195 P. Maçã	160,25C	0,00	16,73	176,98C
4.1.3.2.5.01.99.73 (0)	F	Conv União Ctr 1004084-67 Equip. Agric.	1.142,65C	0,00	76,18	1.218,83C
4.1.3.2.5.01.99.74 (0)	F	Conv União Ctr 1009580-44 Equip. Agric.	2.134,71C	0,00	60,09	2.194,80C
4.1.3.2.5.01.99.75 (0)	F	Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais	0,00	0,00	413,23	413,23C
4.1.3.2.5.01.99.77 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. FORUM PMSC	96,71C	0,00	0,00	96,71C
4.1.3.2.5.02		Remuneração de Depósitos Bancários	244.199,08C	189,13	51.484,18	295.494,13C
4.1.3.2.5.02.99		Remuneração de Depósitos Bancários	244.199,08C	189,13	51.484,18	295.494,13C
4.1.3.2.5.02.99.01 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	198.996,34C	189,13	45.292,08	244.099,29C
4.1.3.2.5.02.99.03 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	160,58C	0,00	1,56	162,14C
4.1.3.2.5.02.99.04 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	943,31C	0,00	61,55	1.004,86C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 22/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.3.2.5.02.99.05 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. FMDCA	292,96C	0,00	40,74	333,70C
4.1.3.2.5.02.99.07 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.010,83C	0,00	99,01	1.109,84C
4.1.3.2.5.02.99.08 (0)	F	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. SF	33.844,01C	0,00	4.577,59	38.421,60C
4.1.3.2.5.02.99.11 (0)	F	Rec. Concessão Transporte Coletivo	6.961,07C	0,00	1.015,92	7.976,99C
4.1.3.2.5.02.99.12 (0)	F	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.989,98C	0,00	395,73	2.385,71C
4.1.3.3		RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4.010,73C	0,00	1.374,38	5.385,11C
4.1.3.3.9		Outras Receltas de Concessões e Permissões	4.010,73C	0,00	1.374,38	5.385,11C
4.1.3.3.9.99 (0)	F	Outras Receltas de Concessões e Permissões SF	2.640,714,86C	0,00	397,272,04	3.037,986,90C
4.1.6		RECEITA DE SERVIÇOS	114.824,00C	0,00	15.777,55	130.601,55C
4.1.6.0.0.03		Serviços de Transporte	114.824,00C	0,00	15.777,55	130.601,55C
4.1.6.0.0.03.01 (0)	F	Serviços de Transporte Rodoviário	114.824,00C	0,00	15.777,55	130.601,55C
4.1.6.0.0.13		Serviços Administrativos	258,036,18C	0,00	9.579,95	267.616,13C
4.1.6.0.0.13.02 (0)	F	Serviços de Venda de Editais	1.250,00C	0,00	0,00	1.250,00C
4.1.6.0.0.13.03 (0)	F	Serviços Especiais PM/Bombeiro	239.733,19C	0,00	8.538,04	248.271,23C
4.1.6.0.0.13.07 (0)	F	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	2.410,98C	0,00	0,00	2.410,98C
4.1.6.0.0.13.99		Outros Serviços Administrativos	14.642,01C	0,00	1.041,91	15.683,92C
4.1.6.0.0.13.99.01 (0)	F	Outros Serv. Administrativos - PMF	9.309,36C	0,00	1.020,00	10.329,36C
4.1.6.0.0.13.99.02 (0)	F	Outros Serviços Administrativos - SF	5.332,65C	0,00	21,91	5.354,56C
4.1.6.0.0.26 (0)	F	Serviços de Fornecimento de Água	2.193,993,77C	0,00	357,824,19	2.551.817,96C
4.1.6.0.0.42 (0)	F	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destín Final do Esgoto	19.735,66C	0,00	3.425,14	23.160,80C
4.1.6.0.0.43 (0)	F	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	15,00C	0,00	0,00	15,00C
4.1.6.0.0.48 (0)	F	Serviços de Realignento de Água	4.427,16C	0,00	326,87	4.754,03C
4.1.6.0.0.99		Outros Serviços	49.683,09C	0,00	10.338,34	60.021,43C
4.1.6.0.0.99.02 (0)	F	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	4.337,10C	0,00	0,00	4.337,10C
4.1.6.0.0.99.04 (0)	F	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	663,00C	0,00	198,90	861,90C
4.1.6.0.0.99.06 (0)	F	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	16.589,04C	0,00	5.631,91	22.220,95C
4.1.6.0.0.99.07 (0)	F	Outros Serviços - SF	28.093,95C	0,00	4.507,53	32.601,48C
4.1.7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.366,913,29C	4.000,00	5.455,316,50	42.818.229,79C
4.1.7.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	36.574,846,00C	4.000,00	5.294,661,74	41.865.507,74C
4.1.7.2.1		Transferências da União	13.902,227,41C	4.000,00	2.010,878,66	15.909.106,07C
4.1.7.2.1.01		Participação na Receita da União	9.101,034,29C	0,00	1.195,934,55	10.296.968,84C
4.1.7.2.1.01.02		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.090,292,17C	0,00	1.195.802,80	10.286.094,97C
4.1.7.2.1.01.02.01		Cota-Parte do F.P.M.	9.090,292,17C	0,00	1.195.802,80	10.286.094,97C
4.1.7.2.1.01.02.01.01 (0)	F	Cota-Parte do F.P.M.	5.454,175,26C	0,00	717,481,68	6.171.656,94C
4.1.7.2.1.01.02.01.02 (0)	F	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	2.272,573,06C	0,00	298.950,70	2.571.523,76C
4.1.7.2.1.01.02.01.03 (0)	F	Cota-Parte do F.P.M. - Saúde	1.363,543,85C	0,00	179.370,42	1.542.914,27C
4.1.7.2.1.01.05		Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.742,12C	0,00	131,75	10.873,87C
4.1.7.2.1.01.05.01 (0)	F	Cota-Parte do I.T.R.	6.445,24C	0,00	79,04	6.524,28C
4.1.7.2.1.01.05.02 (0)	F	Cota-Parte do I.T.R. - Educação	2.685,56C	0,00	32,94	2.718,50C
4.1.7.2.1.01.05.03 (0)	F	Cota-Parte do I.T.R. - Saúde	1.611,32C	0,00	19,77	1.631,09C
4.1.7.2.1.22		Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	119.765,62C	0,00	20.931,16	140.696,78C
4.1.7.2.1.22.20 (0)	F	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	4.274,43C	0,00	1.103,00	5.377,43C
4.1.7.2.1.22.70 (0)	F	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	115.491,19C	0,00	19.828,16	135.319,35C
4.1.7.2.1.33		Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.684,646,14C	4.000,00	484.074,58	3.164.720,72C
4.1.7.2.1.33.01 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - PAB	527.739,31C	0,00	75.391,33	603.130,64C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 23/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.1.33.02 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	92.995,98C	0,00	30.998,66	123.994,64C
4.1.7.2.1.33.03 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - PSF	398.070,00C	0,00	66.345,00	464.415,00C
4.1.7.2.1.33.04 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - PACS	323.052,00C	0,00	55.770,00	378.822,00C
4.1.7.2.1.33.05 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	30.048,10C	0,00	8.872,98	38.921,08C
4.1.7.2.1.33.06 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	8.010,34C	0,00	11.501,20	19.511,54C
4.1.7.2.1.33.07 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	40.140,00C	0,00	6.690,00	46.830,00C
4.1.7.2.1.33.12 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	709.309,51C	4.000,00	105.581,41	810.890,92C
4.1.7.2.1.33.13 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	198.135,00C	0,00	28.305,00	226.440,00C
4.1.7.2.1.33.16 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	153.433,00C	0,00	21.919,00	175.352,00C
4.1.7.2.1.33.18 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	175.500,00C	0,00	70.200,00	245.700,00C
4.1.7.2.1.33.21 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	13.212,90C	0,00	0,00	13.212,90C
4.1.7.2.1.33.22 (0)	F	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	15.000,00C	0,00	2.500,00	17.500,00C
4.1.7.2.1.34	F	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	165.966,35C	0,00	61.830,45	227.796,80C
4.1.7.2.1.34.04 (0)	F	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	8.675,80C	0,00	1.735,16	10.410,96C
4.1.7.2.1.34.06 (0)	F	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-PBF	27.083,70C	0,00	4.659,29	31.742,99C
4.1.7.2.1.34.08 (0)	F	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	42.000,00C	0,00	8.400,00	50.400,00C
4.1.7.2.1.34.10 (0)	F	Transf. de Recursos do FNAS - PPMC-II	32.500,00C	0,00	6.500,00	39.000,00C
4.1.7.2.1.34.11 (0)	F	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	4.706,85C	0,00	0,00	4.706,85C
4.1.7.2.1.34.12 (0)	F	Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	0,00	0,00	25.536,00	25.536,00C
4.1.7.2.1.34.13 (0)	F	Transf. de Recursos do FNAS - SSCFV	51.000,00C	0,00	0,00	51.000,00C
4.1.7.2.1.34.14 (0)	F	Transf. de Recursos FNAS - Crianças e Adolescentes	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00C
4.1.7.2.1.35	F	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.445.691,64C	0,00	242.571,25	1.688.262,89C
4.1.7.2.1.35.01 (0)	F	Transferências do Salário-Educação	1.080.091,76C	0,00	165.231,28	1.245.323,04C
4.1.7.2.1.35.03	F	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	281.200,00C	0,00	56.240,00	337.440,00C
4.1.7.2.1.35.03.01 (0)	F	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	136.680,00C	0,00	27.336,00	164.016,00C
4.1.7.2.1.35.03.03 (0)	F	Transf Diretas do FNDE - PNAP	53.150,00C	0,00	10.630,00	63.780,00C
4.1.7.2.1.35.03.04 (0)	F	Transf Diretas do FNDE - PNAC	86.600,00C	0,00	17.320,00	103.920,00C
4.1.7.2.1.35.03.06 (0)	F	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	4.770,00C	0,00	954,00	5.724,00C
4.1.7.2.1.35.04	F	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	84.399,88C	0,00	21.099,97	105.498,85C
4.1.7.2.1.35.04.01 (0)	F	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	63.845,96C	0,00	15.961,49	79.807,45C
4.1.7.2.1.35.04.02 (0)	F	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	2.856,28C	0,00	714,07	3.570,35C
4.1.7.2.1.35.04.03 (0)	F	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	17.697,64C	0,00	4.424,41	22.122,05C
4.1.7.2.1.36	F	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	33.220,02C	0,00	5.536,67	38.756,69C
4.1.7.2.1.36.01 (0)	F	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	19.932,00C	0,00	3.322,00	23.254,00C
4.1.7.2.1.36.02 (0)	F	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	8.305,02C	0,00	1.384,17	9.689,19C
4.1.7.2.1.36.03 (0)	F	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	4.983,00C	0,00	830,50	5.813,50C
4.1.7.2.1.99	F	Demais Transf. da União	351.903,35C	0,00	0,00	351.903,35C
4.1.7.2.1.99.01 (0)	F	Demais Transf. da União - FEX	54.278,68C	0,00	0,00	54.278,68C
4.1.7.2.1.99.02 (0)	F	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	297.624,67C	0,00	0,00	297.624,67C
4.1.7.2.2	F	Transferências dos Estados	10.948.365,00C	0,00	1.627.812,94	12.576.177,94C
4.1.7.2.2.01	F	Participação na Receita dos Estados	10.341.730,86C	0,00	1.512.609,00	11.854.339,86C
4.1.7.2.2.01.01	F	Cota-Parte do ICMS	8.758.127,84C	0,00	1.243.703,49	10.001.831,33C
4.1.7.2.2.01.01.01 (0)	F	Cota-Parte do ICMS	5.254.876,47C	0,00	746.222,10	6.001.098,57C
4.1.7.2.2.01.01.02 (0)	F	Cota-Parte do ICMS - Educação	2.189.532,09C	0,00	310.925,88	2.500.457,97C
4.1.7.2.2.01.01.03 (0)	F	Cota-Parte do ICMS - Saúde	1.313.719,28C	0,00	186.555,51	1.500.274,79C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 24/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.2.01.02		Cota-Parte do IPVA	1.443.195,07C	0,00	248.219,07	1.691.414,14C
4.1.7.2.2.01.02.01 (0)	F	Cota-Parte do IPVA	865.916,87C	0,00	148.931,40	1.014.848,27C
4.1.7.2.2.01.02.02 (0)	F	Cota-Parte do IPVA - Educação	360.798,92C	0,00	62.054,78	422.853,70C
4.1.7.2.2.01.02.03 (0)	F	Cota-Parte do IPVA - Saúde	216.479,28C	0,00	37.232,89	253.712,17C
4.1.7.2.2.01.04		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	134.995,59C	0,00	20.686,44	155.682,03C
4.1.7.2.2.01.04.01 (0)	F	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	80.997,33C	0,00	12.411,85	93.409,18C
4.1.7.2.2.01.04.02 (0)	F	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	33.748,92C	0,00	5.171,62	38.920,54C
4.1.7.2.2.01.04.03 (0)	F	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	20.249,34C	0,00	3.102,97	23.352,31C
4.1.7.2.2.01.13 (0)	F	Cota-Parte da Contrib.interv.no Domínio Econômico	5.412,36C	0,00	0,00	5.412,36C
4.1.7.2.2.33		Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	351.297,46C	0,00	28.678,88	379.976,34C
4.1.7.2.2.33.01 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Farmácia Básica	66.019,40C	0,00	8.079,36	73.098,76C
4.1.7.2.2.33.04 (0)	F	Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	72.000,00C	0,00	15.375,00	87.375,00C
4.1.7.2.2.33.06 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	0,00	0,00	4.924,52	4.924,52C
4.1.7.2.2.33.08 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - Cirugias Oftalmologicas	0,00	0,00	0,00	10.950,00C
4.1.7.2.2.33.09 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - MAC	10.950,00C	0,00	300,00	203.628,06C
4.1.7.2.2.99		Outras Transferências dos Estados	203.328,06C	0,00	86.525,06	341.861,74C
4.1.7.2.2.99.01 (0)	F	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	255.336,68C	0,00	51.067,33	306.404,01C
4.1.7.2.2.99.03 (0)	F	Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	15.771,16	15.771,16C
4.1.7.2.2.99.05 (0)	F	Transf de Recursos do FEAS - Custeio	0,00	0,00	10.004,37	10.004,37C
4.1.7.2.2.99.06 (0)	F	Transf. de Recursos FEAS - CREAS Custeio	0,00	0,00	7.603,20	7.603,20C
4.1.7.2.2.99.07 (0)	F	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Custeio	0,00	0,00	2.079,00	2.079,00C
4.1.7.2.2.99.07 (0)	F	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	11.724.253,59C	0,00	1.655.970,14	13.380.223,73C
4.1.7.2.4		Transf. de Recursos do FUNDEB	1.724.253,59C	0,00	1.655.970,14	13.380.223,73C
4.1.7.2.4.01		Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	7.034.552,22C	0,00	993.582,08	8.028.134,30C
4.1.7.2.4.01.01 (0)	F	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.689.701,37C	0,00	682.388,06	5.352.089,43C
4.1.7.2.4.01.02 (0)	F	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	81.655,47C	0,00	10.654,76	92.310,23C
4.1.7.3		Transf. de Instituições Privadas	1.558,50C	0,00	189,00	1.747,50C
4.1.7.3.03 (0)	F	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	80.096,97C	0,00	10.465,76	90.562,73C
4.1.7.3.04 (0)	F	Transf. de Instituições Privadas - Creches	10.430,00C	0,00	0,00	10.430,00C
4.1.7.5 (0)	F	Transf. de Pessoas	699.981,82C	0,00	150.000,00	849.981,82C
4.1.7.6		Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	699.981,82C	0,00	150.000,00	849.981,82C
4.1.7.6.2		Outras Transf. de Conv. dos Estados	300.000,00C	0,00	0,00	300.000,00C
4.1.7.6.2.99		Convênio Estado EXPOFRAI 2014	150.000,00C	0,00	0,00	150.000,00C
4.1.7.6.2.99.02 (0)	F	Convênio Estado TR 774 Manut. Estradas	65.000,00C	0,00	0,00	65.000,00C
4.1.7.6.2.99.03 (0)	F	Convênio Estado TR 734 Antigranizo	34.981,82C	0,00	0,00	34.981,82C
4.1.7.6.2.99.04 (0)	F	Rec. Convênio Estado TR 1195 P. Maçã	50.000,00C	0,00	50.000,00	100.000,00C
4.1.7.6.2.99.05 (0)	F	Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais	100.000,00C	0,00	100.000,00	200.000,00C
4.1.7.6.2.99.06 (0)	F	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	849.552,56C	0,00	95.011,39	944.563,95C
4.1.7.6.2.99.07 (0)	F	Multas e Juros de Mora	387.669,36C	0,00	51.208,26	438.877,62C
4.1.9		Multas/Juros de Mora dos Tributos	54.443,38C	0,00	5.537,87	59.981,25C
4.1.9.1		Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	710,43C	0,00	49,42	759,85C
4.1.9.1.1		Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.870,37C	0,00	735,59	2.605,96C
4.1.9.1.1.35 (0)	F	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.121,95C	0,00	441,22	1.563,17C
4.1.9.1.1.38		Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	467,36C	0,00	183,81	651,17C
4.1.9.1.1.38.01 (0)	F					
4.1.9.1.1.38.02 (0)	F					

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 25/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.9.1.1.38.03 (0)	F	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	281,06C	0,00	110,56	391,62C
4.1.9.1.1.40		Multas/Juros de Mora s/o ISS	15,059,73C	0,00	2,091,78	17,151,51C
4.1.9.1.1.40.01 (0)	F	Multas/Juros de Mora s/o ISS	9,034,80C	0,00	1,254,89	10,289,69C
4.1.9.1.1.40.02 (0)	F	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Educação	3,763,86C	0,00	522,81	4,286,67C
4.1.9.1.1.40.03 (0)	F	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Saúde	2,261,07C	0,00	314,08	2,575,15C
4.1.9.1.1.98 (0)	F	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	22,184,21C	0,00	1,985,40	24,169,61C
4.1.9.1.1.99		Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	14,618,64C	0,00	675,68	15,294,32C
4.1.9.1.1.99.01 (0)	F	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	14,618,64C	0,00	675,68	15,294,32C
4.1.9.1.3		Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	105,854,49C	0,00	11,505,12	117,359,61C
4.1.9.1.3.11		Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	33,747,67C	0,00	4,385,96	38,133,63C
4.1.9.1.3.11.01 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	20,248,07C	0,00	2,631,49	22,879,56C
4.1.9.1.3.11.02 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	8,436,40C	0,00	1,096,41	9,532,81C
4.1.9.1.3.11.03 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	5,063,20C	0,00	688,06	5,721,26C
4.1.9.1.3.13		Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	19,406,49C	0,00	1,708,76	21,115,25C
4.1.9.1.3.13.01 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	11,643,54C	0,00	1,025,21	12,668,75C
4.1.9.1.3.13.02 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	4,851,27C	0,00	427,17	5,278,44C
4.1.9.1.3.13.03 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	2,911,68C	0,00	256,38	3,168,06C
4.1.9.1.3.98 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	44,488,38C	0,00	4,203,46	48,691,84C
4.1.9.1.3.99 (0)	F	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	8,211,95C	0,00	1,206,94	9,418,89C
4.1.9.1.8		Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	11,938,15C	0,00	1,194,03	13,130,18C
4.1.9.1.8.05		Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	11,938,15C	0,00	1,194,03	13,130,18C
4.1.9.1.8.05.01 (0)	F	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	11,938,15C	0,00	1,194,03	13,130,18C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	215,435,34C	0,00	32,971,24	248,406,58C
4.1.9.1.9.15 (0)	F	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	195,634,19C	0,00	31,773,24	227,407,43C
4.1.9.1.9.99		Outras Multas	19,801,15C	0,00	1,198,00	20,999,15C
4.1.9.1.9.99.02 (0)	F	Outras Multas - SF	19,801,15C	0,00	1,198,00	20,999,15C
4.1.9.2		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	112,142,78C	0,00	5,789,29	117,932,07C
4.1.9.2.1		INDENIZAÇÕES	16,360,29C	0,00	0,00	16,360,29C
4.1.9.2.1.99		Outras Indenizações	16,360,29C	0,00	0,00	16,360,29C
4.1.9.2.1.99.01 (0)	F	Outras Indenizações - PMF	16,360,29C	0,00	0,00	16,360,29C
4.1.9.2.2		RESTITUIÇÕES	96,782,49C	0,00	5,789,29	101,571,78C
4.1.9.2.2.99		Outras Restituições	96,782,49C	0,00	5,789,29	101,571,78C
4.1.9.2.2.99.01 (0)	F	Outras Restituições - PMF	80,826,05C	0,00	4,110,50	84,936,55C
4.1.9.2.2.99.02 (0)	F	Outras Restituições - SF	1,947,65C	0,00	250,13	2,197,78C
4.1.9.2.2.99.03 (0)	F	Outras Restituições - FMS	11,843,75C	0,00	1,428,66	13,272,41C
4.1.9.2.2.99.04 (0)	F	Outras Restituições - FME	6,32C	0,00	0,00	6,32C
4.1.9.2.2.99.06 (0)	F	Outras Restituições - FUNREBOM	1,158,72C	0,00	0,00	1,158,72C
4.1.9.3		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	336,364,92C	0,00	36,013,84	372,378,76C
4.1.9.3.1		Rec. Div. Ativ. Tributaria	328,390,20C	0,00	35,452,20	363,842,40C
4.1.9.3.1.11		Rec. Div. Ativ. do IPTU	88,779,63C	0,00	9,952,46	99,672,09C
4.1.9.3.1.11.01 (0)	F	Rec. Div. Ativ. do IPTU	53,831,17C	0,00	5,971,40	59,802,57C
4.1.9.3.1.11.02 (0)	F	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	22,429,44C	0,00	2,488,03	24,917,47C
4.1.9.3.1.11.03 (0)	F	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	13,459,02C	0,00	1,493,03	14,952,05C
4.1.9.3.1.13		Rec. Div. Ativ. do ISS	46,169,85C	0,00	4,620,00	50,789,85C
4.1.9.3.1.13.01 (0)	F	Rec. Div. Ativ. do ISS	27,701,69C	0,00	2,771,98	30,473,61C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 26/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.9.3.1.13.02 (0)	F	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	11.542,13C	0,00	1.154,96	12.697,09C
4.1.9.3.1.13.03 (0)	F	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	6.926,09C	0,00	693,06	7.619,15C
4.1.9.3.1.13.03 (0)	F	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	127.649,17C	0,00	9.059,74	136.708,91C
4.1.9.3.1.99	F	Recetta da Dívida Ativa de Outros Tributos	64.851,55C	0,00	11.820,00	76.671,55C
4.1.9.3.1.99.01 (0)	F	Recetta da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	64.851,55C	0,00	11.820,00	76.671,55C
4.1.9.3.2	F	Recetta da Dívida Ativa não tributária	7.974,72C	0,00	561,64	8.536,36C
4.1.9.3.2.99	F	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	7.974,72C	0,00	561,64	8.536,36C
4.1.9.3.2.99.01	F	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	7.974,72C	0,00	561,64	8.536,36C
4.1.9.3.2.99.01.01 (0)	F	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	413,61C	0,00	2,52	416,13C
4.1.9.3.2.99.01.02 (0)	F	Rec. Div. Ativ. Não Tributária Alienação de Bens	7.544,36C	0,00	559,12	8.103,48C
4.1.9.3.2.99.01.03 (0)	F	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	16,75C	0,00	0,00	16,75C
4.1.9.9	F	RECEITAS DIVERSAS	13.375,50C	0,00	2.000,00	15.375,50C
4.1.9.9.0.99	F	Outras Receitas	13.375,50C	0,00	2.000,00	15.375,50C
4.1.9.9.0.99.01 (0)	F	Outras Receitas - PMF	0,12C	0,00	0,00	0,12C
4.1.9.9.0.99.06 (0)	F	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.710,00C	0,00	0,00	1.710,00C
4.1.9.9.0.99.08 (0)	F	Outras Receitas - FMAS - FORUM	11.500,00C	0,00	2.000,00	13.500,00C
4.1.9.9.0.99.10 (0)	F	Outras Receitas - SF	165,38C	0,00	0,00	165,38C
4.2	F	RECEITAS DE CAPITAL	2.937,227,94C	0,00	68.659,75	3.005.887,69C
4.2.2	F	ALIENAÇÃO DE BENS	108.222,27C	0,00	60.343,75	168.566,02C
4.2.2.1	F	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	75.000,00C	0,00	0,00	75.000,00C
4.2.2.1.5 (0)	F	Alienação de Veículos	75.000,00C	0,00	0,00	75.000,00C
4.2.2.2	F	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.222,27C	0,00	60.343,75	93.566,02C
4.2.2.2.5	F	Alien. de Imóveis Urbanos	33.222,27C	0,00	60.343,75	93.566,02C
4.2.2.2.5.01 (0)	F	Alien. de Imóveis Urbanos	24.586,53C	0,00	59.342,04	83.928,57C
4.2.2.2.5.02 (0)	F	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	8.635,74C	0,00	1.001,71	9.637,45C
4.2.4	F	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.829.005,67C	0,00	8.316,00	2.837.321,67C
4.2.4.2	F	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.120.000,00C	0,00	8.316,00	1.128.316,00C
4.2.4.2.1	F	Transferências da União	1.120.000,00C	0,00	0,00	1.120.000,00C
4.2.4.2.1.01.05 (0)	F	Transf. de Recursos do SUS - UPA	1.120.000,00C	0,00	0,00	1.120.000,00C
4.2.4.2.2	F	Transferências dos Estados	0,00	0,00	8.316,00	8.316,00C
4.2.4.2.2.99	F	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	8.316,00	8.316,00C
4.2.4.2.2.99.01 (0)	F	Transf. de Recursos do FEAS - Investimentos	0,00	0,00	8.316,00	8.316,00C
4.2.4.7	F	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	1.709.005,67C	0,00	0,00	1.709.005,67C
4.2.4.7.1	F	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	745.717,21C	0,00	0,00	745.717,21C
4.2.4.7.1.02	F	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	251.967,21C	0,00	0,00	251.967,21C
4.2.4.7.1.02.07 (0)	F	Rec Convênio da União - PAR - Ônibus Escolar	150.000,00C	0,00	0,00	150.000,00C
4.2.4.7.1.02.08 (0)	F	Rec. Conv União PAC208662/14 Cobert. Quadra Nações	101.967,21C	0,00	0,00	101.967,21C
4.2.4.7.1.99	F	Outras Transferências de Convênios da União	493.750,00C	0,00	0,00	493.750,00C
4.2.4.7.1.99.39 (0)	F	Transf. Conv União Ctr 1004084-67 Equip. Agric.	243.750,00C	0,00	0,00	243.750,00C
4.2.4.7.1.99.40 (0)	F	Transf. Conv União Ctr 1009580-44 Equip. Agric.	250.000,00C	0,00	0,00	250.000,00C
4.2.4.7.2	F	Transf. Conv. dos Estados, Distr Fed e suas Entid.	963.288,46C	0,00	0,00	963.288,46C
4.2.4.7.2.01	F	Transf. de Convênio p/ SUS	30.000,00C	0,00	0,00	30.000,00C
4.2.4.7.2.01.01 (0)	F	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 2097	30.000,00C	0,00	0,00	30.000,00C
4.2.4.7.2.02	F	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	100.000,00C	0,00	0,00	100.000,00C
4.2.4.7.2.02.02 (0)	F	Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educação	100.000,00C	0,00	0,00	100.000,00C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 27/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.2.4.7.2.99		Outras Transferências de Convênio dos Estados	833.288,46C	0,00	0,00	833.288,46C
4.2.4.7.2.99.02 (0)	F	Transf. Conv. Estado Academia Saúde Social	20.000,00C	0,00	0,00	20.000,00C
4.2.4.7.2.99.03 (0)	F	Conv Estado TR 01197 FUNDAM	813.288,46C	0,00	0,00	813.288,46C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 28/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	154.712.045,29D	1.826.946,06	229,84	156.538.761,51D
5.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	8.056.645,31D	1.288.253,43	229,84	9.343.668,90D
5.1.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	7.681.662,00D	1.191.666,00	0,00	8.873.328,00D
5.1.2.1		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.681.662,00D	1.191.666,00	0,00	8.873.328,00D
5.1.2.1.2		REPASSE CONCEDIDO	7.681.662,00D	1.191.666,00	0,00	8.873.328,00D
5.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA	7.681.662,00D	1.191.666,00	0,00	8.873.328,00D
5.1.2.1.2.00.00.01.00.0200 (0)	F	Transf. a Fundacao Municipal de Esporte e Lazer	470.000,00D	80.000,00	0,00	550.000,00D
5.1.2.1.2.00.00.01.00.0500 (0)	F	Transferencia ao Fundo Municipal de Saude	5.870.000,00D	920.000,00	0,00	6.790.000,00D
5.1.2.1.2.00.00.01.00.0700 (0)	F	Transf. Concedida a Camara Municipal de Vereadores	1.341.662,00D	191.666,00	0,00	1.533.328,00D
5.1.3		MUTAÇÕES PASSIVAS	373.983,31D	96.587,43	229,84	470.340,90D
5.1.3.1		DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	373.983,31D	96.587,43	229,84	470.340,90D
5.1.3.1.1		ALIENAÇÃO DE BENS	33.222,27D	60.343,75	0,00	93.566,02D
5.1.3.1.1.01 (0)	P	BENS IMOVEIS	33.222,27D	60.343,75	0,00	93.566,02D
5.1.3.1.2		LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	340.761,04D	36.243,68	229,84	376.774,88D
5.1.3.1.2.02 (0)	P	RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA	336.364,92D	36.013,84	0,00	372.378,76D
5.1.3.1.2.03 (0)	P	CRÉDITOS PARCELADOS	3.323,54D	0,00	0,00	3.323,54D
5.1.3.1.2.06 (0)	P	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.072,58D	229,84	229,84	1.072,58D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	146.656.399,98D	538.692,63	0,00	147.195.092,61D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	146.531.645,10D	0,00	0,00	146.531.645,10D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	146.531.645,10D	0,00	0,00	146.531.645,10D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	146.531.645,10D	0,00	0,00	146.531.645,10D
5.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMA CONTÁBEIS	146.531.645,10D	0,00	0,00	146.531.645,10D
5.2.2.3.3.07.03 (0)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	143.181.588,03D	0,00	0,00	143.181.588,03D
5.2.2.3.3.07.04 (0)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	3.350.057,07D	0,00	0,00	3.350.057,07D
5.2.3		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	124.754,88D	538.692,63	0,00	663.447,51D
5.2.3.1		DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	24.754,88D	538.692,63	0,00	563.447,51D
5.2.3.1.2		BAIXA DE BENS MÓVEIS	2.056,00D	0,00	0,00	2.056,00D
5.2.3.1.2.01		BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	2.056,00D	0,00	0,00	2.056,00D
5.2.3.1.2.01.04		DOAÇÕES	2.056,00D	0,00	0,00	2.056,00D
5.2.3.1.2.01.04.01 (0)	P	BAIXA DE BENS POR DOAÇÃO	2.056,00D	0,00	0,00	2.056,00D
5.2.3.1.7		BAIXA DE DIREITOS	22.698,88D	538.692,63	0,00	561.391,51D
5.2.3.1.7.10		CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	22.698,88D	538.692,63	0,00	561.391,51D
5.2.3.1.7.10.01		DÍVIDA ATIVA - CANCELAMENTO	22.698,88D	538.692,63	0,00	561.391,51D
5.2.3.1.7.10.01.01		CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	22.698,88D	538.692,63	0,00	561.391,51D
5.2.3.1.7.10.01.01.01 (0)	P	CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	22.698,88D	538.692,63	0,00	561.391,51D
5.2.3.4		AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	100.000,00D	0,00	0,00	100.000,00D
5.2.3.4.1		ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES INTERNAS	100.000,00D	0,00	0,00	100.000,00D
5.2.3.4.1.02		ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NÃO FINANCEIRA	100.000,00D	0,00	0,00	100.000,00D
5.2.3.4.1.02.00.02 (0)	P	OBRIGACOES A PAGAR	100.000,00D	0,00	0,00	100.000,00D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 29/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	158.393,358,32C	0,00	1.940.989,42	160.334.347,74C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	11.446.815,01C	0,00	1.935.320,02	13.382.135,03C
6.1.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	7.681.662,00C	0,00	1.191.666,00	8.873.328,00C
6.1.2.1		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	7.681.662,00C	0,00	1.191.666,00	8.873.328,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	7.681.662,00C	0,00	1.191.666,00	8.873.328,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERÊNCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	7.681.662,00C	0,00	1.191.666,00	8.873.328,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0001 (0)	F	TRANSFERÊNCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA - PMF	7.681.662,00C	0,00	920.000,00	6.790.000,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (0)	F	TRANS. FINANCEIRA RECEBIDAS DA PREFEITURA	5.870.000,00C	0,00	80.000,00	550.000,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.01 (0)	F	TRANSFERÊNCIAS PREFEITURA MUNICIPAL	1.341.662,00C	0,00	191.666,00	1.533.328,00C
6.1.3		MUTAÇÕES ATIVAS	3.765.153,01C	0,00	743.654,02	4.508.807,03C
6.1.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	470.000,00C	0,00	552.190,58	2.880.925,67C
6.1.3.1.1		AQUISIÇÕES DE BENS	2.328.735,09C	0,00	552.190,58	2.880.551,12C
6.1.3.1.1.01 (0)	P	BENS IMOVEIS	577.626,04C	0,00	438.989,96	1.016.616,00C
6.1.3.1.1.02		BENS MÓVEIS	1.750.734,50C	0,00	113.200,62	1.863.935,12C
6.1.3.1.1.02.01 (0)	P	BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	1.750.734,50C	0,00	113.200,62	1.863.935,12C
6.1.3.1.2		INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	374,55C	0,00	0,00	374,55C
6.1.3.1.2.02 (0)	P	DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	374,55C	0,00	0,00	374,55C
6.1.3.3		DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.436.417,92C	0,00	191.463,44	1.627.881,36C
6.1.3.3.1		OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EM CONTRATOS	1.340.244,08C	0,00	191.463,44	1.531.707,52C
6.1.3.3.1.00.00.01		AMORTIZAÇÃO DE DIVIDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.340.244,08C	0,00	191.463,44	1.531.707,52C
6.1.3.3.1.00.00.01.01 (0)	P	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA	1.340.244,08C	0,00	191.463,44	1.531.707,52C
6.1.3.3.9		OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	96.173,84C	0,00	0,00	96.173,84C
6.1.3.3.9.00.00.03 (0)	P	AMORTIZAÇÃO DE DÉBITOS CONSOLIDADOS	96.173,84C	0,00	0,00	96.173,84C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	146.946.543,31C	0,00	5.669,40	146.952.212,71C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	146.531.645,10C	0,00	0,00	146.531.645,10C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	146.531.645,10C	0,00	0,00	146.531.645,10C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	146.531.645,10C	0,00	0,00	146.531.645,10C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	146.531.645,10C	0,00	0,00	146.531.645,10C
6.2.2.3.3.07.03 (0)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIROS	137.455.618,34C	0,00	0,00	137.455.618,34C
6.2.2.3.3.07.04 (0)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	9.076.028,76C	0,00	0,00	9.076.028,76C
6.2.3		ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	414.898,21C	0,00	5.669,40	420.567,61C
6.2.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	353.857,33C	0,00	4.144,60	358.001,93C
6.2.3.1.2		INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.543,00C	0,00	0,00	2.543,00C
6.2.3.1.2.01		BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	2.543,00C	0,00	0,00	2.543,00C
6.2.3.1.2.01.04		DOAÇÃO	2.543,00C	0,00	0,00	2.543,00C
6.2.3.1.2.01.04.01 (0)	P	RECEBIMENTO DE BENS EM DOAÇÃO	2.543,00C	0,00	0,00	2.543,00C
6.2.3.1.4		INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	254.171,20C	0,00	0,00	254.171,20C
6.2.3.1.4.00.00.01 (0)	P	INCORPORAÇÃO DE BENS E VALORES	254.171,20C	0,00	0,00	254.171,20C
6.2.3.1.7		INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	97.143,13C	0,00	4.144,60	101.287,73C
6.2.3.1.7.03		DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.348,92C	0,00	0,00	1.348,92C
6.2.3.1.7.03.05 (0)	P	CRÉDITOS PARCELADOS	1.348,92C	0,00	0,00	1.348,92C
6.2.3.1.7.10		CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	95.794,21C	0,00	4.144,60	99.938,81C
6.2.3.1.7.10.01 (0)	P	DÍVIDA ATIVA - INSCRIÇÃO	95.794,21C	0,00	4.144,60	99.938,81C
6.2.3.3		DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	61.040,88C	0,00	1.524,80	62.565,68C
6.2.3.3.1		DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	61.040,88C	0,00	1.524,80	62.565,68C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 30/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6.2.3.3.1.05 (0)	F	RESTOS A PAGAR	61.040,88C	0,00	1.524,80	62.565,68C

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 31/32

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	3.897.801,24D	544.949,13	0,00	4.442.750,37D
9.1		DEDUÇÕES DA RECEITA	3.897.801,24D	544.366,87	0,00	4.442.168,11D
9.1.1		DEDUÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA.				
9.1.1.1		DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	3.685,37D	1.358,33	0,00	5.043,70D
9.1.1.1.2		Deduções de Impostos s/o Patrimônio e a Renda	2.656,87D	1.358,33	0,00	4.015,20D
9.1.1.1.2.02		Deduções Imp. s/Prop.Predial e Territ. Urbana	220,22D	0,00	0,00	220,22D
9.1.1.1.2.02.01 (0)	F	Deduções Imposto s/ Prop. Predial e Territ. Urbana	132,13D	0,00	0,00	132,13D
9.1.1.1.2.02.02 (0)	F	Deduções Imp.s/ Prop. Predial e Territ. Urbana -	33,03D	0,00	0,00	33,03D
9.1.1.1.2.02.03 (0)	F	Deduções Imp.s/ Prop. Predial e Territ. Urbana -	55,06D	0,00	0,00	55,06D
9.1.1.1.2.08		Deduções Imp.s/Trans. Inter Vivos B. Imóveis e Dir	2.436,65D	1.358,33	0,00	3.794,98D
9.1.1.1.2.08.01 (0)	F	Deduções Imposto Trans. de Bens Imóveis	1.461,99D	815,00	0,00	2.276,99D
9.1.1.1.2.08.02 (0)	F	Deduções Imposto Trans. de Bens Imóveis - Educação	609,17D	339,58	0,00	948,75D
9.1.1.1.2.08.03 (0)	F	Deduções Imposto Trans. de Bens Imóveis - Saúde	365,49D	203,75	0,00	569,24D
9.1.1.2		DEDUÇÕES TAXAS	1.028,50D	0,00	0,00	1.028,50D
9.1.1.2.1		Deduções Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.008,10D	0,00	0,00	1.008,10D
9.1.1.2.1.17 (0)	F	Deduções Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	139,40D	0,00	0,00	139,40D
9.1.1.2.1.25 (0)	F	Deduções Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P. Serviços	868,70D	0,00	0,00	868,70D
9.1.1.2.2		Deduções Taxas pela Prestação de Serviços	20,40D	0,00	0,00	20,40D
9.1.1.2.2.99		Deduções Outras Taxas de Prestação de Serviços	20,40D	0,00	0,00	20,40D
9.1.1.2.2.99.01 (0)	F	Deduções Taxa de Expediente	20,40D	0,00	0,00	20,40D
9.1.3		Rec. Remun. Dep. Bancaro	0,00	192,70	0,00	192,70D
9.1.3.2		Rec. Remun. Dep. Bancaro	0,00	192,70	0,00	192,70D
9.1.3.2.5		Rec. Remun. Dep. Bancaro	0,00	192,70	0,00	192,70D
9.1.3.2.5.01		Rec. Remun. Dep. Bancaro	0,00	192,70	0,00	192,70D
9.1.3.2.5.01.10		Rec. Remun. Dep. Bancaro	0,00	192,70	0,00	192,70D
9.1.3.2.5.01.10.19 (0)	F	Transf. Convênio Estado - Academia Saúde	0,00	192,70	0,00	192,70D
9.1.6		DEDUÇÕES RECEITA DE SERVIÇOS	79,29D	0,00	0,00	79,29D
9.1.6.0.0.13		Deduções Serviços Administrativos	79,29D	0,00	0,00	79,29D
9.1.6.0.0.13.03 (0)	F	Deduções Serviços Especiais PM/Bombeiro	79,29D	0,00	0,00	79,29D
9.1.7		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	3.894.036,58D	542.815,84	0,00	4.436.852,42D
9.1.7.2		Dedução das Receitas de Transferências	3.894.036,50D	542.815,84	0,00	4.436.852,34D
9.1.7.2.1		Dedução das Receitas de Transferências da União	1.826.850,58D	240.294,22	0,00	2.067.144,80D
9.1.7.2.1.01		Dedução das Receitas de Transferências da União	1.820.206,60D	239.186,89	0,00	2.059.393,49D
9.1.7.2.1.01.02		Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	1.818.058,23D	239.160,54	0,00	2.057.218,77D
9.1.7.2.1.01.02.01		Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	1.818.058,23D	239.160,54	0,00	2.057.218,77D
9.1.7.2.1.01.02.01.01 (0)	F	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	1.090.834,91D	143.496,33	0,00	1.234.331,24D
9.1.7.2.1.01.02.01.02 (0)	F	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Educaç	454.514,59D	59.790,14	0,00	514.304,73D
9.1.7.2.1.01.02.01.03 (0)	F	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Saúde	272.708,73D	35.874,07	0,00	308.582,80D
9.1.7.2.1.01.05		Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	2.148,37D	26,35	0,00	2.174,72D
9.1.7.2.1.01.05.01 (0)	F	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	1.289,00D	15,81	0,00	1.304,81D
9.1.7.2.1.01.05.02 (0)	F	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	537,11D	6,59	0,00	543,70D
9.1.7.2.1.01.05.03 (0)	F	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - I.T.R.	322,26D	3,95	0,00	326,21D
9.1.7.2.1.36		Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	6.643,98D	1.107,33	0,00	7.751,31D
9.1.7.2.1.36.01 (0)	F	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	3.966,40D	664,40	0,00	4.650,80D
9.1.7.2.1.36.02 (0)	F	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96 -	1.660,98D	276,83	0,00	1.937,81D

admin

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 32/32

Mascara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9.1.7.2.1.36.03 (0)	F	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	996,60D	166,10	0,00	1.162,70D
9.1.7.2.2		Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	2.067,185,92D	302,521,62	0,00	2.369,707,54D
9.1.7.2.2.01		Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	2.067,185,92D	302,521,62	0,00	2.369,707,54D
9.1.7.2.2.01.01		Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	1.751,624,92D	248,740,61	0,00	2.000,365,53D
9.1.7.2.2.01.01 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	1.050,974,74D	149,244,32	0,00	1.200,219,06D
9.1.7.2.2.01.01.02 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS - E	437,906,43D	62,185,17	0,00	500,091,60D
9.1.7.2.2.01.01.03 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS Saú	262,743,75D	37,311,12	0,00	300,054,87D
9.1.7.2.2.01.02		Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	288,561,88D	49,643,73	0,00	338,205,61D
9.1.7.2.2.01.02.01 (0)	F	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	173,136,97D	29,786,19	0,00	202,923,16D
9.1.7.2.2.01.02.02 (0)	F	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	72,140,57D	12,410,97	0,00	84,551,54D
9.1.7.2.2.01.02.03 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	43,284,34D	7,446,57	0,00	50,730,91D
9.1.7.2.2.01.04		Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	26,999,12D	4,137,28	0,00	31,136,40D
9.1.7.2.2.01.04.01 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	16,199,45D	2,482,36	0,00	18,681,81D
9.1.7.2.2.01.04.02 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	6,749,80D	1,034,33	0,00	7,784,13D
9.1.7.2.2.01.04.03 (0)	F	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Expo	4,049,87D	620,59	0,00	4,670,46D
9.1.7.6		DEDUÇÕES DE TRANSF. CONV. DOS ESTADOS	0,08D	0,00	0,00	0,08D
9.1.7.6.2		DEDUÇÃO TRANSF. CONVENIO DOS DESTADOS	0,08D	0,00	0,00	0,08D
9.1.7.6.2.99		DEDUÇÃO TRANSF. CONVENIO DOS DESTADOS	0,08D	0,00	0,00	0,08D
9.1.7.6.2.99.04 (0)	F	Dedução Transf. Convenio Estado TR 774	0,08D	0,00	0,00	0,08D
9.2		Deduções Outras Transf. Conv. Estado	0,00	582,26	0,00	582,26D
9.2.4		Deduções Outras Transf. Conv. Estado	0,00	582,26	0,00	582,26D
9.2.4.7		Deduções Outras Transf. Conv. Estado	0,00	582,26	0,00	582,26D
9.2.4.7.2		Deduções Outras Transf. Conv. Estado	0,00	582,26	0,00	582,26D
9.2.4.7.2.99		Deduções Outras Transf. Conv. Estado	0,00	582,26	0,00	582,26D
9.2.4.7.2.99.02 (0)	F	Transf. Conv. Estado Academia Saúde Social	0,00	582,26	0,00	582,26D
TOTAL:			-0,00	92.840,296,73	92.840,296,73	0,00

FRAIBURGO, 15/09/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

admin

Galvão**PREFEITURA****Processo de Licitação 016/2014**

MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FMAS 016/2014, na Modalidade Pregão Presencial FMAS n. 009/2014, tipo menor preço por item até às 09h:00min do dia 26 de setembro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE CAMISA GOLA POLO COM BOLSO BORDADO EM TECIDO PIQUE, DIVERSOS TAMANHOS PARA O GRUPO DA MELHOR IDADE, de acordo com o presente Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93 e Lei 10.520 de 17/07/2002, consolidada e no que couber demais legislação aplicável. A integra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município de Galvão, no seguinte endereço Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão-SC, telefone (49) 3342 1111 ou no site www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 15 de setembro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Alana Renata Baccin

Gestora do FMAS

Garopaba**PREFEITURA****Extrato do Convenio 05/2014**

EXTRATO DO CONVENIO 005/2014

CONVÊNIO: 005/2014

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba /Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 82.836.057/0001-90 / 08.543.762/0001-46

CONVENIENTE: SAESAMAR - Sociedade Assistencial e Educacional Samaritano

CNPJ: 08.908.309/0001-96

OBJETO: Assegurar a manutenção das atividades desenvolvidas pela Entidade

VALOR: R\$ 10.000,00

VIGÊNCIA: 12/09/2014 a 3/12/2014

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.832 de 10 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Decreto N.º 135

DECRETO N.º 135, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 63.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

63.000,00

26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e

Obras de Art Especial

63.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

63.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Aviso de Licitação Pe069/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 069/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para fornecimento em parcela única, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos de aparelhos de ginástica para academias ao ar livre. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 26/09/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 26/09/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Portaria RH 65/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 65/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) LEONIDA NISTLER, ocupante do cargo efetivo de Orientadora Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 06/02/2008 a 05/02/2013, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 66/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 66/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SANDRA ZIMMERMANN FERNANDES SPENGLER, ocupante do cargo efetivo de Supervisor Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 17/03/2008 a 30/03/2013, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 67/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 67/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SALETE MARQUES DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 28/03/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 68/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 68/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ROSELI MARIA SILVA RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 18/04/2008 a 11/06/2013, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 69/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 69/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SOLANGE SCHRAMM, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 01/05/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 70/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 70/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) LENIR DE AGUIAR RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 07/05/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 71/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 71/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) AMAURI GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 06/05/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 72/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 72/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SUELY LOPES CAMARGO DALL AGNOL, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/04/2009 a 03/08/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 73/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 73/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) GIOVANIA MARIA SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 13/04/2009 a 04/06/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 74/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 74/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) FRANSUELI ALVES DE ANDRADE DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 28/04/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 75/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 75/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ROSALI WOLTER GOEDERT, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/02/2006 a 29/05/2011, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 76/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 76/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SONIA REGINA SCHMITT RAINERT, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 04/10/2008, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 77/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 77/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) LORENA POSSAMAI DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de Professor , lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 04/11/2008 a 02/01/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 78/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 78/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) VIVIANE NASCIMENTO ZANINI, ocupante do cargo efetivo de Professor , lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 13/07/2008 a 07/02/2014, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 79/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 79/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) VITORIO AUGUSTO FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor , lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 06/02/2006 a 05/02/2011, devendo folgar a partir de 15/09/2014 a 13/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 80/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) JAIR ROBERTO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 04/03/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 15/12/2014 a 12/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Decreto Nº 6.069, de 03 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 6.069, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados nos valores indicados os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Dotação: 2 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Unidade: 27 DEFESA CÍVIL	
Funcional Programática: 00006.00182.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.200202 Manutenção da Defesa Civil	

Dotação: 470 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 6.500,00
---	--------------

Órgão: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Atividade: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finança	
Dotação: 15 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria	
Dotação: 64 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Dotação: 66 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Dotação: 1 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Unidade: 27 DEFESA CÍVIL	
Funcional Programática: 00006.00182.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.200202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 469 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 6.500,00

Órgão: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Atividade: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finança	
Dotação: 17 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria	
Dotação: 65 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Funcional Programática: 00027.00813.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.200068 Gaspar Natal em Festa	
Dotação: 626 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
Dotação: 625 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 22.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Dotação: 103 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Dotação: 156 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Dotação: 212 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Atividade: 2.200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	
Dotação: 86 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Dotação: 97 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Atividade: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 243 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Funcional Programática: 00010.00304.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	
Dotação: 87 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 36.000,00
Dotação: 90 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Funcional Programática: 00010.00305.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200130 Ampliar, Manter e Equipar a Vigilância Epidemiológica	
Dotação: 157 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de setembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 6.078, 10 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 6.078, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA JOSIANE CHIMINELLI HOSTERT, DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JOSIANE CHIMINELLI HOSTERT, CPF nº 036.603.479-06, ocupante do cargo em comissão de Secretária Escolar, lotada com 20 horas semanais na Secretaria de Educação a partir de 01/09/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.825/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/09/2014.

Gaspar, 10 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.079, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.079, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ONADIR ZERMIANI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 15/08/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora ONADIR ZERMIANI, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 096/2001, em virtude de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/08/2014.

Gaspar, 10 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.080, 10 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.080, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR MAICON BUNN, DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor MAICON BUNN, CPF 057.776.549-32, ocupante do cargo em comissão de Encarregado, a partir de 09/09/2014, nomeado pelo Decreto 4421/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para 09/09/2014.

Gaspar, 10 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.081, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.081, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA O SERVIDOR ALCEU DE ALMEIDA TORRES JUNIOR, DO CARGO DE DIRETOR DE TESOUREARIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor ALCEU DE ALMEIDA TORRES JUNIOR, ocupante do cargo de Diretor de Tesouraria, a partir de 14/09/2014, nomeado pelo Decreto 5.199/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº34/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 34/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS IMPRESSOS
Entrega dos Envelopes: 02/10/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 02/10/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 11/09/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº31/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 31/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA AS NOVAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS RIO BRANCO E AVAÍ
Entrega dos Envelopes: 01/10/2014 as 13:30 horas.
Abertura dos Envelopes: 01/10/2014 as 13:30 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 11/09/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº29/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 29/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA AS NOVAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS RIO BRANCO E AVAÍ
Entrega dos Envelopes: 01/10/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 01/10/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br .
GUARAMIRIM(SC), 11/09/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Revogação - Processo Licitatório Nº 56/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2014 - PMG
 MODALIDADE: Pregão Presencial

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância humana e eletrônica para as unidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Analisando a presente licitação, e em virtude da renovação efetuada no processo licitatório nº 008/2011 - PMG, que venceria no dia 22/09/2014, visando à economicidade para o Município de Guaramirim, pois lançando novo edital acarretaria na majoração do custo do serviço prestado, o Prefeito Municipal decide REVOGAR a presente licitação, com base na súmula nº 473 do STF, onde a administração pode revogar os seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, em atendimento as questões expostas acima.

Guaramirim, SC, 11 de setembro de 2014.
 LAURO FROHLICH
 Prefeito Municipal

Decisão Processo Administrativo

DECISÃO DE processo ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º: 03/2014.

MODALIDADE: Pregão Registro de Preço.

TIPO: Menor Preço - por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR

À SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA EPP

CNPJ Nº 81.264.111/0001-07

Ponta Grossa - PR

I - ASSUNTO

Aplicação de rescisão de Ata de Registro de preço e suspensão de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, pela inexecução das obrigações da Ata de Registro de preço 03/2014, da empresa Superlight Alimentos Ltda. EPP.

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimento-o (a) cordialmente, venho através deste, aplicar a RESCISÃO E SUSPENSÃO pelo prazo de 2 (dois) anos à empresa Superlight Alimentos Ltda EPP, devidamente inscrita no CNPJ nº 81.264.111/0001-07, tendo em vista a inexecução das obrigações da Ata de Registro de Preço nº 03/2014 - PMG, quanto a entrega e desconformidade de produto de gênero alimentício para escolas e creches do Município de Guaramirim - SC

Conforme informações prestadas pela Diretora Administrativa, Ceníra Hohl, e a Nutricionista, Juliana Antoniutti, ambas da Secretaria de Educação, a empresa foi notificada várias vezes ao longo do ano corrente por demora na assinatura da Ata de Registro de Preços, atraso de entrega, entregas parciais a ordem de compra, atraso nas certidões negativas, entrega de produto em desconformidade com o edital.

SÍNTESE DAS IRREGULARIDADES REALIZADAS PELO FORNECEDOR:

1. Assinatura da Ata de Registro de Preço, O setor de licitação enviou a Ata do registro 003/2014 no dia 26/03/2014. A empresa assinou a Ata mediante a notificação do dia 08/04/2014.
2. A solicitação de entrega dos produtos, acompanhado da planilha, foi encaminhada no mesmo dia do envio da Ata, dia 26/03/2014. O prazo para entrega, após efetivação do pedido e envio da Ordem de Compra, é de 5 dias. A empresa entregou parte do pedido apenas no dia 11/04/2014, mediante notificação encaminhada no dia 04/04/2014 pelo Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Guaramirim.
3. Após a entrega do dia 11/04/2014, a empresa foi notificada por não obedecer o prazo de entrega sendo aplicada multa e advertência, conforme notificação de 30/04/2014.
4. A entrega do dia 11/04/2014, foi feita parcialmente, e alguns produtos não correspondiam a marca mencionada ou não atendiam ao que estava no descritivo do contrato de licitação nº 003/2014, conforme consta no relatório de desconformidade, sendo assim a empresa recebeu a quarta notificação no dia 30/04/2014.
5. A empresa recebeu a quinta notificação no dia 29/05/2014, devido a atraso da entrega, e até o momento não efetuou a mesma. A empresa alegou que enquanto não fossem quitados os pagamentos referentes as primeiras entregas, não fariam a segunda entrega de gêneros alimentícios. Ressalta-se que o atraso no pagamento foi gerado devido a entrega dos produtos serem realizados em duas partes, e também motivado pelo atraso das certidões negativas da empresa, que foram efetuadas no dia 26/04/2014.
6. A empresa recebeu quatro relatórios de desconformidades, anexos a documentação. A empresa Superlight justificou-se apenas via e-mail, que estão anexos nesta documentação. A defesa da

empresa é que necessitava do pagamento das primeiras entregas.

Cumpra-se ressaltar que se trata de produtos básicos para completar a alimentação dos alunos da rede municipal de ensino, como por exemplo, o leite, que é de suma importância para merenda escolar.

O atraso nas entregas gera transtornos as cozinhas das unidades escolares; falta dos produtos nos estoques; bem como as merendeiras obrigam-se a trocar a preparação dos cardápios.

Com essas condutas, o licitante incorreu nas condutas descritas no art. 7º da Lei 10.520/2002, em especial o retardamento na execução do objeto da licitação:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O licitante também incorreu nas condutas dispostas no art. 78 da Lei 8666/93, em especial o art. I (não cumprimento de cláusulas contratuais), II (cumprimento irregular de cláusulas contratuais) e III (lentidão de cumprimento nos prazos).

A administração Municipal não vê alternativa se não a RESCISÃO E SUSPENSÃO pelo prazo de 2 (dois) anos à empresa Superlight Alimentos Ltda EPP, consoante a Cláusula Décima Primeira, item 11.1, alínea "b", item 3, do edital nº 03/2014 - PMG, que expõe:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

11.1 A recusa injustificada em assinar a Ata ou o Contrato, a inexecução das condições estabelecida nesta Ata, a execução insatisfatória dos serviços, os atrasos, as omissões e outras falhas, sujeitarão os fornecedores às seguintes sanções:

[...]

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 11.1, estará o fornecedor sujeito às seguintes sanções:

3) suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Guaramirim pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos.

Que correspondem aos seguintes itens da Licitação:

Item	Produtos	Quantidade licitada	Valor unitário
3	AÇUCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL (PCT COM 5 KG)	1350 pct	9,03
15	BOLACHÃO DE MEL, PACOTE COM 50 UNIDADES.	1080 pct	12,22
41	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, GRUPO FEIJÃO COMUM	1000 kg	3,47
46	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, ENRIQUECIDOS COM FERRO	6000 pct	1,03
57	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	28000 Lt	2,36
76	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO. EMBALAGEM COM 400G	640 pct	3,61

Ainda, cumpre-se ressaltar que o Edital e a Ata de Registro de Preço vincula tanto a Administração pública quanto o fornecedor, diante disso, no momento em que o fornecedor desrespeita o que fora estipulado, estará este se sujeitando as sanções administrativas expostas no Edital e na Ata.

Diante disto, a Secretaria de Educação aplica a presente RESCISÃO da Ata de Registro de Preço e SUSPENSÃO temporária pelo prazo de 2 (dois) anos sem licitar e contratar à empresa Superlight Alimentos Ltda EPP.

A empresa tem até 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, para apresentar o recurso.

Guaramirim, 10 de Setembro de 2014.

É como decidimos.

Denilson Weiss
Secretario de Administração

Claudia Roberta Chiodini
Secretaria de Educação

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - FMS PL 20

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundo Municipal de Saúde Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 20/2014 - Pregão Presencial Nº. 17/2014.

Objeto: Aquisição de Veículo novo tipo van, para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul, em execução ao Convenio nº. 2014TR002791 através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.

Fundamentação: Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e legislações complementares.

Propostas e Habilitação: 30/09/2014 (08:15 hrs - Documentação / 08:30 hrs abertura) Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 15 de setembro de 2014.

Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1029/2014

PORTARIA Nº 1029/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MICHELLE BENEDETTI (Matr. 2880), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/ Referência - 6/2/B, para exercer suas atividades junto ao Fórum da Comarca de Herval d' Oeste, 02 (dois) dias por semana das 13:30 às 17:30 hs., a fim de agilizar os procedimentos judiciais nos executivos fiscais do município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1030/2014

PORTARIA Nº 1030/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora DÉBORA RIBEIRO DA SILVA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/ Referência - 6/2/B, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para exercer suas atividades junto à Vigilância Sanitária.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1031/2014

PORTARIA Nº 1031/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JAMIR RIBEIRO DA CRUZ (Matr. 2671), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 15 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1032/2014

PORTARIA Nº 1032/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GIOVANI PEDRO-SO (Matr. 3548), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de abril de 2013 e 10 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 15 de setembro de 2014 a 14 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1033/2014

PORTARIA Nº 1033/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO GIACOMINI (Matr. 1523), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 15 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Convocação Nº 08 Thais de Oliveira

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora THAIS DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 003.653.079-47 aprovada em 82º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Habilitado, para assumir 20hs no período vespertino na EBM Cruz e Sousa, em substituição o Professor Vilmar Varela de Oliveira, até o término do ano letivo . 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC) em 15 de setembro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

THAIS DE OLIVEIRA

Ibiam**PREFEITURA****Portaria Nº 199/2014**

PORTARIA Nº 199, 15 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE 22 (VINTE E DOIS) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o requerimento da servidora protocolado em 07 de julho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JUSTINA INES DALMOLIN, ocupante do cargo efetivo de Servente - Nível 1 - Referência E, 22 (vinte e dois) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.07.2000 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 15 de setembro de 2014 a 06 de outubro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
15 DE SETEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 200/2014

PORTARIA Nº 200, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"ADMITE SERVIDOR MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 88, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal; considerando a Lei Complementar nº 133, de 15 de maio de 2014; e, tendo em vista o Processo seletivo - Edital nº 004, de 23.05.2014, homologado pelo Decreto nº 2.661, de 07.07.2014, RESOLVE:

Art.1º. Admitir a Sra. Susana Vieira Sarmento, para exercer o cargo de Assistente Social, para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A contratada fica lotada no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 1º da Lei Complementar n. 34, de 20 de maio de

2014, como empregada pública, fazendo-se a respectiva anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, com inclusão no Regime do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
15 DE SETEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Pregão 034/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de um veículo utilitário para a Vigilância Sanitária do Município de Ibiam.

Entrega dos envelopes: 03/10/2014 até às 14:00 horas

Abertura dos envelopes: 03/10/2014 às 14:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 15 de Setembro de 2014.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 423/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 423, de 29 de agosto de 2014.

Dispõe sobre a Exoneração de Assessora II e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. ROSANA DE SOUZA RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 888.406.709-04, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 96, de 24 de março de 2014, para exercer o cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de setembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 29 de agosto de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Iomerê

PREFEITURA

RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2014

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.220.778,00	12.220.778,00	2.352.262,90	19,25	10.397.507,93	85,08
RECEITAS CORRENTES	12.220.760,00	12.220.760,00	2.150.922,39	17,60	8.790.579,72	71,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	522.000,00	522.000,00	98.983,87	18,96	457.035,90	87,55
IMPOSTOS	460.000,00	460.000,00	92.937,64	20,20	382.750,63	83,21
TAXAS	61.000,00	61.000,00	6.046,23	9,91	74.285,27	121,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	12.025,12	18,50	46.274,79	71,19
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	65.000,00	65.000,00	12.025,12	18,50	46.274,79	71,19
RECEITA PATRIMONIAL	68.050,00	68.050,00	26.492,68	38,93	94.488,23	138,85
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	11.000,00	11.000,00	2.128,28	19,35	5.865,52	53,32
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	57.050,00	57.050,00	24.364,40	42,71	88.622,71	155,34
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	1.140,00	6,00	4.660,60	24,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.508.660,00	11.508.660,00	2.004.388,14	17,42	8.161.502,40	70,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.457.660,00	11.457.660,00	1.852.335,74	16,17	7.942.370,66	69,32
Transf. de Conv.	51.000,00	51.000,00	152.062,40	298,14	219.131,74	429,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.050,00	37.050,00	7.892,58	21,30	26.617,80	71,84
Multas e Juros de Mora	18.900,00	18.900,00	5.819,52	30,79	12.414,94	65,69
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	1.434,86	23,91	5.516,95	91,95
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	5.700,00	5.700,00	219,00	3,84	2.063,07	36,19
RECEITAS DIVERSAS	6.450,00	6.450,00	419,20	6,50	6.622,84	102,68
RECEITAS DE CAPITAL	18,00	18,00	201.340,51	558,39	1.606.928,21	378,94
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	519.390,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	519.390,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	201.340,51	558,39	1.087.538,21	878,94
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	201.340,51	558,39	1.087.538,21	878,94
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.220.778,00	12.220.778,00	2.352.262,90	19,25	10.397.507,93	85,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.220.778,00	12.220.778,00	2.352.262,90	19,25	10.397.507,93	85,08
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.220.778,00	12.220.778,00	2.352.262,90	19,25	10.397.507,93	85,08
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	581.368,27	—	—	547.423,89	—
Superávit Financeiro	—	581.368,27	—	—	547.423,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.220.778,00	2.660.471,48	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	64,29
DESPESAS CORRENTES	11.423.130,00	967.444,02	12.390.574,02	1.587.176,38	9.207.106,62	2.067.773,13	7.782.483,86	62,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.086.350,00	157.415,84	6.243.765,84	1.006.047,67	3.933.922,66	1.008.910,42	3.920.067,87	62,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	85.000,00	9.462,53	46.753,07	38,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.216.780,00	810.028,18	6.026.808,18	581.128,71	5.188.183,96	1.049.400,18	3.815.662,92	63,31
DESPESAS DE CAPITAL	777.648,00	1.708.027,46	2.485.675,46	559.990,00	2.287.229,07	612.452,95	1.784.907,78	71,81
INVESTIMENTOS	312.758,00	1.708.027,46	2.020.785,46	559.990,00	1.880.074,59	544.593,87	1.513.471,46	74,90
INVERSOES FINANCEIRAS	1.100,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	463.790,00	0,00	463.790,00	0,00	407.154,48	67.859,08	271.436,32	58,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	-15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.220.778,00	2.660.471,48	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	5.313.857,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.220.778,00	2.660.471,48	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	5.313.857,84
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	830.116,29	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.220.778,00	2.660.471,48	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	10.397.507,93	5.313.857,84

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirlei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Leandro José Stefani Controlador Interno
--	--------------------------------	---	---

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=('d' exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=[("d" exercício anterior) + (c)]
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	519.390,00	-519.390,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	519.390,00	-519.390,00
TOTAL	0,00	519.390,00	-519.390,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100,00	57.891,92	0,00	-57.791,92
Investimentos	100,00	57.891,92	0,00	-57.791,92
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	137.623,88	0,00	-137.623,88
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	137.623,88	0,00	-137.623,88
TOTAL	100,00	195.515,80	0,00	-195.415,80

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.663,75	323.874,20	325.537,95

FONTE:

Iomerê, 11/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	473.200,00	473.200,00	389.216,10	82,25	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	90.000,00	90.000,00	81.204,89	90,23	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	90.000,00	90.000,00	77.661,13	86,29	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	88.252,41	88,25	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	180.000,00	180.000,00	135.632,20	75,35	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.600,00	4.600,00	4.806,49	104,49	
Dívida Ativa dos Impostos	5.100,00	5.100,00	1.187,07	23,28	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.500,00	3.500,00	471,91	13,48	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.398.200,00	11.398.200,00	7.770.027,53	68,17	
Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	3.857.285,62	70,13	
Cota-Parte ITR	3.200,00	3.200,00	179,32	5,60	
Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	264.996,16	75,71	
Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	3.578.008,72	68,81	
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	55.698,48	69,62	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	265.000,00	265.000,00	13.859,23	5,23	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	13.859,23	39,60	
Outras	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.871.400,00	11.871.400,00	8.159.243,63	68,73	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	722.100,00	722.100,00	545.426,51	75,53	
Provenientes da União	722.100,00	722.100,00	545.426,51	75,53	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	5.003,00	5.003,00	96.950,01	1.937,84	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.500,00	3.500,00	8.915,40	254,73	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	730.603,00	730.603,00	651.291,92	89,14	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.960.930,00	3.012.068,87	2.120.790,51	70,41	
Pessoal e Encargos Sociais	1.787.000,00	1.818.138,87	1.051.790,40	57,85	
Outras Despesas Correntes	1.173.930,00	1.193.930,00	1.069.000,11	89,54	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	65.883,00	592.918,78	562.267,00	94,83	232.702,87	39,25
	65.883,00	592.918,78	562.267,00	94,83	232.702,87	39,25
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.026.813,00	3.604.987,65	2.683.057,51	74,43	2.022.526,41	56,10
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	728.103,00	1.268.607,65	991.631,83	36,96	597.050,94	29,52
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	722.100,00	753.238,87	486.681,83	18,14	418.500,94	20,69
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	6.003,00	515.368,78	504.950,00	18,82	178.550,00	8,83
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	728.103,00	1.268.607,65	991.631,83	36,96	597.050,94	29,52
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.298.710,00	2.336.380,00	1.691.425,68	37,47	1.425.475,47	26,58
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						17,47
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						201.588,93

Continua 2/4

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
		-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (m/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica		2.839.813,00	3.396.848,78	2.509.542,23	93,53	1.854.583,13	91,70	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		164.500,00	195.638,87	166.283,97	6,20	163.283,97	8,07	
Vigilância Sanitária		12.500,00	12.500,00	1.567,00	0,06	1.567,00	0,08	
Vigilância Epidemiológica		10.000,00	10.000,00	5.664,31	0,21	3.092,31	0,15	
TOTAL		3.026.813,00	3.604.987,65	2.683.057,51	100,00	2.022.526,41	100,00	

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Assinatura do Ordenador da Despesa

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	12.220.778,00
Previsão Atualizada		—	12.220.778,00
Receitas Realizadas		2.352.262,90	10.397.507,93
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	547.423,89
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	12.220.778,00
Créditos Adicionais		—	2.660.471,48
Dotação Atualizada		—	14.881.249,48
Despesas Empenhadas		2.147.166,38	11.494.335,69
Despesas Liquidadas		2.680.226,08	9.567.391,64
Superavit Orçamentário		—	830.116,29
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.147.166,38	11.494.335,69
Despesas Liquidadas		2.680.226,08	9.567.391,64
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			13.244.594,67
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-50.000,00	-1.030.396,66
Resultado Primário		900.000,00	540.292,97
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		106.159,11	0,00
EXECUTIVO		106.159,11	0,00
TOTAL:		106.159,11	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.482.796,59	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		865.263,95	60%
Liquidadas		865.263,95	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.784.907,78	700.767,68

Continua 1/2

Município de Iomerê - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			519.390,00	-519.390,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	100,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.425.475,47	15,00	17,47
Liquidadas		1.425.475,47		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.220.778,00	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	100,00	64,29
Legislativa	480.000,00	400.000,00	51.538,63	268.431,47	62.765,20	246.779,28	2,58	61,69
Ação Legislativa	480.000,00	400.000,00	51.538,63	268.431,47	62.765,20	246.779,28	2,58	61,69
Administração	1.497.500,00	1.724.500,00	192.584,25	1.203.860,27	260.245,87	1.066.671,87	11,15	61,85
Administração Geral	1.497.500,00	1.724.500,00	192.584,25	1.203.860,27	260.245,87	1.066.671,87	11,15	61,85
Segurança Pública	21.100,00	21.100,00	0,00	9.708,53	3.433,00	8.117,03	0,08	38,47
Policimento	17.100,00	17.100,00	0,00	9.708,53	3.433,00	8.117,03	0,08	47,47
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	229.801,00	286.601,00	7.408,29	150.853,93	16.490,27	126.503,63	1,32	44,14
Assistência à Criança e ao Adolescente	66.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	163.801,00	270.601,00	7.408,29	150.853,93	16.490,27	126.503,63	1,32	46,75
Saúde	3.107.914,00	3.689.644,32	765.564,97	2.759.286,76	636.943,75	2.089.341,60	21,84	56,63
Atenção Básica	2.839.813,00	3.386.848,78	725.377,66	2.509.542,23	593.316,61	1.854.583,13	19,38	54,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	164.500,00	195.638,87	20.661,64	166.283,97	21.861,64	163.283,97	1,71	83,46
Vigilância Sanitária	12.500,00	12.500,00	0,00	1.567,00	0,00	1.567,00	0,02	12,54
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	2.500,00	5.664,31	1.368,00	3.092,31	0,03	30,92
Alimentação e Nutrição	78.100,00	81.655,67	17.025,67	76.229,25	20.397,50	66.815,19	0,70	81,83
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.253.912,00	3.591.594,97	520.817,40	2.949.293,58	820.193,11	2.400.657,70	25,09	66,84
Ensino Fundamental	2.491.912,00	2.829.594,97	333.372,36	2.401.281,19	705.147,67	1.986.846,79	20,77	70,22
Ensino Médio	175.000,00	175.000,00	0,00	175.000,00	54.575,60	173.506,60	1,81	99,15
Ensino Superior	175.000,00	175.000,00	125.365,00	145.622,00	4.885,00	25.142,00	0,26	14,37
Educação Infantil	400.000,00	400.000,00	62.080,04	216.284,63	53.733,88	207.758,47	2,17	51,94
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	11.105,76	1.850,96	7.403,84	0,08	61,70
Cultura	237.000,00	410.512,54	136.992,23	369.665,50	233.402,07	343.989,47	3,60	83,80
Difusão Cultural	237.000,00	410.512,54	136.992,23	369.665,50	233.402,07	343.989,47	3,60	83,80
Urbanismo	1.114.754,00	1.129.754,00	137.071,42	860.247,29	199.065,26	669.847,39	7,00	59,29
Infra-Estrutura Urbana	15.104,00	15.104,00	1.558,00	1.558,00	1.558,00	1.558,00	0,02	10,32
Serviços Urbanos	1.099.650,00	1.114.650,00	135.513,42	858.689,29	197.507,26	668.289,39	6,99	59,96
Habitação	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.220.778,00	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	100,00	64,29
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	866.102,00	1.869.847,68	179.651,40	1.632.235,55	179.643,06	1.577.097,76	16,48	84,34
Promoção da Produção Vegetal	10.002,00	849.747,68	54.000,00	846.347,67	54.000,00	846.347,67	8,85	99,60
Extensão Rural	866.100,00	1.020.100,00	125.651,40	785.887,88	125.643,06	730.760,09	7,64	71,64
Indústria	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	570.272,00	930.271,97	149.427,96	585.960,53	160.307,96	572.640,53	5,99	61,56
Transporte Rodoviário	570.272,00	930.271,97	149.427,96	585.960,53	160.307,96	572.640,53	5,99	61,56
Desporto e Lazer	82.001,00	82.001,00	6.109,83	66.707,80	9.242,92	47.533,34	0,50	57,97
Desporto Comunitário	82.001,00	82.001,00	6.109,83	66.707,80	9.242,92	47.533,34	0,50	57,97
Encargos Especiais	729.720,00	729.720,00	0,00	638.084,48	98.493,61	418.212,04	4,37	57,31
Outros Encargos Especiais	729.720,00	729.720,00	0,00	638.084,48	98.493,61	418.212,04	4,37	57,31

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.220.778,00	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	100,00	64,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.220.778,00	14.881.249,48	2.147.166,38	11.494.335,69	2.680.226,08	9.567.391,64	100,00	64,29

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirlei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças
Leandro José Stefani Controlador Interno		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.197.948,46	1.179.054,63	1.300.647,20	1.527.242,84	1.347.344,36	1.401.141,56	1.131.165,70	1.324.460,52	1.484.171,75	1.150.743,38	1.296.905,85	1.205.650,44	15.546.376,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	67.835,87	98.474,14	40.913,12	67.014,81	28.871,30	28.874,19	39.704,01	81.970,83	133.222,05	47.533,65	51.973,79	47.010,08	731.273,84
IPI/LI	4.618,67	284,23	3.886,50	948,54	0,00	0,00	0,00	11.390,25	63.733,42	828,47	4.650,00	612,75	90.922,83
IR/R.F.	15.516,94	15.013,60	15.092,12	31.805,18	16.753,23	8.051,08	22.020,94	16.940,30	16.890,15	18.762,88	19.762,88	16.994,73	213.060,04
I.S.S.	35.680,67	6.486,18	11.782,34	28.355,43	6.894,06	7.384,85	8.483,50	17.698,74	8.283,29	7.635,82	14.372,33	18.666,82	170.557,03
ITBI	8.936,67	74.693,00	4.616,00	4.259,10	4.184,00	4.770,00	40,00	26.806,00	6.545,00	16.520,00	8.486,13	10.000,00	170.129,90
Outras Receitas Tributárias	3.082,92	2.052,13	5.537,16	1.646,56	886,01	6.688,26	8.795,57	9.784,54	37.770,19	4.330,47	4.702,45	1.343,78	86.604,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.398,97	5.954,80	5.425,35	5.533,51	5.965,33	5.645,42	5.623,33	5.875,92	5.828,85	5.308,82	5.798,49	6.236,63	65.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.867,14	6.013,17	5.671,31	7.226,81	8.032,89	8.966,23	8.824,45	9.303,85	16.328,37	16.549,76	15.699,18	10.793,50	117.266,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.865,74	0,00	1.017,52	6.555,20	2.062,28	648,32	660,00	0,00	0,00	150,00	1.140,00	0,00	15.629,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.115.405,24	1.053.877,00	1.240.860,79	1.439.645,25	1.300.616,17	1.365.688,94	1.074.596,00	1.220.195,16	1.327.540,20	1.077.875,73	1.223.983,64	1.135.038,40	14.565.414,52
Cota-Parte do FPM	352.678,29	352.683,71	450.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.069,30	429.779,99	395.126,63	448.426,05	5.559.217,16
Cota-Parte do ICMS	467.587,69	454.606,83	499.225,51	497.108,55	489.267,98	445.871,76	452.328,70	441.086,21	448.370,93	454.883,27	422.716,17	443.475,70	5.496.537,30
Cota-Parte do IPVA	33.127,14	37.772,83	15.943,88	6.315,77	24.706,65	35.207,33	28.199,60	32.896,08	33.534,84	39.918,28	42.500,13	28.963,15	357.555,78
Cota-Parte do ITR	735,90	2.162,78	29,04	21,47	29,91	42,20	0,00	65,28	0,00	22,77	6,41	12,75	3.123,51
Outras Transferências Correntes	175.519,85	123.261,18	142.197,89	337.099,62	87.636,08	116.519,52	107.200,87	202.701,32	148.795,74	36.302,75	280.192,13	98.106,38	1.857.497,33
Transferências de LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	7.462,41	6.343,27	6.198,17	6.748,49	7.340,09	6.891,04	7.181,97	7.403,04	55.698,48
Transferências de LC 87/1996	2.066,35	2.066,35	2.066,35	2.066,35	1.979,89	1.979,89	0,00	1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	35.000,00
Transferências do FUNDEB	83.690,02	81.323,32	91.542,24	91.069,83	114.669,89	112.533,07	103.877,37	104.662,79	114.439,31	108.297,74	100.280,31	107.269,44	1.213.655,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.204,50	14.735,52	6.639,11	1.267,26	1.860,39	3.387,46	1.755,91	7.143,76	1.252,28	3.325,42	1.320,75	6.571,83	51.464,19
DEDUÇÕES (II)	172.550,60	171.280,57	203.003,48	203.963,53	219.661,38	224.927,29	172.703,37	182.560,20	212.862,85	186.654,85	168.701,99	185.931,91	2.304.782,02
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	172.550,60	171.280,57	203.003,48	203.963,53	219.661,38	224.927,29	172.703,37	182.560,20	212.862,85	186.654,85	168.701,99	185.931,91	2.304.782,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.025.397,86	1.007.774,06	1.097.643,72	1.323.279,31	1.127.682,98	1.176.214,27	958.462,33	1.141.900,32	1.271.308,90	964.088,53	1.131.203,86	1.019.718,53	13.244.594,67

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordinador da DespesaSílvia Altenhofen
ContadoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasLeandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
			Até o Bimestre/2013		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de Iomerê - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 2/3					

Município de Iomerê - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo	Leandro José Stefani
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças	Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.536.261,19	1.332.683,95	1.264.824,87
DEDUÇÕES (II)	1.125.455,63	2.414.754,68	1.884.415,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.125.455,63	2.414.754,68	1.884.415,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	410.805,56	-1.082.070,73	-619.591,10
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	410.805,56	-1.082.070,73	-619.591,10

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	462.479,63	-1.030.396,66

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-50.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.163.710,00	2.126.557,99	8.701.957,01	7.704.616,31
Receita Tributária	522.000,00	98.983,87	457.035,90	400.939,77
I.P.T.U.	90.000,00	5.262,75	81.204,89	82.838,01
I.S.S.	100.000,00	32.431,15	88.252,41	85.995,43
I.T.B.I.	90.000,00	18.486,13	77.661,13	59.756,35
I.R.R.F.	180.000,00	36.757,61	135.632,20	116.985,00
Outras Receitas Tributárias	62.000,00	6.046,23	74.285,27	55.364,98
Receita de Contribuição	65.000,00	12.025,12	46.274,79	39.047,97
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	65.000,00	12.025,12	46.274,79	39.047,97
Receita Patrimonial Líquida	11.000,00	2.128,28	5.865,52	33.545,21
Receita Patrimonial	68.050,00	26.492,68	94.488,23	33.545,21
(-) Aplicações Financeiras	57.050,00	24.364,40	88.622,71	0,00
Transferências Correntes	11.508.660,00	2.004.388,14	8.161.502,40	7.203.917,94
F.P.M.	4.400.000,00	654.042,19	3.085.828,70	3.572.889,27
I.C.M.S.	4.160.000,00	692.953,69	2.862.407,72	1.973.327,78
Convênios	51.000,00	152.052,40	219.131,74	0,00
Outras Transferências Correntes	2.897.660,00	505.339,86	1.994.134,24	1.657.700,89
Demais Receitas Correntes	57.050,00	9.032,58	31.278,40	27.165,42
Dívida Ativa	5.700,00	219,00	2.063,07	0,00
Diversas Receitas Correntes	51.350,00	8.813,58	29.215,33	27.165,42
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	201.340,51	1.606.928,21	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	519.390,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	201.340,51	1.087.538,21	0,00
Convênios	18,00	201.340,51	1.087.538,21	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	201.340,51	1.087.538,21	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.163.728,00	2.327.898,50	9.789.495,22	7.704.616,31

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.390.574,02	2.067.773,13	7.782.483,86	3.567.167,31
Pessoal e Encargos Sociais	6.243.765,84	1.008.910,42	3.920.067,87	3.567.167,31
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	9.462,53	46.753,07	0,00
Outras Despesas Correntes	6.026.808,18	1.049.400,18	3.815.662,92	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.270.574,02	2.058.310,60	7.735.730,79	3.567.167,31
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.485.675,46	612.452,95	1.784.907,78	0,00
Investimentos	2.020.785,46	544.593,87	1.513.471,46	0,00
Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	463.790,00	67.859,08	271.436,32	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.021.885,46	544.593,87	1.513.471,46	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.297.459,48	2.602.904,47	9.249.202,25	3.567.167,31
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.133.731,48	-275.005,97	540.292,97	4.137.449,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	547.423,89	0,00
Superávit Financeiro	-	-	547.423,89	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				900.000,00

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

 Luciano Paganini
 Ordenador da Despesa

 Sirlei Altenhofen
 Contadora

 Douglas Francisco Zardo
 Secretário de Administração e Finanças

 Leandro José Stefani
 Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	106.159,11	106.159,11	106.159,11
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.159,11	106.159,11	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.039,11	102.039,11	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.120,00	4.120,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.159,11	106.159,11	0,00

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini Ordernador da Despesa	Sirlai Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças
Leandro José Stefani Controlador Interno		

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	473.200,00	473.200,00	97.467,22	389.216,10	82,25
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	98.600,00	98.600,00	5.450,16	83.111,13	84,29
1.1.1- IPTU	90.000,00	90.000,00	5.262,75	81.204,89	90,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	187,41	247,26	41,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	0,00	1.187,07	23,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	0,00	471,91	15,73
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	90.000,00	90.000,00	18.486,13	77.661,13	86,29
1.2.1- ITBI	90.000,00	90.000,00	18.486,13	77.661,13	86,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	104.600,00	104.600,00	36.773,32	92.811,64	88,73
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	32.431,15	88.252,41	88,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.000,00	4.000,00	4.342,17	4.559,23	113,98
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	180.000,00	180.000,00	36.757,61	135.632,20	75,35
1.4.1- IRRF	180.000,00	180.000,00	36.757,61	135.632,20	75,35
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.168.200,00	11.168.200,00	1.773.171,78	7.770.027,53	69,57
2.1- Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	817.552,68	3.857.285,62	70,13
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.270.000,00	5.270.000,00	817.552,68	3.857.285,62	73,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	866.191,87	3.578.008,72	68,81
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	3.959,78	13.859,23	39,60
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	80.000,00	80.000,00	14.585,01	55.898,48	69,62
2.5- Cota-Parte ITR	3.200,00	3.200,00	19,16	179,32	5,60
2.6- Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	70.863,28	284.996,16	75,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.641.400,00	11.641.400,00	1.870.639,00	8.159.243,63	70,09
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	190.200,00	190.200,00	26.798,09	139.842,14	73,52
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.000,00	120.000,00	10.846,09	95.442,76	79,54
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	28.000,00	28.000,00	7.256,00	21.768,00	77,74
5.4- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	8.012,48	20.031,20	50,08
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.200,00	2.200,00	673,52	2.600,18	118,19
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	45.002,00	45.002,00	212.930,36	515.717,70	1.145,99
6.1- Transferências de Convênios	45.002,00	45.002,00	212.930,36	515.717,70	1.145,99
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	233.100,00	233.100,00	6.376,27	124.632,89	53,47
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	468.302,00	468.302,00	246.094,72	780.192,73	166,60
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.233.640,00	2.233.640,00	354.633,90	1.554.003,84	69,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	163.510,49	771.456,92	70,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	173.238,18	715.601,00	68,81
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	791,94	2.771,79	39,60
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.916,98	11.139,66	69,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	640,00	640,00	3,83	35,83	5,60
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	70.000,00	70.000,00	14.172,48	52.998,64	75,71
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.180.000,00	1.180.000,00	207.549,75	866.029,92	73,39
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.180.000,00	1.180.000,00	207.549,75	866.029,92	73,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.053.640,00	-1.053.640,00	-147.084,15	-687.973,92	65,29
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.183.000,00	1.194.976,97	235.242,89	865.263,95	72,41
13.1- Com Educação Infantil	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.068.000,00	1.079.976,97	235.242,89	865.263,95	80,12
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.183.000,00	1.194.976,97	235.242,89	865.263,95	72,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					865.263,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					99,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,09
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.910.350,00	2.910.350,00	467.659,75	2.039.810,91	70,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	400.000,00	400.000,00	53.733,88	207.758,47	51,94
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.284.710,00	2.296.686,97	399.274,37	1.599.041,17	69,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.068.000,00	1.079.976,97	235.242,89	865.263,95	80,12
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.216.710,00	1.216.710,00	164.031,48	733.777,22	60,31
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.684.710,00	2.696.686,97	453.008,25	1.803.799,64	67,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-667.973,92
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					11.976,97
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-675.996,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.482.796,59
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,43
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	122.000,00	122.000,00	23.316,58	67.548,48	55,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	113.302,00	442.563,67	293.512,53	342.813,84	77,46
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	235.302,00	564.563,67	316.829,11	410.362,32	72,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.920.012,00	3.261.250,64	769.837,36	2.217.161,96	67,99

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		866.029,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		866.029,92	0,00

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo	Leandro José Stefani
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças	Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 11.976,97, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.485.675,46	1.784.907,78	0,00	700.767,68
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.485.675,46	1.784.907,78	0,00	700.767,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.485.675,46	-1.784.907,78		-700.767,68

FONTE:

Iomerê, 08/09/2014

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 307/2014 de 12 de Setembro de 2014. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI, Matrícula 2297-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.024-9 e do CPF 044.867.599-40, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 240/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12 de setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 12 de setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 308/2014 de 15 de Setembro de 2014. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ZENIR BERNARDI, Matrícula 2304-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.559.209-0 e do CPF 569.448.029-53, com nomeação para o cargo de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 270/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 15 de setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.309/2014 de 15 de Setembro de 2014. SUSPENDE PELO PRAZO DE 05 DIAS FUNCIONÁRIA EFETIVA POR DESCUMPRIMENTO DE DEVERES FUNCIONAIS

SERGIO LUIZ BERNARDI Secretario Municipal da Agricultura de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a servidora DEISE CRISTINA SINHORATI, portadora da cédula de identidade nº. 3.183.033 e CPF/MF sob o nº. 020.599.669-81, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, no dia 12 de Setembro de 2014, deixou de cumprir os deveres funcionais previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Complementar nº. 001/2002 (Art. 152 do estatuto dos servidores § IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais e § IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa. Art. 153 § IV - opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviço, SUSPENDE por 05(cinco) dias de trabalho, devendo, o valor da remuneração correspondente ao período ser descontado em sua folha de pagamento.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 15 de Setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 15 de Setembro de 2014.
SERGIO LUIZ BERNARDI
Secretario da Agricultura

Processo de Licitação Nº 61, Pregão Presencial Nº 35/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 29/09/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 29/09/2014. Objeto da licitação: o registro de Preços, com entrega parcelada de material de limpeza, destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 15/09/2014
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N. 2.092 de 12 de Setembro de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 10.004,37.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 122, Projeto 2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0089, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 10.004,37.

TOTAL GERAL R\$ 10.004,37

Art. 2º O crédito suplementare constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0089, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.004,37.

TOTAL GERAL R\$ 10.004,37

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 12 de setembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 12 de setembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 4º Bimestre de 2014

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.204.576,11	18,50	16.280.538,20	71,63
RECEITAS CORRENTES	20.527.640,00	20.527.640,00	3.787.246,11	18,45	14.642.797,03	71,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.295.400,00	1.295.400,00	226.673,56	17,50	829.274,60	64,02
IMPOSTOS	1.234.800,00	1.234.800,00	221.222,03	17,92	772.357,37	62,55
TAXAS	60.600,00	60.600,00	5.451,53	9,00	56.917,23	93,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.900,00	92.900,00	16.574,07	17,84	58.959,20	63,47
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	92.900,00	92.900,00	16.574,07	17,84	58.959,20	63,47
RECEITA PATRIMONIAL	11.500,00	11.500,00	41.050,59	356,96	142.678,46	240,68
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	39.033,15	0,00	133.719,34	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	11.500,00	11.500,00	2.017,44	17,54	8.959,12	77,91
RECEITA DE SERVIÇOS	19.500,00	19.500,00	14.435,70	74,03	29.850,27	153,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.009.640,00	19.009.640,00	3.483.313,16	18,32	13.555.134,24	71,31
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.837.940,00	18.837.940,00	3.098.202,77	16,45	13.039.334,07	69,22
Transf. de Pessoas	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	690,90	15,70
Transf. de Conv.	167.300,00	167.300,00	385.110,39	230,19	515.109,27	307,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	98.700,00	98.700,00	5.199,03	5,27	26.900,26	27,25
Multas e Juros de Mora	52.800,00	52.800,00	3.050,07	5,78	11.702,06	22,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.900,00	20.900,00	930,00	4,45	3.683,95	17,63
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	24.600,00	24.600,00	533,96	2,17	9.212,40	37,45
RECEITAS DIVERSAS	400,00	400,00	685,00	171,25	2.301,85	575,46
RECEITAS DE CAPITAL	2.200.000,00	2.200.000,00	417.330,00	18,97	1.637.741,17	74,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	217.330,00	0,00	217.330,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	217.330,00	0,00	217.330,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	200.000,00	0,00	1.420.411,17	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	200.000,00	0,00	1.420.411,17	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.204.576,11	18,50	16.280.538,20	71,63

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.204.576,11	18,50	16.280.538,20	71,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.204.576,11	18,50	16.280.538,20	71,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	517.814,71	—	—	349.134,19	—
Superávit Financeiro	—	517.814,71	—	—	349.134,19	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.727.640,00	3.436.375,74	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	55,55
DESPESAS CORRENTES	19.330.400,00	588.714,96	19.919.114,96	2.993.436,15	13.984.244,26	3.494.359,55	12.418.480,18	62,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.105.067,92	-58.845,61	11.046.222,31	1.864.174,44	6.823.643,31	1.877.325,69	6.796.867,06	61,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	84.500,00	0,00	84.500,00	6.945,00	31.477,27	6.945,00	31.477,27	37,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.140.832,08	647.560,57	8.788.392,65	1.122.316,71	7.129.123,68	1.610.088,86	5.590.135,85	63,61
DESPESAS DE CAPITAL	3.297.240,00	2.861.770,78	6.159.010,78	616.951,88	3.457.588,93	1.023.568,99	2.114.485,55	34,33
INVESTIMENTOS	3.044.240,00	2.861.770,78	5.906.010,78	573.781,50	3.284.907,41	980.398,61	1.941.804,03	32,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.000,00	0,00	253.000,00	43.170,38	172.681,52	43.170,38	172.681,52	68,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	-14.110,00	85.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.727.640,00	3.436.375,74	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	11.631.050,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.727.640,00	3.436.375,74	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	11.631.050,01
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.747.572,47	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.727.640,00	3.436.375,74	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	16.280.538,20	11.631.050,01

FONTE:

IPUMIRIM, 15/09/2014

Valdir Zanella	Juliano Babinski
Prefeito de Ipumirim	Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	100,00	11.631.050,01
Legislativa	870.244,00	870.244,00	93.586,78	368.312,56	95.781,98	365.208,56	2,51	41,97
Ação Legislativa	870.244,00	870.244,00	93.586,78	368.312,56	95.781,98	365.208,56	2,51	41,97
Essencial à Justiça	56.000,00	56.000,00	7.916,13	28.978,27	8.047,54	28.057,88	0,19	50,10
Defesa da Ordem Jurídica	56.000,00	56.000,00	7.916,13	28.978,27	8.047,54	28.057,88	0,19	50,10
Administração	2.063.850,38	2.196.650,38	296.777,82	1.592.754,01	300.548,26	1.362.170,97	9,37	62,01
Planejamento e Orçamento	112.000,00	112.000,00	21.050,15	75.772,70	21.050,15	75.772,70	0,52	67,65
Administração Geral	1.884.850,38	2.017.650,38	264.663,19	1.473.303,05	268.433,63	1.242.720,01	8,55	61,59
Controle Interno	67.000,00	67.000,00	11.064,48	43.678,26	11.064,48	43.678,26	0,30	65,19
Segurança Pública	75.000,00	75.000,00	0,00	68.000,00	6.800,00	40.400,00	0,28	53,87
Policimento	25.000,00	25.000,00	0,00	18.000,00	1.800,00	5.400,00	0,04	21,60
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	5.000,00	35.000,00	0,24	70,00
Assistência Social	251.600,00	274.525,49	26.173,91	122.606,57	22.487,07	90.909,91	0,63	33,12
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	140.000,00	21.939,76	63.537,71	13.336,82	48.145,95	0,33	34,39
Assistência Comunitária	111.600,00	134.525,49	4.234,15	59.068,86	9.150,25	42.763,96	0,29	31,79
Saúde	5.214.664,30	5.458.873,06	714.770,89	4.182.370,90	950.356,75	3.519.946,20	24,22	64,48
Atenção Básica	3.476.164,30	3.627.112,82	591.764,30	2.457.641,00	635.718,56	2.386.394,95	16,42	65,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.560.500,00	1.653.760,24	89.947,13	1.606.910,43	281.102,35	1.016.483,38	6,99	61,46
Suporte Profilático e Terapêutico	41.000,00	41.000,00	12.176,76	37.762,50	12.176,76	37.762,50	0,26	92,10
Vigilância Sanitária	96.100,00	96.100,00	15.015,12	55.233,47	15.088,52	54.926,87	0,38	57,16
Vigilância Epidemiológica	40.900,00	40.900,00	5.867,58	24.823,50	6.270,56	24.378,50	0,17	59,61
Educação	5.304.685,32	6.285.925,02	946.854,31	3.978.369,25	1.209.457,58	3.256.869,56	22,41	51,81
Alimentação e Nutrição	109.700,00	139.700,00	23.399,45	94.379,46	20.639,73	88.759,05	0,61	63,54
Ensino Fundamental	3.659.985,32	4.585.475,02	639.410,46	3.052.903,58	920.611,36	2.390.066,85	16,45	52,12
Ensino Médio	271.900,00	271.900,00	61.154,62	130.163,44	60.647,82	129.656,64	0,89	47,69
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	26.809,48	91.109,47	26.809,48	91.109,47	0,63	91,11
Educação Infantil	1.158.100,00	1.183.850,00	196.080,30	609.718,30	180.749,19	557.182,55	3,83	47,07
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	95,00	0,00	95,00	0,00	1,90

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	100,00	11.631.050,01
Cultura	105.000,00	147.225,90	72.534,39	104.938,81	73.097,11	91.492,08	0,63	55.733,82
Difusão Cultural	105.000,00	147.225,90	72.534,39	104.938,81	73.097,11	91.492,08	0,63	55.733,82
Urbanismo	3.695.900,00	3.958.670,00	491.172,21	1.642.186,93	284.116,41	1.140.871,87	7,85	2.817.798,13
Infra-Estrutura Urbana	2.875.600,00	3.132.450,00	431.359,43	968.653,74	157.289,86	591.893,68	4,07	2.540.556,32
Serviços Urbanos	820.300,00	826.220,00	59.812,78	673.533,19	126.826,55	548.978,19	3,78	277.241,81
Saneamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	53.000,00	53.000,00	0,00	20.440,50	2.850,00	15.248,00	0,10	37.752,00
Preservação e Conservação Ambiental	23.000,00	23.000,00	0,00	16.742,50	1.650,00	11.550,00	0,08	11.450,00
Recursos Hídricos	30.000,00	30.000,00	0,00	3.698,00	1.200,00	3.698,00	0,03	26.302,00
Agricultura	1.273.000,00	1.880.000,00	180.150,91	1.509.075,55	760.929,77	1.285.161,02	8,84	594.838,98
Abastecimento	452.000,00	452.000,00	84.036,68	349.387,40	93.381,63	334.896,96	2,30	117.103,04
Extensão Rural	458.000,00	1.065.000,00	37.000,00	925.640,00	617.700,00	729.640,00	5,02	335.360,00
Promoção da Produção Agropecuária	160.000,00	160.000,00	20.506,13	93.582,47	11.240,04	80.158,38	0,55	79.841,62
Defesa Agropecuária	203.000,00	203.000,00	38.608,10	140.465,68	38.608,10	140.465,68	0,97	62.534,32
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Comércio e Serviços	110.000,00	112.000,00	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00	0,70	10.000,00
Promoção Comercial	110.000,00	112.000,00	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00	0,70	10.000,00
Transporte	1.861.196,00	3.016.511,89	545.176,08	2.619.472,38	525.552,17	2.217.264,84	15,26	799.247,05
Transporte Rodoviário	1.861.196,00	3.016.511,89	545.176,08	2.619.472,38	525.552,17	2.217.264,84	15,26	799.247,05
Desporto e Lazer	368.000,00	368.000,00	62.050,37	236.396,65	61.628,64	206.981,24	1,42	161.018,76
Desporto Comunitário	368.000,00	368.000,00	62.050,37	236.396,65	61.628,64	206.981,24	1,42	161.018,76
Encargos Especiais	1.300.500,00	1.300.500,00	173.224,23	865.930,81	216.275,26	810.383,60	5,58	490.116,40
Serviço da Dívida Interna	337.500,00	337.500,00	50.115,38	204.158,79	50.115,38	204.158,79	1,40	133.341,21
Outros Encargos Especiais	963.000,00	963.000,00	123.108,85	661.772,02	166.159,88	606.224,81	4,17	356.775,19

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	100,00	55,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	85.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.727.640,00	26.164.015,74	3.610.388,03	17.441.833,19	4.517.928,54	14.532.965,73	100,00	55,55

FONTE:

IPUMIRIM, 15/09/2014

Valdir Zanella	Juliano Babinski
Prefeito de Ipumirim	Contador CRCSC 026089/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato do Edital - PR Nº 56/2014

Processo Licitatório nº 69/2014 - Pregão Presencial nº 56/2014 - Objeto: registro de preços para aquisição de toners e cartuchos de tinta para diversos Departamentos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de setembro de 2014, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de setembro de 2014, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 15 de setembro de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Aviso de Licitação Nº 32/2014

Processo Licitatório nº 32/2014. Pregão Eletrônico nº 19/2014. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e descartáveis para uso, consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e PSF's da Farmácia Básica da SMS. Data para recebimento das propostas até às 12:00horas do dia 26/09/2014. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bll.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 29/09/2014 às 08:30horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaioptis.sc.gov.br. Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787.

Itaiópolis, 15/09/2014.
Gervásio Uhlmann,
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 122/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e JOSANE RITA ANTUNES DO NASCIMENTO.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 108/2014 onde altera o Prazo de vigência do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 11/09/2014 para 12/12/2014, como Professor de Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia:
VIGÊNCIA: 11/09/2014 a 12/12/2014

Itapiranga - SC, 11 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 142/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 142/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 142/2014, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global por preço unitário para construção de pavilhão pré moldado coberto com telhas de fibrocimento, para exposição de animais na EFRAIT/Secretaria da Agricultura, conforme convênio nº 2014TR2838, processo nº SDR31861/2014, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga e Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 01 de outubro de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de setembro de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Concorrência Nº 143/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO
Nº 143/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Concorrência para Alienação nº 143/2014, cujo objeto é a alienação do bem imóvel parte do Lote Rural nº 65, da Linha Ipê interior deste município, com área de 2.182,00m², conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.929 de 02/09/2014. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 17 de outubro de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de setembro de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Secretaria de Obras E Serviços Públicos: Resultado Avaliação dos Candidatos do Edital Nº 028/2014 - Motorista de Caminhões

Itapoá, 15 de setembro de 2014.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS DO EDITAL 028/2014 CARGO DE MOTORISTA DE CAMINHÕES:

CANDIDATOS	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PROVA PRÁTICA	TOTAL
Eliandro Vaciele de Oliveira Castilho	30	66	96
Claudio Correa Gomes	0	66	66
Odnilson de Oliveira	0	62	62
David Otavio Buss	5	56	61
Wagner Henrique Da Cunha	5	54	59
Emerson Biscaia de Brito	7	41	48
Edson Moreira Paifer	0	47	47
Alexandre Schnekemberg	0	AUSENTE	0
Mauricio Dallacourt Ribas	0	AUSENTE	0

CARGO DE MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS:

CANDIDATOS	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PROVA PRÁTICA	TOTAL
Adelmo Kuboski	5	56	61
Francisco Nery dos Santos	30	27	57

CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS:

CANDIDATOS	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PROVA PRÁTICA	TOTAL
Antenor José Alves	30	53	83
José Amilton Sant Ana	30	46	76
Vanildo Bayer	9	53	62
Oscar Eduardo Pedroso	0	53	53
Roberto Miranda	0	AUSENTE	0

JEFERSON RUBENS GARCIA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Tomada de Preço Nº 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 02/10/2014 às 11:30h, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 11:00h receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 11/2014 - Processo nº 125/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de 84 gavetas com ossário, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 12 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

Edital Pregão Nº65/2014-Processo Nº118/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014

PROCESSO Nº 118/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 01 de outubro 2014 na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para Aquisição de 01 (um) veículo tipo Utilitário passageiro, para uso da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 15 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

Itaporanga**PREFEITURA****Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 00897**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000897/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORAIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

ADB2418 8566022961 57200 11/08/2014
ADB2418 8566022962 57200 12/08/2014
ADB2418 8566022964 57200 12/08/2014
ADB2418 8566022972 57200 17/08/2014
AGZ2029 8566022878 74550 15/08/2014
AVX7349 8566022471 74550 17/07/2014
BGN2776 8566022562 74550 26/07/2014
BGN2776 8566022978 74630 17/08/2014
BGO3745 8566022930 74550 10/08/2014
BLE4749 8566022549 74550 25/07/2014
DUM2339 8566022400 74550 17/07/2014
IBB3568 8566022367 60503 14/07/2014
IBY0306 8566022616 74550 26/07/2014
KZA0585 8566022289 74550 12/07/2014
LXH8809 8566022499 60503 21/07/2014
LXI2801 8566022603 74550 23/07/2014
LXM1385 8566022890 60503 17/08/2014
LXV3877 8566022548 74550 24/07/2014
LXY6856 8566022529 60503 24/07/2014
LYG8830 8566022554 74550 22/07/2014
LYV2305 8566022482 74550 26/07/2014
LZG5038 8566022862 74630 10/08/2014
LZI9920 8566022923 74550 15/08/2014
MAX3772 8566022903 74550 15/08/2014
MBB3991 8566022899 74550 14/08/2014
MBC5696 8566022966 57200 15/08/2014
MBC5696 8566022967 57200 16/08/2014
MBI6881 8566022614 74630 25/07/2014
MBJ0788 8566022457 57200 14/07/2014
MBM8654 8566022877 60503 13/08/2014
MBP7022 8566022927 74550 16/08/2014
MBP9313 8566022916 74550 14/08/2014
MBX0588 8566022385 74550 13/07/2014
MCC7837 8566022537 60503 23/07/2014

MCK5327 8566022493 60503 20/07/2014
 MCP6783 8566022945 74550 17/08/2014
 MDV4320 8566022891 60503 10/08/2014
 MDW4882 8566022489 60503 20/07/2014
 MEA7669 8566022974 74550 10/08/2014
 MES5256 8566022859 60503 10/08/2014
 MEV4944 8566022883 74550 16/08/2014
 MFD2447 8566022513 74550 20/07/2014
 MFF2274 8566022544 74550 26/07/2014
 MFK9020 8566022574 74550 25/07/2014
 MGC0290 8566022542 74550 23/07/2014
 MGE0151 8566022523 74550 25/07/2014
 MGM3953 8566022559 74630 25/07/2014
 MGM9643 8566022940 74550 14/08/2014
 MGM9643 8566022990 74550 14/08/2014
 MGW9380 8566022510 74550 26/07/2014
 MGX1645 8566022984 74550 12/08/2014
 MHW5881 8566022950 74550 13/08/2014
 MIY7610 8566022896 74550 11/08/2014
 MIY7610 8566022901 74630 15/08/2014
 MJC8883 8566022539 74550 26/07/2014
 MJV6288 8566022498 74550 21/07/2014
 MKA3275 8566022638 60503 02/08/2014
 MKA5014 8566022897 60503 12/08/2014
 MKI0374 8566022532 60503 25/07/2014
 MKW1048 8566022934 74550 11/08/2014
 MKZ4776 8566022888 74550 17/08/2014
 MKZ5702 8566022932 74550 11/08/2014
 MLE6511 8566022980 74630 17/08/2014
 MLF1978 8566022536 74550 21/07/2014
 MLH3188 8566022519 74630 23/07/2014
 MLJ0815 8566022929 74550 10/08/2014
 MLL9449 8566022475 74550 18/07/2014
 MLN6451 8566022540 74550 21/07/2014
 MLV8322 8566022575 74550 25/07/2014
 MMI9770 8566022864 74550 10/08/2014
 MRU9754 8566022494 74550 21/07/2014
 MRU9754 8566022514 74550 20/07/2014
 OKH7565 8566022487 74550 20/07/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
 SERGIO FERNANDES
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 00898

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000898/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AEC2121 8566021289 74550 11/05/2014 85.12
 AEC2121 8566021309 74550 11/05/2014 85.12
 AED2028 8566020978 74550 23/04/2014 85.12
 AIY0468 8566021361 74550 14/05/2014 85.12
 AJM5022 8566021678 60503 06/06/2014 191.53
 ALH8551 8566020972 74630 24/04/2014 127.69
 ALW9808 8566020939 60503 25/04/2014 191.53
 AMG0184 8566020608 60503 01/04/2014 191.53
 AMJ2344 8566020554 74550 05/04/2014 85.12
 AMJ2344 8566020803 74550 14/04/2014 85.12
 ANC6544 8566021582 60503 26/05/2014 191.53
 ANC8383 8566020898 57200 20/04/2014 127.69
 ANU2669 8566021723 74550 07/06/2014 85.12
 ANW9931 8566021883 60503 16/06/2014 191.53
 APD4751 8566020593 60503 05/04/2014 191.53
 APD4751 8566020956 74550 26/04/2014 85.12
 APT1269 8566020449 74550 30/03/2014 85.12
 BAD8374 8566020463 60503 29/03/2014 191.53
 BBI2999 8566019957 74550 18/02/2014 85.12
 BET7550 8566021418 60503 18/05/2014 191.53
 CAO0950 8566021334 60503 11/05/2014 191.53
 CJC9488 8566020887 57200 15/04/2014 127.69
 CTI5679 8566021882 74550 16/06/2014 85.12
 CXB7476 8566019849 74630 15/02/2014 127.69
 CXB7476 8566019862 74630 16/02/2014 127.69
 CXB7476 8566019898 74550 15/02/2014 85.12
 DPM5897 8566021481 74550 23/05/2014 85.12
 DRH0516 8566020578 60503 01/04/2014 191.53
 DRH0516 8566020585 60503 04/04/2014 191.53
 DRH0516 8566020913 74550 17/04/2014 85.12
 DRH0516 8566021316 60503 13/05/2014 191.53
 DST4025 8566021326 74550 16/05/2014 85.12
 DXE5507 8566021126 57200 03/05/2014 127.69
 DXE5507 8566021267 57200 10/05/2014 127.69
 DXE5507 8566021372 57200 11/05/2014 127.69
 EKL4117 8566020721 74550 13/04/2014 85.12
 EVX7207 8566019932 74550 18/02/2014 85.12
 FAI5348 8566020703 74550 12/04/2014 85.12
 IBZ2111 8566020755 74550 08/04/2014 85.12
 IIZ4798 8566019900 74550 10/02/2014 85.12
 IJY9380 8566021067 74550 29/04/2014 85.12
 IKQ3110 8566021817 60503 08/06/2014 191.53
 IMY6875 8566021331 60503 15/05/2014 191.53
 JMK5673 8566021185 74550 08/05/2014 85.12
 KHI7866 8566020265 74630 10/03/2014 127.69

KMZ2920 8566021362 74550 16/05/2014 85.12
 KXZ8719 8566021302 74550 11/05/2014 85.12
 LWR9910 8566021436 60503 24/05/2014 191.53
 LXL5983 8566020921 74550 20/04/2014 85.12
 LXM1385 8566021089 60503 01/05/2014 191.53
 LXM1385 8566021415 60503 24/05/2014 191.53
 LXO7734 8566020850 60503 18/04/2014 191.53
 LXR0999 8566020586 74550 05/04/2014 85.12
 LYC8185 8566020707 60503 13/04/2014 191.53
 LYL0604 8566021134 74550 27/04/2014 85.12
 LYS6850 8566021186 60503 08/05/2014 191.53
 LYW2296 8566020711 74550 07/04/2014 85.12
 LZ4160 8566021617 57200 28/05/2014 127.69
 LZ4160 8566021855 57200 12/06/2014 127.69
 LZI2720 8566021431 74550 22/05/2014 85.12
 LZI2720 8566021438 74550 24/05/2014 85.12
 LZN5273 8566020907 74550 16/04/2014 85.12
 LZQ3423 8566021005 74550 22/04/2014 85.12
 LZT1249 8566021007 74630 21/04/2014 127.69
 LZV9162 8566021467 74550 19/05/2014 85.12
 LZY1432 8566021103 74550 27/04/2014 85.12
 MAI9496 8566020915 74550 17/04/2014 85.12
 MAL8400 8566019848 74630 15/02/2014 127.69
 MAV9976 8566021535 60503 26/05/2014 191.53
 MBI6304 8566020381 74550 23/03/2014 85.12
 MBM9211 8566021233 74550 10/05/2014 85.12
 MBR2505 8566021712 74550 05/06/2014 85.12
 MCH1350 8566021357 74550 11/05/2014 85.12
 MCT4928 8566021594 74550 27/05/2014 85.12
 MCT4928 8566021744 57200 05/06/2014 127.69
 MCT4928 8566021771 74550 04/06/2014 85.12
 MCT4928 8566021923 74630 20/06/2014 127.69
 MCX6494 8566022003 57200 20/06/2014 127.69
 MCY5277 8566020611 60503 02/04/2014 191.53
 MCY7777 8566021416 74550 24/05/2014 85.12
 MCY7777 8566021639 74550 01/06/2014 85.12
 MCY7777 8566021888 74550 19/06/2014 85.12
 MCY9077 8566019856 74550 12/02/2014 85.12
 MDB1210 8566019871 74550 10/02/2014 85.12
 MDB1210 8566019873 74550 11/02/2014 85.12
 MDB1210 8566019971 74550 22/02/2014 85.12
 MDB1210 8566021104 74550 28/04/2014 85.12
 MDB1210 8566021105 74550 01/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021107 74550 02/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021137 74550 28/04/2014 85.12
 MDB1210 8566021839 74550 11/06/2014 85.12
 MDB1210 8566021847 74550 08/06/2014 85.12
 MDD2490 8566022013 74550 14/06/2014 85.12
 MDN4824 8566020559 60503 05/04/2014 191.53
 MDO7011 8566019826 60503 12/02/2014 191.53
 MDP4587 8566020754 74550 08/04/2014 85.12
 MDT3964 8566021426 74550 20/05/2014 85.12
 MDT9939 8566019936 74550 19/02/2014 85.12
 MDY7534 8566020690 60503 08/04/2014 191.53
 MDY7534 8566021042 60503 29/04/2014 191.53
 MDY7534 8566021159 60503 05/05/2014 191.53
 MEF6023 8566020576 74550 01/04/2014 85.12
 MEF6023 8566021026 74550 03/05/2014 85.12
 MEG9920 8566021966 74550 16/06/2014 85.12
 MEI2677 8566021601 74550 27/05/2014 85.12
 MEP4420 8566021621 57200 30/05/2014 127.69
 MET9657 8566021258 57200 07/05/2014 127.69
 MEU9713 8566019970 74550 22/02/2014 85.12
 MEW7751 8566021587 60503 30/05/2014 191.53
 MEZ9351 8566021349 74630 11/05/2014 127.69
 MEZ9351 8566021350 74550 11/05/2014 85.12
 MFA1093 8566021655 74550 03/06/2014 85.12
 MFC0615 8566020574 60503 31/03/2014 191.53
 MFE8340 8566020702 60503 12/04/2014 191.53

MFI9291 8566020390 74550 22/03/2014 85.12
 MFK0776 8566021218 74630 04/05/2014 127.69
 MFP4369 8566021593 74550 31/05/2014 85.12
 MFV6799 8566021545 74550 28/05/2014 85.12
 MFV6799 8566021562 74550 26/05/2014 85.12
 MFV6799 8566021565 74550 27/05/2014 85.12
 MFX5105 8566020763 74550 09/04/2014 85.12
 MGA3358 8566021340 60503 15/05/2014 191.53
 MGC8148 8566019852 74550 10/02/2014 85.12
 MGK7248 8566020897 57200 20/04/2014 127.69
 MGL8962 8566021679 74550 01/06/2014 85.12
 MGO7444 8566019814 60503 15/02/2014 191.53
 MGQ9788 8566021006 74550 26/04/2014 85.12
 MGQ9788 8566021391 74550 17/05/2014 85.12
 MGT7448 8566021405 74550 21/05/2014 85.12
 MGU0059 8566021518 74550 22/05/2014 85.12
 MGU4399 8566019962 74550 20/02/2014 85.12
 MHD6046 8566019958 74550 18/02/2014 85.12
 MHF3190 8566021497 57200 18/05/2014 127.69
 MHH4838 8566021846 74550 11/06/2014 85.12
 MHH9098 8566021660 74550 04/06/2014 85.12
 MID3106 8566021206 60503 07/05/2014 191.53
 MIE5352 8566021281 74630 09/05/2014 127.69
 MIG9619 8566019861 74550 13/02/2014 85.12
 MIH5833 8566021215 74550 08/05/2014 85.12
 MIJ2850 8566020594 74550 05/04/2014 85.12
 MIL0057 8566021530 74630 25/05/2014 127.69
 MIQ2183 8566019802 74550 10/02/2014 85.12
 MIY7610 8566020454 74550 25/03/2014 85.12
 MIY7610 8566020460 74550 29/03/2014 85.12
 MIY7610 8566020831 74550 16/04/2014 85.12
 MIZ2411 8566020828 74550 15/04/2014 85.12
 MJA3687 8566020432 74550 24/03/2014 85.12
 MJD3133 8566021911 74550 16/06/2014 85.12
 MJD3277 8566021450 60503 20/05/2014 191.53
 MJG1618 8566021408 74550 22/05/2014 85.12
 MJG5327 8566021323 60503 15/05/2014 191.53
 MJH0175 8566020983 74550 25/04/2014 85.12
 MJN1752 8566021171 74630 10/05/2014 127.69
 MJP8283 8566020661 57200 05/04/2014 127.69
 MJR4973 8566019968 74630 22/02/2014 127.69
 MJS4700 8566021604 74710 28/05/2014 574.61
 MJS4700 8566021611 74710 29/05/2014 574.61
 MJS4700 8566021631 74710 28/05/2014 574.61
 MJV7358 8566021052 60503 01/05/2014 191.53
 MJY6703 8566020833 74550 16/04/2014 85.12
 MJZ1038 8566021821 60503 10/06/2014 191.53
 MKD7387 8566021363 74550 17/05/2014 85.12
 MKK9687 8566021413 74630 24/05/2014 127.69
 MKN1440 8566020813 74550 18/04/2014 85.12
 MKO8139 8566021367 74550 12/05/2014 85.12
 MKW1048 8566020481 74630 26/03/2014 127.69
 MLD8607 8566020770 74630 13/04/2014 127.69
 MLD8607 8566020794 74550 13/04/2014 85.12
 MLD8607 8566020914 74550 17/04/2014 85.12
 MLD8607 8566021004 57200 26/04/2014 127.69
 MLD8607 8566021021 74550 26/04/2014 85.12
 MLD8607 8566021025 74550 26/04/2014 85.12
 MLD8607 8566021122 57200 01/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021124 57200 02/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021125 57200 03/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021136 74550 27/04/2014 85.12
 MLD8607 8566021254 57200 05/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021255 57200 07/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021256 57200 07/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021259 57200 08/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021262 57200 08/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021263 57200 09/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021265 57200 09/05/2014 127.69

MLD8607 8566021378 57200 12/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021379 57200 13/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021388 57200 17/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021390 57200 17/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021476 74550 21/05/2014 85.12
 MLD8607 8566021500 57200 18/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021503 57200 18/05/2014 127.69
 MLD8607 8566021505 57200 19/05/2014 127.69
 MLE0392 8566019952 74550 22/02/2014 85.12
 MLG2395 8566020818 74550 18/04/2014 85.12
 MLH3490 8566021824 60503 13/06/2014 191.53
 MLJ3491 8566020665 57200 06/04/2014 127.69
 MLT6034 8566021421 74550 19/05/2014 85.12
 MLT6034 8566021602 74550 27/05/2014 85.12
 MLV0279 8566021008 74550 21/04/2014 85.12
 MMA4575 8566020652 74550 06/04/2014 85.12
 MMD9870 8566021812 74550 13/06/2014 85.12
 MMD9870 8566021916 74550 18/06/2014 85.12
 MMI6332 8566021755 74550 01/06/2014 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
 SERGIO FERNANDES
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 00899

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000899/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

BND5635 8566022703 74550 30/07/2014
 BPM4185 8566022691 74550 27/07/2014
 DAK7884 8566022497 74550 21/07/2014
 EEG9723 8566023068 74550 23/08/2014
 EFA4609 8566022700 74550 02/08/2014
 HNA4178 8566023008 60503 24/08/2014
 HNA4178 8566023033 60503 24/08/2014
 ILG5710 8566023012 74550 18/08/2014
 INU2013 8566022914 60503 13/08/2014
 LXD2142 8566023054 60503 24/08/2014
 LZI3662 8566022709 74550 31/07/2014
 MBC5696 8566023092 57200 18/08/2014
 MBC5696 8566023093 57200 19/08/2014
 MBC5696 8566023099 57200 21/08/2014
 MBC5696 8566023100 57200 22/08/2014
 MBX5005 8566022402 74550 17/07/2014
 MCW3962 8566022663 74550 01/08/2014
 MDM0145 8566022683 74550 02/08/2014
 MEI1122 8566023106 57200 23/08/2014
 MEK0391 8566022679 74550 30/07/2014
 MEK0391 8566022687 74550 02/08/2014
 MEK0391 8566022710 74550 01/08/2014
 MEL7101 8566023058 74550 22/08/2014
 MFR5115 8566023045 60503 20/08/2014
 MFU3734 8566022695 74550 30/07/2014
 MFV2670 8566022680 74550 30/07/2014
 MFW0619 8566022728 74550 30/07/2014
 MFW3198 8566023090 74550 23/08/2014
 MFY5322 8566022701 74550 02/08/2014
 MHC0140 8566022698 74550 31/07/2014
 MHH6410 8566022541 74550 23/07/2014
 MHS8558 8566023029 74550 22/08/2014
 MIL7744 8566023080 74550 23/08/2014
 MIY7610 8566023016 74550 19/08/2014
 MJE2554 8566022697 74550 30/07/2014
 MJN1752 8566023032 74550 23/08/2014
 MJU4897 8566022690 74550 27/07/2014
 MKJ0484 8566023010 60503 24/08/2014
 MLA5489 8566023086 74550 23/08/2014
 MLX0984 8566022741 74630 02/08/2014
 MLX1510 8566023014 74630 19/08/2014
 MMD9936 8566023004 74630 22/08/2014
 QHB1004 8566022740 74550 02/08/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
 SERGIO FERNANDES
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 00900

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000900/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

ADB2418 8566021374 57200 12/05/2014 127.69
ADB2418 8566021375 57200 12/05/2014 127.69
ADB2418 8566021380 57200 13/05/2014 127.69
ADB2418 8566022339 57200 12/07/2014 127.69
AGZ2029 8566021642 74550 02/06/2014 85.12
AJH7822 8566019833 74550 17/02/2014 85.12
ALG5054 8566020260 60503 16/03/2014 191.53
ANU0781 8566019912 74550 18/02/2014 85.12
AUU4995 8566020942 74550 26/04/2014 85.12
BWP6676 8566022038 74550 20/06/2014 85.12
CEU6812 8566021781 60503 08/06/2014 191.53
CEU6812 8566021796 60503 08/06/2014 191.53
CTI7349 8566019870 74550 10/02/2014 85.12
HFG9317 8566021876 60503 15/06/2014 191.53
HRP8958 8566021850 57200 08/06/2014 127.69
ITP6596 8566021752 74550 05/06/2014 85.12
KFH8475 8566021931 60503 15/06/2014 191.53
LWX1536 8566021851 57200 08/06/2014 127.69
LXQ7614 8566021832 74710 13/06/2014 574.61
LXS0715 8566019909 74550 22/02/2014 85.12
LXY7240 8566020006 74550 24/02/2014 85.12
LYR4404 8566022011 74550 17/06/2014 85.12
LZI2720 8566021552 74550 31/05/2014 85.12
LZS2994 8566019551 74550 24/01/2014 85.12
LZV9162 8566022006 57200 21/06/2014 127.69
MAA9445 8566019886 57200 15/02/2014 127.69
MAJ1019 8566019797 74550 17/02/2014 85.12
MAK9974 8566022027 74550 17/06/2014 85.12
MAO6638 8566019966 74550 22/02/2014 85.12
MAX6690 8566021894 74550 19/06/2014 85.12
MBB3991 8566021656 74550 03/06/2014 85.12
MBI3673 8566019989 74550 19/02/2014 85.12
MBW5706 8566020306 57200 12/03/2014 127.69
MBZ7256 8566021826 74550 08/06/2014 85.12
MCH7450 8566020087 57200 27/02/2014 127.69
MCH7450 8566020295 57200 08/03/2014 127.69
MCJ1317 8566019907 74550 16/02/2014 85.12
MCQ0339 8566020236 74550 12/03/2014 85.12
MCX6494 8566022017 74550 14/06/2014 85.12
MDH4454 8566019830 74550 15/02/2014 85.12
MDI8022 8566022359 74550 12/07/2014 85.12
MDT3569 8566020488 74630 25/03/2014 127.69
MDV6713 8566022329 74550 11/07/2014 85.12
MED2457 8566021942 60503 14/06/2014 191.53
MED6544 8566021637 74550 31/05/2014 85.12

MEW5674 8566019702 60503 07/02/2014 191.53
MFA7899 8566022023 74550 16/06/2014 85.12
MFO3937 8566022037 74550 20/06/2014 85.12
MFQ7745 8566020061 60503 02/03/2014 191.53
MFW2272 8566019896 74550 14/02/2014 85.12
MGB6646 8566022344 74550 08/07/2014 85.12
MHX5122 8566019929 74550 23/02/2014 85.12
MIQ1260 8566019819 60503 17/02/2014 191.53
MIV5020 8566021570 74550 29/05/2014 85.12
MIY7610 8566021571 74550 29/05/2014 85.12
MIY7610 8566021665 74550 05/06/2014 85.12
MJA3687 8566021643 74550 02/06/2014 85.12
MJJ6741 8566021863 74550 10/06/2014 85.12
MJL3063 8566019857 74550 12/02/2014 85.12
MKM1253 8566022019 74630 16/06/2014 127.69
MKM8784 8566021082 74550 03/05/2014 85.12
MKO2652 8566019218 74550 01/01/2014 85.12
MKO6686 8566021765 74550 03/06/2014 85.12
MKP8622 8566019876 74550 17/02/2014 85.12
MKS9504 8566021959 74550 19/06/2014 85.12
MLC1421 8566020212 60503 15/03/2014 191.53
MLF2142 8566022024 74550 17/06/2014 85.12
MLU9044 8566021561 74550 26/05/2014 85.12
MLW3301 8566021840 74550 11/06/2014 85.12
MMA8760 8566022016 74550 14/06/2014 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II
7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001380

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001380/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AFS4743 55166882E 51420 16/08/2014
AFS4743 55166883E 65992 16/08/2014
AFS4743 55166884E 50450 16/08/2014
BLS0322 55166901E 66102 16/08/2014
BLS0322 55166902E 66371 16/08/2014
LZH1472 55166859E 65992 23/08/2014
MCJ6042 55166741E 64080 24/07/2014
MGL3642 55166842E 50100 25/07/2014
MGL3642 55166843E 51180 25/07/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5142 0 164 c/c 162 * V
6408 0 221
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6637 1 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001381

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001381/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

DSC2356 55166888E 65300 23/08/2014
MBK6268 55166449E 54790 30/07/2014
MGP3698 55166885E 57380 21/08/2014
MLV8322 55166812E 59593 20/07/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5479 0 181 * X
5738 0 186 * II
5959 3 203 * IV
6530 0 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001382

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001382/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

ALB8793 55165917E 50100 06/04/2014 574.61
ALB8793 55165918E 51180 06/04/2014 574.61
BKF5367 55166680E 69200 09/06/2014 127.69
BSA9158 55166018E 65992 05/03/2014 191.53
BSA9158 55166019E 50450 05/03/2014 191.53
CQC3602 55166578E 69200 27/05/2014 127.69
CQR9691 55165837E 50100 21/02/2014 574.61
CQR9691 55165838E 66372 21/02/2014 127.69
CQR9691 55165839E 51180 21/02/2014 574.61
CSJ9961 55166377E 50100 21/06/2014 574.61
CSJ9961 55166378E 51180 21/06/2014 574.61
JZU9319 55166712E 69200 24/06/2014 127.69
KVC6973 55166685E 69200 10/06/2014 127.69
LXE9167 55166301E 65992 10/04/2014 191.53
LXE9167 55166302E 50100 10/04/2014 574.61
LXE9167 55166303E 51180 10/04/2014 574.61
LXG3458 55165877E 50100 18/02/2014 574.61
LXG3458 55165878E 51180 18/02/2014 574.61
LYF8679 55166588E 69200 02/06/2014 127.69
LYH1889 55166361E 65992 15/06/2014 191.53
LYH1889 55166362E 66102 15/06/2014 127.69
LYK0229 55166147E 69200 20/03/2014 127.69
LYP4826 55165945E 51691 08/03/2014 1915.38
LYR0673 55166444E 65992 13/06/2014 191.53
LYZ2053 55166307E 51180 10/04/2014 574.61
LZF6848 55166692E 69200 13/06/2014 127.69
LZW5831 54438475E 65992 09/02/2014 191.53
LZW5831 55165783E 51180 09/02/2014 574.61
MAQ7702 55166699E 69200 17/06/2014 127.69
MAR6219 55165898E 65992 27/02/2014 191.53
MAR6219 55165899E 50371 27/02/2014 574.61
MAR6219 55165900E 50450 27/02/2014 191.53
MAX8945 55165797E 65992 15/02/2014 191.53
MBE2462 55166705E 69200 05/06/2014 127.69
MBL2804 55166054E 69200 05/03/2014 127.69
MBQ7252 55165758E 50100 16/02/2014 574.61
MBQ7252 55165759E 51180 16/02/2014 574.61
MBU7808 55166482E 65992 14/06/2014 191.53
MBZ1022 55165788E 65561 10/02/2014 191.53
MCJ4321 55165854E 65561 15/02/2014 191.53
MCK2882 55166561E 69200 13/05/2014 127.69
MCM7194 55166021E 65992 05/03/2014 191.53
MCM7194 55166022E 50450 05/03/2014 191.53
MCM7194 55166023E 69120 05/03/2014 53.20
MCT4928 55166486E 50100 29/06/2014 574.61
MCT4928 55166487E 65564 29/06/2014 191.53
MCV8987 55166683E 69200 10/06/2014 127.69
MCW6649 55166252E 69200 15/04/2014 127.69
MCY5277 54438439E 51691 11/05/2014 1915.38
MCY5277 54438440E 50450 11/05/2014 191.53
MDC9362 55166201E 50100 26/03/2014 574.61
MDC9362 55166202E 51180 26/03/2014 574.61
MDC9362 55166203E 65561 26/03/2014 191.53
MDE1211 55166078E 50100 08/03/2014 574.61
MDE1211 55166079E 51180 08/03/2014 574.61
MDN3842 55166579E 69200 27/05/2014 127.69
MDW1715 55165763E 69120 18/02/2014 53.20

MDY2598 55165842E 65992 27/02/2014 191.53
MDY2598 55165843E 69120 27/02/2014 53.20
MDZ9979 55165956E 69120 12/03/2014 53.20
MEH1391 54438248E 50100 26/02/2014 574.61
MEH1391 55166128E 69200 07/03/2014 127.69
MEH5627 55165851E 65992 12/02/2014 191.53
MEH5627 55165852E 69120 12/02/2014 53.20
MEM6434 55165858E 73400 15/02/2014 85.12
MER4115 55166698E 69200 17/06/2014 127.69
MEX1829 55166704E 69200 18/06/2014 127.69
MEX5879 55165927E 65564 21/02/2014 191.53
MEX5879 55165929E 50450 21/02/2014 191.53
MFI9291 55166167E 51180 01/04/2014 574.61
MFI9291 55166168E 65992 01/04/2014 191.53
MFY4830 55166083E 65992 08/03/2014 191.53
MFY4830 55166084E 69120 08/03/2014 53.20
MGM9643 55166587E 69200 29/05/2014 127.69
MGT7940 54438137E 65992 16/05/2014 191.53
MGT7940 54438138E 53200 16/05/2014 957.69
MHE6202 55166060E 69200 05/03/2014 127.69
MHY2341 55166512E 65992 13/04/2014 191.53
MHZ1182 55166414E 65992 07/05/2014 191.53
MIL7744 55166571E 69200 19/05/2014 127.69
MIT3215 55166621E 69200 23/05/2014 127.69
MJI7266 55166723E 69200 26/06/2014 127.69
MJR3290 55166696E 69200 16/06/2014 127.69
MKB5309 55166038E 50100 19/04/2014 574.61
MKB5309 55166039E 51180 19/04/2014 574.61
MKQ2594 55165784E 73400 09/02/2014 85.12
MKV4021 55166215E 65992 01/04/2014 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5037 1 162 * III
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
5320 0 176 * V
6556 1 230 * I
6556 4 230 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6637 2 230 * IX
6912 0 232
6920 0 233
7340 0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001383

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001383/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

APD7032 54438433E 51851 02/04/2014 127.69
CXB7476 55165951E 57380 23/02/2014 191.53
LZD3502 55166419E 51851 10/05/2014 127.69
MBU7808 55166483E 60501 14/06/2014 191.53
MCO8742 55165925E 51851 24/04/2014 127.69
MCO8742 55166116E 73661 15/04/2014 85.12
MDW1715 55165764E 58350 18/02/2014 127.69
MEM6434 55165856E 70561 15/02/2014 191.53
MES1539 55166443E 60501 12/06/2014 191.53
MFI9291 55166170E 59080 01/04/2014 127.69
MIP3666 55166036E 55416 14/03/2014 53.20
MJW3943 55165952E 56222 06/03/2014 53.20

Infr. Desd. Enquadramento:

5185 1 167
5541 6 181 * XVII
5622 2 182 * VI
5738 0 186 * II
5835 0 195
5908 0 202 * I
6050 1 208
7056 1 244 * III
7366 1 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001384

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001384/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

MAD3095 55166906E 50100 31/08/2014
MAD3095 55166907E 65992 31/08/2014
MEI1122 55166894E 65992 29/08/2014
MEI1122 55166895E 50100 29/08/2014
MEI1122 55166896E 51180 29/08/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5118 0 164 c/c 162 * I
6599 2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001385

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001385/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

LYY6935 55166825E 55250 10/08/2014
MEI1122 55166897E 70561 29/08/2014
MEI1122 55166898E 70302 29/08/2014
MEI1122 55166899E 70640 29/08/2014
MEI1122 55166900E 52152 29/08/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5215 2 170
5525 0 181 * XV
7030 2 244 * I
7056 1 244 * III
7064 0 244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001386

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8092 001386/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

BUU5542 55166063E 69200 05/03/2014 127.69
LYG6360 55166051E 69200 05/03/2014 127.69
LYH1889 55166360E 50100 15/06/2014 574.61
LYL5093 55165765E 65992 21/02/2014 191.53
LYL5093 55165766E 50100 21/02/2014 574.61
LYL5093 55165767E 51180 21/02/2014 574.61
LYL5093 55165769E 65561 21/02/2014 191.53
MAR3732 55166057E 69200 05/03/2014 127.69
MBG3988 55166001E 65992 27/02/2014 191.53
MBU3633 55165850E 64080 27/02/2014 85.12
MEG6292 55165861E 50100 15/02/2014 574.61
MEG6292 55165862E 51180 15/02/2014 574.61
MEG6292 55165863E 51691 15/02/2014 1915.38
MFI9291 55166169E 65561 01/04/2014 191.53
MFM9236 54438416E 69200 05/03/2014 127.69
MGD3464 55166073E 69200 10/03/2014 127.69
MGG0934 55166008E 50100 01/03/2014 574.61
MGR5595 55166130E 69200 07/03/2014 127.69
MGT7085 55166064E 69200 05/03/2014 127.69
MHA7490 55166137E 69200 11/03/2014 127.69
MHO0076 55166133E 69200 12/03/2014 127.69
MLK3414 54438421E 69200 05/03/2014 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
6408 0 221
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001387

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8092 001387/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.

285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

CAS0375 55165901E 51851 26/02/2014 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:
5185 1 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº. 099 de 05 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 099 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a saber:

ORGÃO:	10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE:	2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação:	(08) - 3.3.90.00.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 20.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO:	10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE:	2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação:	(12) - 4.4.90.00.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 05 de setembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Lei Nº. 739 de 10 de Setembro de 2014

LEI Nº. 739 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO SAMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do

Orçamento do SAMAE, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), como segue:

ÓRGÃO 13: SAMAE
UNIDADE 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO
Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do SAMAE
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0040(09) - Aplicações Diretas...R\$ 48.000,00
TOTAL: R\$ 48.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

ÓRGÃO 13: SAMAE
UNIDADE 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO
Projeto 1.014: Aparelhamento, Aquis. Veíc. e Ampliação de Rede Física
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(01) - Aplicações Diretas...R\$ 33.000,00
Projeto 1.044: Ampliação Sistema Abastecimento de Água - Sede e Comunidades
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(02) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Projeto 1.045: Implantação e Ampliação Sistema de Esgotamento
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(04) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
TOTAL: R\$ 48.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 10 de setembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.636 de 12 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.636 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA DECRETO Nº 4007/2012 QUE CRIA COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO, CADASTRAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei, e

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o servidor ADONES MARCIANO pela servidora ANGELA DOLORES BEAL DARIVA para compor a Comissão para levantamento, cadastramento e avaliação dos bens do patrimônio municipal da administração direta e funcional, nomeada pelo Decreto nº 4.007/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Errata 186/2014 TA 01

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 186/2014/PMJ - TA 1, publicado no DOM em 08/09/2014.

1) Onde se lê:

1	A vigência do contrato fica prorrogada para 26 de agosto de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II da Lei 8.666/93
2	Joaçaba (SC), 16 de julho de 2014

Leia-se:

1	A vigência do contrato fica prorrogada para 26 de setembro, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93
2	Joaçaba (SC), 05 de setembro de 2014

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 16/09/2014.

Termo de Desistência

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) LORENI SALETE PREIERA MECABO, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 53º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Termo de Não Atendimento A Convocação

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) SOLANGELA SILVA VALENTINI RECH, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 58º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Termo de Reclassificação

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) INES TEDESCO, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, referente ao edital n.º 001/2011, classificado em 62º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Termo de Não Atendimento A Convocação

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) VERA LUPE ALEXANDRI ROSSI, Cargo de Técnico de Enfermagem SAMU, classificado em 5º lugar, referente ao Teste Seletivo n.º 005/2014/SMS, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido

o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Recisão 209/2011 TA 06 FMS

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 209/2011/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, pelo seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao contrato nº 209/2011/FMS, firmado com a empresa VALDIR VIEIRA SARMENTO ME, com sede administrativa na Rua dos Laranjais, 228, sala 02, Loteamento João Pires, na cidade de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 09.446.963/0001-98, representada neste ato pelo Sr. VALDOMIRO VIEIRA SARMENTO SOBRINHO, portador da C.I. nº 1.889.737 e CPF nº 622.433.149-91, residente e domiciliado na Rua dos Laranjais, 228, Loteamento João Pires, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, com fundamento no subitem 8.1.2 da cláusula oitava do mesmo, o contrato nº 209/2011/FMS, celebrado com a CONTRATADA na data de 20 de abril de 2011, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2011/FMS - CONVITE Nº 1/2011/FMS, homologado no dia 20 de abril de 2011, cujo objeto era a prestação de serviços elétricos de manutenção, de fiação de telefonia e cabeamento da rede dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde e demais unidades mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro 2011

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de 12 de setembro de 2014.

CLAUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 12 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestor

Extrato PL 67/2014/PMJ - PP 48/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014/PMJ

Objeto: Contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público para a admissão de servidor de provimento efetivo para preenchimento de vaga de CONTADOR para a Administração Pública Municipal Forma de Julgamento: Menor preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 29/09/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 29/09/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 15 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria Municipal De Gestão Administrativa

CELSO FELIPE BORDIN

Secretário

Alteração Ata de Registro de Preços 12/2013/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

ALTERAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013/FMS

O Município de Joaçaba (SC), por intermédio do Fundo Municipal de Saúde - FMS, representado neste ato por seu Secretário de Saúde, Sr. Marcos Weiss, torna pública alteração na ata de registro de preços 12/2013/FMS, cujo objeto é aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2014, e que é detentora a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, para que, nos termos do processo administrativo 135.043/2014, passe a vigorar da seguinte forma:

I) Fica a detentora livre das obrigações referentes ao item 46 Benzilpenicilina benzatina pó sol. injetável 1.200.000UI - GENÉRICO Lei 9787/1999, da supracitada ata;

II) As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Joaçaba, 1º de setembro de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário de Saúde

ELCIO LUIS BORDIGNON

Promefarma Representações Comerciais Ltda.

Sócio-Diretor

SIMAE**Tomada de Preços JHL 0011/2014 SIMAE**

Licitação nº 0055/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0011/2014

PROTOCOLO 2567/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0011/2014 - Licitação 0055/2014, tipo Técnica e Preço, na forma de execução direta, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para Realização de Revisão do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 16/10/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 16/10/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 16 de Setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Portaria JHL 175/2014

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 175/14 DE 15/09/2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Atender, com base no art. 140 § único, da Lei Complementar n. 76/2003, a solicitação da Comissão composta de acordo com a Portaria JHL 148/2014, prorrogando por 30 (trinta) dias o prazo, para apurar a veracidade dos fatos, conforme Processo protocolado sob. 1926/2014.

Joaçaba-SC, 15 de setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolucao 024/14 - Progressao por Merito - Cris**

RESOLUÇÃO Nº 024/2014 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidora Sra. CRISTIANE MARIA DENARDI, Analista de Compras e Licitações (Especialização) - Classe A-02, para a Analista de Compras e Licitações (Especialização) - Classe B-02, conforme Processo Administrativo 065/2014 protocolizado de 05 de fevereiro de 2014 e deferido em 07 de março de 2014, Lei Complementar nº 209/2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 1º de setembro

de 2014.

Joaçaba, 15 de setembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Resolucao 025/14 - Progressao por Merito - Jean
RESOLUÇÃO Nº 025/2014 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor Sr. JEAN CARLOS DA SILVA, Secretário/Recepcionista (Graduação) - Classe A-02, para a Secretário/Recepcionista (Graduação) - Classe B-02, de acordo com a Lei Complementar nº 209/2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 1º de setembro de 2014.

Joaçaba, 15 de setembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Lages

PREFEITURA

Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 311/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 311/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, com sede à Rua João Pessoa nº 134, na cidade de Criciúma - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

A Cessão de Licença e de Direito de Uso de Software Sistema Fly Pontual modalidade Software, com prestação de serviços de assistência e suporte técnico e de treinamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Lages, 15 de setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 125/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0125/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob nº 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 - sala 2 - Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Gralha Azul, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

De acordo com justificativa apresentada pelo Engenheiro Responsável e Pareceres Jurídico e Orçamentário/Financeiro favoráveis, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 22.806,27 (vinte e dois mil, oitocentos e seis reais e vinte e sete centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 15 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****Portaria Nº 316/2014**

PORTARIA Nº 316/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, NELSON GODINHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 /06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO**PORTARIA Nº 317/2014**

PORTARIANº 317/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, MARIA DE FÁTIMA VELHO, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão da servidora é em razão de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento**PORTARIA Nº 318/2014**

PORTARIANº 318/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, MARIA LUIZA DA LUZ BENEDET, Auxiliar de Enfermagem, do Quadro Funcional junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - O motivo da demissão da servidora é em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/06/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento**PORTARIA Nº 319/2014**

PORTARIA Nº 319/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008 e Art. 37 da Constituição Federal, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARISA SOUZA GONÇALVES VITÓRIO, para a função de Servente, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 11 de Junho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/06/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 320/2014
PORTARIA Nº 320/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LUDIMAR FLORIANO, para a função de Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 à 24 de Novembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à funcionária efetiva Karine Tavares Bianchini, na Escola Municipal Lúcia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 321/2014
PORTARIANº 321/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, ALANA PEREIRA, Professora contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 322/2014
PORTARIANº 322/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MORGANA HEIZEN, Auxiliar de Educação Infantil contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 323/2014
PORTARIA Nº 323/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MORGANA HEIZEN, para a função de Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Junho de 2014 à 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 324/2014

PORTARIANº 324/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública HELLEN CRISTINA MACHADO, Professora de Matemática - Professora II - MAG-LP 1A, em caráter temporário, para 30 (trinta) semanais, em substituição à funcionária efetiva Cláudia Citadin Ribeiro, na Escola Municipal Hilário Pescador, pelo período de 09 de Junho de 2014 a 01 de Julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/06/2014

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 325/2014

PORTARIANº 325/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública SI-BELE QUERINO, Professora de Educação Física - Professora II-MAG-LP 1A, em caráter temporário, para 20 (vinte) semanais, em substituição ao funcionário efetivo Henrique Silvestre, na Escola Municipal de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo, pelo período de 04 de Junho de 2014 a 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/06/2014

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/FMS

PROCESSO Nº40/FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 25 de setembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de medicamentos fixados em sentença transitada em julgado, de acordo com as especificações técnicas, para abastecimento a Secretaria Municipal de Saude. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 11 de setembro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Portaria Nº 326/2014

PORTARIANº 326/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, do servidor EZEQUIEL JOSÉ BORGES, Professor de Educação Física - Professor II- MAG-LP 1A, em caráter temporário, para 20 (vinte) semanais, em substituição ao funcionário efetivo Henrique Silvestre, na Escola Municipal Quilometro Um, pelo período de 04 de Junho de 2014 a 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/06/2014

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 327/2014

PORTARIA Nº 327/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais DA Lei Municipal nº 1.300/2004,

Considerando que no Concurso nº 003/2010 para a função de Professor I - Educação Infantil, a habilitação exigida era "habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica";

Considerando que na Lei nº 1.300/2004 que rege o Magistério

Público Municipal diz que professor com habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena é PROFESSOR II;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR O CARGO da servidora pública VANDERLÉIA BATISTA VELHO para exercer o Cargo de Professora II - referência - MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 328/2014

PORTARIANº 328/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RENE DE OLIVEIRA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 329/2014

PORTARIANº 329/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSÉ NAZARENO DE SOUZA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 330/2014

PORTARIANº 330/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RONALDO RIBEIRO DA SILVA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 331/2014

PORTARIANº 331/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MATHEUS NUNES, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 332/2014

PORTARIANº 332/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, HUMBERTO DO ESPÍRITO SANTO, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 16 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a partir de 16/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 333/2014

PORTARIANº 333/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DEISE CARDOSO, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 334/2014

PORTARIANº 334/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GISELLE DAGOSTIN ZILLI RIBEIRO, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem do SAMU, em Caráter

Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 335/2014

PORTARIANº 335/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARLON RABELLO AMANCIO, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 336/2014

PORTARIANº 336/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, EMANUELA GABRIEL, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 337/2014

PORTARIANº 337/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GERUSA DA SILVA AMÂNCIO BITTENCOURT, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Junho de 2014 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 338/2014

PORTARIANº 338/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, AMÁLIA DAL-BÓ MACCARI DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento do Meio Ambiente junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 339/2014

PORTARIANº 339/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Gabinete junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DAS 1, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 060/2014, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - DESIGNAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, para responder cumulativamente pelo cargo de Supervisor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio junto à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 340/2014

PORTARIA Nº 340/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008 e Art. 37 da Constituição Federal, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, REGINALDO FORTUNATO, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal de Obras, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Junho de 2014 a 30 de Setembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição ao funcionário efetivo Henrique Pacheco Neto.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 341/2014

PORTARIA Nº 341/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 482 da CLT,

Considerando o descumprimento de ordem superior hierárquico, bem como cometimento de ato de indisciplina,

RESOLVE:

Art. 1º - APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA, ao Funcionário Público, JOSÉ ANTONIO ESPINDOLA, Técnico de Segurança do Trabalho, do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal, fato ocorrido no dia 17 de Junho de 2014.

Art. 2º - Fica o mesmo advertido ainda, de que na reincidência poderá sofrer outras sanções disciplinares, conforme preceitua a legislação vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JUNHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

CIENTE: ____/____/____

PORTARIA Nº 342/2014
PORTARIA Nº 342/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, EDSON TADEU MIRANDA, Motorista, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 343/2014
PORTARIA Nº 343/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - REINTEGRAR, ROSIMERE TERESINHA QUERINO, Enfermeira, conforme Mandado de Reintegração, expedido pela Justiça do Trabalho - 12a Região, RTOrd 0000761-76.2014.5.12.0003, que passa a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 2º - A lotação do funcionário acima, se dará junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/07/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 344/2014
PORTARIA Nº 344/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho da professora de Educação Física ANGÉLICA TENFEN DE MORAES, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Julho de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em vaga excedente, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 345/2014
PORTARIA Nº 345/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JULIANA BARTOCIAK PACHECO, para a função de Professora de Artes, referência - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Julho de 2014 a 30 de Julho de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em substituição a funcionária Adriana Pacheco Bombazaro, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 346/2014

PORTARIANº 346/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, RODRIGO JAQUES, Técnico em Enfermagem, do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/07/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 347/2014

PORTARIANº 347/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, REGINA RAMOS ANTUNES, Técnica em Enfermagem, do Quadro Funcional do Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 348/2014

PORTARIA Nº 348/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 10 (dez) horas semanais a jornada de trabalho do professor de Educação Física EZEQUIEL JOSÉ BORGES, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de Julho de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em vaga excedente, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/07/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 349/2014

PORTARIA Nº 349/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da Auxiliar de Educação Infantil CAMILA BRUCH VELHO, em Caráter Temporário, pelo período de 08 de Julho de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/07/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 350/2014

PORTARIA Nº 350/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 30 (trinta) para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho da Professora de Matemática HELLEN CRISTINA MACHADO, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Julho de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em vaga excedente, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/07/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

Leoberto Leal**PREFEITURA****Edital Nº 001/2014 - Concessão de Direito Real de Uso de Imóveis**

EDITAL Nº 001/2014

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, nos termos do Art. 1º da Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de setembro de 2014, e art. 17, I, "f" da Lei Federal n.º 8.666/93, FAZ SABER a quem interessar possa, que realizará Concessão Gratuita do Direito Real de Uso dos seguintes imóveis de propriedade do Município de Leoberto Leal:

I - Escola Isolada "Rafael Franzen", com uma área construída de 83,79m², de alvenaria, com uma sala de aula, 02 banheiros, cozinha, secretaria e área de estar. Caracterizada por terreno de 900,00m² (novecentos metros quadrados), localizado em Alto Rio Parada, Leoberto Leal/SC.

II - Escola Isolada "Rio Janzen", com área construída de 70m², de alvenaria, com uma sala de aula com assoalho de madeira, 02 banheiros, cozinha e área de estar com piso, caracterizada por terreno de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), localizado na Estrada Geral Ribeirão Janzen, Leoberto Leal/SC.

As inscrições de interessados na ordem legal, estarão abertas no período de 18 de setembro a 03 de outubro, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, devendo apresentar na Secretaria Municipal da Administração os seguintes documentos: Cédula de Identidade, Cartão do CPF, Certidão de nascimento de filhos menores (se os tiver), Certidão de Casamento (se for o caso). Para ser beneficiado conforme o Art. 3º, da Lei Municipal n.º 1.088/2014, o interessado deverá estar cadastrado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, como "município carente", que será comprovado por estudo social a ser realizado pela Assistente Social desta Prefeitura Municipal.

Deverá ser respeitada a ordem de prioridade prescrita pelo Art. 1º da Lei Municipal n.º 1.088/2014, qual seja: "Grupos de Mulheres, Grupos de Idosos, Grupos ou Associações de Agricultores, Funcionários Públicos, Igrejas e Congregações, e antigos proprietários do imóvel".

A escolha do futuro beneficiado, será realizada pela Comissão de Seleção, devidamente habilitada, e homologada ao final, pela Prefeitura Municipal.

Após concluída esta etapa, lavra-se-á "Dispensa de Licitação, que será devidamente publicada nos órgãos competentes, com posterior assinatura de Contrato de Concessão de Direito real de Uso.

Leoberto Leal, 15 de setembro de 2014.

Silvânia Capistrano Lopes

Presidente

Rejane Kuster

Secretária

Gian Carlos Knaul

membro

Decreto N.º 088/2014

DECRETO N.º 088, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"APROVA EDITAL N.º 001/2014 QUE ABRE INSCRIÇÕES PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção à Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Edital n.º 001/2014, de seleção de interessados em se beneficiar com a Concessão de Direito Real de Uso das Escolas Isoladas que estão desativadas, pertencentes à Rede Municipal de ensino.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de setembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna**PREFEITURA****Extrato de Homologação - PL 109/2014 - PP 066/2014 - Medalhas E Troféus - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0109/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0066/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0109/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* CASA DOS TROFEUS LTDA - EPP

* GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME

* MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA

* OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

* SCHNEIDER & CIA LTDA

* TOTAL SPORTS LTDA ME

- Valor total: R\$ 153.918,00

Luzerna (SC), 15 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 12.09.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 12/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		36.999,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	36.999,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	36.999,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	22.199,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.799,71

Luzerna, 15/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Anexo 1 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.353.453,47	22,06	12.089.953,65	79,54	3.110.046,35
RECEITAS CORRENTES	14.951.000,00	14.951.000,00	2.397.180,53	15,97	10.601.995,97	70,91	4.349.004,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.600.345,36	1.600.345,36	214.865,00	13,43	1.112.861,13	69,54	487.484,23
IMPOSTOS	985.845,36	985.845,36	175.395,89	17,79	775.642,24	78,68	210.203,12
TAXAS	354.500,00	354.500,00	38.840,32	10,96	332.906,93	93,91	21.593,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	260.000,00	260.000,00	628,79	0,24	4.311,96	1,66	255.688,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	278.000,00	278.000,00	42.609,41	15,33	167.008,25	60,07	110.991,75
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	278.000,00	278.000,00	42.609,41	15,33	167.008,25	60,07	110.991,75
RECEITA PATRIMONIAL	191.961,00	191.961,00	55.509,38	28,92	204.293,75	106,42	-12.332,75
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	31.000,00	31.000,00	2.996,97	9,67	12.722,71	41,04	18.277,29
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	157.961,00	157.961,00	52.198,07	33,04	191.026,50	120,93	-33.065,50
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.100,00	2.100,00	314,34	14,97	544,54	25,93	1.555,46
Outras Receitas Patrimoniais	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
RECEITA DE SERVIÇOS	24.900,00	24.900,00	0,00	0,00	15.860,00	63,69	9.040,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.682.224,64	12.682.224,64	2.048.309,60	16,15	8.997.927,31	70,95	3.684.297,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.658.224,64	12.658.224,64	2.048.309,60	16,18	8.997.935,31	70,29	3.760.289,33
Transf. de Instituições Privadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Pessoas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	0,00	99.992,00	0,00	-99.992,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	173.569,00	173.569,00	25.887,14	14,91	104.045,53	59,94	69.523,47
Multas e Juros de Mora	76.576,00	76.576,00	12.366,47	16,15	47.716,66	62,31	28.859,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.600,00	24.600,00	0,00	0,00	2.052,04	8,34	22.547,96
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	68.260,00	68.260,00	10.480,23	15,35	41.420,75	60,68	26.839,25
RECEITAS DIVERSAS	4.133,00	4.133,00	3.040,44	73,56	12.856,08	311,06	-8.723,08
RECEITAS DE CAPITAL	249.000,00	249.000,00	966.272,94	388,06	1.487.957,68	597,57	-1.238.957,68
ALIENAÇÃO DE BENS	249.000,00	249.000,00	16.144,15	6,48	97.239,39	39,05	151.760,61
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	149.000,00	149.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	16.144,15	16,14	97.239,39	97,24	2.760,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	950.128,79	0,00	1.390.718,29	0,00	-1.390.718,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	244.800,00	0,00	344.800,00	0,00	-344.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	705.328,79	0,00	1.045.918,29	0,00	-1.045.918,29
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.353.453,47	22,06	12.089.953,65	79,54	3.110.046,35

Continua 1/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.353.453,47	22,06	12.089.953,65	79,54
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.353.453,47	22,06	12.089.953,65	79,54
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.093.903,20	—	—	1.527.894,98	—
Superávit Financeiro	—	2.093.903,20	—	—	1.527.894,98	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.200.000,00	3.454.477,66	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	60,32
DESPESAS CORRENTES	13.029.274,00	1.982.499,05	15.011.773,05	2.564.281,91	10.954.897,31	2.850.383,53	9.680.046,44	64,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.199.552,61	622.427,25	7.821.979,86	1.288.709,35	5.134.648,10	1.289.024,43	5.133.072,74	65,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	-3.500,00	96.500,00	14.696,87	59.757,19	14.696,87	59.757,19	61,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.729.721,39	1.363.571,80	7.093.293,19	1.260.875,69	5.760.492,02	1.346.662,23	4.487.216,51	63,26
DESPESAS DE CAPITAL	2.140.784,00	1.471.978,61	3.612.762,61	1.106.508,06	2.774.251,01	1.029.711,63	1.572.160,15	43,52
INVESTIMENTOS	2.117.464,00	1.468.478,61	3.585.942,61	1.102.031,76	2.756.655,36	1.025.235,33	1.554.564,50	43,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.320,00	3.500,00	26.820,00	4.476,30	17.595,65	4.476,30	17.595,65	65,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.942,00	0,00	29.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.200.000,00	3.454.477,66	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	60,32

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.200.000,00	3.454.477,66	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	7.402.271,07
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	837.747,06	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.200.000,00	3.454.477,66	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	12.089.953,65	7.402.271,07

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALL'OLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA MOISES DIERSMANN
SECRETARIO DE FAZENDA E ADI CONTADORA - CRC/SC 020394/C COORDENADORA CONTROLE IN PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 2 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	100,00	60,32
Legislativa	450.000,00	450.000,00	62.006,04	290.121,02	69.490,23	282.200,86	2,51	62,71
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	62.006,04	290.121,02	69.490,23	282.200,86	2,51	62,71
Administração	2.275.586,00	2.222.016,34	344.417,41	1.588.682,63	354.611,00	1.380.418,71	12,27	62,12
Administração Geral	1.932.086,00	1.851.698,06	289.630,79	1.345.958,19	298.309,30	1.139.811,99	10,13	61,55
Administração Financeira	287.000,00	313.818,28	45.896,09	211.675,09	47.411,17	209.557,37	1,86	66,78
Controle Interno	56.500,00	56.500,00	8.890,53	31.049,35	8.890,53	31.049,35	0,28	54,95
Segurança Pública	80.500,00	172.400,09	104.987,92	126.304,22	90.524,76	105.868,57	0,94	61,41
Policimento	80.500,00	172.400,09	104.987,92	126.304,22	90.524,76	105.868,57	0,94	61,41
Assistência Social	545.912,80	696.231,84	128.173,06	424.839,55	126.835,36	374.202,15	3,33	53,75
Assistência ao Idoso	36.000,00	36.000,00	5.491,92	21.197,05	7.179,92	19.497,05	0,17	54,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	103.612,80	135.096,59	21.692,62	84.002,62	23.439,54	68.682,52	0,61	50,84
Assistência Comunitária	406.300,00	525.135,25	100.988,46	319.639,88	96.215,90	286.022,58	2,54	54,47
Saúde	2.668.497,47	3.544.082,65	768.831,83	2.674.664,49	629.649,98	2.017.507,20	17,93	56,93
Atenção Básica	2.473.037,47	3.347.092,24	757.649,93	2.634.242,00	619.882,98	1.982.427,38	17,62	59,23
Vigilância Sanitária	111.960,00	118.490,41	9.771,90	35.392,92	7.997,71	30.400,25	0,27	25,66
Vigilância Epidemiológica	75.000,00	75.000,00	1.410,00	4.087,44	1.060,00	3.737,44	0,03	4,98
Alimentação e Nutrição	8.500,00	3.500,00	0,00	942,13	709,29	942,13	0,01	26,92
Trabalho	19.000,00	55.000,00	1.749,72	11.624,86	1.018,34	7.677,91	0,07	13,96
Relação de Trabalho	19.000,00	55.000,00	1.749,72	11.624,86	1.018,34	7.677,91	0,07	13,96
Educação	4.414.177,50	4.776.055,42	879.209,35	3.324.055,28	837.916,91	3.116.222,39	27,69	65,25
Alimentação e Nutrição	335.510,00	408.580,69	94.368,72	325.692,45	82.243,51	291.420,92	2,59	71,33
Ensino Fundamental	3.116.434,00	3.386.799,08	556.317,36	2.317.911,81	554.591,32	2.194.070,96	19,50	64,78
Ensino Profissional	31.000,00	41.000,00	11.873,75	29.563,73	12.687,75	25.571,73	0,23	62,37
Ensino Superior	70.000,00	70.000,00	17.319,50	60.766,83	16.176,10	52.402,43	0,47	74,86
Educação Infantil	821.233,50	829.675,65	177.500,02	555.710,46	150.388,23	518.346,35	4,61	62,48
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	21.830,00	34.410,00	21.830,00	34.410,00	0,31	86,03
Cultura	320.470,00	226.324,67	84.405,46	172.906,11	27.077,36	113.978,01	1,01	50,36
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	62.000,00	12.000,00	320,00	3.580,00	320,00	3.580,00	0,03	29,83
Difusão Cultural	258.470,00	214.324,67	84.085,46	169.326,11	26.757,36	110.398,01	0,98	51,51

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)								
Urbanismo	15.200.000,00	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	100,00	60,32
Infra-Estrutura Urbana	1.465.096,40	2.455.151,83	648.289,57	2.149.429,80	615.285,04	1.494.162,29	13,28	60,86
Serviços Urbanos	160.000,00	1.127.168,61	501.606,97	1.033.634,44	380.430,95	585.002,65	5,20	51,90
Transporte Rodoviário	1.293.096,40	1.320.983,22	144.711,97	1.112.324,73	234.445,46	907.484,90	8,07	68,70
Habitação	12.000,00	7.000,00	1.970,63	3.470,63	408,63	1.664,74	0,01	23,78
Habitação Rural	182.000,00	182.000,00	160,00	180.160,00	0,00	90.000,00	0,80	49,45
Habitação Urbana	2.000,00	2.000,00	160,00	160,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	180.000,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	90.000,00	0,80	50,00
Saneamento Básico Urbano	35.000,00	314.490,82	47.510,49	310.546,18	174.605,43	257.943,48	2,29	82,02
Gestão Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	856.440,00	1.218.051,04	325.371,88	939.432,30	467.984,75	890.347,91	7,91	73,10
Extensão Rural	813.440,00	924.051,04	188.371,88	645.624,80	199.635,69	599.127,67	5,32	64,84
Promoção da Produção Agropecuária	43.000,00	294.000,00	137.000,00	293.807,50	268.349,06	291.220,24	2,59	99,05
Indústria	186.575,38	186.575,38	8.541,65	55.478,36	16.701,65	22.838,36	0,20	12,24
Promoção Industrial	186.575,38	186.575,38	8.541,65	55.478,36	16.701,65	22.838,36	0,20	12,24
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.186.012,45	1.603.565,58	159.776,10	1.154.589,77	179.446,25	802.726,75	7,13	50,06
Transporte Rodoviário	1.186.012,45	1.603.565,58	159.776,10	1.154.589,77	179.446,25	802.726,75	7,13	50,06
Desporto e Lazer	171.470,00	203.270,00	50.510,69	125.734,88	47.551,93	110.985,76	0,99	54,60
Desporto Comunitário	171.470,00	203.270,00	50.510,69	125.734,88	47.551,93	110.985,76	0,99	54,60
Encargos Especiais	248.320,00	259.320,00	56.848,80	200.578,87	41.396,17	185.126,24	1,65	71,39
Serviço da Dívida Interna	123.320,00	123.320,00	19.173,17	77.352,84	19.173,17	77.352,84	0,69	62,73
Outras Transferências	125.000,00	136.000,00	37.675,63	123.226,03	22.223,00	107.773,40	0,96	79,25

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	100,00	60,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.942,00	29.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	15.200.000,00	18.654.477,66	3.670.789,97	13.729.148,32	3.680.095,16	11.252.206,59	100,00	60,32

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALLOLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA
SECRETARIO DE FAZENDA E AD CONTADORA - CRC/SC 020394/O COORDENADORA CONTROLE IN

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo 3 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014	R\$ 1,00
	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014			
RECEITAS CORRENTES (I)	1.318.498,52	1.289.028,98	1.655.264,50	1.850.157,79	1.589.535,41	1.598.886,37	1.534.721,57	1.589.853,00	1.708.928,59	1.367.484,05	1.296.413,30	1.437.086,41	18.207.089,49	17.123.056,15	
RECEITA TRIBUTÁRIA	73.876,10	72.476,10	109.913,49	81.641,70	58.938,02	104.020,70	295.274,64	191.990,14	152.253,94	97.518,69	107.094,67	107.770,33	1.450.970,52	1.600.345,36	
I.P.T.U.	7.376,39	5.618,65	672,24	2.575,57	6,68	11.924,02	118.609,22	52.286,44	20.460,05	8.910,81	11.095,32	9.953,54	249.488,93	254.165,00	
I.R.R.F	11.056,61	8.534,87	57.338,29	20.745,35	14.577,94	32.603,34	19.103,70	17.452,34	16.987,76	18.295,40	17.416,45	17.650,76	251.752,81	208.680,36	
I.S.S.	32.659,71	32.036,97	36.475,34	44.032,04	35.440,01	35.207,23	39.272,51	41.903,75	46.571,52	48.614,27	48.136,36	55.033,46	495.383,17	400.000,00	
I.T.B.I.	7.404,00	13.059,60	8.150,00	3.568,00	1.240,00	3.638,68	3.346,20	2.944,00	8.035,48	2.825,00	8.446,00	7.664,00	70.320,96	125.000,00	
Outras Receitas Tributárias	15.381,39	13.226,01	7.277,62	10.920,74	5.673,39	20.647,43	114.943,01	77.403,61	60.199,13	18.883,21	22.000,54	17.468,57	384.024,65	614.500,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.340,17	5.256,37	99.946,95	19.964,37	21.001,36	19.811,53	21.083,20	21.486,33	19.914,70	21.101,72	20.081,76	22.527,65	279.516,11	278.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	17.178,90	19.826,37	19.345,91	18.624,87	20.336,16	22.372,02	24.244,16	24.860,75	25.623,64	31.245,64	30.026,88	25.480,50	279.269,80	191.961,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	6.950,00	10.840,00	0,00	0,00	4.820,00	200,00	0,00	0,00	0,00	22.810,00	24.900,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.213.148,43	1.156.193,77	1.417.032,72	1.706.965,77	1.461.659,27	1.441.797,02	1.179.027,25	1.333.749,59	1.497.492,22	1.201.306,91	1.124.568,47	1.270.470,31	16.003.411,73	14.854.280,79	
Cota-Parte do F.P.M.	352.678,29	352.683,71	490.575,86	505.963,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.559.217,16	5.074.938,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	402.159,21	390.994,71	429.360,96	427.549,25	423.470,97	402.903,97	408.737,19	398.634,93	405.203,37	411.094,81	382.024,19	400.785,33	4.882.933,89	4.968.137,79	
Cota-Parte do I.P.V.A.	52.195,93	85.860,32	44.378,86	19.283,75	26.123,11	36.603,71	51.640,00	56.802,23	62.008,43	57.763,52	58.729,95	57.659,70	609.049,51	639.630,00	
Cota-Parte do I.T.R.	1.384,09	2.593,90	148,39	6,99	23,08	6,21	12,78	0,00	29,27	25,48	76,48	60,45	4.367,12	9.362,00	
Outras Transferências Correntes	186.773,61	111.668,46	206.055,36	523.846,01	179.263,45	135.912,73	129.789,47	232.363,78	221.288,07	79.297,01	107.026,87	141.864,10	2.255.148,92	1.534.000,00	
Transferências da LC 61/1989	5.641,08	6.030,35	6.689,22	7.149,34	6.770,37	5.731,96	5.600,88	6.098,87	6.633,52	6.318,08	6.490,64	6.690,42	75.844,73	126.613,00	
Transferências da LC 87/1996	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.789,09	1.789,09	0,00	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	1.789,09	19.632,47	42.600,00	
Transferências do FUNDEB	210.539,01	204.585,11	238.037,84	221.359,56	229.387,84	223.656,45	206.453,64	208.014,59	227.445,17	215.238,93	199.304,62	213.195,17	2.597.217,63	2.460.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.952,92	15.276,37	9.025,43	13.611,08	9.760,60	10.685,10	15.102,32	12.946,19	13.443,09	16.321,09	15.039,52	10.847,62	153.111,33	173.569,00	
DEDUÇÕES (II)	163.545,52	167.987,85	194.587,70	192.351,84	210.601,36	216.445,38	168.556,63	178.705,61	209.751,57	181.354,00	163.847,16	183.082,02	2.230.616,64	2.172.056,15	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	163.545,52	167.987,85	194.587,70	192.351,84	210.601,36	216.445,38	168.556,63	178.705,61	209.751,57	181.354,00	163.847,16	183.082,02	2.230.616,64	2.172.056,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.154.953,00	1.101.041,13	1.460.676,80	1.657.805,95	1.389.334,05	1.382.240,99	1.366.174,94	1.411.147,39	1.499.176,02	1.186.140,05	1.133.166,14	1.254.014,39	15.976.472,85	14.951.000,00	
FONTE:															
Luzerna, 11/09/2014															

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA CONTADOR(A) - CRC/SC 020.394/O-8	MARIA RITA NOGUEIRA PASA COORDENADORA CONTROLE INTERNO
---	--	---

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 4 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALL'OLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA MOISES DIERSMANN
SECRETARIO DE FAZENDA E ADI CONTADORA - CRC/SC 020394/O COORDENADORA CONTROLE IN PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 5 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	240.951,31	227.831,96	223.355,66
DEDUÇÕES (II)	3.408.382,74	4.396.582,20	3.992.518,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.422.662,26	4.397.935,76	3.994.634,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.279,52	1.353,56	2.116,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.167.431,43	-4.168.750,24	-3.769.162,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.167.431,43	-4.168.750,24	-3.769.162,37

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	399.587,87	-601.730,94

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.106.558,38

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 6 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.793.039,00	2.334.982,46	10.411.702,81	9.287.755,08
Receita Tributária	1.600.345,36	214.865,00	1.112.861,13	989.782,97
I.P.T.U.	254.165,00	21.048,86	233.246,08	206.319,65
I.S.S.	400.000,00	103.169,82	350.179,11	268.018,66
I.T.B.I.	125.000,00	16.110,00	38.139,36	98.616,30
I.R.R.F.	206.680,36	35.067,21	154.077,69	97.783,09
Outras Receitas Tributárias	614.500,00	39.469,11	337.218,89	319.045,27
Receita de Contribuição	278.000,00	42.609,41	167.008,25	81.722,74
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	278.000,00	42.609,41	167.008,25	81.722,74
Receita Patrimonial Líquida	34.000,00	3.311,31	14.000,59	19.495,56
Receita Patrimonial	191.961,00	55.509,38	204.293,75	131.845,36
(-) Aplicações Financeiras	157.961,00	52.198,07	190.293,16	112.349,80
Transferências Correntes	12.682.224,64	2.048.309,60	8.997.927,31	8.118.848,41
F.P.M.	4.059.950,40	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	3.974.510,24	626.247,81	2.586.289,32	2.346.039,47
Convênios	0,00	0,00	99.992,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.647.764,00	768.019,60	3.225.817,29	2.914.497,30
Demais Receitas Correntes	198.469,00	25.887,14	119.905,53	77.905,40
Dívida Ativa	68.260,00	10.480,23	41.420,75	30.954,09
Diversas Receitas Correntes	130.209,00	15.406,91	78.484,78	46.951,31
RECEITAS DE CAPITAL (II)	249.000,00	966.272,94	1.487.957,68	575.517,52
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	249.000,00	16.144,15	97.239,39	95.017,52
Transferências de Capital	0,00	950.128,79	1.390.718,29	480.500,00
Convênios	0,00	705.328,79	1.045.918,29	480.500,00
Outras Transferências de Capital	0,00	244.800,00	344.800,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	950.128,79	1.390.718,29	480.500,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.793.039,00	3.285.111,25	11.802.421,10	9.768.255,08
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.011.773,05	2.650.383,53	9.680.046,44	7.526.646,82
Pessoal e Encargos Sociais	7.821.979,86	1.289.024,43	5.133.072,74	4.430.305,28
Juros e Encargos da Dívida (IX)	96.500,00	14.696,87	59.757,19	57.388,24
Outras Despesas Correntes	7.093.293,19	1.346.662,23	4.487.216,51	3.038.953,30
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.915.273,05	2.635.686,66	9.620.289,25	7.469.258,58
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.612.762,61	1.029.711,63	1.572.160,15	930.602,17
Investimentos	3.585.942,61	1.025.235,33	1.554.564,50	915.478,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	26.820,00	4.476,30	17.595,65	15.123,96
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.585.942,61	1.025.235,33	1.554.564,50	915.478,21

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	29.942,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.531.157,66	3.660.921,99	11.174.853,75	8.384.736,79
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.738.118,66	-375.810,74	627.567,35	1.383.518,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.527.894,98	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.527.894,98	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-283.641,00

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 7 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS														RP NÃO PROCESSADOS		R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	14.279,52	14.279,52	-	-	-	36.450,00	281.430,61	253.758,19	253.758,19	14.272,61	49.849,81			
EXECUTIVO																
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	14.279,52	14.279,52	0,00	0,00	0,00	36.450,00	281.430,61	253.758,19	253.758,19	14.272,61	49.849,81			
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393,82	393,82	393,82	0,00	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA		0,00	1.343,81	1.343,81	0,00	0,00	0,00	0,00	5.341,74	2.191,68	2.191,68	212,50	2.937,56			
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	61,64	61,64	0,00	0,00	0,00	0,00	16.849,04	5.051,04	5.051,04	11.678,00	120,00			
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		0,00	7.763,67	7.763,67	0,00	0,00	0,00	0,00	232.676,90	222.641,93	222.641,93	935,00	9.099,97			
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	3.251,48	3.251,48	0,00	0,00	0,00	9.450,00	5.194,67	4.107,69	4.107,69	344,70	10.192,28			
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS		0,00	1.858,92	1.858,92	0,00	0,00	0,00	27.000,00	20.974,44	19.372,03	19.372,03	1.102,41	27.500,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	14.279,52	14.279,52	0,00	0,00	0,00	36.450,00	281.430,61	253.758,19	253.758,19	14.272,61	49.849,81			

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES D'ALLOLMO DALLA CO MARIA RITA NOGUEIRA PASA
SECRETARIO DE FAZENDA E ADM CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8 COORDENADORA CONTROLE INTE

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 8 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.063.902,36	1.063.902,36	191.273,10	831.258,35	78,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	328.722,00	328.722,00	35.332,05	281.311,37	85,58
1.1.1- IPTU	254.165,00	254.165,00	21.048,86	233.714,41	91,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.557,00	4.557,00	1.100,08	1.553,20	34,08
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	8.376,22	30.238,04	60,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	4.806,89	16.274,05	81,37
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(468,33)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	126.330,00	126.330,00	16.110,00	38.139,36	30,19
1.2.1- ITBI	125.000,00	125.000,00	16.110,00	38.139,36	30,51
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	402.170,00	402.170,00	104.763,84	357.729,93	88,95
1.3.1- ISS	400.000,00	400.000,00	103.169,82	350.208,99	87,55
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	470,00	470,00	263,00	1.674,18	356,21
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	991,44	4.270,41	388,22
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	600,00	600,00	339,58	1.606,23	267,71
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	(29,88)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	206.680,36	206.680,36	35.067,21	154.077,69	74,55
1.4.1- IRRF	206.680,36	206.680,36	35.067,21	154.077,69	74,55
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.860.280,79	10.860.280,79	1.733.648,02	7.560.569,15	69,62
2.1- Cota-Parte FPM	5.074.938,00	5.074.938,00	817.552,68	3.857.285,62	76,01
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.864.938,00	4.864.938,00	817.552,68	3.857.285,62	79,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.968.137,79	4.968.137,79	782.809,52	3.232.860,76	65,07
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	42.600,00	42.600,00	3.578,18	12.523,63	29,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	125.613,00	125.613,00	13.181,06	50.334,74	40,07
2.5- Cota-Parte ITR	9.362,00	9.362,00	136,93	233,75	2,50
2.6- Cota-Parte IPVA	639.630,00	639.630,00	116.389,65	407.330,65	63,68
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.924.183,15	11.924.183,15	1.924.921,12	8.391.827,50	70,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	312.000,00	312.000,00	70.274,31	272.767,44	87,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	230.000,00	230.000,00	44.997,07	193.158,73	83,98
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	50.000,00	50.000,00	18.612,00	55.836,00	111,67
5.4- Transferências Diretas - PNATE	32.000,00	32.000,00	6.585,58	16.463,95	51,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	7.067,70	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	79,66	241,06	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	11.500,00	337,59	1.678,75	14,60
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	11.500,00	11.500,00	337,59	1.678,75	14,60
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	280.000,00	280.000,00	13.802,44	153.016,57	54,65
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	603.500,00	603.500,00	84.414,34	427.462,76	70,83
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.172.056,15	2.172.056,15	346.729,18	1.512.143,73	69,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.014.987,60	1.014.987,60	163.510,49	771.456,92	76,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	993.627,55	993.627,55	156.561,71	646.571,44	65,07
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.520,00	8.520,00	715,62	2.504,67	29,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.122,60	25.122,60	2.636,22	10.066,96	40,07
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.872,40	1.872,40	27,38	46,71	2,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	127.926,00	127.926,00	23.277,76	81.497,03	63,71
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.474.000,00	2.474.000,00	414.042,31	1.728.726,75	69,88
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.460.000,00	2.460.000,00	412.499,79	1.722.696,41	70,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.000,00	14.000,00	1.542,52	6.030,34	43,07
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	287.943,85	287.943,85	65.770,61	210.552,68	73,12
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.484.400,00	1.784.400,00	329.756,43	1.310.811,34	73,46
13.1- Com Educação Infantil	477.026,50	477.026,50	103.417,16	388.083,61	81,35
13.2- Com Ensino Fundamental	1.007.373,50	1.307.373,50	226.339,27	922.727,73	70,58
14- OUTRAS DESPESAS	989.600,00	689.600,00	95.645,47	378.011,97	54,82
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	989.600,00	689.600,00	95.645,47	378.011,97	54,82
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.474.000,00	2.474.000,00	425.401,90	1.688.823,31	68,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.688.823,31
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					75,83
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					21,87
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					2,31
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.981.045,79	2.981.045,79	481.230,28	2.097.956,88	70,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	821.233,50	821.233,50	150.388,23	518.346,35	63,12
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.775.434,00	3.017.856,48	494.454,11	1.951.457,73	64,66
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.996.973,50	1.996.973,50	321.984,74	1.300.739,70	65,14
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	778.460,50	1.020.882,98	172.469,37	650.718,03	63,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.596.667,50	3.839.089,98	644.842,34	2.469.804,08	64,33
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					210.552,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					6.030,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					216.583,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.253.221,06
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,85
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.000,00	261.552,21	39.659,84	193.328,00	73,92
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.500,00	243.188,67	45.182,66	104.052,54	42,79
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	393.500,00	504.740,88	84.842,50	297.380,54	58,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.990.167,50	4.343.830,86	729.684,84	2.767.184,62	63,70

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.722.696,41	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.688.823,31	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.688.823,31	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.030,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		39.903,44	0,00

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALL'OLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA MOISES DIERSMANN
SECRETARIO DE FAZENDA E ADI CONTADORA - CRC/SC 020394/O COORDENADORA CONTROLE IN PREFEITO MUNICIPAL
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Anexo 9 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.612.762,61	1.572.160,15	0,00	2.040.602,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.612.762,61	1.572.160,15	0,00	2.040.602,46
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.612.762,61	-1.572.160,15		-2.040.602,46

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 11 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	249.000,00	97.239,39	151.760,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	97.239,39	2.760,61
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	149.000,00	0,00	149.000,00
TOTAL	249.000,00	97.239,39	151.760,61

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	292.069,82	134.429,52	0,00	157.640,30
Investimentos	292.069,82	134.429,52	0,00	157.640,30
TOTAL	292.069,82	134.429,52	0,00	157.640,30

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	223.163,13	-37.190,13	185.973,00

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 12 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.063.902,36	1.063.902,36	831.258,35	78,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	254.165,00	254.165,00	233.246,08	91,77
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	125.000,00	125.000,00	38.139,36	30,51
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	400.000,00	350.179,11	87,54
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	206.680,36	206.680,36	154.077,69	74,55
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.477,00	5.477,00	3.227,38	58,93
Dívida Ativa dos Impostos	51.580,00	51.580,00	34.508,45	66,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	21.000,00	21.000,00	17.880,28	85,14
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.070.280,79	11.070.280,79	7.560.569,15	68,30
Cota-Parte FPM	5.074.938,00	5.074.938,00	3.857.285,62	76,01
Cota-Parte ITR	9.362,00	9.362,00	233,75	2,50
Cota-Parte IPVA	639.630,00	639.630,00	407.330,65	63,68
Cota-Parte ICMS	4.968.137,79	4.968.137,79	3.232.860,76	65,07
Cota-Parte IPI-Exportação	125.613,00	125.613,00	50.334,74	40,07
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	252.600,00	252.600,00	12.523,63	4,96
Desoneração ICMS (LC 87/96)	42.600,00	42.600,00	12.523,63	29,40
Outras	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.134.183,15	12.134.183,15	8.391.827,50	69,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	750.115,00	750.115,00	456.186,27	60,82
Provenientes da União	700.000,00	700.000,00	410.121,37	58,59
Provenientes dos Estados	50.000,00	50.000,00	46.064,90	92,13
Provenientes de Outros Municípios	115,00	115,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	14.755,00	14.755,00	14.232,52	96,46
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	764.870,00	764.870,00	470.418,79	61,50

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.424.997,47	2.893.042,06	2.193.510,26	75,82	1.856.339,55	64,17
Pessoal e Encargos Sociais	1.345.177,70	1.640.374,20	1.139.922,45	69,49	1.139.922,45	69,49
Outras Despesas Correntes	1.079.819,77	1.252.667,86	1.053.587,81	84,11	716.417,10	57,19

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		2.893.042,06	2.193.510,26	75,82	1.856.339,55	64,17
DESPESAS DE CAPITAL	243.500,00	603.393,22	481.154,23	79,74	161.167,65	26,71
Investimentos	243.500,00	603.393,22	481.154,23	79,74	161.167,65	26,71
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.668.497,47	3.496.435,28	2.674.664,49	76,50	2.017.507,20	57,70
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	750.000,00	1.577.937,81	1.004.962,12	37,57	664.954,34	32,96
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	750.000,00	1.577.937,81	1.004.962,12	37,57	664.954,34	32,96
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	-	0,00	0,00	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	750.000,00	1.577.937,81	1.004.962,12	37,57	664.954,34	32,96
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.918.497,47	1.918.497,47	1.669.702,37	38,92	1.352.552,86	24,74
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,12
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						93.778,74

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013				5.341,74	0,00	0,00	5.341,74	0,00	
TOTAL				5.341,74	0,00	0,00	5.341,74	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00			0,00		
TOTAL (VIII)				0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
				LIMITE NÃO CUMPRIDO					
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				-					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
DOTAÇÃO INICIAL				DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)		Até Bimestre (m)	
						%		%	
						(l/Total l)*100		(m/Total m)*100	
Atenção Básica				2.473.037,47		3.299.444,87		2.634.242,00	
Vigilância Sanitária				111.960,00		118.490,41		35.392,92	
Vigilância Epidemiológica				75.000,00		75.000,00		4.087,44	
Alimentação e Nutrição				8.500,00		3.500,00		942,13	
TOTAL				2.668.497,47		3.496.435,28		2.674.664,49	
						100,00		2.017.507,20	
								100,00	

Município de Luzerna - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

.....

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL



Anexo 14 RREO Município de Luzerna 4 Bimestre.2014

Município de Luzerna - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	15.200.000,00	
Previsão Atualizada		—	15.200.000,00	
Receitas Realizadas		3.353.453,47	12.089.953,65	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.527.894,98	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	15.200.000,00	
Créditos Adicionais		—	3.454.477,66	
Dotação Atualizada		—	18.654.477,66	
Despesas Empenhadas		3.670.789,97	13.729.148,32	
Despesas Liquidadas		3.680.095,16	11.252.206,59	
Superavit Orçamentário		—	837.747,06	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.670.789,97	13.729.148,32	
Despesas Liquidadas		3.680.095,16	11.252.206,59	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.976.472,85	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		2.106.558,38	-601.730,94	
Resultado Primário		-283.641,00	627.567,35	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	317.880,61	14.272,61	253.758,19	49.849,81
EXECUTIVO	317.880,61	14.272,61	253.758,19	49.849,81
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.279,52	0,00	14.279,52	0,00
EXECUTIVO	14.279,52	0,00	14.279,52	0,00
TOTAL:	332.160,13	14.272,61	268.037,71	49.849,81
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.253.221,06	25%	26,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.310.811,34	60%	75,83
Liquidadas		1.310.811,34		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.572.160,15	2.040.602,46	

Continua 1/2

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			97.239,39	151.760,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			104.036,69	352.498,07
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.352.552,86	15,00	16,12
Liquidadas		1.352.552,86		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 1 RGF Município de Luzerna 2 Quadrim.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.695.338,80	0,00
Pessoal Ativo	7.695.338,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.775,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.775,93	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.684.562,87	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.684.562,87	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.976.472,85	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,10	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	8.627.295,34	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	8.195.930,57	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	7.764.565,81	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Luzerna, 11/09/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 2 RGF Município de Luzerna 2 Quadrim.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	240.951,31	232.308,80	223.355,66	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	240.951,31	232.308,80	223.355,66	0,00
Interna	240.951,31	232.308,80	223.355,66	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.408.382,74	4.401.332,35	3.992.518,03	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.422.662,26	4.402.677,35	3.994.634,17	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.279,52	1.345,00	2.116,14	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.167.431,43	-4.169.023,55	-3.769.162,37	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.774.581,76	15.856.373,90	15.976.472,85	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,63%	1,47%	1,40%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-21,44%	-26,29%	-23,59%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.729.498,11	19.027.648,68	19.171.767,42	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.956.548,30	17.124.883,81	17.254.590,68	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	240.951,31	232.308,80	223.355,66	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	240.951,31	232.308,80	223.355,66	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	182,55	146,42	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.880,61	2.541.186,30	2.526.791,54	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

Anexo 3 RGF Município de Luzerna 2 Quadrim.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.774.581,76	15.856.373,90	15.976.472,85	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	3.250.407,99	3.488.402,26	3.514.824,03	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.925.367,19	3.139.562,03	3.163.341,62	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 4 RGF Município de Luzerna 2 Quadrimestre.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.976.472,85	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.556.235,66	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.300.612,09	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.118.353,10	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 5 RGF Município de Luzerna 2 Quadrim.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	219.586,83	0,00	219.586,83
Assistência Farmacêutica Básica	186.589,62	30,27	186.559,35
Atenção Básica	1.091.277,51	(193,48)	1.091.470,99
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3.649,56	0,00	3.649,56
Bolsa Família	6.187,65	0,00	6.187,65
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.472,37	0,00	1.472,37
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	209.044,26	0,00	209.044,26
Convênio Trânsito - Civil	15.094,22	0,00	15.094,22
Convênio Trânsito - Militar	21.266,42	0,00	21.266,42
FIA Imposto de Renda	194,19	0,00	194,19
Fundo Especial do Petróleo	158.036,10	0,00	158.036,10
Gestão do SUS	9.465,27	0,00	9.465,27
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	259.806,11	0,00	259.806,11
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	7.308,76	0,00	7.308,76
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	34.356,84	0,00	34.356,84
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.330,81	0,00	3.330,81
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.262.968,26	0,00	1.262.968,26
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	(8.718,30)	0,00	(8.718,30)
S.F.Atenção Básica	(380.722,52)	193,48	(380.916,00)
S.F.Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator	(1.045,00)	0,00	(1.045,00)
S.F.Contrib.de Intervenção do Domínio Econômico -	(1.452,31)	0,00	(1.452,31)
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	(2.010,44)	0,00	(2.010,44)
S.F.Fundo Especial do Petróleo	(38.779,37)	0,00	(38.779,37)
S.F.Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist..Soc	(55.232,42)	0,00	(55.232,42)
S.F.Programa Naci. de Apoio ao Transp. Esc.-PNATE	(0,74)	0,00	(0,74)
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	(21.736,69)	0,00	(21.736,69)
S.F.Salário Educação	(26.552,21)	0,00	(26.552,21)
S.F.Transferências de Convênios - Outros	(634.188,23)	0,00	(634.188,23)
S.F.Vigilância em Saúde	(9.218,04)	0,00	(9.218,04)
Salário Educação	53.874,94	0,00	53.874,94
Transferências de Convênios - Educação	8.320,26	0,00	8.320,26
Transferências de Convênios - Saúde	12.845,36	0,00	12.845,36
Transferências do FUNDEB - 60%	(273.575,33)	0,00	(273.575,33)
Vigilância em Saúde	125.427,20	0,00	125.427,20
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.236.870,94	30,27	2.236.840,67
Convênio Trânsito - Prefeitura	3.915,32	0,00	3.915,32
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	(344.564,20)	2.910,29	(347.474,49)
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	(208.309,08)	1.725,48	(210.034,56)
Recursos Ordinários	643.734,11	45.295,69	598.438,42
S.F.Alienações de Bens destinados a Outros Program	(61.427,69)	2.109,00	(63.536,69)
S.F.Recursos Ordinários	(263.450,88)	41,64	(263.492,52)
S.F.Transferências de Convênios - Educação	(1.389,65)	0,00	(1.389,65)
Transferências de Convênios - Outros	1.675.776,53	0,00	1.675.776,53
Transferências do FUNDEB - 40%	313.478,77	0,00	313.478,77
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.757.763,23	52.082,10	1.705.681,13
TOTAL (III) = (I + II)	3.994.634,17	52.112,37	3.942.521,80

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Luzerna, 11/09/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 6 RGF Município de Luzerna 2 Quadrim.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Progra	0,00	0,00	0,00	5.102,04	219.586,83	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	30,27	6.627,95	186.559,35	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	172.936,33	1.091.470,99	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambula	0,00	0,00	0,00	0,00	3.649,56	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	660,00	6.187,65	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472,37	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilu	0,00	0,00	0,00	0,00	209.044,26	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	242,00	15.094,22	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	344,00	21.266,42	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	194,19	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	158.036,10	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	10.659,86	9.465,27	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fun	0,00	0,00	0,00	1.090,00	259.806,11	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desen	0,00	0,00	0,00	0,00	7.308,76	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	0,00	0,00	11.112,77	34.356,84	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	3.292,79	3.330,81	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	0,00	0,00	1.262.968,26	0,00
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	891,30	(8.718,30)	0,00
S.F.Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	98.842,20	(380.916,00)	0,00
S.F.Atenção de Média e Alta Complexidade Am	0,00	0,00	0,00	225,17	(1.045,00)	0,00
S.F.Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	2.298,00	0,00	0,00
S.F.Contrib.de Intervenção do Domínio Econôrr	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.452,31)	0,00
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	5.456,00	(2.010,44)	0,00
S.F.Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	24.247,83	(38.779,37)	0,00
S.F.Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist.	0,00	0,00	0,00	19.717,82	(55.232,42)	0,00
S.F.Programa Naci. de Apoio ao Transp. Esc.-F	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,74)	0,00
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.736,69)	0,00
S.F.Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	(26.552,21)	0,00
S.F.Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	28.847,46	(634.188,23)	0,00
S.F.Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.218,04)	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	25.228,95	53.874,94	0,00

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	6.901,22	8.320,26	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	12.845,36	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(273.575,33)	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	2.296,70	125.427,20	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	30,27	427.020,39	2.236.840,67	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	3.915,32	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	2.907,29	171.765,41	(347.474,49)	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impost	0,00	0,00	1.711,00	59.488,79	(210.034,56)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	45.166,75	539.888,84	598.438,42	0,00
S.F.Alienações de Bens destinados a Outros Pl	0,00	2.109,00	0,00	122.954,64	(63.536,69)	0,00
S.F.Recursos Ordinários	0,00	7,14	34,50	37.862,23	(263.492,52)	0,00
S.F.Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.389,65)	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	576.187,60	1.675.776,53	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	5.761,44	313.478,77	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	2.116,14	49.819,54	1.513.908,95	1.705.681,13	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	2.116,14	49.849,81	1.940.929,34	3.942.521,80	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")
Luzerna, 11/09/2014

R\$ 1,00

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRA	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8	MARIA RITA NOGUEIRA PASA COORDENADORA CONTROLE INTERNO
--	--	---

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo 7 RGF Município de Luzerna 2 Quadrimestre.2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.054.746,91	50,42
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.585.883,71	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.106.589,52	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.769.162,37	-23,59
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.171.767,42	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.514.824,03	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.556.235,66	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.118.353,10	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.940.929,34	3.942.521,80

FONTE:

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra**PREFEITURA****Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 151/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de um caminhão novo 0 km, aprovado pelo COMSAB, com recursos do FUMSAB, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/09/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 15 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 21/2014**

RESOLUÇÃO Nº 21/2014
10 de setembro de 2014
ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 20 DE 2.9.2014.

O Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 2º da Resolução nº 20 de 2.9.2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Comissão ficou assim composta:

Presidente : Vereador Edenilson Schelbauer
Relator : Vereador Abel Bicheski “Bello”
Vogal : Vereador João Acir Petters Padilha”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 10 de setembro de 2014
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente em Exercício

Maracajá**PREFEITURA****Aviso da Licitação 46/2014 PP**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 46/2014 - Pregão Presencial - menor preço
Objeto: Aquisição de 1.000,00m³ (um mil metros cúbicos) de bica corrida para recuperação das vias urbanas e estradas vicinais do município de Maracajá.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 29/09/2014
Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 29/09/2014
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 15 de setembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 109/2014

DECRETO Nº 109, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei Municipal nº 3.717, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 599.999,99 (quinhentos e noventa e nove reais, novecentos e noventa e nove mil e noventa e nove centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.451 - Infraestrutura Urbana

15.451.0011 - Serviços Urbanos

15.451.0011.1.007 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 599.999,99

Art. 2º Para cobrir a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados recursos do Convênio nº 1815/2014 celebrados com o Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha, tendo como objeto: Construção de Passeio Público na Rua Hercílio Luz, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 - Receitas de Capital

2400.00.00 - Transferência de Capital

2420.00.00 - Transferências Intergovernamentais

2422.00.00 - Transferências do Estado

2422.99.00 - Outras Transferências do Estado

Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros R\$ 599.999,99

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto Nº 111/2014

DECRETO Nº 111, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Regulamenta a padronização visual dos veículos de transporte de passageiros - táxis e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a padronização visual dos veículos de transporte de passageiros - táxis no Município de Maravilha-SC.

Art. 2º Os veículos a serem licenciados para os serviços de transporte de passageiros - táxis deverão, obrigatoriamente, ser da cor branca.

Art. 3º Nas laterais, dianteira e traseira do veículo-táxi serão afixadas faixas de identificação, de acordo com o modelo constante do Anexo I deste Decreto.

§ 1º O novo layout conterá faixas laterais, dianteira e traseira de 15 cm (quinze centímetros) de altura, nas cores azul e amarelo, contendo o número do veículo, telefone e local do ponto.

§ 2º As despesas com a instalação das faixas de identificação e demais exigências correrão por conta do concessionário.

Art. 4º Os veículos utilizados para os serviços de transporte de passageiros - táxis, não poderão exceder a capacidade máxima de 7 (sete) passageiros.

Art. 5º O prazo para o cumprimento das disposições estabelecidas neste Decreto será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação.

Parágrafo único. O concessionário que não obedecer ao prazo de que trata o caput deste artigo, estará sujeito à apreensão do veículo-táxi e multa equivalente à 200 (duzentos) quilômetros tarifários.

Art. 6º O Departamento de Trânsito da Prefeitura Municipal exercerá o controle e fiscalização dos dispositivos deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Lei Nº 3.788/2014

LEI Nº 3.788, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre recuo mínimo para edificações em ZR, ZC e ZM e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Para edificações em lotes de esquina os recuos mínimos serão conforme lei vigente, sendo tolerado o recuo de dois metros na via secundária, nas ZR (Zona Residencial 1, 2 e 3), ZC (Zona Comercial 2) e ZM (Zona Mista).

Art. 2º As demais exigências constantes da tabela de uso e ocupação do solo de que trata a Lei Municipal nº 1.328, de 24 de outubro de 1988, permanecem inalteradas.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.323, de 30 de junho de 2008.

Maravilha - SC, 15 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Meleiro**PREFEITURA****Portaria N.º 342/2014**

PORTARIA n.º 342/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita ANA CAROLINI FRANCISCO BOSA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Maria de Lourdes Dal Pont Colombo, em virtude do retorno da mesma da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 325/2014.

Meleiro, 15 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 343/2014

PORTARIA n.º 343/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMERI SCARPARI PRESA RONZANI, para ocupar o cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 344/2014

PORTARIA n.º 344/2014
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita PATRICIA BORGES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, no Centro de Educação Infantil Pato Donald, em virtude do Pedido de Exoneração da servidora Franciele Bendo Nazário.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 345/2014

PORTARIA n.º 345/2014
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE MECÂNICO POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor ALEXANDRE DE ARAUJO MARTINS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Mecânico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1656/2014

LEI nº 1656/2014
AUTORIZA O MUNICÍPIO À CONCEDER ISENÇÃO DE ITBI

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 248, III do Código Tributário Municipal, autorizado a conceder isenção de ITBI e também autoriza custear as despesas cartoriais na transferência do imóvel entregue em permuta conforme Lei municipal nº 1.649/2014.

Parágrafo único. A referida permuta justifica-se no interesse público de ampliação do pátio da garagem municipal.

Art. 2º As despesas de transferência de que trata o artigo 1º da presente lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.90.00.00.00.00 (6) Aplicações Diretas do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 11 de setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Concorrência Pública N.º 067/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 067/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 21/10/2014, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 067/2014, que tem como objeto a Contratação de empresa para execução da 2ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário, com fornecimento de material e mão de obra, tudo em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou por solicitação via e-mail.

Meleiro/SC, 12 de setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato Contrato 58 2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 75/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DA LOCAÇÃO DE TRANSFORMADOR ELÉTRICO BEM COMO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PROJETO PARA EXPOMONTE 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

Contratada: DS INSTALAÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELE EPP

Valor: R\$ 14.680,00 (catorze mil, seiscentos e oitenta reais),

Período de vigência: com início em 15/09/2014 e término em 30/09/2014.

Fundamento legal: art. 25, caput da Lei nº 8.66/93 e alterações posteriores.

Monte Carlo - SC, 15 de Setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 56 2014

EXTRATO DE CONTRATO - 56/2014
PROCESSO LICITATÓRIO nº 70/2014

Objeto: a) Um Veículo utilitário novo, Volkswagen Saveiro 1.6, tipo pick-up, zero quilometro, cabine simples, ano de fabricação 2014 e modelo 2015; no valor de R\$: 42.500,00 e

b) Quatro Veículos de passeio, Volkswagen Gol 1.6, novo, zero quilometro, quatro portas, ano de fabricação 2014 modelo 2015, no valor de R\$: 48.300,00

Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

Contratada: AUTO ELITE LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de novembro, 977 na cidade de Videira - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 83.270.397.0010.50

Valor: R\$ 235.700,00 (Duzentos e trinta cinco mil e setecentos reais).

Período de vigência: 12 meses em função da garantia

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Monte Carlo - SC, 11 de Setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 57 2014

EXTRATO DE CONTRATO - 57/2014
PROCESSO LICITATÓRIO nº 70/2014

Objeto: Veículo RENAULT MASTER FURGÃO novo, zero quilometro, tipo furgão para transporte de passageiros, ano de fabricação e modelo 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

Contratada: DE MARCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Rio Branco, 288 na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 84.584.556.0001.62.

Valor: R\$ 119.900,00 (cento e dezenove mil e novecentos reais),

Período de vigência: 12 meses em função da garantia

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Monte Carlo - SC, 11 de Setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Aviso Licitação - Processo Nº 76/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2014

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO - SC torna público que no dia 22 de setembro de 2014, às 14:00h, estará recebendo proposta para seleção de empresa especializada para instalação e exploração de espaço comercial no período compreendido entre 25 a 28 de setembro de 2014, no evento denominado "EXPOMONTE". As condições gerais de contratação e especificações técnicas, são as contidas no Edital.

Informações e/ou cópia na íntegra do Edital e seus Anexos poderá ser obtida na Internet, no site da Prefeitura do Município de Monte Carlo www.montecarlo.sc.gov.br, ou ser retirada junto ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Rodovia SC 452, km 24, n. 1551, Centro, em Monte Carlo (SC), ou pelo telefone (49) 3546 0194 - Ramal 231.

Monte Carlo (SC), 15 de setembro de 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Aviso Licitação - Processo Nº 77/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2014

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2014

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO - SC torna público que no dia 22 de setembro de 2014, às 16:00h, estará recebendo proposta para seleção de empresa especializada para instalação e exploração de espaço comercial no período compreendido entre 25 a 28 de setembro de 2014, no evento denominado "EXPOMONTE". As condições gerais de contratação e especificações técnicas, são as contidas no Edital.

Informações e/ou cópia na íntegra do Edital e seus Anexos poderá ser obtida na Internet, no site da Prefeitura do Município de Monte Carlo www.montecarlo.sc.gov.br, ou ser retirada junto ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Rodovia SC 452, km 24, n. 1551, Centro, em Monte Carlo (SC), ou pelo telefone (49) 3546 0194 - Ramal 231.

Monte Carlo (SC), 15 de setembro de 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Aviso Licitação - Processo Nº 78/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2014

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2014

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO - SC torna público que no dia 22 de setembro de 2014, às 17:00h, estará recebendo proposta para seleção de empresa especializada para instalação e exploração de espaço comercial no período compreendido entre 25 a 28 de setembro de 2014, no evento denominado "EXPOMONTE". As condições gerais de contratação e especificações técnicas, são as contidas no Edital.

Informações e/ou cópia na íntegra do Edital e seus Anexos poderá ser obtida na Internet, no site da Prefeitura do Município de Monte Carlo www.montecarlo.sc.gov.br, ou ser retirada junto ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Rodovia SC 452, km 24, n. 1551, Centro, em Monte Carlo (SC), ou pelo telefone (49) 3546 0194 - Ramal 231.

Monte Carlo (SC), 15 de setembro de 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça**PREFEITURA****Registro de Preço 099/2014**

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 099/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PARA A POLÍCIA MILITAR, conforme anexo. Data: 26/09/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari

Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Resultado de Análise de Amostras - Pregão Presencial Nº 11/2014 F.M.A.S

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014 F.M.A.S CONFORME ATESTADO PELA COORDENADORA DO ABRIGO - FERNANDA DO NASCIMENTO JUNTAMENTE COM A PEDAGOGA - ALISSON MARIA WEISE QUE AUXILIA NA ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO COM OS CUIDADOS COM A SEDE E COM OS ACOLHIDOS, E PARA FINS DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO CERTAME LICITATÓRIO DE QUE TRATA O PREGÃO PRESENCIAL 11/2014 F.M.A.S, REFERENTE AS AMOSTRAS INFORMA QUE:

AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS, DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, MÁXIMA PAPELARIA LTDA. EPP E AMANDA COMÉRCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, CADA QUAL NOS ITENS QUE FORAM VENCEDORES. AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS CLASSIFICADA.

IULI DA CUNHA CESCHIN SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO 2014

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500

CENTRO - 370 - 446 - NAVEGANTES - SC

"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS"

Ata Pregão Presencial 179/2014 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 179/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS BLUNAC, FOOT COMÉRCIO, ADL COMERCIAL E ELMO PAPELARIA, DEVIDAMENTE CREDENCIADAS.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS.

APÓS ANÁLISE DAS PROPOSTAS OCORREU A ETAPA DE LANCES, ONDE FOI DECLARADA VENCEDORA DO ITEM A EMPRESA ELMO PAPELARIA LTDA.

FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E VERIFICADO QUE A EMPRESA ATENDEU A EXIGÊNCIA DO EDITAL, A LICITANTE ABRIU MÃO DE INTERPOR RECURSO, MOMENTO EM QUE DECLARA-SE ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

NAVEGANTES SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

" DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS! "

Lei 2919 Institui Projeto Educação Para O Turismo

LEI Nº 2919 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

INSTITUI O PROJETO EDUCAÇÃO PARA O TURISMO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o projeto "Educação para o Turismo", cuja finalidade é possibilitar o acesso dos alunos das escolas da rede pública municipal de ensino ao acervo natural, cultural, artístico e

turístico do município de Navegantes.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Educação poderá incluir no projeto pedagógico do Ensino Fundamental a temática "Turismo Educativo", fazendo constar das disciplinas abaixo relacionadas o seguinte:

I - em História, a história de Navegantes;

II - em Geografia, a geografia de Navegantes;

III - em Língua Portuguesa, o folclore, as lendas, a cultura açoriana e a literatura produzida referente a Navegantes;

IV - em Ciências, a ecologia, a fauna e a flora de Navegantes, a Mata Atlântica e o ecoturismo.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Turismo, em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, ficarão responsáveis por organizar os roteiros de visitas dos alunos aos pontos turísticos de Navegantes, de forma que cada unidade escolar possa participar ao menos uma vez por ano.

Art. 4º Ao final de cada ano letivo, as Secretarias competentes poderão organizar um concurso entre os alunos participantes com o intuito de demonstrarem os conhecimentos aprendidos com o projeto, em forma de redação, conto, poesia ou música.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 187/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECARIOS MOVEIS PARA ACERVO LITERARIO DAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 26/09/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 26/09/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 15 de setembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 189/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/09/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 26/09/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emilio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 15 de setembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Ata - Pregão N° 14/2014 FMAS

Prefeitura Municipal de Navegantes
ATA - Pregão nº 14/2014 FMAS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, JEAN CARLOS PEREIRA, E A EMPRESA CUNHA COM, TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS ENTRETANTO SÓ A EMPRESA JEAN C. PEREIRA APRESENTOU CERTIDÃO SIMPLIFICADA E DECLARAÇÃO DIZENDO QUE ERA ME/EPP FAZENDO JUS AO BENEFÍCIO DE MICRO EMPRESA.

APÓS FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS, E CONSTATADO QUE A EMPRESA CUNHA COM. NÃO APRESENTOU MARCA NOS ITENS E TAMBÉM NÃO APRESENTOU O LAUDO DA GRANJA E COPIA DO CERTIFICADO (ITEM 3.12) SENDO A MESMA DESCLASSIFICADA. PASSANDO PARA ETAPA DE LANCE; NESTA ETAPA O LICITANTE JEAN C. PEREIRA DIMINUIU SEU VALOR PARA R\$ 11.000,00 APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO O PREGOEIRO ENCERRA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE.

Pregoeiro e equipe de apoio,
Navegantes 15 de setembro de 2014

Extrato Contratual N° 227/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 227/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada....: INSTITUTO O BARRIGA VERDE.

Valor Total: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais).

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 07/02/2015.

Licitação : Concorrência 168/2014.

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 168/2014.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Extrato Contratual N° 231/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 231/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA.

Vigência : Início: 12/09/2014 Término: 31/12/2014.

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.:211/2013

Recursos : Dotação: 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00
1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 .

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 048/2014, REFERENTE À EXECUÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA INTERNA NAS UNIDADES E CENTROS DE ENSINO DO MUNICÍPIO, CONFORME TOMADA DE PREÇOS Nº 211/2013.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Orleans

PREFEITURA

Pregão Presencial 18/2014 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.18/2014

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.18/2014 cujo objeto é aquisição bombas para elevatórias de água e esgoto sanitário . Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 26 de setembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 na pagina do SAMAE no endereço www.samaeorleans.sc.gov.br e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

Homologação de Contratos 99-105

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: GRAFICA DO LELO LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.062,30 (dezoito mil e sessenta e dois reais e trinta centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.432,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e trinta e dois reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.093,50 (três mil e noventa e três reais e cinquenta centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: J.M. ESPORTES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 360,60 (trezentos e sessenta reais e sessenta centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.221,40 (um mil duzentos e vinte e um reais e quarenta centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: ADBX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.687,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e sete reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: GTA ATACDO E VAREJO EIRELLI EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.773,20 (um mil setecentos e setenta e três reais e vinte centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/14
CONTRATADO: PATRICIA M. MULLER - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA -EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS DOMESTICOS PARA A CRECHE MUNDO ENCANTADO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.071,76 (três mil e setenta e um reais e setenta e seis centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS DOMESTICOS PARA A CRECHE MUNDO ENCANTADO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.120,07 (um mil cento e vinte reais e sete centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS DOMESTICOS PARA A CRECHE MUNDO ENCANTADO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.437,60 (um mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS DOMESTICOS PARA A CRECHE MUNDO ENCANTADO, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.864,94 (cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: RTI LOCAÇÃO EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA USO DE EVENTOS NO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.300,00 (trinta mil trezentos reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: MERCADO DEBIAZI LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 583,00 (quinhentos e oitenta e três reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.383,12 (três mil trezentos e oitenta e três reais e doze centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
 CONTRATADO: ATEKY INFORMATICA LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.832,71 (sete mil oitocentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
 CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.292,00 (sete mil duzentos e noventa e dois reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
 CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.060,00 (sete mil e sessenta reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
 CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.124,00 (seis mil cento e vinte e quatro reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
 HOMOLOGAÇÃO: 07/08/14
 CONTRATADO: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 11.500,00 (onze mil quinhentos reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
 CONTRATADO: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUT. LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O MUNICIPIO, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
 CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 39.229,90 (trinta e nove mil duzentos e vinte e nove reais e noventa centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 43.106,50 (quarenta e três mil cento e seis reais e cinquenta centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
 CONTRATADO: HERCILIO DE MATTIA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 24.374,97 (vinte e quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
 CONTRATADO: SUPRIMOVEIS LTDA - EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 30.739,60 (trinta mil setecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
CONTRATADO: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
CONTRATADO: MM SAO JOSE LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/14
HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
CONTRATADO: DIFAFIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.265,00 (nove mil duzentos e sessenta e cinco reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/14
HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
CONTRATADO: SUPERMERCADO RH LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.371,15 (doze mil trezentos e setenta e um reais e quinze centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/14
HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
CONTRATADO: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.207,50 (um mil duzentos e sete reais e cinquenta centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/14
HOMOLOGAÇÃO: 08/08/14
CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 105.473,51 (cento e cinco mil quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/14
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/14
CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 149,65 (cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/14
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/14
CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.495,75 (oito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/14
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/14
CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.982,00 (três mil novecentos e oitenta e dois reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/14
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/14
CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais)
DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/14
 HOMOLOGAÇÃO: 12/08/14
 CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 9.398,00 (nove mil trezentos e noventa e oito reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/14
 HOMOLOGAÇÃO: 12/08/14
 CONTRATADO: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/14
 HOMOLOGAÇÃO: 18/08/14
 CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 27.403,00 (vinte e sete mil quatrocentos e três reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/14
 HOMOLOGAÇÃO: 18/08/14
 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 33.041,66 (trinta e três mil e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/14
 HOMOLOGAÇÃO: 18/08/14
 CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.332,00 (dois mil trezentos e trinta e dois reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/14
 HOMOLOGAÇÃO: 18/08/14
 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL
 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.921,50 (treze mil novecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 128/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/14
 HOMOLOGAÇÃO: 19/08/14
 CONTRATADO: DJALMA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE TENDAS, PALCO, SOM, LUZ, CAMARIM BANHEIROS, SEGURANÇAS E GERADOR conforme memorial em anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 56.880,00 (cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/14
 HOMOLOGAÇÃO: 19/08/14
 CONTRATADO: EJD INFORMATICA LTDA ME - CONECTA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA EM INFORMATICA, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 76.700,00 (setenta e seis mil e setecentos reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 129/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/14
 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/14
 CONTRATADO: FABIO GALVAO ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÕES ARTISTICAS conforme memorial em anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 36.550,00 (trinta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/14
 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/14
 CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE ESPORTE, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.458,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/14
 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/14
 CONTRATADO: J.M. ESPORTES LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE ESPORTE, conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 41.005,50 (quarenta e um mil e cinco reais e cinquenta centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/14
 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/14
 CONTRATADO: GERALDO MARCELO PAVEI (ME)
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DEBORA LAURENTINO conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 126/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/14
 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/14
 CONTRATADO: TEZZA MONTAGENS ELETRICAS LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: INSTALAÇÃO DE UM RAMAL DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICA DE ALTA TENSÃO, CLASSE 13,8KV E SUBESTAÇÃO EXTERNA COM TRANSFORMADOR DE 112,5KVA DE POTENCIA 15KV INSTALADO EM POSTE DE CONCRETO conforme projetos em anexo..
 VALOR DA DESPESA: R\$ 29.350,00 (vinte e nove mil trezentos e cinquenta reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/14
 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/14
 CONTRATADO: CB UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA. EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DEBORA LAURENTINO conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.920,00 (dois mil novecentos e vinte reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/14
 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/14
 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DEBORA LAURENTINO conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.262,50 (seis mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/14
 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/14
 CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DEBORA LAURENTINO conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.815,00 (cinco mil oitocentos e quinze reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/14
 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/14
 CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DEBORA LAURENTINO conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.209,00 (três mil duzentos e nove reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/14
 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/14
 CONTRATADO: COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXERCUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E PINTURA DE MEIO FIO DO MUNICIPIO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/09/14
 CONTRATADO: IMPRENSA EDITORA LTDA-ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: Contratação de Empresa especializada para publicidade legal e institucional em mídia impressa (JORNAL), conforme anexo.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 358.400,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/09/14
 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES CRECHE MUNDO ENCANTADO ETAPA II
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/14
 HOMOLOGAÇÃO: 08/09/14
 CONTRATADO: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES CRECHE MUNDO ENCANTADO ETAPA II
 VALOR DA DESPESA: R\$ 21.688,00 (vinte e um mil seiscentos e oitenta e oito reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14
 HOMOLOGAÇÃO: 09/09/14
 CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14
 HOMOLOGAÇÃO: 09/09/14
 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.766,05 (oito mil setecentos e sessenta e seis reais e cinco centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14
 HOMOLOGAÇÃO: 09/09/14
 CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME.
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 789,56 (setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14
 HOMOLOGAÇÃO: 09/09/14
 CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 52.082,00 (cinquenta e dois mil e oitenta e dois reais)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14
 HOMOLOGAÇÃO: 09/09/14
 CONTRATADO: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.643,10 (sete mil seiscentos e quarenta e três reais e dez centavos)
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/14
 HOMOLOGAÇÃO: 12/09/14
 CONTRATADO: VALLE ENGENHARIA LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 OBJETO: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E TELEFONIA RURAL SEGUNDO EDITAL EM ANEXO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 133.333,32 (cento e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.
 DATA: 12/09/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans

Extrato Contratual 107

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 107/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS		
Contratada....: PANIFICIO PANI PER TUTTE LE PERSONE LTDA		
Valor : 2.443,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e três reais)		
Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014		
Recursos : Dotação:		
Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES		
Orleans, 12 de Setembro de 2014		
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES		
PREFEITO DE ORLEANS		

Contrato Nº.: 105/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS		
Contratada....: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA		
Valor : 13.702,12 (treze mil setecentos e dois reais e doze centavos)		
Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014		
Recursos : Dotação:		
Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES		
Orleans, 12 de Setembro de 2014		
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES		
PREFEITO DE ORLEANS		

Contrato Nº.: 109/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: CONCRETOS COMELLI LTDA ME

Valor : 217.093,80 (duzentos e dezessete mil e noventa e três reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO.

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 100/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA ME

Valor : 82.920,00 (oitenta e dois mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 14/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2014

Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (88) Saldo: 249.312,82

Objeto : AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE.

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 101/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA EPP

Valor : 40.489,50 (quarenta mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 08/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 37/2014

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (106), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (174)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE PINTURAS E COLOCAÇÃO DE TACHÕES DE SINALIZAÇÃO EM VARIAS RUAS DO MUNICIPIO.

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 102/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: MERCADO DEBIAZI LTDA - ME

Valor : 219,50 (duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR. II

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 103/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: DIFABA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Valor : 18.329,28 (dezoito mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR. II

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 104/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Valor : 285,20 (duzentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR. II

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 106/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: MERCADO DEBIAZI LTDA - ME

Valor : 111.640,30 (cento e onze mil seiscentos e quarenta reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES

Orleans, 12 de Setembro de 2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 108/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: VIP COMERCIO DE MAQUINA DE COSTURA LTDA EPP

Valor : 42.360,00 (quarenta e dois mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PROJETOS SOCIAIS, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICIPIO DE ORLEANS.

Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Contrato Nº.: 110/2014	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: EMPRESA ORLEANENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	
Valor : 73.140,00 (setenta e três mil cento e quarenta reais)	
Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2014	
Recursos : Dotação:	
Objeto : SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA OS PROGRAMAS MUNICIPAIS	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Contrato Nº.: 111/2014	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: ZILIO & ZILIO JARDIM E GRAMADOS LTDA - ME	
Valor : 65.024,00 (sessenta e cinco mil e vinte e quatro reais)	
Vigência : Início: 10/07/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2014	
Recursos : Dotação:	
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE HIDROSSEMEADURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXAS A ESTE EDITAL.	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Contrato Nº.: 113/2014	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: MADEIREIRA ALEXANDRE LTDA ME	
Valor : 70.084,90 (setenta mil e oitenta e quatro reais e noventa centavos)	
Vigência : Início: 18/07/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 22/2014	
Recursos : Dotação:	
Objeto : CONSTRUÇÃO DE 10 MODULOS SANITARIOS DE 3,60M², CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO.	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Contrato Nº.: 114/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: SENGETOP - ENGENHARIA LTDA ME	
Valor : 118.500,00 (cento e dezoito mil quinhentos reais)	
Vigência : Início: 23/07/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 104/2014	
Recursos : Dotação:	
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAIS PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS NO PERIMETRO URBANO DE ORLEANS, OBEDECENDO AS ORIENTAÇÕES DA GIGOV/GIDUR E BRDE/FUNDAM E BADESC.	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Aditivo Nº : 116/2013-1 - Contrato Nº: 116/2013	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	
Valor : 10.200,00 (dez mil duzentos reais)	
Vigência : Início: 01/07/2014 Término: 31/10/2014	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2013	
Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 122.000,49	
Objeto : SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Aditivo Nº : 05/2014-1 - Contrato Nº: 5/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: FRANCISCO PEDRO CARDOZO & CIA LTDA ME	
Valor : 16.900,00 (dezesseis mil novecentos reais)	
Vigência : Início: 25/07/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 130/2013	
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (5), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (60), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (140), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (144)	
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA O EXERCÍCIO DE 2014.	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Contrato Nº.: 123/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: VALLE ENGENHARIA LTDA ME	
Valor : 133.333,32 (cento e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos)	
Vigência : Início: 12/09/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 97/2014	
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (43), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (195)	
Objeto : IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E TELEFONIA RURAL SEGUNDO EDITAL EM ANEXO.	

Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Aditivo Nº : 130/2013-1 - Contrato Nº: 130/2013	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS	
Contratada...: ENGEPLUS TELECOM LTDA. - EPP	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 30/07/2014 Término: 31/12/2014	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2013	
Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51) Saldo: 531.994,01	
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INTERNET BANDA LARGA, PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS	
Orleans, 12 de Setembro de 2014	
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	
PREFEITO DE ORLEANS	

Revoga Edital 146

Município de Orleans.

Aviso de Revogação do Edital de Registro de Preço 146/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO NA INTERNET DE NOTÍCIAS, COBERTURAS DAS EXECUÇÕES DE OBRAS, EVENTOS, REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, conforme anexo.

Data: 17/09/2014 às 16h00min

Fica revogado por interesse da administração.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncin

Secretário de Administração.

Pregão Presencial 040 - Aquisição de 2 Motos

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE DUAS MOTOS NOVAS, ZERO QUILOMETRO PARA USO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE CONFORME ANEXOS.

Data Abertura: 29/09/2014 às 13:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Telefone: (48) 3886-0100

www.orleans.sc.gov.br

licitacao3@orleans.sc.gov.br

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde.

Ouro

PREFEITURA

Lei Nº 2.390

LEI Nº 2.390, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel público com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel Público com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para utilização de serviço de inteligência da Polícia Militar no Município de Ouro SC.

Parágrafo único. O Termo de Cessão de que trata este artigo será formalizado através do documento anexo, que passa a integrar a presente Lei.

Art. 2º O Bem Móvel Público, adquirido através de recursos provenientes do Convênio de Rádio Patrulha do Município de Ouro-SC, constitui em um veículo novo a seguir discriminado:

I -01 (um) veículo marca Volkswagen, Gol, tipo automóvel, cor branca, combustível alco/gasol, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2015, chassi nº 9BWAB45UXFP515627, Renavam nº 1012968437;

Art. 3º O prazo de vigência desta Cessão de Uso será de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta, no exercício corrente, dos recursos do tesouro municipal de Ouro SC, e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
10 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Hermes Felis Pissolo

Sec. Mun. De Administração e Finanças.

ANEXO I

CESSÃO DE USO Nº

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Ouro SC, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Aos ____ dias do mês de ____ de 2014, o Município de Ouro SC, doravante denominado - Cedente situado à Rua Gov. Jorge Lacerda, nº 1209, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.228/0001-57, neste ato representado pelo Exmo Sr. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 520.064.509-30, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina,

doravante denominada - Cessionária, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo Diretor da DALF (Diretoria de Apoio Logístico e Financeiro), Coronel PM SILVIO HERNANI FERNANDES, amparado na Lei Municipal nº ____/2014 no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e inciso XI, do Art. 4º da Portaria Nº 237/PMSC/2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva na 1º/2ª Companhia da Polícia Militar, sediado no Município de Ouro SC, os seguinte bem:

- 01 (um) veículo marca Volkswagen, Gol, tipo automóvel, cor branca, combustível alco/gasol, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2015, chassi nº 9BWAB45UXFP515627, Renavam nº 1012968437;

Os bens objetos do presente termo estão com todos os equipamentos obrigatórios, e foram adquiridos através do Convênio de Rádio Patrulha do Município de Ouro- SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de inteligência da Polícia Militar no Município de Ouro SC, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso dos veículos, obrigar-se-á:

- Usar os veículos exclusivamente para o fim a que se destina;
- Zelar pela guarda dos veículos, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- A OPM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos de Fundos Municipais;
- Arcar com os custos de manutenção dos veículos que correrão por conta, no exercício corrente, dos recursos do tesouro municipal de Ouro SC, e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passarão a integrar a frota da Cessionária, caracterizados por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado,

podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC,
VITOR JOÃO FACCIN
Prefeito Municipal

SILVIO HERNANI FERNANDES
Cel PM Diretor da DALF/PMSC

Testemunhas:

Nome: CLEVERSON TOLFO GARCEZ
CPF: 019.913.729-30

Nome:
CPF:

Lei Complementar Nº 31

LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o sistema de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Ouro e autoriza a realização direta dos serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Ouro reger-se-á pelas disposições da Lei Orgânica, por esta Lei e por Normas Complementares expedidas pelo Poder Executivo.

§1º As normas complementares serão aprovadas pelo Poder Executivo através de Decretos.

§2º As normas complementares referir-se-ão exclusivamente à dinâmica da aplicação desta Lei no que se refere à operação dos serviços, visando o seu aperfeiçoamento e não poderão extinguir alterar ou criar situações jurídicas diversas das estabelecidas na presente lei.

§3º. Ocorrendo, em consequência de normas complementares, circunstâncias que acarretem investimentos ou despesas que onerem os custos, deverão estes estar incluídos no cálculo tarifário.

§4º Observando o disposto no §2º, poderão ser estabelecidas alterações de aspectos operacionais anteriormente normatizados, ficando nestes casos automaticamente revogadas as normas anteriores.

Art. 2º A operacionalização do serviço de transporte coletivo urbano poderá ser feita diretamente pela administração municipal ou por delegação às empresas particulares, sob regime de concessão ou permissão e por autorização, de acordo com as peculiaridades e necessidades viárias locais, destinando-se a atender as necessidades de transporte da população, contribuindo para a racional ocupação do solo no processo de expansão urbana.

Parágrafo único. Nos casos de delegação, observar-se-ão os seguintes critérios, dentre outros a serem disciplinados em Lei:

I - Permissão ou concessão para os serviços públicos regulares precedidos de licitação.

II - Autorização para os demais serviços.

Art. 3º O serviço de transporte coletivo urbano de passageiros prestado diretamente pela administração municipal poderá ser realizado com veículos e motoristas do Município de Ouro ou mediante a contratação desses serviços através de processo licitatório, nos termos da Lei nº. 8.666/93, em que o contratado possa disponibilizar a locação do veículo com ou sem o respectivo serviço de condução do mesmo, conforme conveniência administrativa.

Art. 4º O ato que regulamentar o serviço de transporte coletivo urbano de passageiros fixará as linhas, horários, frequências, preço público a ser cobrado e suas dispensas, assim como os demais aspectos operacionais desse serviço.

§1º Preferencialmente o preço público da passagem deverá ter valor único e não será cobrado:

- I - das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II - das crianças com até 06 (seis) anos de idade;
- III - dos alunos e professores da rede municipal de ensino;
- IV - das pessoas que necessitem se deslocar em função de atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Município;
- V - das pessoas portadoras, em grau acentuado, de deficiências física, mental e sensorial e seus respectivos acompanhantes, quando comprovadamente necessários e/ou estiverem assistindo àqueles.

§2º Para aplicação do disposto no inciso V do parágrafo 1º deste artigo, considera-se grau acentuado de deficiências física, mental e sensorial:

I - portador de deficiência visual:

a) cego: aquele que possui acuidade entre 20/200 ou menor no melhor olho com a correção apropriada ou limitação tal no campo da visão, que o maior diâmetro do campo visual subentende distância angular não superior a 20 graus; e.

b) visão subnormal: aquele que possui acuidade entre 20/60 e 20/200 no melhor olho, após correção máxima;

II - portador de deficiência auditiva: aquele que possui perda neurossensorial bilateral igual a setenta (70) decibéis ou maior;

III - portador de deficiência física: aquele que possui atrofia ausência de membro ou sequela que impeça ou dificulte os movimentos dos membros superiores, inferiores ou tronco;

IV - portador de deficiência mental: aquele que apresenta defasagem em seu desenvolvimento mental, ainda que seja capaz de apresentar satisfatória adaptação social através de atuação independente na comunidade e de obter adequação ocupacional; e.

V - deficiência múltipla: a associação de duas ou mais deficiências previstas nos incisos anteriores.

§3º Ficam igualmente isentos da tarifa de que trata este artigo, os usuários com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que comprovadamente residam no Município de Ouro.

§4º Fica concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa para os alunos e professores da rede estadual de ensino, bem como dos alunos matriculados em curso superior ou ensino técnico profissionalizante.

§5º Para fazer jus à isenção referida no parágrafo 2º e 3º deste artigo, bem como ao desconto referido no parágrafo 4º deste artigo, o usuário ou beneficiário deverá efetivar seu cadastro junto ao Setor de Cadastro Único vinculado a Secretaria de Assistência Social do Município, comprovando sua idade, deficiência, condição de munícipe, certidão de matrícula e atestado de frequência, conforme for o caso, e no ato do transporte, apresentar carteira de identificação fornecida pelo referido Setor, que deverá atualizar o cadastro semestralmente.

§6º Ficam autorizados os beneficiários deste artigo, bem como às

senhoras gestantes e usuários com crianças de colo, a proceder ao desembarque do ônibus pela porta de entrada, não isentando, contudo, quanto a estes últimos, o pagamento de tarifa, na forma desta lei.

Art. 5º O serviço público de transporte coletivo urbano será remunerado pelos usuários mediante o pagamento de tarifa fixada por decreto do Poder Executivo e, deverá manter o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços.

§1º Os reajustes da tarifa serão efetuados com base em planilha de custos, elaborada pelo Município e levará em conta o custo por quilometro rodado e o índice de passageiros por quilometro (IPK), atualizados.

§2º Na elaboração dos cálculos tarifários, os passageiros com gratuidades e descontos previstos em lei serão deduzidos do número de passageiros transportados, de modo equivalente.

§3º São itens da planilha para efeito de cálculo tarifário:

- I - custo operacional;
- II - custo de capital;
- III - custo de administração;
- IV - custo tributário.

§4º Consideram-se custo operacional: os custos com combustível, lubrificantes, peças e acessórios de terceiros relativos à manutenção, pessoal de tráfego, encargos sociais, seguros, impostos, taxas, uniformes, dentre outros.

§5º Os parâmetros adotados na planilha, referentes ao consumo de combustíveis, lubrificantes e rodagem, deverão ser aferidos, periodicamente, considerado o efetivo consumo de cada item, exclusivamente na execução dos serviços.

§6º Os custos relativos à pessoal de manutenção serão obtidos através de verificação técnico-operacional que avalie o quadro utilizado, no serviço de transporte coletivo, bem como salários e demais vantagens comprovadamente pagas.

§7º Na ocorrência de despesas com a contratação de serviços de terceiros, o critério a ser usado na estimativa componente do cálculo tarifário será o índice técnico do órgão público encarregado deste controle.

§8º No caso de processamento eletrônico da cobrança ou outro processo que elimine o cobrador, a planilha deverá ser revisada sobre a apuração de seu refluxo na tarifa dos serviços.

§9º Considera-se Custo de Capital a remuneração e a depreciação do capital investido na frota, da seguinte forma:

I - A remuneração do capital será feita na base de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor remanescente do capital aplicado na compra de cada veículo, deduzidos 10% (dez por cento) do valor residual do veículo.

II - A depreciação deverá provisionar a reposição do veículo similar, com valor residual de 10% (dez por cento) ao final da vida útil.

III - No caso de implantação de bilhetagem eletrônica, considera-se custo de capital em substituição ao custo de mão de obra do cobrador.

§10. Consideram-se Custo de Administração, os valores de depreciação e remuneração do capital relativo às instalações e equipamentos, bem como a remuneração do capital empregado no almoxarifado, além das despesas administrativas, seguros, água, luz, serviços de gráfica, inclusive pessoal, honorários da diretoria e assistência social, conforme o caso.

§11. Consideram-se Custo Tributário os tributos que incidem sobre

a receita do sistema.

Art. 6º O índice de passageiros por quilômetro (IPK) será o divisor do total do custo por quilômetro, obtido segundo os critérios estabelecidos no artigo 5º, para efeito de determinação do preço da tarifa.

§ 1º A metodologia para obtenção do IPK garantirá a observância de uma relação entre o número de passageiros equivalentes transportados e a quilometragem total para o sistema.

§ 2º Para atualização periódica dos níveis de demanda de passageiros, o município efetuará a contagem do número de usuários do sistema.

§ 3º O município definirá, mensalmente, a programação de horários e a respectiva quilometragem total do sistema, para, como divisor da demanda mensal, determinar o valor do IPK.

Art. 7º Os veículos de transporte coletivo e outros, assim como, os servidores municipais que os conduzem e demais que sejam necessários, poderão atuar no sentido de viabilizar o transporte de pessoas para participarem em eventos de interesse da Municipalidade, inclusive culturais e desportivos, dentro e fora do Município, mediante a cobrança ou não do respectivo preço público, conforme vier a ser definido em ato regulamentar.

Art. 8º O Transporte Coletivo terá prioridade sobre o individual e o comercial, condição que se estende também às vias de acesso e manutenção das pistas de rolamento.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria e vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
10 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Hermes Felis Pissolo
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto Nº2534

DECRETO N.º 2534/2014

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NAS FONTES DE RECURSO 0364, 0365 E 0367 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 873/2013, de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 106.824,00 (Cento e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10 - SAÚDE		
301 - ATENÇÃO BÁSICA		
1001 - SAÚDE PARA TODOS		
2.000050 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
33900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0364 - 25	R\$	87.683,00
33900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0365 - 26	R\$	11.959,00
33900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0367 - 27	R\$	7.182,00
TOTAL GERAL	R\$	106.824,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior:

- Fonte de Recurso 0364 - Atenção Básica R\$ 87.683,00,
- Fonte de Recurso 0365 - Atenção de M e Alta Complex. Ambulat. R\$ 11.959,00 e
- Fonte de Recurso 0367 - Assist. Farmac. Básica R\$ 7.182,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 09 de setembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretario Municipal de Adm. e Gestão

RREO Anexo I

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,01
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.558.050,00	13.558.050,00	2.034.264,38	15,00	8.213.928,17	60,58	5.344.121,83
Receitas Correntes	13.492.050,00	13.492.050,00	1.937.984,75	14,36	7.541.661,61	55,90	5.950.388,39
Receita Tributária	435.600,00	435.600,00	88.917,25	20,41	223.007,00	51,20	212.593,00
Impostos	363.000,00	363.000,00	87.957,73	24,23	204.865,69	56,44	158.134,33
Taxas	61.600,00	61.600,00	959,52	1,56	18.141,31	29,45	43.458,69
Contribuição de Melhoria	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Receitas de Contribuições	60.500,00	60.500,00	6.914,12	11,43	27.246,67	45,04	33.253,33
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	60.500,00	60.500,00	6.914,12	11,43	27.246,67	45,04	33.253,33
Receita Patrimonial	66.550,00	66.550,00	26.670,25	40,08	60.229,26	90,50	6.320,74
Receitas de Valores Mobiliários	66.550,00	66.550,00	26.670,25	40,08	60.229,26	90,50	6.320,74
Receita Agropecuária	24.200,00	24.200,00	1.748,61	7,23	9.955,57	41,14	14.244,43
Outras Receitas Agropecuárias	24.200,00	24.200,00	1.748,61	7,23	9.955,57	41,14	14.244,43
Receita de Serviços	77.000,00	77.000,00	56,00	0,07	4.461,07	5,79	72.538,93
Transferências Correntes	12.290.300,00	12.290.300,00	1.793.339,19	14,59	7.169.391,11	58,33	5.120.908,89
Transferências Intergovernamentais	12.136.300,00	12.136.300,00	1.506.493,45	12,41	6.226.811,22	51,31	5.909.488,78
Transferências de Convênios	154.000,00	154.000,00	286.845,74	186,26	942.579,89	612,06	-788.579,89
Outras Receitas Correntes	537.900,00	537.900,00	20.339,33	3,78	47.370,93	8,81	490.529,07
Multas e Juros de Mora	28.600,00	28.600,00	1.946,56	6,81	5.108,35	17,86	23.491,65
Indenizações e Restituições	423.500,00	423.500,00	3.469,94	0,82	13.976,23	3,30	409.523,77
Receita da Dívida Ativa	15.400,00	15.400,00	2.493,10	16,19	4.171,12	27,09	11.228,88
Receitas Diversas	70.400,00	70.400,00	12.429,73	17,66	24.115,23	34,25	46.284,77
Receitas de Capital	66.000,00	66.000,00	96.279,63	145,88	672.266,56	1.018,59	-606.266,56
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	20.319,39	0,00	-20.319,39
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	20.319,39	0,00	-20.319,39
Alienação de Bens	22.000,00	22.000,00	28.000,00	127,27	184.714,47	839,61	-162.714,47
Alienação de Bens Móveis	16.500,00	16.500,00	28.000,00	169,70	184.714,47	1.119,48	-168.214,47
Alienação de Bens Imóveis	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Transferências de Capital	44.000,00	44.000,00	68.279,63	155,18	467.232,70	1.061,89	-423.232,70

Continua 1 / 4

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		Continuação		RS 1,00	
Transferências de Convênios		44.000,00	68.279,63	155,18	-423.232,70
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		13.558.050,00	2.034.264,38	15,00	5.344.121,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		13.558.050,00	2.034.264,38	15,00	5.344.121,83
DÉFICIT (VI)			0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)		13.558.050,00	2.034.264,38	15,00	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)			72.651,16		
Superavit Financeiro			72.651,16		
Reabertura de créditos adicionais			0,00		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)		% (g/f)
				No Bimestre					
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	13.558.050,00	8.190.723,52	21.748.773,52	2.653.881,26	9.142.461,26	2.007.019,00	7.325.083,10	14.423.690,42	
Despesas Correntes	11.544.500,00	833.369,36	12.377.869,36	1.502.432,99	7.078.663,65	1.567.597,46	6.235.680,79	6.142.188,57	
Pessoal e Encargos Socia	6.352.500,00	-65.784,00	6.286.716,00	905.878,24	3.773.215,56	906.214,24	3.770.301,86	2.516.414,14	
Juros e Encargos da Divi	154.000,00	0,00	154.000,00	8.469,31	72.764,14	11.552,11	51.701,50	102.298,50	
Outras Despesas Corrente	5.038.000,00	899.153,36	5.937.153,36	588.085,44	3.232.683,95	649.831,11	2.413.677,43	3.523.475,93	

Continua 2 / 4

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014.Bimestre Julho-Agosto

Continuação											
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)											RS 1,00
Despesas de Capital	2.001.450,00	7.357.354,16	9.358.804,16	1.151.448,27	2.063.797,61	439.421,54	1.089.402,31	11,64	8.269.401,85		
Investimentos	1.148.950,00	7.394.464,16	8.543.414,16	1.066.291,38	1.581.186,50	344.042,64	702.418,55	8,22	7.840.995,61		
Inversões Financeiras	115.500,00	-37.110,00	78.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.390,00		
Amortização da Dívida	737.000,00	0,00	737.000,00	85.156,89	482.611,11	95.378,90	386.983,76	52,51	350.016,24		
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	0,00	12.100,00						12.100,00		
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	0,00	12.100,00						12.100,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	13.558.050,00	8.190.723,52	21.748.773,52	2.653.881,26	9.142.461,26	2.007.019,00	7.325.083,10	33,68	14.423.690,42		
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.558.050,00	8.190.723,52	21.748.773,52	2.653.881,26	9.142.461,26	2.007.019,00	7.325.083,10	33,68	14.423.690,42		
SUPERÁVIT (XIII)							888.845,07				
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.558.050,00	8.190.723,52	21.748.773,52	2.653.881,26	9.142.461,26	2.007.019,00	8.213.928,17				

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre	Até o bimestre	%	(c/a)	(a-c)
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)

Continua 3 / 4

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RS 1,00

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:31

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo II

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	(a-b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)		13.558.050,00	21.748.773,52	2.653.881,26	9.142.461,26	2.007.019,00	7.325.083,10	100,00	33,68	14.423.690,42
LEGISLATIVA		768.350,00	768.350,00	97.549,60	485.880,95	115.226,36	421.321,25	5,75	54,83	347.028,75
Ação Legislativa		768.350,00	768.350,00	97.549,60	485.880,95	115.226,36	421.321,25	5,75	54,83	347.028,75
ADMINISTRAÇÃO		2.160.247,00	2.210.247,00	206.040,19	1.450.608,98	286.480,02	1.197.352,21	16,35	54,17	1.012.894,79
Administração Geral		1.966.347,00	2.016.347,00	170.126,62	1.299.026,91	251.751,74	1.049.455,43	14,33	52,05	966.891,57
Administração Financeira		193.900,00	193.900,00	35.913,57	151.582,07	34.728,28	147.896,78	2,02	76,27	46.003,22
SEGURANÇA PÚBLICA		45.100,00	145.100,00	101.217,60	112.563,21	1.831,20	12.668,81	0,17	8,73	132.431,19
Policimento		15.100,00	15.100,00	1.323,20	3.377,27	1.323,20	3.377,27	0,05	22,37	11.722,73
Defesa Civil		30.000,00	130.000,00	99.894,40	109.185,94	508,00	9.291,54	0,13	7,15	120.708,46
ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.322.200,00	1.672.200,00	166.819,49	696.212,18	166.519,90	608.289,93	8,30	36,38	1.063.910,07
Assistência Ao Idoso		16.500,00	16.500,00	169,30	4.113,22	98,65	4.013,02	0,05	24,32	12.486,98
Assistência Ao Portador De Deficiência		22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Assistência à Criança e Ao Adolescente		308.530,00	308.530,00	39.613,07	172.295,96	45.794,41	123.438,86	1,69	40,01	185.091,14
Assistência Comunitária		975.170,00	1.325.170,00	127.037,12	519.803,00	120.626,84	480.838,05	6,56	36,29	844.331,95
SAÚDE		3.039.102,00	3.863.952,01	782.940,33	2.344.193,96	427.416,57	1.552.234,96	21,19	40,17	2.311.717,05
Atenção Básica		2.838.902,00	3.663.752,01	771.681,36	2.313.139,77	419.170,81	1.526.602,45	20,84	41,67	2.137.149,56
Vigilância Sanitária		50.600,00	50.600,00	2.942,99	3.517,98	627,50	1.202,49	0,02	2,38	49.397,51
Vigilância Epidemiológica		61.600,00	61.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.600,00
Alimentação e Nutrição		88.000,00	88.000,00	8.315,98	27.536,21	7.618,26	24.430,02	0,33	27,76	63.569,98
EDUCAÇÃO		1.954.053,00	3.531.059,52	503.009,34	1.737.312,99	252.420,21	1.404.577,31	19,17	39,78	2.126.482,21
Ensino Fundamental		1.769.053,00	3.319.804,20	488.030,57	1.648.007,50	231.259,36	1.332.601,47	18,19	40,14	1.987.202,73
Ensino Médio		18.000,00	18.000,00	0,00	10.700,00	2.000,00	5.300,00	0,07	29,44	12.700,00
Ensino Superior		22.000,00	22.000,00	0,00	22.000,00	4.100,00	11.800,00	0,16	53,64	10.200,00
Educação Infantil		123.000,00	149.255,32	14.978,77	56.605,49	15.060,85	54.875,84	0,75	36,77	94.379,48
Educação De Jovens e Adultos		11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial		11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
CULTURA		33.000,00	33.000,00	14.576,00	14.576,00	12.200,00	12.200,00	0,17	36,97	20.800,00
Difusão Cultural		33.000,00	33.000,00	14.576,00	14.576,00	12.200,00	12.200,00	0,17	36,97	20.800,00

Continua 1 / 3

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
URBANISMO	730.400,00	2.020.221,40	116.477,35	376.004,54	74.820,09	272.740,04	3,72	13,50	1.747.481,36
Infra-estrutura Urbana	130.900,00	1.453.721,40	59.175,32	59.175,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.453.721,40
Serviços Urbanos	599.500,00	566.500,00	57.302,03	316.829,22	74.820,09	272.740,04	3,72	48,14	293.759,96
HABITAÇÃO	302.500,00	302.500,00	33.258,06	36.969,05	35.233,82	36.480,35	0,50	12,06	266.019,65
Habitação Rural	115.500,00	190.500,00	31.041,49	33.505,95	33.505,95	33.505,95	0,46	17,59	156.994,05
Habitação Urbana	187.000,00	112.000,00	2.216,57	3.463,10	1.727,87	2.974,40	0,04	2,66	109.025,60
SANEAMENTO	16.500,00	3.232.035,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.232.035,59
Saneamento Básico Rural	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Saneamento Básico Urbano	11.000,00	3.226.535,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.226.535,59
GESTÃO AMBIENTAL	30.000,00	124.000,00	18.391,61	18.957,99	18.091,61	18.657,99	0,25	15,05	105.342,01
Preservação e Conservação Ambiental	30.000,00	124.000,00	18.391,61	18.957,99	18.091,61	18.657,99	0,25	15,05	105.342,01
AGRICULTURA	707.000,00	1.042.000,00	334.709,72	712.721,04	341.029,92	694.417,88	9,48	66,64	347.582,12
Extensão Rural	707.000,00	1.042.000,00	334.709,72	712.721,04	341.029,92	694.417,88	9,48	66,64	347.582,12
INDÚSTRIA	82.500,00	65.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.390,00
Promoção Industrial	82.500,00	65.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.390,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Promoção Comercial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Turismo	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
ENERGIA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Energia Elétrica	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
TRANSPORTE	1.392.498,00	1.764.118,00	178.804,37	667.737,32	157.014,36	614.185,63	8,38	34,82	1.149.932,37
Transporte Rodoviário	1.392.498,00	1.764.118,00	178.804,37	667.737,32	157.014,36	614.185,63	8,38	34,82	1.149.932,37
DESPORTO E LAZER	77.000,00	77.000,00	6.461,40	18.347,80	5.381,43	12.908,08	0,18	16,76	64.091,92
Desporto Comunitário	77.000,00	77.000,00	6.461,40	18.347,80	5.381,43	12.908,08	0,18	16,76	64.091,92
ENCARGOS ESPECIAIS	858.000,00	858.000,00	93.626,20	470.375,25	113.353,51	467.048,66	6,38	54,43	390.951,34
Serviço Da Dívida Interna	726.000,00	726.000,00	93.626,20	390.375,25	93.626,20	390.375,25	5,33	53,77	335.624,75

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
Outros Encargos Especiais	132.000,00	132.000,00	0,00	80.000,00		19.727,31	76.673,41	1,05	58,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva De Contingência	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.558.050,00	21.748.773,52	2.653.881,26	9.142.461,26		2.007.019,00	7.325.083,10	100,00	33,68

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:32

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo III

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses										RS 1,0
ESPECIFICAÇÃO										
Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014				
RECEITAS CORRENTES (I)	1.023.617,75	921.124,96	1.045.650,54	1.569.390,47	818.947,51	1.120.404,22	976.656,76			
Receitas tributárias	71.597,59	18.719,87	19.466,89	43.580,72	20.757,60	24.101,50	13.477,69			
IPTU	13.348,36	405,74	534,46	225,73	0,00	0,00	0,00			
ISS	14.883,67	4.079,58	7.833,51	18.936,80	8.309,96	11.442,14	9.419,03			
ITBI	22.062,97	1.422,45	4.220,58	3.624,94	9.128,30	183,81	1.886,37			
IRRF	20.986,68	12.812,10	6.706,05	20.479,62	3.319,34	0,00	1.459,93			
Outras receitas tributárias	315,91	0,00	172,29	313,63	0,00	12.475,55	712,36			
Receita de contribuições	2.609,56	3.291,66	3.250,31	3.552,07	3.290,38	3.437,18	3.419,15			
Receita Patrimonial	3.190,57	2.377,88	2.780,32	3.232,69	3.450,20	4.976,70	4.191,70			
Receita Agropecuária	1.305,40	1.042,06	930,22	784,35	3.604,76	1.139,40	571,49			
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receita de Serviços	331,09	4.508,84	1.478,57	1.030,80	0,00	2.651,32	148,50			
Transferências Correntes	943.887,23	886.778,85	1.015.276,23	1.507.186,39	781.776,72	1.079.113,75	950.704,14			
Cota-Parte FPM	352.678,29	352.683,71	490.575,88	822.140,68	278.684,34	635.192,90	376.793,29			
Cota-Parte do ICMS	328.078,56	318.970,65	350.276,91	348.791,56	347.120,10	331.958,92	335.086,92			
Cota-Parte do IPV A	14.184,11	13.754,05	8.887,71	6.341,06	7.608,68	7.361,55	16.242,90			
Cota-Parte do ITR	2.831,03	18.090,39	484,20	155,49	9.249,74	0,00	22,84			
Transferências da LC 87/1996	1.449,84	1.449,84	1.449,84	1.449,84	1.466,72	1.466,72	0,00			
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	5.550,41	4.699,12	4.591,64			
Transferências do FUNDEB	55.682,88	54.108,20	60.907,34	60.593,03	64.922,19	63.431,97	58.553,10			
Outras Transferências correntes	188.982,52	127.722,01	102.694,35	267.714,73	67.174,54	35.002,57	159.413,45			
Outras receitas correntes	696,31	4.405,80	2.468,00	10.023,45	6.067,85	4.984,37	4.144,09			
DEDUÇÕES (II)	140.764,54	141.973,43	171.426,14	236.941,97	129.935,79	196.135,64	146.547,32			
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Dedução de receita para formação do FUNDEB	140.764,54	141.973,43	171.426,14	236.941,97	129.935,79	196.135,64	146.547,32			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	882.853,21	779.151,53	874.224,40	1.332.448,50	689.011,72	924.268,58	830.109,44			

Continua 1 / 3

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Abril/2014	Mai/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2014
RECEITAS CORRENTES (I)	1.092.212,69	1.107.495,15	1.462.385,65	1.180.793,81	1.059.301,97	13.377.981,48	16.020.950,00
Receitas tributárias	21.891,64	11.713,20	42.148,12	21.462,27	67.454,98	376.372,07	435.600,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	36.228,61	50.742,90	66.000,00
ISS	6.435,78	2.916,25	2.293,32	5.935,51	6.320,60	98.806,15	110.000,00
ITBI	11.525,47	8.121,48	39.619,60	15.419,81	24.053,20	141.268,98	77.000,00
IRRF	847,18	0,00	0,00	0,00	0,00	66.610,90	110.000,00
Outras receitas tributárias	3.083,21	675,47	235,20	106,95	852,57	18.943,14	72.600,00
Receita de contribuições	3.592,69	3.179,99	3.413,16	3.590,49	3.323,63	39.950,27	60.500,00
Receita Patrimonial	4.809,80	8.282,29	7.848,32	16.198,30	10.471,95	71.810,72	66.550,00
Receita Agropecuária	945,90	1.627,76	317,65	377,89	1.370,72	14.017,60	24.200,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	314,25	54,00	1.237,00	29,00	27,00	11.810,37	77.000,00
Transferências Correntes	1.055.844,19	1.078.635,03	1.404.403,21	1.133.649,74	961.800,48	12.799.055,96	14.819.200,00
Cota-Parte FPM	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.559.217,16	7.260.000,00
Cota-Parte do ICMS	326.827,16	332.217,31	332.760,46	313.208,55	328.590,19	3.993.887,29	5.057.800,00
Cota-Parte do IPVA	21.708,34	22.524,57	19.814,72	23.806,38	13.551,61	175.785,68	157.300,00
Cota-Parte do ITR	123,94	123,93	0,00	0,00	107,44	31.189,00	24.200,00
Transferências da LC 87/1996	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	16.066,40	36.300,00
Transferências da LC 61/1989	5.000,26	5.438,60	5.179,96	5.321,45	5.485,23	41.266,67	108.900,00
Transferências do FUNDEB	58.995,72	64.506,47	61.044,64	56.525,51	60.465,03	719.736,08	660.000,00
Outras Transferências correntes	211.675,95	79.268,13	554.356,72	364.194,50	103.708,21	2.261.907,68	1.514.700,00
Outras receitas correntes	4.814,22	4.002,88	3.018,19	5.486,12	14.853,21	64.964,49	537.900,00
DEDUÇÕES (II)	157.034,31	186.971,89	157.800,17	142.585,75	159.525,28	1.967.642,23	2.528.900,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	157.034,31	186.971,89	157.800,17	142.585,75	159.525,28	1.967.642,23	2.528.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	935.178,38	920.523,26	1.304.585,48	1.038.208,06	899.776,69	11.410.339,25	13.492.050,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Interoercentárias.

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação

R\$ 1,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICIPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:34

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Facio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo V**Município de Ouro Verde - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	1.522.091,69	1.256.637,47	1.171.480,58
Deduções (II)	939.474,63	1.897.749,28	2.123.205,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	932.973,99	1.901.189,70	2.122.568,18
Demais Haveres Financeiros	6.500,64	1.570,48	1.570,48
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	5.010,90	933,17
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	582.617,06	-641.111,81	-951.724,91
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	582.617,06	-641.111,81	-951.724,91

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-310.613,10	-1.534.341,97

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	640.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
 Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE OURO VERDE
 Data de emissão: 15/09/2014
 Hora de emissão: 07:36

Continua 1 / 2

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo VI**Município de Ouro Verde - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.425.500,00	1.911.314,50	7.481.432,35	1.968.885,43
Receitas tributárias	435.600,00	88.917,25	223.007,00	32.066,12
IPTU	66.000,00	36.228,61	36.228,61	0,00
ISS	110.000,00	12.256,11	53.072,59	9.122,05
ITBI	77.000,00	39.473,01	109.938,04	4.237,39
IRRF	110.000,00	0,00	5.626,45	7.412,15
Outras Receitas Tributárias	72.600,00	959,52	18.141,31	11.294,53
Receitas de Contribuições	60.500,00	6.914,12	27.246,67	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	60.500,00	6.914,12	27.246,67	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	66.550,00	26.670,25	60.229,26	5.056,61
(-) Aplicações Financeiras	66.550,00	26.670,25	60.229,26	5.056,61
Transferências Correntes	12.290.300,00	1.793.339,19	7.169.391,11	1.921.947,93
FPM	5.808.000,00	654.042,19	2.832.911,06	1.077.017,96
ICMS	4.046.240,00	513.439,15	2.118.216,47	592.606,68
Convênios	154.000,00	286.845,74	942.579,89	0,00
Outras Transferências Correntes	2.282.060,00	339.012,11	1.275.683,69	252.323,29
Demais Receitas Correntes	639.100,00	22.143,94	61.787,57	14.871,38
Dívida Ativa	15.400,00	2.493,10	4.171,12	0,00
Diversas Receitas Correntes	623.700,00	19.650,84	57.616,45	14.871,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	66.000,00	96.279,63	672.266,56	32.370,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	20.319,39	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	22.000,00	28.000,00	184.714,47	0,00
Transferências de Capital	44.000,00	68.279,63	467.232,70	32.370,00
Convênios	44.000,00	68.279,63	467.232,70	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	32.370,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	44.000,00	68.279,63	467.232,70	32.370,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	13.469.500,00	1.979.594,13	7.948.665,05	2.001.255,43

Continua 1 / 2

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.377.869,36	1.567.597,46	6.235.680,79	1.241.063,08
Pessoal e Encargos Sociais	6.286.716,00	906.214,24	3.770.301,86	894.170,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	154.000,00	11.552,11	51.701,50	17.436,33
Outras despesas Correntes	5.937.153,36	649.831,11	2.413.677,43	329.456,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	12.223.869,36	1.556.045,35	6.183.979,29	1.223.626,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.358.804,16	439.421,54	1.089.402,31	156.279,61
Investimentos	8.543.414,16	344.042,64	702.418,55	73.652,48
Inversões Financeiras	78.390,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	737.000,00	95.378,90	386.983,76	82.627,13
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	8.621.804,16	344.042,64	702.418,55	73.652,48
Reserva de Contingência (XVI)	12.100,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	20.857.773,52	1.900.087,99	6.886.397,84	1.297.279,23
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-7.388.273,52	79.506,14	1.062.267,21	703.976,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	-----	72.651,16 D	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			802.450,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:45

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo VII

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 07 (LRF, Art. 53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	52.792,19	480.570,71	532.365,90	63,83	933,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO											
Município de Ouro Verde	47.268,79	349.292,84	395.861,63	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Desenvolvimento Social de Ouro Verde	0,00	26.405,81	26.205,81	63,83	136,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Habitação	2.000,00	1.807,00	3.807,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde	3.523,40	103.065,06	106.491,46	0,00	97,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
Câmara Municipal de Vereadores de Ouro Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENT) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	52.792,19	480.570,71	532.365,90	63,83	933,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:39

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

Continua 1 / 2

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO VIII

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
1-Receita de impostos	389.400,00	389.400,00	88.205,15	206.924,17	53,14
1.1-Receita resultante do IPTU	85.800,00	85.800,00	36.484,35	38.277,19	44,61
1.1.1-IPTU	66.000,00	66.000,00	36.228,61	36.228,61	54,89
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	11.000,00	11.000,00	196,60	1.384,66	12,59
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	59,14	663,92	15,09
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	77.000,00	77.000,00	39.473,01	109.938,04	142,78
1.2.1-ITBI	77.000,00	77.000,00	39.473,01	109.938,04	142,78
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	116.600,00	116.600,00	12.247,79	53.082,49	45,53
1.3.1-ISS	110.000,00	110.000,00	12.256,11	53.072,59	48,25
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	2.200,00	2.200,00	-8,32	9,90	0,45
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	110.000,00	110.000,00	0,00	5.626,45	5,11
1.4.1-IRRF	110.000,00	110.000,00	0,00	5.626,45	5,11
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.644.500,00	12.644.500,00	1.510.556,97	6.382.688,56	50,48
2.1-Cota Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	817.552,68	3.541.138,60	48,78
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.260.000,00	7.260.000,00	817.552,68	3.541.138,60	48,78
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.057.800,00	5.057.800,00	641.798,74	2.647.769,61	52,35
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	36.300,00	36.300,00	2.933,44	10.267,04	28,28
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	108.900,00	108.900,00	10.806,68	41.266,67	37,89
2.5-Cota-Parte ITR	24.200,00	24.200,00	107,44	9.627,89	39,78
2.6-Cota-Parte IPVA	157.300,00	157.300,00	37.357,99	132.618,75	84,31
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	13.033.900,00	13.033.900,00	1.598.762,12	6.589.612,73	50,56

Continua 1 / 5

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	159.500,00	159.500,00	28.523,13	94.361,71	59,16
5.1-Transferências do Salário-Educação	66.000,00	66.000,00	13.450,47	50.704,43	76,82
5.2-Transferências Diretas - PDDE	1.100,00	1.100,00	420,00	420,00	38,18
5.3-Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	5.436,00	19.164,00	58,07
5.4-Transferências Diretas - PNATE	44.000,00	44.000,00	7.868,74	19.671,85	44,71
5.5-Outras transferências do FNDE	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	5.500,00	5.500,00	1.347,92	4.401,43	80,03
6-Transferências de convênios	111.100,00	111.100,00	56.332,82	275.402,40	247,89
6.1-Transferências de convênios	110.000,00	110.000,00	54.691,49	269.513,56	245,01
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.100,00	1.100,00	1.641,33	5.888,84	535,35
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	270.600,00	270.600,00	84.855,95	369.764,11	136,65

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.528.900,00	2.528.900,00	302.111,03	1.276.536,15	50,48
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.452.000,00	1.452.000,00	163.510,49	708.227,54	48,78
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.011.560,00	1.011.560,00	128.359,59	529.553,14	52,35
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	7.260,00	7.260,00	586,68	2.053,38	28,28
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	21.780,00	21.780,00	2.161,33	8.253,33	37,89
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	4.840,00	4.840,00	21,48	1.925,53	39,78
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	31.460,00	31.460,00	7.471,46	26.523,23	84,31
11-Receitas recebidas do FUNDEB	662.200,00	662.200,00	117.394,70	488.993,45	73,84
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	660.000,00	660.000,00	116.990,54	488.444,63	74,01
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	404,16	548,82	24,95
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.868.900,00	-1.868.900,00	-185.120,49	-788.091,52	42,17

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)= (e/d)x100

Continua 2 / 5

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00				
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	662.200,00	662.200,00	108.697,93	473.570,94	71,51
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	662.200,00	662.200,00	108.697,93	473.570,94	71,51
14-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	662.200,00	662.200,00	108.697,93	473.570,94	71,51

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	473.570,94
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	96,85
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,00
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	3,15
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	3.258.475,00	3.258.475,00	399.690,53	1.647.403,18	50,56
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	112.000,00	112.000,00	11.791,85	51.606,84	46,08
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2-Pré-escola	112.000,00	112.000,00	11.791,85	51.606,84	46,08
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	112.000,00	112.000,00	11.791,85	51.606,84	46,08
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.534.953,00	1.552.063,00	211.278,00	1.023.288,91	65,93
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	662.200,00	662.200,00	108.697,93	473.570,94	71,51
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	872.753,00	889.863,00	102.580,07	549.717,97	61,78
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 5

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28) 1.646.953,00 1.664.063,00 223.069,85 1.074.895,75 64,59

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-788.091,52
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	548,82
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	0,00
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-787.542,70
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	1.862.438,45
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %	28,26

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	198.895,84	0,00	198.895,84	100,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	67.100,00	67.100,00	2.909,32	43.771,73	65,23
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	240.000,00	1.799.896,52	26.441,04	285.909,83	15,88
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	307.100,00	2.065.892,36	29.350,36	528.577,40	25,59
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	1.954.053,00	3.729.955,36	252.420,21	1.603.473,15	42,99

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-117.542,12	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	488.444,63	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	428.070,46	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	428.070,46	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	548,82	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-56.619,13	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:41

Continua 4 / 5

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo XII**Município de Ouro Verde - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Julho a Agosto/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	389.400,00	389.400,00	206.924,17	53,14
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	66.000,00	66.000,00	36.228,61	54,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	77.000,00	77.000,00	109.938,04	142,78
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	53.072,59	48,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	5.626,45	5,11
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	6.600,00	6.600,00	9,90	0,15
Dívida Ativa de Impostos	13.200,00	13.200,00	1.384,66	10,49
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	6.600,00	6.600,00	663,92	10,06
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.644.500,00	12.644.500,00	6.382.688,56	50,48
Cota-parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	3.541.138,60	48,78
Cota-parte ITR	24.200,00	24.200,00	9.627,89	39,78
Cota-parte do IPVA	157.300,00	157.300,00	132.618,75	84,31
Cota-parte ICMS	5.057.800,00	5.057.800,00	2.647.769,61	52,35
Cota-parte do IPI - Exportação	108.900,00	108.900,00	41.266,67	37,89
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	36.300,00	36.300,00	10.267,04	28,28
Desoneração ICMS (LC 87/96)	36.300,00	36.300,00	10.267,04	28,28
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.033.900,00	13.033.900,00	6.589.612,73	50,56

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	576.400,00	576.400,00	832.663,04	144,46
Proveniente da União	484.000,00	484.000,00	271.531,55	56,10
Proveniente dos Estados	80.300,00	80.300,00	543.585,41	676,94
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	12.100,00	12.100,00	17.546,08	145,01
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	17.600,00	17.600,00	2.115,20	12,02
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	594.000,00	594.000,00	834.778,24	140,54

Continua 1 / 4

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.636.502,00	2.492.502,00	1.503.899,78	60,34	1.333.544,76	53,50
Pessoal e encargos sociais	1.331.000,00	1.331.000,00	736.548,40	55,34	736.548,40	55,34
Juros e encargos da dívida	33.000,00	33.000,00	33.000,00	100,00	11.937,36	36,17
Outras despesas correntes	1.272.502,00	1.128.502,00	734.351,38	65,07	585.059,00	51,84
DESPESAS DE CAPITAL	402.600,00	1.227.450,01	840.294,18	68,46	218.690,20	17,82
Investimentos	270.600,00	1.095.450,01	708.294,18	64,66	182.317,55	16,64
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	132.000,00	132.000,00	132.000,00	100,00	36.372,65	27,56
Total (IV)	3.039.102,00	3.719.952,01	2.344.193,96	63,02	1.552.234,96	41,73

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	639.100,00	1.463.950,01	991.766,44	42,31	463.529,28	29,86
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	599.500,00	1.263.820,00	975.773,34	41,63	450.642,37	29,03
Recursos de operações de crédito	0,00	160.530,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	39.600,00	39.600,00	15.993,10	0,68	12.886,91	0,83
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	639.100,00	1.463.950,01	991.766,44	42,31	463.529,28	29,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.400.002,00	2.256.002,00	1.352.427,52	59,95	1.088.705,68	48,26

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS
LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5} **16,52**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL
[VII - (15 x IIIb)/100] **100.263,77**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					RS 1,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LÍMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2009	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2009	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	2.838.902,00	3.519.752,01	2.313.139,77	98,68	1.526.602,45	98,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	50.600,00	50.600,00	3.517,98	0,15	1.202,49	0,08
Vigilância Epidemiológica	61.600,00	61.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	88.000,00	88.000,00	27.536,21	1,17	24.430,02	1,57

Continua 3 / 4

Município de Ouro Verde - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.039.102,00	3.719.952,01	2.344.193,96	100,00	1.552.234,96	100,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICIPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:43

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

RREO Anexo XIV**Município de Ouro Verde - SC**SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Jul a Ago/2014	Até Ago/2014	
RECEITAS				
Previsão inicial		-----	13.558.050,00	
Previsão atualizada		-----	13.558.050,00	
Receitas realizadas		2.034.264,38	8.213.928,17	
Déficit Orçamentário		-----	0,00	
Saldo de exercícios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)		-----	72.651,16	
DESPESAS				
Dotação Inicial		-----	13.558.050,00	
Créditos Adicionais		-----	8.190.723,52	
Dotação Atualizada		-----	21.748.773,52	
Despesas empenhadas		2.653.881,26	9.142.461,26	
Despesas liquidadas		2.007.019,00	7.325.083,10	
Superávit Orçamentário		-----	888.845,07	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Jul a Ago/2014	Até Ago/2014	
Despesas empenhadas		2.653.881,26	9.142.461,26	
Despesas liquidadas		2.007.019,00	7.325.083,10	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até Ago/2014	
Receita Corrente Líquida			11.410.339,25	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Jul a Ago/2014	Até Ago/2014	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas previdenciárias realizadas (IV)		0,00	0,00	
Despesas previdenciárias liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o bimestre	% em Relação à Meta
		(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal		640.000,00	-1.534.341,97	-239,74
Resultado Primário		802.450,00	1.062.267,21	132,38

Continua 1 / 2

Município de Ouro Verde - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	533.362,90	63,83	532.365,90	933,17
Poder Executivo	533.362,90	63,83	532.365,90	933,17
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	533.362,90	63,83	532.365,90	933,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Ago/2014	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Ago/2014	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	1.862.438,45	25,00	28,26	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	473.570,94	60,00	96,85	
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Ago/2014	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Ago/2014	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.088.705,68	0,00	16,52	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0034) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE OURO VERDE
Data de emissão: 15/09/2014
Hora de emissão: 07:52

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Getúlio Ribeiro de Freitas
Técnico Contábil
CRC-SC 025867/O-0

Osmar Faccio
Controlador Geral do Município

Palhoça

PREFEITURA

Processo Seletivo Simplificado Estagiários - Edital 01/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ESTAGIÁRIOS - EDITAL 01/2014

O Município de Palhoça, por sua Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Estagiários de NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, para o quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Palhoça, admitidos conforme regulamenta o Decreto nº 1.692, de 14 de agosto de 2014, considerando a nova regulamentação dada ao estágio de estudantes pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nas condições estabelecidas neste Edital, publicado no Diário Oficial do Município, disponibilizado no endereço eletrônico www.palhoca.sc.gov.br e disponível na Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

Integram o presente edital de Processo Seletivo Simplificado:

Anexo I - Área de estágio, quantidade de vagas, lotação, carga horária e bolsa complementação educacional mensal;

Anexo II - Formulário de Inscrição

Anexo III - Instituições conveniadas com a Prefeitura de Palhoça

Anexo IV - Formulário de recurso contra correção da prova

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, de forma que o pedido de inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das normas e condições nele previstas.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, referente às vagas de estagiário, dispostas no Anexo I, a serem providas gradativamente, sempre no interesse da Prefeitura Municipal de Palhoça, observada a ordem classificatória dos aprovados.

1.3. O estagiário obrigará-se, mediante Termo de Compromisso de Estágio, a cumprir as condições estabelecidas para o estágio, especialmente aquelas que se reportem ao sigilo das informações a que tiver acesso em face do desenvolvimento de suas atividades.

1.4. Para prestação de estágio no serviço público municipal, o candidato deverá ser aluno do ensino médio, educação profissional ou de curso superior, de Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, conveniada com o Município de Palhoça (Art. 11 do Decreto nº 1.692/2014).

1.5. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado final.

2. DAS VAGAS E DO ESTÁGIO

2.1. As vagas a serem preenchidas são as constantes do Anexo I. Os selecionados serão chamados por ordem de classificação, para preenchimento das vagas existentes. Os demais classificados poderão ser chamados no prazo do presente Edital, para preenchimento das vagas que surgirem.

2.2. A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos, EXCETO quando se tratar de estagiário portador de deficiência, nos termos do art. 11 da Lei nº 11.788/2008, podendo ser rescindido a qualquer momento pelas partes, mediante prévia comunicação por escrito.

2.3. A jornada da atividade em estágio será de 5 (cinco) horas diárias, e/ou 25 (vinte e cinco), semanais para os estagiários de nível superior e técnico, e jornada de 4 (quatro) horas diárias, e/ou 20

(vinte) horas semanais para estagiário de nível médio.

2.4. A jornada de atividade em estágio será cumprida pelo estagiário em compatibilidade com o expediente do órgão e o horário do curso em que esteja matriculado.

2.5. O estágio será acompanhado por orientador da Instituição de Ensino e supervisionado por servidor a ser indicado pelo chefe do setor ao qual o estagiário estiver subordinado, nos termos do art. 7º, inc. III e art. 9º, inc. III, da Lei 11.788/2008.

2.6. O estagiário receberá uma bolsa complementação educacional mensal, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para nível médio, R\$ 500,00 (quinhentos reais) para ensino técnico e R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o nível superior, mais auxílio transporte, no limite de 2 (dois) por dia.

2.7. A carga horária do estágio será reduzida pela metade, nos períodos de avaliação, desde que solicitada pelo Estagiário e comprovadas as datas de realização das avaliações acadêmicas, a teor do que dispõe o art. 10, § 2º da Lei 11.788/2008.

2.8. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1(um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares (art. 13, caput, da Lei 11.788/2008).

2.9. Nos casos de o estágio ter duração inferior a 1(um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

2.10. Será contratado em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, nos termos do art. 9º, inc. IV, da Lei 11.788/2008.

3. DOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA AS INSCRIÇÕES NO EXAME DE SELEÇÃO

3.1. O período de inscrições será das 08h do dia 18 de setembro de 2014 às 14h do dia 29 de Setembro de 2014 eletronicamente pelo site <http://www.palhoca.sc.gov.br> no link do Processo Seletivo - Edital 01/2014 - o Candidato deverá imprimir o Comprovante de Pré-inscrição e entregar junto à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

3.2. O correto preenchimento da ficha de inscrição será de total responsabilidade do candidato, não sendo admitidas correções após a inscrição.

3.3. A inscrição será validada com a apresentação do Comprovante de Pré-inscrição (responsabilidade do candidato) junto à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas até a data final do período de inscrição (exposto no item 3.1), o qual deverá ser apresentado pelo candidato na oportunidade da realização das provas.

3.4. O candidato poderá realizar apenas 1 (uma) inscrição neste Processo Seletivo, ficando ciente de que aprovado, classificado e aceitando o Termo de Compromisso de Estágio, será lotado na Secretaria em que houver demanda, a critério e no interesse da Administração Pública.

3.5. São condições de inscrição:

- a) residir no Estado de Santa Catarina;
- b) fornecer os dados pessoais solicitados;
- c) ter, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade à época da inscrição para o preenchimento da vaga;
- d) estar matriculado e frequentando regularmente as aulas em instituição de ensino conveniadas com o Município de Palhoça - Conforme Anexo III;

3.6. Ao preencher sua Ficha de Inscrição o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.5 deste Edital;

3.7. Efetuada a inscrição não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato.

4. DA PROVA E ENTREVISTA

4.1. O Processo Seletivo Simplificado será efetuado mediante aplicação de prova discursiva e consistirá da redação de texto dissertativo, de 30 a 40 linhas, cujo tema será definido pela Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, por grau de instrução;

4.2. A prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório,

valerá 10,00 pontos, e será avaliada e pontuada segundos os critérios estabelecidos no subitem 5.3 deste edital;

4.3. A aplicação da prova realizar-se-á no dia 2 de outubro de 2014, das 14h às 16h, na Faculdade Municipal de Palhoça, sito à Rua João Pereira dos Santos, nº 305 - Bairro Ponte do Imaruim - Palhoça/SC;

4.3.1) Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para seu início. O horário fixado será o horário oficial local de Palhoça/SC;

4.3.2) Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos;

4.3.3) A Prefeitura Municipal de Palhoça não assume qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova deste Processo Seletivo;

4.4. Para realização da prova o candidato deverá portar apenas caneta esferográfica azul ou preta, protocolo de inscrição e documento original de identidade com foto;

4.4.1) Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

4.4.2) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial com no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o candidato ser identificado no Boletim anexo;

4.4.3) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedidos há mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 4.3.1;

4.4.4) Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

4.5. A prova terá duração de 2h. Ver item 4.1

4.5.1) Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo;

4.5.2) O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala.

4.5.3) Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas, após 1h (uma hora) do seu início;

4.5.4) Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

5. A CLASSIFICAÇÃO

5.1. A prova discursiva avaliará o conteúdo - conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir texto dissertativo primando pela coerência e coesão.

5.2. Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o(a) candidato(a) receberá nota na prova discursiva igual a zero.

5.3. A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir, ressaltando-se que, em atendimento ao que está estabelecido no Decreto nº 6.583/2008, alterado pelo Decreto nº 7.875/2012, serão aceitas como corretas, até 31 de dezembro de 2015, ambas as ortografias, isto é, a forma de grafar e de acentuar as palavras

vigente até 31 de dezembro de 2008 e a que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009;

5.4. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, nota igual ou superior a 6,00(seis inteiros).

5.5. A classificação dos candidatos será feita por número de pontos utilizando-se como critérios de desempate o seguinte parâmetro:

a) maior idade.

6. DOS RECURSOS

6.1. O prazo para interposição de recurso, que deverá ser dirigido à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, será de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado provisório.

6.2. O candidato que desejar interpor recurso quanto à formulação do tema e respectivos quesitos deverá fazê-lo, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado preliminar da prova, devendo protocolá-lo junto a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas no horário das 13h às 19h, com a menção expressa que se relaciona a este Edital;

6.3. O recurso deverá obedecer ao padrão fornecido no Anexo IV deste Edital, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:

a) ser digitado e assinado em duas vias;

b) ser fundamentado;

6.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão preliminarmente indeferidos;

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constante no presente Edital, serão indeferidos;

6.6. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

6.7. Serão preliminarmente indeferidos:

a) recursos cujo teor seja desrespeitoso à Comissão;

b) recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos deste Capítulo do Edital;

c) recursos sem a devida fundamentação;

d) ou recursos intempestivos.

6.8. Após a avaliação pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado os resultados dos Pedidos de Recurso serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

6.9. A listagem com os resultados dos Pedidos de Recurso será publicada na Internet, no endereço eletrônico www.palhoca.sc.gov.br, e afixada em quadro próprio da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, e dela constará as seguintes informações: número de inscrição, resultado e observação;

6.10. O resultado final do processo será publicado após o julgamento dos recursos.

6.11. Não serão aceitos pedidos de revisão de recursos, bem como contra o resultado final da prova.

7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os candidatos habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado serão admitidos conforme regulamentação, a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

8. DAS CONVOCAÇÃO

8.1. Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação;

8.2. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Palhoça. A nomeação é de competência da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos;

8.3. Por ocasião da admissão, será exigido do candidato habilitado os documentos definidos no item 8.5, sob pena de exclusão do

presente processo, tendo o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da convocação indicada no AR, para se apresentar na Área de Recrutamento junto à Diretoria Geral de Gestão de pessoas, sito à Rua Hilda Terezinha Pagani, nº 280, Passa Vinte, Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h e entregar os documentos;

8.4. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer no local indicado no item anterior, e preencher documento fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital;

8.5. Documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Carteira de Identidade;
- c) C.P.F.;
- d) Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral;
- e) Certificado de Quitação do Serviço Militar, para os maiores de 18 anos;
- f) Certidão de Nascimento/Casamento;
- g) Comprovante de Residência Atualizado (conta de água, luz, telefone ou carnê de IPTU);
- h) 1 foto 3x4 colorida atual;
- i) Conta bancária;
- j) Comprovante de Escolaridade: Atestado de Matrícula e Atestado de Frequência, com data atualizada, constando ano/período/fase (denominação institucional) que está cursando, Termo de Compromisso de Estágio, assinado pela Prefeitura de Palhoça, estagiário(a) e instituição de ensino;
- k) Plano de Estágio anexo ao documento (item k) - formulário fornecido pela Instituição de Ensino;
- l) Declaração de que não exerce atividade remunerada junto a outros órgãos públicos.

8.6. O não atendimento ao item 8.5 implicará na exclusão do candidato do certame;

8.7. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que:

- a) em qualquer fase ou documento, prestar declaração falsa ou inexata;
- b) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- c) for surpreendido, durante a aplicação da prova, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) ausentar-se da sala de prova antes de decorrido o tempo mínimo descrito no item 4.5.4

8.8. Os candidatos aprovados e classificados, quando nomeados, têm um prazo máximo de 15 (quinze) dias para tomar posse na área de estágio e assumir suas atividades.

8.9. Para prestação de estágio no serviço público municipal o estudante deverá ser aluno de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, conveniada com o Município de Palhoça, cuja seleção dar-se-á por processo seletivo simplificado;

9. DO FORO JUDICIAL

9.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Palhoça.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por área de estágio/lotação;

10.2. O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo Simplificado) serão publicados no Jornal do Município de Palhoça e na Internet no "site" www.palhoca.sc.gov.br;

10.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento;

10.4. O candidato aprovado e classificado será convocado para contratação através de contato telefônico e por correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

10.5. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Simplificado, serão resolvidos, pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

Palhoça (SC), de Setembro de 2014.

Sinéia dos Santos Rosa

Diretora Geral de Gestão de Pessoas

Anexo I

Quadro de Vagas

Escolaridade	Nº de vagas	Lotação	Carga horária	Remuneração
Nível médio	01	PMP	20 horas semanais	R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Escolaridade	Nº de vagas	Lotação	Carga horária	Remuneração
Nível Técnico (qualquer área)	01	PMP	25 horas semanais	R\$ 500,00 (quinhentos reais)

Escolaridade	Nº de vagas	Lotação	Carga horária	Remuneração
Nível superior (qualquer área)	01	PMP	25 horas semanais	R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Anexo II

Formulário de Inscrição

Ficha de inscrição			
Nome completo:			
CPF:			
RG:	Órgão emissor:	UF:	Data de emissão:
Título de eleitor:	Seção:	Zona:	
Data de nascimento:	Nacionalidade:	Sexo:	
Endereço Residencial (Rua, av.):			
Bairro:	CEP:	Cidade:	
UF:	País:	E-mail:	Telefone:
Formação: (Ex: Ensino médio, Técnico ou Superior)	Instituição:		Fase/Série:
País:	Cidade:	UF:	
Curso: (para as vagas de ensino técnico e superior)			

Documentos

- () Uma foto 3x4 (recente)
 () Uma cópia da carteira de Identidade e CPF.
 () Uma cópia do Título de Eleitor.
 () Uma cópia do documento de reservista (sexo masculino)
 () Uma cópia da certidão ou Casamento e nascimento (se possuir filhos).
 () Declaração ou atestado de matrícula atual da instituição .
 () Cópia do comprovante de residência e declaração.

Anexo III

Instituições conveniadas com a Prefeitura de Palhoça

Ensino Médio
Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira
Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa
Ensino Técnico
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Ensino Superior
Faculdade de Santa Catarina (FASC)
Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)
Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IES)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
UNIBAN
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ANEXO IV

Formulário De Recurso Contra Correção Da Prova

Nº. Inscrição _____ /2014

Comissão De Processo Seletivo Simplificado

Nome do Candidato:

CPF/RG:

Orientações:

1. Use folha separada para cada questão.
2. O julgamento dos recursos será publicado no site www.palhoca.sc.gov.br e afixado na Secretaria da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas.

Fundamentação do Recurso:

Fontes(s) que embasa(m) as argumentações do candidato:

Palhoça, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do candidato

Resultado do Pregão Presencial 155/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 13 de agosto de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Materiais diversos, para atender as necessidades das Unidades Escolares deste município - Secretaria de Educação. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de julho de 2014.
 PREGOEIRA.

Pregão Presencial Nº 185/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 30 de setembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção da rede estruturada de computadores e telefonia da Secretaria Municipal de Educação deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 15 de setembro de 2014.
 A PREGOEIRA.

Resolução 053 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 053 / 2014

Dispõe sobre a proposta de convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Ver Tu Livre.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011 e,

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que compete ao CMAS definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito Municipal;

Considerando que compete ao CMAS aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de convênio pactuada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Ver Tu Livre, com sede localizada na Rua 24 de abril nº 3130, Centro, Palhoça;

Art. 2º O presente convênio será firmado com objetivo de manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelo Instituto Ver Tu Livre para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de Rua;

Art. 3º Será cofinanciado conforme resolução 001/2014/CMAS o valor de R\$: R\$: 1.166,00 (um mil cento e sessenta e seis reais) até 10 atendimentos;

Art. 4º O recurso proveniente deste cofinanciamento é recurso federal destinado a Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 054 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 054/ 2014

Dispõe sobre a aprovação da alteração do plano de ação e aplicação do CREAS referente ao superávit estadual 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação e aplicação do CREAS referente ao superávit Estadual no quesito investimento no valor de R\$: 45.619,20 (quarenta e cinco mil seiscentos e dezenove reais e vinte centavos).

Art. 2º A aprovação se justifica através de boletim de ocorrência registrado nos dias 27 de junho de 2014 sob nº 00005-2014-07201 e 11 de agosto de 2014 sob nº 00005-2014-08920, na qual informa os itens furtados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 055 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 055 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de junho de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de junho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 056 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 056 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de julho de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de julho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 057 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 057 / 2014

Dispõe sobre o parecer da solicitação da inscrição do Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Indeferir a inscrição do Conselho Comunitário Aririú da Formiga, devido inexecução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais devendo estes estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 058 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 058 / 2014

Dispõe sobre o parecer das visitas as entidades privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social com finalidade de manutenção de inscrição.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011 e,

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS efetuar, acompanhar e controlar as inscrições de entidades ou organizações de Assistência Social, mantendo cadastro atualizado, com o objetivo de intervir em defesa dos seus direitos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o parecer da Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições referente às entidades privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social;

Art. 2º Os pareceres acima mencionados são direcionados a manutenção da inscrição das entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social;

Art. 3º Os pareceres referem-se às entidades:

- a) Associação Pró-Brejarú - APB
- b) Grupo Abelhas Operárias
- c) Fundação Projeto Pescar
- d) Associação Vida Nueva
- e) Conselho Comunitário Alto Aririú
- f) Ordem Assistencial e Social Evangélica de Palhoça - OASE
- g) Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC
- h) Fundação Fé e Alegria do Brasil
- i) Orionópolis Catarinense
- j) Associação João Paulo II - AJPII
- k) Ação Social Ponte do Imaruim
- l) Ação Social Paroquial Palhoça
- m) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE
- n) Conselho Comunitário Ponte do Imaruim - CCPI
- o) Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AE-BAS

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 059 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 059/2014

Dispõe a Participação do Conselho Municipal de Assistência Social no Segundo Encontro Regional do Conselho Estadual de Assistência Social com os Conselhos Municipais de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando o artigo 3º, que dispõe sobre a competência do Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando que as ações de capacitação dos/as conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a se previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a participação da conselheira Rosi Meri da Silva representante do governo, a conselheira Mirian de Lourdes Fonseca representante da sociedade civil e Flávia Regina Gomes Theisen secretária executiva, no Segundo Encontro Regional do Conselho Estadual de Assistência Social com os Conselhos Municipais de Assistência Social;

Art. 2º O Encontro irá se realizar dia 23 de setembro de 2014 na Rua 2.450, entre a Avenida Brasil e a 3ª Avenida, Centro, Balneário Camboriú, com saída prevista para as 06:00h e retorno após as

18:00h.

Art. 3º O deslocamento e as despesas com alimentação estará a encargo da Secretaria de Assistência Social, conforme art. 4º, art. 5º e art. 6º do regimento interno do CMAS e art. 12 parágrafo único da Lei nº 3.521/2011.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Lei Nº 4.089, de 11 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.089, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

PEDÁGIO. Institui a título de subsídio, o crédito-pedágio, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a título de subsídio, o crédito-pedágio, destinado a todos os moradores residentes no município de Palhoça, que sejam proprietários de veículos automotores emplacados no município de Palhoça/SC.

§ 1º Gozará dos benefícios que trata o caput do artigo 1º desta lei o interessado que comprovar que possui residência fixa no município de Palhoça por mais de 06 (seis) meses, localizada após a praça de pedágio localizada no KM 243 da BR101/SC sentido Sul e que em virtude da instalação da praça de pedágio no KM 243 da BR101/SC, ficou obrigado a pagar pedágio para se deslocar de sua residência para os demais bairros do Município.

§ 2º Será ainda beneficiado o morador que comprovar residência fixa por mais de 06 (seis) meses no município de Palhoça, e que em virtude da instalação da praça de pedágio localizada no KM 243 da BR101/SC, ficou obrigado a pagar pedágio para trabalhar ou estudar em outro bairro dentro do Município de Palhoça.

Art. 2º O subsídio será concedido através da aquisição de créditos pré-pagos de pedágio pelo município junto à concessionária Auto Pista Litoral Sul.

§ 1º O valor total dos créditos de pedágio pré-pago estará limitado ao valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por ano.

§ 2º O crédito pré-pago de pedágio será distribuído aos moradores cadastrados com veículos automotores emplacados no Município de Palhoça, exclusivamente para passagem na praça de pedágio localizada no KM 243 da BR101/SC, atendidos os demais requisitos da presente Lei.

Art. 3º Os interessados no subsídio previsto no Art. 1º deverão efetuar o cadastro através de processo Administrativo na Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Diretoria de Trânsito do Município de Palhoça.

Art. 4º Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal proceder à regulamentação da presente Lei, por Decreto, no prazo máximo de 30 dias, a partir de sua publicação.

Art. 5º A validade da presente Lei será de 01 (um) ano, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogá-la por igual

período.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 11 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.701, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.701, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA. Declara para fins de desapropriação para implantação de ligação entre os bairros Caminho Novo e o Parque Residencial Pagani e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, duas áreas de terras situadas no Passa Vinte, a saber:

I - Área a ser desapropriada - Terreno urbano, sem benfeitoria, com 1.006,91 m² (hum mil, e seis metros e noventa e um centímetros quadrados), sendo parte de área do imóvel de matrícula nº 7572, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis de palhoça/SC, com as seguintes medidas e confrontações: Frente, 84,27 metros, confronta com área Remanescente Leste; fundos medindo 83,44 metros com a área remanescente oeste; lado direito medindo 12,01 metros com Vende Casa; lado esquerdo medindo 12,01 metros com a Rua Dom Afonso.

a) Área Remanescente A - Área remanescente à oeste medindo 11.758,91m²;

b) Área Remanescente B - Área remanescente ao leste medindo 27.413,37m²

II - Área a ser desapropriada - Terreno urbano, sem benfeitorias, com 559,46m² (quinhentos e cinquenta e nove metros e quarenta e seis centímetros quadrados), para fins de implantação do prolongamento da Avenida Claudio Zacchi, com as seguintes medidas e confrontações: Frente, 12,00 metros, confronta com a Rua Najla Carone Goedert; fundos medindo 12,00 metros com terras de Cimembloc; lado direito medindo 46,12 metros com o Lote 14, quadra 02; lado esquerdo medindo 46,30 metros com Área Remanescente. Integrante de área maior com 2.032,23 m² designada como lote 13 da quadra 02 do loteamento Parque Residencial Pagani.

a) Área remanescente: Terreno urbano, sem benfeitorias, com 461,67 m² (quatrocentos e sessenta e um metros e sessenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente, 10,14 metros, confronta com a Rua Najla Carone Goedert; fundos medindo 10,14 metros com terás de Cimembloc; lado direito medindo 46,30 metros com Área a ser Desapropriada para implantação do prolongamento da Av. Claudio Zacchi; lado esquerdo medindo 46,49 metros com o Lote 10, Quadra 02 do Loteamento Parque Residencial Pagani.

Parágrafo único. Para fins de desapropriação, o valor da justa indenização dos imóveis descritos no inciso I será definido por Laudo de Avaliação a ser efetuado pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

Art. 2º A área a ser desapropriada objetiva a implantação de

ligação entre os bairros Caminho e Parque Residencial Pagani, através das Ruas Dom Afonso e Avenida Claudio Zacchi.

Art. 3º A despesa com a execução deste Decreto, corre a conta da dotação específica do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, em 04 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.703, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.703, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma atividade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 741.000,00 (setecentos e quarenta e um mil reais), na orçamentária abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.142 - Média e Alta Complexidade R\$ 741.000,00

SUPLEMENTA

448 3.1.90.00.00.00.00.00.1710269 - Aplicações Diretas R\$ 741.000,00

ANULA

456 3.3.90.00.00.00.00.00.1710269 - Aplicações Diretas R\$ 741.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.704, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.704, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.842.000,00, (hum milhão e oitocentos e quarenta e dois mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 1.842.000,00 479
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1020179 - Aplicações Diretas R\$

1.842.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça.

11.00 - SECRET.DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
11.01 - SECRET.DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
1.177 - Parque p/Exposição de Eventos R\$ 50.000,00
068 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.00 - SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
12.01 - SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
1.009 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 184.000,00
075 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 184.000,00
2.090 - Manutenção do Horto Florestal R\$ 20.000,00
084 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.166 - Functo e Manutenção das Escolas Profissionais R\$ 40.000,00
178 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

14.00 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
1.015 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 600.000,00
179 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
1.016 - Construção e Restauração de Pontes e Bueiros R\$ 100.000,00
183 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
1.176 - Pavimentação da Avenida das Torres R\$ 200.000,00
201 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
7.142 - Pavimentação e Reparos na Rua Odete Truppel dos Santos R\$ 58.000,00
226 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 58.000,00
7.146 - Pavimentação da Rua Genésio Francisco Martins R\$ 80.000,00
230 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

16.00 - ENCARGOS GERAIS
16.01 - ENCARGOS GERAIS
0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 300.000,00
272 3.2.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL
25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL
2.081 - Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 30.000,00
314 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

28.00 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF. CIDADÃO
28.01 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF. CIDADÃO
2.133 - Programa Municipal de Defesa Civil R\$ 50.000,00
335 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.162 - Functo e Manut.da Secret.de Segurança Pública R\$ 40.000,00
344 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$

40.000,00

27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2.015 - Serviços Públicos Concedidos R\$ 90.000,00
322 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.705, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.705, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
ORÇAMENTO. Suplementa dotação orçamentária.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 324.000,00, (trezentos e vinte e quatro mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.141 - Atenção Básica de Saúde R\$ 324.000,00
425 3.1.90.00.00.00.00.0.1710213 - Aplicações Diretas R\$ 324.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 023, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 023, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça e o Grupo Abelhas Operárias.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, e de outro lado o GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 95.887.154/0001-53, com sede na Avenida Prefeito Nelson Martins, 735, fundos, Centro, Palhoça/SC, representado neste ato por sua Presidente Sra. ROSANGELA ALVES COELHO, portadora da cédula de identidade nº 395.013 e CPF nº 342.526.499/00, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.090, de 12 de setembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 327/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, a concessão de benefício material como forma de proteção social dos usuários atendido e ampliar o universo de informações úteis sobre saúde, espiritualidade e direitos as gestantes e pessoas carentes, através de orientações e encaminhamento, para satisfazer as necessidades fundamentais dos usuários, conforme Plano de Trabalho (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio, proveniente da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
Unidade 001 - Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura
Função 0027 - Desporto e Lazer
Subfunção 0812 - Desporto Comunitário
Programa 0012 - Esporte
Ação 2082 - Funcionamento do Esporte e Lazer
Elemento 3335000000000000
Vínculo 01000142

I - Para atendimento ao disposto nesta Cláusula, o MUNICÍPIO repassará a importância de: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) efetivados conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, parte integrante deste Convênio.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor a parcela do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pelo MUNICÍPIO à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do

convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, até o prazo de vigência, contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica junto ao Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SA, ou seu substituto legal, sob o título a ser definido pelo Executivo Municipal;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão,

denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos da MUNICIPIO, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Cláusula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 31 de dezembro de 2014, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra

conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em /...../

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA NONA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, dois (2) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Documentos pertinentes às Conveniada

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO, por Secretaria Municipal a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo, decidirá sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do MUNICÍPIO, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 12 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ROSANGELA ALVES COELHO
Presidente do Grupo Abelhas Operárias

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

LEI Nº 4.090, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.090, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Grupo Abelhas Operárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Grupo Abelhas Operárias, associação privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 95.887.154/0001-53, com sede na Avenida Prefeito Nelson Martins, 735, fundos, Centro, Palhoça/SC, CEP 88.131-300, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) com o objetivo de conceder benefício material como forma de proteção social às gestantes e famílias carentes, através de orientações e encaminhamentos, ampliando o universo de diversas informações, exemplificando: saúde, espiritualidade e direitos.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

Unidade 001 - Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura

Função 0027 - Desporto e Lazer

Subfunção 0812 - Desporto Comunitário

Programa 0012 - Esporte

Ação 2082 - Funcionamento do Esporte e Lazer

Elemento 3335000000000000

Vínculo 01000142

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 12 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeitura Municipal

LEI Nº 4.091, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.091, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUCAÇÃO. Cria o Centro de Educação Infantil Maria José de Medeiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil para atendimento de crianças de 01 (um) a 05 (cinco) anos, completados até 31 de março, integradas à Rede Municipal de Educação, na Comunidade do Bairro Aririú, sob a denominação de "Centro de Educação Infantil Maria José de Medeiros".

Art. 2º Ficam igualmente criadas 130 (cento e trinta) vagas, no Centro de Educação Infantil a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º As matrículas serão efetuadas no decorrer deste exercício.

Art. 4º As despesas de custeio de que trata esta Lei corre por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 12 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal LEI Nº 4.092, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.092, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, autorizada pelo Decreto nº 509, de 20 março de 1969, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.028.316/0001-03, com sede em Brasília/DF, situada no Setor Bancário Norte (SBN), quadra 1, Conjunto 03, Bloco "A", objetivando o atendimento de serviços postais à população da localidade de Enseada do Brito, através de Agência de Correios Comunitária - AGC, mediante prestação de serviços e a comercialização de produtos oferecidos pela ECT, na forma que lhe forem autorizados, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município, suplementado se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 15 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

Processo 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº36/14 Modalidade: Credenciamento nº03/14. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E CIRURGIAS DE ORTOPEDIA À POPULAÇÃO PALMITENSE. Entrega do Envelopes: 17/10/2014, até as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 15 de setembro de 2014.

Tânia de Fátima Hennen

Gestora do Fundo.

Editais de Notificação 817/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 817/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGG6592	54095929E	6050/1	27/08/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 818/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 818/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKC8573	54095769E	6920/0	27/01/2014	233
MAL3190	54804347C	6920/0	27/01/2014	233
MFA1892	54095768E	6920/0	27/01/2014	233
MHC9583	54095771E	6920/0	27/01/2014	233
MHS6172	54096122E	5010/0	20/12/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

Editais de Notificação 819/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 819/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH2552	54926037D	6920/0	23/11/2012	R\$ 127,69	233
MEH7696	54926048D	6920/0	27/11/2012	R\$ 127,69	233
MRT0884	54926046D	6920/0	27/11/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA

Editais de Notificação 820/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 820/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EVC7787	54096067E	5614/4	05/12/2013	R\$ 127,69	182 * V
MCJ3254	54805840C	5967/0	23/11/2012	R\$ 191,53	203 * V
MCJ3254	54805841C	6394/1	23/11/2012	R\$ 191,53	220 * XIV
MJX5677	54925798D	5428/2	30/10/2012	R\$ 191,53	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 821/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 821/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DXF4164	54096256E	6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69	233
EAC4900	54925616D	6920/0	28/12/2012	R\$ 127,69	233
HBG8369	54096251E	6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69	233
ILZ8686	54925712D	7340/0	15/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LVF6332	54925619D	6920/0	26/12/2012	R\$ 127,69	233
LYV4856	54926373D	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
LYX7119	54095601E	5010/0	02/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYX7119	54926509D	6599/2	02/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA

Editais de Notificação 822/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 822/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEW5920	54926050D	7366/2	13/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 823/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 823/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOS7111	54095689E	5010/0	24/12/2013	162 * I
BOS7111	54095691E	5061/0	24/12/2013	163 c/c 162 * I
CGQ1140	54925950D	6920/0	14/02/2014	233
IAR5642	54096025E	6599/2	13/01/2014	230 * V
IDZ0945	54926480D	6920/0	14/02/2014	233
IKZ9491	54096076E	6920/0	09/01/2014	233
MCS2287	54095698E	6920/0	09/01/2014	233
MHE3436	54095692E	6920/0	09/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

Editais de Notificação 824/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 824/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUA3711	54804350C	6920/0	27/01/2014	233
LYC0294	54096075E	6920/0	09/01/2014	233
MFQ7712	54096279E	6912/0	19/01/2014	232
MFQ7712	54096280E	6610/2	19/01/2014	230 * VII
MFQ7712	54096281E	7340/0	19/01/2014	252 * IV
MIJ7570	54096070E	6920/0	09/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

Editais de Notificação 825/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 825/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEM2968	54095700E	5738/0	09/01/2014	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 826/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 826/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANA3547	54096151E	6653/1	10/02/2014	230 * XI
ANA3547	54096152E	5045/0	10/02/2014	162 * V
DJC1054	54804345C	6920/0	27/01/2014	233
HRL1810	54804343C	6920/0	27/01/2014	233
ICF8300	54926483D	6920/0	14/02/2014	233
IGV3532	54804346C	6920/0	27/01/2014	233
INK4691	54096126E	6599/2	22/01/2014	230 * V
INK4691	54096127E	6548/0	22/01/2014	229
INK4691	54096129E	6610/2	22/01/2014	230 * VII
INK4691	54096130E	6610/1	22/01/2014	230 * VII
INK4691	54096134E	6610/1	07/02/2014	230 * VII
INK4691	54096282E	6653/1	07/02/2014	230 * XI
LXQ4553	54804349C	6920/0	27/01/2014	233
LZF5369	54095774E	5010/0	04/03/2014	162 * I
LZF5369	54095775E	6599/2	04/03/2014	230 * V
LZF5369	54096082E	5169/1	04/03/2014	165
MAP7458	54926474D	6599/2	29/01/2014	230 * V
MAP7458	54926475D	5010/0	29/01/2014	162 * I
MAP7458	54926476D	5118/0	29/01/2014	164 c/c 162 * I
MAP7458	54926479D	6920/0	14/02/2014	233
MEH5895	54096027E	5010/0	21/02/2014	162 * I
MEH5895	54096028E	5118/0	21/02/2014	164 c/c 162 * I
MGW9819	54804348C	6920/0	27/01/2014	233
MHC9583	54096136E	6610/2	19/02/2014	230 * VII
MIL5927	54096079E	6920/0	27/01/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLICIA

Papanduva

PREFEITURA

Primeiro Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 011/2014, de 25/02/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo nos itens e quantidades a seguir: Item 01, 75 unidades; Item 02, 02 unidades; Item 06, 15 unidades; Item 08, 1000 unidades; Item 09, 750 unidades; Item 18, 2500 unidades; Item 22, 75 unidades; Item 31, 50 unidades; Item 55, 375 unidades; Item 63, 125 unidades; Item 67, 300 unidades; Item 77, 25 unidades; Item 78, 25 unidades; Item 79, 50 unidades; Item 89, 27 unidades; Item 106, 1250 unidades; Item 124, 750 unidades. O valor total deste aditivo é de R\$ 16.523,87 que correspondem a um acréscimo de 24,9819% da ata original contratada. Contratado: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Papanduva, 22 de agosto de 2014
Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 062/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 062/2014

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 102/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.033.589/0001-12, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais odontológicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 6.784,50 (seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 07, 69, 81 e 85, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 102/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação

- pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
 - 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
 - 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
 - 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão Presencial nº 102/2014 e seus anexos;
 - b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 102/2014 e seus anexos;
- 5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por

cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
 - b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
 - c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
- a) Advertência;
 - b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
 - c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
 - d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 18 de agosto de 2014.

_____- Fáblio José Padilha - Pregoeiro
_____- Erli Edvina Wunsche Bacellar -
Equipe de Apoio
_____- Márcio Wisniewski - Equipe de
Apoio
_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- OLIMED Material Hospitalar
Ltda

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 336/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 336/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Almey Alcides Vieira, brasileiro, portador do CPF nº 595.888.299-68, matrícula nº 10932, ocupante do Cargo em Comissão de Secretario Municipal de Administração, designado pela portaria nº 311/2013, a disposição da Secretaria de Municipal de Administração, por motivos pessoais, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 15 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

PORTARIA Nº 337/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº337/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Daniele Rodrigues Demetrio, brasileira, Ensino Médio completo, residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes - SC, portadora do CPF nº 095.415.739-75, matrícula nº 11047, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Serviços Gerais, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Penha

PREFEITURA

Decreto Nº 2096

DECRETO Nº 2096/2014

CONCEDE BENEFÍCIO E ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1335/94, alterada pela Lei nº 1568/98,

DECRETA:

Art.1º-Fica concedido à empresa POUSADA PEDRA DA ILHA, CNPJ/MF nº 04.487.003/0001-52, até 31/12/2016, os benefícios abaixo especificados, de acordo com o estabelecido na Lei nº 1335/94, alterada pela Lei nº 1568/98 e em conformidade com o Parecer da Comissão de Avaliação de Projetos, anexados:

- Isenção de 50% do pagamento do IPTU devidos sobre o imóvel da empresa;
- Isenção de 50% do pagamento da Taxa de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimento (TFFE);
- Isenção de 50% do pagamento das demais taxas municipais;
- Isenção de 33,33% do pagamento do ISS. Estando a prestação de serviço realizada pela empresa enquadrada no item 9.01 da Lista de Serviços Sujeitas a incidência de ISS do parágrafo 5º art. 255 do código tributário municipal, o qual o alíquota do ISS é de 3%, aplica-se então nova alíquota de 2% de acordo com a emenda constitucional 37/2002 em seu artigo terceiro.

Art. 2º-Tanto a Empresa quanto seus Diretores, somente farão jus aos benefícios, se atendidas às exigências do art. 15 da Lei nº 1335/94 e suas alterações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 11 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Decreto Nº 2097

DECRETO Nº 2097/2014

CONCEDE BENEFÍCIO E ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1335/94, alterada pela Lei nº 1568/98,

DECRETA:

Art.1º-Fica concedido à empresa MARINA MESTRE DODA LTDA, CNPJ/MF nº 02.474.397/0001-60, até 31/12/2016, os benefícios abaixo especificados, de acordo com o estabelecido na Lei nº 1335/94, alterada pela Lei nº 1568/98 e em conformidade com o Parecer da Comissão de Avaliação de Projetos, anexados:

- Isenção de 50% do pagamento do IPTU devidos sobre o imóvel

da empresa;

- Isenção de 50% do pagamento da Taxa de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimento (TFFE);
- Isenção de 50% do pagamento das demais taxas municipais;
- Isenção de 33,33% do pagamento do ISS. Estando a prestação de serviço realizada pela empresa enquadrada no item 9.01 da Lista de Serviços Sujeitas a incidência de ISS do parágrafo 5º art. 255 do código tributário municipal, o qual o alíquota do ISS é de 3%, aplica-se então nova alíquota de 2% de acordo com a emenda constitucional 37/2002 em seu artigo terceiro.

Art. 2º-Tanto a Empresa quanto seus Diretores, somente farão jus aos benefícios, se atendidas às exigências do art. 15 da Lei nº 1335/94 e suas alterações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 11 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Decreto Nº 2098

DECRETO Nº 2098/2014

CONCEDE BENEFÍCIO E ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1335/94, alterada pela Lei nº 1568/98,

DECRETA:

Art.1º-Fica concedido à empresa VALDIRENE MARIA DE MELO PS-CHEIDT E CIA LTDA EPP, CNPJ/MF nº 01.476.615/0001-51, até 31/12/2016, os benefícios abaixo especificados, de acordo com o estabelecido na Lei nº 1335/94, alterada pela Lei nº 1568/98 e em conformidade com o Parecer da Comissão de Avaliação de Projetos, anexados:

- Isenção de 50% do pagamento do IPTU devidos sobre o imóvel da empresa;
- Isenção de 50% do pagamento da Taxa de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimento (TFFE);
- Isenção de 50% do pagamento das demais taxas municipais;
- Isenção de 33,33% do pagamento do ISS. Estando a prestação de serviço realizada pela empresa enquadrada no item 9.01 da Lista de Serviços Sujeitas a incidência de ISS do parágrafo 5º art. 255 do código tributário municipal, o qual o alíquota do ISS é de 3%, aplica-se então nova alíquota de 2% de acordo com a emenda constitucional 37/2002 em seu artigo terceiro.

Art. 2º-Tanto a Empresa quanto seus Diretores, somente farão jus aos benefícios, se atendidas às exigências do art. 15 da Lei nº 1335/94 e suas alterações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 11 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Audiência Pública

AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA

O Senhor Prefeito Municipal de Penha e o Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Penha, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 2.201/08, Lei 2.244/2008 e artigo 259 parágrafo único, Lei Complementar nº 002/2007 e do Estatuto das Cidades, CONVOCAM a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA que acontecerá no dia 25/09/2014 às 19h00min na Câmara Municipal, na Av. Antonio Joaquim Tavares nº101, Centro, na cidade de Penha/SC.

A presente Audiência Pública é aberta a qualquer interessado, e tem por objetivo a apresentação do R.I.V. - Relatório de Impacto de Vizinhança do Empreendimento Residencial Velutti Home Club, de propriedade da Empresa Rogga S.a. Construtora e Incorporadora.

Penha (SC), 15 de setembro de 2014
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Reginaldo Waltrick
Presidente - Concidade

Pp52/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2014 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DIDÁTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 29/09/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 30/09/2014 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 15 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Chamada Pública 01/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2014 - PMP
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014 - PMP

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Penha/SC, nas quantidades e conforme cronograma de entrega constantes no Anexo II do presente edital de chamamento público.

Recebimento dos Envelopes até: 01/10/2014 às 09:00horas.

Abertura do Processo: 01/10/2014 às 09 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos- Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A retirada do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha, 15 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Termo Aditivo 021/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 021/2014

CONTRATO N.º: 010/2014

OBJETO: Fornecimento de óleo diesel, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013,

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2013

EMPRESA CONTRATADA: POSTO VÊNETO LTDA

VALOR DO CONTRATO: verificou-se a necessidade de aditar mais 169,05312 litros de combustível tipo gasolina comum, para suprir a necessidade até o fim do primeiro semestre de 2014.

DATA DO CONTRATO: 21 de julho de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Portaria Nº 314, de 09 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 314, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia referente Reforma da Sala do Conselho Tutelar, na forma dos seguintes anexos:

I- ANEXO: Projeto: P. baixo - Prancha 1;

II - ANEXO: Memorial Descritivo;

III - ANEXO: Planilha de Orçamento Global;

IV - ANEXO: Cronograma físico- financeiro;

V- ANEXO: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

Art. 2º Determina o desentranhamento, mediante fotocópia nos autos, do anexo referente cronograma física-financeiro, aprovado pela portaria nº 283/2014, processo anexo à licitação nº 004/2014, modalidade Convite, em razão de ter sido revogado o certame.

Art. 3º Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 09 de setembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo 033/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 033/2014

CONTRATO N.º: 106/2014

OBJETO: COMETER A EMPRESA CONTRATADA contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 017/2013

EMPRESA CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR ADITADO: VALOR TOTAL GERAL DO PRÊMIO R\$ 777,37

DATA DO CONTRATO: 11 de setembro de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Decreto Nº 4.065, de 01 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.065, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.1717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02	Poder Executivo
0206	Secretaria de Transportes e Obras
0206.15	Urbanismo
0206.15.452	Serviços Urbanos
0206.15.452.1503	Serviços de Utilidade Pública
0206.15.452.1503.2038	Manutenção dos Serv. De Utilidade Públicas
3171-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 0100	

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$2.000,00 (Dois mil reais) conforme abaixo discriminado;

02	Poder Executivo
0206	Secretaria de Transportes e Obras
0206.15	Urbanismo
0206.15.452	Serviços Urbanos
0206.15.452.1503	Serviços de Utilidade Pública
0206.15.452.1503.2038	Manutenção dos Serv. De Utilidade Públicas
3371-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 0100	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Termo Aditivo 034/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 034/2014

CONTRATO ADITADO DE FORNECIMENTO 02/2014

OBJETO: CONSIDERANDO, que houve redução devido à saída de um dos funcionários que integrava o corpo técnico da empresa desde o mês de julho, solicitamos a redução de valores do contrato.

EMPRESA CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

VALOR DO CONTRATO: Conforme acordado entre as partes, o contrato terá seu valor reduzido de 28.490,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa reais) para R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a redução do valor das parcelas a partir do mês setembro de 2014.

DATA DO CONTRATO: 15 de setembro de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Ponte Serrada**PREFEITURA****Decreto 553/2014**

DECRETO Nº 553/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. DERLI DA SILVA, Matrícula 821, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2011, e que serão gozadas de 01 de setembro de 2014 a 30 de setembro 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 554/2014

DECRETO Nº 554/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TANIA BORTOLI ZANCHET, Matrícula 1107, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 04 de outubro de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitado para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 555/2014

DECRETO Nº 555/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. GILVANA XAVIER RIBEIRO, Matrícula 6184, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 14 de setembro de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE AGOSTO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 556/2014

DECRETO Nº 556/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. PATRICIA REGINA CORONETTI, Matrícula 6230, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 28 de agosto de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 28 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 557/2014

DECRETO Nº 557/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.
"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. RODRIGO MARCANTE, matrícula 1547, ocupante do cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 558/2014

DECRETO Nº 558/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.
"NOMEIA SERVIDORA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público, a Sra. CLAUDIA DE FATIMA PADILHA DE QUEIROZ, portadora do RG n. 3.581.730 e do CPF n. 047.251.999-90, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE DEFESA CIVIL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 559/2014

DECRETO Nº 559/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. CLAUDIOMIRO THEODORO, matrícula 1555, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 560/2014

DECRETO Nº 560/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. JULIANE LUZIA PAIN, Matrícula 1577, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 25 de agosto de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 561/2014

DECRETO Nº 561/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. MAIELI APARECIDA LAMP, Matrícula 5930, ocupante do cargo de MONITORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 16 de setembro de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 562/2014

DECRETO Nº 562/2014, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. GIOVANA VRUBLIESCKI, Matrícula 5721, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 03 de setembro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 563/2014

DECRETO Nº 563/2014, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
CONSIDERANDO o falecimento do servidor ocorrido no dia 02 de setembro de 2014;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. NIRTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 02 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 564/2014

DECRETO Nº 564/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 05 (cinco) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, e que serão gozadas de 08 de setembro de 2014 a 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 565/2014

DECRETO Nº 565/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, e que serão gozadas de 15 de setembro de 2014 a 29 de setembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.173.309,00	16,08	16.752.826,54	64,56	9.194.523,46
RECEITAS CORRENTES	23.817.350,00	23.817.350,00	3.846.400,38	16,15	16.170.167,92	67,89	7.647.182,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.484.750,00	2.484.750,00	198.208,52	7,98	1.386.673,72	55,81	1.098.076,28
IMPOSTOS	1.723.000,00	1.723.000,00	162.810,80	9,45	1.084.403,97	62,94	638.596,03
TAXAS	641.750,00	641.750,00	35.397,72	5,52	301.989,75	47,06	339.760,25
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	280,00	0,23	119.720,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	260.000,00	260.000,00	42.660,84	16,41	164.830,29	63,40	95.169,71
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	260.000,00	260.000,00	42.660,84	16,41	164.830,29	63,40	95.169,71
RECEITA PATRIMONIAL	74.000,00	74.000,00	-8.400,79	0,00	205.558,19	277,78	-131.558,19
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	74.000,00	74.000,00	-8.400,79	0,00	205.558,19	277,78	-131.558,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	90.000,00	18.406,26	20,45	49.478,10	54,98	40.521,90
Outras Receitas Agropecuárias	90.000,00	90.000,00	18.406,26	20,45	49.478,10	54,98	40.521,90
RECEITA DE SERVIÇOS	138.000,00	138.000,00	5.420,14	3,93	22.628,18	16,40	115.371,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.854.600,00	19.854.600,00	3.535.398,21	17,81	14.036.757,35	70,70	5.817.842,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.642.600,00	19.642.600,00	3.186.304,85	16,22	13.428.713,39	68,37	6.213.886,61
Transf. de Conv.	212.000,00	212.000,00	349.093,36	164,67	608.043,96	286,81	-396.043,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	916.000,00	916.000,00	54.707,20	5,97	304.242,09	33,21	611.757,91
Multas e Juros de Mora	98.000,00	98.000,00	16.019,59	16,35	65.791,50	67,13	32.208,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	118.000,00	118.000,00	26.573,92	22,52	85.106,87	72,12	32.893,13
RECEITAS DIVERSAS	700.000,00	700.000,00	12.113,69	1,73	153.343,72	21,91	546.656,28
RECEITAS DE CAPITAL	2.130.000,00	2.130.000,00	326.908,62	15,35	582.658,62	27,35	1.547.341,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.130.000,00	2.130.000,00	326.908,62	15,35	582.658,62	27,35	1.547.341,38
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.130.000,00	2.130.000,00	326.908,62	15,35	582.658,62	27,35	1.547.341,38
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.173.309,00	16,08	16.752.826,54	64,56	9.194.523,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.173.309,00	16,08	16.752.826,54	64,56
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.173.309,00	16,08	16.752.826,54	64,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.004.427,53	—	—	975.815,49	—
Superávit Financeiro	—	2.004.427,53	—	—	975.815,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.947.350,00	2.544.845,17	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.187.712,50	56,81
DESPESAS CORRENTES	22.814.250,00	1.678.847,99	24.493.097,99	4.080.004,81	16.365.354,71	4.061.682,03	15.475.726,51	63,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.659.000,00	160.812,31	12.819.812,31	2.259.543,98	8.592.775,79	2.115.173,97	8.448.405,78	65,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	5.612,40	811,87	3.502,16	17,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.135.250,00	1.518.035,68	11.653.285,68	1.820.460,83	7.766.966,52	1.945.696,19	7.023.818,57	60,27
DESPESAS DE CAPITAL	3.133.100,00	865.997,18	3.999.097,18	264.717,49	723.215,87	269.690,85	711.985,99	17,80
INVESTIMENTOS	3.043.100,00	865.997,18	3.909.097,18	264.717,49	690.085,51	264.717,49	690.085,51	17,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	33.150,36	4.973,36	21.920,48	24,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.947.350,00	2.544.845,17	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.187.712,50	56,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.947.350,00	2.544.845,17	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.187.712,50	12.304.482,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	565.114,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.947.350,00	2.544.845,17	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.752.826,54	12.304.482,67

FONTE:

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.947.350,00	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.187.712,50	100,00	56,81	12.304.482,67	
Legislativa	900.000,00	900.000,00	148.279,01	602.402,09	159.179,01	580.602,09	3,59	64,51	319.397,91	
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	148.279,01	602.402,09	159.179,01	580.602,09	3,59	64,51	319.397,91	
Administração	2.354.000,00	2.354.000,00	566.878,73	1.849.244,31	524.791,41	1.682.307,61	10,39	71,47	671.692,39	
Administração Geral	2.354.000,00	2.354.000,00	566.878,73	1.849.244,31	524.791,41	1.682.307,61	10,39	71,47	671.692,39	
Segurança Pública	470.000,00	470.000,00	13.556,77	55.975,61	13.556,77	55.975,61	0,35	11,91	414.024,39	
Policimento	140.000,00	140.000,00	13.556,77	55.975,61	13.556,77	55.975,61	0,35	39,98	84.024,39	
Serviços Urbanos	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00	
Assistência Social	1.486.000,00	1.781.639,16	239.857,03	1.243.905,04	249.924,49	1.209.061,20	7,47	67,86	572.577,96	
Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00	94.000,00	11.029,06	60.151,53	9.479,73	58.602,20	0,36	62,34	35.397,80	
Assistência Comunitária	1.392.000,00	1.687.639,16	228.827,97	1.183.753,51	240.444,76	1.150.459,00	7,11	68,17	537.180,16	
Saúde	6.154.500,00	6.988.490,99	1.081.353,73	4.401.011,41	1.107.128,82	4.333.417,77	26,77	62,01	2.655.073,22	
Atenção Básica	5.664.500,00	6.389.376,68	1.015.078,38	4.070.566,10	1.040.853,47	4.002.972,46	24,73	62,65	2.386.404,22	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	453.000,00	496.517,35	66.275,35	316.176,31	66.275,35	316.176,31	1,95	63,68	180.341,04	
Vigilância Epidemiológica	37.000,00	102.596,96	0,00	14.269,00	0,00	14.269,00	0,09	13,91	88.327,96	
Educação	7.118.850,00	7.619.841,77	1.345.531,96	4.973.284,73	1.211.055,15	4.729.546,00	29,22	62,07	2.890.295,77	
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	
Ensino Superior	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Educação Básica	7.032.850,00	7.533.841,77	1.345.531,96	4.973.284,73	1.211.055,15	4.729.546,00	29,22	62,78	2.804.295,77	
Cultura	50.000,00	50.000,00	11.277,66	49.761,16	13.020,54	43.967,48	0,27	87,93	6.032,52	
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	11.277,66	49.761,16	13.020,54	43.967,48	0,27	87,93	6.032,52	
Urbanismo	2.785.000,00	2.785.000,00	64.683,19	525.755,98	111.835,27	305.931,77	1,89	10,98	2.479.068,23	
Infra-Estrutura Urbana	2.099.000,00	2.099.000,00	648,25	56.413,25	648,25	56.413,25	0,35	2,69	2.042.586,75	
Serviços Urbanos	686.000,00	686.000,00	64.034,94	469.342,73	111.187,02	249.518,52	1,54	36,37	436.481,48	
Agricultura	780.000,00	1.268.069,06	255.757,29	675.609,87	272.843,29	643.745,71	3,98	50,77	624.323,35	
Extensão Rural	780.000,00	1.268.069,06	255.757,29	675.609,87	272.843,29	643.745,71	3,98	50,77	624.323,35	
Indústria	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	
Transporte	2.037.000,00	2.463.154,19	399.697,50	1.735.155,53	425.796,85	1.712.397,34	10,58	69,52	750.756,85	
Transporte Rodoviário	2.037.000,00	2.463.154,19	399.697,50	1.735.155,53	425.796,85	1.712.397,34	10,58	69,52	750.756,85	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.947.350,00	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.187.712,50	100,00	56,81
Desporto e Lazer	282.000,00	282.000,00	67.927,99	177.600,04	59.397,24	169.069,29	1,04	59,95
Desporto Comunitário	282.000,00	282.000,00	67.927,99	177.600,04	59.397,24	169.069,29	1,04	59,95
Encargos Especiais	1.460.000,00	1.460.000,00	149.921,44	798.864,81	182.844,04	721.690,63	4,46	49,43
Outros Encargos Especiais	1.460.000,00	1.460.000,00	149.921,44	798.864,81	182.844,04	721.690,63	4,46	49,43
TOTAL (III) = (I + II)	25.947.350,00	28.492.195,17	4.344.722,30	17.088.570,58	4.331.372,88	16.187.712,50	100,00	56,81

FONTE:

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		2.197.177,67	2.129.566,36	2.627.023,10	2.708.779,21	2.341.318,17	2.225.970,65	2.010.751,82	2.662.291,69	2.383.800,02	2.220.806,06	2.130.827,02	2.170.140,46	27.708.452,23	
RECEITA TRIBUTÁRIA		122.731,83	131.671,24	439.553,67	217.302,60	119.583,48	127.390,53	122.127,90	458.581,24	230.834,05	129.948,00	112.865,73	85.512,79	2.297.933,06	
I.P.T.U.		6.593,08	7.117,74	3.468,76	2.983,44	0,00	0,00	17.869,94	240.303,65	34.947,90	9.524,34	11.589,78	9.955,03	344.329,66	
I.R.R.F.		0,00	0,00	290.256,93	15.924,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.180,99	
I.S.S.		93.409,84	92.826,47	123.766,72	182.011,96	95.470,36	114.954,94	78.827,93	94.287,62	79.729,70	82.623,25	70.359,29	50.414,35	1.158.711,43	
I.T.B.I.		14.187,40	21.620,77	14.925,56	6.428,27	1.339,80	4.186,36	7.053,03	24.027,47	22.209,43	14.181,45	10.393,39	10.109,96	150.652,89	
Outras Receitas Tributárias		8.591,51	10.106,26	7.145,70	9.954,87	22.773,32	8.249,23	18.351,00	99.962,50	93.947,02	23.588,96	20.364,27	15.033,45	338.058,09	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		17.456,65	19.430,45	21.119,79	19.682,19	21.322,66	19.325,48	20.786,17	20.304,49	19.907,45	20.523,20	20.753,27	21.907,57	260.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL		11.373,62	15.760,43	17.474,12	23.663,99	16.285,52	23.379,52	21.956,61	62.857,03	63.448,56	26.930,74	-38.527,09	30.120,30	74.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA		11.386,83	7.134,36	7.479,40	5.206,21	6.086,24	2.789,04	2.114,62	8.350,00	3.581,53	8.150,41	9.123,06	9.283,20	90.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		1.240,61	1.301,60	6.911,25	4.792,27	1.835,29	1.693,36	3.013,27	5.807,44	1.705,67	3.153,01	2.505,27	2.914,87	36.873,91	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.013.462,10	1.941.015,84	1.897.641,92	2.349.553,23	2.162.165,68	2.029.170,02	1.711.003,11	2.074.760,92	2.036.732,95	2.008.697,33	2.000.962,95	1.989.002,36	22.734.000,00	
Conta-Parte do F.P.M.		470.237,72	470.244,94	654.101,18	798.570,65	793.108,49	846.923,96	502.391,05	573.394,80	764.119,07	573.039,99	492.168,85	597.901,41	7.536.202,11	
Conta-Parte do I.C.M.S.		494.743,78	481.009,05	528.219,01	415.787,12	526.729,58	501.298,56	508.555,30	495.846,43	504.024,12	511.344,77	475.184,99	496.521,25	5.750.000,00	
Conta-Parte do I.P.V.A.		70.342,15	70.072,63	43.958,30	30.655,92	33.241,18	56.941,43	62.732,74	75.729,66	92.575,98	68.027,94	82.095,76	81.916,55	768.881,24	
Conta-Parte do ITR.		12.169,49	101.736,89	15.137,16	7.396,87	5.917,69	11.243,99	6.010,41	11.733,38	11.498,35	11.529,94	13.075,50	11.836,97	24.000,00	
Outras Transferências Correntes		565.121,43	427.701,56	307.335,93	699.937,51	373.027,40	194.620,44	247.012,14	519.088,02	247.331,30	440.670,96	563.863,17	398.614,78	3.557.000,00	
Transferências da LC 61/1989		6.939,76	7.418,65	8.229,21	8.795,25	8.423,78	7.131,79	6.868,67	7.566,15	8.251,19	7.659,81	8.073,45	8.321,95	85.000,00	
Transferências da LC 87/1996		2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.226,01	2.226,01	0,00	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	2.226,01	28.000,00	
Transferências do FUNDEB		391.721,41	380.643,76	428.474,77	426.263,55	419.491,55	408.783,84	377.341,80	389.156,47	406.746,93	393.998,91	364.275,22	389.663,44	4.775.961,65	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		19.526,03	13.252,44	46.842,95	88.598,72	14.039,30	22.222,70	130.650,14	31.630,57	27.598,81	23.403,37	23.307,83	31.399,37	916.000,00	
DEDUÇÕES (II)		211.323,64	226.533,90	260.366,04	249.926,15	273.929,13	285.152,95	217.329,65	233.303,07	276.530,76	234.925,31	214.564,69	240.002,41	2.913.887,70	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		211.323,64	226.533,90	260.366,04	249.926,15	273.929,13	285.152,95	217.329,65	233.303,07	276.530,76	234.925,31	214.564,69	240.002,41	2.913.887,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.985.854,03	1.903.032,46	2.376.657,06	2.458.853,06	2.067.389,04	1.940.817,70	1.793.422,17	2.428.988,62	2.107.269,26	1.985.980,75	1.916.262,33	1.930.138,05	24.794.564,53	
NOTES:															

FONTE:

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL	OSMIR RODRIGUES MACHADO TEC. CONT. CRC/SC 15249/O-6	VANDERLEI ZANATTA CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	--	--

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.458.392,84	5.423.430,78	4.890.460,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.458.900,84	5.415.276,56	4.881.345,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	8.154,22	9.115,82
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	508,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.458.392,84	-5.423.430,78	-4.890.460,99
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.458.392,84	-5.423.430,78	-4.890.460,99

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	532.969,79	-1.432.068,15

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.743.350,00	3.854.801,17	15.964.609,73	14.263.675,31
Receita Tributária	2.484.750,00	198.208,52	1.386.673,72	1.060.209,94
I.P.T.U.	565.000,00	21.544,81	324.216,64	257.112,25
I.S.S.	1.000.000,00	120.772,64	666.696,44	509.413,42
I.T.B.I.	86.000,00	20.493,35	93.490,89	51.657,51
I.R.R.F.	72.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	761.750,00	35.397,72	302.269,75	242.026,76
Receita de Contribuição	260.000,00	42.660,84	164.830,29	156.273,36
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	260.000,00	42.660,84	164.830,29	156.273,36
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	74.000,00	-8.400,79	205.558,19	52.725,22
(-) Aplicações Financeiras	74.000,00	-8.400,79	205.558,19	52.725,22
Transferências Correntes	19.854.600,00	3.535.398,21	14.036.757,35	12.758.821,93
F.P.M.	6.280.000,00	872.056,25	4.114.438,30	3.811.082,15
I.C.M.S.	4.600.000,00	778.965,17	3.217.204,68	2.885.731,25
Convênios	212.000,00	349.093,36	608.043,96	256.409,78
Outras Transferências Correntes	8.762.600,00	1.535.283,43	6.097.070,41	5.805.598,75
Demais Receitas Correntes	1.144.000,00	78.533,60	376.348,37	288.370,08
Dívida Ativa	118.000,00	26.573,92	85.106,87	52.425,07
Diversas Receitas Correntes	1.026.000,00	51.959,68	291.241,50	235.945,01
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.130.000,00	326.908,62	582.658,62	554.913,18
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.130.000,00	326.908,62	582.658,62	554.913,18
Convênios	2.130.000,00	326.908,62	582.658,62	487.342,12
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	67.571,06
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.130.000,00	326.908,62	582.658,62	554.913,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	25.873.350,00	4.181.709,79	16.547.268,35	14.818.588,49
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.493.097,99	4.061.682,03	15.475.726,51	12.768.694,91
Pessoal e Encargos Sociais	12.819.812,31	2.115.173,97	8.448.405,78	7.144.860,15
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	811,87	3.502,16	4.262,53
Outras Despesas Correntes	11.653.285,68	1.945.696,19	7.023.818,57	5.619.572,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.473.097,99	4.060.870,16	15.472.224,35	12.764.432,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.999.097,18	269.690,85	711.985,99	985.507,85
Investimentos	3.909.097,18	264.717,49	690.065,51	963.889,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	90.000,00	4.973,36	21.920,48	21.618,57

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.999.097,18	269.690,85	711.985,99	985.507,85
Amortização da Dívida (XIV)	90.000,00	4.973,36	21.920,48	21.618,57
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.909.097,18	264.717,49	690.065,51	963.889,28
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	28.382.195,17	4.325.587,65	16.162.289,86	13.728.321,66
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.508.845,17	-143.877,86	384.978,49	1.090.266,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	975.815,49	0,00
Superávit Financeiro	-	-	975.815,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00	

FONTE:

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	508,00	508,00	-	-	-	0,01	-	-	-	0,01	
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	508,00	508,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	
SECRETARIA DE ADM. FAZENDA, IND., COM. E TU		0,00	508,00	508,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	508,00	508,00	0,00	0,00	0,00	0,01	-	0,00	0,00	0,01	

FONTE:

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRO/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

RREO

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.792.000,00	1.792.000,00	186.348,13	1.167.598,15	65,16
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	605.000,00	605.000,00	36.539,99	367.847,51	60,80
1.1.1- IPTU	565.000,00	565.000,00	21.544,81	324.216,64	57,38
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	1.327,25	3.295,79	164,79
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	10.515,66	28.265,16	94,22
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	3.152,27	12.069,92	150,87
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	86.000,00	86.000,00	20.493,35	93.490,89	108,71
1.2.1- ITBI	86.000,00	86.000,00	20.493,35	93.490,89	108,71
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.029.000,00	1.029.000,00	129.314,79	706.259,75	68,64
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	120.772,64	666.696,44	66,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	159,38	348,94	11,63
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.000,00	18.000,00	5.808,80	26.734,87	148,53
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	2.573,97	12.479,50	155,99
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.397.000,00	14.397.000,00	2.273.548,70	9.879.408,95	68,62
2.1- Cota-Parte FPM	7.850.000,00	7.850.000,00	1.090.070,26	5.143.047,62	65,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.850.000,00	7.850.000,00	1.090.070,26	5.143.047,62	65,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.750.000,00	5.750.000,00	973.706,24	4.021.505,00	69,94
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.000,00	28.000,00	4.452,02	15.582,07	55,65
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	16.395,40	62.615,79	73,67
2.5- Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	24.912,47	82.806,23	345,03
2.6- Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	164.012,31	553.852,24	83,92
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.189.000,00	16.189.000,00	2.459.896,83	11.047.007,10	68,24
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	727.000,00	727.000,00	125.969,79	497.457,27	68,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	460.000,00	460.000,00	140.738,63	308.379,49	67,04
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	200.000,00	200.000,00	39.948,00	124.284,00	62,14
5.4- Transferências Diretas - PNAE	67.000,00	67.000,00	12.283,02	24.566,04	36,67
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	33.437,58	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	-66.999,86	6.790,16	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	212.000,00	212.000,00	322.834,35	463.385,60	218,58
6.1- Transferências de Convênios	212.000,00	212.000,00	322.834,35	463.385,60	218,58
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	95.000,00	95.000,00	12.731,99	49.662,64	52,28
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.034.000,00	1.034.000,00	461.536,13	1.010.505,51	97,73
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.879.400,00	2.879.400,00	454.567,10	1.975.737,97	68,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.570.000,00	1.570.000,00	218.014,01	1.028.609,32	65,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.150.000,00	1.150.000,00	194.741,07	804.300,32	69,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	890,40	3.116,40	55,65
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	3.279,09	12.523,17	73,67
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.800,00	4.800,00	4.982,48	16.561,19	345,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	132.000,00	132.000,00	32.660,05	110.627,57	83,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.786.000,00	4.786.000,00	753.938,66	3.148.858,16	65,79
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.780.000,00	4.780.000,00	753.938,66	3.148.858,16	65,88
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.900.600,00	1.900.600,00	299.371,56	1.173.120,19	61,72
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.871.600,00	2.871.600,00	658.288,36	2.386.009,21	83,09
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.871.600,00	2.871.600,00	658.288,36	2.386.009,21	83,09
14- OUTRAS DESPESAS	1.914.400,00	2.075.212,31	245.571,51	844.209,02	40,68
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.914.400,00	2.075.212,31	245.571,51	844.209,02	40,68
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.786.000,00	4.946.812,31	903.859,87	3.230.218,23	65,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.230.218,23
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					75,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					26,81
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-2,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.047.250,00	4.047.250,00	614.974,21	2.761.751,78	68,24
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.953.850,00	6.114.662,31	985.255,12	3.974.380,51	65,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.786.000,00	4.946.812,31	903.859,87	3.230.218,23	65,30
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.167.850,00	1.167.850,00	81.395,25	744.162,28	63,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.953.850,00	6.114.662,31	985.255,12	3.974.380,51	65,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.173.120,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					160.812,31
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.333.932,50
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.640.448,01
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,9
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	460.000,00	548.059,18	68.509,69	199.222,76	36,35
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	479.000,00	731.120,28	123.242,63	455.707,69	62,33
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	939.000,00	1.279.179,46	191.752,32	654.930,45	51,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.892.850,00	7.393.841,77	1.177.007,44	4.629.310,96	62,61

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		160.812,31	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.148.858,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.977.185,70	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.977.185,70	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		332.484,77	0,00

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 160.812,31, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.792.000,00	1.792.000,00	1.167.598,15	65,16
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	565.000,00	565.000,00	324.216,64	57,38
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	86.000,00	86.000,00	93.490,89	108,71
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	666.696,44	66,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.000,00	5.000,00	3.644,73	72,89
Dívida Ativa dos Impostos	48.000,00	48.000,00	55.000,03	114,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.000,00	16.000,00	24.549,42	153,43
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.397.000,00	14.397.000,00	9.879.408,95	68,62
Cota-Parte FPM	7.850.000,00	7.850.000,00	5.143.047,62	65,52
Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	82.806,23	345,03
Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	553.852,24	83,92
Cota-Parte ICMS	5.750.000,00	5.750.000,00	4.021.505,00	69,94
Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	62.615,79	73,67
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.000,00	28.000,00	15.582,07	55,65
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.000,00	28.000,00	15.582,07	55,65
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.189.000,00	16.189.000,00	11.047.007,10	68,24

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.072.400,00	6.806.390,99	4.285.421,33	62,96	4.217.827,69	61,97
Pessoal e Encargos Sociais	3.557.400,00	3.557.400,00	2.135.974,63	60,04	2.135.974,63	60,04
Outras Despesas Correntes	2.515.000,00	3.248.990,99	2.149.446,70	66,16	2.081.853,06	64,08
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	182.100,00	115.590,08	63,48	115.590,08	63,48
Investimentos	82.100,00	182.100,00	115.590,08	63,48	115.590,08	63,48

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	182.100,00	115.590,08	63,48	115.590,08	63,48
Investimentos	82.100,00	182.100,00	115.590,08	63,48	115.590,08	63,48
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.154.500,00	6.988.490,99	4.401.011,41	62,98	4.333.417,77	62,01
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.123.000,00	2.266.517,35	1.590.954,13	36,15	1.585.234,62	36,58
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.123.000,00	2.266.517,35	1.590.954,13	36,15	1.585.234,62	36,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.123.000,00	2.266.517,35	1.590.954,13	36,15	1.585.234,62	36,58
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.031.500,00	4.721.973,64	2.810.057,28	26,83	2.748.183,15	25,43
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,98
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/16]						1.091.132,09

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ADICIONAIS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
		-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.664.500,00	6.389.376,68	4.070.566,10	92,49	4.002.972,46	92,37
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	453.000,00	496.517,35	316.176,31	7,18	316.176,31	7,30
Vigilância Epidemiológica	37.000,00	102.596,96	14.269,00	0,32	14.269,00	0,33
TOTAL	6.154.500,00	6.988.490,99	4.401.011,41	100,00	4.333.417,77	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times illb)/100]$

Continua 3/4

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL	OSMIR RODRIGUES MACHADO TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	VANDERLEI ZANATTA CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

RREO

Município de Ponte Serrada - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	25.947.350,00	
Previsão Atualizada		—	25.947.350,00	
Receitas Realizadas		4.173.309,00	16.752.826,54	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	975.815,49	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	25.947.350,00	
Créditos Adicionais		—	2.544.845,17	
Dotação Atualizada		—	28.492.195,17	
Despesas Empenhadas		4.344.722,30	17.088.570,58	
Despesas Liquidadas		4.331.372,88	16.187.712,50	
Superavit Orçamentário		—	565.114,04	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.344.722,30	17.088.570,58	
Despesas Liquidadas		4.331.372,88	16.187.712,50	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			24.794.564,53	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.432.068,15	0,00
Resultado Primário		0,00	384.978,49	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,01	0,00	0,00	0,01
EXECUTIVO	0,01	0,00	0,00	0,01
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	508,00	0,00	508,00	0,00
EXECUTIVO	508,00	0,00	508,00	0,00
TOTAL:	508,01	0,00	508,00	0,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.640.448,01	25%	23,90
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.386.009,21	60%	75,77
Liquidadas		2.386.009,21		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		711.985,99	3.287.111,19	

Continua 1/2

Município de Ponte Serrada - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.748.183,15	15,00	24,88
Liquidadas		2.748.183,15		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ponte Serrada, 14/09/2014

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

Porto Belo

PREFEITURA

Pregão - Registro de Preço - 013/2014 Funtur

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 013/2014 FUNTUR

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de estruturas para atender os eventos a serem realizados pela Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 24/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 24/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Pregão - Registro de Preço - 016/2014 Funtur

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 016/2014 FUNTUR

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança/vigilância desarmada e serventes de limpeza para atender as necessidades da Fundação de Turismo de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 25/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 25/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Pregão - Registro de Preço - 015/2014 Funtur

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 015/2014 FUNTUR

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização e iluminação para atender os eventos realizados pela Fundação de Turismo do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 25/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 25/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Edital de Convocação N.º 148/2014

Edital de convocação 148/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 10/09/2014 à 16/09/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MARGARETE TEREZINHA LASCOSKI BARBOSA DE CAMPOS	84º		

Porto União (SC), 10 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Edital de Convocação N.º 095/2014

Edital de convocação 095/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 16/09/2014 à 22/09/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

TELEFONISTA

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ANDRESSA CACIANE MIRANDA	5º		

Porto União (SC), 15 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

2º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 254/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 10/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETE ALVES PAES portador(a) do CPF nº 686.853.519-87 na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 12/09/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SALETE ALVES PAES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

Pregão Presencial 138/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material de expediente e escritório para atender a Secretaria de Assistência Social. REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/09/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:00h do dia 29/09/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 15 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em exercício

Pregão Presencial 139/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de cargas de gás e água mineral para atender a Secretaria de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/09/2014, às 10:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 26/09/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 15 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em exercício

Termo de Convocação - Sonia Regina Poli

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SONIA REGINA POLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1008/RH de 08/09/2014, publicada em 15/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de setembro de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - ZENILDA RODRIGUES TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ZENILDA RODRIGUES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1009/RH de 08/09/2014, publicada em 15/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de setembro de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção
Confirmação Recebimento (Assinatura):

DECRETO Nº 4299, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4299, de 11 de setembro de 2014.

"EXONERA JOÃO BATISTA MULLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/09/2014, o servidor JOÃO BATISTA MULLER, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Limpeza Pública e Urbanismo da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4301, de 12 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4301, de 12 de setembro de 2014.

"ALTERA O DECRETO Nº 4246, DE 07 DE AGOSTO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no parágrafo 3º do art.15, da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010, acrescentado pela Lei Complementar n. 243, de 29 de março de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Parágrafo único: A alteração do Decreto Nº 4246, de 07 de agosto de 2014, ocorre em face da:

- I - Redistribuição de 01 (uma) vaga não ocupada do cargo de Motorista de Caminhão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para a Secretaria Municipal de Educação, ficando 03 (três) vagas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e 09 (nove) vagas na Secretaria Municipal de Educação.
- II - Redistribuição de 01 (uma) vaga ocupada do cargo de Motorista de Caminhão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para a Secretaria Municipal de Educação, ficando 23 (três) vagas na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e 10 (dez) vagas na Secretaria Municipal de Educação, sendo considerada a redistribuição do inciso anterior.

III - Redistribuição de 01 (uma) vaga não ocupada do cargo de Cozinheiro da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para a Secretaria Municipal de Educação, ficando 01 (uma) vaga na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e 40 (quarenta) vagas na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I que integra o Decreto Nº 4246, de 07 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4300, de 11 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4300, de 11 de setembro de 2014.

"EXONERA RODRIGO DE MEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/09/2014, o servidor RODRIGO DE MEIRA, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Promoções e Eventos da Fundação Municipal de Desportos, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4302, de 12 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4302, de 12 de setembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 039/2014 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado do Pregão Presencial Nº 039/2014 - FMS, de 07.08.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a

proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME;
- MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- CELIA REGINA W. SANI ME;
- BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4302/2014

Pregão Presencial nº 039/2014 de 07.08.2014.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DESTA SECRETARIA.

Participantes:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME;
- MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- CELIA REGINA W. SANI ME;
- BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitantes:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME;
- MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- CELIA REGINA W. SANI ME;
- BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME.

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 033-A/2014

Decreto Municipal nº 033-A/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 10.000,00

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o decreto Municipal 033/2014 de 21/07/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função: 01 LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 4001 MANUTENÇÃO DAS ATIV. LEGISLATIVAS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função: 01 LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 4001 MANUTENÇÃO DAS ATIV. LEGISLATIVAS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do PREFEITO, em 21 de julho de 2014.

Portaria Nº. 259/2014

PORTARIA Nº. 256/2014

SUSPENDE A PEDIDO A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade e conforme a legislação em vigor,

Resolve:

Artigo 1º. Suspender, a partir de 15/09/2014, a Licença para

Tratamento de Saúde, do servidor municipal Mozar Ganasini, matrícula nº 59, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Tributário.

Artigo 2º. A seu pedido, o servidor retorna às suas atividades normais, antes do vencimento do período de Licença para Tratamento de Saúde.

Artigo 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 032-A - de 01 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 032-A - DE 01 DE JULHO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.040 - AQUISI. DE MAQ. VEICULOS E EQUIP.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 01.00

RED: 77

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 01 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital 83/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 83/2014-PR 83/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos, instrumentos musicais e mobiliário necessários para atendimento e utilização dos usuários do Bolsa família. Conforme especificações constantes do anexo I que integra o edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 08h:45min do dia 26 de setembro de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento das propostas às 09:00 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113,

E-mail licitação@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santiago do Sul

PREFEITURA

Edital 18/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 21/2014.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2014.
Tipo: Pregão.
Objeto: Aquisição de combustíveis para a frota do Fundo Municipal de Saúde.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 30/09/2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 30/09/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone (49) 3345-0045 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 15 de setembro de 2014.
TADEU PAULO TOAZZA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital 60/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 85/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 60/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos da frota do Município.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/09/2014.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/09/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 15 de setembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

Edital Nº 005/2014

RESULTADO FINAL

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL Nº 005/2014

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 005/2014.

PROFESSOR OFICINA INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	002	Fernando Da Costa	1,0
2º	053	Jonathan Bergmann Vernilli	1,0
3º	008	Fabiane De Melo Neves	1,0
4º	055	Nathan Winiarski Da Luz	1,0
5º	005	Felipe Mendes Ribeiro	1,0
6º	030	Paulo Henrique Tokarski Ginski	1,0

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	004	Francisco Fabian Moraes	5,5
2º	051	Eduardo De Carvalho	5,5
3º	012	Luis Edimar Schroeder Dalsenter	5,5

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	013	Ernestino Ribeiro Do Amaral De Souza	4,5
2º	018	Bruna Maria Ribas	4,5
3º	006	Ane Carolini Ferreira De Lima Osterloh	2,0

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	057	Raquel Buss	6,5
2º	040	Viviane Cchaloupek Schroeder	5,5
3º	048	Izabely Cristina Fernandes	3,0
4º	049	Jamia Jurich Pillati	3,0

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	047	Meline Petri	2,0
2º	050	Sandra Goreti Viliczinski	1,0

CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS/INGLÊS - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	022	Evandro Gruber	5,5

CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS/INGLÊS - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	017	Nilton Rodrigues Junior	4,5
2º	038	Gerson Ruben Marques Pereira	2,0

CARGO: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	027	Celia Niepiçui Ribeiro	8,0
2º	033	Dulcinea Gonçalves Pinheiro Roesler	6,5
3º	026	Lisete Matioski Labas	6,5
4º	009	Maria Simone Cordeiro Tenchina	6,5
5º	058	Meri Pereira De Souza	6,5
6º	020	Aline Kohler	6,5
7º	007	Ana Maria Da Silva Lima	5,5
8º	034	Cristiane Bayerl Quost Mariano	5,5
9º	016	Elsa Maria Veiga De Almeida	5,5
10º	036	Neusa Maria Moreira Furst	5,5
11º	035	Maria Aparecida Hummelgen	5,5
12º	015	Marines Vornath Tauchen	4,0
13º	014	Rosemeri Panstein	4,0
14º	045	Silvane Ramos	3,0
15º	019	Janaina Do Rocio Wega Machado	3,0
16º	011	Rafael Henrique De Paula	3,0
17º	003	Fernanda Ferreira Dos Santos De Cordova	3,0
18º	039	Morgana Patricia Gebhardt Ponath	3,0

CARGO: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
1º	032	Joseane Jungton Da Silva	7,0
2º	042	Queriate Arin Rodrigues Pereira	4,5
3º	029	Juliane Tandler	4,5
4º	046	Alessandra Rincão Rodrigues	2,0
5º	010	Sonia Queiroz De Oliveira	2,0
6º	052	Angela Alexandrina Stipp Dos Santos	2,0
7º	028	Vanderleia Prussak Bialobok	2,0
8º	021	Giseli Becker Wohl	2,0
9º	024	Gabriela Hastreiter	2,0
10º	056	Milena Fischer	2,0
11º	025	Vanusa Aparecida Vicente Dinis Gauziski	2,0
12º	043	Ana Paula Correa Frogel	2,0
13º	041	Bruna Huttl	2,0
14º	044	Rubiane Caroline Becker	2,0
15º	023	Iara Caroline Fuerst De Souza	2,0

CARGO: PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
NÃO TEVE INSCRITOS			

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
NÃO TEVE INSCRITOS			

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
NÃO TEVE INSCRITOS			

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
054	Amanda Wendorff Lucci Leffek	Professor De História	Cargo inexistente no edital
031	Leonardo Gabriel Gutstein	Professor De Português/Inglês - Habilitado	Habilitação incompatível
001	Rafaela Da Silva	Professor Educação Física - Não Habilitado	Habilitação incompatível
037	Raquel Adriana Da Veiga	Atendente	Cargo inexistente no edital

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

Portaria Nº 6472/2014

PORTARIA Nº 6472, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
Demite empregada pública

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 2159/2014, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III e no artigo 143, inciso IV, ambos da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores) e artigo 482, alínea "a" do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), c/c o art. 10, I, da Lei Federal nº 11.350/06:

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 16 de setembro de 2014, e RESCINDIR por justa causa unilateralmente o contrato da empregada pública, MARINA BALAK, agente comunitário de saúde, matrícula funcional nº 40888, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 927/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 927/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFN0483	8492063694	6050/3	18/06/2014	R\$ 191,53	208
AOK8105	8492063573	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
APV6410	8492063045	7463/0	22/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
ARH2301	8492063832	7463/0	22/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
ASX8205	8492063280	5673/2	07/06/2014	R\$ 85,12	183
AUG2284	8492063631	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVL9220	8492063268	6050/3	04/06/2014	R\$ 191,53	208
AXA8548	8492063337	6050/3	04/06/2014	R\$ 191,53	208
BOF9531	8492063738	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
CCZ4360	8492063312	7463/0	07/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
CJX4826	8492063122	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
GJT2125	8492062575	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJK8367	8492063848	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
JGY9939	8492062206	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWZ3910	8492063824	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXC1803	8492063711	6050/3	18/06/2014	R\$ 191,53	208
LYM7654	8492063603	5673/2	15/06/2014	R\$ 85,12	183
LZM1181	8492063217	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW8983	8492063817	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ4550	8492063458	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDD7080	8492062097	5673/2	25/04/2014	R\$ 85,12	183
MDG6026	8492063806	7463/0	17/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDL1650	8492063722	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL1650	8492063814	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL1650	8492063853	7455/0	18/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT1392	8492062129	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE7994	8492063754	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK8637	8492063747	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF1106	8492063885	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFH4421	8492063119	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY7063	8492064155	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB9516	8492063893	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI6821	8492063790	6050/3	23/06/2014	R\$ 191,53	208
MGX4151	8492063789	6050/3	22/06/2014	R\$ 191,53	208
MHT8901	8492063693	7463/0	17/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHT8901	8492063714	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHT8901	8492063716	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG7844	8492063867	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM6531	8492063331	6050/3	07/06/2014	R\$ 191,53	208
MIR1966	8492063865	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR6647	8492063034	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS3564	8492062990	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY0749	8492062238	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ8834	8492063361	6050/3	08/06/2014	R\$ 191,53	208
MIZ8834	8492063497	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE8948	8492063743	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE6630	8492062128	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF2345	8492063759	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO9004	8492062094	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS7448	8492063175	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW7402	8492063284	6050/3	08/06/2014	R\$ 191,53	208
MLM6705	8492063688	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKE2224	8492063490	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 926/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 926/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHS6629	8492064709	7455/0	23/07/2014	218 * I
AMU7658	8492064860	7455/0	04/08/2014	218 * I
ASF1292	8492064815	6050/3	02/08/2014	208
ASM1087	8492065172	7455/0	15/08/2014	218 * I
ATL2593	8492064419	7455/0	13/07/2014	218 * I
AWF3853	8492064378	7455/0	13/07/2014	218 * I
CNZ2015	8492065123	7455/0	16/08/2014	218 * I
DQW1044	8492064703	7455/0	25/07/2014	218 * I
EDF5757	8492064954	6050/3	10/08/2014	208
LIH1132	8492065178	7455/0	16/08/2014	218 * I
LWX4337	8492065150	7455/0	17/08/2014	218 * I
LXI9556	8492065167	7455/0	15/08/2014	218 * I
LYS7656	8492065141	7455/0	15/08/2014	218 * I
MAP0721	8492064773	7455/0	30/07/2014	218 * I
MAT3222	8492064657	6050/3	28/07/2014	208
MAZ8061	8492064683	7455/0	27/07/2014	218 * I
MBK2210	8492064740	7455/0	27/07/2014	218 * I
MDH3729	8492063943	7455/0	28/06/2014	218 * I
MDR8893	8492064668	7455/0	24/07/2014	218 * I
MDS3612	8492065146	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDT5392	8492065151	7455/0	17/08/2014	218 * I
MEE4545	8492064650	5673/2	27/07/2014	183
MEK5383	8492064615	6050/3	27/07/2014	208
MFJ7155	8492065029	7455/0	10/08/2014	218 * I
MFJ8780	8492064711	7455/0	26/07/2014	218 * I
MFN6534	8492064766	7455/0	31/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGC4144	8492064645	5673/2	24/07/2014	183
MGN8671	8492065071	7455/0	13/08/2014	218 * I
MGN8671	8492065072	7463/0	13/08/2014	218 * II
MHB9306	8492064761	7455/0	31/07/2014	218 * I
MHE5745	8492064677	7455/0	23/07/2014	218 * I
MJE8948	8492065077	7455/0	16/08/2014	218 * I
MKF3077	8492065074	7455/0	14/08/2014	218 * I
MKR6073	8492065107	7455/0	14/08/2014	218 * I
MLP2162	8492065130	7455/0	19/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1932/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1932/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA4111	54595252E	6858/0	12/07/2014	R\$ 85,12	231 * VII
AFB9966	55515285D	7366/2	04/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ATL4322	55515455D	5568/0	06/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
AWB6311	55515299D	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AXS2079	55515095D	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXH6837	54926257E	6122/0	01/07/2014	R\$ 191,53	214 * I
LZF8728	55513899D	5568/0	27/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZR7878	54926202E	5185/1	25/06/2014	R\$ 127,69	167
MBI0088	55515039D	5185/1	13/05/2014	R\$ 127,69	167
MCJ6671	55515292D	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167
MEL1835	55515374D	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MFB3629	55514778D	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI8973	54596444E	6122/0	02/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MGN0017	54926174E	5185/1	18/06/2014	R\$ 127,69	167
MIK6406	54926212E	7366/2	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIR7179	55514889D	5185/2	21/06/2014	R\$ 127,69	167
MIT2795	55515040D	5207/0	13/05/2014	R\$ 53,20	169
MIT2795	55515070D	7056/1	13/05/2014	R\$ 191,53	244 * III
MJF3821	54926253E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF7850	54926013E	5568/0	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKF0432	54595555E	5207/0	26/06/2014	R\$ 53,20	169
MKF7231	55515386D	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167
MKT6841	55515366D	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS7305	55515400D	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1931/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1931/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA4111	54594901E	6637/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AAA4111	54595253E	6726/1	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ADR1811	54595266E	6408/0	14/07/2014	R\$ 85,12	221
ADV2726	54594617E	6920/0	23/06/2014	R\$ 127,69	233
AEE4323	54594603E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
AGQ2198	54595556E	5010/0	26/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AGQ2198	54595557E	6670/0	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
AIY2587	54596489E	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AIY2587	54596490E	5118/0	01/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AOR4385	54595529E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
CCP9704	54074199D	6912/0	13/06/2014	R\$ 53,20	232
HRP5654	54594621E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
LXZ3926	55438499C	5010/0	30/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXZ3926	55438500C	5118/0	30/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZJ5459	54595763E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MAU0748	54595797E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAU0748	54595798E	6637/2	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBH0395	54596384E	6920/0	25/04/2014	R\$ 127,69	233
MCP2723	54594565E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDL1650	54596267E	6637/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDL1650	54596268E	6637/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDL1650	54596269E	6637/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEV5016	54592794E	6912/0	29/05/2014	R\$ 53,20	232
MEY0562	55438497C	5010/0	30/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEY0562	55438498C	6408/0	30/06/2014	R\$ 85,12	221
MFC9831	54594521E	6912/0	01/07/2014	R\$ 53,20	232

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO9973	54595530E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1930/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1930/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACJ6903	54926508E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
AHE6363	54926642E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
AJJ6334	54926475E	5541/6	17/07/2014	181 * XVII
AKU9330	54926657E	7366/2	25/08/2014	252 * VI
ANF0352	54595460E	5835/0	21/08/2014	195
ANF0352	54595461E	5215/2	21/08/2014	170
ANZ4338	54926383E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
ATL4322	54595238E	5207/0	12/08/2014	169
COT6444	54594599E	5185/1	29/08/2014	167
IJU2488	54926492E	5746/1	16/08/2014	187 * I
KLD3175	54596638E	5185/1	30/08/2014	167
LBF6424	54595894E	5738/0	03/08/2014	186 * II
LYD3550	54926714E	5452/5	28/08/2014	181 * VIII
LYU5866	54596856E	5185/1	15/08/2014	167
LYV7487	54926652E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
LZF8728	54926810E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MAT3565	54926526E	6050/1	21/08/2014	208
MDN2289	54593903E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MDN2289	54593904E	5185/1	29/08/2014	167
MGA3257	54926755E	5568/0	27/08/2014	181 * XIX
MGR8793	55514794D	5746/1	21/08/2014	187 * I
MIG8138	54595888E	7366/2	02/08/2014	252 * VI
MIJ6069	54926709E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MIM0352	54595229E	5185/1	01/08/2014	167
MIU7402	54926764E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MJO0741	54595048E	5185/1	20/08/2014	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKC7489	55514784D	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
MKT6841	54594755E	7366/2	06/08/2014	252 * VI
MMM9036	54926753E	5568/0	20/08/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1929/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1929/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ0913	54595453E	5169/1	02/08/2014	165
ADZ0913	54595454E	6599/2	02/08/2014	230 * V
AMZ2481	54594992E	6726/1	19/08/2014	230 * XVIII
AMZ2481	54594993E	6963/0	19/08/2014	237
AMZ2481	54596868E	6599/2	19/08/2014	230 * V
AMZ2481	54596869E	6912/0	19/08/2014	232
AMZ2481	54596870E	6688/0	19/08/2014	230 * XIV
AMZ2481	54596871E	6556/1	19/08/2014	230 * I
AMZ2481	54596872E	6769/1	19/08/2014	230 * XXII
ANF0352	54595462E	6599/2	21/08/2014	230 * V
ANF0352	54595463E	5010/0	21/08/2014	162 * I
ANF0352	54595464E	5118/0	21/08/2014	164 c/c 162 * I
AWF2163	54596615E	6912/0	15/08/2014	232
KIW3180	54593237E	5010/0	29/08/2014	162 * I
KIW3180	54593238E	5118/0	29/08/2014	164 c/c 162 * I
LBF6424	54595889E	5169/1	03/08/2014	165
LBF6424	54595891E	6726/1	03/08/2014	230 * XVIII
LBF6424	54595892E	6637/2	03/08/2014	230 * IX
LBF6424	54595893E	6912/0	03/08/2014	232
LXH6837	54592285E	5320/0	17/08/2014	176 * V
LYD8244	54595455E	6599/2	04/08/2014	230 * V
LYD8244	54595456E	6726/1	04/08/2014	230 * XVIII
LYT1686	54595418E	6912/0	31/07/2014	232
MAO8375	54595246E	5010/0	15/08/2014	162 * I
MAO8375	54595247E	5118/0	15/08/2014	164 c/c 162 * I
MBK6988	54594946E	6726/1	30/07/2014	230 * XVIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBM6925	54595023E	6912/0	01/08/2014	232
MCC7906	54596603E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MDR2331	54595422E	6700/0	01/08/2014	230 * XVI
MDZ7576	54594970E	5045/0	06/08/2014	162 * V
MHO6594	54593231E	6912/0	20/08/2014	232
MIG7352	54593236E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MJQ8091	54596560E	6599/2	01/08/2014	230 * V
MKQ4491	54594543E	5010/0	02/08/2014	162 * I
MKQ4491	54594544E	5118/0	02/08/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório FMS N. 029/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 029/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 013/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 29 de setembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES (SI-PNI) E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO 243/CIB/14 E AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA E-SUS (SISAB), PARA USO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DEMAIS PROFISSIONAIS DO ESF E NASF. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 08 de setembro de 2014.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

ADITIVO FMS 009 ANDRADE E SILVA SERVIÇOS MÉDICOS

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 009 DE 11/09/2014 - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 012 DE 04/03/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/09/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 004/2013 Tomada de Preços n. 001/2013

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO do contrato FMS n. 012 de 04 de março de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Andrade e Silva Serviços Médicos Ltda

CPF/CNPJ: n. 17.432.883/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

Edital Convocação Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2014, a ser realizada no dia 26 de setembro de 2014, às 09h30min, tendo como local a Sala de Reuniões da Prefeitura

Municipal, localizado na Rua Getulio Vargas, nº 750, centro, na cidade de São Domingos - SC.

São Domingos, 15 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Relatorio_Irf consolidado

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.881.318,98	7,01	15.843.657,78	28,82	39.522.176,55
RECEITAS CORRENTES	19.657.833,33	19.657.833,33	3.338.970,13	16,99	13.639.197,54	69,38	6.018.635,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.053.000,00	2.053.000,00	184.558,34	8,99	1.078.520,68	52,53	974.479,32
IMPOSTOS	1.407.000,00	1.407.000,00	176.596,17	12,55	848.021,99	60,27	558.978,01
TAXAS	346.000,00	346.000,00	7.962,17	2,30	230.498,69	66,62	115.501,31
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.000,00	185.000,00	29.042,96	15,70	129.127,00	69,80	55.873,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	185.000,00	185.000,00	29.042,96	15,70	129.127,00	69,80	55.873,00
RECEITA PATRIMONIAL	253.833,33	253.833,33	54.784,66	21,58	212.739,88	83,81	41.093,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	253.833,33	253.833,33	54.784,66	21,58	212.739,88	83,81	41.093,45
RECEITA AGROPECUÁRIA	40.000,00	40.000,00	5.517,58	13,79	22.587,44	56,47	17.412,56
Outras Receitas Agropecuárias	40.000,00	40.000,00	5.517,58	13,79	22.587,44	56,47	17.412,56
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	1.960,00	13,07	7.020,95	46,81	7.979,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.791.500,00	16.791.500,00	2.986.698,45	17,79	11.871.983,64	70,70	4.919.516,36
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.431.500,00	16.431.500,00	2.786.088,56	16,96	11.306.444,72	68,81	5.125.055,28
Transf. de Conv.	360.000,00	360.000,00	200.609,89	55,72	565.538,92	157,09	-205.538,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	319.500,00	319.500,00	76.408,14	23,91	317.217,95	99,29	2.282,05
Multas e Juros de Mora	22.000,00	22.000,00	11.447,86	52,04	35.536,51	161,53	-13.536,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	21.000,00	21.000,00	48.598,22	231,42	48.708,18	231,94	-27.708,18
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.500,00	48.500,00	7.329,40	15,76	33.372,51	71,77	13.127,49
RECEITAS DIVERSAS	230.000,00	230.000,00	9.032,66	3,93	199.600,75	86,78	30.399,25
RECEITAS DE CAPITAL	35.708.001,00	35.708.001,00	542.348,85	1,52	2.204.460,24	6,17	33.503.540,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.898.000,00	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.898.000,00	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.268,95	0,00	4.542,40	0,00	-4.542,40
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.810.001,00	29.810.001,00	541.079,90	1,82	2.199.917,84	7,38	27.610.083,16
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	24.048,02	0,00	24.048,02	0,00	-24.048,02
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	29.810.001,00	29.810.001,00	517.031,88	1,73	2.175.869,82	7,30	27.634.131,18
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.881.318,98	7,01	15.843.657,78	28,82	39.522.176,55

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.881.318,98	7,01	15.843.657,78	28,62
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.881.318,98	7,01	15.843.657,78	28,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.186.833,16	—	—	1.016.247,60	—
Superávit Financeiro	—	1.186.833,16	—	—	1.016.247,60	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	55.365.834,33	1.275.248,83	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63	4.352.309,72	14.193.330,39	25,06
DESPESAS CORRENTES	18.843.806,33	717.113,01	19.560.919,34	2.161.541,92	12.966.184,24	3.041.659,96	11.558.502,68	59,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.723.472,00	-800.540,33	9.922.931,67	1.431.801,75	5.482.139,32	1.560.323,60	5.480.081,32	55,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	36.000,00	0,00	36.000,00	697,76	2.778,64	697,76	2.778,64	7,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.084.334,33	1.517.653,34	9.601.987,67	729.042,41	7.481.266,28	1.480.638,60	6.075.642,72	63,27
DESPESAS DE CAPITAL	36.507.028,00	558.135,82	37.065.163,82	656.403,21	5.739.747,39	1.310.649,76	2.634.827,71	7,11
INVESTIMENTOS	36.411.028,00	558.135,82	36.969.163,82	646.958,26	5.706.320,24	1.301.204,81	2.601.400,56	7,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	96.000,00	0,00	96.000,00	9.444,95	33.427,15	9.444,95	33.427,15	34,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—		—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	55.365.834,33	1.275.248,83	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63		4.352.309,72	14.193.330,39	25,06	42.447.752,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	55.365.834,33	1.275.248,83	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63		4.352.309,72	14.193.330,39	25,06	42.447.752,77
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—		—	1.650.327,39	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	55.365.834,33	1.275.248,83	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63		4.352.309,72	15.843.657,78	27,97	42.447.752,77

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-1

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLI

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	55.365.834,33	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63	4.352.309,72	14.193.330,39	100,00	25,06	42.447.752,77	
Ação Legislativa	761.400,00	761.400,00	101.988,80	445.730,32	115.629,51	410.136,86	2,89	53,87	351.263,14	
Essencial à Justiça	761.400,00	761.400,00	101.988,80	445.730,32	115.629,51	410.136,86	2,89	53,87	351.263,14	
Administração Geral	400.000,00	1.000.000,00	0,00	875.747,84	24.423,88	818.432,84	5,77	81,84	181.567,16	
Administração	400.000,00	1.000.000,00	0,00	875.747,84	24.423,88	818.432,84	5,77	81,84	181.567,16	
Administração Geral	3.867.223,00	3.847.223,00	352.013,68	1.606.393,00	469.702,14	1.393.156,71	9,82	36,21	2.454.066,29	
Defesa Nacional	3.867.223,00	3.847.223,00	352.013,68	1.606.393,00	469.702,14	1.393.156,71	9,82	36,21	2.454.066,29	
Defesa Civil	1.000,00	31.000,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	
Segurança Pública	1.000,00	31.000,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	
Policimento	110.000,00	113.000,00	9.680,56	68.556,84	39.682,96	60.077,22	0,42	53,17	52.922,78	
Assistência Social	110.000,00	113.000,00	9.680,56	68.556,84	39.682,96	60.077,22	0,42	53,17	52.922,78	
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.563.526,00	3.594.930,06	195.399,32	1.490.152,12	221.039,45	712.780,98	5,02	19,83	2.882.149,08	
Assistência Comunitária	94.000,00	74.000,00	11.049,77	49.923,62	13.380,33	47.280,16	0,33	63,89	26.719,84	
Saúde	3.469.526,00	3.520.930,06	184.349,55	1.440.228,50	207.659,12	665.500,82	4,69	18,90	2.855.429,24	
Atenção Básica	11.987.500,00	11.789.996,63	623.915,44	4.214.416,93	1.075.992,81	3.538.783,26	24,93	30,02	8.251.213,37	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.424.000,00	11.200.188,56	598.167,19	3.787.983,03	979.651,13	3.221.269,94	22,70	28,76	7.978.918,62	
Vigilância Sanitária	493.000,00	493.000,00	24.352,09	391.739,61	74.271,30	284.354,03	2,00	57,68	208.645,97	
Vigilância Epidemiológica	42.500,00	68.808,07	1.396,16	33.794,29	22.070,38	32.259,29	0,23	46,88	36.548,78	
Educação	28.000,00	28.000,00	0,00	900,00	0,00	900,00	0,01	3,21	27.100,00	
Ensino Fundamental	4.425.333,33	4.738.172,72	631.499,94	3.079.247,44	1.121.598,04	2.958.636,23	20,85	62,44	1.779.536,49	
Ensino Superior	114.000,00	190.744,74	36.097,10	144.881,74	51.788,70	137.617,60	0,97	72,15	53.127,14	
Educação Básica	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
Cultura	4.286.333,33	4.522.427,98	595.402,84	2.934.365,70	1.069.809,34	2.821.018,63	19,88	62,38	1.701.409,35	
Difusão Cultural	75.000,00	75.000,00	15.946,00	19.949,40	2.564,40	4.389,40	0,03	5,85	70.610,60	
Urbanismo	75.000,00	75.000,00	15.946,00	19.949,40	2.564,40	4.389,40	0,03	5,85	70.610,60	
Infra-Estrutura Urbana	12.474.101,00	12.964.793,06	486.015,09	4.039.998,39	927.848,57	2.715.898,84	19,14	20,95	10.248.894,22	
Serviços Urbanos	8.945.000,00	9.155.000,00	302.733,60	2.510.603,58	576.749,60	1.312.534,46	9,25	14,34	7.842.465,54	
Transporte Rodoviário	3.519.101,00	3.799.793,06	183.281,49	1.529.394,81	351.098,97	1.403.364,38	9,89	36,93	2.396.428,68	
Habituação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Habitação Urbana	2.065.000,00	2.135.755,30	0,00	328.229,46	3.908,47	189.657,44	1,34	8,88	1.946.097,86	
Saneamento	2.065.000,00	2.135.755,30	0,00	328.229,46	3.908,47	189.657,44	1,34	8,88	1.946.097,86	
Saneamento Básico Urbano	7.090.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	
	7.090.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.365.834,33	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63	4.352.309,72	14.193.330,39	100,00	25,06
Agricultura	2.770.000,00	2.840.000,00	354.716,74	1.241.199,29	157.885,33	743.665,72	5,24	26,19
Extensão Rural	2.770.000,00	2.840.000,00	354.716,74	1.241.199,29	157.885,33	743.665,72	5,24	26,19
Indústria	915.000,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	915.000,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	4.343.751,00	4.317.812,39	20.494,01	1.055.089,49	134.943,97	431.421,14	3,04	9,99
Turismo	668.750,00	691.442,88	6.152,97	643.733,88	5.279,49	113.407,16	0,80	16,40
Desporto Comunitário	3.675.001,00	3.626.369,51	14.341,04	411.355,61	129.664,48	318.013,98	2,24	8,77
Encargos Especiais	502.000,00	502.000,00	26.225,55	241.171,11	57.090,19	216.293,75	1,52	43,09
Outros Encargos Especiais	502.000,00	502.000,00	26.225,55	241.171,11	57.090,19	216.293,75	1,52	43,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	55.365.834,33	56.641.083,16	2.817.945,13	18.705.931,63	4.352.309,72	14.193.330,39	100,00	25,06

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI	JUCELANE FORNARI LORENZI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 034400/O-4	COORDENADORA DE CONTROLE

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por consistir no orçamento.

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

PREO - ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	RS 1,00		
			Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014			TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I) RECEITA TRIBUTÁRIA IPTU I.R.F. I.S.S. I.T.B.I. Outras Receitas Tributárias RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES RECEITA PATRIMONIAL RECEITA AGROPECUÁRIA RECEITA INDUSTRIAL RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES Cota-Parte do F.P.M. Cota-Parte do I.C.M.S. Cota-Parte do I.P.V.A. Cota-Parte do I.T.R. Outras Transferências Correntes Transferências da LC 87/1996 Transferências do FUNDEB OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.809.896,21	1.763.090,51	1.856.326,97	2.285.361,44	1.931.469,34	1.910.763,04	1.869.468,25	2.201.950,87	2.113.979,08	1.666.711,16	1.761.562,37	1.937.956,78	23.167.558,02	22.444.833,33				
	149.986,51	113.513,85	79.924,40	130.938,88	80.206,77	138.857,12	148.339,86	294.277,39	169.007,28	63.273,92	83.236,60	101.321,74	1.552.784,32	2.053.000,00				
	1.488,10	1.579,60	1.311,03	900,21	612,11	1.778,72	23.952,07	111.769,30	55.647,82	5.697,08	5.141,05	928,18	210.206,27	275.000,00				
	12.109,66	1.973,00	0,00	48.960,59	8.469,10	209,88	0,00	21.340,07	0,00	0,00	0,00	0,00	4.364,81	97.427,11				
	117.950,52	71.295,46	58.463,83	60.148,34	43.490,90	65.184,09	34.649,20	80.460,85	64.237,25	27.209,67	41.657,89	39.735,58	704.113,58	840.000,00				
	12.391,44	32.288,77	13.476,34	15.628,63	16.266,44	21.344,76	40.827,05	13.611,69	13.742,73	21.635,04	31.956,65	52.811,01	285.870,55	172.000,00				
	6.416,79	6.377,02	6.573,20	5.301,11	11.378,22	51.039,67	48.911,54	67.095,48	35.379,48	8.732,13	4.481,01	255.166,81	646.000,00	646.000,00				
	11.799,10	12.526,07	13.979,92	14.346,09	15.933,80	15.352,60	18.926,10	18.030,30	16.729,48	15.110,76	14.737,78	181.678,18	185.000,00	185.000,00				
	1.754,70	20.149,27	14.313,09	22.996,69	10.898,81	37.037,25	18.957,25	37.361,83	25.594,16	28.545,92	22.780,98	271.953,63	253.833,33	253.833,33				
	3.161,50	3.902,86	4.807,50	3.091,32	4.355,00	3.460,00	1.010,00	2.709,86	2.372,50	3.162,50	3.211,18	2.306,40	37.550,72	40.000,00				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	1.120,00	1.114,46	1.092,00	1.186,69	1.143,30	420,00	594,00	1.621,65	1.176,00	196,00	28,00	1.932,00	11.534,10	15.000,00				
	1.596.165,99	1.594.823,32	1.695.742,26	2.099.742,68	1.778.555,75	1.707.821,60	1.557.555,94	1.799.903,14	1.887.025,35	1.547.537,74	1.623.023,40	1.784.226,07	20.672.123,24	19.578.500,00				
	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.793.314,90	5.920.000,00				
	576.541,60	577.156,59	624.548,85	639.017,65	581.630,77	572.516,40	566.331,91	554.526,96	555.676,79	579.544,80	523.882,18	556.046,49	6.907.420,99	7.000.000,00				
	65.664,72	72.737,50	29.906,29	31.745,72	44.788,34	61.072,71	75.240,69	90.126,22	94.352,02	86.132,88	88.631,06	82.109,71	625.007,66	870.000,00				
	2.995,03	15.809,34	351,38	40,84	47,68	32,89	0,00	8,48	0,00	0,00	48,55	135,13	19.429,32	14.000,00				
	437.462,08	419.249,67	373.990,25	513.035,30	338.402,01	224.797,90	343.851,00	526.690,22	445.613,88	245.314,53	448.828,14	485.047,91	4.802.282,89	3.793.500,00				
	8.205,35	8.771,57	9.729,95	9.919,22	9.283,90	7.969,97	7.680,19	8.363,59	9.096,78	8.664,20	8.900,82	9.174,78	105.650,32	100.000,00				
2.585,08	2.585,08	2.585,08	2.585,08	2.453,30	2.453,30	0,00	2.453,30	2.453,30	2.453,30	2.453,30	2.453,30	27.513,42	31.000,00					
150.073,84	145.829,86	164.154,58	163.307,47	207.118,39	203.295,53	187.659,86	187.688,27	206.743,28	195.648,24	181.152,72	200.832,70	2.193.503,74	1.850.000,00					
45.908,41	17.060,98	46.887,80	13.059,09	40.415,91	7.914,47	124.563,10	48.046,70	12.085,31	7.884,32	14.977,03	61.431,11	439.933,83	319.500,00					
DEDUÇÕES (II) Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	201.725,78	205.948,85	231.519,26	237.476,33	246.606,84	255.945,43	205.209,04	217.104,76	246.833,45	221.314,81	198.608,26	221.942,76	2.690.335,27	2.787.000,00				
	201.725,78	205.948,85	231.519,26	237.476,33	246.606,84	255.945,43	205.209,04	217.104,76	246.833,45	221.314,81	198.608,26	221.942,76	2.690.335,27	2.787.000,00				
FONTE:			1.608.170,43	1.557.141,96	1.624.927,71	2.047.885,11	1.684.862,50	1.654.817,61	1.664.259,21	1.984.846,11	1.867.045,63	1.444.396,35	1.562.954,11	1.776.016,02	20.477.222,75	19.657.833,33		
SÃO DOMINGOS, 09/09/2014																		

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADOR(A) CRC/SC 084.400/O-9

JUCELANE FERNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

R\$ 1,00					
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
				No Bimestre	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3					

Continuação 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI JUCELANE FORNARI LORENZI

CANTADORA CRC/SC 034400/O-5 COORDENADORA DE CONTROLE

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	213.826,48	189.844,28	180.399,33
DEDUÇÕES (II)	3.285.728,54	5.506.469,11	5.058.105,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.915.812,45	5.627.459,60	5.335.000,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	4.273,70	4.829,71
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	630.083,91	125.264,19	281.725,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.071.902,06	-5.316.624,83	-4.877.705,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.071.902,06	-5.316.624,83	-4.877.705,94

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	438.918,89	-1.805.803,88

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-118.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.404.000,00	3.284.185,47	13.426.457,66	11.809.919,56
Receita Tributária	2.053.000,00	184.558,34	1.078.520,68	1.152.331,29
I.P.T.U.	275.000,00	6.070,23	204.927,33	198.952,36
I.S.S.	840.000,00	81.393,47	396.625,43	542.725,85
I.T.B.I.	172.000,00	84.767,66	212.085,37	110.475,39
I.R.R.F.	120.000,00	4.364,81	34.383,86	60.049,41
Outras Receitas Tributárias	646.000,00	7.962,17	230.498,69	240.128,28
Receita de Contribuição	185.000,00	29.042,96	129.127,00	112.371,06
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	185.000,00	29.042,96	129.127,00	112.371,06
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	253.833,33	54.784,66	212.739,88	60.873,21
(-) Aplicações Financeiras	253.833,33	54.784,66	212.739,88	60.873,21
Transferências Correntes	16.791.500,00	2.986.698,45	11.871.983,64	10.406.816,98
F.P.M.	4.736.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	5.600.000,00	861.669,28	3.589.851,92	3.498.663,94
Convênios	360.000,00	200.609,89	565.538,92	247.139,05
Outras Transferências Correntes	6.095.500,00	1.270.377,09	4.630.764,10	3.802.702,35
Demais Receitas Correntes	374.500,00	83.885,72	346.826,34	138.400,23
Dívida Ativa	46.500,00	7.329,40	33.372,51	42.532,88
Diversas Receitas Correntes	328.000,00	76.556,32	313.453,83	95.867,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	35.708.001,00	542.348,85	2.204.460,24	3.151.326,47
Operações de Crédito (III)	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	1.268,95	4.542,40	4.540,71
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	29.810.001,00	541.079,90	2.199.917,84	3.146.785,76
Convênios	29.810.001,00	517.031,88	2.175.869,82	3.146.785,76
Outras Transferências de Capital	0,00	24.048,02	24.048,02	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	29.810.001,00	541.079,90	2.199.917,84	3.146.785,76
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.214.001,00	3.825.265,37	15.626.375,50	14.956.705,32
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.560.919,34	3.041.659,96	11.558.502,68	9.744.010,72
Pessoal e Encargos Sociais	9.922.931,67	1.560.323,60	5.480.081,32	5.016.996,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	36.000,00	697,76	2.778,64	2.752,54
Outras Despesas Correntes	9.601.987,67	1.480.638,60	6.075.642,72	4.724.261,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.524.919,34	3.040.962,20	11.555.724,04	9.741.258,18
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	37.065.163,82	1.310.649,76	2.634.827,71	3.022.131,41
Investimentos	36.969.163,82	1.301.204,81	2.601.400,56	2.989.578,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	96.000,00	9.444,95	33.427,15	32.552,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	36.969.163,82	1.301.204,81	2.601.400,56	2.989.578,93

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	56.509.083,16	4.342.167,01	14.157.124,60	12.730.837,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.295.082,16	-516.901,64	1.469.250,90	2.225.868,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.016.247,60	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.016.247,60	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-6.019.833,33

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)			630.083,91										
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00		630.083,91	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00		31.690,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISM	0,00		62.786,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	0,00		535.607,91	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
TOTAL (III) = (I + II):	0,00		630.083,91	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADOR(A) CRC/SC 03440/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE I
--	---	--

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.438.500,00	1.438.500,00	183.532,96	877.027,18	60,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	303.000,00	303.000,00	8.333,51	219.486,99	72,44
1.1.1- IPTU	275.000,00	275.000,00	6.070,23	204.927,33	74,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	381,73	760,92	76,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	1.397,15	10.517,22	52,59
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	484,40	3.281,52	46,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	172.000,00	172.000,00	84.767,66	212.085,37	123,31
1.2.1- ITBI	172.000,00	172.000,00	84.767,66	212.085,37	123,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	843.500,00	843.500,00	86.066,98	411.070,96	48,73
1.3.1- ISS	840.000,00	840.000,00	81.393,47	396.625,43	47,22
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	379,23	2.192,86	219,29
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.500,00	1.500,00	3.609,90	10.122,64	674,84
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	684,38	2.130,03	213,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	4.364,81	34.383,86	28,65
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	4.364,81	34.383,86	28,65
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.935.000,00	13.935.000,00	2.091.388,00	9.056.965,41	64,99
2.1- Cota-Parte FPM	5.920.000,00	5.920.000,00	817.552,68	3.857.285,62	65,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.920.000,00	5.920.000,00	817.552,68	3.857.285,62	65,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.079.928,67	4.490.156,30	64,15
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.000,00	31.000,00	4.906,60	17.173,10	55,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	18.075,60	69.024,23	69,02
2.5- Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	183,68	272,73	1,95
2.6- Cota-Parte IPVA	870.000,00	870.000,00	170.740,77	623.053,43	71,62
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.373.500,00	15.373.500,00	2.274.920,96	9.933.992,59	64,62
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	334.000,00	334.000,00	75.708,03	330.113,30	98,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	198.000,00	198.000,00	40.185,37	165.482,89	83,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	1.710,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	54.000,00	54.000,00	16.960,00	50.880,00	94,22
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.000,00	82.000,00	17.796,10	44.490,25	54,26
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	65.388,05	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	766,56	2.162,11	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.460.000,00	3.460.000,00	102.481,11	307.772,23	8,90
6.1- Transferências de Convênios	3.460.000,00	3.460.000,00	102.481,11	307.772,23	8,90
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.000,00	3.000,00	3.974,14	14.923,95	497,46
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.797.000,00	3.797.000,00	182.163,28	652.809,48	17,19
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.787.000,00	2.787.000,00	420.551,02	1.813.665,35	65,08
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.184.000,00	1.184.000,00	163.510,49	771.456,92	65,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	218.259,39	900.304,38	64,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.200,00	6.200,00	981,32	3.434,62	55,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.615,13	13.804,91	69,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.800,00	2.800,00	36,72	54,50	1,95
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	174.000,00	174.000,00	34.147,97	124.610,02	71,61
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.853.333,33	1.853.333,33	385.272,07	1.581.380,74	85,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.850.000,00	1.850.000,00	381.985,42	1.570.137,99	84,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.333,33	3.333,33	3.286,65	11.242,75	337,28
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-937.000,00	-937.000,00	-38.565,60	-243.527,36	25,99
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.297.000,00	1.340.262,17	236.927,03	867.807,32	64,75
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.297.000,00	1.340.262,17	236.927,03	867.807,32	64,75
14- OUTRAS DESPESAS	556.333,33	556.333,33	150.321,09	524.720,76	94,32
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	556.333,33	556.333,33	150.321,09	524.720,76	94,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.853.333,33	1.896.595,50	387.248,12	1.392.528,08	73,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.392.528,08
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					54,88
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,18
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					11,94
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.843.375,00	3.843.375,00	568.730,24	2.483.498,15	64,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.203.333,33	3.344.595,50	867.158,39	2.377.209,14	71,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.853.333,33	1.896.595,50	387.248,12	1.392.528,08	73,42
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.350.000,00	1.448.000,00	479.910,27	984.681,06	68,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.203.333,33	3.344.595,50	867.158,39	2.377.209,14	71,08
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-243.527,36
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.242,75
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					43.262,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-189.022,44
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.566.231,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,83
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.600.000,00	2.632.988,58	5.305,62	12.522,43	0,48
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.600.000,00	2.632.988,58	5.305,62	12.522,43	0,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.803.333,33	5.977.584,08	872.464,01	2.389.731,57	39,98

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		43.262,17	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.570.137,99	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.361.355,02	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.361.355,02	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		11.242,75	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		263.287,89	0,00

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI, JUCELANE FERNARI LORENZI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC/SC 034400/O-4 COORDENADORA DE CONTROLE

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 43.262,17, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	5.898.000,00	0,00	5.898.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS DE CAPITAL	37.065.163,82	2.634.827,71	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	37.065.163,82	2.634.827,71	0,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-31.167.163,82	-2.634.827,71	-28.532.336,11

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.438.500,00	1.438.500,00	877.027,18	60,97
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	275.000,00	275.000,00	204.927,33	74,52
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	172.000,00	172.000,00	212.085,37	123,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	840.000,00	840.000,00	396.625,43	47,22
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	34.383,86	28,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	2.953,78	147,69
Dívida Ativa dos Impostos	21.500,00	21.500,00	20.639,86	96,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.000,00	8.000,00	5.411,55	67,64
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.935.000,00	13.935.000,00	9.056.965,41	64,99
Cota-Parte FPM	5.920.000,00	5.920.000,00	3.857.285,62	65,16
Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	272,73	1,95
Cota-Parte IPVA	870.000,00	870.000,00	623.053,43	71,62
Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	4.490.156,30	64,15
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	69.024,23	69,02
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.000,00	31.000,00	17.173,10	55,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.000,00	31.000,00	17.173,10	55,40
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.373.500,00	15.373.500,00	9.933.992,59	64,62

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.499.500,00	6.161.500,00	3.998.848,72	64,90	3.402.789,14	55,23
Pessoal e Encargos Sociais	3.694.000,00	2.956.000,00	1.325.165,54	44,83	1.325.165,54	44,83
Outras Despesas Correntes	2.805.500,00	3.205.500,00	2.673.683,18	83,41	2.077.623,60	64,81
DESPESAS DE CAPITAL	5.488.000,00	5.628.496,63	215.568,21	3,83	135.994,12	2,42
Investimentos	5.488.000,00	5.628.496,63	215.568,21	3,83	135.994,12	2,42

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	5.488.000,00	5.628.496,63	215.568,21	3,83	135.994,12	2,42
Investimentos	5.488.000,00	5.628.496,63	215.568,21	3,83	135.994,12	2,42
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.987.500,00	11.789.996,63	4.214.416,93	35,75	3.538.783,26	30,02
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.514.500,00	7.594.996,63	1.751.347,48	41,56	1.462.520,93	41,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.164.500,00	3.244.996,63	1.732.526,06	41,11	1.462.520,93	41,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	4.350.000,00	4.350.000,00	18.821,42	0,45	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.514.500,00	7.594.996,63	1.751.347,48	41,56	1.462.520,93	41,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.473.000,00	4.195.000,00	2.463.069,45	-5,81	2.076.262,33	-11,31
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,90
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIb)/100]⁶						586.163,44

Continua 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00		0,00				0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00				0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-		-				-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		11.424.000,00	11.200.188,56	3.787.983,03	89,88	3.221.269,94	91,03	
		493.000,00	493.000,00	391.739,61	9,30	284.354,03	8,04	
		42.500,00	68.808,07	33.794,29	0,80	32.259,29	0,91	
		28.000,00	28.000,00	900,00	0,02	900,00	0,03	
TOTAL		11.987.500,00	11.789.996,63	4.214.416,93	100,00	3.538.783,26	100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times Ilb)/100$

Continua 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

SAO DOMINGOS, 09/09/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 3193/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 3193/2014

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3130/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o retorno do titular ao cargo,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3130 de 29 de agosto de 2014, que designou VERA SUELY DE ANDRADE Diretora Geral de Compras CCM-09, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretária Municipal de Administração - SM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 3188/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Estado de Santa Catarina Decreto 3188/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 3188/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.404 Funcionamento e Manutenção do Programa de Desportos Comunitários / Rendimentos

32 - 3.3.90.30.00.00.0040 - Material de Consumo,

Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

Total do Órgão R\$ 50.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.055 - Auxílio a Entidades Esportivas e Lazer - FUNESJ

15 - 3.3.50.41.00.00.0040 - Contribuições,

Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 30.000,00

Total desta Atividade R\$ 30.000,00

18.01.27.812.0104.2.087 - Funcionamento e Manutenção de Ginásios e

Unidades Esportivas - FUNESJ

19 - 3.3.90.39.00.00.0040 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 13.000,00

17 - 3.3.90.30.00.00.0040 - Material de Consumo,

Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 5.000,00

Total desta Atividade R\$ 18.000,00

18.01.27.812.0104.2.404 Funcionamento e Manutenção do Programa de Desportos Comunitários / Rendimentos

29 - 3.3.90.30.00.00.0040 - Material de Consumo,

Recursos Diretamente Arrecadados R\$ 2.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.000,00

Total do Órgão R\$ 50.000,00

Total da Anulação R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Decreto Nº 3189/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Estado de Santa Catarina Decreto 3189/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 3189/2014

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 4º, 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, novas classificações orçamentárias (elementos de despesas e suas fontes recursos), as quais passarão a integrar o Orçamento do exercício de 2014 na seguinte Unidade Orçamentária pertencente ao Orçamento do Município de São José:

1 - No Órgão e Unidade Orçamentária:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 - Na Funcional Programática - Atividade:

28.01.08.243.0111.2.186 - PSEMC - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - CREAS

1.1.1 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.1.90.04.00.00.0023 - Contratação por Tempo Determinado Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

1.2 - Na Funcional Programática - Atividade:

28.01.08.244.0111.2.171 - PSB - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

1.2.2 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.1.90.04.00.00.0023 - Contratação por Tempo Determinado Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

Art. 2º Em atendimento a autorização disposta no artigo 1º deste Decreto, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, até a importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), referente à suplementação da dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.186 - PSEMC - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - CREAS

3.1.90.04.00.00.0023 - Contratação por Tempo Determinado Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 200.000,00
Total desta Atividade R\$ 200.000,00

28.01.08.244.0111.2.171 - PSB - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

3.1.90.04.00.00.0023 - Contratação por Tempo Determinado Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 80.000,00
Total do Órgão R\$ 280.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 280.000,00

Art. 3º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 2º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), nas dotações

consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.126.0111.2.187 - Gestão - Sistema de Informação / FMAS

274 - 3.3.90.39.00.00.0023 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 280.000,00
Total desta Atividade R\$ 280.000,00
Total do Órgão R\$ 280.000,00
Total da Anulação R\$ 280.000,00

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), aos 12 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 3190/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Estado de Santa Catarina Decreto 3190/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 3190/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0112.2.009 - Municipalização do Trânsito

385 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 8.500,00
Total desta Atividade R\$ 8.500,00
Total do Órgão R\$ 8.500,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 8.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$

8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0112.2.009 - Municipalização do Trânsito

387 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 8.500,00

Total desta Atividade R\$ 8.500,00

Total do Órgão R\$ 8.500,00

Total da Anulação R\$ 8.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Decreto Nº 3191/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Estado de Santa Catarina Decreto 3190/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 3191/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

129 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 14.000,00

Total desta Atividade R\$ 14.000,00

Total do Órgão R\$ 14.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 14.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$

14.000,00 (catorze mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.07 - CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 - Funcionamento e Manutenção da Chefia do

Controle Interno e Auditoria

86 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,

Recursos Próprios R\$ 5.000,00

88 - 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção

Recursos Próprios R\$ 5.000,00

94 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 4.000,00

Total desta Atividade R\$ 14.000,00

Total do Órgão R\$ 14.000,00

Total da Anulação R\$ 14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Decreto Nº 3192/2014

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

Estado de Santa Catarina Decreto 3192/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 3192/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 77.749,60 (setenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

10 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 77.749,60

Total desta Atividade R\$ 77.749,60

Total do Órgão R\$ 77.749,60

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 77.749,60

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 77.749,60 (setenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

6 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 35.000,00

12 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 17.800,00

9 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Recursos Próprios R\$ 950,00

8 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Recursos Próprios R\$ 3.9996,60

Total desta Atividade R\$ 57.749,60

02.01.

13 - 3.3.90.43.00.00.0080 - Subvenções Sociais, Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 77.749,60

Total da Anulação R\$ 77.749,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Edital de Notificação Nº 1895/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1895/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGS4114	55820765E	6912/0	21/08/2014	232
AOB3141	55538058E	6610/2	31/07/2014	230 * VII
AOB3141	55538059E	6726/1	31/07/2014	230 * XVIII
APM0831	55084170E	5169/1	26/08/2014	165
CKN6432	55821818E	6726/1	23/08/2014	230 * XVIII
CKN6432	55821819E	5045/0	23/08/2014	162 * V
CKN6432	55821820E	6637/1	23/08/2014	230 * IX
CVL8967	55820788E	6610/2	27/08/2014	230 * VII
DBO9277	55542246E	5010/0	28/07/2014	162 * I
DBO9277	55542247E	6556/1	28/07/2014	230 * I
DBO9277	55542248E	7340/0	28/07/2014	252 * IV
DBO9277	55542249E	6637/2	28/07/2014	230 * IX
DGQ1341	55083410E	6599/2	22/02/2014	230 * V
DQC7009	55822105E	5010/0	23/08/2014	162 * I
HBH4088	55542906E	6726/1	02/08/2014	230 * XVIII
ICL9230	55541125E	6637/2	15/08/2014	230 * IX
ICL9230	55820808E	5045/0	15/08/2014	162 * V
ICL9230	55820809E	6912/0	15/08/2014	232
ICL9230	55820810E	6610/2	15/08/2014	230 * VII
IGG8090	55542420E	6912/0	29/07/2014	232
IHB1121	55542331E	5045/0	29/07/2014	162 * V
IHB1121	55542332E	6599/2	29/07/2014	230 * V
IJH8904	55822467E	5029/2	01/09/2014	162 * II
IJH8904	55822468E	6599/2	01/09/2014	230 * V
JLH8997	55821873E	6912/0	26/08/2014	232
LYM2431	55086381E	5010/0	18/08/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZM8511	55821322E	6726/1	26/08/2014	230 * XVIII
MAH4311	55086382E	6599/2	25/08/2014	230 * V
MAI4110	55541632E	6912/0	23/08/2014	232
MAI4110	55541633E	6610/2	23/08/2014	230 * VII
MAP5978	55542414E	6610/2	29/07/2014	230 * VII
MAU2665	54768991E	7358/0	31/07/2014	252 * V
MBG9713	55542430E	5045/0	02/08/2014	162 * V
MBG9713	55542431E	6912/0	02/08/2014	232
MBW1273	55821963E	6726/1	22/08/2014	230 * XVIII
MCR8567	55084172E	6610/2	30/08/2014	230 * VII
MCR8567	55084173E	6637/1	30/08/2014	230 * IX
MCS3234	55542912E	6726/1	04/08/2014	230 * XVIII
MCT5535	55821212E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MCT5535	55821213E	5045/0	26/08/2014	162 * V
MDH2283	55542394E	6637/2	25/07/2014	230 * IX
MDH2283	55542395E	6700/0	25/07/2014	230 * XVI
MDH8633	55822475E	5010/0	01/09/2014	162 * I
MDJ7653	55542766E	6599/2	02/08/2014	230 * V
MEB8595	55821840E	6416/0	26/08/2014	221 § Único
MEY1327	54769669E	5274/1	26/07/2014	175
MEY1327	54769670E	5061/0	26/07/2014	163 c/c 162 * I
MEY1327	54769671E	5010/0	26/07/2014	162 * I
MFE5676	55820770E	6610/2	23/08/2014	230 * VII
MFE5676	55820775E	6700/0	23/08/2014	230 * XVI
MFG5545	55821841E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MFG5545	55821842E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MFG5545	55821843E	6637/2	26/08/2014	230 * IX
MFG5545	55821844E	6416/0	26/08/2014	221 § Único
MFM8451	55541987E	5010/0	20/08/2014	162 * I
MFM8451	55541988E	5061/0	20/08/2014	163 c/c 162 * I
MGB0015	55920916D	6912/0	23/08/2014	232
MGB0015	55920917D	6637/1	23/08/2014	230 * IX
MGM6747	55538831E	5274/1	30/07/2014	175
MGV4678	55542860E	6416/0	01/08/2014	221 § Único
MHF0726	55087658E	6637/2	23/08/2014	230 * IX
MHL3453	55541433E	6599/2	03/08/2014	230 * V
MHQ4037	55821026E	6637/2	19/08/2014	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHQ4037	55821027E	6602/0	19/08/2014	230 * VI
MHS4815	55821846E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MHS4815	55821847E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MHV0280	54769673E	6912/0	30/07/2014	232
MIC4318	55062453D	6637/2	26/08/2014	230 * IX
MIE2896	55541126E	6700/0	20/08/2014	230 * XVI
MIL2612	55822101E	6599/2	20/08/2014	230 * V
MIL2612	55822104E	5274/1	20/08/2014	175
MIL9093	55086310E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MIW3418	55821522E	6912/0	26/08/2014	232
MIY5087	55820772E	5010/0	23/08/2014	162 * I
MIY5087	55820773E	6912/0	23/08/2014	232
MJK7569	55822460E	6726/1	30/08/2014	230 * XVIII
MJN9616	55820782E	6726/1	25/08/2014	230 * XVIII
MJN9616	55820783E	6726/1	25/08/2014	230 * XVIII
MJN9616	55820784E	6637/2	25/08/2014	230 * IX
MJR4688	55820769E	6556/1	21/08/2014	230 * I
MKA3042	55541421E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MKA3042	55541443E	5045/0	05/08/2014	162 * V
MKB7849	55542470E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MKB7849	55542476E	5010/0	05/08/2014	162 * I
MKY3244	55822261E	6599/2	28/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação Nº 1897/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1897/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFO8800	55538661E	6912/0	17/07/2014	R\$ 53,20	232
AFV3847	54932235E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
APZ8947	55085746E	6726/1	09/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ARQ7247	55087809E	6700/0	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
ASK9421	55912873D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
BPK7813	55538042E	5010/0	17/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BPK7813	55538043E	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
CBB5673	55086490E	5010/0	29/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
CLF9856	55088407E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
CLQ1971	55088715E	6912/0	12/06/2014	R\$ 53,20	232
CXV3191	55086539E	6912/0	07/05/2014	R\$ 53,20	232
CYR1671	55541061E	6726/1	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CYR1671	55541062E	6416/0	16/07/2014	R\$ 85,12	221 § Único
DLP2682	55088083E	6556/1	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
HJB3412	55086486E	6726/1	29/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HWK1742	55087385E	6599/2	16/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
IBV5333	55087016E	6599/2	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
IBV5333	55087017E	6912/0	09/06/2014	R\$ 53,20	232
IFF7324	55912889D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
IQI4830	55086813E	6416/0	26/04/2014	R\$ 85,12	221 § Único
JUX3911	55538610E	6700/0	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
KVM1707	55088578E	6726/1	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LNP9417	55086637E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
LXB6419	55087903E	5045/0	24/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXB6419	55087904E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXW1145	55088984E	6637/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR4699	55085786E	6726/1	09/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYS5682	54446929E	6599/2	23/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZX9573	55086432E	5010/0	29/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAE8496	54769488E	6599/2	16/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAE8496	54769489E	6637/2	16/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAE8496	54769490E	6769/1	16/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MAE8496	54769491E	6726/1	16/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAG9310	55538382E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
MAL3085	55088521E	6726/1	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAN0006	55087770E	6599/2	07/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAN4172	55087901E	6637/2	16/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAO3642	55086625E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
MAP8900	55538398E	6920/0	02/07/2014	R\$ 127,69	233
MBB3035	55919082D	7340/0	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MBJ5377	55088419E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
MBP0477	54930535E	6726/1	10/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBP0477	54930536E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBR4346	55086461E	5045/0	23/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBR4346	55086462E	6726/1	23/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBT2434	55088332E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBU6093	55538202E	6599/2	06/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU6093	55538203E	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBU6093	55538204E	5061/0	06/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBU6093	55538205E	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBU6093	55538206E	6637/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBU6093	55538207E	6416/0	06/07/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MCB0418	55086062E	6602/0	15/04/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MCB8085	55912890D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
MCC7337	55088548E	6637/1	13/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCC7337	55540250E	6726/1	13/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCD6354	55088593E	6700/0	15/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MCD7592	55538384E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
MCF1607	55919078D	5029/2	23/04/2014	R\$ 957,69	162 * II
MCO2423	55538463E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCQ5490	55083944E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
MCR8795	55086992E	6602/0	19/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MCS9462	55918257D	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCS9462	55918258D	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCV1334	55088833E	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCW1217	55087421E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
MCX3445	55919086D	5010/0	30/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCX3445	55919088D	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDD8453	55163798C	6920/0	12/06/2014	R\$ 127,69	233
MDD9307	55087431E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
MDH1204	55088725E	5045/0	17/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDO9891	55083934E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
MDR4445	55088513E	6769/1	10/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MDS9850	55086421E	5045/0	29/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDS9850	55086422E	6726/1	29/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEC5831	55086827E	6599/2	28/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG7247	55539343E	7340/0	15/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MEI5286	54447095E	6637/1	25/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEN6601	55083095E	6912/0	25/04/2014	R\$ 53,20	232
MEN6601	55083096E	5045/0	25/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MER8133	55538389E	6920/0	02/07/2014	R\$ 127,69	233
MET1966	55086092E	6912/0	05/05/2014	R\$ 53,20	232
MET1966	55086093E	6700/0	05/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MET1966	55086094E	6602/0	05/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEU3519	54770274E	6556/1	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEU3519	54770275E	6726/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEW0343	55086355E	6912/0	02/05/2014	R\$ 53,20	232
MEW0343	55086356E	6556/1	02/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEW0343	55086357E	6700/0	02/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MFG4865	55084884E	6599/2	29/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFG4865	55084886E	6726/1	29/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFM7942	55538352E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
MFN6662	55088523E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR3142	55538402E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR3142	55538403E	5010/0	26/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFR3142	55538404E	6556/1	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MGA3988	55912881D	6920/0	03/07/2014	R\$ 127,69	233
MGF9309	54930539E	5010/0	28/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGH6050	55087223E	6599/2	25/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGW5631	55538353E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHC1914	55159785C	6610/2	02/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MHC1914	55159786C	6637/1	02/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHH6132	55541017E	6637/1	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHH6132	55541018E	6637/2	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHN4495	55083091E	6408/0	25/04/2014	R\$ 85,12	221
MHN5621	55087923E	6912/0	02/07/2014	R\$ 53,20	232
MHQ0086	55088988E	6769/1	09/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MHQ7711	54931859E	6700/0	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MHV7041	55915285D	5029/1	18/06/2014	R\$ 957,69	162 * II
MHV7041	55915286D	6700/0	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MIM4838	55086619E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
MIO8367	55086797E	5010/0	06/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIO8367	55086798E	6726/1	06/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIW8624	54768785E	6726/1	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIX9556	55082648E	5045/0	25/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJL6191	55086553E	6599/2	25/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJM2380	55088439E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
MJO0689	55086980E	6912/0	15/05/2014	R\$ 53,20	232
MJO3724	55538409E	6912/0	01/07/2014	R\$ 53,20	232
MJO3724	55538467E	7340/0	01/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJO9912	55538051E	5010/0	23/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJW3288	55087141E	5045/0	23/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJX1292	55083066E	6599/2	21/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKF7683	55540356E	6769/1	11/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MKS8001	55086194E	6599/2	24/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação Nº 1419/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1419/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILS0137	55670130C	5010/0	21/08/2014	162 * I
ILS0137	55672888C	5010/0	21/08/2014	162 * I
MGI4673	55672859C	5045/0	30/07/2014	162 * V
MHA0498	55672348C	5045/0	11/08/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação Nº 1421/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1421/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DPL1645	55671278C	6556/1	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
DPL1645	55671279C	5010/0	18/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
DPL1645	55671280C	6726/1	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
JRI0551	55668482C	6599/2	07/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
JRI0551	55668483C	5045/0	07/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXA4833	55668499C	6599/2	23/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXA4833	55668500C	5010/0	23/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCA9339	55669605C	6599/2	23/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG6363	55669414C	5045/0	13/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEG6363	55669415C	6599/2	13/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFA3409	55671145C	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFA3409	55671146C	5010/0	24/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMB9340	55669155C	6599/2	15/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MMJ0366	55669355C	5169/1	14/06/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação Nº 1896/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1896/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALY6060	55822017E	6068/1	25/08/2014	209
APM0831	55084171E	7234/0	26/08/2014	250 * I * a
ARH1459	55541628E	5185/1	22/08/2014	167
ASN2703	55541610E	5541/4	05/08/2014	181 * XVII
ASS0326	55542568E	5576/0	19/08/2014	182 * I
AST0542	55541698E	7366/2	01/08/2014	252 * VI
ATN7275	55820883E	5185/1	21/08/2014	167
AUD6871	55542861E	5541/4	01/08/2014	181 * XVII
BRP3926	55542527E	5541/4	05/08/2014	181 * XVII
BTL5614	54931865E	5460/0	02/08/2014	181 * IX
CEO7601	55822326E	5185/1	28/08/2014	167
CTC7023	55822328E	5185/1	28/08/2014	167
DUF8570	55539652E	5185/1	30/07/2014	167
FUS6010	55821856E	5185/1	21/08/2014	167
FUS6010	55821857E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
HIQ2233	55541418E	5509/0	26/07/2014	181 * XIII
ICL9230	55820811E	6858/0	15/08/2014	231 * VII
JLH8997	55821872E	5460/0	26/08/2014	181 * IX
LWU2320	55822317E	5185/1	28/08/2014	167
LZC2830	55822211E	5541/5	28/08/2014	181 * XVII
MAE5007	55087638E	5460/0	24/08/2014	181 * IX
MAI4110	55541631E	5550/0	23/08/2014	181 * XVIII
MAL0196	55542741E	7030/2	02/08/2014	244 * I
MAU4054	55541958E	5550/0	25/07/2014	181 * XVIII
MBX6468	55542567E	5541/6	19/08/2014	181 * XVII
MBY5139	55541688E	5835/0	30/07/2014	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBY5139	55541690E	5185/1	30/07/2014	167
MBY5139	55541691E	5258/3	30/07/2014	174
MCF2054	55822316E	5185/1	28/08/2014	167
MCH1151	55822020E	5509/0	26/08/2014	181 * XIII
MCK7232	55541965E	5550/0	29/07/2014	181 * XVIII
MCL6846	55539310E	5185/1	09/07/2014	167
MCS0759	55542556E	5207/0	23/07/2014	169
MCT4102	55542580E	5550/0	16/08/2014	181 * XVIII
MDA7513	55822304E	5185/1	22/08/2014	167
MDB1934	55821626E	5452/1	22/08/2014	181 * VIII
MDK3470	55821807E	5550/0	22/08/2014	181 * XVIII
MEI9988	55540036E	5550/0	20/08/2014	181 * XVIII
MEK8352	55820851E	7056/1	05/08/2014	244 * III
MEK8352	55820852E	5835/0	05/08/2014	195
MEK8352	55820853E	7030/2	05/08/2014	244 * I
MEK8352	55820854E	6122/0	05/08/2014	214 * I
MEY6741	55821211E	7366/2	26/08/2014	252 * VI
MFC1576	55541424E	5550/0	02/08/2014	181 * XVIII
MFL0426	55542829E	5185/1	20/08/2014	167
MFQ0325	55822018E	5509/0	26/08/2014	181 * XIII
MFT5252	55539024E	5550/0	18/08/2014	181 * XVIII
MFV3945	55822213E	5550/0	30/08/2014	181 * XVIII
MGJ2107	55539041E	5550/0	22/08/2014	181 * XVIII
MGM5775	55821638E	5550/0	26/08/2014	181 * XVIII
MGM6747	55538830E	6050/1	30/07/2014	208
MGT8490	55538543E	5185/1	05/08/2014	167
MGU7761	55538060E	6050/1	31/07/2014	208
MGV4678	55542859E	5460/0	01/08/2014	181 * IX
MGV9533	55538843E	5550/0	01/08/2014	181 * XVIII
MHL3453	55541432E	5550/0	03/08/2014	181 * XVIII
MHO0218	55822254E	5452/1	22/08/2014	181 * VIII
MHQ4037	55821028E	5452/1	19/08/2014	181 * VIII
MHU1006	55538536E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MHY6114	55821722E	5185/1	20/08/2014	167
MIJ1227	55542479E	5541/4	05/08/2014	181 * XVII
MIL2612	55822102E	5185/1	20/08/2014	167
MIL2612	55822103E	5185/2	20/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIO7751	55538329E	5460/0	03/08/2014	181 * IX
MIP8567	55538211E	5401/0	27/07/2014	181 * III
MIS2348	55538834E	5452/1	31/07/2014	181 * VIII
MJG8599	55822315E	5185/1	28/08/2014	167
MJI9224	55542577E	5550/0	20/08/2014	181 * XVIII
MJK2117	55821374E	5541/4	25/08/2014	181 * XVII
MJM7087	55538338E	5550/0	04/08/2014	181 * XVIII
MJO8602	55088690E	5460/0	31/07/2014	181 * IX
MKA3042	55541442E	5541/4	05/08/2014	181 * XVII
MKE6295	55541603E	7366/2	28/07/2014	252 * VI
MKE6295	55541604E	7234/0	28/07/2014	250 * I * a
MKF6592	55821654E	6319/0	30/08/2014	220 * VI
MKK8449	55822118E	5550/0	24/08/2014	181 * XVIII
MKY3244	55822260E	5452/1	28/08/2014	181 * VIII
MKZ5546	55542739E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
MLG6336	54768373E	5452/1	31/07/2014	181 * VIII
MLK6512	55822251E	5541/5	18/08/2014	181 * XVII
MMH6222	55538840E	5541/7	01/08/2014	181 * XVII
MML9233	55542646E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MMM8824	55541879E	5452/1	31/07/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 1898/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1898/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKK5121	55538855E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
AMZ9105	55538251E	5452/1	25/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
CPH4530	55539732E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
DDN3820	55088872E	5819/1	20/06/2014	R\$ 574,61	193
DLP2682	55088087E	5207/0	21/06/2014	R\$ 53,20	169
HNA5926	55539453E	7366/2	14/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
IIS1910	55540204E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
IMJ3448	55086078E	6122/0	23/04/2014	R\$ 191,53	214 * I
JUX3911	55539504E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
JVI0938	55086261E	5568/0	03/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
KVM1707	55088579E	5452/1	12/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LXA9403	55538867E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
LXK0499	55082770E	5185/1	20/04/2014	R\$ 127,69	167
LYS5329	55088875E	5720/0	23/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
LZA5754	55540790E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MAE8496	54769492E	5835/0	16/05/2014	R\$ 127,69	195
MAO5990	55538730E	5460/0	15/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MAW9036	55541162E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MBB4845	55540209E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MBN5574	55541905E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MBP3202	55538045E	6130/0	17/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MBU8764	55088851E	5428/1	12/06/2014	R\$ 191,53	181 * V
MBW0957	55540241E	5738/0	11/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
MCC7337	55540249E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MCJ5417	54930541E	5452/1	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCN0398	55087330E	5614/3	28/05/2014	R\$ 127,69	182 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCV0609	55085242E	5460/0	02/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MCV1644	55540244E	5738/0	11/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
MDM7655	55540911E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MEB5203	55085631E	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEC2538	55541314E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MED8708	55541264E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEL1048	55541206E	7366/2	13/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MER5324	55088876E	6130/0	23/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MFG4865	55084885E	7366/2	29/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFN3130	55540760E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MFX0823	55085634E	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGH6050	55087221E	5452/1	25/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGL7293	55540733E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MGL8892	55541907E	6017/5	15/07/2014	R\$ 191,53	206 * III
MGY2976	55088868E	6017/5	17/06/2014	R\$ 191,53	206 * III
MGY2976	55088869E	6130/0	17/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MHG6686	55539328E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH6132	55541019E	5835/0	16/07/2014	R\$ 127,69	195
MHM6702	55088656E	5452/1	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHQ7711	54931858E	5452/1	15/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHV5312	55540777E	5720/0	10/07/2014	R\$ 127,69	186 * I
MHW2265	55540686E	5550/0	21/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIE1652	55088186E	7366/2	29/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIO8147	55085235E	5460/0	02/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MIX6102	55088169E	5622/2	28/05/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MJI9677	55540672E	6858/0	11/07/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MJO9912	55913841D	7072/1	23/06/2014	R\$ 191,53	244 * V
MJV8421	55088864E	5720/0	16/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
MJY8691	55087340E	5550/0	30/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKV7755	55539329E	5452/2	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKY0316	55083705E	5479/0	27/05/2014	R\$ 85,12	181 * X
MLL4461	55088193E	6130/0	02/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MLP2594	55539203E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
MLV9183	55088212E	6041/2	02/06/2014	R\$ 127,69	207
MMM6109	54445935E	5568/0	16/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 1420/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1420/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK4205	55672852C	5452/1	28/07/2014	181 * VIII
APB5714	55670126C	6050/1	05/08/2014	208
ATG4673	55672666C	6041/2	22/07/2014	207
CIB1143	55672823C	7366/2	26/07/2014	252 * VI
CTO7227	55673003C	5185/1	05/08/2014	167
DQQ8703	55672813C	6050/1	26/07/2014	208
DRO8768	55673262C	7366/2	25/08/2014	252 * VI
HMS5351	55673535C	5185/1	01/08/2014	167
IMQ6558	55671874C	5452/1	08/08/2014	181 * VIII
JGK3954	55672341C	5185/1	17/07/2014	167
JYI1126	55672860C	5525/0	01/08/2014	181 * XV
KHU0976	55673543C	5185/1	01/08/2014	167
LWR0138	55671084C	5452/1	22/08/2014	181 * VIII
LYR9144	55672760C	5541/6	14/08/2014	181 * XVII
LZK2178	55672836C	5452/2	26/07/2014	181 * VIII
MAD5726	55672880C	5541/4	19/08/2014	181 * XVII
MAL4092	55670578C	5550/0	22/07/2014	181 * XVIII
MAQ6762	55673062C	5185/1	17/08/2014	167
MBH6567	55673032C	5967/0	07/08/2014	203 * V
MCC1759	55672110C	6122/0	01/08/2014	214 * I
MCE8863	55671884C	5550/0	25/08/2014	181 * XVIII
MCF1607	55672339C	6050/1	17/07/2014	208
MDX0868	55672847C	7366/2	30/07/2014	252 * VI
MDX5128	55672833C	5185/1	26/07/2014	167
MEN2822	55659040C	5550/0	21/07/2014	181 * XVIII
MEY7178	55671956C	5550/0	21/08/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC3204	55672336C	7366/2	17/07/2014	252 * VI
MFE5513	55673082C	6017/5	21/08/2014	206 * III
MFG4394	55673055C	6041/2	13/08/2014	207
MGF8799	55672886C	5541/1	19/08/2014	181 * XVII
MGR0074	55665486C	5550/0	18/07/2014	181 * XVIII
MHH8537	55673505C	5452/2	30/07/2014	181 * VIII
MHI9475	55673537C	5550/0	01/08/2014	181 * XVIII
MHL4203	55672815C	6050/1	26/07/2014	208
MHT0045	55673273C	5452/1	25/08/2014	181 * VIII
MHU5270	55671324C	7366/2	18/08/2014	252 * VI
MHZ3418	55672819C	6050/1	26/07/2014	208
MIC1371	55671085C	5541/4	22/08/2014	181 * XVII
MID8092	55673506C	7366/2	30/07/2014	252 * VI
MII1946	55673523C	5185/1	30/07/2014	167
MIJ0219	55672673C	5550/0	22/07/2014	181 * XVIII
MIT8978	55673076C	6050/1	17/08/2014	208
MIY0347	55666895C	5460/0	31/07/2014	181 * IX
MJA2989	55673266C	5185/1	25/08/2014	167
MJA3259	55670384C	7366/2	07/07/2014	252 * VI
MJE7000	55671869C	5550/0	28/07/2014	181 * XVIII
MJJ4977	55671870C	6122/0	28/07/2014	214 * I
MJP6375	55671091C	5550/0	22/08/2014	181 * XVIII
MJU9578	55670120C	5568/0	24/07/2014	181 * XIX
MKP5446	55673060C	5452/1	13/08/2014	181 * VIII
MKZ4435	55672684C	7366/2	22/07/2014	252 * VI
MLC6709	55672063C	5550/0	24/07/2014	181 * XVIII
MLM1525	55673536C	5550/0	01/08/2014	181 * XVIII
MLT4634	55673080C	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MLU9364	55671075C	5541/4	18/08/2014	181 * XVII
MLV8835	55670576C	5541/4	30/07/2014	181 * XVII
MMI9185	55672269C	5550/0	22/07/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 1422/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1422/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMD2509	55670187C	5550/0	10/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
CIO1073	55667141C	5185/2	16/04/2014	R\$ 127,69	167
CVJ8812	55669807C	5541/4	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVO1977	55669096C	5452/1	05/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
DNB9152	55122265C	7366/2	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DQY6379	55671918C	5185/1	16/06/2014	R\$ 127,69	167
DUQ0167	55671277C	5550/0	14/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
GTE7842	55667149C	5185/1	26/05/2014	R\$ 127,69	167
GTI9702	55672056C	5185/1	26/06/2014	R\$ 127,69	167
HNF6246	55671044C	5452/1	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
HXK1992	55669090C	5541/4	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HYA4978	55670438C	5703/0	10/06/2014	R\$ 85,12	185 * I
HZU2675	55671852C	5452/1	13/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LCQ9122	55127050C	6041/2	25/05/2014	R\$ 127,69	207
LWW7786	55671413C	5452/1	04/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LYO5759	55662399C	5185/1	05/05/2014	R\$ 127,69	167
MAJ5275	55655949C	6122/0	24/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MAM0153	55671420C	5550/0	13/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBC0514	55671399C	5185/1	06/06/2014	R\$ 127,69	167
MBG4538	55666378C	5541/1	27/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG6563	55670636C	5185/1	13/05/2014	R\$ 127,69	167
MBN8452	55668600C	6041/2	25/04/2014	R\$ 127,69	207
MCC7866	55671860C	7366/2	14/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDE7368	55670846C	5185/1	19/05/2014	R\$ 127,69	167
MDI5682	55668771C	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
MDR4142	55669781C	5193/0	23/06/2014	R\$ 191,53	168

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE7360	55671854C	5541/4	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF6703	55669653C	5568/0	23/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEH2041	55671912C	5452/1	16/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MER0603	55671755C	6041/2	11/06/2014	R\$ 127,69	207
MES6905	55650532C	5479/0	24/04/2014	R\$ 85,12	181 * X
MFB8305	55668576C	7366/2	24/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFD0288	55671941C	6041/2	18/06/2014	R\$ 127,69	207
MFD6613	55671661C	5550/0	14/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFF2274	55669659C	7366/2	21/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFF4306	55669591C	5452/1	09/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFF7992	55669418C	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFN3254	55672156C	6050/1	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MGB0822	55672021C	5967/0	24/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MGB0822	55672022C	6122/0	24/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MGI8744	55671590C	5550/0	12/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGP6442	55670424C	5703/0	06/06/2014	R\$ 85,12	185 * I
MGR2426	55668438C	5568/0	04/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGZ5601	55670842C	6017/5	19/05/2014	R\$ 191,53	206 * III
MHM4369	55668289C	5509/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MIE4925	55670739C	5509/0	22/05/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MII9831	55670869C	5452/1	19/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MII9846	55670742C	5819/1	22/05/2014	R\$ 574,61	193
MIP2264	55669308C	5541/4	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP3914	55669768C	6068/1	03/06/2014	R\$ 127,69	209
MIT2124	55669821C	6041/2	02/05/2014	R\$ 127,69	207
MIY1411	55670864C	7366/2	19/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJC0651	55669557C	7366/2	22/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJD3875	55669407C	6068/1	01/05/2014	R\$ 127,69	209
MJM0225	55671758C	5568/0	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJR7624	55669485C	5541/6	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX2070	55672456C	7366/2	02/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKD1667	55671705C	5460/0	13/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MKF7933	55670559C	5541/3	08/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK8902	55668925C	5819/1	07/04/2014	R\$ 574,61	193
MKL1957	55671276C	5568/0	10/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKP5507	55668110C	5550/0	01/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKS6189	55664295C	5541/4	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKV6594	55671132C	5550/0	16/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLD8883	55669776C	5568/0	15/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLH1989	55670755C	5541/4	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLP6773	55642748C	5460/0	24/04/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MMB3843	55635246C	5843/4	30/06/2014	R\$ 127,69	196
MMC1774	55670022C	7366/2	19/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMD3424	55668166C	5541/1	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMK2503	55667735C	5193/0	25/04/2014	R\$ 191,53	168
NGO0885	55661947C	5452/1	02/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 4º Bimestre de 2014

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do indso II e § 1º)					R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	760.855.758,00	760.855.758,00	80.427.034,35	10,57	324.913.751,11	42,70	435.942.006,89	
RECEITAS CORRENTES	493.228.776,00	493.228.776,00	67.505.565,43	13,69	305.173.189,91	61,87	188.055.586,09	
RECEITA TRIBUTÁRIA	151.611.254,00	151.611.254,00	19.936.125,32	13,15	111.472.672,91	73,53	40.138.581,09	
IMPOSTOS	112.771.385,00	112.771.385,00	15.619.396,84	13,85	84.570.468,97	74,99	28.200.916,03	
TAXAS	20.497.069,00	20.497.069,00	1.608.848,14	7,85	15.380.313,38	75,04	5.116.755,62	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	18.342.800,00	18.342.800,00	2.707.880,34	14,76	11.521.890,56	62,81	6.820.909,44	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.417.837,00	9.417.837,00	1.662.786,87	17,66	7.015.943,87	74,50	2.401.893,13	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.417.837,00	9.417.837,00	1.662.786,87	17,66	7.015.943,87	74,50	2.401.893,13	
RECEITA PATRIMONIAL	3.880.766,00	3.880.766,00	3.888.680,13	100,46	11.986.742,14	308,88	-8.105.976,14	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00	408,30	0,56	73.091,70	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.807.268,00	3.807.268,00	3.888.680,13	102,40	11.986.333,84	314,83	-8.179.067,84	
RECEITA DE SERVIÇOS	280.060,00	280.060,00	44.779,51	15,99	73.617,94	26,29	206.442,06	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	290.279.492,00	290.279.492,00	38.261.493,16	13,18	155.807.766,33	53,68	134.471.725,67	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	258.098.192,00	258.098.192,00	37.383.897,35	14,48	153.501.704,56	59,47	104.596.487,44	
Transf. de Instituições Privadas	2.210.000,00	2.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.210.000,00	
Transf. de Conv.	29.971.300,00	29.971.300,00	877.595,81	2,93	2.306.061,77	7,69	27.665.238,23	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.759.367,00	37.759.367,00	3.701.700,44	9,80	18.816.446,72	49,83	18.942.920,28	
Multas e Juros de Mora	10.619.810,00	10.619.810,00	1.558.365,36	14,67	5.915.373,52	55,70	4.704.436,48	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.716.611,00	2.716.611,00	-202.006,78	0,00	1.868.244,92	68,77	848.366,08	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.699.417,00	17.699.417,00	1.792.700,41	10,13	9.493.730,14	53,64	8.205.686,86	
RECEITAS DIVERSAS	6.723.529,00	6.723.529,00	552.641,45	8,22	1.539.098,14	22,89	5.184.430,86	
RECEITAS DE CAPITAL	267.626.982,00	267.626.982,00	12.921.468,92	4,83	19.740.561,20	7,38	247.886.420,80	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.134.741,00	50.134.741,00	2.596.594,24	5,18	5.771.425,48	11,51	44.363.315,52	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	39.336.091,00	39.336.091,00	2.596.594,24	6,60	4.142.425,48	10,53	35.193.665,52	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	10.798.650,00	10.798.650,00	0,00	0,00	1.629.000,00	15,09	9.169.650,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	5.639.200,00	5.639.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.639.200,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.639.200,00	5.639.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.639.200,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	211.853.041,00	211.853.041,00	10.324.874,68	4,87	13.989.135,72	6,59	197.863.905,28	
Transf. de Instituições Privadas	5.683.100,00	5.683.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.683.100,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	206.169.941,00	206.169.941,00	10.324.874,68	5,01	13.989.135,72	6,78	192.200.805,28	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	26,24	11.377.307,58	96,49	413.799,42	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	26,24	11.377.307,58	96,49	413.799,42	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	26,24	11.377.307,58	96,49	413.799,42	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	26,24	11.377.307,58	96,49	413.799,42	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	772.646.865,00	772.646.865,00	83.521.023,52	10,81	336.291.058,69	43,52	436.355.806,31	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	772.646.865,00	772.646.865,00	83.521.023,52	10,81	336.291.058,69	436.355.806,31
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	772.646.865,00	772.646.865,00	83.521.023,52	10,81	336.291.058,69	436.355.806,31
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	10.116.878,79	—	—	10.116.878,79	—
Superávit Financeiro	—	10.116.878,79	—	—	10.116.878,79	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	757.938.675,00	37.969.203,84	795.907.878,84	62.440.379,38	333.344.354,54	75.732.950,70	265.899.536,58	530.008.342,26
DESPESAS CORRENTES	427.894.491,00	14.250.002,13	442.144.493,13	53.474.863,62	283.735.077,52	64.058.958,46	235.137.445,31	207.007.047,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.465.863,00	-4.973.956,58	187.491.906,42	33.087.538,87	137.074.745,23	34.384.527,76	127.839.292,36	59.652.614,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	312.061,42	1.330.102,42	253.323,47	877.707,10	1.122.292,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.428.628,00	19.223.958,71	252.652.586,71	20.075.283,33	145.300.229,87	29.421.107,23	106.420.445,85	146.232.140,86
DESPESAS DE CAPITAL	318.688.077,00	23.719.201,71	342.407.278,71	8.965.495,76	49.609.277,02	11.673.992,24	30.762.091,27	311.645.187,44
INVESTIMENTOS	314.688.077,00	23.719.201,71	338.407.278,71	8.952.450,32	45.669.565,24	10.959.832,32	27.939.081,75	310.468.196,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	13.045,44	3.939.711,78	714.159,92	2.823.009,52	1.176.990,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.356.107,00	0,00	11.356.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.356.107,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	14.708.190,00	594.000,00	15.302.190,00	1.665.651,32	13.279.754,71	4.071.017,24	11.062.795,24	4.239.394,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.708.190,00	594.000,00	15.302.190,00	1.665.651,32	13.279.754,71	4.071.017,24	11.062.795,24	4.239.394,76
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	772.646.865,00	38.563.203,84	811.210.068,84	64.106.030,70	346.624.109,25	79.803.967,94	276.962.331,82	534.247.737,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	772.646.865,00	38.563.203,84	811.210.068,84	64.106.030,70	346.624.109,25	79.803.967,94	276.962.331,82	534.247.737,02
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	59.328.726,87	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	772.646.865,00	38.563.203,84	811.210.068,84	64.106.030,70	346.624.109,25	79.803.967,94	336.291.058,69	534.247.737,02

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 12.462.987,17

FONTE:

Continua 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	GUIDO LUIZ HINCKEL Contador Geral CRC 15.213-SC
---	---	--

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	11.415.149,40	4.205.591,35	7.209.558,05	92.533.782,20
2014	10.908.884,37	4.297.477,64	6.611.406,73	99.145.188,93
2015	10.254.007,85	4.860.975,28	5.393.032,57	104.538.221,50
2016	9.611.523,31	5.431.479,72	4.180.043,59	108.718.265,09
2017	9.100.277,82	3.443.248,24	5.657.029,58	114.375.294,67
2018	8.597.648,88	5.879.287,50	2.718.361,38	117.093.656,05
2019	7.947.372,85	6.560.615,52	1.386.757,33	118.480.413,38
2020	7.388.463,46	7.011.033,06	377.430,40	118.857.843,78
2021	6.963.898,62	7.097.689,56	-133.790,94	118.724.052,84
2022	6.458.723,97	7.447.326,94	-988.602,97	117.735.449,87
2023	5.904.666,90	7.955.560,09	-2.050.893,19	115.684.556,68
2024	5.322.627,84	8.559.964,86	-3.237.337,02	112.447.219,66
2025	4.847.270,37	8.863.496,34	-4.016.225,97	108.430.993,69
2026	4.363.189,69	9.196.690,69	-4.833.501,00	103.597.492,69
2027	3.798.627,36	9.783.079,55	-5.984.452,19	97.613.040,50
2028	3.355.157,61	10.031.797,28	-6.676.639,67	90.936.400,83
2029	2.889.758,74	10.364.055,69	-7.474.296,95	83.462.103,88
2030	2.588.364,70	10.241.380,71	-7.653.016,01	75.809.087,87
2031	2.191.091,51	10.418.850,70	-8.227.759,19	67.581.328,68
2032	1.838.718,48	10.482.681,93	-8.643.963,45	58.937.365,23
2033	1.516.986,75	10.481.986,10	-8.964.999,35	49.972.365,88
2034	1.285.142,12	10.304.466,17	-9.019.324,05	40.953.041,83
2035	1.032.722,44	10.099.128,74	-9.066.406,30	31.886.635,53
2036	839.015,02	9.812.808,37	-8.973.793,35	22.912.842,18
2037	699.060,00	9.405.092,96	-8.706.032,96	14.206.809,22
2038	526.550,73	9.119.938,25	-8.593.387,52	5.613.421,70
2039	416.675,78	8.692.024,59	-8.275.348,81	-2.661.927,11
2040	339.814,85	8.201.382,29	-7.861.567,44	-10.523.494,55
2041	237.234,89	7.819.871,19	-7.582.636,30	-18.106.130,85
2042	145.163,16	7.439.884,92	-7.294.721,76	-25.400.852,61
2043	124.845,39	6.887.530,01	-6.762.684,62	-32.163.537,23
2044	93.982,31	6.402.421,65	-6.308.439,34	-38.471.976,57
2045	50.834,54	5.985.638,25	-5.934.803,71	-44.406.780,28
2046	22.153,74	5.558.659,50	-5.536.505,76	-49.943.286,04
2047	15.767,81	5.098.007,03	-5.082.239,22	-55.025.525,26
2048	4.726,94	4.675.457,73	-4.670.730,79	-59.696.256,05
2049	4.475,44	4.251.197,53	-4.246.722,09	-63.942.978,14
2050	4.231,40	3.863.242,54	-3.859.011,14	-67.801.989,28
2051	0,00	3.513.840,39	-3.513.840,39	-71.315.829,67
2052	0,00	3.177.336,15	-3.177.336,15	-74.493.165,82
2053	0,00	2.849.688,60	-2.849.688,60	-77.342.854,42
2054	0,00	2.561.619,10	-2.561.619,10	-79.904.473,52
2055	0,00	2.298.067,97	-2.298.067,97	-82.202.541,49
2056	0,00	2.038.691,78	-2.038.691,78	-84.241.233,27
2057	0,00	1.815.385,92	-1.815.385,92	-86.056.619,19
2058	0,00	1.613.555,45	-1.613.555,45	-87.670.174,64
2059	0,00	1.429.845,33	-1.429.845,33	-89.100.019,97
2060	0,00	1.261.445,19	-1.261.445,19	-90.361.465,16
2061	0,00	1.106.153,06	-1.106.153,06	-91.467.618,22
2062	0,00	965.608,60	-965.608,60	-92.433.226,82
2063	0,00	839.061,19	-839.061,19	-93.272.288,01
2064	0,00	724.342,36	-724.342,36	-93.996.630,37
2065	0,00	616.395,75	-616.395,75	-94.613.026,12
2066	0,00	530.206,20	-530.206,20	-95.143.232,32
2067	0,00	451.485,75	-451.485,75	-95.594.718,07
2068	0,00	383.105,84	-383.105,84	-95.977.823,91
2069	0,00	323.801,27	-323.801,27	-96.301.625,18
2070	0,00	271.551,83	-271.551,83	-96.573.177,01
2071	0,00	227.877,36	-227.877,36	-96.801.054,37
2072	0,00	189.309,75	-189.309,75	-96.990.364,12
2073	0,00	155.113,55	-155.113,55	-97.145.477,67
2074	0,00	124.272,07	-124.272,07	-97.269.749,74
2075	0,00	100.642,91	-100.642,91	-97.370.392,65
2076	0,00	80.172,93	-80.172,93	-97.450.565,58
2077	0,00	62.899,88	-62.899,88	-97.513.465,46
2078	0,00	49.424,47	-49.424,47	-97.562.889,93
2079	0,00	37.842,98	-37.842,98	-97.600.732,91
2080	0,00	29.927,05	-29.927,05	-97.630.659,96
2081	0,00	22.984,58	-22.984,58	-97.653.644,54
2082	0,00	18.057,41	-18.057,41	-97.671.701,95
2083	0,00	14.519,21	-14.519,21	-97.686.221,16
2084	0,00	11.862,24	-11.862,24	-97.698.083,40
2085	0,00	9.949,48	-9.949,48	-97.708.032,88
2086	0,00	8.577,47	-8.577,47	-97.716.610,35
2087	0,00	0,00	0,00	-97.716.610,35

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5.639.200,00	0,00	5.639.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.639.200,00	0,00	5.639.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.639.200,00	0,00	5.639.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5.321.800,00	0,00	0,00	5.321.800,00
Investimentos	5.321.800,00	0,00	0,00	5.321.800,00
TOTAL	5.321.800,00	0,00	0,00	5.321.800,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	781.214,02	0,00	781.214,02

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	129.614.389,00	129.614.389,00	93.433.306,41	72,09
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	35.752.204,00	35.752.204,00	36.473.523,87	102,02
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	13.192.381,22	50,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	43.896.174,00	43.896.174,00	29.297.512,71	66,74
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	5.607.051,17	79,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.078.641,00	2.078.641,00	200.732,48	9,66
Dívida Ativa dos Impostos	10.725.866,00	10.725.866,00	6.705.224,54	62,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.038.497,00	4.038.497,00	1.956.880,42	48,46
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	176.750.118,00	176.750.118,00	118.072.729,63	66,80
Cota-Parte FPM	49.787.428,00	49.787.428,00	33.797.625,17	67,88
Cota-Parte ITR	9.442,00	9.442,00	7.915,78	83,84
Cota-Parte IPVA	22.896.053,00	22.896.053,00	15.989.173,59	69,83
Cota-Parte ICMS	101.818.043,00	101.818.043,00	66.989.408,69	65,79
Cota-Parte IPI-Exportação	1.794.620,00	1.794.620,00	1.032.109,91	57,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	444.532,00	444.532,00	256.496,49	57,70
Desoneração ICMS (LC 87/96)	444.532,00	444.532,00	256.496,49	57,70
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	306.364.507,00	306.364.507,00	211.506.036,04	69,04

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	80.570.000,00	83.850.000,00	55.518.836,92	66,21	50.260.150,33	59,94
Pessoal e Encargos Sociais	44.810.000,00	45.610.000,00	35.577.489,88	78,00	34.935.940,02	76,60
Outras Despesas Correntes	35.760.000,00	38.240.000,00	19.941.347,04	52,15	15.324.210,31	40,07
DESPESAS DE CAPITAL	19.038.000,00	17.558.000,00	5.452.741,00	31,06	3.925.748,50	22,36
Investimentos	19.038.000,00	17.558.000,00	5.452.741,00	31,06	3.925.748,50	22,36

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	19.038.000,00	17.558.000,00	5.452.741,00	31,06	3.925.748,50	22,36
Investimentos	19.038.000,00	17.558.000,00	5.452.741,00	31,06	3.925.748,50	22,36
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	99.608.000,00	101.408.000,00	60.971.577,92	60,13	54.185.898,83	53,43
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	45.817.000,00	47.657.000,00	20.023.500,38	32,84	15.661.933,61	28,90
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	35.237.000,00	37.057.000,00	16.420.750,54	26,93	12.913.543,72	23,83
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	10.580.000,00	10.600.000,00	3.602.749,84	5,91	2.748.389,89	5,07
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	45.817.000,00	47.657.000,00	20.023.500,38	32,84	15.661.933,61	28,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	53.791.000,00	53.751.000,00	40.948.077,54	27,28	38.523.965,22	24,53
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,21
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIb)/100]⁶						6.798.059,81

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO JOSE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	0,00	123.501,23	-123.501,23		0,00
TOTAL	0,00	123.501,23	-123.501,23		0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100
Atenção Básica	80.619.000,00	82.980.000,02	55.719.772,93	91,39	49.681.439,64	91,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.983.000,00	15.421.999,98	4.608.963,29	7,56	3.986.265,73	7,38
Vigilância Sanitária	1.561.000,00	1.561.000,00	336.148,73	0,55	275.463,13	0,51
Vigilância Epidemiológica	1.445.000,00	1.445.000,00	306.692,97	0,50	232.730,33	0,43
TOTAL	99.608.000,00	101.408.000,00	60.971.577,92	100,00	54.185.898,83	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[Vi(h+i) - (15 \times Ilb) \times 100]$

SAO JOSE

15/09/2014

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL

Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	772.646.865,00
Previsão Atualizada		—	772.646.865,00
Receitas Realizadas		83.521.023,52	336.291.058,69
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	10.116.878,79
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	772.646.865,00
Créditos Adicionais		—	38.563.203,84
Dotação Atualizada		—	811.210.068,84
Despesas Empenhadas		64.106.030,70	346.624.109,25
Despesas Liquidadas		79.803.967,94	276.962.331,82
Superavit Orçamentário		—	59.328.726,87
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		64.106.030,70	346.624.109,25
Despesas Liquidadas		79.803.967,94	276.962.331,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			426.229.879,92
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		4.728.764,52	17.446.770,96
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.284.810,38	4.983.783,79
Liquidadas		1.284.810,38	4.983.783,79
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.443.954,14	12.462.987,17
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-49.824.593,00	53,40
Resultado Primário		-7.934.507,00	-570,57
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	14.153.621,66	234.492,21	10.264.466,87
EXECUTIVO	13.488.156,06	234.192,48	9.891.544,04
LEGISLATIVO	581.942,37	0,00	360.558,83
EXECUTIVO	83.523,23	299,73	12.364,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.714.314,76	1.472.319,91	11.008.434,04
EXECUTIVO	10.723.279,88	1.457.835,47	9.037.118,47
LEGISLATIVO	24.041,16	0,00	24.041,16
EXECUTIVO	1.966.993,72	14.484,44	1.947.274,41
TOTAL:	26.867.936,42	1.706.812,12	21.272.900,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		60.140.609,48	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		41.057.100,86	60%
Liquidadas		41.057.100,86	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		5.771.425,48	44.363.315,52
Despesa de Capital Líquida		30.762.091,27	311.645.187,44
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2047
Receitas Previdenciárias (IV)	10.908.884,37	6.458.723,97	1.838.718,48
Despesas Previdenciárias (V)	4.297.477,64	7.447.326,94	10.482.681,93
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	6.611.406,73	-988.602,97	-8.643.963,45
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	5.639.200,00

Continua 1/2

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	5.321.800,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	38.523.965,22	15,00	18,21
Liquidadas	38.523.965,22		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
								SAÍDO (a - b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	757.938.675,00	795.907.878,84	62.440.379,38	333.344.354,54	75.732.950,70	285.899.536,58	96,01	530.008.342,26
Acao Legislativa	18.385.567,00	18.385.567,00	2.144.269,13	9.917.785,15	1.948.757,41	8.144.013,09	2,94	10.241.553,91
Judiciária	376.192,00	549.583,82	16.991,86	109.999,68	4.444,50	96.438,82	0,03	453.145,00
Defesa do Interesse Pub.No Processo Judiciário	376.192,00	549.583,82	16.991,86	109.999,68	4.444,50	96.438,82	0,03	453.145,00
ADMINISTRAÇÃO	58.140.528,00	56.582.128,00	4.285.587,76	28.549.843,34	5.684.449,11	23.287.718,67	8,41	33.294.409,33
Planejamento e Orçamento	10.076.250,00	9.648.250,00	35.013,87	252.558,76	43.393,29	242.279,76	0,09	9.405.970,24
Administração Geral	29.767.735,00	29.683.190,00	2.319.588,66	15.856.371,77	2.961.202,48	13.114.696,72	4,74	16.568.493,28
Administração Financeira	12.148.980,00	10.682.980,00	988.400,29	8.411.534,77	1.715.268,36	6.288.275,50	2,27	4.394.704,50
Controle Interno	322.063,00	297.208,00	39.876,94	182.503,57	40.786,43	173.096,46	0,06	124.111,54
Administração de Receitas	5.739.000,00	6.184.000,00	902.708,00	3.811.354,47	917.878,55	3.448.650,23	1,25	2.735.349,77
Comunicação Social	86.500,00	86.500,00	0,00	35.520,00	5.920,00	20.720,00	0,01	65.780,00
SEGURANÇA PÚBLICA	15.517.053,00	16.075.538,00	2.044.550,28	9.516.525,62	2.024.426,45	8.093.934,05	2,92	7.981.603,95
Administração Financeira	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,04	0,00
Normalização e Fiscalização	499.000,00	229.000,00	-9.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.000,00
Policimento	7.214.528,00	7.628.028,00	1.053.955,57	5.014.262,04	1.171.382,36	4.530.322,71	1,64	3.097.705,29
Defesa Civil	3.625.400,00	3.535.400,00	154.950,57	928.589,09	221.702,68	738.435,60	0,27	2.796.964,40
Informação e Inteligência	4.078.125,00	4.583.110,00	844.974,14	3.473.674,49	631.341,41	2.725.175,74	0,98	1.857.934,26
Assistência Social	34.227.500,00	35.364.500,03	4.999.937,42	17.524.399,82	4.960.201,96	12.909.041,03	4,66	22.455.459,00
Tecnologia da Informação	420.000,00	1.301.700,00	438.439,42	439.781,70	437.431,42	438.773,70	0,16	862.926,30
Assistência ao Idoso	2.032.000,00	1.300.600,00	25.627,50	190.253,30	27.442,82	170.171,64	0,06	1.130.428,36
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.713.000,00	6.732.249,43	306.508,43	1.057.844,92	410.933,94	950.971,74	0,34	5.781.277,69
Assistência Comunitária	24.062.500,00	26.029.950,60	4.229.362,07	15.836.519,90	4.084.393,78	11.349.123,95	4,10	14.680.826,65
PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.088.000,00	17.903.000,00	922.890,62	14.400.110,24	2.986.906,38	12.337.996,78	4,45	5.565.003,24
Previdência Básica	12.835.000,00	12.985.000,00	168.144,86	11.035.952,47	2.162.451,23	9.108.402,56	3,29	3.876.597,44
Previdência do Regime Estatutário	5.253.000,00	4.918.000,00	754.745,76	3.384.157,77	824.455,15	3.229.594,20	1,17	1.688.405,80
Saúde	95.198.000,00	96.918.000,00	11.799.470,66	56.959.200,26	12.552.639,47	50.688.248,86	18,31	46.219.751,14
Atenção Básica	76.119.000,00	78.480.000,02	11.365.713,21	51.707.395,27	12.046.881,67	46.193.789,67	16,68	32.286.210,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.983.000,00	15.421.999,98	348.780,06	4.608.963,29	389.465,11	3.996.265,73	1,44	11.425.734,25
Vigilância Sanitária	1.561.000,00	1.561.000,00	19.971,36	336.148,73	52.885,88	275.463,13	0,10	1.285.536,87
Vigilância Epidemiológica	1.445.000,00	1.445.000,00	65.006,03	306.692,97	63.406,81	232.730,33	0,08	1.212.269,67
Defesa Agropecuária	90.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRABALHO	1.373.120,00	1.444.620,00	101.231,28	1.118.873,02	204.587,57	812.087,21	0,29	632.532,79
Proteção e Benefícios ao trabalhador	600.000,00	600.000,00	-32.700,00	557.305,00	66.224,27	281.307,61	0,10	318.692,39
Relações de Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Fomento ao Trabalho	763.120,00	834.620,00	133.931,28	561.568,02	138.363,30	530.779,60	0,19	303.840,40
EDUCAÇÃO	155.301.400,00	169.137.327,26	24.561.360,35	104.425.714,51	23.841.712,21	83.050.946,00	29,99	86.086.381,26
Alimentação e Nutrição	10.535.840,00	10.369.280,41	2.666.221,21	9.250.016,28	1.513.308,93	5.694.820,69	2,06	4.674.459,72

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	757.938.675,00	795.907.878,84	62.440.379,38	333.344.354,54	75.732.950,70	285.899.536,58	96,01	530.008.342,26
EDUCAÇÃO	155.301.400,00	169.137.327,26	24.561.360,35	104.425.714,51	23.841.712,21	83.050.946,00	29,99	86.086.381,26
Ensino Fundamental	77.240.443,00	80.600.570,36	11.333.374,46	48.973.969,96	11.221.434,96	40.490.505,69	14,62	40.110.064,67
Ensino Médio	913.129,00	831.129,00	215.274,59	698.211,47	201.453,14	666.004,31	0,24	165.124,69
Ensino Profissional	4.866.598,00	5.158.469,00	953.982,77	3.485.264,32	916.036,19	3.138.881,05	1,13	2.019.587,95
Ensino Superior	9.619.589,00	8.409.218,00	967.685,19	3.548.997,43	782.963,70	3.093.294,65	1,12	5.315.923,35
Educação Infantil	49.214.577,00	63.016.936,49	8.491.808,29	38.274.582,49	9.195.250,95	29.857.116,28	10,78	33.159.820,21
Educação de Jovens e Adultos	2.841.224,00	721.724,00	-66.986,16	194.672,56	11.244,34	110.323,33	0,04	611.400,67
Educação Especial	50.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Cultura	20.917.400,00	18.688.108,72	880.400,58	3.523.752,74	1.039.281,38	3.507.470,30	1,27	15.180.638,42
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.872.400,00	9.768.600,00	616.016,79	2.080.863,63	682.606,31	2.070.485,11	0,75	7.698.114,89
Difusão Cultural	10.045.000,00	8.919.508,72	264.383,79	1.442.889,11	356.675,07	1.436.985,19	0,52	7.482.523,53
DIREITOS DA CIDADANIA	393.100,00	462.100,00	46.888,56	168.730,70	42.649,51	154.418,47	0,06	307.681,53
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	393.100,00	462.100,00	46.888,56	168.730,70	42.649,51	154.418,47	0,06	307.681,53
URBANISMO	185.693.907,00	202.538.385,95	8.211.134,96	58.575.647,88	12.726.790,93	40.880.240,48	14,76	161.658.145,47
Administração Geral	2.070.884,00	2.186.040,12	440.756,16	1.555.855,22	441.880,13	1.290.389,81	0,47	895.650,31
Planejamento Urbano	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
Infra-estrutura Urbana	155.779.314,00	170.920.162,95	2.686.547,74	35.128.056,95	7.773.946,44	23.137.076,45	8,35	147.783.086,50
Serviços Urbanos	25.418.709,00	27.145.182,88	5.083.831,06	21.691.735,71	4.510.964,36	16.257.455,97	5,87	10.887.726,91
Transportes Coletivos Urbanos	2.340.000,00	2.202.000,00	0,00	200.000,00	0,00	195.318,25	0,07	2.006.681,75
HABITAÇÃO	60.302.971,00	68.038.558,73	1.391.314,66	9.701.674,50	3.730.728,32	8.512.131,06	3,07	59.526.427,67
Habitação Urbana	60.302.971,00	68.038.558,73	1.391.314,66	9.701.674,50	3.730.728,32	8.512.131,06	3,07	59.526.427,67
Saneamento	40.098.114,00	40.048.378,33	75.570,83	3.117.172,35	1.011.372,66	2.282.850,27	0,82	37.765.528,06
Saneamento Básico Urbano	40.098.114,00	40.048.378,33	75.570,83	3.117.172,35	1.011.372,66	2.282.850,27	0,82	37.765.528,06
GESTAO AMBIENTAL	5.225.490,00	5.242.490,00	81.802,38	1.488.979,93	331.464,31	1.185.529,96	0,43	4.056.960,04
Preservação e Conservação Ambiental	5.225.490,00	5.242.490,00	81.802,38	1.488.979,93	331.464,31	1.185.529,96	0,43	4.056.960,04
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.139.000,00	2.118.760,00	798,00	83.478,00	798,00	83.478,00	0,03	2.035.282,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	20.000,00	760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.119.000,00	2.118.000,00	798,00	83.478,00	798,00	83.478,00	0,03	2.034.522,00
Agricultura	135.500,00	195.500,00	20.627,70	126.090,05	17.380,00	109.254,35	0,04	86.245,65
Promoção da Produção Agropecuária	135.500,00	195.500,00	20.627,70	126.090,05	17.380,00	109.254,35	0,04	86.245,65
INDÚSTRIA	160.000,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00
Normalização e Qualidade	160.000,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	378.500,00	315.500,00	-5.710,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.500,00
Promoção Comercial	378.500,00	315.500,00	-5.710,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.500,00
TRANSPORTE	15.914.597,00	15.854.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.854.597,00
Transporte Rodoviário	15.914.597,00	15.854.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.854.597,00
DESPORTO E LAZER	7.766.629,00	7.766.629,00	462.576,54	4.562.453,09	821.339,24	2.795.973,33	1,01	4.970.655,67
Desporto Comunitário	7.761.629,00	7.761.629,00	462.576,54	4.562.453,09	821.339,24	2.795.973,33	1,01	4.965.655,67

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Desporto e Lazer	757.938.675,00	795.307.878,84	62.440.379,38	333.344.354,54	75.732.950,70	265.899.536,58	96,01	530.008.342,26
Lazer	7.766.629,00	7.766.629,00	462.576,54	4.562.453,09	821.339,24	2.795.973,33	1,01	4.970.655,67
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	10.850.000,00	10.765.000,00	398.705,81	9.493.923,66	1.803.021,29	6.957.765,87	2,51	3.807.234,13
Serviço da Dívida Interna	6.000.000,00	6.000.000,00	325.106,86	5.269.814,20	967.483,39	3.700.716,62	1,34	2.299.283,38
Outros Encargos Especiais	4.850.000,00	4.765.000,00	73.598,95	4.224.109,46	835.537,90	3.257.049,25	1,18	1.507.950,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.356.107,00	11.356.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.356.107,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	14.708.190,00	15.302.190,00	1.665.651,32	13.279.754,71	4.071.017,24	11.062.795,24	3,99	4.239.394,76
Acao Legislativa	260.946,00	260.946,00	39.926,30	152.001,75	39.926,30	152.001,75	0,05	108.944,25
	260.946,00	260.946,00	39.926,30	152.001,75	39.926,30	152.001,75	0,05	108.944,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00	3.000.000,00	1.033.044,57	2.633.042,97	0,95	1.066.957,03
Previdência Básica	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00	3.000.000,00	1.033.044,57	2.633.042,97	0,95	1.066.957,03
Saúde	4.500.000,00	4.500.000,00	1.053.099,72	4.012.377,66	1.102.924,27	3.487.649,97	1,26	1.012.350,03
Atenção Básica	4.500.000,00	4.500.000,00	1.053.099,72	4.012.377,66	1.102.924,27	3.487.649,97	1,26	1.012.350,03
EDUCAÇÃO	6.247.244,00	6.841.244,00	572.625,30	6.115.375,30	1.895.122,10	4.790.100,55	1,73	2.051.143,45
Ensino Fundamental	4.318.267,00	4.502.267,00	166.436,43	3.952.186,43	1.059.993,18	2.748.292,78	0,99	1.753.974,22
Educação Infantil	1.928.977,00	2.338.977,00	406.188,87	2.163.188,87	835.128,92	2.041.807,77	0,74	297.169,23
TOTAL (III) = (I + II)	772.646.865,00	811.210.088,84	64.106.030,70	346.624.109,25	79.803.987,94	276.962.331,82	100,00	534.247.737,02

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	GUIDO LUIZ HINCKEL Contador Geral
---	---	--------------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	R\$ 1,00
		Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)															
33.303.172,05	32.172.503,11	34.688.813,69	41.907.159,98	34.702.091,40	63.795.791,95	41.244.458,89	39.149.135,55	38.734.764,24	38.004.793,12	34.586.639,75	35.673.462,70	470.841.890,43	528.578.800,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA															
7.053.100,90	6.901.233,31	7.265.074,52	9.980.470,97	8.885.875,07	34.349.977,31	18.638.553,81	10.726.241,37	10.278.308,43	10.447.591,60	9.578.084,00	10.358.041,32	142.653.152,61	151.611.254,00		
I.P.T.U.															
942.767,81	794.672,33	1.049.511,90	878.717,13	2.855.405,95	20.237.052,51	8.822.923,17	973.719,54	875.171,91	1.291.720,25	750.980,45	666.550,99	40.139.193,04	35.752.204,00		
IRR.F															
310.861,02	407.466,83	379.911,39	2.311.092,45	410.058,99	387.050,49	387.050,49	388.887,07	532.407,07	480.950,42	474.187,04	2.535.390,50	9.015.982,86	7.082.822,00		
I.S.S.															
3.494.124,31	3.063.029,60	3.413.953,84	4.064.292,98	2.984.274,26	3.999.221,85	3.271.838,12	3.321.979,13	3.267.272,41	3.186.177,33	3.559.133,79	43.332.913,44	43.886.174,00	43.886.174,00		
I.T.B.I.															
1.627.880,58	1.978.041,69	1.503.954,52	1.964.445,32	1.569.814,59	1.241.978,16	1.482.474,01	1.600.420,32	1.653.738,22	1.676.979,47	1.156.470,87	20.662.703,33	26.040.185,00	26.040.185,00		
Outras Receitas Tributárias															
677.467,18	658.022,86	918.742,87	741.923,09	1.076.297,58	8.494.223,83	2.863.668,02	4.471.235,31	3.474.725,08	2.215.325,64	2.201.288,31	2.115.460,17	29.898.359,94	38.639.869,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES															
1.807.815,67	2.086.675,81	2.099.844,26	2.767.066,58	826.222,53	778.021,82	977.888,26	848.191,49	858.533,10	1.064.299,80	777.719,91	925.866,96	15.777.446,19	9.417.837,00		
RECEITA PATRIMONIAL															
554.562,00	797.641,82	688.196,99	1.134.096,61	196.141,42	1.859.968,84	1.111.895,81	1.551.946,14	2.192.643,20	1.157.478,60	1.700.478,00	1.238.323,03	15.131.239,56	3.880.766,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA															
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL															
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS															
0,00	4.250,88	165.890,00	4.172,10	0,00	1.228,45	0,00	652,33	26.817,06	140,59	13.230,00	31.549,51	247.630,92	280.060,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES															
21.489.334,36	20.867.900,87	22.836.638,20	25.722.998,39	22.388.834,54	23.928.254,35	19.871.095,33	23.710.900,65	22.823.044,65	22.787.556,32	21.101.685,21	22.813.344,97	270.051.590,84	325.629.516,00		
Cota-Parte do F.P.M.															
3.102.033,95	3.102.081,61	4.314.932,54	6.509.583,12	5.211.926,05	5.565.574,71	3.301.471,45	3.768.073,82	5.021.421,63	3.765.745,11	3.234.296,04	3.929.119,36	50.826.256,39	49.767.428,00		
Cota-Parte do I.C.M.S.															
8.002.332,10	7.783.592,82	8.895.903,03	8.754.353,67	8.568.750,70	8.241.074,74	8.433.511,70	8.148.241,95	8.513.155,47	8.807.205,82	7.904.651,64	8.282.816,67	100.425.660,31	101.886.053,00		
Cota-Parte do I.P.V.A.															
1.942.345,64	1.715.903,63	1.072.979,41	1.311.446,09	1.622.280,24	1.851.363,81	2.188.819,03	2.259.869,63	2.182.653,38	2.440.436,42	2.132.294,99	2.147.434,88	22.886.053,00	22.886.053,00		
Cota-Parte do ITR.															
2.588,75	12.132,33	1.253,88	1.771,48	319,13	3.669,71	466,17	675,89	724,66	601,80	668,94	789,48	25.642,22	9.442,00		
Outras Transferências Correntes															
3.524.661,31	3.156.000,43	3.156.891,22	4.211.247,22	1.748.412,33	3.188.429,48	4.142.720,64	4.680.687,08	1.584.908,83	2.903.055,97	2.760.091,98	3.392.440,94	35.709.827,33	82.486.954,00		
Transferências da LC 61/1989															
113.889,11	121.748,29	135.050,49	144.339,84	138.482,42	117.292,57	114.991,13	124.863,11	135.591,59	132.143,81	132.670,91	136.754,37	1.547.137,64	1.704.620,00		
Transferências da LC 87/1996															
35.880,66	35.880,66	35.880,66	150.980,00	36.594,43	36.594,43	36.594,43	36.594,43	36.594,43	36.594,43	36.594,43	515.127,47	444.532,00	444.532,00		
Transferências do FUNDEB															
4.775.622,84	4.640.571,10	5.223.996,97	5.196.739,45	5.282.903,39	5.153.378,47	4.757.000,43	5.270.676,63	4.592.426,23	4.592.426,23	4.592.426,23	4.912.334,73	59.527.591,60	66.392.444,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES															
2.388.359,12	1.814.800,42	1.642.869,72	2.318.354,33	2.395.017,84	2.878.343,18	2.445.035,68	2.311.207,57	2.555.417,80	2.529.724,21	1.454.472,53	2.247.227,91	26.980.830,31	37.759.367,00		
DEDUÇÕES (II)															
3.325.340,49	3.360.162,59	3.674.066,64	4.238.396,12	3.846.462,77	3.882.088,23	2.886.698,40	3.945.884,82	4.082.477,23	3.869.059,69	3.689.171,97	3.822.211,56	44.612.010,51	42.434.861,00		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência															
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.904,23	20.937,30	20.937,30	20.937,30	20.937,30	339.653,43	160.000,00		
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor															
631.545,88	628.999,69	666.080,21	1.268.538,91	655.090,15	642.221,00	32.040,82	710.078,54	719.466,43	730.741,79	786.143,20	763.823,26	8.234.869,98	5.904.837,00		
Contrib. Prev em Regime de Parcelamento de Débitos															
53.956,60	176.925,40	116.796,66	118.653,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466.241,76	0,00		
Contrib. Prev Regime de Parc. de Débitos - RPPS															
0,00	0,00	0,00	0,00	119.868,10	122.448,18	124.382,97	126.501,55	128.614,57	129.992,54	132.228,04	133.777,41	1.017.814,36	1.020.000,00		
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB															
2.639.837,61	2.554.237,50	2.891.209,77	2.851.194,11	3.071.503,52	3.117.389,05	2.740.274,61	2.853.400,50	3.193.458,93	2.987.388,06	2.749.863,43	3.053.673,59	34.553.430,98	35.350.024,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)															
29.977.831,56	28.812.340,52	30.994.027,05	37.668.763,86	30.855.628,63	59.913.733,72	38.347.760,49	35.203.354,73	34.672.287,01	34.135.733,43	30.896.467,78	34.751.251,14	426.229.879,92	486.143.939,00		

15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral

CRC 15.213 SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES		6.906.000,00	6.906.000,00	1.634.775,35	6.032.144,08
Receta de Contribuições dos Segurados		6.906.000,00	6.906.000,00	1.634.775,35	6.032.144,08
Pessoal Civil		5.886.000,00	5.886.000,00	1.368.769,90	5.051.649,02
Ativo		5.871.000,00	5.871.000,00	1.368.769,90	6.032.144,08
Inativo		15.000,00	15.000,00	1.545.848,08	6.022.793,41
Pensionista		0,00	0,00	-177.078,18	9.350,67
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial		1.020.000,00	1.020.000,00	266.005,45	1.017.814,36
Recetas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	8.778.434,82
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		18.697.107,00	18.697.107,00	4.728.764,52	14.810.578,90
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO		8.835.000,00	8.835.000,00	1.284.810,38	3.509.912,69
Despesas Correntes		50.000,00	50.000,00	4.730,00	252.337,20
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	235.173,67
PREVIDENCIA SOCIAL		50.000,00	50.000,00	4.730,00	17.163,53
Pessoal Civil		8.785.000,00	8.785.000,00	1.280.080,38	3.257.575,49
Aposentadorias		7.700.000,00	7.700.000,00	1.215.811,84	3.257.575,49
Pensões		6.500.000,00	6.500.000,00	1.146.724,16	2.849.447,67
Outros Benefícios Previdenciários		1.200.000,00	1.200.000,00	68.087,68	408.127,82
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.085.000,00	1.085.000,00	64.268,54	260.933,13	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.085.000,00	1.085.000,00	64.268,54	260.933,13	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	8.835.000,00	8.835.000,00	1.284.810,38	4.983.783,79	3.509.912,69
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	9.862.107,00	9.862.107,00	3.443.954,14	12.462.987,17	11.300.666,21
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
Valor					11.306.107,00
BENS E DIREITOS DO RPPS					
Caixa Bancos Conta Movimento Investimentos	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2014		2013	
		0,00	0,00	1.220,49	952,71
		11.153,57	221.120,13	11.377.307,58	77.310.244,41
		119.295.191,63	122.880.614,85		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	11.377.307,58	8.778.434,82
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	11.377.307,58	8.778.434,82
Recelita de Contribuições Patronais	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	11.377.307,58	8.778.434,82
Pessoal Civil	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	11.377.307,58	8.778.434,82
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO JOSE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.093.989,17	11.377.307,58
8.778.434,82				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contador Geral
		CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.086.842,09	40.177.823,73	42.035.258,05
DEDUÇÕES (II)	41.572.148,42	75.431.406,22	71.124.837,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	54.283.501,76	89.056.742,34	87.831.289,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.594,10	1.594,10
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	12.711.353,34	13.626.930,22	16.708.046,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.485.306,33	-35.253.582,49	-29.089.579,12
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.485.306,33	-35.253.582,49	-29.089.579,12

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	6.164.003,37	-26.604.272,79

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-49.824.593,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	85.321.262,73	100.358.666,36	122.970.121,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.725,43	15.524,52	221.120,13
Investimentos	85.316.498,72	100.474.755,67	122.880.614,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.961,42	131.613,83	131.613,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-85.321.262,73	-100.358.666,36	-122.970.121,15
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-85.321.262,73	-100.358.666,36	-122.970.121,15

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	501.222.617,00	66.700.874,47	304.564.163,65	267.030.625,67
Receita Tributária	151.611.254,00	19.936.125,32	111.472.672,91	82.899.051,42
I.P.T.U.	35.752.204,00	1.417.531,44	36.473.523,87	28.039.491,51
I.S.S.	43.896.174,00	7.715.311,12	29.297.512,71	24.052.267,11
I.T.B.I.	26.040.185,00	3.476.976,34	13.192.381,22	12.560.143,92
I.R.R.F.	7.082.822,00	3.009.577,94	5.607.051,17	3.691.807,54
Outras Receitas Tributárias	38.839.869,00	4.316.728,48	26.902.203,94	14.555.341,34
Receita de Contribuição	21.208.944,00	4.756.776,04	18.393.251,45	25.843.134,91
Receitas Previdenciárias	18.697.107,00	4.728.764,52	17.446.770,96	14.810.578,90
Outras Contribuições	2.511.837,00	28.011,52	946.480,49	11.032.556,01
Receita Patrimonial Líquida	83.500,00	0,00	408,30	41.448,92
Receita Patrimonial	3.880.766,00	3.898.680,13	11.986.742,14	4.377.943,01
(-) Aplicações Financeiras	3.797.266,00	3.898.680,13	11.986.333,84	4.336.494,09
Transferências Correntes	290.279.492,00	38.261.493,16	155.807.766,33	143.178.062,26
F.P.M.	39.829.942,00	5.730.732,44	27.038.100,52	25.140.700,91
I.C.M.S.	81.454.434,00	12.949.974,84	53.591.427,70	48.009.823,46
Convênios	29.971.300,00	877.595,81	2.306.061,77	2.463.938,26
Outras Transferências Correntes	139.023.816,00	18.703.190,07	72.872.176,34	67.563.599,63
Demais Receitas Correntes	38.039.427,00	3.746.479,95	18.890.064,66	15.068.928,16
Dívida Ativa	17.699.417,00	1.792.700,41	9.493.730,14	7.221.124,36
Diversas Receitas Correntes	20.340.010,00	1.953.779,54	9.396.334,52	7.847.803,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	267.626.982,00	12.921.468,92	19.740.561,20	3.292.435,50
Operações de Crédito (III)	50.134.741,00	2.596.594,24	5.771.425,48	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5.639.200,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Transferências de Capital	211.853.041,00	10.324.874,68	13.969.135,72	2.292.435,50
Convênios	206.169.941,00	10.324.874,68	13.969.135,72	2.192.435,50
Outras Transferências de Capital	5.683.100,00	0,00	0,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	211.853.041,00	10.324.874,68	13.969.135,72	2.292.435,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	713.075.658,00	77.025.749,15	318.533.299,37	269.323.061,17
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	457.446.683,13	68.129.975,70	246.200.240,55	194.822.392,57
Pessoal e Encargos Sociais	202.794.096,42	38.455.545,00	138.902.087,60	117.939.536,05
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000.000,00	253.323,47	877.707,10	793.027,27
Outras Despesas Correntes	252.652.586,71	29.421.107,23	106.420.445,85	76.089.829,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	455.446.683,13	67.876.652,23	245.322.533,45	194.029.365,30
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	342.407.278,71	11.673.992,24	30.762.091,27	14.029.964,22
Investimentos	338.407.278,71	10.959.832,32	27.939.081,75	11.922.989,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.000.000,00	714.159,92	2.823.009,52	2.106.974,98
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	338.407.278,71	10.959.832,32	27.939.081,75	11.922.989,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	11.356.107,00	-	-	-

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	11.356.107,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	805.210.068,84	78.836.484,55	273.261.615,20	205.952.354,54
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-92.134.410,84	-1.810.735,40	45.271.684,17	63.370.706,63
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	10.116.878,79	0,00
Superávit Financeiro	-	-	10.116.878,79	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-7.934.507,00

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SÃO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODERÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	873.434,82	10.534.402,65	9.701.956,75	1.472.319,91	233.560,81	83.523,23	14.070.098,43	10.312.500,79	10.284.466,87	234.492,21	3.654.662,58
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	842.103,03	9.230.237,49	8.441.641,59	1.409.182,94	221.515,99	52.218,50	12.688.731,09	9.340.421,52	9.343.620,10	39.918,92	3.357.410,57
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	333,61	346.876,91	317.541,17	29.335,74	333,61	141,78	110.321,08	18.990,00	18.990,00	32.474,60	58.998,26
GABINETE DA PREFEITA	2.986,94	31.007,10	27.341,98	6.652,06	0,00	0,00	2.113.851,01	2.080.772,73	2.080.772,73	0,00	33.078,28
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.233,08	0,00	0,00	0,00	1.233,08
SECRET. DE DESENVOLV. ECON. CIÊNCIA E TECN	480.143,50	78.963,26	554.149,30	56,20	4.901,26	12.364,00	7.235,40	16.361,20	16.361,20	0,00	3.238,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	85.966,57	73.864,10	12.102,47	0,00	0,00	229.094,48	205.556,30	205.556,30	0,00	23.863,41
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	36.850,41	34.944,78	1.905,63	0,00	0,00	125.428,32	103.498,56	103.498,56	4,34	21.925,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.551,32	6.597.225,47	5.886.140,18	505.355,49	216.281,12	0,00	898.062,86	804.936,99	803.222,94	0,00	94.839,92
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	19.295,12	19.026,62	288,50	0,00	0,00	29.252,66	16.099,18	16.099,18	1.551,46	11.602,02
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	298.579,57	1.731.697,71	1.209.025,93	821.251,35	0,00	39.712,72	6.940.561,41	4.519.178,26	4.509.598,95	0,00	2.470.675,18
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ	1.348,09	3.104,43	3.104,43	1.348,09	0,00	0,00	56.640,26	1.690,41	1.690,41	0,00	54.949,85
SECRETARIA DE RECEITA	48.160,00	56.495,14	101.852,41	2.802,73	0,00	0,00	104.620,58	69.208,28	69.208,28	0,00	35.412,30
SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E	0,00	228.596,44	201.185,03	27.411,41	0,00	0,00	2.051.029,02	1.528.974,13	1.504.057,34	5.888,52	541.083,16
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	14.158,93	13.465,66	693,27	-0,00	0,00	21.400,93	15.155,48	15.155,48	0,00	6.511,49
FUNDAÇÃO CULTURAL E TURISMO DE SÃO JOSE	2.216,60	20.131,98	6.526,74	15.821,84	0,00	0,00	209.406,66	154.059,37	148.016,87	55.267,19	6.122,60
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	2.216,60	20.131,98	6.526,74	15.821,84	0,00	0,00	209.406,66	154.059,37	148.016,87	55.267,19	6.122,60
FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSE	14.575,88	14.671,49	4.091,44	25.155,93	-0,00	0,00	53.212,37	16.602,31	16.602,31	36.610,06	0,00
FUND. MUNIC. DO MEIO.AMB. E DESENV. SUSTEN	14.575,88	14.671,49	4.091,44	25.155,93	-0,00	0,00	53.212,37	16.602,31	16.602,31	36.610,06	0,00
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSE	0,00	2.111,83	2.111,83	0,00	0,00	0,00	17.427,99	7.377,43	7.377,43	10.050,56	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	0,00	2.111,83	2.111,83	0,00	0,00	0,00	17.427,99	7.377,43	7.377,43	10.050,56	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FUNESJ	3.475,00	19.297,39	0,00	22.139,92	632,47	299,73	107.019,23	14.941,60	14.941,60	92.377,36	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	3.475,00	19.297,39	0,00	22.139,92	632,47	299,73	107.019,23	14.941,60	14.941,60	92.377,36	-0,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO JOSE	10.934,48	72.574,89	80.131,72	0,52	3.377,13	0,00	104.047,01	77.589,22	72.399,22	0,00	31.647,79
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.047,01	77.589,22	72.399,22	0,00	31.647,79
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.171,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.763,02	32.691,91	32.447,96	0,00	243,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	7.800,80	0,50	1.961,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	39.882,98	39.882,96	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. INFANCIA ADOLESC. SÃO JOSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.676,05	111.529,90	111.529,90	0,00	2.146,15
FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.676,05	111.529,90	111.529,90	0,00	2.146,15
FUNDO MUN. REAPARELHAMENTO PROC. GERAIS	129,83	1.530,72	229,82	18,55	1.412,18	31.005,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	35.405,00
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADO	129,83	1.530,72	229,82	18,55	1.412,18	31.005,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	35.405,00
FUNDO MUNIC. DE HABITACAO DE SÃO JOSE-FMH	0,00	108.429,00	108.429,00	0,00	0,00	0,00	268,12	0,00	0,00	268,12	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	0,00	108.429,00	108.429,00	0,00	0,00	0,00	268,12	0,00	0,00	268,12	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE	0,00	1.033.079,95	1.033.079,95	0,00	0,00	0,00	186.701,23	186.701,23	186.701,23	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE	0,00	1.033.079,95	1.033.079,95	0,00	0,00	0,00	186.701,23	186.701,23	186.701,23	0,00	0,00
SÃO JOSE PREVIDENCIA-AUTARQUIA	0,00	8.296,75	1.673,50	0,21	6.623,04	0,00	3.266,31	2.719,38	2.719,38	0,00	546,93
SÃO JOSE PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	0,00	8.296,75	1.673,50	0,21	6.623,04	0,00	3.266,31	2.719,38	2.719,38	0,00	546,93
LEGISLATIVO											
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSE	0,00	24.041,16	24.041,16	0,00	0,00	0,00	581.942,37	360.558,83	360.558,83	0,00	221.383,54
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	784.352,55	784.352,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	304.340,66	304.340,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	480.011,89	480.011,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE	0,00	522.124,74	522.124,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE	0,00	522.124,74	522.124,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
PODER/ÓRGÃO										
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.306.477,29	1.306.477,29	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	0,00	522.124,74	522.124,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	0,00	522.124,74	522.124,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	873.434,82	11.840.879,94	11.008.434,04	1.472.319,91	233.560,81	83.523,23	14.070.098,43	10.312.500,79	234.492,21	3.654.662,58

FONTE:

SÃO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	GUIDO LUIZ HINCKEL Contador Geral CRC 15.213-SC
---	---	--

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	129.614.389,00	129.614.389,00	17.319.627,77	93.433.306,41	72,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	48.257.829,00	48.257.829,00	2.913.621,36	43.946.468,61	91,07
1.1.1- IPTU	35.752.204,00	35.752.204,00	1.417.531,44	36.473.523,87	102,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.481.849,00	1.481.849,00	34.897,08	111.490,03	7,52
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.756.405,00	7.756.405,00	1.033.912,65	5.617.899,12	72,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.267.371,00	3.267.371,00	427.280,19	1.743.555,59	53,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	3.476.976,34	13.192.381,22	50,66
1.2.1- ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	3.476.976,34	13.192.381,22	50,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	48.233.553,00	48.233.553,00	7.919.452,13	30.687.405,41	63,62
1.3.1- ISS	43.896.174,00	43.896.174,00	7.715.311,12	29.297.512,71	66,74
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	596.792,00	596.792,00	35.868,48	89.242,45	14,95
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.969.461,00	2.969.461,00	128.277,94	1.087.325,42	36,62
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	771.126,00	771.126,00	39.994,59	213.324,83	27,66
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	3.009.577,94	5.607.051,17	79,16
1.4.1- IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	3.009.577,94	5.607.051,17	79,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	176.750.118,00	176.750.118,00	28.267.687,68	118.072.729,63	66,80
2.1- Cota-Parte FPM	49.787.428,00	49.787.428,00	7.163.415,40	33.797.625,17	67,88
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	49.787.428,00	49.787.428,00	7.163.415,40	33.797.625,17	67,88
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	101.818.043,00	101.818.043,00	16.187.468,31	66.989.408,69	65,79
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	444.532,00	444.532,00	73.188,86	256.496,49	57,70
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.794.620,00	1.794.620,00	269.425,28	1.032.109,91	57,51
2.5- Cota-Parte ITR	9.442,00	9.442,00	1.458,42	7.915,78	83,84
2.6- Cota-Parte IPVA	22.896.053,00	22.896.053,00	4.572.731,41	15.989.173,59	69,83
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	306.364.507,00	306.364.507,00	45.587.315,45	211.506.036,04	69,04
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	7.593.506,00	7.593.506,00	1.043.456,26	3.947.186,40	51,98
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.466.756,00	7.466.756,00	1.034.524,26	3.937.889,48	52,74
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	87.900,00	87.900,00	8.517,05	8.517,05	9,69
5.5- Outras Transferências do FNDE	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.350,00	1.350,00	414,95	779,87	57,77
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.400.000,00	3.400.000,00	916.847,32	1.412.267,55	41,54
6.1- Transferências de Convênios	3.400.000,00	3.400.000,00	916.847,32	1.412.267,55	41,54
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.446.660,00	4.446.660,00	501.386,78	1.552.538,55	34,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	15.440.166,00	15.440.166,00	2.461.690,36	6.911.992,50	44,77
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	35.350.024,00	35.350.024,00	5.653.537,02	23.616.951,69	66,81
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	9.957.486,00	9.957.486,00	1.432.682,96	6.759.524,65	67,88
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	20.363.609,00	20.363.609,00	3.237.493,47	13.397.980,99	65,79
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	88.906,00	88.906,00	14.637,76	51.232,16	57,63
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	358.924,00	358.924,00	53.885,05	208.821,95	58,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.888,00	1.888,00	291,66	1.583,10	83,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	4.579.211,00	4.579.211,00	914.546,12	3.197.808,84	69,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	66.488.252,00	66.488.252,00	9.527.405,16	39.925.114,10	60,05
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	66.392.444,00	66.392.444,00	9.504.609,58	39.690.961,24	59,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	95.808,00	95.808,00	22.795,58	234.152,86	244,40
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	31.042.420,00	31.042.420,00	3.851.072,56	16.074.009,55	51,78
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	56.832.334,00	58.303.149,42	9.952.968,23	41.057.100,86	70,42
13.1- Com Educação Infantil	22.866.803,00	19.563.803,00	2.809.239,40	17.517.477,05	89,54
13.2- Com Ensino Fundamental	33.965.531,00	38.739.346,42	7.143.728,83	23.539.623,81	60,76
14- OUTRAS DESPESAS	9.655.918,00	9.855.918,00	1.102.709,67	3.949.867,63	40,08
14.1- Com Educação Infantil	2.502.000,00	3.852.000,00	408.313,66	776.423,01	20,16
14.2- Com Ensino Fundamental	7.153.918,00	6.003.918,00	694.396,01	3.173.444,62	52,86
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	66.488.252,00	68.159.067,42	11.055.677,90	45.006.968,49	66,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					45.006.968,49
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					102,84
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					9,89
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					-12,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	76.591.126,75	76.591.126,75	11.396.828,86	52.876.509,01	69,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	42.252.556,00	51.812.393,67	10.005.226,81	33.588.339,71	64,83
23.1- Creche	12.421.953,00	23.883.953,00	6.081.023,64	12.644.795,91	52,94
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.421.953,00	23.883.953,00	6.081.023,64	12.644.795,91	52,94
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	80.105.684,00	75.263.899,03	12.224.536,48	42.860.432,18	56,95
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	41.119.449,00	44.743.264,42	7.838.124,84	26.713.068,43	59,70
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	38.986.235,00	30.520.634,61	4.386.411,64	16.147.363,75	52,91
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	122.358.240,00	127.076.292,70	22.229.763,29	76.448.771,89	60,16
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					16.074.009,55
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					234.152,86
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					16.308.162,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					60.140.609,48
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,43
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.520.000,00	11.716.564,31	434.827,32	2.437.961,81	20,81
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.807.090,00	11.623.031,81	1.031.624,55	1.724.481,65	14,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	13.327.090,00	23.339.596,12	1.466.451,87	4.162.443,46	17,83
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	135.685.330,00	150.415.888,82	23.696.215,16	80.611.215,35	53,59

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	3.800.997,93	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	39.690.961,24	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	43.101.250,21	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	40.971.362,70	0,00
49.2 Restos a Pagar	2.129.887,51	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	234.152,86	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	624.861,82	0,00

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contador Geral CRC 15.213-SC

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

* Caput do art. 212 da CF/1988

* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO JOSE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	50.134.741,00	5.771.425,48	44.363.315,52
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS DE CAPITAL	342.407.278,71	30.762.091,27	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	342.407.278,71	30.762.091,27	0,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-292.272.537,71	-24.990.665,79	-267.281.871,92

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2014

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	210.542.342,66	97.253,63
Pessoal Ativo	196.808.618,52	33.687,75
Pessoal Inativo e Pensionista	7.209.604,32	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.524.119,82	63.565,88
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	600.323,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	600.323,23	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	209.942.019,43	97.253,63
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	210.039.273,06	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	426.229.879,92	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,28	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	230.164.135,16	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	218.655.928,40	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	207.147.721,64	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	39.086.842,09	39.596.286,97	42.035.258,05	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	39.040.378,09	39.552.920,57	41.994.989,25	0,00
Interna	39.040.378,09	39.552.920,57	41.994.989,25	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	46.464,00	43.366,40	40.268,80	0,00
DEDUÇÕES (II)	41.572.148,42	81.314.390,86	71.124.837,17	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	54.283.501,76	93.225.083,45	87.831.289,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.594,10	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	12.711.353,34	11.910.692,59	16.708.046,88	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.485.306,33	-41.718.103,89	-29.089.579,12	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	382.745.251,71	409.221.007,69	426.229.879,92	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,21%	9,68%	9,86%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-0,65%	-10,19%	-6,82%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	459.294.302,05	491.065.209,23	511.475.855,90	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	413.364.871,85	441.958.688,31	460.328.270,31	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	39.040.378,09	39.552.920,57	41.994.989,25	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	14.015.881,55	13.372.873,14	12.633.969,07	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	14.015.881,55	13.372.873,14	12.633.969,07	0,00
Previdenciárias	7.871.726,51	7.443.678,29	6.987.869,14	0,00
Demais Contribuições Sociais	6.144.155,04	5.929.194,85	5.646.099,93	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	25.024.496,54	26.180.047,43	29.361.020,18	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.046.669,78	4.704.030,10	4.264.764,86	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.150.355,35	87.980.689,09	71.363.407,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	85.321.262,73	94.515.826,72	122.970.121,15	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.725,43	58.404,52	221.120,13	0,00
Investimentos	85.316.498,72	94.596.172,38	122.880.614,85	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	2.961,42	138.750,18	131.613,83	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	8.787,46	4.455.608,77	1.993.214,42	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-85.321.262,73	-94.515.826,72	-122.970.121,15	0,00

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	382.745.251,71	409.221.007,69	426.229.879,92	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	84.203.955,38	90.028.621,69	93.770.573,58	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	75.783.559,84	81.025.759,52	84.393.516,22	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	3.923.051,70	5.771.425,48
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	3.923.051,70	5.771.425,48
Interna	3.923.051,70	5.771.425,48
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	3.923.051,70	5.771.425,48
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	426.229.879,92	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	5.771.425,48	1,35
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	68.196.780,79	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	61.377.102,71	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	29.836.091,59	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	5.771.425,48	1,35

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita MunicipalANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de FinançasGUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
129 - Honorários Advogaticios	365.741,33	38.126,07	327.615,26
150 - LEI ROUANET	(40.598,99)	2.216,70	(42.815,69)
152 - Ministério Público / Justiça	(146.354,01)	0,00	(146.354,01)
16 - MINISTÉRIO M. AMBIENTE/SRH	(37.970,00)	0,00	(37.970,00)
22 - FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	169.849,72	8.095,85	161.753,87
23 - FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.921.939,17	19.778,53	1.902.160,64
98 - VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - 60 %	27.084.825,43	3.446.832,29	23.637.993,14
Caixa Econômica fr 143	(220.680,91)	4.554,33	(225.235,24)
CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	5.753.431,21	346.182,17	5.407.249,04
CONTRIBUICOES DE PATROCINIOS	3.073,30	0,00	3.073,30
Conv No.7982/04-0-Gov. Est.Sec.Desenv.Reg.	133.529,08	0,00	133.529,08
CONV. COM GOV. DO ESTADO	6,03	0,00	6,03
CONV. EQUIP. MAT. PERMANENTE - MS	776.002,07	46.228,30	729.773,77
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR001913	1.512,47	2.205.510,12	(2.203.997,65)
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR001930	45.176,26	267,80	44.908,46
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR002061	48.345,11	151.816,90	(103.471,79)
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR002062	36.635,54	0,00	36.635,54
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR002063	309.960,02	0,00	309.960,02
Conv. Gov. Estado - CASAN	2.060.147,87	213.769,20	1.846.378,67
Conv. Gov. Estado - FUNDAM	1.485.879,19	0,00	1.485.879,19
Conv. Gov. Federal - SENASP/MJ	(81.628,03)	0,00	(81.628,03)
Conv.703891/2010 - FNDE - PROINFÂNCIA	20.445,11	0,00	20.445,11
CONVÊNIO C/ MULTAS DE TRÂNSITO	1.362.563,18	252.413,48	1.110.149,70
CONVÊNIO CASAN 682/2014	0,00	187.716,14	(187.716,14)
CONVÊNIO MEC / FNDE	819.218,34	83.543,57	735.674,77
CONVÊNIO N 864/95 - FAE/PNAE- Merenda Escolar	1.379.631,98	74.709,45	1.304.922,53
Convênio nº 816583/06 - FNDE	0,32	0,00	0,32
CONVÊNIO. MS-CAPS	126.652,15	0,00	126.652,15
CONVÊNIOS MS - UPA	2.284.213,51	0,00	2.284.213,51
COSIP	5.145.314,12	611.477,78	4.533.836,34
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - FNDE	645.988,93	0,00	645.988,93
DST/AIDS -FMS -MS	(46.333,69)	37.103,14	(83.436,83)
FARMÁCIA BÁSICA - FMS -MS	383.064,29	782.528,97	(399.464,68)
FUMREBOM LEI 2.353/91	1.627.727,47	199.741,88	1.427.985,59
FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.794,71	0,00	6.794,71
FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.247.834,99	17.905,69	1.229.929,30
IPHAN / Minist. Cultura	(261,79)	0,00	(261,79)
Ministério da Cidades - CEF	1.864.687,88	50.846,61	1.813.841,27
Multas - Defesa Consumidor	502,15	0,00	502,15
OGU / PAC - Governo Federal	8.553.763,19	1.618.931,32	6.934.831,87
Operação de Crédito BID / PNAFM	1.187.129,83	139.374,61	1.047.755,22
OUTRAS TRANS. ESTADUAIS	264.003,82	0,00	264.003,82
OUTRAS TRANSF. GOV. FEDERAL	164.279,31	12.307,43	151.971,88
OUTRAS TRANSF. GOVERNO FEDERAL	(197.528,13)	0,00	(197.528,13)
Outras Transf.de Conv.da União	212.366,55	192.333,95	20.032,60
Outras Transferências Federais	679.026,44	6.912,33	672.114,11
PAB FIXO - FMS	2.048.471,86	337.073,34	1.711.398,52
PACS - FMS -MS	76.466,88	130.829,94	(54.363,06)
Parceria Pública Privadas	200.000,00	0,00	200.000,00
PRODUÇÃO / CEOI - FMS -MS	162.288,05	1.050,00	161.238,05
PROGRAMA HABITAR BRASIL / BID	0,91	0,00	0,91
PROGRAMA NACIONAL D ALIMENTACAO - PNAC	(101.505,01)	0,00	(101.505,01)
PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE - PACII - CEF	1.525.333,76	221.167,04	1.304.166,72
Rec. PNATE / FNDE / Transp. Escolar	28.311,41	0,00	28.311,41
Recursos da CIDE	11.971,44	17.823,71	(5.852,27)
Recurso Gov. Estado - FUNCULTURAL - FMCTUR	(8.656,87)	0,00	(8.656,87)

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Recurso Próprio - Saúde	584.609,24	323.746,96	260.862,28
RECURSOS CONVÊNIOS MS/SUS - COPAC	1.127.405,79	1.631,72	1.125.774,07
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	3.616.625,40	446.882,09	3.169.743,31
Recursos PETROBRAS S/A	4.318,76	0,00	4.318,76
Termo Compr. PAC II-03102/2012 -Pró-Inf./FNDE/MEC	2.666.625,35	0,00	2.666.625,35
TRANS. SUS (SÃO PEDRO DE ALCANTARA)	18.602,59	0,00	18.602,59
Transf.Gov. Fed.Minist. Integr.Nacional	1.267.117,41	337.881,05	929.236,36
Transferência Estadual - ESF SES	335.318,73	145.260,39	190.058,34
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	(90.647,86)	374,50	(91.022,36)
VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - 40 %	(29.610.274,72)	585.132,80	(30.195.407,52)
VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FMS-MS	133.012,33	0,00	133.012,33
VIGILANCIA SANITÁRIA ESTADUAL - FMS	9.546,75	0,00	9.546,75
Vinculado - DDO	16.613.422,05	(4.246.839,21)	20.860.261,26
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	68.018.270,77	9.053.238,94	58.965.031,83
Alienação de Bens Móveis Imóveis	212.237,81	597.948,14	(385.710,33)
CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA - FMS - CEO -	62.378,32	547,50	61.830,82
CONV. MS - PROGR. GESTÕES/PRÁTICAS/MODERNIZAÇÃO	287.149,60	0,00	287.149,60
DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.956.085,89	6.379,13	1.949.706,76
FARMÁCIA ESTADUAL - FMS	24.358,40	186.443,00	(162.084,60)
FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL FMS - ESTADO	21.877,04	1.763,63	20.113,41
FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.561,16	0,00	2.561,16
MAC - FMS - MS	1.725.227,10	783.817,75	941.409,35
Ministério de Turismo	(46.431,22)	865,95	(47.297,17)
PPI - FMS - ECD - MS	1.699.440,21	64.338,43	1.635.101,78
PSF - FMS - MS	833.555,65	0,00	833.555,65
Recursos Ordinarios	(7.828.575,10)	467.439,74	(8.296.014,84)
RECURSOS DO TESOURO - ORCAMENTO MUNICIPAL	12.750.349,87	243.613,08	12.506.736,79
RECURSOS ORDINARIOS	117.864.908,69	(11.386.103,35)	129.251.012,04
RECURSOS ORDINARIOS - EDUCACAO	(108.019.567,57)	29.583.144,54	(137.602.712,11)
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	(1.237.421,10)	(6.791.269,58)	5.553.848,48
RECURSOS ORDINARIOS - SAUDE	(887.839,81)	1.612.902,31	(2.500.742,12)
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADOS	(3.159,37)	0,00	(3.159,37)
Serviços de Atendimentos Móvel - SAMU - FMS -MS	308.094,16	61.697,61	246.396,55
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	92.643,56	(92.643,56)
Venda de Títulos / Ações	89.383,55	0,00	89.383,55
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	19.814.613,28	15.526.171,44	4.288.441,84
TOTAL (III) = (I + II)	87.832.884,05	24.579.410,38	63.253.473,67
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	123.101.734,98	219.829,16	122.881.905,82

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita MunicipalANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de FinançasGUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAXA LÍQUIDA DENTRE DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
129 - Honorários Advogados	1.412,18	536,50	35.405,00	13.560,86	327.615,26	0,00
150 - LEI ROUANET	0,00	0,00	0,00	0,00	(42.815,69)	0,00
152 - Ministério Público / Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	(146.354,01)	0,00
16 - MINISTÉRIO M. AMBIENTE / SRH	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.970,00)	0,00
16 - MINISTÉRIO M. AMBIENTE/ SRH	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.970,00)	0,00
16 - MINISTÉRIO M. AMBIENTE/ SRH	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.970,00)	0,00
16 - MINISTÉRIO M. AMBIENTE/ SRH	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.970,00)	0,00
22 - FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	161.753,87	0,00
22 - FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.940,00	0,00	628,00	7.116,52	161.753,87	0,00
22 - FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	161.753,87	0,00
23 - FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	315,68	13,27	0,00	138.424,85	1.902.160,64	0,00
23 - FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	1.902.160,64	0,00
98 - VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - 60 %	0,00	3.035.990,14	0,00	257,46	23.637.993,14	0,00
Caixa Econômica - R 143	0,00	0,00	0,00	0,00	(225.235,24)	0,00
CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	886,60	177.132,13	5.842,61	1.651.165,94	5.407.249,04	0,00
CONTRIBUCOES DE PATROCINIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.073,30	0,00
Conv.No.7982/04-D-Gov. Est.Sec.Desenv.Reg.	0,00	0,00	0,00	150.257,60	133.529,08	0,00
CONV. COM GOV. DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	6,03	0,00
CONV. EQUIP. MAT. PERMANENTE - MS	0,00	46.228,30	0,00	152.044,20	729.773,77	0,00
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR001913	0,00	2.177.411,33	0,00	0,00	(2.203.997,65)	0,00
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR001930	0,00	0,00	0,00	289.234,45	44.908,46	0,00
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR002061	0,00	151.816,90	0,00	0,00	(103.471,79)	0,00
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR002062	0,00	0,00	0,00	35.613,54	36.635,54	0,00
CONV. GOV. EST. SDR 2014TR002063	0,00	0,00	0,00	516.561,42	309.960,02	0,00
Conv. Gov. Estado - CASAN	0,00	0,00	59.462,36	663.622,01	1.846.378,67	0,00
Conv. Gov. Estado - FUNDAM	0,00	0,00	0,00	4.007.897,44	1.485.879,19	0,00
Conv. Gov. Federal - SENASP/MJ	0,00	0,00	0,00	0,00	(81.628,03)	0,00
Conv.703891/2010 - FNDE - PROINFÂNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	20.445,11	0,00
CONVÊNIO C/ MULTAS DE TRÂNSITO	0,20	19.920,66	76.477,13	742.751,55	1.110.149,70	0,00
CONVÊNIO CASAN 682/2014	0,00	184.272,33	0,00	108.500,57	(187.716,14)	0,00
CONVÊNIO MEC / FNDE	0,00	0,00	0,00	1.136.316,28	735.674,77	0,00
CONVÊNIO N 964/98 - FAE/PNAE- Merenda El	0,00	74.709,45	0,00	1.053.576,75	1.304.922,53	0,00
Convênio nº 816583/06 - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	0,00
CONVÊNIO. MS-CAPS	0,00	0,00	0,00	0,00	126.652,15	0,00
CONVÊNIO MS - UPA	0,00	0,00	0,00	0,00	2.284.213,51	0,00
COSIP	0,00	0,00	7,54	2.395.739,18	4.533.836,34	0,00
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	645.988,93	0,00
DST/AIDS - FMS -MS	0,00	31.694,60	0,00	95.469,28	(83.436,83)	0,00
FARMÁCIA BÁSICA - FMS -MS	0,00	782.285,24	0,00	360.894,10	(399.464,68)	0,00
FUMFEBOM LEI 2.353/91	2.796,50	89.830,55	62.691,82	174.769,36	1.427.985,59	0,00
FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	6.794,71	0,00
FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229.929,30	0,00
FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.250,00	0,00	9.829,79	0,00	1.229.929,30	0,00
IPHAN / Minist. Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	(261,79)	0,00

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Ministério da Cidade - CEF	0,00	0,00	0,00	0,00	1.813.841,27	0,00
Multas - Defesa Consumidor	0,00	0,00	0,00	0,00	502,15	0,00
OGU / PAC - Governo Federal	0,00	0,00	1.451.555,73	1.622.137,52	6.934.831,87	0,00
Operação de Crédito BID / PNAFM	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.755,22	0,00
OUTRAS TRANS. ESTADUAIS	0,00	0,00	0,00	48.320,00	264.003,82	0,00
OUTRAS TRANSF. GOV. FEDERAL	4.901,26	0,00	0,00	0,00	151.971,88	0,00
OUTRAS TRANSF. GOVERNO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	14.830,00	(197.528,13)	0,00
Outras Transf de Conv.da União	0,00	0,00	184.789,11	0,00	20.032,60	0,00
Outras Transferências Federais	0,00	0,00	0,00	861.663,02	672.114,11	0,00
PAB FIXO - FMS	0,00	244.807,44	0,00	500.222,34	1.711.398,52	0,00
PACS - FMS-MS	0,00	0,00	0,00	0,00	(54.363,06)	0,00
Parceria Público Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
PRODUÇÃO / CEOI - FMS-MS	0,00	1.050,00	0,00	180,02	161.238,05	0,00
PROGRAMA HABITAR BRASIL / BID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00
PROGRAMA HABITAR BRASIL/ BID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00
PROGRAMA NACIONAL D ALIMENTACAO - P	0,00	0,00	0,00	0,00	(101.505,01)	0,00
PROGRAMA PRO-TRANSPORTE - PACII - CE	0,00	80.351,04	0,00	0,00	1.304.166,72	0,00
Rec. PNATE / FNDE / Transp. Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	28.311,41	0,00
Recursos da CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.852,27)	0,00
Recurso Gov. Estado - FUNCULTURAL - FMCII	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.658,87)	0,00
Recurso Próprio - Saúde	0,00	41.257,63	0,00	56.784,90	260.862,28	0,00
RECURSOS CONVÊNIOS MS/SUS - COPAC	0,00	1.245,01	0,00	2.600,00	1.125.774,07	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS M	9.736,42	388.013,98	18.226,25	5.035.796,32	3.169.743,31	0,00
Recursos PETROBRAS S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	4.318,76	0,00
Termo Compr. PAC II-03102/2012 - Pro-Inf./FNC	0,00	0,00	0,00	1.977.022,18	2.666.625,35	0,00
TRANS. SUS (SÃO PEDRO DE ALCANTARA	0,00	0,00	0,00	0,00	18.602,59	0,00
Transf Gov. Fed.Minist. Integr.Nacional	0,00	0,00	57.222,16	0,00	929.236,36	0,00
Transferência Estadual - ESF SES	0,00	0,00	0,00	0,00	190.058,34	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	450,00	(91.022,36)	0,00
VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - 40 %	0,00	497.846,27	0,00	146.419,16	(30.195.407,52)	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FMS-MS	0,00	0,00	0,00	0,00	133.012,33	0,00
VIGILANCIA SANITÁRIA ESTADUAL - FMS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.546,75	0,00
Vinculado - DDO	0,00	0,00	0,00	0,00	20.860.261,26	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	25.238,84	8.026.412,77	1.962.137,50	23.961.196,82	62.306.720,42	0,00
Alienação de Bens Móveis Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	(385.710,33)	0,00
CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	0,00	547,50	0,00	765,60	61.830,82	0,00
CONV. MS - Progr. GESTÕES/PRÁTICAS/IN	0,00	0,00	0,00	0,00	287.149,60	0,00
DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.661,73	59,52	546,93	2.282,12	1.949.706,76	0,00
FARMÁCIA ESTADUAL - FMS	0,00	186.443,00	0,00	6.385,41	(162.084,60)	0,00
FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL FMS - EST.	0,00	0,00	0,00	18.951,50	20.113,41	0,00
FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.561,16	0,00
FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	569.623,50	0,00	0,00	2.561,16	0,00
MAC - FMS - MS	0,00	0,00	0,00	1.797.719,32	941.409,35	0,00
Ministério de Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	(47.297,17)	0,00

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
PPI - FMS - ECD - MS	0,00	50.906,48	0,00	73.857,41	1.635.101,78	0,00	
PSF - FMS - MS	0,00	0,00	0,00	0,00	833.555,65	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	198.846,97	0,00	1.641.654,05	(8.296.014,84)	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - ORÇAMENTO M	0,00	0,00	221.383,54	0,00	12.506.736,79	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS	33.118,12	5.259.318,20	1.336.140,15	16.840.830,64	129.251.012,04	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - EDUCACAO	216.281,12	1.359.066,15	86.278,76	4.922.108,04	(137.602.712,11)	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS M	333,61	0,00	141,78	0,00	5.553.848,48	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS - SAUDE	0,00	719.918,25	0,00	2.201.074,68	(2.500.742,12)	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.159,37)	0,00	
Serviços de Atendimento Móvel - SAMU - FMS	0,00	58.271,12	0,00	86.129,30	246.396,55	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARI	0,00	0,00	0,00	0,00	(92.643,56)	0,00	
Venda de Títulos / Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	89.383,55	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	253.394,58	8.403.000,69	1.644.491,16	27.591.758,07	4.291.003,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	278.633,42	16.429.413,46	3.606.628,66	51.552.956,89	66.597.723,42	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	2.961,31	128.652,52	0,00	4.510,00	0,00	0,00
---	----------	------------	------	----------	------	------

Fonte:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

MUNICÍPIO DE SAO JOSE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	218.513.530,23	51,27
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	255.737.927,95	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	242.951.031,55	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-29.089.579,12	-6,82
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	511.475.855,90	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	93.770.573,58	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	5.771.425,48	1,35
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	68.196.780,79	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	29.836.091,59	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	51.557.466,89	66.597.723,42

FONTE:

SAO JOSE , 15/09/2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

São José do Cedro

PREFEITURA

Extrato Anulação PR-90

Anulação de Processo Licitatório
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº90/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, torna publico que fica anulado o Processo Licitatório nº 90/2014, Edital de Pregão Nº 90/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada e habilitada para fins de prestação de serviço de manutenção no sistema de iluminação pública, das ruas, avenidas e logradouros do município, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto. A comissão de licitações, após suspensão do presente pregão presencial conforme consta na Ata N.1/2014, transcrita dia 10/09/2014 na seção pública, onde foi realizado o credenciamento dos representantes das proponentes, decidiu, por ANULAR o presente processo licitatório devido a exigências no edital que infringem as regras legais e restringem a participação de um maior número de empresas. Desta forma, o presente processo fica por meio deste anulado. A anulação é justificável e esta prevista no item 19.1 do presente edital. Maiores informações maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

Extrato Anulação PR-96

Anulação de Processo Licitatório
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº96/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, torna publico que fica anulado o Processo Licitatório nº 96/2014, Edital de Pregão Nº 96/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de assessoria tributária e fiscal para a execução de serviços de levantamento, identificação e revisão de débitos e outros benefícios tributários, conforme objeto discriminado no anexo I deste edital. A comissão de licitações, recebeu alguns questionamentos informais de alguns proponentes, sendo via e-mail e por telefone, frente a exigências do edital, e realizou nova análise do edital, onde constatou que o edital possui exigências que infringem as regras legais e restringem a participação de um maior número de empresas. Frente a isso, e outros fatores orçamentários, o presente processo fica por meio deste anulado. A anulação é justificável e esta prevista no item 19.1 do presente edital. Maiores informações maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.946, de 12 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.946, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
Altera o Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigo 55, inciso VII e;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pela candidata Nathália Rigo-ni, aprovada no Concurso Público nº 001/2013, para o cargo de Odontólogo;

CONSIDERANDO a previsão do subitem 14.5, do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, do Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de setembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.946, de 12 de setembro de 2014.

"ANEXO I

(Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014)

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

Odontólogo 40hs						
Classificação	Matrícula	Nome	RG		Objetiva	Nota Final
1	0086780	ROGER LUFT	3894043		76,00	76,00
2	0085954	ANDRÉIA KARIN LOVERA	49019279		76,00	76,00
3	0085950	DUANA ALBERTON	95907105		76,00	76,00
4	0085619	THIAGO LUDOVICO CAVINATO	4708784719		75,00	75,00
5	0086858	ANA LUIZA TELLES DE RAMOS	88513665		75,00	75,00
6	0087154	CAMILA POHL-MANN	4632867		73,00	73,00
7	0085572	RENAN CARLOS DE Rê SILVEIRA	39837505		67,00	67,00
8	0085852	DÉBORA ÂNGELA ROSSATO	5092476		66,00	66,00
9	0085620	RODRIGO DOMINGOS DE LIMA	4640773436		63,00	63,00
10	0086184	LEONARDO DAL MORO MAITO	6058300151		62,00	62,00
11	0086339	BRUNA HELENA DE CAMPOS	4552765		62,00	62,00
12	0087242	MATHEUS DALMÉDICO IORIS	3878467		62,00	62,00
13	0085515	LUIZ HENRIQUE ROSSO	4283035		60,00	60,00
14	0086822	NATHÁLIA RIGONI	4303761		77,00	77,00

..... ". (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.948, de 15 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.948, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 14, da Lei Municipal nº 2.164, de 21 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros, a seguir relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMDEC, do Município de São Lourenço do Oeste, da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes do governo municipal, composto pelos seguintes órgãos:

a) Gabinete do Prefeito:

1. titular: Caroline Eidt;
2. suplente: Márcia Coan Janceski.

b) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

1. titular: Marli Hentges;
2. suplente: Ediane Terezinha Gobatto Brunetto.

c) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

1. titular: Alexsandro Mezzomo;
2. suplente: Aline Raquel Dreher.

d) Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura:

1. titular: Elaine Regina Baggio;
2. suplente: Idalino Bampi.

e) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. titular: André Augustinho Guette;
2. suplente: Leandro Pedroso.

f) Secretaria Municipal de Saúde:

1. titular: Gilberto da Silva;
2. suplente: Rafael Geremias.

II - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores:

1. titular: Éderson Hermann;
2. suplente: Juliana Novais Meneguetti.

III - 01 (um) representante da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina:

1. titular: Volmir Pinto de Oliveira;
2. suplente: Nelson T. Hayashi.

IV - 01 (um) representante da CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina:

1. titular: Milton Kasper;
2. suplente: Diogo Antônio Deoti.

V - 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar:

1. titular: Rangel Kehl;
2. suplente: Adelino da Silva de Jesus.

VI - 01 (um) representante da Polícia Militar:

1. titular: Avelino dos Santos;
2. suplente: Jacinto Luiz Rambo.

VII - 01 (um) representante da Polícia Civil:

1. titular: Neilan Aurélio Canabarro;
2. suplente: Marcelo Piterello.

VIII - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional:

1. titular: Giovani Ângelo Tavela;
2. suplente: Valdir Ariati.

IX - 02 (dois) representantes de órgãos não governamentais:

1. titular: Rejane Raolino;
2. suplente: Maria Elisa Rieper;
3. titular: Giovani Ecker;
4. suplente: Debora Janczeski.

Art. 2º Fica nomeado o Senhor Alexsandro Mezzomo para presidir o COMDEC, nos termos do art. 16 da Lei Municipal nº 2.164, de 21 de maio de 2014, a quem cabe convocar, dirigir e organizar as atividades do conselho.

Art. 3º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, do Município de São Lourenço do Oeste tem a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

Art. 4º A posse dos membros do COMDEC será realizada perante o Prefeito Municipal ou seu representante.

Art. 6º Caberá ao COMDEC eleger, anualmente, entre seus pares, na primeira sessão ordinária do ano, o Vice-Presidente e o Secretário.

Paragrafo único. Os membros do conselho somente deixarão o exercício de seus mandatos no dia da posse de seus sucessores.

Art. 6º Os membros do Conselho terão mandato com duração de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução por iguais períodos sucessivos, mediante confirmação do órgão que representam.

Art. 7º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do COMDEC não serão remunerados.

Art. 8º O Conselho deverá cumprir com as demais disposições previstas na Lei Municipal nº 2.164, de 21 de maio de 2014 e no Decreto nº 4.893, de 26 de junho de 2014.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 120/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 120/2014 - Pregão Presencial Nº 078/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE FILTRAGEM E PURIFICAÇÃO PARA FILTROS JÁ EXISTENTES NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

FORNECEDOR: LIBÓRIO SCHABARUM 19517351968 - CNPJ: 18.182.652/0001-50.

VALOR: R\$ 24.540,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

TOTAL: R\$ 24.540,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 15/09/2014.

VIGÊNCIA: 15/09/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº136/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº136/2014
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

10.01.18.541.6-2030- Funcionamento e Manutenção do Meio Ambiente R\$18.750,00
Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$8.750,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$18.750,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO, inscrita no CPF sob nº. 075.219.699-52, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 24 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GREICE MAIARA DENKER, inscrita no CPF sob nº. 044.374.689-37, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PSICOPEDAGOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 24 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ, inscrita no CPF sob nº. 036.310.559-00, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 24 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FATIMA ROSA FRANCO, inscrita no CPF sob nº. 306.571.918-50, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 24 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**Portaria Nº 5.713/2014, de 12 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.713/2014, de 12 de setembro de 2014.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Educação, cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio de ofício nº 199/2014 - SECEL, datado de 26 de agosto de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Professor B na disciplina específica de Língua Estrangeira - Inglês para atuar na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva;

Considerando que a vaga é para substituição da professora Mérlin Aline Raasch Steffens que entrou em licença maternidade em 12 de agosto de 2014;

Considerando que no Processo Seletivo nº 003/2014 foi disponibilizada vaga, mas não houve candidatos inscritos.

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Considerando que os profissionais da Educação do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos alunos conforme Lei Federal 9394/96.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Alicia Flora Buttner para exercer o cargo de Professor B na disciplina específica Língua Estrangeira - Inglês, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**Portaria Nº 5.714/2014, de 12 de Setembro de 2014.**PORTARIA Nº 5.714/2014, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 007/2014, de 12 de setembro de 2014, os servidores Senhores Milton Trapp Junior, Tiago Rafael Muchalski Petry e Natália Kersten Brummüller, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de sindicância, destinada a apurar

os fatos narrados através do Ofício nº26/2014-SMS, através do qual a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social relata o comportamento laboral do servidor Fernando Claiton Santana, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.715/2014, de 12 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.715/2014, de 12 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Lucelia Rhoden, com efeitos retroativos 04/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.042/2014

LEI Nº2.042/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ABAFAVI - ASSOCIAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS DO VALE DO ITAJAÍ.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ABAFAVI - Associação de Bandas e Fanfarras do Vale do Itajaí, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para contribuir com o desenvolvimento social do Município Schroeder, em especial para o X Campeonato Estadual de Bandas a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de setembro no Complexo Esportivo Municipal.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará a entidade, o valor global de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), em 2 parcelas iguais e sucessivas de R\$20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse da primeira parcela ocorrerá no mês de setembro de 2014.

§ 3º O repasse da segunda parcela está condicionado à Prestação de Contas do Referido evento.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 12 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.043/2014

LEI Nº2.043/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PARA AUTORIZAR COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA ESPONTÂNEA EM FATURA DE ÁGUA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder - Bombeiros Voluntários para autorizar a Cobrança de Contribuição Financeira Espontânea em Fatura de Água, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria no fornecimento e na qualidade de atendimento dos serviços prestados por essa

Instituição no Município de Schroeder.

§ 1º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de agosto de 2019.

§ 2º As obrigações recíprocas entre os partícipes estarão detalhadas no Termo de Convênio (Anexo I).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO Nº XXXXX/2014, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - SC BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA EXPONÂNEA EM FATURA DE ÁGUA

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER/ ÁGUAS DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Centro, nesta cidade de Schroeder - SC, neste ato representado pelo Senhor OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, o ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.950.917/0001-00, com endereço na Rua Blumenau, 242, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor CARLOS ALBERTO GRANADO DIAS, de ora em diante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS / CONVENIADA, celebram o presente DE CONVÊNIO com fulcro na LEI Nº XXX /2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente convenio, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER assume o encargo de arrecadar a contribuição financeira espontânea que seus consumidores queiram destinar à conveniada, nos termos da autorização previamente assinada.

CLÁUSULA SEGUNDA

A arrecadação de que trata a CLAÚSULA PRIMEIRA será feita através das faturas de Água, cujo valor será devidamente discriminado na composição da fatura, ficando o MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER desobrigada da arrecadação das contribuições dos consumidores, que, por qualquer razão, não efetuarem o pagamento ou que pedirem a retirada da contribuição de suas faturas de água.

CLÁUSULA TERCEIRA

Competira exclusivamente à CONVENIADA a solução, junto aos contribuintes, de todos os questionamentos administrativos ou judiciais decorrentes do lançamento da contribuição objeto deste convênio, bem como a devolução das importâncias cobradas indevidamente.

CLÁUSULA QUARTA

Somente será efetivada a cobrança da contribuição do consumidor (TITULAR DA CONTA), após a concordância escrita, através do preenchimento e assinatura de autorização, conforme modelo anexo.

CLÁUSULA QUINTA

§ 1º A qualquer tempo, o consumidor poderá cancelar a contribuição mediante a solicitação à MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER.

§ 2º A exclusão do contribuinte se dará sempre no faturamento seguinte à solicitação de exclusão.

§ 3º Caso o MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER tenha que emitir outra fatura de energia elétrica, motivada por exclusão da contribuição da fatura do consumidor, conforme descrito no parágrafo primeiro, à CONVENIADA pagará ao MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER, por ocasião do encontro de contas, o valor unitário equivalente ao custo de uma segunda via de fatura.

CLÁUSULA QUINTA

O montante dos valores decorrentes da contribuição financeira espontânea será contabilizado pela MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER, em conta específica, obrigando-se está a fornecer à CONVENIADA, a partir do dia 20 do mês subsequente à arrecadação, um demonstrativo contendo o montante dos valores arrecadados, juntamente como o comprovante de depósito bancário no valor do saldo.

CLÁUSULA SEXTA

O produto da arrecadação destina-se prioritariamente a manutenção das atividades da ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER-SC / BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, e serão repassados à CONVENIADA através de depósito, na conta bancária nº 7422-5, da Agência nº 5410-0 do Banco do Brasil/Schroeder.

CLÁUSULA SÉTIMA

Competirá à CONVENIADA, promover, junto aos consumidores do MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER, as campanhas de contribuição, ficando o MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER com a responsabilidade de instrumentar a arrecadação.

CLÁUSULA OITAVA

Os serviços de lançamento, arrecadação e controle serão executados pelo MUNICÍPIO DE SCHROEDER / ÁGUAS DE SCHROEDER.

CLÁUSULA NONA

A manutenção deste convênio está vinculada à arrecadação de, no mínimo, R\$200,00 (duzentos reais) mensais em favor da CONVENIADA. No caso de não ser atingido o valor mínimo, depois de decorrido o período de carência de seis meses, o CONVÊNIO poderá ser rescindido, respeitando o disposto na cláusula décima primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA

O prazo de duração do presente convênio é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo, entretanto, ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo, sem ônus, desde que manifestada tal disposição, por escrito, com 30 (trinta) dias de

antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os partícipes elegem o foro da Comarca de Guaramirim, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente convênio.

E por estarem de pleno acordo, os partícipes assinam o presente Convênio em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para que produzam efeitos legais.

Schroeder, xxx de xxxxxxxxxxxx de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO GRANADO DIAS

Presidente da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder - Bombeiros Voluntários

Testemunhas:

Fernando Rodrigo Rosa Procurador Municipal OAB: SC 35.462	José Antonio Lourenço Diretor de Convênios CPF: 789.436.559-91
---	--

Lei Nº 2.044/2014

LEI Nº.2.044/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$17.500,63 (DEZESSETE MIL QUINHENTOS REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$17.500,63 (dezessete mil quinhentos reais e sessenta e três centavos), como segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 - CHEFIA DE GABINETE			
06.182.3014.2.347 - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS SCHROEDER			
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	17.500,63

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 - CHEFIA DE GABINETE			
06.182.3014.2.346 - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL			
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	17.500,63

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Nº. 184/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 184/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 76/2014-PMS
Processo nº. 172/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLINICA BARÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.759.542/0001-30, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº. 200, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 29.251-400.

Objeto: Constitui o presente contrato a consulta com Médico especialista em Neurologia para servidor da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Consulta médica com especialista em neurologia	01	Unidade	200,00	200,00
TOTAL R\$					200,00

Valor do contrato: R\$ 200,00 (duzentos reais).

Data da Assinatura: 15/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 185/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 185/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 77/2014-PMS
Processo nº. 173/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.351.877/0001-52, estabelecida na Rua Itapau-na, nº 2434, Vila Andrade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.707-001.

Objeto: Constitui o presente contrato a hospedagem de 200 contas de emails com 5gb do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Hospedagem de 200 contas de emails com 5GB cada do Município de Schroeder pelo período de 6 meses.	01	UNIDADE	1.111,50	1.111,50
TOTAL R\$					1.111,50

Valor do contrato: R\$ 1.111,50 (um mil cento e onze reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 15/09/2014 - Vigência: 15/03/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANA ALMEIDA TAVARES MANICA, inscrita no CPF sob nº. 053.334.809-90, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de NUTRICIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.8.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. THIAGO DE AZEVEDO SUBTIL, inscrito no CPF sob nº. 024.236.669-42, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/

NASF, para o cargo de FARMACÊUTICO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.8.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Decreto Nº 3.081/2014, de 15 Setembro de 2014

DECRETO No 3.081/2014, DE 15 SETEMBRO DE 2014

ALTERA O ANEXO I DO DECRETO N.º 1.941/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação dos custos tarifários referentes ao fornecimento de água potável, disponibilizados à população por meio da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, no que é pertinente ao sistema de abastecimento de água potável, diante da necessidade de novos investimentos no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

Considerando que a autorização para o respectivo reajuste foi concedida pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, órgão regulador ao qual se vincula o Município de Schroeder, no que é pertinente aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio da Deliberação n.º 015/2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC (Edição n.º 156);

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I do Decreto n.º 1.941/2009, de 5 de março de 2009, passa a vigorar com a redação prevista no Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. A alteração prevista no caput atinge somente o Item 1 do referido Anexo, que trata do custo dos serviços prestados, não atingindo o valor devido pelos serviços referentes à distribuição de água potável e coleta de esgoto sanitário.

Art. 2º O reajuste tarifário será de 6,33% com base no INPC, compreendido no período de junho de 2013 A AGOSTO 2014, conforme autorizado pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, surtindo efeitos a partir de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do mesmo no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

VALDEMAR DOS SANTOS
Diretor de Saneamento

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças
ANEXO I
1. TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

Categoria/Tipo Tarifário	Faixas (m³)	Valor (R\$ por m³)	% Esgoto
Residencial Normal	0 a 10	2,48	80%
Residencial Normal	11 a 25	4,35	80%
Residencial Normal	26 a 999999	6,05	80%
Comercial Normal	0 a 10	3,61	80%
Comercial Normal	11 a 999999	5,81	80%
Industrial Normal	0 a 10	3,61	80%
Industrial Normal	11 a 999999	5,81	80%
Público Normal	0 a 10	2,53	80%
Público Normal	11 a 999999	4,07	80%
Residencial Social	0 a 10	0,46	80%
Residencial Social	11 a 25	1,26	80%
Residencial Social	26 a 999999	6,05	80%

Observações:

1. A estrutura tarifária descrita neste anexo será cobrada nas contas com vencimento a partir de 15 de outubro de 2014;
 2. A tarifa referente à prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo.

3. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, etc. equiparam-se as de Categoria Comercial.

4. O consumo mínimo tarifado (franquia), por economia, aplicável a todas as categorias tarifárias, será de 10m³ (dez metros cúbicos) de água potável.

2. TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
24	AC - Emissão 2 Via de Fatura	2,20
3	AC - Taxa Entrega Fat. Via Correio	0,95
3007	LA - Inst. Nova Ligação não Residencial 1/2" e 3/4" c/Asf.	153,90
3005	LA - Inst. Nova Ligação não Residencial 1/2" e 3/4" s/Asf.	153,90
3019	LA - Instalação Nova Ligação não Residencial 1" c/Asf.	698,40
3017	LA - Instalação Nova Ligação não Residencial 1" s/Asf.	698,40
3011	LA - Instalação Nova Ligação Baixa Renda 1/2" e 3/4" c/Asf.	58,00
3009	LA - Instalação Nova Ligação Baixa Renda 1/2" e 3/4" s/Asf.	58,00
3003	LA - Instalação Nova Ligação Residencial 1/2" e 3/4" c/Asf.	153,90
3001	LA INSTALAÇÃO NOVA LIGAÇÃO RESIDENCIAL 1/2 E 3/4 SEM ASF.	153,90
3015	LA - Instalação Nova Ligação Residencial 1" c/Asf.	698,40
3013	LA - Instalação Nova Ligação Residencial 1" s/Asf.	698,40

3101	LA - Relig/Corte Cav.	19,90
3201	LA - Relig/Corte R.P.	57,10
1041	LA - Deslocamento Cavalete 1/2" e 3/4" P.U.	88,70
2041	LA Deslocamento do Ramal 1/2 e 3/4 s/ Asf P.U.	106,70
2043	LA - Deslocamento de Ramal 1/2" e 3/4" c/Asf. P.U.	106,70
1021	LA - Conserto Cavalete após Hidrômetro	13,90
3301	LA - Relig. RP. Corte Retirada Ramal/Cancelada	106,70
6001	FAT INSTALAÇÃO NOVA LIGAÇÃO RESIDENCIAL 1/2 E 3/4 SEM ASF.	153,90
5517	INF - Violação Corte Cavalete	75,00
6101	FAT - Relig/Corte Cav.	19,90
5513	INF - Violação de Lacre	75,00
5521	INF - Ligação Clandestina	300,24
1501	LA - Aferição de Hidrômetro P.U.	60,00

Termo Aditivo Nº. A42/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A42/2014 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.448.659/0001-30, estabelecida na Rua Ana Neri nº 457, Santana, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor David Alencar da Silva, inscrito no CPF sob o nº. 003.766.249-08 e Carteira de Identidade nº. 4.475.848-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 15/2014-PMS, celebrado em 13 de fevereiro de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2013-PMS, Processo nº. 233/2013-PMS, contratação de empresa especializada para execução de recuperação de fundação da Ponte Trindade do Município de Schroeder/SC, conforme projeto e memorial descritivo, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido feito pela contratada referente à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços em 31 de dezembro de 2014, considerando que em razão da contratada não conseguir contratar uma empresa que executasse as duas estacas raízes que contemplava o projeto inicial. Em virtude da paralisação da obra devido a identificação do projeto, diante desta dificuldade, foi feita alteração do projeto inicial agora com a cravação da estacas metálicas.

Considerando o que referendado contrato encontra-se em vigência até 31/12/2014, bem como artigo 57 e seus dispositivo legais da Lei Federal nº 8.666/93;

Considerando que o Termo Aditivo A11/2014 - PMS, findou-se em 12/08/2014, sendo que o mesmo trata de aditivo de prazo de execução.

Considerando o que preconiza o Artigo 55 da Lei de Procedimento Administrativo - Lei 9784/99:

Transcrevo:

"Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Ilmar Borges Filho, CREA-SC 051.856-6, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local" no item 2.1 e Cláusula Décima "das obrigações da empresa vencedora" no item 10.1.4 do contrato nº 15/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra em 31 de dezembro de 2014, retroagindo todos os efeitos do referido Aditivo até dia 12/08/2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 15/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de setembro de 2014.
CONTRATADA:

CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
David Alencar da Silva
CPF nº. 003.766.249-08
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

Extrato do Contrato Nº. 111/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 111/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 69/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº.

49/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.031.334/0001-85, estabelecida na Rua Vergueiro nº. 7213, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.273-200.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Seguro DETER para o veículo Boxer MET 0095, Peugeot; Boxer Jaedi Tur; ano 2008 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Seguro DETER para o veículo Boxer MET 0095, Peugeot; Boxer Jaedi Tur; ano 2008 da Secretaria de Saúde e Assistência Social.	01	Unidade	654,63	654,63
VALOR R\$ TOTAL					654,63

Valor do contrato: R\$ 654,63 (seiscentos cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

Data da Assinatura: 15/09/2014 - Vigência: 12 MESES

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5.716/2014, de 15 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.716/2014, de 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Jordana Prestini.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.717/2014, de 15 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.717/2014, de 15 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Odair Antonio Domingues, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CLAUDIO LUIS KONRAD, inscrito no CPF sob nº. 000.646.169-75, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 25 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. LUIS FERNANDO GRUENWALDT RIBEIRO, inscrita no CPF sob nº. 616.224.519-53, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 25 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 15 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

Anulação Pregão Presencial 19/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 19/2014 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 63/2014
Data do Processo: 31/07/2014

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em aferição de balanças das Unidades de Saúde e aquisição de peças para a balança do ESF 0001 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2014

Motivo: Devido a duas tentativas de abertura de licitação uma deserta e a segunda fracassada

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Dispensa 76/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 76/2014 - DL****Processo Nr.: 172/2014
Data: 15/09/2014**

Folha: 1/2

Fornecedor: CLINICA BARAO LTDA - ME

Código: 7146

Endereço: R BARAO DO RIO BRANCO,200 - SALAS 03 E 0

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 03.759.542/0001-30

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Consulta com Médico especialista em Neurologia para servidor da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Consulta médica com especialista em Neurologia	UN	200,00	200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Contratação de médico especialista em Neurologia, devido acidente de trabalho de Servidor. O mesmo necessita de consulta para apresentar os exames já realizados.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 76/2014 - DL**

Processo Nr.: 172/2014
Data: 15/09/2014

Folha: 2/2

12/09/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Setembro de 2014

Valor da Despesa: 200,00 (duzentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 77/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 77/2014 - DL**

Processo Nr.: 173/2014
Data: 15/09/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.
Endereço: R ITAPAIUNA,2434 -
Cidade: SAO PAULO - SP
CNPJ: 02.351.877/0001-52

Código: 10493**Inscrição Estadual:**

Objeto da Compra: Hospedagem de 200 contas de emails com 5gb do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Hospedagem de 200 contas de emails com 5GB cada do Município de Schroeder pelo período de 6 meses	UN	1.111,50	1.111,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Manter hospedagem de emails (@schroeder.sc.gov.br) através de estrutura própria demanda de altos investimentos em disponibilidade de energia, servidores, internet e suporte, as quais tornam o custo muito elevado. Terceirizando o serviço para empresas especializadas no assunto, o custo torna-se muito mais acessível. A Prefeitura já mantém o serviço terceirizado desde 2008, e no momento ainda é a solução mais favorável.

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 77/2014 - DL**

Processo Nr.: 173/2014
Data: 15/09/2014

Folha: 2/2

15/9/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

Valor da Despesa: 1.111,50 (um mil cento e onze reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Ata Tomada de Preços 10/2014-PMS (Sequência 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 148/2014 Data do Processo: 18/08/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 280m e área total de 2.800,00 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 792850/2013/MCIDADES/CAIXA, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e de

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 115/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 15 de Setembro de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 148/2014, Licitação nº 10/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se conforme determinado na ata nº 112/2014, sequência 01, de 05 de setembro de 2014. Sendo abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, com o valor de R\$ 298.986,81. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e do quadro comparativo as empresas participantes.

Participante: 11228 - CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 280m e área total de 2.800,00 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 792850/2013/MCIDADES/CAIXA, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.	UN	1,00		0,0000	298.986,81	298.986,81

Total do Participante -----> 298.986,81

Total Geral -----> 298.986,81

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 148/2014 Data do Processo: 18/08/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Quadro Comparativo Tomada de Preços 10/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 298.986,81

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 148/2014

Licitação.....: 10/2014 - TP

Modalidade....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 280m e área total de 2.800,00 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 792850/2013/MCIDADES/CAIXA, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e de

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 15004	- PAVIMENTAÇÃO RUA BLUMENAU - Unidade: UN						
11228	CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA		1,000	0,0000	298.986,8100	298.986,81	Venceu	1 *****
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	352.613,1100	352.613,11	Perdeu	2

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Gelson Stein -	- Membro
Leonice Engler Kafer -	- Membro
Cezar Santos de Jesus -	- Membro
Daniela Samulescki -	- Secretária
Eloir José Wendt -	- Membro Suplente
Walter Egidio Mukai -	- Membro Suplente

Dispensa 49/2014-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 49/2014 - DL**Processo Nr.: 69/2014**
Data: 15/09/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A**
Endereço: RUA VERGUEIRO, 7213
Cidade: São Paulo - SP
CNPJ: 85.031.334/0001-85

Código: 9876

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Seguro DETER para o veículo Boxer MET 0095, Peugeot; Boxer Jaedi Tur; ano 2008 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Seguro DETER para o veículo Boxer MET 0095, Peugeot; Boxer Jaedi Tur; ano 2008 da Secretaria de Saúde e Assistência Social	UN	654,63	654,63

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O Seguro DETER é obrigatório para que o referido veículo possa transitar com pacientes dentro do Estado de Santa Catarina. Justifico a dispensa e orçamento único, sendo que a seguradora Nobre do Brasil S/A é a única que atende as normas do DETER.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2014 - DL**

Processo Nr.: 69/2014
Data: 15/09/2014

Folha: 2/2

15/09/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

Valor da Despesa: 654,63 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Inexigibilidade 02/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2014 - IL**Processo Nr.: 174/2014
Data: 15/09/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: AMUSPE- ASSOCIAÇÃO. DOS MÚSICOS PROF. DE POMERODE

Código: 10412

Endereço: Rua XV de Novembro, nº. 2.219, Sala B

Cidade: Pomerode - SC

CNPJ: 07.453.253/0001-60

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE, representante de diversos Grupos Artísticos que se apresentarão nos seguintes dias: (02/10/14, 03/10/14 e 04/10/14 no Parque de Eventos Alfredo Pasold) - Evento aniversário de emancipação político-administrativa de Schroeder 50 anos- Schroederfest 2014.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Banda Estrela de Ouro	UN	2.300,00	2.300,00
2	1,00	Veteranos	UN	800,00	800,00
3	1,00	Sandro e Wilson	UN	2.000,00	2.000,00
4	1,00	Heimatmusikanten	UN	3.500,00	3.500,00
5	1,00	Tropical Band Show	UN	6.800,00	6.800,00
6	1,00	Cunibert	UN	1.600,00	1.600,00
7	1,00	Hausmusikanten	UN	3.000,00	3.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

"O município de Schroeder busca a contratação de Bandas para de apresentarem no evento festivo em comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa de do município de Schroeder. Esta iniciativa visa valorizar os munícipes, dando-lhe uma oportunidade de lazer e descontração.
Conforme Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
"

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 15 de Setembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2014 - IL**

Processo Nr.: 174/2014
Data: 15/09/2014

Folha: 2/2

09/09/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 9 de Setembro de 2014

Valor da Despesa: 20.000,00 (vinte mil reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 151/2014

DECRETO Nº 151/2014 DE 11 DE ABRIL DE 2014.

"HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 002/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado Edital nº. 002/2014.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica publicado a homologação do resultado final de classificação do Processo Seletivo simplificado Edital nº 002/2014, para os cargos de AGENTE EDUCATIVO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PROFESSOR DE SERIES INICIAIS, PROFESSOR DE ARTESANATO. Com a respectiva classificação:

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO / FUNÇÃO: AGENTE EDUCATIVO			
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
013	RAQUIELI DAIANE LOPES	6,70	Classificado
009	FRANCIELI VALMORBIDA	5,44	Classificado
007	ELISA PAULETTO	5,12	Classificado
012	HELENA PEREIRA JACOBSEN	5,12	Classificado
006	CLECIANA MARIA HASLINGER	3,52	Classificado
011	CRISTIANE GAMBA	3,20	Classificado
001	GABRIELA APARECIDA PRIOR OZELAME	-	Ausente
008	SIMONE DE OLIVEIRA	-	Ausente
018	MARIZA TOMAZELLI	-	Ausente

CARGO / FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
016	PATRICIA JAIVANE MEZZOMO DE SOUZA PINTO	5,76	Classificado
019	EJUCILIANE MARCIA JACOSKI FLECK	4,80	Classificado
005	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	4,80	Classificado

CARGO / FUNÇÃO: PROFESSOR DE SERIES INICIAIS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
020	ELAINE SALETE JUNG	4,16	Classificado
017	NILDA SALETE CUOCHINSKI	-	Ausente

CARGO / FUNÇÃO: PROFESSOR DE ARTESANATO

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
010	SOLANGE REINHEIMER	5,12	Classificado
004	VANUSA PRIOR	4,48	Classificado
021	PATRICIA CEREZOLLI	4,48	Classificado
003	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	4,16	Classificado
002	GABRIELA BARBARA MASONI	4,16	Classificado
014	DEISE NARA TALHEIMER PFEIFER	-	Ausente
015	MARISA ILENE PRIOR CEREJO	-	Ausente

Art. 2º. - A contratação se dará mediante processo de escolha de vaga, de acordo com o Edital de Chamamento 001/2014 que segue em anexo, e de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 15 de Setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2014

Edital de chamamento do quadro de vagas do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 conforme resultado final , divulgado no Decreto Nº 151/2014 de 16 de Setembro de 2014.

O prefeito de Serra Alta/SC, Srº Francisco Artur Both no uso de suas atribuições legais conforme lei 692 de 13 de abril de 2006. 1- ficam convocados todos os classificados do processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para a escolha de vagas .

Dia 18/09/2014

Horário 8:00 mim

Local - Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal Serra Alta

Portaria Nº 097/2014

PORTARIA Nº. 097/2014 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE DAIANE CRISTINA FREY MICHELS PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº. 055/2014 de 11/04/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	DAIANE CRISTINA FREY MICHELS
CPF:	040.543.229-13
RG:	4.160.823
CARGO:	PROFESSOR II
CARGA HORÁRIA:	10 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. “692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI- admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público”
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de necessidade de desenvolvimento de atividades de interesse público em vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	15/09/2014 a 14/12/2014.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbé do Sul**PREFEITURA****Decreto 163/2014**

DECRETO Nº 163, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais no dia 22 de Setembro (segunda-feira), em alusão ao Feriado Municipal do dia 23 de Setembro; Aniversário de Emancipação Político e Administrativa do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Fica excluído do Art. 1º, o Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 15 de setembro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Editais de Convocação Audiência Pública**EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública, para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Timbó do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

Considerando, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000);

Considerando, que a cada quadrimestre, O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais;

Resolve:

Art. 1º - Fica marcada para o dia 30/09/2014, audiência pública referente ao 2º Quadrimestre 2014.

§1º - A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal deste município às 09:00 horas.

§2º - Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciência do quanto determinado no § 4º do Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timbó do Sul/SC,
em 15/09/2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Timbó**PREFEITURA****Aviso Concorrência N.º 114 2014 PMT - Pavimentações**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 114/2014 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) dos serviços de pavimentação asfáltica, reperfilagem em corredores de serviços, implantação de ciclovias e recuperação estrutural de revestimento asfáltico, em ruas do Município de Timbó, que compreende os projetos relacionados ao Convênio n.º 2550/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó, Processo n.º SDR35 1572/2014, conforme especificações constantes dos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00in do dia 17 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 17 de outubro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 15/09/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Aviso Pregão Presencial Nº 100 2014 - Serviços de Pintura com Fornecimento de Material E Limpeza

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 100/2014 - PMT

OBJETO: prestação de serviços de pintura, com fornecimento de material e limpeza, destinada à manutenção da E.M. Erwin Prade. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 29 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 29 de setembro de 2014 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ (SC), 15/08/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 26 2014 FMS - Aquisição de Créditos Voip

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de créditos telefônicos (voip) destinados às unidades de saúde.

EMPRESA FORNECEDORA: TPA Telecomunicações Ltda - EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.200 (dezenove mil e duzentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/09/2015

Timbó, 15/09/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 90 2014 PMT- Serviços de Guincho

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munck, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender às necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Renato Schumann EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 321.900,00 (trezentos e vinte e um mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/09/2015

Timbó, 15/09/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2014.122 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/122

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: T.O Empreendimentos Imobiliários Ltda. - ME.

OBJETO: A locação de um imóvel (apartamento mobiliado) para moradia de profissional médico que encontra-se prestando serviços no município pelo programa federal "mais médicos".

VALOR: R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**Pregão Presencial Nº 05/2014**

Pregão Presencial nº 05/2014

Processo Licitatório: 13/2014

Sessão Pública do Pregão: 26/09/2014 às 9 horas.

Objeto: Aquisição de um projetor multimídia, acompanhado de acessórios como suporte para teto ou parede com prolongador, tela de projeção de 120 polegadas, suporte para a tela de projeção, cabos para conexão, com os serviços de instalação no auditório da Câmara; Um Relógio Digital de Parede indicado para Plenário com digital luminoso (números em vermelho), composto por 4 dígitos tipo LED, para fácil visualização a grandes distâncias, com instalação e Um Relógio Ponto Digital Biométrico, Homologado de acordo com a Portaria nº 1.510/2009 TEM, leitor biométrico (impressão digital) com alta velocidade de leitura e precisão. Mecanismo impressor térmico, com uso de bobinas, com instalação. Valor Estimado: R\$ 10.619,00

Local: Auditório da Câmara Municipal de Timbó, Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC).

Download do Edital:

<http://www.camaratimbo.sc.gov.br/licitacoes.php>

Os interessados poderão obter informações detalhadas sobre o certame na Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC) ou pelo telefone (47) 3382-2177, de segunda a sexta-feira, entre das 8h às 12h e das 13h às 7h.

Jorge Augusto Krüger

Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato 101/2014

EXTRATO DE CONTRATO 101/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: PRAX CONSTRUTORA E INCORPOADORA LTDA ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para reforma na parte danificada do telhado do Ginásio Gabriel Hausberger no município de Treze Tílias - SC, conforme memorial descritivo constante no Anexo I, integrante do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: TP 66/2014

VIGÊNCIA: 08/09/2014 - 08/10/2014;

VALOR ESTIMADO: 14.900,00 (Quatorze mil e novecentos reais)

DATA ASSINATURA: 08/09/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.2015.44.90.00.00.00.00.

TREZE TÍLIAS, 08 de Setembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL**Prova Objetiva - CC Nº 01/2014 - Cmtt**

Câmara de Vereadores de Treze Tílias

Concurso Público –

Candidato(a): _____

Treze Tílias, 14 de setembro de 2014

Caderno de Questões**Prova para o Cargo de Advogado**

Esta prova é composta de 30 questões, elaboradas de acordo com os conteúdos relacionados no Edital 001/2014, sendo observados os conhecimentos mencionados no Edital citado.

01 - Você está recebendo o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das **questões objetivas**, assim distribuídas:

Disciplina	Número de Questões	Peso Individual	Peso Total
Língua Portuguesa	05	0,4	2,0
Conhecimentos Gerais	05	0,4	2,0
Conhecimentos Específicos	20	0,3	6,0
Total	30		10,00

b) 01 cartão destinado às respostas das questões de múltipla escolha, sendo que o desenvolvimento e as respostas das questões deverão ser feitos à caneta esferográfica e dispostos nos espaços especificados no GABARITO.

02 - Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos fiscais responsáveis pela sala.

03 - Após a conferência de sua prova e gabarito, você deverá assinar o gabarito e preencher os espaços no local indicado com nome, número da inscrição e n.o do Registro Geral, utilizando caneta esferográfica, na folha de Identificação.

04 - No Cartão-Resposta, a marcação das letras correspondentes às respostas assinaladas por você para as questões de múltipla escolha (apenas uma resposta por questão) deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelo círculo que a envolve, de forma contínua e densa, a caneta esferográfica.

05 - Tenha muito cuidado com o Cartão-Resposta, para não dobrá-lo, amassá-lo, rasurá-lo ou manchá-lo. Qualquer rasura no cartão resposta anula a questão.

06 - Esta prova é individual. É vetada qualquer comunicação e troca de material entre os presentes, consultas a material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie, caso isso ocorra será recolhido o caderno de questões e gabarito e aplicadas as sanções previstas no Edital.

07 - As questões **não** estão apresentadas em ordem crescente de complexidade. Há questões de menor, média ou maior dificuldade, seja na parte inicial ou final da prova.

08 - Quando terminar, entregue a um dos fiscais responsáveis pela sala o Cartão-Resposta, a Ficha de Identificação e Caderno de Questões e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que o Caderno de Questões e Gabarito não serão entregues aos candidatos. Não haverá possibilidade de resgate dos mesmos, sem possibilidade de recurso. A prova será publicada em site mencionado no Edital, bem como gabarito.

09 - Você terá 03 horas e 30 minutos para responder às questões objetivas e preencher o Cartão-Resposta, bem como a prova de Redação (produção de textos). Findado o tempo, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar os CARTÕES-RESPOSTA, e o Caderno de Questões.

10- A prova terá início às 8h e término às 11 horas e 30 minutos.

11- O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas.

12- Você poderá copiar o gabarito em folha entregue especificamente pelos fiscais da prova.

13- Serão observadas as tratativas mencionadas no item 5 do Edital supracitado.

14- Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o cartão resposta/identificação ao mesmo tempo, e retirarem-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala e um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, o lacre dos envelopes, o verso de todos os cartões-respostas, a lista de presença e a Ata, na qual constarão as ocorrências relativas à prova.

Critérios de correção:

1. As questões têm seu valor estipulado em Edital.
2. Serão analisados todos os itens da questão, considerando-os certos ou errados, somente se todos estiverem de acordo com a solicitação do enunciado.
3. As questões terão sua pontuação máxima se satisfizerem na íntegra os quesitos solicitados no enunciado, não havendo possibilidade de acerto parcial.
4. Em caso de questões objetivas, alternativas erradas que forem assinaladas invalidam a questão.
5. Não serão consideradas as questões que apresentarem rasuras ou corretivo.
6. O(a) candidato(a) que for surpreendido com “cola” terá sua prova recolhida e receberá nota ZERO.
7. Interpretação faz parte da prova.

BOA PROVA.

Questão 1) Analise as proposições:

O poder constituinte derivado decorrente, assim como o reformador, por ser derivado do originário e por ele criado, possui natureza jurídica e encontra os seus parâmetros de manifestação nas regras estabelecidas pelo poder originário. Sua missão é estruturar a Constituição dos Estados-membros.

PORQUE

Segundo dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aos Estados-membros foi atribuída autonomia, manifestada pela capacidade de auto-organização (art. 25, caput); autogoverno (Arts. 27, 28 e 125, da CF que estabelecem regras para a estruturação dos “Poderes” Legislativo: Assembleia Legislativa; Executivo: Governador do Estado; e Judiciário: Tribunais e juízes) e autoadministração (Arts. 18 e 25 a 28 — regras de competência legislativas e não legislativas).

Analizando as proposições, pode-se concluir que

- (A) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) as duas afirmações são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (C) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (D) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (E) as duas afirmações são falsas.

Questão 2) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

II - condenação criminal.

III - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do Art. 5º, VIII.

IV - improbidade administrativa, nos termos do Art. 37, § 4º.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

Questão 3) Com base no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre a o Poder Legislativo Municipal, analise as assertivas a seguir:

I – Subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais.

II - Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

III - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.

IV - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

Questão 4) Acerca das normas estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, é correto afirmar que

- (A) a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão em período determinado por Lei Estadual.
- (B) a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão em período determinado por Lei Complementar Federal.
- (C) a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por meio de Lei Municipal de iniciativa exclusiva do Poder executivo, após plebiscito para consultar às populações dos Municípios envolvidos.
- (D) a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por meio de Lei Municipal, após estudo de viabilidade municipal e consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

(E) a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por meio de Lei Ordinária Federal, após estudo de viabilidade municipal e consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

Questão 5) De acordo com as disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre as política urbanas municipais, assinale a alternativa correta:

- (A) O plano diretor deverá ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
- (B) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com justa indenização em dinheiro, a ser paga em prazo não superior a 60 dias após a desapropriação.
- (D) Os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião, após 10 anos de posse mansa, pacífica e ininterrupta.
- (E) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Questão 6) Sobre o que Sistema Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir de acordo com as disposições contidas no Código Tributário Nacional:

- I - O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- II - A base do cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal do imóvel.
- III - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
- IV - Na determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, considera-se o valor dos bens móveis mantidos, em caráter

permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

Questão 7) Segundo o Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo que a prescrição se interrompe

- (A) pela citação pessoal feita ao devedor.
- (B) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (C) pela homologação do acordo em Juízo.
- (D) findo o prazo de embargos.
- (E) com o protocolo dos embargos à execução.

Questão 8) A Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) prevê ao responsável pelo ato de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, a suspensão dos direitos políticos pelo período de

- (A) cinco a oito anos.
- (B) três a cinco anos.
- (C) um a cinco anos.
- (D) oito a dez anos.
- (E) cinco a sete anos.

Questão 9) Acerca da licitação, conforme conteúdo da Lei n. 8.666/90, é correto afirmar que

- (A) tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(B) convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

(C) concurso é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

(D) as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididos em no máximo 6 parcelas, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

(E) é dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Questão 10) Conforme dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Município de Treze Tílias, Lei Complementar nº 040/2011 de 07/12/2011, estão entre os requisitos básicos para a investidura em cargo público:

I – Não possuir acúmulo de cargo ou emprego público.

II - condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica;

III - não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidade sofrida.

IV – possuir habilitação legal para o exercício do cargo.

É correto apenas o que se afirma em

(A) I, II e IV.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) I, II e III.

(E) II, III e IV.

Questão 11) Assinale a alternativa correta quanto à posse e ao exercício no cargo público, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Município de Treze Tílias, Lei Complementar nº 040/2011 de 07/12/2011:

- (A) A posse dar-se-á com a leitura do termo de posse, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.
- (B) No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, os documentos exigidos no edital para o ingresso no serviço público, comprovando a escolaridade exigida para o cargo.
- (C) A posse ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.
- (D) No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio.
- (E) No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, atestado médico que comprove sua condição de portador de necessidades especiais.

Questão 12) A reinvestidura do servidor estável concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens e reconhecimento dos direitos inerentes ao cargo. Segundo o texto do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Município de Treze Tílias, Lei Complementar nº 040/2011 de 07/12/2011, trata-se de

- (A) readaptação.
- (B) reversão.
- (C) reintegração.
- (D) recondução.
- (E) exercício.

Questão 13) Em conformidade com o disposto no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Treze Tílias: Resolução no 02/2012, de 03 Dezembro de 2012, julgue as assertivas a seguir:

I – Ocorrendo motivo relevante ou de força maior, a Câmara poderá por deliberação da Mesa Diretora, *ad referendum*, da maioria simples, reunir-se em outro local, notificando-se às autoridades e ao povo em geral.

II – No recinto do Plenário, somente serão permitidos atos estranhos às funções da Câmara de Vereadores se previamente agendados, oportunidades que não ser a permitida à fixação de símbolos no local.

III - A segurança do recinto da Câmara compete privativamente à Presidência e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

IV - A correspondência oficial da Câmara será feita por sua Secretaria, sob a responsabilidade da Mesa.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

Questão 14) Nos termos no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Treze Tílias, Resolução no 02/2012, de 03 Dezembro de 2012, a Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente em dois 02 (dois) períodos legislativos, para compor a Sessão Legislativa Anual no primeiro ano da Legislatura de

- (A) 02 de janeiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 30 de dezembro; nos demais anos de 01 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 30 de dezembro.
- (B) 10 de janeiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro; nos demais anos de 01 de fevereiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- (C) 1º de janeiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro; nos demais anos de 01 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- (D) 10 de janeiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 30 de dezembro; nos demais anos de 01 de fevereiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- (E) 02 de janeiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro; nos demais anos de 01 de fevereiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

Questão 15) As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum. **Sobre os blocos parlamentares, com fundamento no conforme especifica o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Treze Tílias: Resolução no 02/2012, de 03 Dezembro de 2012, é correto afirmar que**

- (A) as lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.
- (B) o bloco parlamentar deverá ser composto de menos de um sexto dos membros da Câmara.
- (C) havendo desligamento de Vereador de uma Bancada, com implicação de perda do quórum mínimo fixado para a composição do bloco, deverá as agremiações que compõe o bloco, indicar um sucessor na próxima sessão legislativa, sob pena de extinção do bloco.
- (D) constitui a maioria, o Partido ou Bloco Parlamentar, integrado pela maioria simples dos membros da Casa.
- (E) a agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Questão 16) No que se refere a composição da Mesa da Câmara, com base no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Treze Tílias: Resolução no 02/2012, de 03 Dezembro de 2012, julgue as assertivas a seguir:

- I - A Mesa é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara, eleito pelos vereadores para um mandato de 01(um) ano.
- II - A Mesa Diretora compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.
- III – Ausentes ou impedidos os Secretários, o Presidente convidará um dos Vereadores para assumir cargos de secretaria, durante a reunião.
- IV - A eleição da Mesa para o primeiro ano da legislatura far-se-á na primeira Sessão Ordinária que ocorrer após a Sessão Solene de instalação da Legislatura.

É correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

Questão 17) Acerca das competências privativa, comum e suplementar do município de Treze Tílias revistas na Lei Orgânica Municipal, **assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) É de competência privativa do Município a elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e o Orçamento Anual.
- (B) É de competência privativa dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais.
- (C) É de competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (D) É de competência suplementar proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (E) É de competência comum impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Questão 18) Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, é de competência exclusiva da Câmara de Vereadores

- (A) conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores.
- (B) autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder dez dias.
- (C) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- (D) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no território do Município.
- (E) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Questão 19) Sobre a Lei Orgânica do Município de Treze Tílias é correto afirmar que

- (A) poderá ser emendada mediante proposta e dois quintos, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (B) a proposta de emenda será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (C) a emenda da Lei Orgânica Municipal será promulgada pelo Prefeito Municipal.
- (D) a iniciativa de Emenda à Lei Orgânica do Município cabe a qualquer Vereador; comissão permanente da Câmara, ao Prefeito.

(E) a proposta de emenda será votada em dois turnos com interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Questão 20) A Lei Orgânica do Município de Treze Tílias determina que são de iniciativa exclusiva da mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre

(A) matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílio e subvenções.

(B) autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara Municipal.

(C) criação, estruturação e atribuições das secretarias, departamentos ou diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública.

(D) criação, transformação ou extinção de cargos, funções públicas na administração direta ou autárquica ou aumento de sua remuneração.

(E) servidores públicos do Poder Executivo, da administração indireta e autarquias, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias.

Questão 21) A Lei Orgânica do município de Treze Tílias prevê na Seção II - DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL, Inciso VIII do Artigo 27, a seguinte redação:

Art.27. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

(...)

VIII - tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

(...)

Em relação a estes preceitos, analise as afirmações que seguem:

- I. O parecer do tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara;
- II. Decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;
- III. No decurso do caso previsto na alínea anterior, as contas do Prefeito ficarão a disposição de qualquer contribuinte do Município, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;
- IV. Dar-se-á ao Prefeito, amplas condições de defesa;
- V. Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao ministério público para os fins de direito.

São verdadeiras somente as afirmações contidas nas proposições

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e V.

Questão 22) De acordo com as informações obtidas no Portal das Transferências, do site da Fecam, sobre o comportamento das finanças do município de Treze Tílias, conforme quadro abaixo:



Treze Tílias

Resumo das Transferências para o Município

Valores acumulados

TRANSFERÊNCIA	ATÉ 30/08/2013 (R\$)	ATÉ 30/08/2014 (R\$)	VARIACÃO
FPM	3.572.889,32	3.857.285,63	7,9 % ↑
IPI-Exp	84.004,72	97.973,25	16,6 % ↑
CIDE	737,74	1.493,78	102,4 % ↑
LC 87-96	23.374,32	20.693,34	-11,4 % ↓
FEX	0,00	34.823,01	0,0 %
ITR	164,30	18,13	-88,9 % ↓
ICMS	5.355.418,70	6.159.487,15	15,0 % ↑
PRODEC	185.429,86	69.671,19	-62,4 % ↓
FUNDEB	1.724.561,56	2.117.392,24	22,7 % ↑
IPVA	562.491,15	681.830,19	21,2 % ↑
FEP	49.824,56	43.309,20	-13,0 % ↓
CFEM	17.832,54	18.191,97	2,0 % ↑
AFM	0,00	111.609,25	0,0 %
Total	11.576.728,77	13.213.778,33	14,1 % ↑

Fonte: <http://receitas.fecam.org.br/municipio/274/Treze%20T%C3%ADlias>

Julgue as afirmativas que seguem:

- I. A principal fonte de receitas do município de Treze Tílias é oriunda do movimento econômico local.
- II. Para ambos os períodos, os valores repassados pelo governo federal relativos ao FPM e FUNDEB praticamente se equivalem aos do ICMS.
- III. Fica evidenciado, no quadro acima, que o crescimento das finanças do município são mais consistentes (em valores nominais), em relação às transferências estaduais do que federais.
- IV. O crescimento, no período, no IPVA e ICMS permite concluir que o município apresenta crescimento tanto no poder de consumo da sua população, quanto econômico local.

São verdadeiras somente as afirmações contidas nas proposições

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

Questão 23) Em 2013, o PNUD divulgou o IDHM para todos os municípios brasileiros, com base no Censo de 2010, onde o município de Treze Tílias aparece na 56ª posição no ranking nacional e na 14ª posição no ranking estadual.

A partir das tabelas de vulnerabilidade social e renda abaixo:

Vulnerabilidade Social - Treze Tílias - SC

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade Infantil	23,91	19,50	10,40
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	41,20	11,54
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	15,86	2,12	2,33
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	7,12	5,24
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,00	0,00	1,15
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	5,63	9,81	4,33
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	21,11	13,07
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	7,59	10,08	16,84
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	5,90	2,12	0,13
% de crianças extremamente pobres	25,60	13,91	0,41
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	64,36	37,67	10,76
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	44,71	29,57
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,00	2,63	0,13

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Renda, Pobreza e Desigualdade - Treze Tílias - SC

	1991	2000	2010
Renda per capita	368,72	633,62	1.471,95
% de extremamente pobres	18,17	6,48	0,32
% de pobres	34,42	15,75	3,36
Índice de Gini	0,56	0,55	0,62

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Treze Tílias

	1991	2000	2010
20% mais pobres	2,55	2,86	3,26
40% mais pobres	8,93	9,37	9,49
60% mais pobres	19,63	20,48	18,44
80% mais pobres	39,19	39,46	32,84
20% mais ricos	60,81	60,54	67,16

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Julgue as afirmativas que seguem:

- I. É possível observar uma melhora na renda per capita com o passar das décadas, o que também resultou na diminuição da pobreza e, o Índice de Gini, em tendo aumentado de 0,56 em 1991 para 0,62 em 2010 retrata que a disparidade na renda entre ricos e pobres diminuiu no município.
- II. Os indicadores de vulnerabilidade social em relação as crianças e jovens têm melhorado consideravelmente nas décadas pesquisadas, sendo que o índice que apresentou a melhora mais representativa entre uma década e outra foi a do % de crianças de 6 a 14 anos incluídas no atendimento escolar.
- III. Em 2010, pode-se constatar através dos dados apresentados, que no município de Treze Tílias, aproximadamente 2/3 da renda está na mão de 1/5 da população mais rica.
- IV. Em 2010, pode-se constatar através dos dados apresentados, que no município de Treze Tílias, aproximadamente 2/3 da renda está na mão de 80% da população mais pobre.
- V. Os indicadores de trabalho e renda apresentaram melhoras entre as décadas pesquisadas, culminando numa renda per capita aproximadamente 4 vezes maior em 2010, em relação a renda per capita aferida em 1991.

São verdadeiras somente as afirmações contidas nas proposições

- (A) II, III e V.
- (B) I, II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e V.

Questão 24) O município de Treze Tílias tem uma rica história, com aspectos geográficos, culturais e turísticos bem representativos. Em relação a esses aspectos analise as afirmativas a seguir:

- I. O início da colonização ocorreu na década de 1930, quando o Ministro da Agricultura da Áustria, Andreas Thaler, mudou-se para a localidade trazendo dezenas de imigrantes austríacos.
- II. A denominação Dreizehnlinden ou Treze Tílias está diretamente ligada à árvore que possui uma flor de cor branca abundante na Áustria.
- III. **Treze Tílias tem como municípios limítrofes:** Arroio Trinta, Salto Veloso, Água Doce e Ibicaré.
- IV. Os tirolezes também trouxeram o trabalho em madeira e hoje produzem belíssimas esculturas. Entre a mais famosa está o Crucifixo da Basílica de Nossa Senhora Aparecida.
- V. O território do município, que pertencia inicialmente a Joaçaba, cuja localidade era designada como Distrito de Papuan e posteriormente alterado para Distrito de Treze Tílias, teve sua emancipação política em 1963, com área desmembrada do município de Ibicaré.

São verdadeiras somente as afirmações contidas nas proposições

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II e V.
- (E) I, III e V.

Questão 25) A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), a qual “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, dispõe em seu artigo 22, parágrafo único, a seguinte redação:

Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite, ou seja, 51,3% da receita corrente líquida para o Executivo e 5,7% da respectiva receita para o Legislativo, ficarão vedados:
(...)

Analise as afirmações (abaixo), relativas ao que consta na complementação do referido parágrafo, julgando-as:

- I. a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- II. b) criação de cargo, emprego ou função, exceto para os casos de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- III. c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. d) provimento de cargo, admissão ou contratação, sem qualquer ressalva;
- V. e) contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São verdadeiras em sua totalidade somente as afirmações contidas nas proposições

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 26) De acordo com Adilson Citelli, no livro *Linguagem e Persuasão*, a ambiguidade do signo permite que a leitura se abra, que as significações brotem num ritmo que permita fugir dos limites impostos pelo discurso persuasivo; o leitor pode participar da aventura da descoberta dos sentidos presentes no texto. Levando em consideração todos os tipos de ambiguidade (lexical, sintática, de escopo, semântica, entre outras), analise as proposições a seguir:

- I. Os alunos conseguiram lugar no teatro.
- II. A terra está acabando.
- III. Os especialistas debateram ontem as saídas para a crise em São Paulo.
- IV. Natália sofria muito com cálculos renais.
- V. O Flamengo venceu o Atlético jogando em casa.
- VI. Gostamos de Maria.

São frases ambíguas apenas as proposições

- (A) I, II, III, IV e VI.
- (B) I, II, V e VI.
- (C) I, II, III e V.
- (D) I, III, V e VI.
- (E) II, III, IV e V.

Questão 27) Observe a obra:



Na obra *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, pode-se perceber a desproporcionalidade dos membros em relação à cabeça do homem representado. Desta forma, a autora tece uma crítica social em relação ao nordestino/retirante.

Esta falta de proporção significa que o

- (A) nordestino/retirante tem problema de elefantíase.
- (B) sol no Nordeste é mais intenso que nas regiões Sul e Sudeste.
- (C) nordestino/retirante é pobre, por isso é mão de obra braçal.
- (D) nordestino/retirante culturalmente não precisa pensar.
- (E) nordestino/retirante não precisa pensar e, sim, ser mão de obra braçal.

Questão 28) Em relação à atual norma padrão da Língua Portuguesa, analise as proposições:

- I. Saia daí, *se não* vai se molhar.
- II. Não faz outra coisa *senão* reclamar
- III. Relator recomendará paralização das investigações.
- IV. Queria saber porque você discorda de mim.
- V. O jurídico deve providenciar os documentos necessários ao competente distrato.
- VI. Vou a casa, hoje à tarde.

São frases escritas em consonância com a atual norma padrão apenas as proposições

- (A) II, III, V e VI.
- (B) I, II, V e VI.
- (C) II, III, V e IV.
- (D) II, V e VI.
- (E) II, III, IV e V.

Questão 29) A série em que se observa a mesma regra de acentuação da palavra sublinhada no segmento “A menina não tinha consciência de seus atos” é:

- (A) hífen- notícias – vários.
- (B) egrégio - rádio – espécie.
- (C) potências - ideias – autônoma.
- (D) itens - inimitável – Gregório.
- (E) egrégio – ideias – domicílio.

Questão 30) A palavra “arguir” possui vários significados, ou seja, é uma palavra polissêmica. Observe a seguinte sentença modelo: “Arguiu sua insegurança para impedi-lo de cometer o crime”.

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa que tiver o mesmo sentido da palavra arguir da sentença modelo:

- (A) A defesa arguiu a sentença de injusta em suas razões de Apelação.
- (B) A Contestação arguiu a incompetência do juiz para conhecer do pedido.
- (C) O juiz arguiu, exaustivamente, a testemunha.
- (D) Arguiram-no de traidor.
- (E) Ele arguiu ferozmente no congresso.

Prova de Redação - CC Nº 01/2014 -Cmtt

Câmara de Vereadores de Treze Tílias
Concurso Público – EDITAL 001/2014

Candidato(a): _____

Treze Tílias, 14 de setembro de 2014

Caderno de Proposição de Texto

Prova para o Cargo de Advogado

Esta prova é composta de 1 texto, elaborado de acordo com os conteúdos relacionados no Edital 001/2014.

01 - Você está recebendo o seguinte material:

a) Este caderno com a proposição de Redação/Produção de Textos, assim distribuída:

Textos	Peso Individual
Texto 1	10 (dez)

b) 01 cartão destinado à folha de Redação.

02 - Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos fiscais responsáveis pela sala.

03 - Após a conferência de sua prova e gabarito, você deverá assinar a folha de identificação e preencher os espaços no local indicado com nome, número da inscrição, data de nascimento e n.o do Registro Geral, utilizando caneta esferográfica.

04 - Na folha de Redação, o texto deve ser passado a limpo à caneta esferográfica na cor azul ou preta.

05 - Esta prova é individual. É vetada qualquer comunicação e troca de material entre os presentes, consultas a material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie, caso isso ocorra será recolhido o caderno de questões e gabarito e aplicadas as sanções previstas no Edital.

06 - Quando terminar, entregue a um dos fiscais responsáveis pela sala a Folha de Redação e Caderno de redação e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que o Caderno de Redação e a Folha não serão entregues aos candidatos. Não haverá possibilidade de resgate dos mesmos, sem possibilidade de recurso. A prova será publicada em site mencionado no Edital, bem como gabarito.

07 - Você terá 3 horas e trinta minutos para redigir a Redação/Produção de Texto, bem como fazer a prova objetiva e, ainda, preencher a Folha de Redação oficial e o gabarito da Prova Objetiva. Findado o tempo previsto, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar todo o material recebido a um fiscal de prova.

08 - Serão observadas as tratativas mencionadas no item 5 do Edital supracitado.

09 - Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o cartão resposta/identificação ao mesmo tempo, e retirarem-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala e um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, o lacre dos envelopes, o verso de todos os cartões-respostas, a lista de presença e a Ata, na qual constará as ocorrências relativas à prova.

Instruções Gerais para a Redação

1-Leia com atenção todas as instruções.

2-Elabore um parecer jurídico de até 60 linhas, levando em consideração o contexto apresentado, bem como os critérios de avaliação do Parecer Jurídico. Utilize o espaço próprio na Folha de Redação/Produção de Texto de rascunho

3-Faça uma revisão do texto antes de passá-lo à folha definitiva. Preencha a folha de Identificação e escreva seu parecer jurídico na Folha de Redação/Produção de Textos .

- 4-No seu parecer jurídico, você deve: ocupar as linhas de uma até a outra margem, observando o espaçamento adequado entre as palavras e respeitando os parágrafos; utilizar linguagem clara, seguindo as normas do português-padrão, redigindo com letra legível e usando somente caneta de tinta azul ou preta.
- 5-Não será aceito texto em versos e/ou outra forma de produção que fuja à proposta.
- 6-Qualquer parecer, por mais bem feito que esteja, terá nota zero se fugir da orientação proposta.
- 7-Serão descontadas as rasuras e borrões.
- 8-O texto tem seu valor estipulado em Edital, sendo os indicadores apresentados na proposta.
- 9- O Parecer Jurídico será avaliado, sendo o resultado motivado e fundamentado nos seguintes aspectos: coerência textual, estilo, concordância verbal, coesão das ideias, tipologia textual, adequação ao tema e proposta e ortografia, linguagem jurídica adequada, entre outros.
- 10-Interpretação faz parte da prova.

Proposta de Texto – PARECER JURÍDICO

Contexto: O chefe do Poder Executivo do Município fictício de Palmares, Estado de Santa Catarina, encaminhou à Câmara Municipal de Vereadores Projeto de Lei Ordinária com o objetivo de fixar o horário de funcionamento do comércio dentro da área municipal.

Na qualidade de Advogado da Câmara Municipal de Vereadores e diante das informações acima expostas, elabore parecer jurídico fundamentado, opinando acerca da competência municipal para legislar sobre o assunto tratado no mencionado Projeto de Lei.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PARECER JURÍDICO

- 1 – APRESENTAÇÃO TEXTUAL (PONTUAÇÃO MÁXIMA 2,5)
 - 1.1 – Apresentação;
 - 1.2 – Legibilidade;
 - 1.3 – Gramática e Ortografia.
- 2 – ESTRUTURA TEXTUAL (PONTUAÇÃO MÁXIMA 2,5)
 - 2.1 – Introdução;
 - 2.2 – Desenvolvimento adequado ao posicionamento;
 - 2.3 – Conclusão de forma coerente.
- 3 – DESENVOLVIMENTO DO TEMA (PONTUAÇÃO MÁXIMA 5,0)
 - 3.1 – Competência para o Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme disposição legal elencada no Art. 30, I da Constituição Federal de 1988;
 - 3.2 – Súmula 419 do STF que dispõe: Os municípios têm competência para regular o horário do comércio local, desde que não infrinjam leis estaduais ou federais válidas;
 - 3.3 – Súmula 645 do STF que dispõe: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial;

Folha Rascunho de Redação

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____

Folha Rascunho de Redação

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____

Gabarito - Prova Objetiva - CC N° 01/2014 - Cmtt**Câmara de Vereadores de Treze Tílias****Concurso Público – Edital 001/2014****GABARITO PROVISÓRIO DA PROVA OBJETIVA**

Questão	Gabarito
01	A
02	D
03	B
04	B
05	E
06	D
07	B
08	D
09	A
10	E
11	D
12	C
13	C
14	A
15	A
16	E
17	A
18	A
19	B
20	B
21	E
22	B
23	A
24	D
25	C
26	C
27	E
28	D
29	B
30	B

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 109/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 75/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 109/2014
Edital de Pregão Presencial nº 75/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto a aquisição, gêneros alimentícios a serem utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes às 7h45min do dia 30 de setembro de 2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, CONVOCA a população para participar da Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2014, a ser realizada no dia 23 de setembro de 2014 às 15:00 horas, tendo como local o Auditório Público Municipal, localizado na Rua João Castilho, centro, na sede do município de Tunápolis - SC.

Tunápolis - SC, 16 de setembro de 2014.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, objetivando colher sugestões para elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2015, a ser realizada no dia 23 de setembro de 2014, às 16:00 horas, tendo como local o Auditório Público Municipal, localizado na Rua João Castilho, centro, na sede do município de Tunápolis - SC.

Tunápolis - SC, 16 de setembro de 2014.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Portaria 300/2014

PORTARIA Nº 300/14, de 08 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Monia Bardini Pietsch	047.245.879-54	3069
Angelo Ribeiro Manenti	035.450.989-66	3156

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 301/2014

PORTARIA Nº 301/14, de 08 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Rozilane Tonetto	065.785.539-16	3063

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 302/2014

PORTARIA Nº 302/14, de 08 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Médico Veterinário, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Gabriela Zaccaron Marcon	062.676.139-50	2860

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 303/2014

PORTARIA Nº 303/14, de 08 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Auxílio Maternidade,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 22 de Dezembro de 2014 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Taise Lazzarin Daros	070.516.479-97	2861

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 304/2014

PORTARIA Nº 304/14, de 08 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Novembro de 2014, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Venício Américo	613.018.099-34	3207

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 305/2014

PORTARIA Nº 305/14, de 08 de Setembro de 2014.
DEMITE A PEDIDO PROFESSOR IV, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Professor IV, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/13 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Simone Casagrande	032.066.929-70	3131

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 306/2014

PORTARIA Nº 306/14, de 08 de Setembro de 2014.

ALTERA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA TEMPORARIAMENTE, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor IV, de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)	CPF
3135	Lalenia Machado Francisco	863.064.309-97

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 307/2014

PORTARIA Nº 307/14, de 10 de Setembro de 2014.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Luciana de Macedo Borges	042.552.779-40	Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 11 de Setembro de 2014 e encerrará em 19 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 308/2014

PORTARIA Nº 308/14, de 11 de Setembro de 2014.

NOMEIA ENFERMEIRO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 001/2013 - ESFs, prorrogado pela Portaria nº 115/14, de 08.04.2014 por mais 01(um) ano, a servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a Servidora Camila Fontanella por ter pedido demissão.

NOME	CPF
Mariana Agnoletto Ribeiro	018.184.760-45

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 15 de Setembro de 2014 e encerrará em 04 de Julho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Decreto 49/2014

DECRETO Nº 049/14, de 11 de Setembro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 60.000,00(sessenta mil reais), assim classificados:
06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
12.306.0038.2.014 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.0 (065) - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0060 por excesso de arrecadação do FNDE - PNAE no valor de R\$ 60.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 11 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA

RGF - Anexo 1 - Demonstrativo de Receita com Pessoal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.545.534,36	0,00
Pessoal Ativo	5.311.119,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	234.415,21	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.545.534,36	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.545.534,36	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.326.991,10	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	41,61	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	7.196.575,19	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	6.836.746,43	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	6.476.917,67	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Vargeão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RGF - Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	216.654,33	177.026,94	209.189,64	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	84.901,56	0,00
Interna	0,00	0,00	84.901,56	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	216.654,33	177.026,94	124.288,08	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.299.880,63	3.164.596,66	2.806.014,48	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.399.426,91	3.931.950,12	3.475.252,26	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.678,66	2.666,99	2.666,99	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	102.224,94	770.020,45	671.904,77	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.083.226,30	-2.987.569,72	-2.596.824,84	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.387.024,70	12.981.181,22	13.326.991,10	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,75%	1,36%	1,57%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-16,82%	-23,01%	-19,49%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	14.864.429,64	15.577.417,46	15.992.389,32	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	13.377.986,68	14.019.675,72	14.393.150,39	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	84.901,56	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	84.901,56	0,00
Interna	0,00	0,00	84.901,56	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	50.909,77	108.771,32	119.888,73	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	946.855,52	2.840.361,23	1.834.627,67	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Vargêão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

RGF - Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias E Contragarantias de Valores

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.387.024,70	12.981.181,22	13.326.991,10	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.725.145,43	2.855.859,87	2.931.938,04	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.452.630,89	2.570.273,88	2.638.744,24	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RGF - Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	84.901,56	84.901,56
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	84.901,56	84.901,56
Interna	84.901,56	84.901,56
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	84.901,56	84.901,56
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	84.901,56	84.901,56
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	84.901,56	84.901,56
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.326.991,10	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	84.901,56	0,64
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.132.318,58	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.919.086,72	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	932.889,38	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	169.803,12	1,27

FONTE:

Vargem, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RGF - Anexo 5 - Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	170.225,30	0,00	170.225,30
Apoio a Pessoa Idosa - API	(5,82)	0,00	(5,82)
Assistência Farmacêutica Básica	22.862,71	0,00	22.862,71
Assistência Farmacêutica Básica - Superávit	(6.234,38)	14,15	(6.248,53)
Atenção Básica	562.664,59	58.604,01	504.060,58
Atenção Básica - Superávit	(47.402,58)	11.174,79	(58.577,37)
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.776,95	0,00	4.776,95
Bolsa Família	35.963,15	0,00	35.963,15
Convênio Trânsito - Militar	367,74	0,00	367,74
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS	45.648,18	1.547,29	44.100,89
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	(14.839,86)	0,00	(14.839,86)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.745,80	0,00	5.745,80
Salário Educação	136.216,56	1.025,55	135.191,01
Transferências de Convênios - Educação - Superávit	0,00	924,80	(924,80)
Transferências de Convênios - Saúde	13.431,69	39.605,96	(26.174,27)
Transferências de Convênios - Saúde - Superávit	36.967,24	0,00	36.967,24
Vigilância em Saúde	81.705,28	0,00	81.705,28
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.048.092,55	112.896,55	935.196,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	4.280,09	0,00	4.280,09
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	3.687,86	9.547,09	(5.859,23)
Convênio Trânsito - Civil	2.467,74	0,00	2.467,74
Convênio Trânsito - Prefeitura	4.214,55	0,00	4.214,55
Fundo Especial do Petróleo	154.622,09	23.007,19	131.614,90
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS	49.212,15	4.074,00	45.138,15
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	(9.799,98)	0,00	(9.799,98)
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	968.478,83	89.561,47	878.917,36
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Superávit	(16.312,09)	1.092,95	(17.405,04)
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	501.576,25	22.421,91	479.154,34
Recursos Ordinários	587.374,15	192.724,56	394.649,59
Recursos Ordinários - Superávit	(252.594,40)	15.850,54	(268.444,94)
Transferências de Convênios - Educação	53.205,96	5.245,98	47.959,98
Transferências de Convênios - Outros	314.759,39	238.748,12	76.011,27
Transferências do FUNDEB - 40%	813.243,33	17.394,66	795.848,67
Transferências do FUNDEB - 40% - Superávit	(46.133,26)	349,44	(46.482,70)
Transferências do FUNDEB - 60%	(705.122,95)	130.710,63	(835.833,58)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.427.159,71	750.728,54	1.676.431,17
TOTAL (III) = (I + II)	3.475.252,26	863.625,09	2.611.627,17
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RGF - Anexo 6 - Demonstrativo Consolidado dos Restos A Pagar
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS/ CANCELADOS/ NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	170.225,30	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	(5,82)	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	22.862,71	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - Superávit	0,00	0,00	14,15	0,00	(6.248,53)	0,00
Atenção Básica	0,00	34.150,63	2.794,20	16.338,50	504.060,58	0,00
Atenção Básica - Superávit	252,33	0,00	10.922,46	0,00	(58.577,37)	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambula	0,00	0,00	0,00	0,00	4.776,95	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	35.963,15	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	367,74	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo d	0,00	1.547,29	0,00	0,00	44.100,89	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	0,00	0,00	0,00	(14.839,86)	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PN	0,00	0,00	0,00	0,00	5.745,80	0,00
Salário Educação	0,00	1.025,55	0,00	0,00	135.191,01	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Sup	924,80	0,00	0,00	0,00	(924,80)	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	39.605,96	0,00	(26.174,27)	0,00
Transferências de Convênios - Saúde - Superáv	0,00	0,00	0,00	0,00	36.967,24	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	81.705,28	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	1.177,13	36.723,47	53.336,77	16.338,50	935.196,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	4.280,09	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilu	0,00	9.547,09	0,00	0,00	(5.859,23)	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	2.467,74	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	4.214,55	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	23.007,19	0,00	8.035,46	131.614,90	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo d	0,00	4.074,00	0,00	0,00	45.138,15	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.799,98)	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imp	335,08	94.361,32	6.310,58	13.025,28	878.917,36	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imp	172,95	0,00	920,00	0,00	(17.405,04)	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impost	0,00	20.013,33	1.660,00	400,00	479.154,34	0,00
Recursos Ordinários	37.557,45	87.897,20	3.800,00	98.744,63	394.649,59	0,00
Recursos Ordinários - Superávit	0,00	1.949,39	5.804,24	0,00	(268.444,94)	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	5.245,98	0,00	0,00	47.959,98	0,00
Transferências de Convênios - Outros	236.473,83	2.274,29	0,00	0,00	76.011,27	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	16.088,11	0,00	2.740,00	795.848,67	0,00
Transferências do FUNDEB - 40% - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	(46.482,70)	0,00

MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	95.006,96	0,00	0,00	(835.833,58)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	274.539,31	359.464,86	18.494,82	122.945,37	1.676.431,17	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	275.716,44	396.188,33	71.831,59	139.283,87	2.611.627,17	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Vargêão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

LRF - Anexo 7 - Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório da Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.842.873,05	43,84
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.996.194,66	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.596.384,93	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.596.824,84	-19,49
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.992.389,32	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.931.938,04	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	84.901,56	0,64
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.132.318,58	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	932.889,38	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	139.283,87	2.611.627,17

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 1 - Balanço Orçamentário

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.686.424,06	20,33	10.412.520,85	78,80
RECEITAS CORRENTES	13.214.200,00	13.214.200,00	2.065.441,58	15,63	8.911.652,11	67,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	617.000,00	617.000,00	115.317,23	18,69	357.173,81	57,89
IMPOSTOS	535.000,00	535.000,00	106.510,82	19,91	331.309,14	61,93
TAXAS	62.000,00	62.000,00	8.806,41	14,20	25.564,67	41,23
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	300,00	1,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	56.278,35	51,16	75.544,19	68,68
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	110.000,00	110.000,00	56.278,35	51,16	75.544,19	68,68
RECEITA PATRIMONIAL	120.900,00	120.900,00	-42.298,78	0,00	137.646,41	113,85
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	120.900,00	120.900,00	-42.298,78	0,00	137.646,41	113,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	6.909,21	30,04
Receita da Produção Animal e Derivados	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	6.909,21	230,31
RECEITA DE SERVIÇOS	33.000,00	33.000,00	15.338,91	46,48	30.268,49	91,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.263.000,00	12.263.000,00	2.074.258,87	16,91	8.263.058,29	67,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.173.000,00	12.173.000,00	2.045.815,72	16,81	8.103.728,15	66,57
Transf. de Conv.	90.000,00	90.000,00	28.443,15	31,60	159.330,14	177,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.300,00	47.300,00	-153.453,00	0,00	41.051,71	86,79
Multas e Juros de Mora	16.000,00	16.000,00	1.109,82	6,94	1.727,67	10,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	6.783,89	67,84	8.899,33	88,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	502,18	5,58	7.126,21	79,18
RECEITAS DIVERSAS	12.300,00	12.300,00	-161.848,89	0,00	23.298,50	189,42
RECEITAS DE CAPITAL	16,00	16,00	620.982,48	140,50	1.500.868,74	429,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	84.901,56	0,00	84.901,56	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	84.901,56	0,00	84.901,56	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	536.080,92	505,75	1.415.967,18	794,88
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	536.080,92	505,75	1.415.967,18	794,88
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.686.424,06	20,33	10.412.520,85	78,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.686.424,06	20,33	10.412.520,85	2.801.695,15
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.686.424,06	20,33	10.412.520,85	2.801.695,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.073.482,70	—	—	291.528,34	—
Superávit Financeiro	—	1.073.482,70	—	—	291.528,34	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.214.216,00	2.873.882,70	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	9.101.603,55	6.986.495,15
DESPESAS CORRENTES	11.797.000,00	159.382,70	11.956.382,70	1.838.679,84	8.908.553,69	2.264.760,25	7.521.486,49	4.434.896,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.986.600,00	53.482,70	6.040.082,70	1.004.257,96	3.916.759,46	1.068.504,46	3.739.615,70	2.300.467,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	12.000,00	9.485,31	10.507,19	9.492,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.790.400,00	105.900,00	5.896.300,00	834.421,88	4.979.794,23	1.186.770,48	3.771.363,60	2.124.936,40
DESPESAS DE CAPITAL	1.397.216,00	2.714.500,00	4.111.716,00	502.027,28	1.956.790,34	1.265.355,39	1.580.117,06	2.531.598,94
INVESTIMENTOS	1.111.216,00	2.714.500,00	3.825.716,00	502.027,28	1.837.601,45	1.226.155,70	1.468.561,92	2.357.154,08
INVERSOES FINANCEIRAS	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	119.188,89	39.199,69	111.555,14	168.444,86
RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.214.216,00	2.873.882,70	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	9.101.603,55	6.986.495,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.214.216,00	2.873.882,70	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	9.101.603,55	56,57
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.310.917,30	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.214.216,00	2.873.882,70	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	10.412.520,85	64,72
								6.986.495,15

FONTE:
Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA PEDRO LUIS FASSINA
ORDENADOR DA DESPESA TÉCN. EM CONTABILIDADE CRC 1: CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	13.214.216,00	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	9.101.603,55	100,00	56,57
Legislativa	630.000,00	630.000,00	9.866,59	472.235,92	81.049,51	296.598,35	3,26	47,08
Ação Legislativa	630.000,00	630.000,00	9.866,59	472.235,92	81.049,51	296.598,35	3,26	47,08
Administração	1.875.000,00	1.875.000,00	197.785,88	1.364.266,63	316.479,30	1.120.686,20	12,31	59,77
Administração Geral	1.860.000,00	1.860.000,00	182.785,88	1.349.266,63	301.479,30	1.105.686,20	12,15	59,45
Administração Financeira	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,16	100,00
Segurança Pública	22.000,00	22.000,00	3.377,70	7.373,05	0,00	3.995,35	0,04	18,16
Policimento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	16.000,00	16.000,00	3.377,70	7.373,05	0,00	3.995,35	0,04	24,97
Assistência Social	413.500,00	511.000,00	93.638,22	344.161,92	65.671,50	253.968,59	2,79	49,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	60.000,00	30.000,00	56.000,00	10.000,00	36.000,00	0,40	60,00
Assistência Comunitária	383.500,00	451.000,00	63.638,22	288.161,92	55.671,50	217.968,59	2,39	48,33
Saúde	3.338.803,00	3.428.803,00	488.735,35	2.598.035,36	596.498,58	2.168.628,02	23,83	63,25
Atenção Básica	3.183.102,00	3.273.102,00	472.522,69	2.506.434,12	569.060,53	2.077.930,28	22,83	63,49
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.000,00	13.000,00	0,00	11.941,30	0,00	11.941,30	0,13	91,86
Vigilância Sanitária	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	8.000,00	8.000,00	0,00	105,00	0,00	105,00	0,00	1,31
Alimentação e Nutrição	112.200,00	112.200,00	16.212,66	79.554,94	27.438,05	78.651,44	0,86	70,10
Abastecimento	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.348.503,00	3.394.985,70	571.662,69	1.996.168,25	639.693,11	1.874.942,65	20,60	55,23
E ensino Fundamental	2.625.502,00	2.671.984,70	482.977,50	1.635.228,49	526.793,83	1.526.662,06	16,77	57,14
E ensino Médio	30.000,00	30.000,00	0,00	12.012,03	2.580,04	7.739,82	0,09	25,80
E ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	40.000,00	16.000,00	32.000,00	0,35	64,00
Educação Infantil	643.001,00	643.001,00	88.685,19	308.927,73	94.319,24	308.540,78	3,39	47,98
Cultura	63.500,00	93.500,00	23.352,90	78.251,90	10.700,00	47.624,00	0,52	50,93
Difusão Cultural	63.500,00	93.500,00	23.352,90	78.251,90	10.700,00	47.624,00	0,52	50,93
Urbanismo	415.804,00	1.729.304,00	186.985,77	590.187,73	161.367,56	303.818,45	3,34	17,57
Infra-Estrutura Urbana	90.004,00	1.403.504,00	186.985,77	301.887,33	96.881,43	96.881,43	1,06	6,90
Serviços Urbanos	320.200,00	320.200,00	0,00	288.300,40	64.486,13	206.597,02	2,27	64,63
Transporte Rodoviário	5.600,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	251.001,00	251.001,00	31.450,00	98.651,00	0,00	58.135,32	0,64	23,16
Habituação Rural	251.001,00	251.001,00	31.450,00	98.651,00	0,00	58.135,32	0,64	23,16
Saneamento	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.214.216,00	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	9.101.603,55	100,00	56,57
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	368.001,00	438.001,00	97.301,63	339.196,07	51.466,90	249.037,37	2,74	56,96
Promoção da Produção Vegetal	40.001,00	60.001,00	0,00	25.500,00	0,00	25.500,00	0,28	42,50
Extensão Rural	318.000,00	378.000,00	97.301,63	313.696,07	51.466,90	223.537,37	2,46	59,14
Indústria	80.000,00	80.000,00	0,00	24.000,00	6.000,00	18.000,00	0,20	22,50
Promoção Industrial	80.000,00	80.000,00	0,00	24.000,00	6.000,00	18.000,00	0,20	22,50
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.630.603,00	2.827.003,00	567.267,70	2.463.593,08	1.449.347,08	2.265.534,74	24,89	80,14
Transporte Rodoviário	1.630.603,00	2.827.003,00	567.267,70	2.463.593,08	1.449.347,08	2.265.534,74	24,89	80,14
Desporto e Lazer	62.500,00	82.500,00	29.046,15	78.638,14	39.471,15	78.068,14	0,86	94,63
Desporto Comunitário	62.500,00	82.500,00	29.046,15	78.638,14	39.471,15	78.068,14	0,86	94,63
Encargos Especiais	685.000,00	685.000,00	40.236,54	410.584,98	112.370,95	362.566,37	3,98	52,93
Outros Encargos Especiais	685.000,00	685.000,00	40.236,54	410.584,98	112.370,95	362.566,37	3,98	52,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.214.216,00	16.088.098,70	2.340.707,12	10.865.344,03	3.530.115,64	9.101.603,55	100,00	56,57

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PR
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1: CONTROLADORA INTERNA	

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	RS 1,00	
		Sem/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014			TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)																
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.186.033,24	1.156.857,09	1.235.692,11	1.528.300,90	1.385.916,76	1.383.116,53	1.156.284,01	1.350.300,23	1.458.318,25	1.247.453,41	1.159.201,91	1.240.370,66	15.438.200,00	15.438.200,00		
IPTU/L	13.341,07	27.508,83	11.390,24	103.999,80	12.904,47	28.745,99	14.289,58	10.471,17	119.941,19	57.794,18	21.975,36	93.343,87	617.000,00	617.000,00		
IRR/F	1.230,88	0,00	0,00	62.590,09	0,00	0,00	0,00	0,00	88.789,29	7.573,21	5.507,65	57.915,47	140.000,00	140.000,00		
I.S.S.	9.698,99	24.012,13	7.781,67	33.998,41	6.302,89	9.248,62	6.201,86	5.971,17	4.743,96	7.176,25	12.897,19	27.355,51	155.059,65	240.000,00		
I.T.B.I.	1.765,00	2.114,40	2.320,00	5.037,00	6.601,58	3.455,00	8.097,72	3.000,00	24.903,01	2.281,40	20,00	2.835,00	30.000,00	30.000,00		
Outras Receitas Tributárias	776,20	1.362,30	1.286,17	2.373,30	0,00	14.042,37	0,00	1.500,00	221,93	1.293,96	3.962,52	5.237,89	31.685,94	82.000,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.190,97	8.590,95	9.985,40	9.914,37	0,00	0,00	0,00	0,00	9.331,27	9.934,57	12,66	48.155,69	111.815,88	111.815,88		
RECEITA PATRIMONIAL	11.477,89	15.575,44	38.130,03	12.960,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	17.512,42	27.491,49	-69.790,27	123.000,00	123.000,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	11.477,89	15.575,44	38.130,03	12.960,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	17.512,42	27.491,49	-69.790,27	123.000,00	123.000,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	5.738,84	6.909,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	23.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	4.842,05	4.215,49	10.593,72	18.574,24	0,00	75,00	3.655,60	748,27	0,00	10.450,71	5.990,73	9.348,18	33.000,00	33.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.137.669,24	1.096.712,14	1.162.793,00	1.375.649,00	1.341.322,32	1.310.033,95	1.100.257,52	1.158.238,23	1.298.294,44	1.045.971,18	1.082.351,02	1.316.038,84	14.487.000,00	14.487.000,00		
Cota-Parte do FPM	352.676,29	352.683,71	480.575,98	595.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	445.248,72	573.098,30	429.779,99	398.126,93	448.425,05	6.000.000,00	6.000.000,00		
Cota-Parte do ICMS	398.715,34	393.347,36	423.972,06	419.183,94	408.179,20	398.170,33	393.790,04	394.028,23	390.351,78	396.031,60	398.026,16	398.099,87	4.700.000,00	4.700.000,00		
Cota-Parte do IPVA	32.559,05	29.698,77	14.642,05	4.207,65	4.529,61	25.454,05	36.555,92	32.463,18	55.020,38	40.743,55	40.666,58	42.094,39	310.000,00	310.000,00		
Cota-Parte do ITR	3.028,58	11.948,86	336,73	307,08	401,88	14,05	26.953,77	0,00	183,39	93,58	-26.953,77	17.215,15	20.000,00	20.000,00		
Outras Transferências Correntes	200.088,40	154.271,38	88.998,23	279.059,07	156.328,70	88.981,22	108.946,62	133.491,54	73.715,06	110.556,40	159.330,94	288.227,71	1.557.000,00	1.557.000,00		
Transferências da LC 87/1996	5.530,74	8.285,06	6.556,39	7.004,51	6.522,80	5.051,78	5.975,40	5.975,40	6.438,83	10.176,52	6.252,62	6.445,25	65.000,00	65.000,00		
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.742,45	1.742,45	1.742,45	1.723,67	1.723,67	0,00	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	17.263,04	24.000,00	24.000,00		
Transferências do FUNDEB	143.168,84	154.731,55	138.989,21	156.132,64	168.806,10	164.975,37	152.285,10	153.437,49	167.770,03	158.766,31	147.221,22	159.975,65	1.800.000,00	1.800.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10,512,02	4.284,24	2.819,12	3.833,45	2.170,21	18.508,52	13.729,97	147.409,37	7.773,73	3.889,91	3.272,65	-156.725,65	47.300,00	47.300,00		
DEDUÇÕES (II)																
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	150.017,31	157.828,37	186.981,95	187.705,72	203.254,34	211.229,18	162.502,88	173.887,42	205.408,76	178.996,08	157.173,33	176.957,66	2.224.000,00	2.224.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.027.015,93	999.028,72	1.048.700,16	1.340.595,18	1.182.662,42	1.171.987,35	993.781,13	1.176.412,81	1.252.990,49	1.068.457,33	1.002.028,58	1.063.413,00	13.214.200,00	13.214.200,00		
FONTE: Vargão, 15/09/2014																

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS PASSINA
TEC. EM CONTABILIDADE CRC 15.884

ROSELEGER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA



RREO - Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas E Despesas Prps

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
			Até o Bimestre/2013		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Continua 1/3					

Continua 1/3

Município de Vargão - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Vargão - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA	ROSEGLER DE OLIVEIRA DE PR
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1	CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	216.654,33	160.746,50	209.189,64
DEDUÇÕES (II)	2.299.880,63	3.705.615,27	2.806.958,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.399.426,91	4.224.046,76	3.475.252,26
Demais Haveres Financeiros	2.678,66	2.666,99	2.666,99
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	102.224,94	521.098,48	670.960,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.083.226,30	-3.544.868,77	-2.597.769,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.083.226,30	-3.544.868,77	-2.597.769,24

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	947.099,53	-514.542,94

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.404.400,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.093.300,00	2.107.740,36	8.774.005,70	7.897.955,58
Receita Tributária	617.000,00	115.317,23	357.173,81	331.696,03
I.P.T.U.	140.000,00	63.423,12	160.765,62	82.805,63
I.S.S.	240.000,00	40.052,70	79.697,45	133.476,98
I.T.B.I.	30.000,00	3.035,00	51.376,71	8.460,65
I.R.R.F.	125.000,00	0,00	39.469,36	71.835,69
Outras Receitas Tributárias	82.000,00	8.806,41	25.864,67	35.117,08
Receita de Contribuição	110.000,00	56.278,35	75.544,19	52.046,32
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	110.000,00	56.278,35	75.544,19	52.046,32
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.900,00	-42.298,78	137.646,41	73.730,13
(-) Aplicações Financeiras	120.900,00	-42.298,78	137.646,41	73.730,13
Transferências Correntes	12.263.000,00	2.074.258,87	8.263.058,29	7.440.658,90
F.P.M.	4.800.000,00	654.042,19	3.097.990,79	2.858.311,66
I.C.M.S.	3.760.000,00	603.301,02	2.491.749,64	2.363.117,50
Convênios	90.000,00	28.443,15	159.330,14	53.218,18
Outras Transferências Correntes	3.613.000,00	788.472,51	2.513.987,72	2.166.011,56
Demais Receitas Correntes	103.300,00	-138.114,09	78.229,41	73.554,33
Dívida Ativa	9.000,00	502,18	7.126,21	4.888,48
Diversas Receitas Correntes	94.300,00	-138.616,27	71.103,20	68.665,85
RECEITAS DE CAPITAL (II)	16,00	620.982,48	1.500.868,74	163.451,84
Operações de Crédito (III)	0,00	84.901,56	84.901,56	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	157.550,00
Transferências de Capital	16,00	536.080,92	1.415.967,18	5.901,84
Convênios	16,00	536.080,92	1.415.967,18	5.901,84
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16,00	536.080,92	1.415.967,18	5.901,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.093.316,00	2.643.821,28	10.189.972,88	7.903.857,42
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.956.382,70	2.264.760,25	7.521.486,49	6.293.286,98
Pessoal e Encargos Sociais	6.040.082,70	1.068.504,46	3.739.615,70	3.283.156,03
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	9.485,31	10.507,19	3.047,41
Outras Despesas Correntes	5.896.300,00	1.186.770,48	3.771.363,60	3.007.083,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.936.382,70	2.255.274,94	7.510.979,30	6.290.239,57
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.111.716,00	1.265.355,39	1.580.117,06	225.167,34
Investimentos	3.825.716,00	1.226.155,70	1.468.561,92	145.671,29
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	280.000,00	39.199,69	111.555,14	79.496,05
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.831.716,00	1.226.155,70	1.468.561,92	145.671,29

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.788.098,70	3.481.430,64	8.979.541,22	6.435.910,86
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.694.782,70	-837.609,36	1.210.431,66	1.467.946,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	291.528,34	0,00
Superávit Financeiro	-	-	291.528,34	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				179.100,00

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos A Pagar por Poder E Órgão

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												RS 1,00
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RP NÃO PROCESSADOS				Saldo
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
EXECUTIVO		-	102.224,94	98.750,22	2.205,92	1.268,90	49.017,82	897.837,70	875.023,93	600.576,29	-	346.279,23
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	102.224,94	98.750,22	2.205,92	1.268,90	49.017,82	897.837,70	875.023,93	600.576,29	0,00	346.279,23
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	1.465,10	0,00	0,00	0,00	49.017,82	897.837,70	875.023,93	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	28.118,94	28.873,62	1.465,10	0,00	49.017,82	74.061,37	62.511,84	61.966,80	0,00	61.082,39
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		0,00	5.127,95	5.127,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, IND. COM. TURISMO E RECREAÇÃO		0,00	5.806,22	5.806,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	5.015,44	4.175,94	740,32	98,68	0,00	1.354,46	1.354,46	1.354,46	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	35.976,97	35.052,17	0,00	0,00	0,00	253.275,00	247.815,00	0,00	0,00	116.432,98
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	18.914,32	18.914,32	0,00	0,00	0,00	569.146,87	563.342,63	400.383,01	0,00	168.763,86
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (II) = (I) + (II):		0,00	102.224,94	98.750,22	2.205,92	1.268,90	49.017,82	897.837,70	875.023,93	600.576,29	0,00	346.279,23
FONTE:												

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS PASSINA
TEC. EM CONTABILIDADE CRC 15.8

ROSELENER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLOADORA INTERNA

RREO - Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas E Despesas - MDE

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	546.000,00	546.000,00	107.335,95	339.376,15	62,16
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	150.000,00	150.000,00	64.248,25	168.832,63	112,56
1.1.1- IPTU	140.000,00	140.000,00	63.423,12	160.765,62	114,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	30,10	445,70	22,29
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	502,18	7.126,21	118,77
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	292,85	495,10	24,76
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	3.035,00	51.376,71	171,26
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	3.035,00	51.376,71	171,26
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	241.000,00	241.000,00	40.052,70	79.697,45	33,07
1.3.1- ISS	240.000,00	240.000,00	40.052,70	79.697,45	33,21
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	0,00	39.469,36	31,58
1.4.1- IRRF	125.000,00	125.000,00	0,00	39.469,36	31,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.120.000,00	11.120.000,00	1.643.634,33	7.329.751,47	65,92
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	817.552,68	3.872.488,24	64,54
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	817.552,68	3.872.488,24	64,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	754.125,03	3.114.696,21	66,27
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	24.000,00	24.000,00	3.447,34	12.065,69	50,27
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	66.000,00	66.000,00	12.698,08	52.277,77	79,21
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	-26.953,77	692,90	3,46
2.6- Cota-Parte IPVA	310.000,00	310.000,00	82.763,97	277.540,66	89,53
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.666.000,00	11.666.000,00	1.750.970,28	7.669.127,62	65,74
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	321.200,00	321.200,00	54.439,58	194.340,12	60,50
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	49.606,80	141.183,86	70,59
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	62.000,00	62.000,00	15.378,00	30.756,00	49,61
5.4- Transferências Diretas - PNATE	58.000,00	58.000,00	13.661,13	18.214,84	31,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.200,00	1.200,00	-24.206,35	4.185,42	348,79
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	90.003,00	90.003,00	18.438,78	119.826,77	133,14
6.1- Transferências de Convênios	90.003,00	90.003,00	18.438,78	119.826,77	133,14
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	234.000,00	234.000,00	111.791,00	113.220,88	48,38
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	645.203,00	645.203,00	184.669,36	427.387,77	66,24
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.224.000,00	2.224.000,00	334.130,99	1.469.409,65	66,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	163.510,49	774.497,45	64,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	940.000,00	940.000,00	150.825,01	622.936,57	66,27
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	703,24	2.495,79	52,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.200,00	13.200,00	2.539,63	13.828,70	104,76
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	0,00	143,57	3,59
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	62.000,00	62.000,00	16.552,62	55.507,57	89,53
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.806.000,00	1.806.000,00	308.905,54	1.280.617,85	70,91
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	307.196,88	1.273.238,28	70,74
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	1.708,66	7.379,57	122,99
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-424.000,00	-424.000,00	-26.934,11	-196.171,37	46,27
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.443.600,00	1.443.600,00	356.230,00	1.001.214,26	69,36
13.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	0,00	196.271,00	98,14
13.2- Com Ensino Fundamental	1.243.600,00	1.243.600,00	356.230,00	804.943,26	64,73
14- OUTRAS DESPESAS	362.400,00	362.400,00	105.683,61	211.979,67	58,49
14.1- Com Educação Infantil	80.000,00	80.000,00	44.574,59	52.709,13	65,89
14.2- Com Ensino Fundamental	282.400,00	282.400,00	61.109,02	159.270,54	56,40
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.806.000,00	1.806.000,00	461.913,61	1.213.193,93	67,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.213.193,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					78,18
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					16,55
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					5,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.916.500,00	2.916.500,00	437.742,57	1.917.281,91	65,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	280.000,00	280.000,00	44.574,59	248.980,13	88,92
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.638.500,00	2.638.500,00	527.137,44	1.380.996,78	52,34
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.526.000,00	1.526.000,00	417.339,02	964.213,80	63,19
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.112.500,00	1.112.500,00	109.798,42	416.782,98	37,46
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.918.500,00	2.918.500,00	571.712,03	1.629.976,91	55,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-196.171,37
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.379,57
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.482,70
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-142.309,10
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.772.286,01
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,11
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.500,00	200.500,00	17.283,40	74.551,79	37,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	211.703,00	258.185,70	44.566,99	160.114,62	62,02
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	412.203,00	458.685,70	61.850,39	234.666,41	51,16
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.330.703,00	3.377.185,70	633.562,42	1.864.643,32	55,21
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	50.448,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.273.238,28	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.260.079,48	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.255.981,42	0,00
49.2 Restos a Pagar	4.098,06	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.379,57	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	70.887,12	0,00

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA PEDRO LUIS FASSINA ROSECLER DE OLIVEIRA DE PR
ORDENADOR DA DESPESA TÉCN. EM CONTABILIDADE CRC 1: CONTROLADORA INTERNA
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.482,70, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO - Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito E Despesas de Capital

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	84.901,56		-84.901,56
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.111.716,00	1.580.117,06	0,00	2.531.598,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.111.716,00	1.580.117,06	0,00	2.531.598,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.111.716,00	-1.495.215,50		-2.616.500,50

FONTE:

Vargeão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos E Aplicação de Recursos

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	100,00
Investimentos	100,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	100,00	0,00	0,00	100,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					R\$ 1,00	
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)						
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	546.000,00	546.000,00	339.376,15	62,16		
Imposto sobre Transmissão de Bens Interviúos - ITBI	140.000,00	140.000,00	160.765,62	114,83		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	30.000,00	30.000,00	51.376,71	171,26		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	79.697,45	33,21		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	125.000,00	125.000,00	39.469,36	31,58		
Dívida Ativa dos Impostos	2.000,00	2.000,00	445,70	22,29		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	7.126,21	101,80		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)						
Cota-Parte FPM	2.000,00	2.000,00	495,10	24,76		
Cota-Parte IPVA	11.120.000,00	11.120.000,00	7.329.751,47	65,92		
Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	3.872.488,24	64,54		
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	692,90	3,46		
Cota-Parte IPVA	310.000,00	310.000,00	277.540,66	89,53		
Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	3.114.686,21	66,27		
Cota-Parte IPI-Exportação	66.000,00	66.000,00	52.277,77	79,21		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	12.065,69	50,27		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.000,00	24.000,00	12.065,69	50,27		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.666.000,00	11.666.000,00	7.669.127,62	65,74		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS						
Provenientes da União	0,00	0,00	64.000,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	64.000,00			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	64.000,00			
DESPESAS COM SAÚDE (por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.101.100,00	3.101.100,00	2.370.626,36	76,44	1.948.966,88	62,85
Pessoal e Encargos Sociais	1.562.500,00	1.569.500,00	1.010.765,39	64,40	1.003.996,74	63,97
Outras Despesas Correntes	1.538.600,00	1.531.600,00	1.359.860,97	88,79	944.970,14	61,70
DESPESAS DE CAPITAL	115.502,00	205.502,00	147.854,06	71,95	141.009,70	68,62
Investimentos	115.502,00	205.502,00	147.854,06	71,95	141.009,70	68,62

Continua 1/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	115.502,00	205.502,00	147.854,06	71,95	141.009,70	68,62
	115.502,00	205.502,00	147.854,06	71,95	141.009,70	68,62
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.216.602,00	3.306.602,00	2.518.480,42	76,17	2.089.976,58	63,21
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	681.702,00	771.702,00	610.370,07	24,24	545.001,04	26,08
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	671.200,00	671.200,00	516.450,07	20,51	451.081,04	21,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	10.502,00	100.502,00	93.920,00	3,73	93.920,00	4,49
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO DO JE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	681.702,00	771.702,00	610.370,07	24,24	545.001,04	26,08
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.534.900,00	2.534.900,00	1.908.110,35	51,93	1.544.975,54	37,13
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,15
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						394.606,40

Continua 2/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR			
Inscritos em 2013	0,00	58.935,60	-58.935,60			0,00
TOTAL	0,00	58.935,60	-58.935,60			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00				0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00				0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULOS 16 E 18						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-					-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (i)	% (jTotal i)*100	Até Bimestre (m)	% (mTotal m)*100	
Atenção Básica	3.183.102,00	2.506.434,12	99,52	2.077.930,28	99,42	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.000,00	11.941,30	0,47	11.941,30	0,57	
Vigilância Sanitária	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	8.000,00	105,00	0,00	105,00	0,01	
TOTAL	3.216.602,00	2.518.480,42	100,00	2.089.976,58	100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Vargão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA ORDENADOR DA DESPESA	PEDRO LUIS FASSINA TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA CONTROLADORA INTERNA
---	--	---

LRF - Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório da Execução Orçamentária

Município de Vargem - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	13.214.216,00
Previsão Atualizada			—	13.214.216,00
Receitas Realizadas			2.686.424,06	10.412.520,85
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	291.528,34
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	13.214.216,00
Créditos Adicionais			—	2.873.882,70
Dotação Atualizada			—	16.088.098,70
Despesas Empenhadas			2.340.707,12	10.865.344,03
Despesas Liquidadas			3.531.060,04	9.102.547,95
Superavit Orçamentário			—	1.309.972,90
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			2.340.707,12	10.865.344,03
Despesas Liquidadas			3.531.060,04	9.102.547,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				13.326.991,10
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)			0,00	0,00
Liquidadas			0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.404.400,00	-514.542,94	36,64
Resultado Primário		179.100,00	1.209.487,26	675,31
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	946.855,52	0,00	600.576,29	346.279,23
EXECUTIVO	946.855,52	0,00	600.576,29	346.279,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	102.224,94	2.205,92	98.750,22	1.268,80
EXECUTIVO	102.224,94	2.205,92	98.750,22	1.268,80
TOTAL:	1.049.080,46	2.205,92	699.326,51	347.548,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.772.286,01	25%	23,11
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.001.214,26	60%	78,18
Liquidadas		1.001.214,26		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			84.901,56	-84.901,56
Despesa de Capital Líquida			1.580.117,06	2.531.598,94
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	100,00

Continua 1/2

Município de Vargeão - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.544.975,54	15,00	20,15
Liquidadas	1.544.975,54		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas **liquidadas** são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas **liquidadas**, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas **liquidadas** no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Vargeão, 15/09/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

Vargem Bonita

PREFEITURA

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

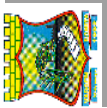


Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.517.308,83	19,79	14.576.077,56	82,03
RECEITAS CORRENTES	17.770.000,00	17.770.000,00	2.951.435,31	16,61	12.568.099,92	70,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	939.640,00	939.640,00	153.556,41	16,34	725.144,26	77,17
IMPOSTOS	888.000,00	888.000,00	150.589,86	16,96	683.925,19	77,02
TAXAS	51.520,00	51.520,00	2.966,55	5,76	41.219,07	80,01
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	126.000,00	126.000,00	22.971,81	18,23	80.301,99	63,73
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	126.000,00	126.000,00	22.971,81	18,23	80.301,99	63,73
RECEITA PATRIMONIAL	83.840,00	83.840,00	13.941,91	16,63	104.455,90	124,59
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.120,00	60.120,00	7.964,00	13,25	62.496,00	103,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	23.720,00	23.720,00	5.977,91	25,20	41.959,90	176,90
RECEITA AGROPECUÁRIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.360,00	39.360,00	15.922,59	40,45	77.586,34	197,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.540.370,00	16.540.370,00	2.740.024,54	16,57	11.501.724,12	69,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.399.050,00	16.399.050,00	2.696.875,29	16,45	11.382.532,78	69,41
Transf. de Pessoas	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	140.120,00	140.120,00	43.149,25	30,79	119.191,34	85,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.670,00	40.670,00	5.018,05	12,34	78.887,31	193,97
Multas e Juros de Mora	10.200,00	10.200,00	2.779,72	27,25	7.906,02	77,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.800,00	4.800,00	1.364,12	28,42	21.228,46	442,26
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	874,21	7,29	45.332,83	377,77
RECEITAS DIVERSAS	13.670,00	13.670,00	0,00	0,00	4.420,00	32,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	565.873,52	0,00	2.007.977,64	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	254.300,00	0,00	254.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	254.300,00	0,00	254.300,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	311.573,52	0,00	1.753.677,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	244.800,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	311.573,52	0,00	1.508.877,64	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.517.308,83	19,79	14.576.077,56	82,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						Continua 1/3



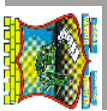
Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.517.308,83	19,79	14.576.077,56	82,03
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.517.308,83	19,79	14.576.077,56	82,03
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.373.594,90	—	—	914.802,89	—
Superávit Financeiro	—	1.373.594,90	—	—	914.802,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.770.000,00	4.370.849,89	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	59,52
DESPESAS CORRENTES	16.697.380,00	384.083,40	17.081.463,40	2.746.306,25	11.593.726,08	3.060.162,09	10.914.005,99	63,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.344.740,00	148.869,98	9.493.609,98	1.833.945,52	6.396.048,18	1.833.945,52	6.396.048,18	67,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	118,81	0,00	118,81	2,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.347.140,00	235.213,42	7.582.353,42	912.360,73	5.197.559,09	1.226.216,57	4.517.839,00	59,58
DESPESAS DE CAPITAL	1.057.620,00	3.986.766,49	5.044.386,49	820.770,70	3.564.279,84	437.627,61	2.263.236,75	44,87
INVESTIMENTOS	917.120,00	4.064.766,49	4.981.886,49	820.770,70	3.538.840,77	437.627,61	2.237.797,68	44,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.500,00	-78.000,00	62.500,00	0,00	25.439,07	0,00	25.439,07	40,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.770.000,00	4.370.849,89	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	59,52

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

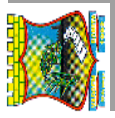
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.770.000,00	4.370.849,89	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	8.963.607,15
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.398.834,82	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.770.000,00	4.370.849,89	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	14.576.077,56	8.963.607,15

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZHIN SUÉLEN FAVRETTO
Prefeita Municipal
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

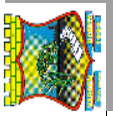
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	100,00	59,52
Legislativa	900.000,00	900.000,00	147.284,26	504.134,51	147.284,26	504.134,51	3,83	56,01
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	147.284,26	504.134,51	147.284,26	504.134,51	3,83	56,01
Administração	2.452.310,00	2.584.310,00	378.189,87	1.527.244,01	436.972,58	1.361.399,02	10,33	52,68
Planejamento e Orçamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.422.310,00	2.554.310,00	378.189,87	1.527.244,01	436.972,58	1.361.399,02	10,33	53,30
Segurança Pública	58.160,00	58.160,00	4.012,50	31.156,35	5.924,77	22.481,35	0,17	38,65
Policimento	40.160,00	40.160,00	4.012,50	13.156,35	2.924,77	11.981,35	0,09	29,83
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	3.000,00	10.500,00	0,08	58,33
Assistência Social	548.600,00	681.079,86	59.497,45	394.455,36	75.288,41	370.813,60	2,81	54,44
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	538.600,00	671.079,86	59.497,45	394.455,36	75.288,41	370.813,60	2,81	55,26
Saúde	4.691.120,00	5.337.558,33	918.128,99	3.733.480,36	1.067.605,90	3.251.757,55	24,68	60,92
Atenção Básica	4.620.760,00	5.256.760,00	915.433,55	3.715.176,16	1.065.333,46	3.233.876,35	24,54	61,52
Vigilância Sanitária	38.240,00	40.032,89	1.326,44	3.965,02	903,44	3.542,02	0,03	8,85
Vigilância Epidemiológica	12.120,00	20.765,64	734,00	9.390,38	734,00	9.390,38	0,07	45,22
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	635,00	4.948,80	635,00	4.948,80	0,04	24,74
Educação	4.130.590,00	4.363.755,21	792.143,41	3.060.559,11	966.811,47	3.007.789,72	22,83	68,93
Alimentação e Nutrição	162.320,00	212.320,00	28.207,32	112.260,68	28.930,06	111.372,53	0,85	52,46
Ensino Fundamental	2.574.270,00	2.719.435,21	484.621,80	1.984.909,61	646.246,08	1.942.078,24	14,74	71,41
Ensino Médio	130.000,00	130.000,00	19.466,18	64.440,21	19.466,18	64.440,21	0,49	49,57
Ensino Superior	362.000,00	362.000,00	94.141,99	299.323,50	94.141,99	299.323,50	2,27	82,69
Educação Infantil	844.000,00	844.000,00	124.706,12	523.125,11	137.027,16	514.075,24	3,90	60,91
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	55.000,00	93.000,00	41.000,00	76.500,00	41.000,00	76.500,00	0,58	82,26
Cultura	208.000,00	218.000,00	3.218,02	157.679,40	11.778,02	145.199,40	1,10	66,61
Diffusão Cultural	208.000,00	218.000,00	3.218,02	157.679,40	11.778,02	145.199,40	1,10	66,61
Urbanismo	587.000,00	1.027.000,00	8.015,90	928.590,65	73.004,98	342.279,89	2,60	33,33
Infra-Estrutura Urbana	15.000,00	415.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	572.000,00	612.000,00	8.015,90	528.590,65	73.004,98	342.279,89	2,60	55,93

Continua 1/3

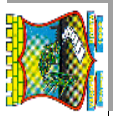


Continuação 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	100,00	59,52
Habituação	60.000,00	190.575,37	5.954,91	70.409,41	6.108,46	69.889,44	0,53	36,67
Habituação Rural	10.000,00	10.000,00	4.754,59	4.754,59	4.754,59	4.754,59	0,04	47,55
Habituação Urbana	50.000,00	180.575,37	1.200,32	65.654,82	1.353,87	65.134,85	0,49	36,07
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.295.000,00	1.849.411,50	168.001,51	1.211.768,45	170.145,96	1.188.370,89	9,02	64,26
Extensão Rural	1.295.000,00	1.849.411,50	168.001,51	1.211.768,45	170.145,96	1.188.370,89	9,02	64,26
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	21.000,00	21.000,00	2.200,00	11.500,00	4.300,00	8.700,00	0,07	41,43
Telecomunicações	21.000,00	21.000,00	2.200,00	11.500,00	4.300,00	8.700,00	0,07	41,43
Transporte	1.832.220,00	3.928.999,62	910.594,51	2.935.580,46	367.465,71	2.335.312,61	17,72	59,44
Transporte Rodoviário	1.832.220,00	3.928.999,62	910.594,51	2.935.580,46	367.465,71	2.335.312,61	17,72	59,44
Desporto e Lazer	388.000,00	461.000,00	98.797,95	300.548,49	94.061,51	278.215,40	2,11	60,35
Desporto Comunitário	388.000,00	461.000,00	98.797,95	300.548,49	94.061,51	278.215,40	2,11	60,35
Encargos Especiais	562.000,00	484.000,00	71.037,67	290.899,36	71.037,67	290.899,36	2,21	60,10
Serviço da Dívida Interna	145.000,00	67.000,00	0,00	25.557,88	0,00	25.557,88	0,19	38,15
Outros Encargos Especiais	417.000,00	417.000,00	71.037,67	265.341,48	71.037,67	265.341,48	2,01	63,63

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	100,00	59,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.770.000,00	22.140.849,89	3.567.076,95	15.158.005,92	3.497.789,70	13.177.242,74	100,00	59,52

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

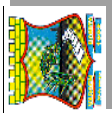
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	RS 1,00	
		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014			TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.738.149,07	1.684.207,36	1.877.786,22	2.115.285,55	2.082.361,46	1.933.634,62	1.744.593,78	1.922.930,87	1.939.906,63	1.787.930,32	1.690.623,25	1.806.772,02	22.324.193,15	21.170.890,00	
	I.P.T.U.	72.749,91	74.398,92	73.606,13	92.951,84	75.985,66	84.635,99	106.236,18	102.405,65	85.451,22	116.873,15	85.740,18	67.816,23	1.038.851,06	939.640,00	
	I.R.R.F	341,27	134,36	404,30	1.182,34	0,00	0,00	3.535,29	17.638,25	13.921,16	2.844,60	1.938,23	342,63	41.943,43	36.000,00	
	I.S.S.	21.637,91	21.256,68	22.793,47	37.696,66	27.211,27	22.797,90	25.670,91	21.580,28	28.897,71	30.899,58	30.824,10	26.159,64	317.426,11	280.000,00	
	I.T.B.I.	41.227,84	50.705,68	47.661,61	52.615,75	47.763,10	43.594,58	53.469,06	59.853,79	38.790,54	80.098,95	52.151,53	37.493,73	606.426,16	550.000,00	
	Outras Receitas Tributárias	5.970,00	2.158,28	2.202,18	124,12	702,36	2.040,00	5.705,00	2.600,00	2.200,00	1.860,00	240,00	1.440,00	27.239,94	22.000,00	
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.572,89	145,92	544,57	1.332,97	308,93	16.203,51	17.855,92	733,33	1.980,81	1.170,02	586,32	2.380,23	46.815,42	51.640,00	
	RECEITA PATRIMONIAL	8.863,20	9.319,82	9.782,86	9.471,10	9.288,18	9.471,10	10.066,35	9.472,66	9.321,71	13.107,92	9.863,89	117.182,33	126.000,00	126.000,00	
	RECEITA AGROPECUÁRIA	5.668,65	5.800,95	9.044,08	11.589,00	36.466,49	11.748,04	8.180,52	10.815,43	7.718,84	15.594,67	7.322,68	6.619,23	136.558,58	83.840,00	
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	
	RECEITA DE SERVIÇOS	4.108,17	9.173,36	5.581,54	6.429,55	9.378,97	10.769,63	7.016,97	9.842,59	13.854,93	10.860,66	8.550,46	7.372,13	102.878,96	39.360,00	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.644.760,62	1.580.512,08	1.778.235,54	1.988.608,03	1.910.321,91	1.812.387,43	1.594.592,73	1.787.218,76	1.821.430,47	1.630.441,35	1.572.748,01	1.713.236,49	20.834.493,42	19.941.250,00	
	Cota-Parte do F.P.M.	352.678,29	352.683,71	489.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.428,05	5.793.314,90	5.730.000,00	
	Cota-Parte do I.C.M.S.	921.594,94	896.000,53	983.941,00	979.768,63	969.519,69	922.408,74	935.759,29	912.090,69	927.133,27	940.599,31	874.084,74	917.010,92	11.179.901,75	10.700.000,00	
	Cota-Parte do IP.V.A.	36.332,73	31.609,84	16.598,52	10.858,06	15.094,77	30.546,35	46.200,47	45.477,30	43.723,89	38.536,96	40.206,28	42.278,76	399.446,93	340.000,00	
Cota-Parte do ITR	638,13	11.670,82	7.959,85	348,90	39,00	20,25	11,61	7,83	0,00	0,00	0,00	12,86	20.890,25	30.000,00		
Outras Transferências Correntes	202.450,86	161.641,95	137.021,29	114.960,10	173.286,26	71.833,15	96.396,48	255.979,15	120.920,97	73.050,74	150.064,67	157.405,33	1.717.010,95	1.536.850,00		
Transferências da LC 61/1989	12.827,03	13.926,01	15.463,81	16.549,42	15.656,66	13.255,31	12.952,13	14.101,17	15.331,04	14.602,00	15.000,82	15.462,51	175.247,91	154.000,00		
Transferências da LC 87/1996	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.095,95	4.095,95	0,00	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	44.962,25	50.400,00		
Transferências do FUNDEB	112.075,99	108.906,57	122.591,54	121.958,87	137.808,22	134.851,78	124.479,46	125.420,57	137.136,05	129.776,40	120.168,92	128.544,11	1.503.718,48	1.400.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.968,52	5.002,23	2.416,47	5.924,27	4.073,33	4.865,35	18.857,20	2.582,09	1.978,51	4.848,78	3.154,00	1.864,05	94.228,80	40.670,00		
DEDUÇÕES (II)	DEDUÇÕES (II)	266.046,55	261.967,57	303.724,38	303.518,54	319.845,26	321.140,32	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	260.502,72	285.457,24	3.475.910,07	3.400.880,00	
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	266.046,55	261.967,57	303.724,38	303.518,54	319.845,26	321.140,32	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	260.502,72	285.457,24	3.475.910,07	3.400.880,00	
	RECETA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.472.102,52	1.422.239,79	1.574.073,84	1.811.767,01	1.762.516,20	1.612.494,30	1.470.251,41	1.641.762,85	1.627.232,16	1.502.407,69	1.430.120,53	1.521.314,78	18.848.283,08	17.770.000,00	
FONTE: FARGEM BONITA, 15/09/2014																

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI Prefeita Municipal	SUELLEN FAIVRETO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRO/SC - 16.6310
--	--	--

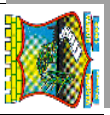
Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



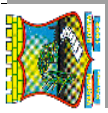
Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	137.212,05	26.121,86	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.924.447,37	3.465.455,12	3.411.815,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.924.447,37	3.465.455,12	3.411.815,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.787.235,32	-3.439.333,26	-3.411.815,01
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	89.172,99	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.876.408,31	-3.439.333,26	-3.411.815,01

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	27.518,25	-1.535.406,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	568.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.746.280,00	2.945.457,40	12.526.140,02	10.970.716,99
Receita Tributária	939.640,00	153.556,41	725.144,26	551.258,55
I.P.T.U.	36.000,00	2.280,86	39.881,16	39.533,68
I.S.S.	550.000,00	89.645,26	413.215,28	294.232,31
I.T.B.I.	22.000,00	1.680,00	16.787,36	11.013,34
I.R.R.F.	280.000,00	56.983,74	214.041,39	169.757,16
Outras Receitas Tributárias	51.640,00	2.966,55	41.219,07	36.722,06
Receita de Contribuição	126.000,00	22.971,81	80.301,99	72.620,48
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	126.000,00	22.971,81	80.301,99	72.620,48
Receita Patrimonial Líquida	60.120,00	7.964,00	62.496,00	65.435,00
Receita Patrimonial	83.840,00	13.941,91	104.455,90	78.881,90
(-) Aplicações Financeiras	23.720,00	5.977,91	41.959,90	13.446,90
Transferências Correntes	16.540.370,00	2.740.024,54	11.501.724,12	10.241.126,67
F.P.M.	4.584.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	8.560.000,00	1.432.876,67	5.918.886,03	5.373.589,81
Convênios	140.120,00	43.149,25	119.191,34	86.115,36
Outras Transferências Correntes	3.256.250,00	609.956,43	2.377.818,05	1.923.109,86
Demais Receitas Correntes	80.150,00	20.940,64	156.473,65	40.276,29
Dívida Ativa	12.000,00	874,21	45.332,83	8.158,63
Diversas Receitas Correntes	68.150,00	20.066,43	111.140,82	32.117,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	565.873,52	2.007.977,64	221.125,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	254.300,00	254.300,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	311.573,52	1.753.677,64	221.125,00
Convênios	0,00	311.573,52	1.508.877,64	221.125,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	244.800,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	311.573,52	1.753.677,64	221.125,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.746.280,00	3.257.030,92	14.279.817,66	11.191.841,99
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.081.463,40	3.060.162,09	10.914.005,99	9.550.903,16
Pessoal e Encargos Sociais	9.493.609,98	1.833.945,52	6.396.048,18	5.555.692,87
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.500,00	0,00	118,81	381,06
Outras Despesas Correntes	7.582.353,42	1.226.216,57	4.517.839,00	3.994.829,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.075.963,40	3.060.162,09	10.913.887,18	9.550.522,10
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.044.386,49	437.627,61	2.263.236,75	235.881,04
Investimentos	4.981.886,49	437.627,61	2.237.797,68	152.037,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	62.500,00	0,00	25.439,07	83.843,23
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.981.886,49	437.627,61	2.237.797,68	152.037,81



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	22.072.849,89	3.497.789,70	13.151.684,86	9.702.559,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.326.569,89	-240.758,78	1.128.132,80	1.489.282,08
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	914.802,89	914.802,89
Superávit Financeiro	-	-	914.802,89	914.802,89
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				229.020,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	209.418,84	209.418,84	-
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.418,84	209.418,84	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.650,00	162.650,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.768,84	46.768,84	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)								
	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.418,84	209.418,84	0,00
								100.000,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTI
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR ORÇ/SC - 18.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	898.800,00	898.800,00	151.538,44	726.748,52	80,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	43.200,00	43.200,00	3.229,44	43.764,85	101,31
1.1.1- IPTU	36.000,00	36.000,00	2.280,86	39.881,16	110,78
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	203,08	287,20	23,93
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.800,00	4.800,00	547,71	2.996,62	62,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	197,79	599,87	49,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	1.680,00	16.787,36	76,31
1.2.1- ITBI	22.000,00	22.000,00	1.680,00	16.787,36	76,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	553.600,00	553.600,00	89.645,26	452.154,92	81,68
1.3.1- ISS	550.000,00	550.000,00	89.645,26	413.215,28	75,13
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	651,39	54,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	37.511,44	3.125,95
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	776,81	64,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	280.000,00	280.000,00	56.983,74	214.041,39	76,44
1.4.1- IRRF	280.000,00	280.000,00	56.983,74	214.041,39	76,44
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.004.400,00	17.004.400,00	2.729.801,47	11.703.254,89	68,82
2.1- Cota-Parte FPM	5.730.000,00	5.730.000,00	817.552,68	3.857.285,62	67,32
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.730.000,00	5.730.000,00	817.552,68	3.857.285,62	67,32
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	10.700.000,00	1.791.095,66	7.398.606,65	69,15
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.400,00	50.400,00	8.191,90	28.671,65	56,89
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	154.000,00	154.000,00	30.463,33	116.361,64	75,56
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	12,86	272,55	0,91
2.6- Cota-Parte IPVA	340.000,00	340.000,00	82.485,04	302.056,78	88,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.903.200,00	17.903.200,00	2.881.339,91	12.430.003,41	69,43
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	211.410,00	211.410,00	36.559,77	140.939,35	66,67
5.1- Transferências do Salário-Educação	167.520,00	167.520,00	28.561,51	120.853,70	72,14
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.200,00	1.200,00	0,00	90,00	7,50
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	42.570,00	42.570,00	7.998,26	19.995,65	46,97
5.5- Outras Transferências do FNDE	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.240,00	135.240,00	33.144,88	99.434,64	73,52
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	33.144,88	99.434,64	73,66
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.200,00	1.200,00	299,50	2.733,60	227,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	347.850,00	347.850,00	70.004,15	243.107,59	69,89
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.400.880,00	3.400.880,00	545.959,96	2.340.653,03	68,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.146.000,00	1.146.000,00	163.510,49	771.456,92	67,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.140.000,00	2.140.000,00	358.218,99	1.479.720,62	69,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.080,00	10.080,00	1.638,38	5.734,33	56,89
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.800,00	30.800,00	6.092,68	23.276,75	75,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	2,57	54,50	0,91
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	16.496,85	60.409,91	88,84
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	248.713,03	1.038.185,51	74,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	248.713,03	1.038.185,51	74,16
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-2.000.880,00	-2.000.880,00	-297.246,93	-1.302.467,52	65,09
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	840.720,00	980.720,00	239.027,75	803.946,28	81,98
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	840.720,00	980.720,00	239.027,75	803.946,28	81,98
14- OUTRAS DESPESAS	560.480,00	435.645,21	74.227,05	270.851,04	62,17
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	560.480,00	435.645,21	74.227,05	270.851,04	62,17
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.401.200,00	1.416.365,21	313.254,80	1.074.797,32	75,88
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.074.797,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					77,44
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					26,09
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					-3,53
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					15.165,21
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					15.165,21
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.475.800,00	4.475.800,00	720.334,98	3.107.500,85	69,43
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	844.000,00	844.000,00	137.027,16	514.075,24	60,91
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.227.620,00	2.372.785,21	576.134,83	1.719.119,06	72,45
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.401.200,00	1.416.365,21	313.254,80	1.074.797,32	75,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	826.420,00	956.420,00	262.880,03	644.321,74	67,37
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.071.620,00	3.216.785,21	713.161,99	2.233.194,30	69,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.302.467,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.302.467,52
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.535.661,82
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,44
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	167.640,00	167.640,00	28.661,30	120.171,64	71,68
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	98.330,00	98.330,00	14.033,17	50.405,57	51,26
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	265.970,00	265.970,00	42.694,47	170.577,21	64,13
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.337.590,00	3.482.755,21	755.856,46	2.403.771,51	69,02



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.038.185,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.038.185,51	0,00

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.044.386,49	2.263.236,75	0,00	2.781.149,74
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.044.386,49	2.263.236,75	0,00	2.781.149,74
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.044.386,49	-2.263.236,75		-2.781.149,74

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	254.300,00	-254.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	254.300,00	-254.300,00
TOTAL	0,00	254.300,00	-254.300,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	87.000,00	85.000,00	0,00	2.000,00
Investimentos	87.000,00	85.000,00	0,00	2.000,00
TOTAL	87.000,00	85.000,00	0,00	2.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	169.300,00	169.300,00

FONTE:

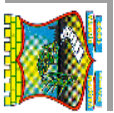
VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

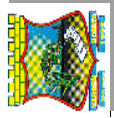
R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	134.820,00	134.820,00	109.012,28	80,86
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.400,00	5.400,00	5.982,17	110,78
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.300,00	3.300,00	2.518,10	76,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	82.500,00	82.500,00	61.982,29	75,13
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	32.106,22	76,44
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360,00	360,00	140,80	39,11
Dívida Ativa dos Impostos	900,00	900,00	6.076,19	675,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	360,00	360,00	206,51	57,36
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.550.660,00	2.550.660,00	1.755.488,29	68,82
Cota-Parte FPM	859.500,00	859.500,00	578.592,86	67,32
Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	40,88	0,91
Cota-Parte IPVA	51.000,00	51.000,00	45.308,59	88,84
Cota-Parte ICMS	1.605.000,00	1.605.000,00	1.109.790,98	69,15
Cota-Parte IPI-Exportação	23.100,00	23.100,00	17.454,25	75,56
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	7.560,00	7.560,00	4.300,73	56,89
Desoneração ICMS (LC 87/96)	7.560,00	7.560,00	4.300,73	56,89
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	2.685.480,00	2.685.480,00	1.864.500,57	69,43

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.450.880,00	4.408.818,33	3.059.933,16	69,40	2.923.288,75	66,31
Pessoal e Encargos Sociais	2.756.900,00	2.920.900,00	2.043.195,31	69,95	2.043.195,31	69,95
Outras Despesas Correntes	693.980,00	1.487.918,33	1.016.737,85	68,33	880.093,44	59,15
DESPESAS DE CAPITAL	125.120,00	772.120,00	664.691,00	86,09	321.112,60	41,59
Investimentos	125.120,00	772.120,00	664.691,00	86,09	321.112,60	41,59

Continua 1/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

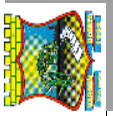
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
							Até o Bimestre (f) %		Até o Bimestre (g) (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL			125.120,00		772.120,00		86,09		321.112,60	
Investimentos			125.120,00		772.120,00		86,09		321.112,60	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)			3.576.000,00		5.180.938,33		71,89		3.244.401,35	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
							Até o Bimestre (h) %		Até o Bimestre (i) (i/IVg)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			0,00		0,00		0,00		0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER			0,00		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS			890.520,00		890.520,00		14,14		526.350,54	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS			766.680,00		766.680,00		12,81		476.818,18	
Recursos de Operações de Crédito			0,00		0,00		0,00		0,00	
Outros Recursos			123.840,00		123.840,00		1,33		49.532,36	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS			0,00		0,00		0,00		0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹			-		-		0,00		-	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²			0,00		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE			0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)			890.520,00		890.520,00		14,14		526.350,54	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)			2.685.480,00		4.290.418,33		57,75		2.718.050,81	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5									145,78	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]									2.438.375,72	

Continua 2/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ADITIVOS 2º E 3º								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.545.760,00	5.140.260,00	3.711.576,16	99,65	3.231.776,35	99,61
Vigilância Sanitária	18.120,00	19.912,69	3.657,62	0,10	3.234,62	0,10
Vigilância Epidemiológica	12.120,00	20.765,64	9.390,38	0,25	9.390,38	0,29
TOTAL	3.576.000,00	5.180.938,33	3.724.624,16	100,00	3.244.401,35	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

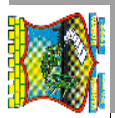
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{Ilb})/100]$

Continua 3/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIONI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Continuação 4/4

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/09/2014

 MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICIOI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 4º Bimestre 2014 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	17.770.000,00
Previsão Atualizada		—	17.770.000,00
Receitas Realizadas		3.517.308,83	14.576.077,56
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	914.802,89
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	17.770.000,00
Créditos Adicionais		—	4.370.849,89
Dotação Atualizada		—	22.140.849,89
Despesas Empenhadas		3.567.076,95	15.158.005,92
Despesas Liquidadas		3.497.789,70	13.177.242,74
Superavit Orçamentário		—	1.398.834,82
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.567.076,95	15.158.005,92
Despesas Liquidadas		3.497.789,70	13.177.242,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			18.848.283,08
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		568.000,00	-1.535.406,70
Resultado Primário		229.020,00	1.128.132,80
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		309.418,84	0,00
EXECUTIVO		309.418,84	0,00
TOTAL:		309.418,84	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.535.661,82	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		803.946,28	60%
Liquidadas		803.946,28	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		2.263.236,75	2.781.149,74

Continua 1/2



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	254.300,00	-254.300,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	85.000,00	2.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.718.050,81	15,00	145,78
Liquidadas	2.718.050,81		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 15/09/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Vidal Ramos**PREFEITURA****Edital de Concurso Público Nº. 01/2014**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº01/2014

O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.376/0001-34, torna público que se encontram abertas no período de 19/09/2014 à 19/10/2014, as inscrições para o Concurso Público, para os cargos de Médico Pediatra (01 vaga), Médico Ginecologista e Obstetra (01 vaga), Fonoaudióloga (01 vaga) e Auxiliares de Serviços Gerais (02 vagas).

Informações Complementares no Edital publicado no site da www.clicksolucoesinteligentes.com.br e www.prefeituravidalramos.com.br

Vidal Ramos, 15 de Setembro de 2014

Laércio da Cruz

Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Extrato Contrato Nº 170/2014**

Contrato nº: 170/2014

Data de Assinatura: 01.09.2014

Fornecedor.....: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda.

Valor : R\$ 12.402,00

Licitação : Pregão Presencial nº 47/2014 - FMS.

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA SEREM UTILIZADAS NAS DIVULGAÇÕES DE CAMPANHAS DA SAÚDE NA ESCOLA, DOS PROGRAMAS DST/HIV/ AIDS E HEPATITES VIRAIS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato Contrato Nº 171/2014

Contrato nº: 171/2014

Data de Assinatura: 02.09.2014

Fornecedor.....: Palazzo Construtora Ltda ME.

Valor : R\$ 35.754,49

Licitação : Tomada de Preços nº 01/2014-FMS.

Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 01/09/2015

Objeto : Contratação de empresa para reforma do Posto de Saúde do Bairro Amarante, Convênio Ministério da Saúde Requalifica UBS - Proposta nº 10432684000113002, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.

Extrato Contrato Nº 172/2014

Contrato nº: 172/2014

Data de Assinatura: 02.09.2014

Fornecedor.....: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

Valor : R\$ 5.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2014-FMS.

Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS, DESENVOLVIDO PELO PROGRAMA DST/HIV/ AIDS E HIV DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato Contrato Nº 173/2014

Contrato nº: 173/2014

Data de Assinatura: 05.09.2014

Fornecedor.....: Retífica e Auto Peças Doca Ltda ME.

Valor : R\$ 17.384,00

Licitação : Pregão Presencial nº 108/2014-PMV.

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA RETRO-ESCAVADEIRA CASE 580 L 4X4, FROTA 103 DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato Contrato Nº 174/2014

Contrato nº: 174/2014

Data de Assinatura: 08.09.2014

Fornecedor....: Palazzo Construtora Ltda.

Valor : R\$ 52.934,74

Licitação : Tomada de Preços nº 12/2014-PMV

Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 07/09/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIO E ACESSO À ESCOLA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL FIDÉLIS FANTIN, COM ÁREA TOTAL DE 283,35 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO.

Extrato Contrato Nº 175/2014

Contrato nº: 175/2014

Data de Assinatura: 10.09.2014

Fornecedor....: Transpotech Peças e Serviços Ltda.

Valor : R\$ 265.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 109/2014-PMV

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRA PARA SER UTILIZADA PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato Contrato Nº 176/2014

Contrato nº: 176/2014

Data de Assinatura: 10.09.2014

Fornecedor....: Clarisse Gelinski Ricci.

Valor : R\$ 2.650,00

Licitação : Pregão Presencial nº 111/2014-PMV

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE DECORAÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO MEDALHÃO, PARA O EVENTO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA", PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

Extrato Contrato Nº 177/2014

Contrato nº: 177/2014

Data de Assinatura: 10.09.2014

Fornecedor....: Rudinei Schneider 98755935915

Valor : R\$ 5.700,00

Licitação : Pregão Presencial nº 112/2014-PMV

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA PELA INTERNET DO EVENTO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA", NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2014, NO GINÁSIO MEDALHÃO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Extrato Contrato Nº 178/2014

Contrato nº: 178/2014

Data de Assinatura: 10.09.2014

Fornecedor....: N.Z Serviços e Comércio de Som Ltda.

Valor : R\$ 5.900,00

Licitação : Pregão Presencial nº 110/2014-PMV

Vigência : Início: 10/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA ATENDER O EVENTO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA", QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2014, NO GINÁSIO POLIESPORTIVO MEDALHÃO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

Extrato Contrato Nº 179/2014

Contrato nº: 179/2014

Data de Assinatura: 12.09.2014

Fornecedor....: Melbox Estruturas para Eventos Ltda.

Valor : R\$ 4.960,00

Licitação : Pregão Presencial nº 107/2014-PMV

Vigência : Início: 12/09/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE TABLADO DE PALCO PARA USO NO EVENTO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA", NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2014, A SER REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 152/2014

Ata de Registro de Preços nº: 152/2014

Data de Assinatura: 01.09.2014

Fornecedor....: Auto Mecânica Geral Ltda.

Valor: R\$ 176.100,00

Licitação : Pregão Presencial nº 91/2014 - PMV

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 153/2014

Ata de Registro de Preços nº: 153/2014

Data de Assinatura: 01.09.2014

Fornecedor....: Carboni Veículos Ltda.

Valor: R\$ 357.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 91/2014 - PMV

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MICROÔNIBUS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 154/2014

Ata de Registro de Preços nº: 154/2014
Data de Assinatura: 01.09.2014
Fornecedor....: Auto Elite Ltda - Filial Videira
Valor: R\$ 92.000,00
Licitação : Pregão Presencial nº 91/2014 - PMV
Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 155/2014

Ata de Registro de Preços nº: 155/2014
Data de Assinatura: 01.09.2014
Fornecedor....: De Marco Ltda.
Valor: R\$ 360.900,00
Licitação : Pregão Presencial nº 91/2014 - PMV
Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MICROÔNIBUS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 156/2014

Ata de Registro de Preços nº: 156/2014
Data de Assinatura: 02.09.2014
Fornecedor....: Concretos Farroupilha Ltda.
Valor: R\$ 363.975,00
Licitação : Pregão Presencial nº 104/2014 - PMV
Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 01/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO FUTURO DE CONSERTO DE CALÇAMENTOS EXISTENTES, COM PEDRAS TIPO BASALTO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE PARCERIA DE PASSEIOS QUE SERÃO EXECUTADOS CONFORME NECESSIDADE.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 157/2014

Ata de Registro de Preços nº: 157/2014
Data de Assinatura: 02.09.2014
Fornecedor....: Britagem Gaspar Ltda.
Valor: R\$ 382.500,00
Licitação : Pregão Presencial nº 102/2014 - PMV
Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 01/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MASSA ASFÁLTICA (CBUQ) PARA SER UTILIZADA NA PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS RUAS, NA MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RUAS EXISTENTES PELO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 158/2014

Ata de Registro de Preços nº: 158/2014
Data de Assinatura: 03.09.2014
Fornecedor....: Restaurante e Lavação Mugnol Ltda - ME
Valor: R\$ 77.848,00
Licitação : Pregão Presencial nº 105/2014 - PMV
Vigência : Início: 03/09/2014 Término: 02/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO COMPLETA DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE FINANÇAS, AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E

CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, GABINETE DO PREFEITO E POLÍCIA CIVIL) E ÓRGÃO PARTICIPANTE: DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 159/2014

Ata de Registro de Preços nº: 159/2014
Data de Assinatura: 04.09.2014
Fornecedor....: Onevio Bettoni - EPP
Valor: R\$ 22.522,30
Licitação : Pregão Presencial nº 06/2014 - FME
Vigência : Início: 04/09/2014 Término: 03/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO QUE SERÁ UTILIZADO NOS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES ESPORTIVAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 160/2014

Ata de Registro de Preços nº: 160/2014
Data de Assinatura: 04.09.2014
Fornecedor....: Total Sports Ltda ME
Valor: R\$ 16.613,40
Licitação : Pregão Presencial nº 06/2014 - FME
Vigência : Início: 04/09/2014 Término: 03/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO QUE SERÁ UTILIZADO NOS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES ESPORTIVAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 161/2014

Ata de Registro de Preços nº: 161/2014
Data de Assinatura: 04.09.2014
Fornecedor....: J.A. Sonorizações Ltda.
Valor: R\$ 19.025,00
Licitação : Pregão Presencial nº 07/2014 - FME
Vigência : Início: 04/09/2014 Término: 03/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DOS EVENTOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 162/2014

Ata de Registro de Preços nº: 162/2014
Data de Assinatura: 04.09.2014
Fornecedor....: Marcelo Zanon ME
Valor: R\$ 3.350,00
Licitação : Pregão Presencial nº 07/2014 - FME
Vigência : Início: 04/09/2014 Término: 03/09/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DOS EVENTOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 163/2014

Ata de Registro de Preços nº: 163/2014

Data de Assinatura: 08.09.2014

Fornecedor....: Posto Dois Pinheiros Perdizes Ltda.

Valor: R\$ 56.342,00

Licitação : Pregão Presencial nº 115/2014 - PMV

Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 03/04/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE COMBUSTÍVEL ESPECIAL PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Tomada de Preços 13/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 462,00 M² PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, ATRAVÉS DO CONVÊNIO TR Nº 1314 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIDEIRA E MUNICÍPIO DE VIDEIRA PROCESSO SDR 09 1474/2014. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. As propostas preço e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 06 de outubro de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 h ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 15 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Editais de Convocação Nº 058/14

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 058/14

CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADO	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. SULIVAN FRANCISCO DA SILVA	MÉDICO - ESF	11264/14, DE 12/09/2014

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 12 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.264/14

DECRETO Nº 11.264/14, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, bem como, no Processo Administrativo nº 16078/2014,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SULIVAN FRANCISCO DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Pregão Eletrônico Nº 01/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 01/2014-FMS. 1. AQUISIÇÃO DE CADEIRINHAS PARA TRANSPORTAR CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE SAÚDE, PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 16/09/2014 a partir das 08:00 h. ao dia 30/09/2014 às 13:30 h. Abertura das propostas: dia 30/09/2014, às 13:31 h. Início da sessão de disputa de lances: dia 30/09/2014, às 13:31 h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.cidadecompras.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Eletrônico Nº 02/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 02/2014-FMS. 1. AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS MASCULINOS PARA SEREM DISPONIBILIZADOS AOS MUNICÍPIOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 16/09/2014 a partir das 08:00 h. ao dia 09/10/2014 às 13:59 h. Abertura das propostas: dia 09/10/2014, às 14:00 h. Início da sessão de disputa de lances: dia 09/10/2014, às 14:00 h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.cidadecompras.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Rescisão N. 0115/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0115/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0127/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS EDUARDA PONTES

CPF: 076.589.049-61

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 26 de agosto de 2014.

Extrato do Contrato N. 0535/14

Extrato do Contrato n. 0535/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE FAGHERAZZI

CPF: 020.412.879-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NEIVA MARIA FERRI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2014 a 04 de novembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSORA - Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

Extrato do Contrato N. 0542/14

Extrato do Contrato n. 0542/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADELAIDE FARIAS VIEIRA

CPF: 425.782.729-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIRLEI PERAZZOLI HEINECK EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2014 a 20 de setembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Contrato N. 0544/14

Extrato do Contrato n. 0544/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JESSICA ALVES RODRIGUES

CPF: 073.053.989-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA KERBER COSTA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2014 a 11 de novembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Contrato N. 0546/14

Extrato do Contrato n. 0546/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE DE MEDEIROS

CPF: 064.061.429-93

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA WILMAIR AUXILIADORA PONTES CAMPOS EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2014 a 04 de novembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSORA - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

Extrato do Contrato N. 0560/14

Extrato do Contrato n. 0560/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARGARETE ATT

CPF: 080.514.189-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 07 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Contrato N. 0562/14

Extrato do Contrato n. 0562/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI MARTINI

CPF: 048.221.199-71

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSORA - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0565/14

Extrato do Contrato n. 0565/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUSAN CORREA

CPF: 059.268.299-41

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEONICE FÁTIMA CROTTI TESTOLIN EM LICENÇA PARA DESEMPENHO PARA MANDATO CLASSISTA

VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2014 a 01 de novembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSORA - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0569/14

Extrato do Contrato n. 0569/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE APARECIDA ZAGO

CPF: 048.498.519-16

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANGELA ANDREOLA SCAPINELLO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2014 a 01 de outubro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSORA - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos)

Portaria Nº 1276/14

PORTARIA nº 1276/14

Designa Kalyne Danielewicz para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar KALYNE DANIELEWICZ, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de

Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2014.

Videira, 12 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1274/14

PORTARIA nº 1274/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 327/14 da Assessoria de Imprensa;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de setembro de 2014 até 30 de setembro de 2014, o gozo de férias do servidor PEDRO GILBERTO SCHAITEI, ocupante do cargo efetivo de Fotógrafo, referente ao período aquisitivo de 14 de junho de 2013 até 13 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 12 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1277/14

PORTARIA nº 1.277/14

Autoriza o Uso do Parque do Rio do Peixe - Praça do Lazer

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.006/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Parque do Rio do Peixe - Praça do Lazer, em especial a Concha Acústica, pela Escola de Educação Básica "Profª. Adelina Regis", no dia 1º de novembro de 2014, das 13h00min às 16h00min, a fim de realizar o evento "Arte no AR".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas, dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Laudo de Aceitabilidade de Amostras do PR 80/2014 - PMV Empresa: Roberto Tessaro E Cia Ltda

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
CADEIRAS EXECUTIVAS GIRATORIA

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO TESSARO, inscrita no CNPJ nº 85.248.680.0001/10, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
24	126	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA COM APOIO DE BRAÇOS - ASSENTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO 13 MM DE ESPESSURA; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 50 MM DE ESPESSURA MÉDIA E DENSIDADE DE 45 À 50 KG/M³; CARENAGEM DO ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; - ENCOSTO EM ESTRUTURA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE COM 40 MM DE ESPESSURA MÉDIA E DENSIDADE DE 45 À 50 KG/M³; CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO; - CAPA DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM VINIL, FIXADAS COM GRAMPOS AO ASSENTO DE MADEIRA E ENCOSTO DE PLÁSTICO; - APOIA BRAÇOS, EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO, COM ALMA DE AÇO SAE 1020 PINTADA, REGULAGEM DE ALTURA COM BOTÃO, TOTALIZANDO 7 POSIÇÕES E 85 MM DE CURSO. PARTE SUPERIOR DO APOIO DE BRAÇO EM POLIURETANO. CHAPA PARA FIXAÇÃO NO ASSENTO COM 2 FUIROS OBLONGOS, PERMITINDO AJUSTE HORIZONTAL POR PARAFUSOS. - BASE GIRATÓRIA DESMONTÁVEL COM ARANHA DE 5 HASTES DE AÇO COM PINO DO RODÍZIO SOLDADO NA EXTREMIDADE DA HASTE EM FUIROS DO TIPO FLANGEADO, EVITANDO QUE SE SOLTEM, COBERTA POR POLAINA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA, APOIADA SOBRE 5 RODÍZIOS DE DUPLO GIRO E DUPLO ROLAMENTO COM 50 MM DE DIÂMETRO EM NYLON COM CAPA, SEMIESFERA PLÁSTICA INJETADA JUNTO A ESTRUTURA, QUE FACILITA O GIRO, BANDA DE ROLAGEM EM POLIURETANO PARA USO EM PISO DURO, AMADEIRADOS E COM REVESTIMENTOS VINÍLICOS; - COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO, ROLAMENTO AXIAL DE GIRO, ESFERAS E ARRUELAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA, SISTEMA DE REGULAGEM DA ALTURA DA CADEIRA COM MOLA A GÁS; - TELESCÓPIO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO, DIVIDIDO EM 3 PARTES ENCAIXADAS, USADO PARA PROTEGER A COLUNA; - MECANISMO COM SISTEMA RECLINADOR DO ENCOSTO (SRE), DE ESTRUTURA MONOBLOCO, SOLDADO POR PROCESSO MIG EM CÉLULA ROBOTIZADA, COM ASSENTO FIXO TENDO 3º DE INCLINAÇÃO E 2 FURAÇÕES PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO COM DISTÂNCIA ENTRE CENTROS DE 125 X 125 MM E 160 X 200 MM. SUPORTE DO ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA AUTOMÁTICA ATRAVÉS DE CATRACA, TOTALIZANDO 80 MM DE CURSO, RECOBERTO POR CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO. INCLINAÇÃO DO ENCOSTO COM 28º DE CURSO SEMI-CIRCULAR ACIONADO POR ALAVANCA, OBTENDO-SE INFINITAS POSIÇÕES, COM MOLAS PARA O RETORNO AUTOMÁTICO DO ENCOSTO, E AJUSTE AUTOMÁTICO NA FRENAGEM DO RECLINADOR. - OS COMPONENTES METÁLICOS POSSUEM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE COM FOSFATO DE ZINCO COM PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO E ANCORAGEM DA TINTA; - A TINTA UTILIZADA PARA A PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER - EPÓXI) ISENTA DE METAIS PESADOS, NA COR PRETO LISO SEMI-BRILHO, COM CAMADA DE 60 MÍCRONS, ONDE TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA, À TEMPERATURA DE 200 °C. ESTA POLTRONA ESTÁ EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS NR17 - NORMA REGULAMENTADORA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE TRATA DA ERGONOMIA E NBR 13962 - DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), QUE NORMATIZA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DIMENSIONAIS PARA QUE SE OBTENHA UM MELHOR CONJUNTO EM TERMOS DE CONFORTO, ERGONOMIA E DURABILIDADE. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO ENCOSTO: 350 MM ;LARGURA DO ENCOSTO: 410 MM ;PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 420 MM ;LARGURA DO ASSENTO: 475 MM ;PROFUNDIDADE TOTAL DA CADEIRA: 700 MM ;ALTURA TOTAL DA CADEIRA: 820 - 1020 MM ;ALTURA DO ASSENTO: 420 - 540 MM ;LARGURA TOTAL DA CADEIRA: 700 MM; COR PRETA.	CAVALETTI 6104 SRE SL PU	Aprovada

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostra física apresentados pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014- PMV.

Sendo que a amostra física da cadeira executiva giratória com apoio de braços, da marca Cavaletti 6104 SRE SL PU - apresentada atende as especificação exigidas no item 24.

Videira/SC, 08 de setembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

Instruções Normativas Nº 001/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a adoção dos procedimentos a serem executados pelo Departamento de Patrimônio.

CONSIDERANDO ser atribuição do Controle Interno a expedição de atos normativos sobre procedimentos com vista ao disciplinamento, simplificação e a racionalização das rotinas para toda a Administração Municipal e a permanente necessidade de revisão, atualização e aperfeiçoamento dos procedimentos de controle interno no âmbito do Poder Executivo;

CONSIDERANDO as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T - 16.9 e NBC T - 16.10, aprovadas pelas Resoluções ns. 1.136/08 e 1.137/08, respectivamente, do Conselho Federal de Contabilidade;

CONSIDERANDO a IN nº 003/12 que dispõe sobre os procedimentos do patrimônio;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.372/13 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis

padronizados;
CONSIDERANDO a consolidação das contas públicas a partir de 2015, com a efetiva implantação do plano de contas único.

RESOLVE

Expedir a seguinte Instrução Normativa:

I - Âmbito de Aplicação

Art. 1º Recepcionar as normas estabelecidas pela IN nº 003/12, de 21 de agosto de 2012, tornando obrigatória, no âmbito do Município de Videira, a adoção dos procedimentos necessários à reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens móveis sob a sua responsabilidade.

Art. 2º A aplicação abrangerá todas as Secretarias, Departamentos, Fundos, Fundações e Autarquias que estiverem utilizando bens móveis, imóveis duráveis no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

II - Das Responsabilidades

Art. 3º As responsabilidades decorrentes desta Instrução Normativa, ficam assim distribuídas:

01 - Dos Poderes Municipais

- Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo atualizada, orientando as áreas executoras e supervisionando sua aplicação.
- Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com os responsáveis pelo controle interno, para definir as rotinas de trabalho e procedimentos de controle.
- Acompanhar o processo de avaliação patrimonial e registros contábeis necessários a correta evidenciação.

02 - Do Departamento de Patrimônio

- Realizar os trabalhos de avaliação, depreciação patrimonial de acordo com os critérios e procedimentos definidos na IN nº 003/12;
- Baixar os bens inservíveis e não localizados;
- Atribuir valor justo aos bens;
- Determinar a vida útil dos bens;
- Elaborar relatórios de avaliação dos bens que será documento hábil para os ajustes contábeis necessários.

03 - Da Contabilidade

- Realizar os ajustes contábeis de acordo com laudo técnico de avaliação do Departamento de Patrimônio;
- Evidenciar os atos e fatos nos demonstrativos contábeis.

04 - Do Controle Interno

- Prestar apoio técnico por ocasião da Instrução Normativa.

III - Dos Procedimentos

Art. 4º Os procedimentos a serem observados e/ou executados pelo Departamento de Patrimônio são:

- Proceder ao registro analítico individualizado de todos os bens de caráter permanente.
- Proceder levantamento, cadastramento (informatizado), identificação (plaquetas) dos bens, através de sistema informatizado, avaliação dos bens patrimoniais móveis e imóveis de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.
- As avaliações de bens móveis a serem realizadas no exercício

de publicação desta Instrução Normativa obedecerão ao método do valor justo de mercado.

04 - Proceder à incorporação e desincorporação dos bens patrimoniais através de ato administrativo próprio.

05 - Manter arquivada toda a documentação pertinente ao patrimônio tais como portarias, decretos, leis processos relativos a atos de incorporação, desincorporação, movimentação, doação, permuta, alienação e desapropriação dos bens móveis e imóveis.

06 - Proceder à baixa dos bens decorrentes de desaparecimento, quebra, alienação, com autorização prévia da autoridade competente.

07 - Manter controle sobre a movimentação dos bens entre setores, departamentos e entidades da Administração Municipal.

08 - Emitir e manter atualizados os Termos de Responsabilidade dos bens móveis de cada Secretaria/Departamento devidamente assinado pelo responsável.

09 - Informar ao Chefe do Poder Executivo, a ocorrência de desfalque ou desvio de bens públicos, bem como a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário público.

10 - Manter o Controle Interno informado de toda irregularidade verificada no Departamento, propondo medidas julgadas necessárias à apuração de responsabilidades.

11 - Informar à Contabilidade todas as alterações do patrimônio, que necessitem de ajustes nos registros contábeis.

12 - Manter controle sobre os documentos relativos aos bens imóveis, tais como: traslado da escritura e registro no Cartório de Imóveis; cópia da planta do terreno com representação das benfeitorias; cópia do termo de Responsabilidade Administrativa sobre o imóvel distribuído; ficha de cadastro do imóvel no controle patrimonial; laudo de vistoria; termo de entrega e recebimento do imóvel; termos de recebimento provisório e definitivo da obra quando for o caso; cópia do "habite-se" entre outros.

IV - Da Avaliação do Patrimônio

Art. 5º O Departamento de Patrimônio, executará a avaliação dos bens pertencentes ao município e elaborará relatórios técnicos observando os parâmetros constantes das Portarias N.TC 0078/2012 e N.TC 0537/2014 do TCE-SC Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para os equipamentos, mobiliários em geral e para os veículos municipais.

Art. 6º Na avaliação dos bens imóveis, prevalecerá o valor da edificação por m², deduzindo o valor do terreno, previstas para obras acabadas.

Art. 7º - O Departamento de Patrimônio deverá encaminhar os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município ao Departamento de Contabilidade até o 3º dia útil do mês seguinte ao de referência.

Art. 8º Os procedimentos contidos nesta Instrução Normativa deverão ser respeitados, porém, não eximem a observância das demais normas aplicáveis ao assunto.

Art. 9º Esta Instrução normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, SC, 1º de setembro de 2014.

Sandra Baldo

Diretora de Controle Interno

Wilmar Carelli

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONCEITOS:

1 - Amortização: é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

2 - Avaliação patrimonial: a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidência dos atos e dos fatos administrativos.

3 - Bens imóveis: os bens não suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, tais como: terrenos, edifícios, construções etc.

4 - Bens móveis: os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia tais como: material permanente e material de consumo.

5 - Depreciação: é a alocação sistemática do valor depreciable de um ativo ao longo de sua vida útil.

6 - Exaustão: Corresponde à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

7 - Material permanente: Aquele que em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, mesmo quando incorporado a outro bem e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos, tais como: equipamentos, veículos, máquinas e mobiliário.

8 - Perda por desvalorização: é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

9 - Reavaliação: a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.

10 - Valor contábil: é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e provisão para perdas.

11 - Valor justo: é o valor pelo qual um ativo poderia ser negociado, ou um passivo liquidado em uma transação em que não há favorecidos e em que as partes estejam informadas e dispostas a transacionar.

12 - Valor depreciable: é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo, menos o seu valor residual.

13 - Valor em uso: é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

14 - Valor recuperável: de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

15 - Valor residual: é o valor estimado que uma entidade obteria pela venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

16 - Vida útil: é o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, ou número de unidade de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Encerramento Pregão Presencial Nº 118/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2014-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PERSIANAS, CORTINAS E VARÃO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL) foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 12 de Setembro de 2014.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 122/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2014-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA), PARA O MÚSICO SUÍÇO NOAH ARNOLD, QUE ATUARÁ COMO PROFESSOR E INSTRUTOR DE MÚSICA NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, CONFORME LEI 3.110/14 foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 12 de Setembro de 2014.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto Nº 054/2014**

DECRETO Nº 054/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE EDINO VENDRAMI

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação do Imóvel de propriedade de EDINO VENDRAMI com a seguinte Matrícula:

- Matrícula nº 8.938, Registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio /SC, no livro 2-RG, sendo avaliação de uma parte ideal de 636,83m² (seiscentos e trinta e seis metros e cinquenta décimos quadrados).

CLAUDINEI FELICIANO - Presidente

SANDRO LUNELLI - Secretário

MÁRCIO JOSE PAVANELLO - Advogado/OAB/SC 16.137

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),

15 de setembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****Decreto 079/2014**

DECRETO Nº 079/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

Considerando o pedido do servidor público comissionado Jacir Pascoalino Favero, solicitando a sua própria exoneração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. JACIR PASCOALINO FAVERO, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 01 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 080/2014

DECRETO Nº 080/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. JOSELINO LUIZ NAISSINGER OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada; Lei Complementar nº 062/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. JOSELINO LUIZ NAISSINGER, ocupante de cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Gabinete, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração fixada no nível 507 do quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 062, de 16 de Junho de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 011 de 02 de Janeiro de 2013.

Xavantina (SC), em 01 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 137/2014

PORTARIA Nº 137/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento apresentado pelo Servidor Flademir Adatao da Silva, em virtude do falecimento de seu pai Izidório Manoel da Silva;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, ao Servidor Público Municipal, Sr. Flademir Adatao da Silva, em virtude do falecimento de seu pai Izidório Manoel da Silva, a contar da data de 21 de Agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 21 de agosto de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 138/2014

PORTARIA Nº 138/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA TESOURARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Servidora Catia Mara Cosmann, ocupante do cargo de Tesoureira, a qual se encontra em período gestacional;

Considerando a eventual falta da referida servidora, responsável pela tesouraria do Município de Xavantina;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor JOSELINO LUIZ NAISSINGER para responder pela Tesouraria, inclusive para a movimentação de todas as contas da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde, na eventual falta ou porquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 2º A presente nomeação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 28 de Agosto de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 139/2014

PORTARIA Nº 139/2014

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a Portaria nº 114/2013, a qual concedeu 20 (vinte) dias de férias ao servidor Luciano Antonio Altenhofen;

Considerando a Portaria nº 117/2013, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas ao servidor público Luciano Antonio Altenhofen;

Considerando que da interrupção, ficaram remanescentes 10 (dez) dias de férias, as quais estão sendo neste ato concedidas pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dias) dias de férias remanescentes ao Servidor Público Municipal, SR. LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN, ocupante do cargo comissionado de Diretor, referente ao período aquisitivo de 14/08/2011 à 13/08/2012, a contar do período de 04/09/2014 à 13/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 04 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 140/2014

PORTARIA Nº 140/2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o requerimento do Servidor Público Municipal, Sr. Neudi Gandolfi, solicitando a própria exoneração;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal, SR. NEUDI GANDOLFI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Atividades Gerais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Setembro 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 141/2014

PORTARIA Nº 141/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. DELMAR DAL BELLO, ocupante do cargo efetivo de Obreiro, referente ao período aquisitivo de 14/12/2012 à 13/12/2013, a contar do período de 09/09/2014 à 08/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 09 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Convênio Nº 004/2014 - FMS

CONVÊNIO Nº 004/2014 - FMS

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. Osmar Dervanoski, doravante denominado simplesmente FUNDO e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Xavantina, na Rua Celso Ramos, devidamente inscrita no CNPJ nº 82.832.361/0001-69, por seu representante legal, Sr. Gilmar Antonio Benetti, portador do CPF n. 472.611.539-15, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 1.390, de 26 de agosto de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e, de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUNDO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, para fins de melhoria nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área da saúde, bem como para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina no Hospital São Lucas, inclusive escala de sobreaviso, de acordo com a Lei Municipal nº 1.390, de 26 de agosto de 2014 e plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 01 de setembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o FUNDO transferirá recursos no valor total de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), a serem pagos, conforme cronograma:

Nº Parcela	Valor R\$
01 - Setembro de 2014	60.000,00
02 - Outubro de 2014	60.000,00
03 - Novembro de 2014	60.000,00
04 - Dezembro de 2014	60.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelo FUNDO integram a dotação orçamentária do Órgão/Entidade 1001, Projeto Atividade 2.022, Elemento de Despesa 3.3.50.00.00.00.03.0002 (30).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I - aplicar os recursos recebidos, bem como a contrapartida, conforme plano de aplicação aprovado pelo Município;
- II - ressarcir ao Município os recursos recebidos através deste convênio, bem como os rendimentos de aplicação financeira, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;
- III - movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;
- IV - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- V - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas se for o caso;
- VI - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;
- VII - prestar contas no prazo de sessenta dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira;
- VIII - efetuar e manter o atendimento a todos os munícipes xavantinenses, através de funcionários do Hospital São Lucas ou por outros profissionais credenciados e qualificados, sendo pessoal administrativo, profissionais da área de medicina e/ou pessoal de apoio (enfermeiras), ainda que mediante plantão ou sobreaviso, de forma gratuita nos casos de emergência e urgência.

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no item VII e atender o disposto na Instrução Normativa n. 001/2014, de 09 de abril de 2014, da Coordenadoria de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

O FUNDO compromete-se à:

- I - Liberar os recursos, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais

da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

b) quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

II - Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e fiscalizações periódicas;

III - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

- I - pela conclusão do seu objeto;
- II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de extinção, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em três vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 01 de Setembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS
--------------------------	--

Testemunhas:

01. _____
Nome: Joselino Luiz Naissinger
CPF: 047.840.569-39

02. _____
Nome: Tiago Brandelero
CPF: 044.852.339-60

Termo de Permissão de Uso Nº 006-2014

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 006/2014

Pelo presente termo de cessão de Uso, de um lado o Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, 163, Centro, na cidade de Xavantina, (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.009.878/0001-15, representada pelo Prefeito Municipal Senhor Mauro Junes Poletto, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, s/n, nesta cidade de Xavantina, (SC), portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R 2.697.343 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 827.815.679-49, doravante neste instrumento de Contrato identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a Associação Nostra Terra, entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.148.603/0001-42, com sede na Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, s/n, Centro, cidade

de Xavantina, (SC), neste ato representado por seu Presidente, Senhor Mauri Antônio Seghetto, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em Linha Pinhal Preto, interior do Município de Xavantina, (SC), inscrito no CIC/CPF sob o nº 898.055.509.509-15, adiante identificado apenas como CESSIONÁRIA, celebram com amparo na Lei Complementar Municipal nº 025 de 11 de agosto de 2005 e Decreto Municipal nº 009 de 03 de Janeiro de 2014, o presente cessão de uso de bem móvel, o que fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e Prazo:

O MUNICÍPIO na condição de proprietário dos equipamentos agrícolas identificados como sendo: "01(um) distribuidor de calcário, marca IAC, registrado sob o patrimônio nº 2910, 01(uma) colhedora de forragem de uma linha, marca CREMASCO, registrado sob o patrimônio nº 2954, 01(uma) colhedora de forragem de uma linha, marca NOGUEIRA, registrado sob o patrimônio nº 1635, 01(um) distribuidor de adubo liquido, marca MEPEL, registrado sob o patrimônio nº 2908, 01(uma) colhedora de forragem de uma linha, marca CREMASCO, registrado sob o patrimônio nº 2955, 01(um) distribuidor de calcário, marca IPACOL, registrado sob o patrimônio nº 1881, 01(um) distribuidor de adubo liquido, marca MEPEL, registrado sob o patrimônio nº 494, 01(uma) colhedora de forragem de uma linha, marca NOGUEIRA, registrado sob o patrimônio nº 1635, 01(um) distribuidor de adubo liquido, marca MEPEL, registrado sob o patrimônio nº 0495, 01(uma) colhedora de forragem de uma linha, marca NOGUEIRA, registrado sob o patrimônio nº 1636, 01(um) distribuidor de calcário, marca IPACOL, registrado sob o patrimônio nº 1880, 01(uma) carreta metálica basculante, marca VIMAQ, registrado sob o patrimônio nº 3057" cede a ora CESSIONÁRIA, os equipamentos agrícolas supracitado, para finalidade de efetuar serviços de atendimento da Associação sem discriminação de qualquer ordem seguindo calendário pré fixado e ordenado junto à Associação.

CLÁUSULA SEGUNDA - São Obrigações Do Município:

O MUNICÍPIO obriga-se:

- I - ceder os equipamentos agrícolas conforme pactuado na cláusula quarta;
- II - verificar o cumprimento das obrigações da PERMISSIONÁRIA conforme cláusula terceira;
- III - fiscalizar o correto uso dos equipamentos agrícolas;
- IV - solicitar periodicamente à PERMISSIONÁRIA caso necessário e a fim de acompanhar os trabalhos realizados, relação das propriedades atendidas bem como dos serviços mensalmente realizados;
- V - intervir sempre que houver reclamações das Comunidades quanto à prestação de serviços a que se destina;
- VI - arcar com as despesas de manutenção dos bens e demais despesas inerentes ao uso dos equipamentos agrícolas pelo período de 01 (um) ano a contar da data de cessão dos bens a PERMISSIONÁRIA, com possibilidade de prorrogação por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações Da Permissionária:

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a:

- I - responsabilizar-se pelo manuseio e operação dos equipamentos agrícolas, colocando pessoas devidamente qualificadas para tanto;
- II - arcar com todas as despesas de combustível, lubrificantes, salários, encargos sociais de seus operadores;
- III - A partir de 01 (um) ano a contar da data de cessão do bem pelo MUNICÍPIO, arcar também com as despesas de manutenção do bem e demais despesas quando em sua responsabilidade, inerentes ao uso dos equipamentos agrícolas cedidos durante a vigência do presente Termo, observado o Item VI da Clausula Segunda;
- IV - responsabilizar-se perante terceiros por quaisquer danos provocados por acidentes, danos causado de forma dolosa ou culposa ao objeto cedido ou a bens de terceiros, isentando o MUNICÍPIO de qualquer ônus;

V - propiciar o acesso do MUNICÍPIO através de pessoa devidamente credenciada para a fiscalização do correto uso e manutenção do bem cedido;

VI - utilizar-se dos bens objeto do presente para a realização de trabalhos junto as Comunidades sem objetivo de lucro;

IV - efetuar a imediata devolução dos bens no estado em que se encontram assim que notificada pelo MUNICÍPIO da rescisão do presente Termo responsabilizando-se por qualquer dano causado aos equipamentos agrícolas, ressalvada a depreciação ocorrida pelo período de vida útil do mesmo;

VII - atender de forma indiscriminada todos os produtores e propriedades sediadas no Município;

VIII - declarar aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo de Vigência:

O presente Termo de Permissão é celebrado até 31 de dezembro de 2016, com vigência a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por mais quatro anos mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão:

Fica reservado ao MUNICÍPIO, o direito de dar por rescindido o presente Termo de Permissão de Uso, a qualquer tempo de sua vigência, desde que por qualquer motivo a PERMISSIONÁRIA venha a utilizar os equipamentos agrícolas, para fins distintos do previsto na cláusula primeira, deixe de cumprir com as obrigações previstas na cláusula terceira, ou quando não mais lhe interessar a permissão de uso aqui estabelecida, obrigando-se, porém, a comunicar a rescisão com trinta dias de antecedência à PERMISSIO-NÁRIA, sem que para o MUNICÍPIO advenha quaisquer ônus ou obrigações.

CLÁUSULA SEXTA - Das Disposições Complementares:

Os equipamentos agrícolas serão entregues e devolvidos mediante Termo de Entrega e Recebimento com anotações circunstanciadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC, para dirimir questões oriundas do presente Termo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em três vias, na presença de duas testemunhas.

Xavantina, SC, 01 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

MAURI ANTÔNIO SEGNETTO

Presidente da Associação Nostra Terra

TESTEMUNHAS:

NOME: ANDRE RICARDO BRÓGLIO

CPF: 966.464.460-91

NOME: MARTA MARIA CAON SUZANA

CPF: 690.609.089-53

Cancelamento PP 25-2014 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014 PMXV, unilateralmente, com base no Artigo 78 da Lei 8.666/93, Inciso XII (razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato).

Xavantina/SC, em 15 de setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO,

Prefeito Municipal.CONTRATO Nº 19/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: LEANDRO PAGLIARI - ME.

Número do Contrato: 19/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL EM SAÚDE, CUJO EDIFÍCIO SERÁ EM ALVENARIA COM 01 PAVIMENTO, PARA FUNCIONAMENTO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, COBERTURA EM TELHA DE FIBROCIMENTO, SITUADO NA RUA "B", LOTEAMENTO CHIOSSI, DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, TOTALIZANDO UMA ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 505,50M².

Data da Assinatura: 12/09/2014.

Vigência: 20/11/2014.

Valor Aditado: R\$ 41.871,17 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e um reais e dezessete centavos).

LRF - RREO 4º Bimestre

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.465.639,73	14,51	11.333.225,79	66,71
RECEITAS CORRENTES	16.268.560,00	16.268.560,00	2.465.639,73	15,16	10.050.475,81	61,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	831.000,00	831.000,00	198.418,53	23,88	571.214,00	68,74
IMPOSTOS	761.000,00	761.000,00	194.621,09	25,57	530.198,27	69,67
TAXAS	70.000,00	70.000,00	3.797,44	5,42	41.015,73	58,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	62.000,00	62.000,00	9.297,80	15,00	37.605,04	60,65
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	62.000,00	62.000,00	9.297,80	15,00	37.605,04	60,65
RECEITA PATRIMONIAL	78.000,00	78.000,00	20.326,07	26,06	77.544,30	99,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.000,00	70.000,00	18.496,62	26,42	70.545,79	100,78
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.000,00	1.829,45	22,87	6.998,51	87,48
RECEITA DE SERVIÇOS	68.000,00	68.000,00	16.217,75	23,85	46.504,04	68,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.173.560,00	15.173.560,00	2.208.325,44	14,55	9.267.387,94	61,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.020.560,00	15.020.560,00	2.139.618,11	14,24	9.057.043,88	60,30
Transf. de Conv.	153.000,00	153.000,00	68.707,33	44,91	210.344,06	137,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.000,00	56.000,00	13.054,14	23,31	50.220,49	89,68
Multas e Juros de Mora	6.000,00	6.000,00	354,93	5,92	2.679,78	44,66
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	5.684,19	0,00	23.633,73	0,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	40.000,00	40.000,00	3.944,07	9,86	16.891,48	42,23
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	3.070,95	30,71	7.015,50	70,16
RECEITAS DE CAPITAL	719.600,00	719.600,00	0,00	0,00	1.282.749,98	178,26
ALIENAÇÃO DE BENS	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	409.600,00	409.600,00	0,00	0,00	1.282.749,98	313,17
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	409.600,00	409.600,00	0,00	0,00	182.750,00	44,62
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.099.999,98	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.465.639,73	14,51	11.333.225,79	66,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.465.639,73	14,51	11.333.225,79	66,71
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.465.639,73	14,51	11.333.225,79	66,71
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.075.699,63	—	—	307.367,35	—
Superávit Financeiro	—	1.075.699,63	—	—	307.367,35	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.988.160,00	2.668.399,06	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.133.319,08	56,64
DESPESAS CORRENTES	14.485.260,00	1.618.136,80	16.103.396,80	1.917.203,34	11.790.048,01	2.287.029,17	9.772.067,19	60,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.194.000,00	343.153,28	6.537.153,28	1.055.166,47	4.231.099,02	1.074.131,91	4.083.722,64	62,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	5.000,00	334,74	2.519,47	25,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.281.260,00	1.274.983,52	9.556.243,52	862.036,87	7.553.948,99	1.212.562,52	5.685.825,08	59,50
DESPESAS DE CAPITAL	2.487.900,00	1.050.262,26	3.538.162,26	63.171,35	2.072.479,67	32.212,32	1.361.251,89	38,47
INVESTIMENTOS	2.387.900,00	1.040.095,35	3.427.995,35	63.171,35	1.983.590,54	18.879,00	1.307.918,61	38,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	10.166,91	110.166,91	0,00	88.889,13	13.333,32	53.333,28	48,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.988.160,00	2.668.399,06	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.133.319,08	56,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.988.160,00	2.668.399,06	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.133.319,08	8.523.239,98
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	199.906,71	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.988.160,00	2.668.399,06	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.333.225,79	8.523.239,98

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		769.000,00	531.389,52	69,10
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		200.000,00	115.851,02	57,93
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		97.000,00	33.660,11	34,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		260.000,00	267.311,98	102,81
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		204.000,00	113.375,16	55,58
Dívida Ativa dos Impostos		6.000,00	1.070,77	17,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		2.000,00	120,48	6,02
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		14.936.000,00	9.161.434,59	61,34
Cota-Parte FPM		6.300.000,00	3.857.285,62	61,23
Cota-Parte ITR		1.000,00	53,85	5,39
Cota-Parte IPVA		380.000,00	280.446,61	73,80
Cota-Parte ICMS		8.100.000,00	4.929.581,65	60,86
Cota-Parte IPI-Exportação		115.000,00	75.238,54	65,42
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		40.000,00	18.828,32	47,07
Desoneração ICMS (LC 87/96)		40.000,00	18.828,32	47,07
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.705.000,00	15.705.000,00	9.692.824,11	61,72

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.194.000,00	3.665.758,85	2.553.372,71	69,65	2.300.956,05	62,77
Pessoal e Encargos Sociais	1.705.000,00	1.758.153,28	1.057.925,55	60,17	1.044.983,94	59,44
Outras Despesas Correntes	1.489.000,00	1.907.605,57	1.495.447,16	78,39	1.255.972,11	65,84
DESPESAS DE CAPITAL	697.600,00	970.072,74	638.035,53	65,77	28.797,95	2,97
Investimentos	697.600,00	970.072,74	638.035,53	65,77	28.797,95	2,97

Continua 1/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	697.600,00	970.072,74	638.035,53	65,77	28.797,95	2,97
Investimentos	697.600,00	970.072,74	638.035,53	65,77	28.797,95	2,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.891.600,00	4.635.831,59	3.191.408,24	68,84	2.329.754,00	50,26
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.518.600,00	1.905.823,89	1.226.253,73	38,42	603.561,71	25,91
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.518.600,00	1.905.823,89	1.226.253,73	38,42	603.561,71	25,91
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.518.600,00	1.905.823,89	1.226.253,73	38,42	603.561,71	25,91
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.373.000,00	2.730.007,70	1.965.154,51	30,42	1.726.192,29	24,35
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,81
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100] 6						272.268,67

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2013	8.327,42	390,78	7.776,64	550,78	0,00
TOTAL	8.327,42	390,78	7.776,64	550,78	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-	-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
	3.330.600,00	3.710.140,63	2.541.699,17	79,64	1.711.816,42
	546.000,00	881.000,00	621.257,67	19,47	601.481,63
	15.000,00	44.690,96	28.451,40	0,89	16.455,95
TOTAL	3.891.600,00	4.635.831,59	3.191.408,24	100,00	2.329.754,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.988.160,00	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.133.319,08	8.523.239,98
Legislativa	700.000,00	700.000,00	59.676,04	279.137,09	64.431,99	258.900,66	441.099,34
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	59.676,04	279.137,09	64.431,99	258.900,66	441.099,34
Administração	1.834.300,00	1.834.300,00	200.439,07	1.321.539,59	247.030,38	1.086.038,92	748.261,08
Administração Geral	1.834.300,00	1.834.300,00	200.439,07	1.321.539,59	247.030,38	1.086.038,92	748.261,08
Assistência Social	706.860,00	802.563,31	47.350,97	337.141,25	61.371,21	226.379,75	576.183,56
Assistência ao Idoso	162.000,00	302.514,65	14.835,18	103.210,55	20.648,54	85.649,89	216.864,76
Assistência à Criança e ao Adolescente	194.000,00	194.000,00	17.444,52	154.063,10	27.672,26	87.341,94	106.658,06
Assistência Comunitária	350.860,00	306.048,66	15.071,27	79.867,60	13.050,41	53.387,92	252.660,74
Saúde	3.891.600,00	4.635.831,59	431.697,35	3.191.408,24	619.567,67	2.329.754,00	2.306.077,59
Atenção Básica	3.330.600,00	3.710.140,63	410.945,95	2.541.699,17	472.609,61	1.711.816,42	1.998.324,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	546.000,00	881.000,00	0,00	621.257,67	132.502,11	601.481,63	279.518,37
Vigilância Sanitária	15.000,00	44.690,96	20.751,40	28.451,40	14.455,95	16.455,95	28.235,01
Educação	2.735.900,00	3.181.962,39	298.573,50	2.493.086,63	506.719,90	1.841.627,71	1.340.334,68
Ensino Fundamental	2.134.000,00	2.508.766,39	249.573,81	2.024.529,37	420.436,71	1.510.382,66	998.383,73
Ensino Médio	88.000,00	114.296,00	0,00	105.055,00	23.065,61	70.370,68	43.925,32
Ensino Superior	110.000,00	143.000,00	0,00	141.287,00	27.854,00	70.240,00	72.760,00
Educação Infantil	387.900,00	407.900,00	47.085,71	220.301,28	34.127,58	189.398,37	218.501,63
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	3.000,00	1.913,98	1.913,98	1.236,00	1.236,00	1.764,00
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	30.000,00	27.044,00	8.832,81	10.911,36	1.772,81	3.851,36	23.192,64
Difusão Cultural	30.000,00	27.044,00	8.832,81	10.911,36	1.772,81	3.851,36	23.192,64
Urbanismo	457.142,40	477.142,40	392,92	404.314,96	82.607,59	308.821,75	168.320,65
Infra-Estrutura Urbana	107.000,00	107.000,00	-6.965,00	54.581,09	11.150,00	49.462,09	57.537,91
Serviços Urbanos	350.142,40	370.142,40	7.357,92	349.733,87	71.457,59	259.359,66	110.782,74
Agricultura	1.921.357,60	2.121.357,58	338.794,10	1.513.531,17	184.389,71	1.249.646,87	871.710,71
Extensão Rural	1.921.357,60	2.121.357,58	338.794,10	1.513.531,17	184.389,71	1.249.646,87	871.710,71
Indústria	465.000,00	135.000,00	0,00	32.586,81	5.823,36	14.101,71	120.898,29
Promoção Industrial	465.000,00	135.000,00	0,00	32.586,81	5.823,36	14.101,71	120.898,29

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.988.160,00	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.133.319,08	8.523.239,98
Transporte	3.350.000,00	4.813.722,98	559.104,66	3.720.302,53	440.409,06	3.395.277,88	1.418.445,10
Transporte Rodoviário	3.350.000,00	4.813.722,98	559.104,66	3.720.302,53	440.409,06	3.395.277,88	1.418.445,10
Desporto e Lazer	268.000,00	268.000,00	19.478,94	191.290,75	40.371,89	177.206,22	90.793,78
Desporto Comunitário	188.000,00	188.000,00	19.478,94	122.984,29	40.371,89	108.899,76	79.100,24
Lazer	80.000,00	80.000,00	0,00	68.306,46	0,00	68.306,46	11.693,54
Encargos Especiais	628.000,00	659.634,81	16.034,33	367.277,30	64.745,92	241.712,25	417.922,56
Serviço da Dívida Interna	110.000,00	120.166,91	0,00	93.889,13	13.688,06	55.852,75	64.314,16
Outros Encargos Especiais	518.000,00	539.467,90	16.034,33	273.388,17	51.077,86	185.859,50	353.608,40
TOTAL (III) = (I + II)	16.988.160,00	19.656.559,06	1.980.374,69	13.862.527,68	2.319.241,49	11.133.319,08	8.523.239,98

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	769.000,00	769.000,00	194.710,72	531.389,52	69,10
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	208.000,00	208.000,00	98.206,30	117.042,27	56,27
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	98.116,67	115.851,02	57,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	75,99	1.070,77	17,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	13,64	120,48	6,02
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	97.000,00	97.000,00	10.770,00	33.860,11	34,70
1.2.1- ITBI	97.000,00	97.000,00	10.770,00	33.860,11	34,70
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	260.000,00	260.000,00	47.980,14	267.311,98	102,81
1.3.1- ISS	260.000,00	260.000,00	47.980,14	267.311,98	102,81
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	204.000,00	204.000,00	37.754,28	113.375,16	55,58
1.4.1- IRRF	204.000,00	204.000,00	37.754,28	113.375,16	55,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.936.000,00	14.936.000,00	2.106.266,87	9.161.434,59	61,34
2.1- Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	817.552,68	3.857.285,62	61,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	817.552,68	3.857.285,62	61,23
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.100.000,00	8.100.000,00	1.190.160,75	4.929.581,65	60,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	5.379,52	18.828,32	47,07
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	19.809,11	75.238,54	65,42
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	15,00	53,85	5,39
2.6- Cota-Parte IPVA	380.000,00	380.000,00	73.349,81	280.446,61	73,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.705.000,00	15.705.000,00	2.300.977,59	9.692.824,11	61,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.000,00	135.000,00	35.842,00	107.533,00	79,65
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	35.842,00	107.533,00	79,65
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	259.000,00	259.000,00	33.573,91	121.204,34	46,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	394.000,00	394.000,00	69.415,91	228.737,34	58,06
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.987.200,00	2.987.200,00	421.253,01	1.831.779,95	61,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	163.510,49	771.456,92	61,23
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.620.000,00	1.620.000,00	238.032,00	985.915,65	60,86
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.075,90	3.765,65	47,07
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.961,83	14.713,93	63,97
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	3,00	10,76	5,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	76.000,00	76.000,00	14.669,79	55.917,04	73,58
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	177.161,76	740.492,66	66,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	176.809,67	738.435,36	66,71
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	352,09	2.057,30	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.880.200,00	-1.880.200,00	-244.443,34	-1.093.344,59	58,15
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	896.000,00	896.000,00	174.781,52	668.434,07	74,60
13.1- Com Educação Infantil	181.000,00	181.000,00	33.283,41	135.647,36	74,94
13.2- Com Ensino Fundamental	715.000,00	715.000,00	141.498,11	532.786,71	74,52
14- OUTRAS DESPESAS	211.000,00	211.816,68	2.884,86	78.903,32	37,25
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	211.000,00	211.816,68	2.884,86	78.903,32	37,25
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.107.000,00	1.107.816,68	177.666,38	747.337,39	67,46
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					747.337,39
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11 x 100) %					90,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11 x 100) %					10,66
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					-0,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					816,68
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					816,68
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.926.250,00	3.926.250,00	575.244,40	2.423.206,03	61,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	331.000,00	291.000,00	33.999,58	180.780,61	62,12
23.1- Creche	150.000,00	291.000,00	33.999,58	180.780,61	62,12
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	181.000,00	33.283,41	135.647,36	74,94
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	150.000,00	110.000,00	716,17	45.133,25	41,03
23.2- Pré-escola	181.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	181.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.796.000,00	2.189.772,68	366.464,45	1.364.297,12	62,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	926.000,00	926.816,68	144.382,97	611.690,03	66,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	870.000,00	1.262.956,00	222.081,48	752.607,09	59,59
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.127.000,00	2.480.772,68	400.464,03	1.545.077,73	62,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.093.344,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.057,30
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.091.287,29
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.636.365,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,2
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	348.000,00	380.993,71	55.336,26	155.939,30	40,93
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	348.000,00	380.993,71	55.336,26	155.939,30	40,93
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.475.000,00	2.861.766,39	455.800,29	1.701.017,03	59,44

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	816,68	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	738.435,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	725.391,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	725.391,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.057,30	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	15.918,34	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 816,68, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Xaxim**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pregão 089/2014 PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 089/2014

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 176/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC através do seu COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 089/2014, com protocolo dos envelopes até às 08h45min do dia 26 de setembro de 2014, com início da sessão às 09h00min do mesmo dia. Esta licitação tem por objeto, Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção das escolas, CEIM, de acordo com o edital e seus anexos, tipo menor preço por item, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo site www.xaxim.sc.gov.br, maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta-feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC, 12 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito

Consórcios**CIM-AMAVI****Resolução Nº 06, de 15/09/2014**

RESOLUÇÃO nº 06, de 15/09/2014.

Autoriza o ressarcimento de despesa com veículo utilizado a serviço do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

JOSÉ CONSTATE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no exercício de suas atribuições previstas no inciso I do § 1º da Cláusula Décima Primeira do Protocolo de Intenções,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a indenização à coordenadora do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock, relativa ao uso de veículo de sua propriedade quando empreender viagem de interesse do Acolhimento, mediante plano previamente autorizado.

Art. 2º O uso do veículo só será permitido desde que seu proprietário tenha assinado termo de concordância, com isenção de qualquer culpa por parte do CIM-AMAVI, em caso de irregularidades ou danos decorrentes de viagens, e entrega de cópia dos documentos do veículo devidamente licenciado e segurado inclusive contra terceiros.

Art. 3º A indenização será paga após a realização da viagem previamente autorizada pelo Diretor Executivo, que deverá ser comprovada sua realização, mediante plano de viagem.

Art. 4º O valor da indenização pelo uso do veículo será o equivalente a 30% (trinta por cento) do preço de aquisição do litro de gasolina adquirido pela AMAVI na praça de Rio do Sul, por quilômetro rodado, constante do plano de viagem.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de setembro de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

Ata Nº 18 - CIM-AMAVI

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI DO DIA 13/08/2014

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, às 14h30min, no auditório da AMAVI em Rio do Sul, reuniram-se os senhores prefeitos e demais autoridades conforme consta no livro de presenças nº 01, folhas 32 e 33, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Desapropriação e indenização do imóvel declarado de utilidade pública pelo Município de Trombudo Central, objetivando a implantação do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos; 2) Alteração do Contrato de Consórcio Público. Dando início à assembleia, o presidente do CIM-AMAVI, prefeito José Constante, saudou os presentes, agradeceu a presença de todos. Em seguida o presidente colocou em discussão o segundo item da ordem do dia - alteração do Contrato de Consórcio Público nos seguintes termos: Fica revogado o § 7º da Cláusula Décima Quarta, renumerando-se o § 8º e alterando-se a redação do § 3º da Cláusula Décima Sétima que passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 3º O exercício das funções de competência da Diretoria Executiva se dará na forma da

Cláusula Trigésima Primeira deste instrumento, ficando a cargo do Conselho de Administração a nomeação para o Cargo de Confiança de Coordenador de Abrigo Institucional"; Fica alterada a alínea "g" do § 15 da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Consórcio, nos seguintes termos: "g) implantação e execução de programas e ações do CIM-AMAVI em fase inicial ou em período experimental por até dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos mediante justificativa de necessidade e relevante interesse público"; Fica alterada a redação do § 16 da Cláusula Décima Sétima que passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 16. As contratações temporárias terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo total de dois anos, vinculando-se os contratados a regime jurídico-administrativo especial, garantidos os direitos assegurados no § 3º do artigo 39 da Constituição Federal"; Fica alterada a redação do Anexo I ao Contrato de Consórcio, para transformar o emprego de Coordenador de Abrigo Institucional em Cargo de Confiança, cuja carga horária passa a ser de dedicação integral, adicionando-se atribuições de direção, chefia e coordenação da entidade e a comprovação de experiência em função afim. Após explanação quanto às modificações propostas e as razões que as motivaram, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida o Presidente José Constante colocou em discussão o primeiro item da pauta. Uma vez esgotada a fase declaratória, o presidente colocou em discussão a aprovação da autorização para o CIM-AMAVI promover a efetiva desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 116, de 21 de dezembro de 2012, alterado pelo Decreto Municipal nº 094, de 17 de julho de 2014, expedidos pelo Município de Trombudo Central/SC, bem como a aprovação do pagamento da indenização no valor de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), pelo imóvel a ser utilizado para implantação do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos. Após, o Presidente passou a palavra ao Diretor Executivo, Agostinho Senem, que explanou sobre o assunto, assim como sobre as análises efetuadas acerca do imóvel e sobre a justificativa de viabilidade da desapropriação, os prefeitos efetuaram diversos questionamentos e colocações, solicitando inclusive explicações jurídicas então efetuadas pelo assessor Maurino Burini. O Assessor ambiental, Wilando Kurth também expôs explicações sobre o assunto. Após, ampla discussão, foi colocada em votação, sendo, portanto, aprovada pela unanimidade dos prefeitos, de acordo com o § 19 da Cláusula Décima do Contrato de Consórcio Público do CIM-AMAVI, a efetiva desapropriação, desde que seja amigável e o pagamento da indenização no valor de até R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) ao proprietário do imóvel expropriado. Nada mais havendo a tratar, o presidente José Constante agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia, da qual eu Walcy Mees da Rosa, secretária administrativa, lavrei a presente ata.

CIMCATARINA

Aviso do Pregão Eletrônico Nº 0023/2014 - Material de Expediente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0023/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2014

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de material de expediente e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso e o Consórcio Intermunicipal Catarinense, durante o período de 01 de outubro à 31 de dezembro de 2014.

JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 16/09/2014 até às 09:00 horas do dia 26/09/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 26/09/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 26/09/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de setembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

Contrato Nº 014/2014 - Elaboração/Aplicação de Provas Escritas Para Concurso Público

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Nubes tecnologia e Serviços Ltda. ME

OBJETO: Elaboração/Aplicação de provas escritas para concurso público

VALOR: R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 08 de SETEMBRO de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

IBERE

Ata de Recebimento E Julgamento PR Nº 01/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO.

O objeto da presente Licitação Pregão Presencial - Registro de Preços consiste em AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE PREGÃO Nº 01/2014

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2014, nas dependências da Prefeitura Municipal de Aguas de Chapeco/SC, às 14h30min da tarde, reuniram-se os membros da Comissão do Consórcio IBERE, para proceder o recebimento, avaliação e aprovação dos documentos e propostas de preços referentes a Pregão Presencial - Registro de Preço nº 01/2014 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preço, foram entregues pelos seguintes fornecedores:

- CERAÇA COOP. DE INFRA-ESTR. E DESENV. VALE DO ARAÇA

CNPJ: 83.086.603/0009-32

RECEBIMENTO EM 26/08/2014 ÀS 14H15MIN

REPRESENTANTE: JUAREZ JUNGES - CPF: 041.661.659-33 CREDENCIADO

- TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA ME CNPJ: 07.686.047/0001-08

RECEBIMENTO EM 26/08/2014 ÀS 14H15MIN

REPRESENTANTE: ALCEU SGNAULIN - CPF: 400.456.259-72 CREDENCIADO

- AGRO LIDER LTDA CNPJ: 05.443.140/0001-58

RECEBIMENTO EM 26/08/2014 ÀS 14H15MIN

REPRESENTANTE: RICARDO URBANCIC - CPF: 739.384.599-72 CREDENCIADO

PROPOSTA DE PREÇO:

Os envelopes referente a proposta foram entregues devidamente lacrados, com identificação externa e dentro do prazo previsto no edital de Pregão de Preço nº 01/2014.

Em concordância com Anexo I do edital, os fornecedores apresentaram proposta de preço dentro do preço máximo exigido, de acordo com edital, nos quais se cita:

Fornecedor: CERAÇA COOP. DE INFRA-ESTR. E DESENV. VALE DO ARAÇA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	Valor Máximo Admitido	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total	SITUAÇÃO
1	RESERVATÓRIO DE POLITILENO 500LTS COM TAMP	Und	40	157,78	INCOFIMA	145,00	5.800,00	Classificado
2	MANGUEIRA 1/2 X 2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	10	93,00	TUBRASIL	89,80	898,00	Classificado
3	MANGUEIRA 3/4":2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	50	111,63	TUBRASIL	108,90	5.445,00	Classificado
4	ARAME DE AÇO GALVANIZADO OVALADO 15 x 17mm COM RESISTENCIA 700KGF- ROLO COM 1000M	RL	350	359,33	GERDAU	339,00	118.650,00	Classificado
5	ARAME LISO - 1 KG - GALVANIZADO 14" - 35 MTS CADA ROLO	RL	50	8,84	GERDAU	8,50	425,00	Classificado
6	CATRACA PARA CERCA	UND	400	4,05	CONEX	3,99	1.596,00	Classificado
7	HASTES DE ANCORA GALVANIZADA 1,0mt x 5/8" COM ARRUELA	UND	700	17,80	MILANO	17,75	12.425,00	Classificado
13	BOMBA SUBMERSA PARA MANGA 3/4 - 800	UND	40	206,80	BAGUAL	199,00	7.960,00	Classificado

TOTAL DO PARTICIPANTE: R\$ 153.199,00

Participante: AGRO LÍDER LTDA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	Valor Máximo Admitido	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total	SITUAÇÃO
4	ARAME DE AÇO GALVANIZADO OVALADO 15 x 17mm COM RESISTENCIA 700KGF- ROLO COM 1000M	RL	350	359,33	BELGO	357,90	125.265,00	Classificado
5	ARAME LISO - 1 KG - GALVANIZADO 14" - 35 MTS CADA ROLO	RL	50	8,84	BELGO	8,69	434,50	Classificado
6	CATRACA PARA CERCA	UND	400	4,05	CAÇULA	3,95	1.580,00	Classificado

TOTAL DO PARTICIPANTE: R\$ 127.279,50

Participante: TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	Valor Máximo Admitido	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total	SITUAÇÃO
10	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA 18 e COMPRIMENTO 2,50 mts	un	1000	40,63	TRATAPLAN	39,00	39.000,00	Classificado
11	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 17 e COMPRIMENTO 2,20 mts	un	3500	28,74	TRATAPLAN	28,00	98.000,00	Classificado
12	TRAMAS DE EUCALIPTO GRANDIS TRATADA E AUTOCLAVADA COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO 4x4x 1,20mt	UND	3500	2,57	TRATAPLAN	2,50	8.750,00	Classificado
TOTAL DO PARTICIPANTE: R\$ 145.750,00								

Julgadas a fase de lances, os participantes foram declarados vencedores conforme a classificação dos itens abaixo:

CERAÇA COOP. DE INFRA-ESTR. E DESENV. VALE DO ARAÇA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
1	RESERVATÓRIO DE POLITILENO 500LTS COM TAMPA	Und	40	INCOFIMA	142,00	5.680,00
2	MANGUEIRA 1/2 X 2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	10	TUBRASIL	89,80	898,00
3	MANGUEIRA 3/4":2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	50	TUBRASIL	108,90	5.445,00
7	HASTES DE ANCORA GALVANIZADA 1,0mt x 5/8" COM ARRUELA	UND	700	MILANO	17,75	12.425,00
13	BOMBA SUBMERSA PARA MANGA 3/4 - 800	UND	40	BAGUAL	197,00	7.880,00
TOTAL					R\$ 32.328,00	

AGRO LÍDER LTDA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
4	ARAME DE AÇO GALVANIZADO OVALADO 15 x 17mm COM RESISTENCIA 700KGF- ROLO COM 1000M	RL	350	BELGO	290,00	101.500,00
5	ARAME LISO - 1 KG - GALVANIZADO 14" - 35 MTS CADA ROLO	RL	50	BELGO	6,60	330,00
6	CATRACA PARA CERCA	UND	400	CAÇULA	3,40	1.360,00
TOTAL					R\$ 103.190,00	

TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
10	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA 18 e COMPRIMENTO 2,50 mts	un	1000	TRATAPLAN	38,00	38.000,00
11	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 17 e COMPRIMENTO 2,20 mts	un	3500	TRATAPLAN	28,00	98.000,00
12	TRAMAS DE EUCALIPTO GRANDIS TRATADA E AUTOCLAVADA COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO 4x4x 1,20mt	UND	3500	TRATAPLAN	2,20	7.700,00
TOTAL					R\$ 143.700,00	

Não houve intensão de recurso. Passando-se assim para a fase de documentação.

DOCUMENTAÇÃO:

Os envelopes referente a documentação foram entregues devidamente lacrados, com identificação externa e dentro do prazo previsto no edital de Pregão Presencial nº 01/2014. A documentação estava de acordo com o exigido no edital, dentro do seu prazo de validade. Documentação apresentada pelos fornecedores, conforme item 5 do edital:

FORNECEDOR: TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA ME

DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	DATA EMISSÃO	DATA VENCIMENTO
CND INSS	19819201488888047	15/07/2014	11/01/2015
CND FGTS	2014081807514535526947	18/08/2014	16/09/2014
CND FAZENDA FEDERAL	B19A.D9B6.3223.AE4E	25/03/2014	21/09/2014
CND FAZENDA ESTADUAL	1401400142464020	12/08/2014	11/10/2014
CND FAZENDA MUNICIPAL	218/2014	12/08/2014	12/11/2014
CND TRABALHISTA	59473952/2014	26/08/2014	21/02/2014
ATO CONSTITUTIVO OU ESTADO SOCIAL EM VIGOR	4ª ALTERAÇÃO	16/01/2012	31/12/2014
NEGATIVA DE FALENCIA OU CONCORDATA - VIGENTE	1584572	05/08/2014	05/10/2014
DECLARAÇÃO ART 27	S/N	22/08/2014	31/12/2014

FORNECEDOR: CERAÇA COOP. DE INFRA-ESTR. E DESENV. VALE DO ARAÇA

DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	DATA EMISSÃO	DATA VENCIMENTO
CND INSS	20594201488888603	23/07/2014	19/01/2015
CND FGTS	2014081104042185372115	11/08/2014	09/09/2014
CND FAZENDA FEDERAL	6919.58EB.F70D.71C1	15/07/2014	11/01/2015
CND FAZENDA ESTADUAL	140140103015571	07/07/2014	05/09/2014
CND FAZENDA MUNICIPAL	1236	08/08/2014	07/10/2014
CND TRABALHISTA	52120737/2014	15/07/2014	10/01/2015
ATO CONSTITUTIVO OU ESTADO SOCIAL EM VIGOR		30/03/2011	31/12/2014
NEGATIVA DE FALENCIA OU CONCORDATA - VIGENTE	1597428	08/08/2014	08/10/2014
DECLARAÇÃO ART 27	S/N	22/08/2014	31/12/2014

FORNECEDOR: AGRO LÍDER LTDA

DOCUMENTO	NÚMERO DO DOCUMENTO	DATA EMISSÃO	DATA VENCIMENTO
CND INSS	16224201488888140	16/05/2014	12/11/2014
CND FGTS	2014081106091025193696	11/08/2014	09/09/2014
CND FAZENDA FEDERAL	92D7.1D04.4123.523	18/07/2014	14/01/2015
CND FAZENDA ESTADUAL	140140131467309	18/07/2014	16/09/2014
CND FAZENDA MUNICIPAL	27305	21/08/2014	20/09/2014
CND TRABALHISTA	54805424/2014	29/07/2014	24/01/2015
ATO CONSTITUTIVO OU ESTADO SOCIAL EM VIGOR	8ª ALTERAÇÃO	02/01/2014	31/12/2014
NEGATIVA DE FALENCIA OU CONCORDATA - VIGENTE	1599776	08/08/2014	08/10/2014
DECLARAÇÃO ART 27	S/N	26/08/2014	31/12/2014

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens.

Não houve intensão de recursos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão e demais participantes.

Chapecó, 26 de Agosto de 2014.
Comissão:

MÁRCIA SPIELMANN - PREGOEIRO

KELLEN CASSARO - MEMBRO EQUIPE

GECIANE PEREIRA JORDANI - MEMBRO DE EQUIPE

Participantes Da Licitação:

JUAREZ JUNGES - CPF: 041.661.659-33

ALCEU SGNAULIN - CPF:400.456.259-72

RICARDO URBANCIC - CPF: 739.384.599-72

Termo de Homologação E Adjudicação Pregao Nº 01/2014

Estado de Santa Catarina

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

CNPJ: 05.871.732/0001-70

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O presidente do Consorcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental ANDRE MAX TORMEN, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

1. ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº 01/2014

b) Licitação nº 01/2014

c) Modalidade: Pregão presencial - Registro de preços

d) Data Homologação: 26/08/2014

e) Data da Adjudicação: 26/08/2014

f) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

g) Fornecedores e itens vencedores:

EMPRESA: CERAÇA - COOPERATIVA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VALE DO ARAÇA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE ESTIMADA	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
1	RESERVATÓRIO DE POLITILENO 500LTS COM TAMP	Und	40	INCOFIMA	142,00	5.680,00
2	MANGUEIRA 1/2 X 2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	10	TUBRASIL	89,80	898,00
3	MANGUEIRA 3/4":2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	50	TUBRASIL	108,90	5.445,00
7	HASTES DE ANCORA GALVANIZADA 1,0mt x 5/8" COM ARRUELA	UND	700	MILANO	17,75	12.425,00
13	BOMBA SUBMERSA PARA MANGA 3/4 - 800	UND	40	BAGUAL	197,00	7.880,00
TOTAL						R\$ 32.328,00

EMPRESA: AGRO LIDER LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE ESTIMADA	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
4	ARAME DE AÇO GALVANIZADO OVALADO 15 x 17mm COM RESISTENCIA 700KGF- ROLO COM 1000M	RL	350	BELGO	290,00	101.500,00
5	ARAME LISO - 1 KG - GALVANIZADO 14" - 35 MTS CADA ROLO	RL	50	BELGO	6,60	330,00
6	CATRACA PARA CERCA	UND	400	CAÇULA	3,40	1.360,00

TOTAL		103.190,00
-------	--	------------

EMPRESA: TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE ESTIMADA	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
10	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 18 E COMPRIMENTO DE 2,50mts	UND	1000	TRATAPAN	38,00	38.000,00
11	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 17 E COMPRIMENTO DE 2,20 mts	UND	3500	TRATAPLAN	28,00	98.000,00
12	TRAMAS DE EUCALIPTO GRANDIS TRATADA E AUTOCLAVADA COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO 4x4x 1,20mt	UND	3500	TRATAPLAN	2,20	7.700,00
TOTAL						143.700,00

2. Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

Dotações: 3.3.90.00.00. 1.024 -RECURSOS CONVÊNIO CASAN Nº 674/2014.

Chapecó - SC, 26 de agosto de 2014.

ANDRÉ MAX TORMEN

Presidente do CONSORCIO

Termo de Compromisso Nº 01/2014

Estado de Santa Catarina

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2014

TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2014.

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

Compromisso celebrado entre o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - IBERE, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Avenida Senador Atílio Fontana, 591E - EFAPI, Bloco P1, UNO CHAPECO, Chapecó/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.871.732/0001-70, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor ANDRE MAX TORMEN, e a empresa CERAÇA - COOPERATIVA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VALE DO ARAÇA, Rua do Comercio, s/n, Centro, São Carlos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.086.603/0009-32, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representado pelo seu representante legal, para o Registro de Preços para fornecimento de MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no processo licitatório n. 001/2014, Pregão Presencial p/Registro de Preços n. 001/2014, regendo-se o mesmo pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, lei nº 10.520/02 e pela legislação pertinente, do edital referido e pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO

1.1 O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preço para fornecimento DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR, em municípios de abrangência do Consorcio IBERE, conforme Convênio nº 674/2014, celebrado entre a Companhia Catarinense de Aguas e Saneamentos - CASAN e o Consorcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - Consorcio IBERE, de acordo itens do processo, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE ESTIMADA	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
1	RESERVATÓRIO DE POLITILENO 500LTS COM TAMPA	Und	40	INCOFIMA	142,00	5.680,00
2	MANGUEIRA 1/2 X 2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	10	TUBRASIL	89,80	898,00
3	MANGUEIRA 3/4":2,5 mm ROLO COM 100 mts	RL	50	TUBRASIL	108,90	5.445,00
7	HASTES DE ANCORA GALVANIZADA 1,0mt x 5/8" COM ARRUELA	UND	700	MILANO	17,75	12.425,00
13	BOMBA SUBMERSA PARA MANGA 3/4 - 800	UND	40	BAGUAL	197,00	7.880,00
TOTAL						R\$ 32.328,00

PARÁGRAFO ÚNICO: OS MATERIAIS LICITADOS DEVERÃO SER ENTREGUES EM CONFORMIDADE COM A SOLICITAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DO CONSORCIO IBERE, NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO CONSORCIO, SENDO, SÃO CARLOS, AGUAS DE CHAPECO, PLANALTO ALEGRE, CAXAMBU DO SUL, GUATAMBU, CORDILHEIRA ALTA E CHAPECO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

2.1. Os preços registrados poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto da mesma forma em que ocorrer a revisão dos contratos.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Consorcio deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Consorcio poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o Consorcio deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. O prazo de validade deste Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da homologação do processo licitatório, sendo admitida sua prorrogação, nos termos do §4º do art. 57, da Lei 8.666/93 e demais dispositivos previstos no Edital e seus Anexos, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, com anuência das partes, satisfeitos os demais requisitos legais.

3.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias após a protocolização da Nota Fiscal pela COMPROMITENTE e aceite dos produtos, ou, de acordo com as liberações de recursos do Convênio nº 674/2014, na conformidade do seu cronograma. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da Licitação.

3.3. A COMPROMITENTE não poderá protocolizar a Nota Fiscal antes do fornecimento do material objeto por parte do CONSORCIO IBERE.

3.4. Os materiais deverão ser fornecidos no prazo de até 10 (dez) dias a contar da autorização de fornecimento dos itens, conforme a necessidade e solicitação do Consorcio, de acordo com o edital, a proposta vencedora da Licitação, o presente termo e as cláusulas das minutas do Termo de Fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Dos Direitos:

4.1.1 - do CONSORCIO: contratar, se necessário, o objeto desta Licitação; e

4.1.2 - do COMPROMITENTE: ser contratado se o Consorcio utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.2 - Das Obrigações:

4.2.1 - do CONSORCIO: contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma; e

4.2.2 - do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no edital, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços.

4.2.3 - do COMPROMITENTE providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão na forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

4.2.4 - do COMPROMITENTE reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a compra dos itens, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.2.5 - do COMPROMITENTE prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura do presente Termo de Compromisso.

4.2.6 - do CONSORCIO gerenciar o Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento

às necessidades do Consorcio, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

4.2.7 - do CONSORCIO observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.8 - do CONSORCIO acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

4.2.9 - do CONSORCIO publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial, durante a vigência do presente termo.

Parágrafo único: A empresa vencedora dos itens, objeto deste edital, deverá ter condições de transportar/entregar os materiais livre de frete e impostos nos respectivos destinos que será autorizado pelo CONSORCIO.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Os preços registrados poderão ser cancelados:

5.1.1 - pelo CONSORCIO quando:

5.1.1.1 - o COMPROMITENTE não cumprir as exigências do instrumento convocatório;

5.1.1.2 - o COMPROMITENTE não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido;

5.1.1.3 - ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;

5.1.1.4 - os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado;

5.1.1.5 - o COMPROMITENTE der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e

5.1.1.6 - por razão de interesse público, devidamente justificado pelo Consorcio;

5.1.2 - pelo fornecedor de bens, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, neste Termo, bem como perdas e danos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

6.1. O COMPROMITENTE se sujeita às seguintes penalidades:

6.1.1 - multa sobre o valor do pedido;

a) 10 % : recusa do COMPROMITENTE em assinar o contrato; e

b) 10 % : descumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo.

6.1.2 II - demais sanções estabelecidas na Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA EFICÁCIA

O presente Termo de Compromisso somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula na imprensa oficial do Consorcio.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em três vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapecó - SC, 26 de agosto de 2014.

ANDRÉ MAX TORMEN

Presidente do CONSORCIO

JOSE SAMUEL THIESEN

Compromissário

Testemunhas

1 - _____

2 - _____

Termo de Compromisso Nº 02/2014

Estado de Santa Catarina

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2014

TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2014.

TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

Compromisso celebrado entre o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - IBERÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Avenida Senador Atilio Fontana, 591E - EFAPI, Bloco P1, UNO CHAPECO, Chapecó/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.871.732/0001-70, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor ANDRÉ MAX TORMEN, e a empresa AGRO LIDER LTDA, Rua Rui Barbosa, 556E, Centro, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.443.140/0001-58, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representado pelo seu representante legal, para o Registro de Preços para fornecimento de MATERIAIS

DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no processo licitatório n. 001/2014, Pregão Presencial p/Registro de Preços n. 001/2014, regendo-se o mesmo pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, lei nº 10.520/02 e pela legislação pertinente, do edital referido e pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO

1.1 O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preço para fornecimento DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR, em municípios de abrangência do Consorcio IBERE, conforme Convênio nº 674/2014, celebrado entre a Companhia Catarinense de Aguas e Saneamentos - CASAN e o Consorcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - Consorcio IBERE, de acordo com o processo, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE ESTIMADA	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
4	ARAME DE AÇO GALVANIZADO OVALADO 15 x 17mm COM RESISTENCIA RL 700KGF- ROLO COM 1000M	RL	350	BELGO	290,00	101.500,00
5	ARAME LISO - 1 KG - GALVANIZADO 14" - 35 MTS CADA ROLO	RL	50	BELGO	6,60	330,00
6	CATRACA PARA CERCA	UND	400	CAÇULA	3,40	1.360,00
TOTAL						103.190,00

PARÁGRAFO ÚNICO: OS MATERIAIS LICITADOS DEVERÃO SER ENTREGUES EM CONFORMIDADE COM A SOLICITAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DO CONSORCIO IBERE, NOS MUNICIPIOS DE ABRANGENCIA DO CONSORCIO, SENDO, SÃO CARLOS, AGUAS DE CHAPECO, PLANALTO ALEGRE, CAXAMBU DO SUL, GUATAMBU, CORDILHEIRA ALTA E CHAPECO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

2.1. Os preços registrados poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto da mesma forma em que ocorrer a revisão dos contratos.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Consorcio deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Consorcio poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o Consorcio deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. O prazo de validade deste Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da homologação do processo licitatório, sendo admitida sua prorrogação, nos termos do §4º do art. 57, da Lei 8.666/93 e demais dispositivos previstos no Edital e seus Anexos, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, com anuência das partes, satisfeitos os demais requisitos legais.

3.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias após a protocolização da Nota Fiscal pela COMPROMITENTE e aceite dos produtos, ou, de acordo com as liberações de recursos do Convênio nº 674/2014, na conformidade do seu cronograma. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da Licitação.

3.3. A COMPROMITENTE não poderá protocolizar a Nota Fiscal antes do fornecimento do material objeto por parte do CONSORCIO IBERE.

3.4. Os materiais deverão ser fornecidos no prazo de até 10 (dez) dias a contar da autorização de fornecimento dos itens, conforme a necessidade e solicitação do Consorcio, de acordo com o edital, a proposta vencedora da Licitação, o presente termo e as cláusulas das minutas do Termo de Fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Dos Direitos:

4.1.1 - do CONSORCIO: contratar, se necessário, o objeto desta Licitação; e

4.1.2 - do COMPROMITENTE: ser contratado se o Consorcio utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.2 - Das Obrigações:

4.2.1 - do CONSORCIO: contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma; e

4.2.2 - do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no edital, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços.

4.2.3 - do COMPROMITENTE providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão na forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

4.2.4 - do COMPROMITENTE reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a compra dos itens, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.2.5 - do COMPROMITENTE prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura do presente Termo de Compromisso.

4.2.6 - do CONSORCIO gerenciar o Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades do Consorcio, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

4.2.7 - do CONSORCIO observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.8 - do CONSORCIO acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

4.2.9 - do CONSORCIO publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial, durante a vigência do presente termo.

Parágrafo único: A empresa vencedora dos itens, objeto deste edital, deverá ter condições de transportar/entregar os materiais livre de frete e impostos nos respectivos destinos que será autorizado pelo CONSORCIO.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Os preços registrados poderão ser cancelados:

5.1.1 - pelo CONSORCIO quando:

5.1.1.1 - o COMPROMITENTE não cumprir as exigências do instrumento convocatório;

5.1.1.2 - o COMPROMITENTE não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido;

5.1.1.3 - ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;

5.1.1.4 - os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado;

5.1.1.5 - o COMPROMITENTE der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e

5.1.1.6 - por razão de interesse público, devidamente justificado pelo Consorcio;

5.1.2 - pelo fornecedor de bens, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, neste Termo, bem como perdas e danos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

6.1. O COMPROMITENTE se sujeita às seguintes penalidades:

6.1.1 - multa sobre o valor do pedido;

a) 10 % : recusa do COMPROMITENTE em assinar o contrato; e
b) 10 % : descumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo.

6.1.2 II - demais sanções estabelecidas na Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA EFICÁCIA

O presente Termo de Compromisso somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula na imprensa oficial do Consorcio.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em três vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapecó - SC, 26 de agosto de 2014.

ANDRÉ MAX TORMEN

Presidente do CONSORCIO

RICARDO URBANCIC

Compromissário

Testemunhas

1 - _____

2 - _____

Termo de Compromisso Nº 03/2014

Estado de Santa Catarina

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2014

TERMO DE COMPROMISSO Nº 003/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2014.
TERMO DE COMPROMISSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

Compromisso celebrado entre o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - IBERE, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Avenida Senador Atilio Fontana, 591E - EFAPI, Bloco P1, UNO CHAPECO, Chapecó/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.871.732/0001-70, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor ANDRÉ MAX TORMEN, e a empresa TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA ME, Rod SC 283Km 119, Distrito industrial, Planalto Alegre/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.686.047/0001-08, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representado pelo seu representante legal, para o Registro de Preços para fornecimento de MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no processo licitatório n. 001/2014, Pregão Presencial p/Registro de Preços n. 001/2014, regendo-se o mesmo pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, lei nº 10.520/02 e pela legislação pertinente, do edital referido e pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO

1.1 O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preço para fornecimento DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR, em municípios de abrangência do Consorcio IBERE, conforme Convênio nº 674/2014, celebrado

entre a Companhia Catarinense de Aguas e Saneamentos - CASAN e o Consorcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - Consorcio IBERE, de acordo itens do processo, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE ESTIMADA	MARCA	R\$ Unit.	R\$ Total
10	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 18 E COMPRIMENTO DE 2,50mts	UND	1000	TRATAPAN	38,00	38.000,00
11	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 17 E COMPRIMENTO DE 2,20 mts	UND	3500	TRATAPLAN	28,00	98.000,00
12	TRAMAS DE EUCALIPTO GRANDIS TRATADA E AUTOCLAVADA COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO 4x4x 1,20mt	UND	3500	TRATAPLAN	2,20	7.700,00
TOTAL						143.700,00

PARÁGRAFO ÚNICO: OS MATERIAIS LICITADOS DEVERÃO SER ENTREGUES EM CONFORMIDADE COM A SOLICITAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DO CONSORCIO IBERE, NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGENCIA DO CONSORCIO, SENDO, SÃO CARLOS, AGUAS DE CHAPECÓ, PLANALTO ALEGRE, CAXAMBU DO SUL, GUATAMBU, CORDILHEIRA ALTA E CHAPECÓ.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

2.1. Os preços registrados poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto da mesma forma em que ocorrer a revisão dos contratos.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Consorcio deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Consorcio poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o Consorcio deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. O prazo de validade deste Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da homologação do processo licitatório, sendo admitida sua prorrogação, nos termos do §4º do art. 57, da Lei 8.666/93 e demais dispositivos previstos no Edital e seus Anexos, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, com anuência das partes, satisfeitos os demais requisitos legais.

3.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias após a protocolização da Nota Fiscal pela COMPROMITENTE e aceite dos produtos, ou, de acordo com as liberações de recursos do Convênio nº 674/2014, na conformidade do seu cronograma. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da Licitação.

3.3. A COMPROMITENTE não poderá protocolizar a Nota Fiscal antes do fornecimento do material objeto por parte do CONSORCIO IBERE.

3.4. Os materiais deverão ser fornecidos no prazo de até 10 (dez) dias a contar da autorização de fornecimento dos itens, conforme a necessidade e solicitação do Consorcio, de acordo com o edital, a proposta vencedora da Licitação, o presente termo e as cláusulas das minutas do Termo de Fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Dos Direitos:

4.1.1 - do CONSORCIO: contratar, se necessário, o objeto desta Licitação; e

4.1.2 - do COMPROMITENTE: ser contratado se o Consorcio utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

4.2 - Das Obrigações:

4.2.1 - do CONSORCIO: contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma; e

4.2.2 - do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no edital, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços.

4.2.3 - do COMPROMITENTE providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão na forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

4.2.4 - do COMPROMITENTE reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a compra dos itens, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.2.5 - do COMPROMITENTE prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura do presente Termo de Compromisso.

4.2.6 - do CONSORCIO gerenciar o Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para

atendimento às necessidades do Consorcio, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

4.2.7 - do CONSORCIO observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.8 - do CONSORCIO acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

4.2.9 - do CONSORCIO publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial, durante a vigência do presente termo.

Parágrafo único: A empresa vencedora dos itens, objeto deste edital, deverá ter condições de transportar/entregar os materiais livre de frete e impostos nos respectivos destinos que será autorizado pelo CONSORCIO.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Os preços registrados poderão ser cancelados:

5.1.1 - pelo CONSORCIO quando:

5.1.1.1 - o COMPROMITENTE não cumprir as exigências do instrumento convocatório;

5.1.1.2 - o COMPROMITENTE não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido;

5.1.1.3 - ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;

5.1.1.4 - os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado;

5.1.1.5 - o COMPROMITENTE der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e

5.1.1.6 - por razão de interesse público, devidamente justificado pelo Consorcio;

5.1.2 - pelo fornecedor de bens, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, neste Termo, bem como perdas e danos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

6.1. O COMPROMITENTE se sujeita às seguintes penalidades:

6.1.1 - multa sobre o valor do pedido;

a) 10 % : recusa do COMPROMITENTE em assinar o contrato; e
b) 10 % : descumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo.

6.1.2 II - demais sanções estabelecidas na Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA EFICÁCIA

O presente Termo de Compromisso somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula na imprensa oficial do Consorcio.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em três vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapecó - SC, 26 de agosto de 2014.

ANDRÉ MAX TORMEN

Presidente do CONSORCIO

ALCEU SGNAULIN

Compromissário

Testemunhas

1 - _____

2 - _____